

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
Programa Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo

**PREEEXISTÊNCIAS DE BRASÍLIA.
RECONSTRUIR O TERRITÓRIO PARA CONSTRUIR A MEMÓRIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo.

Orientador: Prof. Dr. ANDREY ROSENTHAL SCHLEE

LENORA DE CASTRO BARBO

BRASÍLIA

2010

TERMO DE APROVAÇÃO

LENORA DE CASTRO BARBO

PREEXISTÊNCIAS DE BRASÍLIA.

RECONSTRUIR O TERRITÓRIO PARA CONSTRUIR A MEMÓRIA

Dissertação aprovada como requisito parcial à obtenção do *grau de mestre* em Arquitetura e Urbanismo pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília.

Linha de Pesquisa: Teoria, História e Crítica da Arquitetura e do Urbanismo.

Comissão Examinadora:

Prof. Dr. Andrey Rosenthal Schlee (*Orientador*)

Departamento de Teoria e História em Arquitetura e Urbanismo – FAU / UnB

Profa. Dra. Sylvia Ficher

Departamento de Teoria e História em Arquitetura e Urbanismo – FAU / UnB

Prof. Dr. Estevão Chaves de Rezende Martins

Departamento de História – Instituto de Ciências Humanas / UnB

Brasília, 18 de junho de 2010.

Dedico esta dissertação:

à Elsa, minha mãe,
e ao Bruno, meu filho,
âncora e bússola nesse mar de sertão;

ao Manoel Demóstenes, meu pai, com quem
aprendi a amar os livros – quanta saudade!

Agradeço:

aos professores e funcionários do Programa de Pós-Graduação da FAU/UnB pelo incentivo e apoio;

à Escola do Legislativo – Elegis, que me proporcionou um tempo precioso para o desenvolvimento da pesquisa de mestrado;

aos colegas de trabalho da Assessoria da Câmara Legislativa pelo apoio, em especial, minhas queridas amigas da UDA, Paula, Shelma e Tânia, pela solidariedade e cumplicidade;

aos alunos de PROAU VIII, do 2º semestre de 2008 da FAU/UnB, que fizeram os trabalhos iniciais de levantamento das moradas rurais, e a Vera Braun Galvão pelas fotos.

aos colegas da FAU/UnB, principalmente, Roberto, Oscar e Wilson pelas parcerias;

ao Marco Antonio Galvão por seus desenhos e pela generosidade em ceder documentos cartográficos, sem os quais não teria sido possível ir adiante com a pesquisa;

ao Dr. Estevão Martins, Dr. Eduardo Rossetti e Dr^a. Sylvia Ficher pelas sugestões e aperfeiçoamento da dissertação;

pelas contribuições, dedicação, rigor e, ainda, por acreditar na minha pesquisa desde o início, agradeço especialmente ao meu orientador, Dr. Andrey Rosenthal Schlee, sem sombra de dúvidas, o melhor professor que já tive;

ao Paulo Bertran. Como não agradecer a quem me lançou o desafio de partir nesta viagem?

Sumário

Resumo	vii
Introdução	1
Capítulo 1 – Descrever o território	11
1.1 – A geografia do Distrito Federal	14
1.2 – A geopolítica do Distrito Federal	18
Capítulo 2 – Mapear o território	25
2.1 – Cartografia histórica do século XVIII	30
2.2 – Cartografia histórica do século XIX	52
Capítulo 3 –Viajar pelo território	93
3.1 – Cronistas e viajantes do século XVIII	96
3.2 – Cronistas e viajantes do século XIX	111
Capítulo 4 – Caminhar pelo território	157
4.1 – A reconstituição dos caminhos de ocupação no território	160
4.2 – As estradas históricas nos limites do atual Distrito Federal	174
Capítulo 5 – Morar no território	181
5.1 – As moradas rurais das antigas fazendas goianas	184
5.2 – Inventário das moradas rurais do Distrito Federal	190
Considerações finais	263
Referências bibliográficas	277
Lista de abreviaturas e siglas	289
Lista de figuras	293
Lista de quadros	313
Anexos	317
Anexo 1 – José da Costa Diogo, 1734. Roteiro das fazendas que há no caminho que vay do rio de são Francisco p.a as minas dos goyazes athe o arraial da meiaponte	319
Anexo 2 – Luis d’Albuquerque, 1772. Roteiro da viagem de 569 léguas que da cidade do Rio de Janeiro executou por terra para Villa Bella da Santíssima Trindade o Governador e Capitão General de Estado do Mato Grosso e Cuiabá, Luis d’Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres	322

Anexo 3 – Soveral e Carvalho, 1773. Marcha s. ex ^a . Do julgado dos couros para o de santa Luzia	323
Anexo 4 – Cunha Menezes, 1778. Jornada que fez Luis da Cunha Menezes da Cidade da Bahia para a Vila de Caxoeira no dia 29 de agosto, e desta no dia 2 de setembro para Vila Boa Capital de Goyaz aonde chegou no dia 15 de outubro de 1778	328
Anexo 5 – Saint-Hilaire, 1819. Itinerário aproximado do Arraial de Santa Luzia ao de Meia Ponte	331
Anexo 6 – Cunha Matos, 1856. Itinerário N.11 Da Cidade de Goiás até o Registro de Santa Maria, no Termo do Julgado de Flores	332
Anexo 7 – Cunha Matos, 1856. Itinerário N.15 Da Cidade de Goiás para o Registro de Arrependidos	335
Anexo 8 – Cunha Matos, 1824. Itinerário N.25 Do Arraial de Traíras para o de Santa Luzia	336
Anexo 9 – Cunha Matos, 1856. Itinerário N.27 De Traíras para Santa Luzia pela Lagoa Formosa	339
Anexo 10 – Cunha Matos, 1856. Itinerário N.28 Do Arraial de Cavalcante para Santa Luzia pela Chapada dos Veadeiros	340
Anexo 11 – Cunha Matos, 1856. Itinerário N.48 Do Arraial de Traíras para o de Flores pela Lagoa Formosa	341
Anexo 12 – Revista IHGB tomo XX, 1857. Roteiros das distâncias de Villa Bella ao arraial de Meia Ponte, e d’este até a cidade da Bahia, cidade do Rio de Janeiro e Villa de Santos	347
Anexo 13 – Virgílio de Mello Franco, 1888. Tabella de Pousos e Distancias	350
Anexo 14 – Luiz Cruls, 1894. Distâncias kilométricas dos itinerários	351
Anexo 15 – Oscar Leal, 1892. Glossário	355
Anexo 16 – Relação dos instrumentos utilizados para reconstituir do modo mais circunstanciado possível o traçado original das estradas históricas	361
Anexo 17 – Cronologia do Planejamento Territorial do Distrito Federal	365

Resumo

A pesquisa desenvolvida nesta dissertação teve como objetivo principal reconstruir o antigo território do Planalto Central e desdobrou-se nos seguintes objetivos específicos: descrever e investigar o território do atual Distrito Federal; resgatar e confrontar a cartografia histórica do Planalto Central; identificar e registrar os cronistas e viajantes que percorreram o Planalto Central, nos séculos XVIII e XIX; levantar e reconstituir o traçado das antigas vias de comunicação do Brasil colonial que cruzavam o Planalto Central, nos atuais limites do DF; e, por fim, inventariar e analisar moradas rurais que fizessem parte de antigas fazendas. Considerando que a historiografia do território do atual Distrito Federal ainda hoje tem muitas lacunas, e na ausência de outra documentação e estudos sobre o tema, a pesquisa foi realizada com base na cartografia histórica de Goiás – vinte e dois mapas elaborados entre 1750 e 1896 – e a partir do relato de dezesseis cronistas e viajantes, dos séculos XVIII e XIX, que exploraram a região e documentaram suas impressões por meio de diários, relatórios, literatura e iconografia. Com o intuito de ampliar as possibilidades metodológicas de investigação, utilizou-se o Sistema de Informações Geográficas – SIG como ferramenta para reconstituir do modo mais circunstanciado possível o traçado original das antigas estradas que cruzavam o Planalto Central, nos atuais limites do DF. Seus itinerários foram confrontados com as informações registradas em dois mapas produzidos em 1958 e 1960, ou seja, em época imediatamente anterior à inauguração de Brasília. Finalizamos com o inventário de dez moradas rurais, localizadas em diversas Regiões Administrativas do DF, construções que preservam a maioria de suas características arquitetônicas, apesar das alterações inevitáveis ao longo dos anos – exemplares centenários, remanescentes da cultura agrária anterior à construção de Brasília.

Palavras-chave: Preexistências de Brasília; cartografia histórica; viajantes dos séculos XVIII e XIX; estradas coloniais do Planalto Central; moradas rurais do Distrito Federal.

Abstract

The research developed in this thesis aimed to reconstruct the former territory of the Central Plateau and took place in the following specific objectives: to describe and investigate the current territory of the Federal District; to recover and collate the historical cartography of the Central Plateau; to identify and register the chroniclers and travelers who have visited the Central Plateau in the 18th and 19th centuries; survey and reconstitute the route of the ancient pathways of the colonial Brazil, that crossed the Central Plateau, at the current limits of the DF; and finally, to identify and analyze rural dwellings from ancient farms. Considering the historiography of the current territory of the Federal District still has many gaps, and in the absence of other documentation and studies related to this topic, the research was based on historical cartography of Goiás - twenty-two maps produced between 1750 and 1896 - and from the narrative of sixteen chroniclers and travelers of the 18th and 19th centuries, who explored the region and documented their impressions in diaries, reports, literature and iconography. Aiming to expand the possibilities of methodological research, the Geographic Information System - GIS was used as a tool to reconstruct in the most thorough possible way, the original layout of the ancient roads that crossed the Central Plateau, at the current limits of the DF. Whose routes were confronted with the information recorded on two maps produced in 1958 and 1960, time prior to the inauguration of Brasília. We finished with the survey of ten rural dwellings, located in different DF's Administrative Regions, buildings that preserve most of its architectural features, despite the inevitable changes over the years – centenary habitations, remainings of the agrarian culture before the construction of Brasília.

Keywords: Preexistence of Brasília; historical cartography; travelers of the 18th and 19th centuries, colonial roads of the Central Plateau; rural dwellings of the Federal District.



INTRODUÇÃO



INTRODUÇÃO

A história do povoamento do interior brasileiro está vinculada à abertura das rotas terrestres e a conquista das vias fluviais a partir do século XVI, quando expedições penetram no sertão brasileiro atrás de braços indígenas. A partir dos anos de 1700, a motivação foi a busca de materiais preciosos. Em 1719, foi descoberto ouro próximo a Cuiabá, no Mato Grosso e, a seguir, em 1726, Bartolomeu Bueno da Silva Filho, o Anhanguera, e seus companheiros descobriram ouro na cabeceira do Rio Vermelho, em Goiás, dando início ao povoamento no Planalto Central. Em Goiás, as jazidas eram esparsas e poucos agrupamentos urbanos se consolidaram, com o agravante do período minerador ter tido uma curta duração: atingiu seu ponto máximo na década de 1750 e a partir daí, em vinte e cinco anos, decaiu em um terço a arrecadação do quinto (PALACIN, 1994:118).

A pecuária também foi fator de ocupação, quando núcleos de criação no sul de Goiás se formaram em torno de pequenas pastagens. Considerando que, como atividade econômica, quase nada podia substituir a exploração das jazidas de ouro e com léguas de campos de pastagens naturais, os moradores de Goiás recorreram à pecuária, uma atividade que dispensava a existência de cativos numerosos e que deu ao povoamento da região uma estrutura diversa daquela que fora o da mineração. O boiadeiro, desde sempre, foi uma figura típica da zona criadora do Brasil Central. Penetrava até as áreas pastoris mais afastadas para comprar o gado diretamente do criador e retornava, em caminhadas de centenas de quilômetros, tangendo boiadas para vender aos invernistas – comércio que se intensificava no fim da estação das águas (abril e maio) quando pela fartura dos pastos os bichos se encontravam particularmente gordos (SILVA BUENO apud RIEDEL, 1959:17 e 30). As primeiras boiadas de Goiás vieram dos currais do São Francisco, tendo o Conde de Sarzedas constatado a presença clandestina de gado do São Francisco e da Bahia, em 1732 (ALENCASTRE, 1979:51).

Devido ao contrabando de ouro, inicialmente, a Coroa restringiu as vias de circulação a um único caminho, conforme Carta Régia, de 10 de janeiro de 1730. Em 1732, Ordem de 25 de julho, determinou que nenhuma pessoa entrasse em Goiás, a não ser pelos registros no rio Jaguari (São Paulo) e proibiu as picadas para as Minas dos Goiasés, para melhor fiscalizar e cobrar o direito de entrada e cessar o extravio de ouro (ALENCASTRE, 1979:49-50). Quem se aventurava por outros trajetos estava sujeito a diversas penalidades, como seqüestro e confisco dos bens e prisão. Não era sem razão a preocupação da Coroa, pois as numerosas picadas já então abertas para Goiás, vindas do Maranhão, Piauí, Bahia e Minas Gerais, eram portas francas para a prevaricação e o contrabando, como comprova a seguinte citação:

Pela picada de Goiás ia ter aos denominados currais do rio S. Francisco, por onde entrava grande comércio de gados e fazendas, se escoava também o ouro em pó, quase que a única moeda então existente para toda a espécie de transações. Não tardou muito que viesse uma providência fiscal para fazer cessar o extravio do ouro que motivaram essas transações pelos currais do rio S. Francisco. (...) Aí se determinava ainda ao provedor que não deixasse entrar pessoa alguma para Goiás sem apresentar despacho ou licença do governador. Proibia-se também de um modo terminante a entrada de gado vacum, em razão da falta que dele havia em S. Paulo, e pelo prejuízo que poderia causar ao contrato dos dízimos dos povoados.

(...) Por mais severas que parecessem essas ordens, e por maior rigor que se empregasse na sua execução, o contrabando não se deixava de fazer e o extravio continuava em maior escala (ALENCASTRE, 1979:51).

Pela ausência de tecnologia adequada para superar alguns obstáculos naturais, as estradas do século XVIII nem sempre seguiram o trajeto mais curto, e ao longo do sinuoso traçado das antigas estradas cavaleiras ergueram-se os postos fiscais de controle de quatro tipos: registros do ouro, registros de entradas, registros da demarcação diamantina e as contagens, assim definidos:

Os Registros eram os pontos estratégicos estabelecidos pela Real Fazenda ou pelos contratadores das Entradas, onde os escravos, gados, cargas de seco e molhados e as pessoas que entram e saem dos povoados pagavam o respectivo imposto de quinto reais. Muitos deles, pequenos aglomerados perdidos nos ermos lindeiros da capitania, porém atalaias importantes para o fisco fazendário. (...) A linha de barreiras fiscais continuava ao longo da Capitania com as Contagens, postos fiscais estratégicos, destinados, como o próprio nome indica, à contagem do gado, transeuntes e outras mercadorias levadas ao comércio (SALLES, 1992:158-160).

Segundo Gilka Salles (1992:160), na Comarca do Sul da Capitania de Goiás, entre os principais Registros localizavam-se os de Desemboque, Rio das Velhas, São Marcos, Arrepêditos, Santa Maria, Rio das Éguas e, ainda, Lagoa Feia – situado na divisa leste do atual território do Distrito Federal –, que entre 1794 e 1807, período de declínio do ouro em Goiás, foi um dos que mais arrecadou. Localizados nas imediações do Distrito Federal, os registros de Lagoa Feia e Santa Maria foram instalados em 1736 para fazer o controle da entrada do gado que chegava pelos currais do São Francisco e do comércio com Salvador e Pernambuco, pela picada da Bahia. Até 1750, tudo indica que também o comércio com Minas Gerais passava por Lagoa Feia.

Entre as Contagens da Comarca Sul, destacaram-se as de Moquém, Tocantins, Amaro Leite, Descoberto de Amaro Leite, São João das Três Barras, São Bartolomeu e Extrema. Para a Contagem de São João das Três Barras, também instalada em 1736 e a cerca de dez quilômetros do atual Plano Piloto de Brasília, convergia o fluxo das minas de Tocantins, atual Niquelândia, com destino a Minas Gerais (BERTRAN, 2000:82). A localização estratégica do mais antigo estabelecimento público do atual Distrito Federal, instalado na chapada da Contagem, pode ser avaliada pela descrição do historiador Paulo Bertran (2000:82):

Era bem situada, controlava estradas importantes, e no auge da mineração centroestina pode ter assistido ao desfilar de cerca de 2 mil tropas anuais, representando, com os escravos que traziam, um exército de talvez dez mil homens em determinados anos!

Os maiores problemas de Goiás se prendiam à dificuldade dos transportes, que além de restringirem a possibilidade de venda de seus produtos agrícolas, impediam a chegada de mercadorias essenciais.

A sua comunicação [Goiás] com Belém do Pará, com a Bahia, com o Rio de Janeiro ou com São Paulo ficava em geral sujeita aos azares de viagens cujos perigos e canseiras ultrapassavam aqueles das mais fantásticas proezas da ficção (...). Também por terra pode-se imaginar o que seria uma viagem – de cavaleiro ou de tropa cargueira – de Cuiabá a Goiás e daí, por Paracatu e São João Del-Rei ao Rio de Janeiro (SILVA BRUNO apud RIEDEL, 1959:29).

O morador primitivo de Goiás não produzia praticamente nada que devesse exportar, apenas o ouro. Mas ainda assim, precisava ser abastecido de ferramentas, de armas, de pólvora, de roupa, de sal, e até de mantimentos. Desse modo, as atividades agrícolas não encontravam condições para um crescimento acima do rudimentar. Além das roças, que por toda parte se plantavam – de feijão, de milho, de mandioca, cultivavam-se em certas zonas um pouco de café, de algodão (para feitura de tecidos grosseiros), de fumo, de cana e até de trigo, com em algumas áreas de Goiás, como as de Meia-Ponte, Cavalcante e Santa Luzia (SILVA BRUNO apud RIEDEL, 1959:31).

Em fins do século XVIII, os campos de pastagens naturais, do sul e do sudeste de Goiás, foram ocupados por fazendeiros de gado, por meio de uma expansão que se fez em duas direções principais: uma procedente do sertão do Nordeste, que tendo subido o rio São Francisco e se difundido pelo oeste da Bahia, penetrou em terras goianas talvez pela zona do Urucuia; a outra, procedente de Minas Gerais e de São Paulo, acompanhando o roteiro dos mineradores primitivos (SILVA BRUNO apud RIEDEL, 1959:30).

O povoamento escasso do Planalto Central, que se elaborou dentro do ciclo do ouro e, depois, do ciclo do gado, e sua economia rudimentar, em especial por causa do isolamento e das comunicações árduas, não favoreciam o desenvolvimento de núcleos urbanos.

A toponímia de sítios e acidentes naturais assinalados ao longo dos relatos de diversos cronistas, que exploraram o Planalto Central nos séculos XVIII e XIX, se repetiram com muita frequência. Os sítios ou acidentes geográficos mais citados ao longo deste trabalho, tanto nos limites do atual DF, como no caminho de passagem do litoral para Vila Boa, Capital da Capitania, depois Província de Goiás, foram sistematizados para facilitar o entendimento geográfico da região (**Quadro 1 e Figura 1**). Graças aos relatos, que citavam nominalmente os pontos transpostos, podemos reconhecer hoje os locais por onde andaram, visto que muitos ainda conservam a mesma toponímia. Tomemos como exemplo, nas anotações de José da Costa Diogo em seu diário (ROCHA JÚNIOR; VIEIRA JÚNIOR; CARDOSO, 2006:40-41), em 1734, o tropeiro nos deixa a certeza que a região do atual DF não era um deserto, pelo contrário, ao registrar em seu percurso “Três barras” e “Sobradinho” nos permite afirmar que essa era uma alternativa importante de ligação entre o litoral e as minas de Goiás e Mato Grosso, já na primeira metade do século XVIII. Uma dificuldade recorrente e nem sempre vencida com os roteiros e documentos cartográficos estudados foi descobrir quando se referiam a um lugar específico ou a um acidente geográfico.



Um encontro com Paulo Bertran no Memorial das Idades do Brasil, em 2004, despertou em mim o desejo de pegar a estrada dos viajantes que cruzaram os limites do atual DF e de conhecer as moradas rurais que ocupavam a paisagem muito antes de Brasília chegar. A história começou quando li “Estudos sobre a nova capital do Brasil”, cujo exemplar ganhei de presente de Bertran com uma dedicatória carinhosa. Primeiro, o susto, o livro fora escrito por meu pai, em 1947, fervoroso mudancista, engenheiro-chefe da construção de Goiânia e que viria a ser Secretário de Governo da Prefeitura do Distrito Federal. Depois, o reconhecimento da paisagem, pois apesar de ser urbana como Brasília, minhas raízes são agrárias. Minha mãe é fazendeira e, assim como seus irmãos, cultivava as terras herdadas de seu pai, pertencentes à família há mais de cem anos. Motivo pelo qual essas moradas rurais povoaram muitas das minhas férias em Jaraguá. Reencontrá-las no atual Distrito Federal foi uma surpresa, pois sempre foi dito e repetido que, antes, aqui não havia nada, era um grande deserto. Parti, então, para revisitar o passado, onde meu pai vislumbrou o futuro.

E, assim, mergulhei de corpo e alma nessa viagem.

A pesquisa desenvolvida nesta dissertação teve como objetivo principal reconstruir o antigo território do Planalto Central e desdobrou-se nos seguintes objetivos específicos: descrever e investigar o território do atual Distrito Federal; resgatar e confrontar a cartografia histórica do Planalto Central; identificar e registrar os cronistas e viajantes que percorreram o Planalto Central, nos séculos XVIII e XIX; levantar e traçar o percurso das antigas vias de comunicação do Brasil colonial que cruzavam o Planalto Central, nos atuais limites do DF; e, por fim, inventariar e analisar moradas rurais que fizessem parte de antigas fazendas.

Este texto resultou de pesquisas históricas, investigação documental, estudo específico na literatura de viagens, pesquisas bibliográficas, iconográficas e cartográficas, visitas de campo – quando foram visitados diversos imóveis rurais em todo o território do DF à procura de moradas rurais dos séculos XVIII e XIX, e levantamento fotográfico.

Para a pesquisa bibliográfica de autores brasileiros, destacam-se, entre outros e essencialmente, as obras de José Martins Pereira de Alencastre, Visconde de Taunay, Virgílio Martins de Mello Franco, Francisco Adolfo de Varnhagen, Oscar Leal, o formidável Luiz Cruls e toda a produção das Comissões sob sua chefia, Hastimphilo de Moura, Antonio Martins de Azevedo Pimentel, Djalma Polli Coelho, Americano do Brasil, Isa Adonias e Paulo Bertran.

Dentre esses cabe ainda destacar o engenheiro Manoel Demóstenes Barbo de Siqueira, que me despertou para o antanho do Distrito Federal e me apresentou a uma bibliografia rica e, injustamente, esquecida. Importante, também, a contribuição do arquiteto Carlos Lemos, cujos textos sobre patrimônio e a arquitetura são precisos e valiosos, com destaque para a arquitetura rural. A morada goiana teve especial abordagem nas obras de Gustavo Neiva Coelho, Milena D’Ayala Valva, Lena Castello Branco Ferreira de Freitas, Nancy Ribeiro de Araújo Silva, Adriana Mara Vaz de Oliveira, Maria Diva Araujo Coelho Vaz e Maria Heloisa Veloso Zárata.

De grande valor foram os textos de estrangeiros viajantes e residentes, como José de Almeida Vasconcelos Soveral e Carvalho, Luis da Cunha Menezes, Johann Emanuel Pohl, Auguste de Saint-Hilaire e Raimundo José da Cunha Matos. E José da Costa Diogo, de quem pouco sabemos, sequer a nacionalidade, mas de fundamental importância, afinal, foi o primeiro de todos.

As instituições, cujas informações mais contribuíram para o desenvolvimento da pesquisa, foram o Arquivo Histórico Ultramarino – AHU, por meio do Projeto Resgate, o Arquivo Público do Distrito Federal, a Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

A presente dissertação foi organizada em cinco capítulos. No primeiro, intitulado “Descrever o território”, inicialmente foi feita a descrição do território do Planalto Central, nos limites do atual Distrito Federal-DF, com destaque para suas principais características físicas que possam ter influenciado o direcionamento dos antigos caminhos pela região. Com esse objetivo, levantamos alguns dados sobre a área, localização, limites, unidades de conservação, relevo e hidrografia, que traduzem as peculiaridades do ‘sítio’ estudado. Depois foi abordada a questão geopolítica, que influenciou a atração que o território exerceu nos séculos XVIII e XIX sobre os movimentos de migração. A região do Planalto Central, nos limites do atual DF, era, naquele momento, um local principalmente de passagem. Muitos vieram no encalço de índios para aprisionamento ou à procura das Minas dos Goias; alguns atravessaram o território a caminho das capitais de Goiás e do Mato Grosso; outros para assumir cargos no Governo; e, ainda, expedições exploradoras vieram para levantar dados sobre a Província de Goiás. A partir do final do século XIX, a grande motivação foi a transferência da Capital da República, quando diversas comissões chegaram para coletar dados na região e realizar o levantamento do território: Varnhagen, em 1877; duas Comissões Cruis, de 1892 a 1895; a Comissão Polli Coelho, a partir de 1946; e duas expedições organizadas pelo IBGE, em 1947. A exceção foi a Coluna Prestes que, entre 1925 e 1927, cruzou os limites do atual DF em função da articulação estratégica do eixo mestre e dos eixos secundários no interior do Brasil.

O segundo capítulo, denominado “Mapear o território” é resultado do esforço de localizar o percurso de importantes vias de comunicação do Brasil colonial que passavam pelo Planalto Central nos limites do atual DF, por meio da cartografia histórica, do período aproximado de 1750 até 1896, na análise de vinte e dois mapas, em trinta e cinco documentos cartográficos. A Capitania de Goiás foi criada em 1748 – até aquele momento pertencia à Capitania de São Paulo –, mas a divulgação de sua produção cartográfica somente se iniciou a partir de 1750. O período estudado se encerra em 1896, por ser a data do último mapa produzido no século XIX para essa região de que tivemos conhecimento. Todos os documentos cartográficos desse período que registraram caminhos, estradas, sítios ou rios em área limítrofe ou nos limites de onde se encontra o atual DF foram analisados.

O terceiro capítulo, “Viajar pelo território”, utiliza os dados sobre as paisagens extraídos dos relatos dos cronistas e viajantes que exploraram a região e documentaram suas impressões por meio de diários, relatórios, literatura, cartografia e iconografia para ampliar o conhecimento do território do atual DF. O material produzido por dezesseis cronistas foi estudado, sendo quatro do século XVIII: José da Costa Diogo (1734), Tosi Colombina (1750), José de Almeida Vasconcelos Soveral e Carvalho (1773) e Luís da Cunha Menezes (1778); e doze do século XIX: Johann Emanuel Pohl (1818), Auguste de Saint-Hilaire (1819), Raimundo José da Cunha Matos (1823), José Martins Pereira de Alencastre (1863), Visconde de Taunay (1875), Virgílio Martins de Mello Franco (1876), Francisco Adolfo de Varnhagen (1877), Oscar Leal (1889), Luiz Cruis (1892-1895), Hastimphilo de Moura (1892-1895), Antonio Martins de Azevedo Pimentel (1892-1893) e Henrique Morize (1892-1895).

O quarto capítulo, “Caminhar pelo território”, teve como desafio redescobrir e mapear o traçado original das antigas estradas coloniais que cruzavam o Planalto Central, nos atuais limites do DF, utilizando o Sistema de Informações Geográficas – SIG para adequar a cartografia histórica, do período entre 1751 e 1896, aos mapas atuais. A realização deste trabalho consistiu na aplicação das ferramentas do geoprocessamento, o que resultou na reconstituição do passado com a ajuda de tecnologias usualmente voltadas para o futuro. O cruzamento das imagens de satélite com mapas coloniais e descrições das estradas feitas pelos cronistas dirimiu dúvidas relativas a trechos do traçado e ajudou no mapeamento das rotas, além de ter ampliado o entendimento de como se deu a ocupação do território do atual Distrito Federal nesse período. Finalizando, foram refeitos os percursos registrados nos documentos estudados; os trajetos foram confrontados com as informações registradas em mapas da região produzidos em época imediatamente anterior à construção de Brasília, 1958 e 1960, e, finalmente, o resultado foi lançado em modelo de elevação digital, com detalhes do relevo e da topografia do território do DF.

No quinto e último capítulo, “Morar no território”, o objetivo foi compreender a morada rural das antigas fazendas goianas, encontrada nos limites do atual Distrito Federal. Foi realizada uma análise da arquitetura vernacular brasileira, sua origem, principais características e os materiais e sistemas construtivos utilizados. A seguir, a pesquisa particulariza a arquitetura civil de Goiás, o agenciamento espacial do corpo da casa goiana. Finalmente, foi realizado o inventário das dez moradas rurais em diversas Regiões Administrativas do DF, exemplares remanescentes da cultura agrária anterior à construção de Brasília.



Quadro 1 – Toponímia de sítios da Província de Goiás

TOPONÍMIA EM 1836	DENOMINAÇÃO ATUAL	OUTRAS DENOMINAÇÕES	ANO DE FUNDAÇÃO	CAPITANIA DE ORIGEM	UNIDADE DA FEDERAÇÃO	RECURSOS HÍDRICOS
Antas (7)	Anápolis	Santana das Antas / Santana dos Campos Ricos	Arraial em 1729	São Paulo / Goiás	Goiás	Ribeirão da Anta
Arrendidos [registro de] (2)	[?]	—	[?]	São Paulo / Goiás	Goiás	Córrego de Arrendidos
Bom Fim (6)	Silvânia	Bonfim	Arraial em 1774 / Vila em 1833 / Cidade em 1857	São Paulo / Goiás	Goiás	Rio Corumbá
Corumbá (8)	Corumbá de Goiás	—	[?]	São Paulo / Goiás	Goiás	Rio Corumbá
Couros (10)	Formosa	Vila Formosa da Imperatriz	[?] / Cabeça de Julgado até 1777 / Vila em 1843 / Cidade em 1877	São Paulo / Goiás	Goiás	Lagoa Feia / Rio Preto
Goyaz (17)	[Cidade de] Goiás	Arraial de Sant'Ana / Villa Boa de Goiás / Goiás Velho /	Arraial em 1726 / Vila em 1739 / Cidade em 1818	São Paulo / Goiás	Goiás	Rio Vermelho
Jaraguá (16)	Jaraguá	Córrego de Jaraguá / Nossa Senhora da Penha de Jaraguá	Arraial em 1737 / Vila em 1833 / Cidade em 1882	São Paulo / Goiás	Goiás	Rio da Almas
Meia Ponte (9)	Pirenópolis	Minas de Nossa Senhora do Rosário de Meia Ponte / Perynópolis (Oscar Leal)	Arraial em 1731	São Paulo / Goiás	Goiás	Rio das Almas / Rio Corumbá
Montes Claros (5)	Santo Antonio do Descoberto	Santo Antonio dos Montes Claros	Arraial em 1757 / extinguiu-se antes de 1826	São Paulo / Goiás	Goiás	Rio Descoberto
Paracatú (1)	Paracatu	Paracatu do Príncipe	Arraial em 1744 / Vila em 1798 / Cabeça de Comarca em 1815	Minas Gerais	Minas Gerais	Rio Paracatu
Ponte Alta (4)	Ponte Alta	—	[?]	São Paulo / Goiás	Goiás / Distrito Federal	Rio Ponte Alta

TOPONÍMIA EM 1836	DENOMINAÇÃO ATUAL	OUTRAS DENOMINAÇÕES	ANO DE FUNDAÇÃO	CAPITANIA DE ORIGEM	UNIDADE DA FEDERAÇÃO	RECURSOS HÍDRICOS
Rodiador (15)	Rodeador	—	[?]	São Paulo / Goiás	Distrito Federal	Ribeirão Dois Irmãos
Santa Luzia (3)	Luziânia	—	Arraial em 1746 / Vila em 1833 / Cidade em 1867	São Paulo / Goiás	Goiás	Ribeirão Santa Maria
São João (14)	Região da Contagem / Córrego Três Barras	São João das Três Barras / Contagem de São João	[?]	São Paulo / Goiás	Distrito Federal	Ribeirão da Contagem / Ribeirão de Três Barras
Sítio Novo (11)	Sítio Novo	—	[?]	São Paulo / Goiás	Distrito Federal	Córrego Sítio Novo
Sobradinho (13)	Sobradinho	—	[?]	São Paulo / Goiás	Distrito Federal	Ribeirão Sobradinho / Rio São Bartolomeu
Villa do Mestre D'Armas (12)	Planaltina	Alta-Mir	[?]	São Paulo / Goiás	Distrito Federal	Ribeirão Mestre d'Armas / Rio Pipiripau

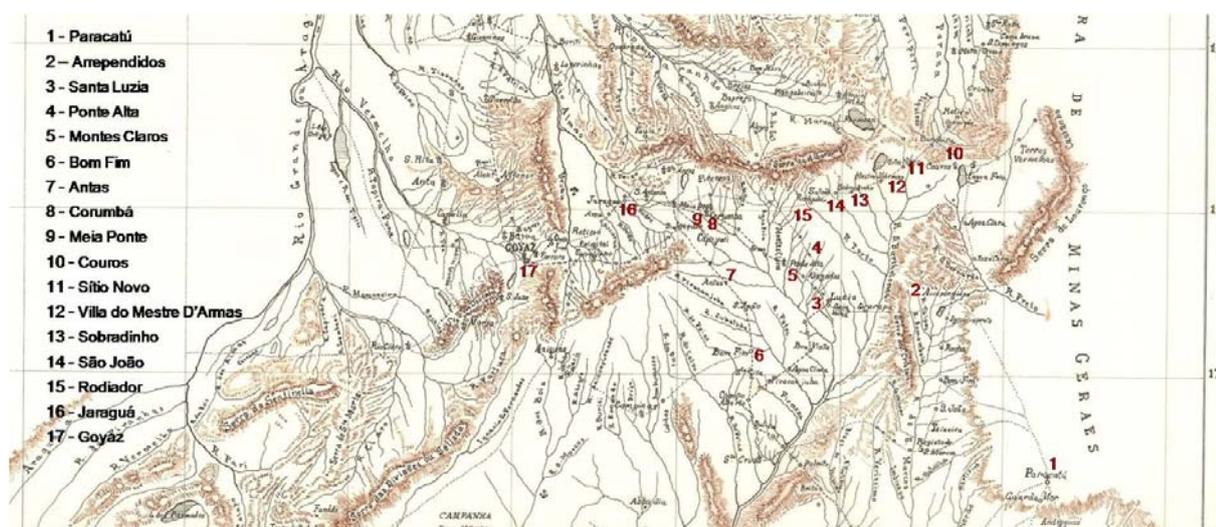


Figura 1 – Mapa parcial de Cunha Matos (Adaptado de CUNHA MATOS, 1836). Destaque para a toponímia de sítios da Província de Goiás, em 1836, assinalados no mapa.



capítulo 1

DESCREVER O TERRITÓRIO



1 – DESCREVER O TERRITÓRIO

Compreender a geografia e a geopolítica do Distrito Federal – DF é condição básica para entender os itinerários dos caminhos percorridos na região pelos viajantes e cronistas, nos séculos XVIII e XIX, e reconstruir a história desse mesmo território. Com esse objetivo, neste capítulo levantamos alguns dados sobre a área, localização, limites, unidades de conservação, relevo e hidrografia, que traduzem as peculiaridades do ‘sítio’ estudado. De 1750 a 1955, a história da região do Planalto Central pode ser lida como um processo e analisada em quatro grandes momentos, a saber.

- Nos séculos XVIII e XIX, a região do Planalto Central, nos limites do atual DF, era um local principalmente de passagem. Muitos vieram no encalço de índios para aprisioná-los ou à procura de metais preciosos; outros atravessaram o território a caminho da capital de Goiás, Villa Boa ou da capital do Mato Grosso, Villa Bella da Santíssima Trindade; havia ainda os que vieram assumir cargos no Governo ou tomar posse como juiz de Comarca; e, também, as expedições exploradoras para levantar dados da Capitania de Goiás, para fins administrativos diversos.
- Defendida desde o século XVIII, a interiorização da Capital da República tinha como objetivo por fim ao desequilíbrio entre dois Brasis, atlântico e interior, seria o elemento de penetração, rumo ao centro ocidental, pouco, ou quase nada, integrado à vida brasileira. A primeira constituição republicana, promulgada em 1891, destinou área no Planalto Central para a futura Capital Federal. Nesse intuito, no último quarto do século XIX, Varnhagen, em 1877 e duas Comissões Cruls¹, em 1892 e 1894, coletaram dados na região e realizaram o levantamento do território, tendo como objetivo a escolha do local mais adequado para a transferência da Capital.
- Entretanto, até o início do século XX, não foram tomadas medidas efetivas para a transferência do Distrito Federal, apenas o ato simbólico do lançamento da pedra fundamental da Futura Capital, em 1922. Entre 1925 e 1927, a “Coluna Prestes”² se utilizou da posição estratégica do espigão mestre e seus espigões secundários no Planalto Central para manter liberdade de movimentos pelo interior do Brasil. O problema da mudança da Capital Federal da cidade do Rio de Janeiro era permanentemente debatido, principalmente na esfera parlamentar e da imprensa.

É uma idéia fixa que tem resistido singularmente à versatilidade de um País em formação. As revoluções se sucedem, os governos caem, outros se formam, no constante reajustamento político de nação pouco amadurecida, sujeita a toda ordem de fermentação político-social. Muda-se a forma de governo, mudam-se os nomes das cidades e das ruas, muda-se tudo; só permanece de pé a idéia de interiorização da Capital, constantemente reavivada através das constituições que são promulgadas de quando em vez (DEMÓSTHENES, 1947:3).

- Somente na década de quarenta novos estudos são realizados para retomar o tema: a Comissão Polli Coelho, a partir de 1946; e duas expedições organizadas pelo IBGE, ambas em 1947. Já na

¹ De 1892 até 1895, Luiz Cruls chefiou as primeiras expedições científicas ao Planalto Central, organizadas para estudar, identificar, demarcar e executar procedimentos ligados à transferência da Capital. Ver Capítulo 3 – Viajar pelo território.

² Expedição de cunho revolucionário, que se insurgiu contra a situação política e social do país e reuniu aproximadamente 1.500 soldados, comandados pelo então ex-Capitão do Exército, Luiz Carlos Prestes.

década de 50, foi criada uma Comissão para a localização da Nova Capital Federal, que coordenou novos estudos, sistematizados no Relatório Belcher, em 1955. Por fim, aproximava-se a transferência do Distrito Federal.

1.1 – A GEOGRAFIA DO DISTRITO FEDERAL

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (1972:15-16), o território do Distrito Federal ocupa uma área de 5.801,937 km² na Região Centro-Oeste. Podendo ser descrito como uma espécie particular de paralelogramo, com dois lados retilíneos opostos, correspondendo aos limites norte e sul localizados junto aos paralelos de 15°30S e 16°03S e por dois lados irregulares, igualmente opostos, correspondendo com os limites leste e oeste, respectivamente, aos talwegues dos rios Preto e Descoberto, que atingem nos pontos fronteiros extremos as proximidades dos meridianos de 47°25' e 48°12' W.Gr., respectivamente (**Figura 2**). Tal paralelogramo está contido no território do atual Estado de Goiás, com apenas a exceção de sua extremidade sudeste, que faz divisa com a cidade de Cabeceira Grande, ex-distrito de Unaí, Minas Gerais.

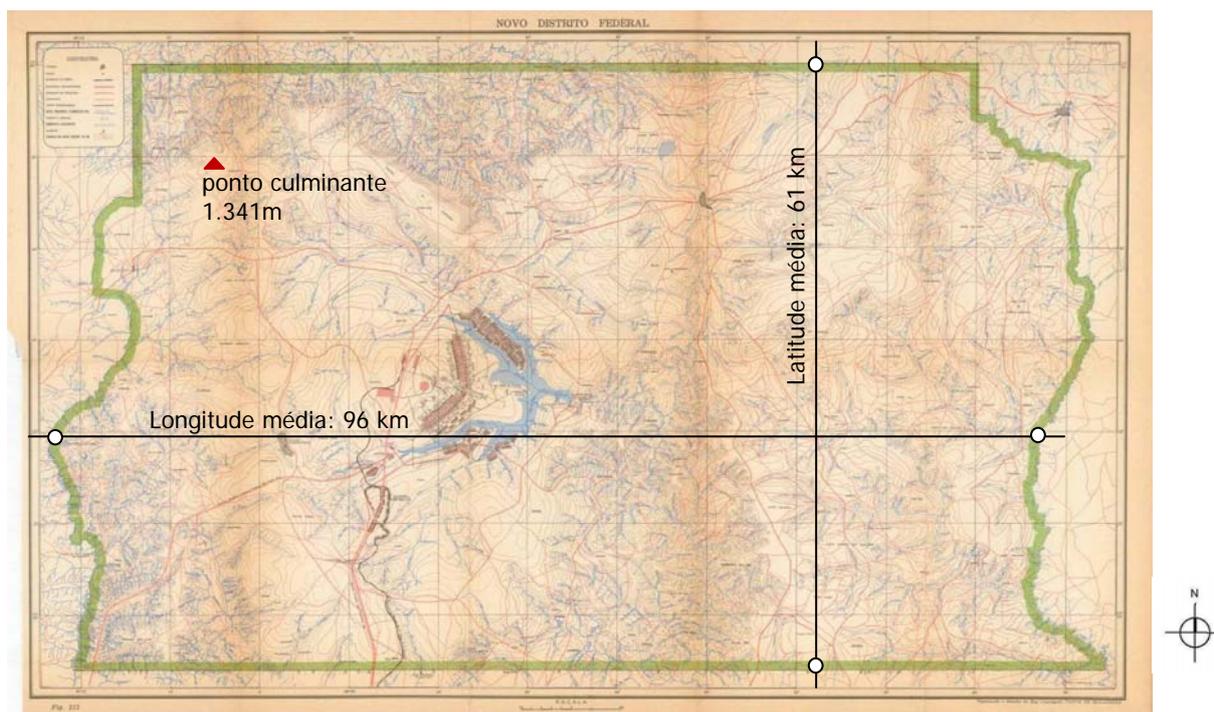


Figura 2 – Mapa Novo Distrito Federal (Adaptado de IBGE, 1960:707).

O clima tropical semi-úmido do Distrito Federal possui duas estações bem definidas: o verão, caracterizado por período de chuvas que se estendem de outubro a abril, e o inverno, caracterizado por secas que se estendem de maio a setembro (PELUSO; OLIVEIRA, 2006:23).

Os tipos de solo no DF são característicos de regiões de clima tropical semi-úmido e vegetação de cerrado predominante, mas não exclusiva. Os solos apresentam baixa fertilidade natural, pouca matéria orgânica, forte concentração de alumínio e ferro, e grande acidez (PELUSO; OLIVEIRA, 2006:25).

De forma geral o relevo é caracterizado por áreas planas e elevadas, colinas arredondadas e chapadas intercaladas por escarpas, com diferenças na paisagem sul e norte. Ao sul são comuns os vales abertos e as encostas pouco íngremes e ao norte o relevo é acidentado, com vales profundos chamados “vãos” e pela dominância de grandes áreas denominadas chapadas. Trata-se de uma superfície elevada, modelada em rochas silurianas³ e trabalhada pelos altos formadores das bacias do Tocantins, do Paraná e do São Francisco, constituindo, portanto, uma área dispersora de drenagem. A altitude média situa-se em torno de 1.100 metros e o ponto culminante, com 1.341 metros, fica a noroeste, na zona denominada Rodeador, na Região Administrativa de Brazlândia (Figura 2).

A rede hidrográfica é divergente e, apesar do longo período de estiagem, são perenes todos os rios locais, em virtude da existência de grande lençol de água subterrânea. O paralelogramo do DF está dividido em sete Bacias Hidrográficas que por sua vez alimentam três grandes bacias nacionais. A maior parte do território é drenada pelos altos formadores da Região Hidrográfica do Paraná: as bacias do Descoberto, Lago Paranoá, Corumbá, São Bartolomeu e São Marcos. Pequena área ao norte, a Bacia Hidrográfica do Rio Maranhão cede águas para a Região Hidrográfica do Tocantins/Araguaia e, na parte leste, a Bacia do Rio Preto alimenta a Região Hidrográfica do São Francisco (Figuras 3 e 4).

Na drenagem para o Rio Paraná destacam-se os rios Descoberto e São Bartolomeu. Este corta o Distrito Federal no sentido norte-sul e tem como afluentes de maior importância o rio Sobradinho, que banha a cidade do mesmo nome, e o rio Paranoá. Do Tocantins, o principal afluente é o rio Maranhão que nasce na lagoa Formosa, no Município goiano de Planaltina. Com direção inicial norte-sul, este rio inflete para oeste ao penetrar no DF, interceptando em vários pontos a linha de fronteira. Da Bacia do Rio São Francisco, o principal tributário é o rio Preto, que nasce nas proximidades de Formosa e serve de limite entre os estados de Goiás e Minas Gerais.

Nos limites da capital federal existem apenas três lagoas naturais: Jaburu — distante alguns metros da orla do Lago Paranoá, junto da qual está localizado o Palácio do Jaburu, residência oficial do vice-presidente da República —; Lagoa Bonita — o maior espelho d’água natural do DF, com 193 hectares de área — e Joaquim Medeiros, as duas últimas localizadas em Planaltina.

Os três lagos existentes são artificiais e foram formados pelo represamento de ribeirões, córregos e rios: o lago Descoberto é o resultado do represamento do rio Descoberto, córrego Rodeador e ribeirão das Pedras; o lago de Santa Maria foi formado a partir do represamento dos córregos Santa Maria e Milho Cozido; e o lago Paranoá formou-se pelo represamento do rio Paranoá, córrego do Acampamento, ribeirão Bananal, ribeirão do Torto, ribeirão Cabeça de Veado, ribeirão do Gama, córrego Vicente Pires e córrego Riacho Fundo.

³ Siluriano: relativo ao período de evolução terrestre caracterizado pelo desenvolvimento dos crustáceos. Segundo Houaiss, diz se de ou o tempo durante o qual as rochas desse sistema foram formadas (as rochas silurianas) de aproximadamente 440 a 410-400 milhões de anos.

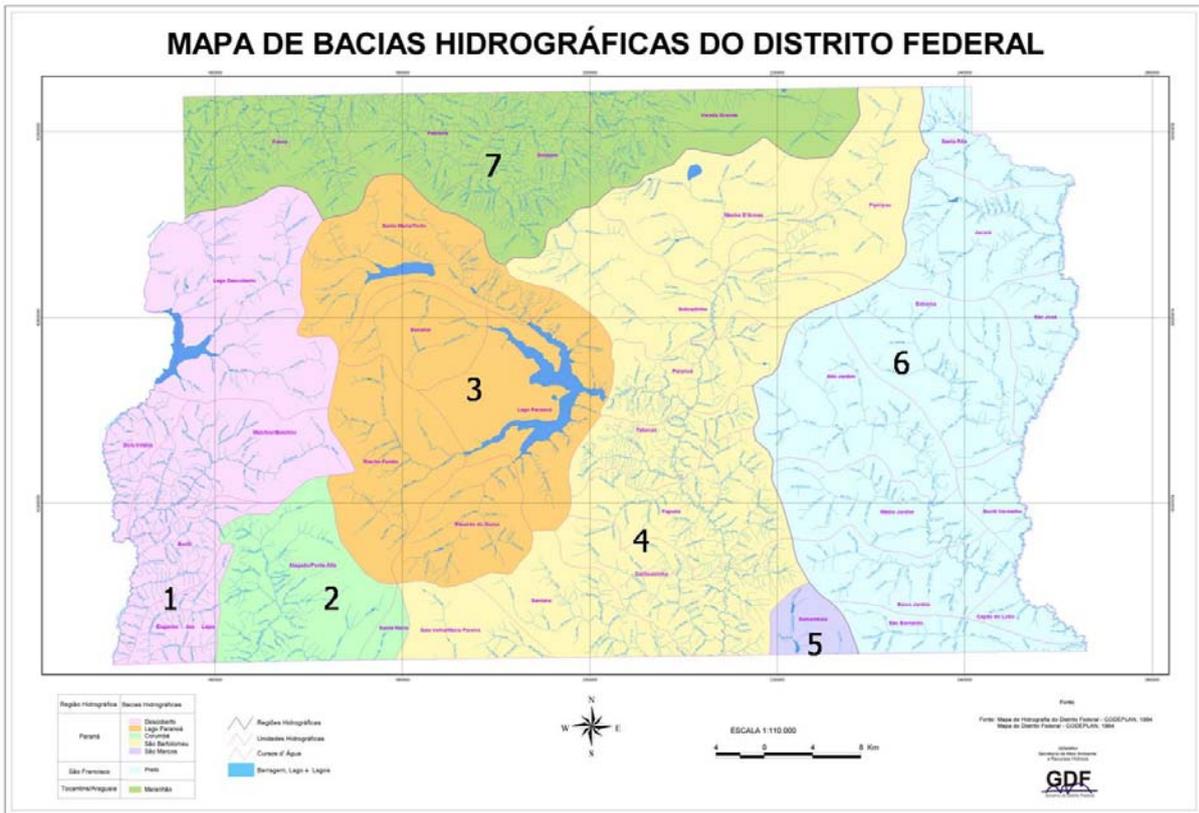


Figura 3 – Mapa de Bacia Hidrográficas do Distrito Federal. (Adaptado de SEMARH, 1994). 1 – Descoberto; 2 – Corumbá; 3 – Paranoá; 4 – São Bartolomeu; 5 – São Marcos; 6 – Preto; e 7 – Maranhão.

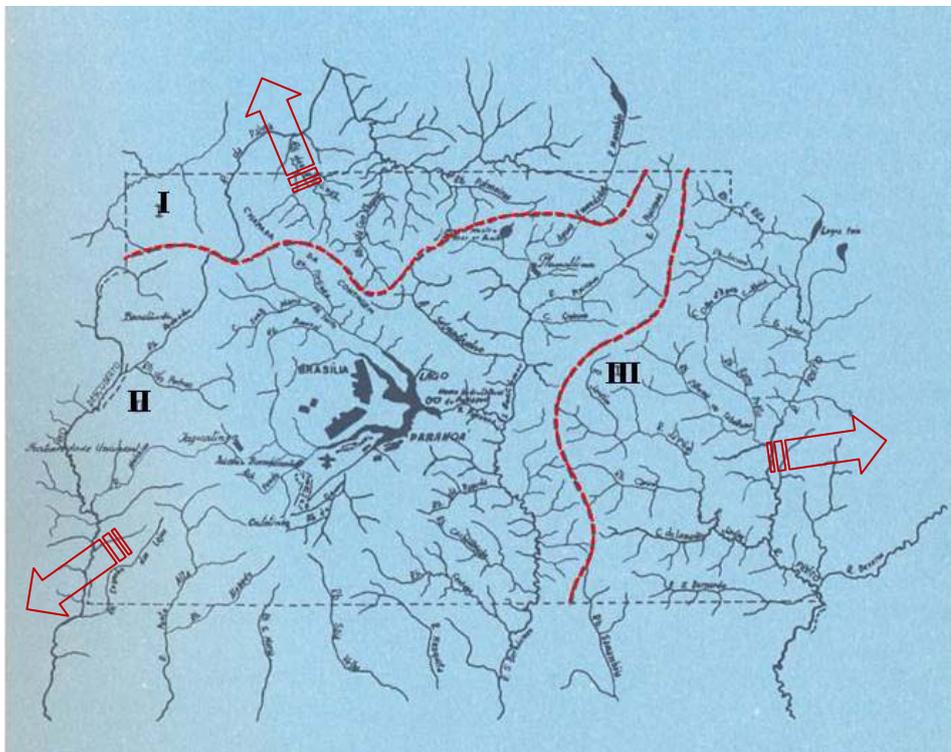


Figura 4 – Mapa das Regiões Hidrográficas (Adaptado de IBGE, 1972:17). Limites das Regiões Hidrográficas destacados em vermelho. I – Tocantins/Araguaia; II – Paraná; III – São Francisco.

Na porção nordeste do Distrito Federal situa-se o divisor das águas das bacias Tocantins (Córrego Vereda Grande) e Paraná (Córrego Brejinho), onde ocorre o extraordinário fenômeno “águas emendadas”, pelo fato dos dois córregos possuírem uma mesma nascente com origem em um mesmo lençol freático e verterem água para duas bacias hidrográficas diferentes. Em uma vereda de aproximadamente 6 km de extensão afloram os dois córregos em lados opostos: o córrego Vereda Grande corre para o norte, encontra o rio Maranhão que vai alimentar o caudaloso rio Tocantins. O córrego Brejinho corre para o sul, engrossa o córrego Fumal e logo após, para o rio São Bartolomeu, depois para o Corumbá, deságua no Paranaíba e forma então o rio Paraná.

O Distrito Federal encontra-se totalmente inserido no bioma cerrado, um dos mais ricos em biodiversidade do planeta, sendo que 40% de seu território fazem parte da Reserva da Biosfera do Cerrado, criada pela UNESCO. Até dezembro de 2001, as terras do DF cobertas por Unidades de Conservação⁴ - UCs chegavam a 42% do território. Eram cinco as Áreas de Proteção Ambiental⁵ – APAs: a) APA da bacia do rio São Bartolomeu, b) APA da bacia do rio Descoberto; c) APA das bacias do Gama e Cabeça-de-Veado; d) APA do Cafuringa; e e) APA do Lago Paranoá. Em 2002, por meio de Decreto do Presidente da República, foi criada a APA do Planalto Central, sendo que, a partir de então, cerca de 90% do território do DF contém algum tipo de unidade de conservação (SEMARH, 2005:47).

As formações do cerrado no DF apresentam-se estratificadas da seguinte forma: cerradão; cerrado típico; cerrado ralo; campo sujo; campo limpo; matas ciliares e de galeria; veredas; campos rupestres e campos de murundus (PELUSO; OLIVEIRA, 2006:27). Dentre a flora do cerrado, o buriti destaca-se como uma das espécies mais características da região e, também, das mais citadas pelos estudiosos e viajantes, como o botânico Ernesto Ule⁶.

*Aqui aparece então vistosa palmeira de leque ora em raros exemplares, ora disposta em grupos ou junta a outras plantas arbóreas, arbustivas e herbáceas formando bosques chamados capões; dá a essas localidades um aspecto todo particular e é por este motivo que se pode considerá-la como formação própria, especial: a dos buritizais e capões. Chama-se *Mauritia vinifera*, Mart; ou (de seu nome indígena) *buriti*, essa majestosa palmeira traz à lembrança do viajante – que nada mais avistará senão campos e cerrados – que ele se acha em latitudes tropicais (ULE apud CRULS, 1957:305).*

A delimitação do Distrito Federal incorporou terras de três municípios goianos: Formosa, Planaltina e Luziânia e, além de um número significativo de fazendas, foram englobados dois assentamentos urbanos: Brazlândia, Distrito de Luziânia e Planaltina, Município homônimo. Segundo o IBGE (PINTO, 1960:358), Brazlândia, localizada próximo à cabeceira do rio Descoberto, às vésperas da inauguração de Brasília era um pacato povoado entre extensos chapadões, com pouco mais de 70 casas com 400 habitantes. A centenária Planaltina, que no período da construção foi foro jurídico da nova Capital, da qual está distante cerca de 20 km, tinha então por volta de 450 casas com pouco mais de 2.300 habitantes.

⁴ Entende-se por Unidade de Conservação o espaço territorial e seus recursos ambientais, com características naturais relevantes, legalmente instituídos pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção.

⁵ A Área de Proteção Ambiental é uma Unidade de Conservação de Uso Sustentável que tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais.

⁶ Ernesto Heinrich Ule, botânico alemão, foi membro da primeira Comissão Cruls.

1.2 – A GEOPOLÍTICA⁷ DO DISTRITO FEDERAL

A escolha do local para a capital de um país é indiscutivelmente um problema político, mas os fundamentos devem ser essencialmente geográficos, sendo necessário distinguir, segundo Fábio Guimarães (2006:96-97), duas noções essenciais: a de ‘sítio’ e a de ‘posição’.

Entende-se por ‘sítio’ o conjunto de aspectos intrínsecos do local em que se acha a cidade, bem como das zonas imediatamente circunvizinhas. São as características do relevo, do clima, do solo, da vegetação, etc., da área ocupada pela cidade e suas circunvizinhanças, consideradas em si mesmo.

Por ‘posição’ compreende-se a situação da cidade em relação a outras áreas distintas, em relação ao conjunto do país e até do continente. Referem-se, por exemplo, a situação da cidade em relação às grandes linhas de relevo, aos cursos d’água importantes, às fronteiras políticas, às vias mestras de transportes e comunicações, etc. Guimarães (2006:97) considera que, apesar da importância do ‘sítio’, é a ‘posição’ que constitui a principal razão de uma maior ou menor importância da cidade.

O conhecimento das características físicas do território do DF se deu, principalmente, por meio dos relatórios produzidos pelas comissões que estudaram a região do Planalto Central no intuito de escolher um local para onde deveria ser transferida a Nova Capital da República.

Pioneiro, Francisco Varnhagen⁸ empreendeu por conta própria, em 1877, a primeira e decisiva excursão à região correspondente aos atuais limites do Distrito Federal para confirmar a hipótese da excelência das terras do centro geográfico do país. Entusiasta da idéia, o Visconde de Porto Seguro defendeu a interiorização por quatro décadas e seus discursos ajudaram a consolidar no ideário político nacional a intenção de uma capital no interior. Sugeriu como local para a construção da futura capital exatamente a posição aonde, 83 anos depois, iria se instalar o Distrito Federal:

... fazendo a um tempo della partir aguas para os três rios maiores do Brazil e da America do Sul, Amazonas, Prata e S. Francisco (...). Refiro-me à bella região situada no triangulo formado pelas três lagoas Formosa, Feia e Mestre d’Armas, com chapadões elevados mais de mil e cem metros, sobre o mar (VARNHAGEN, 1978:28).

A primeira a se incumbir oficialmente dos levantamentos técnicos dessa região foi a denominada Comissão Cruls. O Presidente Floriano Peixoto instituiu, em 1892, a “Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil” para estudar e demarcar a área da nova capital e, em 1894, foi criada a “Comissão de Estudos da Nova Capital da União” encarregada de prosseguir os trabalhos ligados à transferência da Capital da República, sob o comando do mesmo chefe, Luiz Cruls. Os relatórios de trabalho produziram um levantamento minucioso sobre a topografia, o clima, a geologia, a flora, a fauna, os costumes e recursos materiais da região e foi demarcado o “Quadrilátero Cruls” (**Figura 7**), área de 14.400 km² escolhida como a mais adequada para a interiorização da capital, que, não coincidentemente, incorporou o local sugerido pelo Visconde de Porto Seguro (CRULS, 1957:62-63).

⁷ Polli Coelho adota a definição dada pelo cientista sueco Rudolf Kjellen: “A geopolítica é uma tentativa de teoria do Estado, como organismo geográfico ou como fenômeno no espaço, isto é, de uma teoria de Estado como terra, como território, como domínio, como reino em suma” (IBGE, 2008:13).

⁸ Francisco Adolfo de Varnhagen, Visconde de Porto Seguro, diplomata, historiador, geógrafo, engenheiro militar e matemático. Vide Capítulo 3 – Viajar pelo território.

Segundo Cruls, a região demarcada pela Comissão no Planalto Central tinha sido, até aquele momento – final do século XIX –, pouco estudada pelos viajantes:

Sem receio de errar, podemos asseverar que bem pequeno é o número de brasileiros que a conhecem sob este ponto de vista e, quanto aos exploradores estrangeiros, bem poucos são aqueles que a tenham convenientemente explorado. Isto se explica facilmente, pois, procurando geralmente, e de preferência, os vales onde correm os grandes rios, seus itinerários deixaram, na maior parte, de cortar a região mais característica do planalto central do Brasil (CRULS, 1957:106).

Somente no final da década de 40, do século XX, foram publicados novos documentos técnicos sobre o Planalto Central, no bojo da criação de expedições e comissões para retomar o problema da mudança do Distrito Federal. A tônica geral desses trabalhos era favorável a interiorização da Capital e, ao descrever a região, exaltavam suas qualidades, tanto de ‘sítio’, quanto de ‘posição’.

Em 1946, o Presidente Marechal Eurico Gaspar Dutra criou a “Comissão de Estudos para a Localização da Nova Capital do Brasil” que, presidida pelo General Polli Coelho⁹, iniciou seus trabalhos em novembro de 1946 e, depois de dois anos, apresentou Relatório Técnico, onde propôs a mesma localização do “Quadrilátero Cruls”, dilatando, porém, a área inicialmente para cerca de 50.000 km², depois ampliada para 77.250 km² (**Figura 7**). A Comissão de Estudos referendou a solução proposta pela Comissão Cruls como a melhor possível face ao problema da mudança da capital, chamando a atenção para a significação geopolítica do “espigão mestre do Brasil”, divisor de águas das bacias do Amazonas e do Prata, nos Estados de Goiás e Mato Grosso. E dos “espigões secundários” que, da atual região de Planaltina de Goiás, seguem para o Norte e para o Sul, formando os limites das encostas ocidentais do Rio São Francisco (**Figura 5**).

O “Planalto da Unidade Nacional”, como o denominou Polli Coelho, também foi defendido enfaticamente por diversos outros estudiosos que se manifestaram sobre o assunto (MELLO, 1956:65). Do ponto de vista da ‘posição’, o “espigão mestre” não encontrou paralelo em nenhum outro local, considerado como um acidente geográfico verdadeiramente característico do Planalto Central, ligando o sistema dos principais divisores de água do Brasil ao sistema andino. Para reforçar a necessidade de ocupação dessa região, o General destacou que do ponto de vista militar era real a possibilidade geográfica de invasão do Brasil, vindo-se de Oeste.

Devemos recordar aqui que a Coluna Prestes, que foi famosa em sua época, veio do Sudeste do Brasil perseguida por todos os lados. Quando atingiu o Mato Grosso e se colocou sobre o espigão mestre e seus ramais nordestinos, passou a gozar de uma absoluta liberdade de movimentos. Foi a Goiás e dali demandou o Nordeste. Penetrou na Bahia e, quando não teve mais esperanças de promover a insurreição popular contra o governo, deslisou tranquilamente para a Bolívia, sem sequer ser percebida pelas tropas que pretendiam cercá-la pelos setores de Leste, mas que não estavam, como estava o Capitão Prestes, montados sobre um acidente geográfico que lhe proporcionava grandes vantagens táticas e estratégicas (COELHO apud IBGE, 1948:18).

⁹ General Djalma Polli Coelho, então Diretor do Serviço Geográfico do Exército, veio a ser presidente do IBGE.

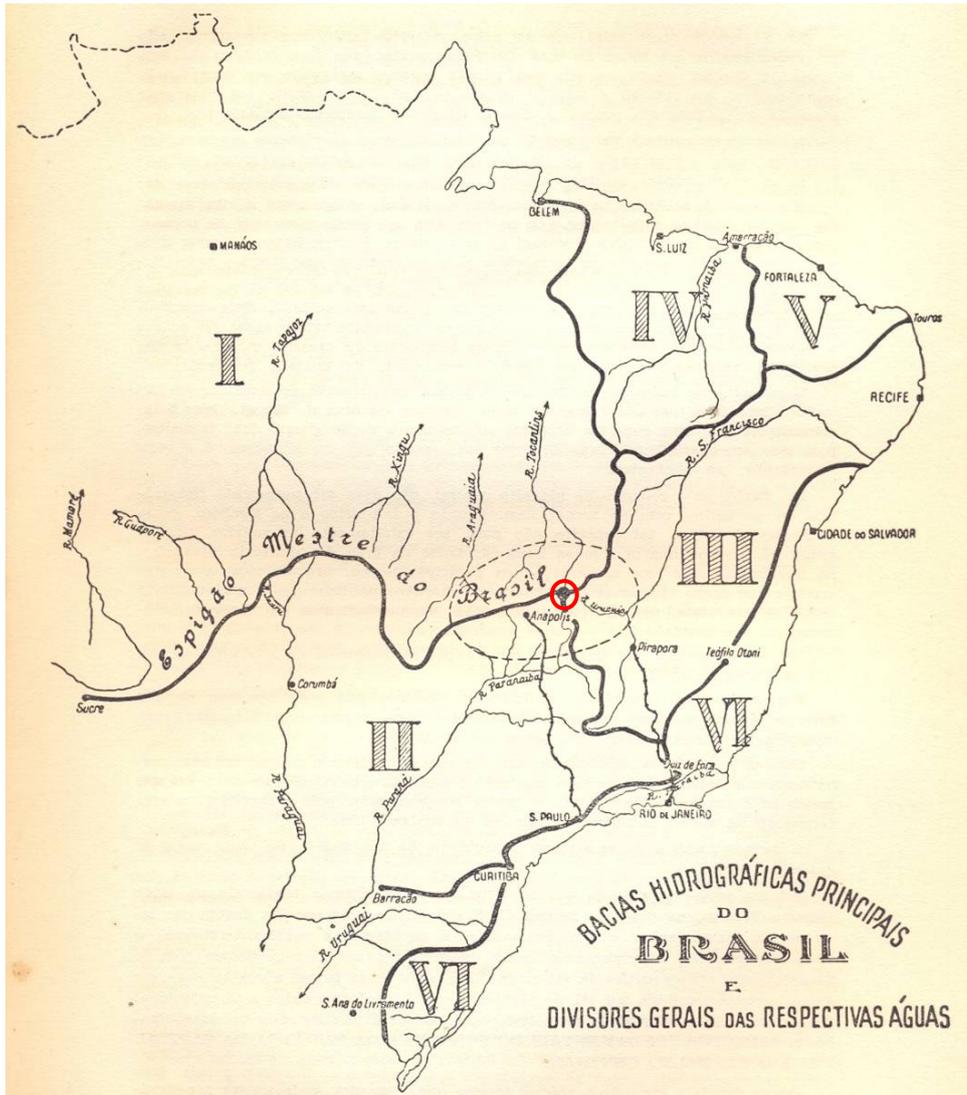


Figura 5 – Mapa das Bacias Hidrográficas Principais do Brasil e Divisores Gerais das Respectivas Águas (IBGE, 1948:11). Localiza o “Espigão Mestre do Brasil” e, a partir de Planaltina de Goiás, os “espigões secundários”. Planaltina de Goiás destacada com círculo vermelho.

O IBGE, como partícipe desta Comissão e empregando corpo técnico próprio, organizou, em 1947, uma “Comissão de Estudos para a localização da Capital do Brasil” com dois grupos, um sob a chefia do prof. Francis Ruellan e o outro sob a direção do prof. Fábio Guimarães, com orientação técnica do prof. Léo Waibel, que percorreram cerca de 10.000 quilômetros numa área de 200.000 km² do Planalto Central. O primeiro teve como atribuição realizar estudos geográficos específicos em oito ‘sítios’ previamente escolhidos pela Comissão, e ao segundo coube realizar o estudo do Planalto Central em seu conjunto, para uma compreensão das características gerais da região, tendo em vista, sobretudo, o problema da ‘posição’ da Nova Capital.

Dentre as oito zonas estudadas pela Comissão do IBGE, três foram selecionadas como as mais adequadas – Uberlândia/Tupaciguara (C), Patos de Minas (D) e Goiânia/Anápolis (F) – sem, curiosamente, contemplar o “Quadrilátero Cruls” (G) (Figura 6).

No entanto, em 1948, por meio da Resolução n. 388, o IBGE prestou apoio incondicional aos trabalhos executados pela “Comissão de Estudos para a Localização da Nova Capital” e endossou com entusiasmo a área demarcada pela Comissão Cruls, como, inclusive, havia feito anteriormente no documento “Problemas de Base do Brasil”, de 1941:

A escolha desse ponto é uma dessas medidas deliberadas em hora afortunada, pois constitui solução definitiva e perfeita para o problema. O ponto em questão está no que se poderá chamar o centro de gravidade do mapa político do Brasil, que é, fisiograficamente, também um ponto simbólico, pois dele fluem as águas que se vão repartir pelas três grandes bacias brasileiras – a franciscana, a do Tocantins-Amazonas e a platina. Situa-se em um planalto maravilhoso pelo clima, pela irrigação, pela beleza das paisagens, pela possibilidade de turismo, pela riqueza das terras (campos, florestas, áreas de cultura). Está no local mais protegido do território nacional quanto à possibilidade de uma agressão aérea ou terrestre. E a metrópole ali situada facilmente poderá ligar-se a todas as Unidades da Federação, e manter, com um dinamismo poderoso, a grande unidade da vida nacional, mediante influência uniforme sobre toda a extensão do território brasileiro – de norte a sul e de este a oeste (IBGE, 1948:17-18).

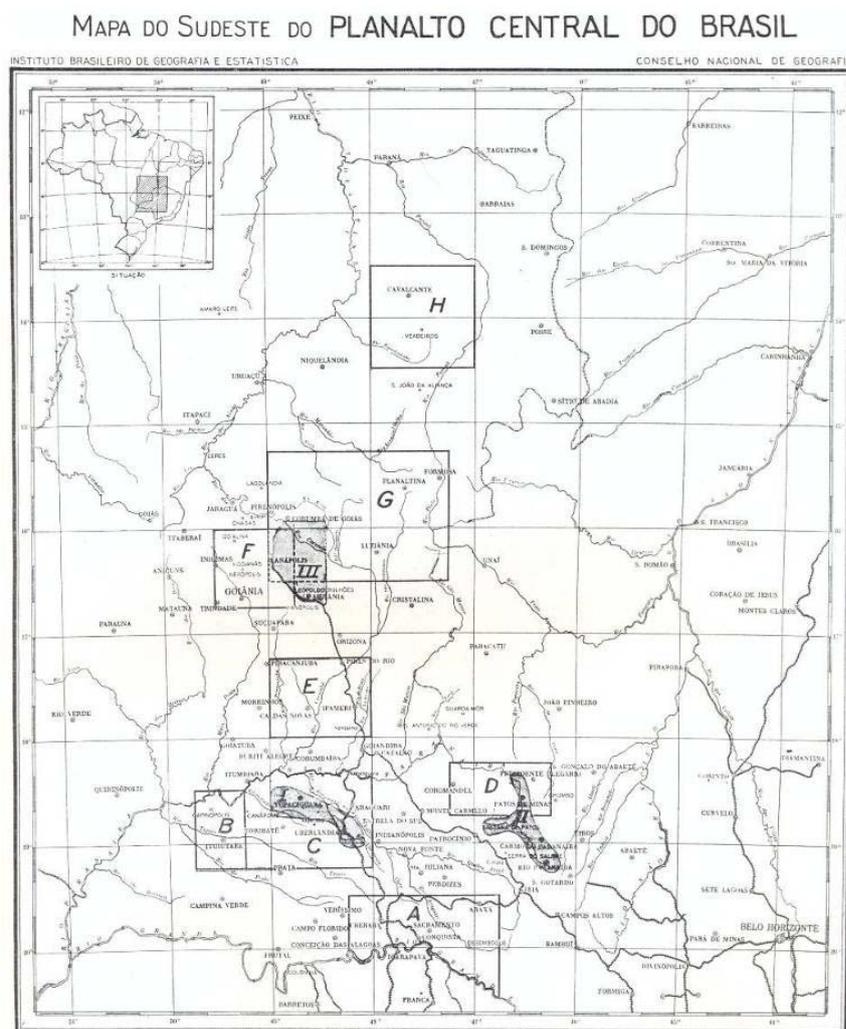


Figura 6 – Mapa do Sudeste do Planalto Central do Brasil (GUIMARÃES, 2006:107). Localiza as oito zonas indicadas para estudo pelo IBGE.

Assim como a ‘posição’, também o ‘sítio’ despertou a admiração de estudiosos e foi descrito de forma apaixonada:

Alí (quadrilátero Cruls) poder-se-á criar uma grande capital, pois a topografia apresenta as características indispensáveis ao crescimento de uma cidade. A condição topográfica essencial a tal desideratum é a existência de um planalto levemente ondulado. (...) As regiões de completa planície dificultam os trabalhos de arquitetura municipal, não havendo como dar realce aos edifícios e monumentos, pela falta de “pontos de vista de conjunto” que dêem alegria e formosura à cidade. Ao contrário disso os chapadões ou planícies onduladas prestam-se, belamente, para a implantação das capitais. Paris e Roma são exemplos clássicos (BACKEUSER apud DEMÓSTHENES, 1947:23-24).

Por sua vez, Antonio Pimentel¹⁰ (1985:29-30) exaltou a exuberante fertilidade do solo, a salubridade proverbial, a abundância de água potável, os extensos planos sem interrupções importantes, a abundância de preciosos minerais e essências diversas, as madeiras de construção, a elevação do terreno determinando um menor grau de secura atmosférica e uma temperatura mais fresca.

Por fim, Auguste Glaziou¹¹, encantado com o ‘sítio’, descreveu poeticamente o clima e o céu de Brasília:

Além desses predicados terrestres, o clima desses lugares é perfeitamente regular; neles reina constante aragem sempre junta a uma temperatura invariável. As noites são tão calmas como o dia, sem ventos nem frio áspero; em conclusão, entendo que aí tudo se reúne para felicitar absolutamente a existência humana. (...) Também é interessante registrar a ausência quase absoluta de nuvens à noite em certas épocas do ano, o que permite chamar de sereno o nosso clima. O nosso céu, de uma beleza notável, carrega-se pela manhã de nuvens a leste, passando elas pelo zênite nas proximidades do meio-dia para à tarde acumularem-se pelo lado oeste e afinal desaparecerem quase totalmente, descendo a nebulosidade às vezes quase a zero: parecem fazer cortejo ao sol (GLAZIOU apud CRULS, 1957:332-333).

Em 1953, o Presidente Getúlio Vargas criou a “Comissão de Localização da Nova Capital Federal” sob a presidência do General Aginaldo Caiado de Castro, composta por técnicos de várias especializações. Competia a esta Comissão proceder a estudos definitivos no Planalto Central para a escolha do local da Nova Capital Federal, entre os paralelos sul 15°30’ e 17°30’ e os meridianos a oeste de Greenwich 46°30’ e 49°30’. Sobre essa área, denominada “Retângulo do Congresso” foram realizados exaustivos estudos, inclusive de aerofotogrametria, sendo contratada a empresa norte-americana *Donald Belcher and Associates Incorporated* para análise e interpretação fotográfica da região.

Em 1954, logo após sua posse na presidência da República, Café Filho indicou o Marechal José Pessoa para, na presidência da Comissão de Localização, dar continuidade aos trabalhos de escolha dos melhores sítios. O Relatório Belcher, finalizado em 1955, analisou a topografia, geologia, drenagem, solos para engenharia, solos para agricultura e utilização das terras de uma área de

¹⁰ Antonio Martins de Azevedo Pimentel, médico-higienista fluminense, foi membro da primeira Comissão Cruls. Ver Capítulo 3 – Viajar pelo território.

¹¹ Auguste François Marie Glaziou, botânico francês que participou da segunda Comissão Cruls.

50.000 km², agora “Retângulo do Congresso” ou “Retângulo Belcher”. Nesse documento foram selecionados os cinco sítios considerados próprios à implantação da Nova Capital, denominados: Sítio Vermelho; Sítio Amarelo; Sítio Azul; Sítio Verde e Sítio Castanho (**Figura 7**).

A escolha do local definitivo se deu por meio de pontuação atribuída pela Comissão às cinco áreas definidas no Relatório Belcher e foi fruto de um conjunto de fatores: clima, hidrografia, energia, terras para agricultura, solos favoráveis à edificação, transportes, material para construção, facilidade de desapropriação de terras, topografia e paisagem atraente. O vencedor foi o “sítio castanho”, tendo os limites do atual Distrito Federal incorporado tanto o Sítio Castanho quanto o Verde, que foi o segundo colocado, área integralmente inserida no “Quadrilátero Cruls”. Mais uma vez, os trabalhos da antiga Comissão Cruls foram referendados.

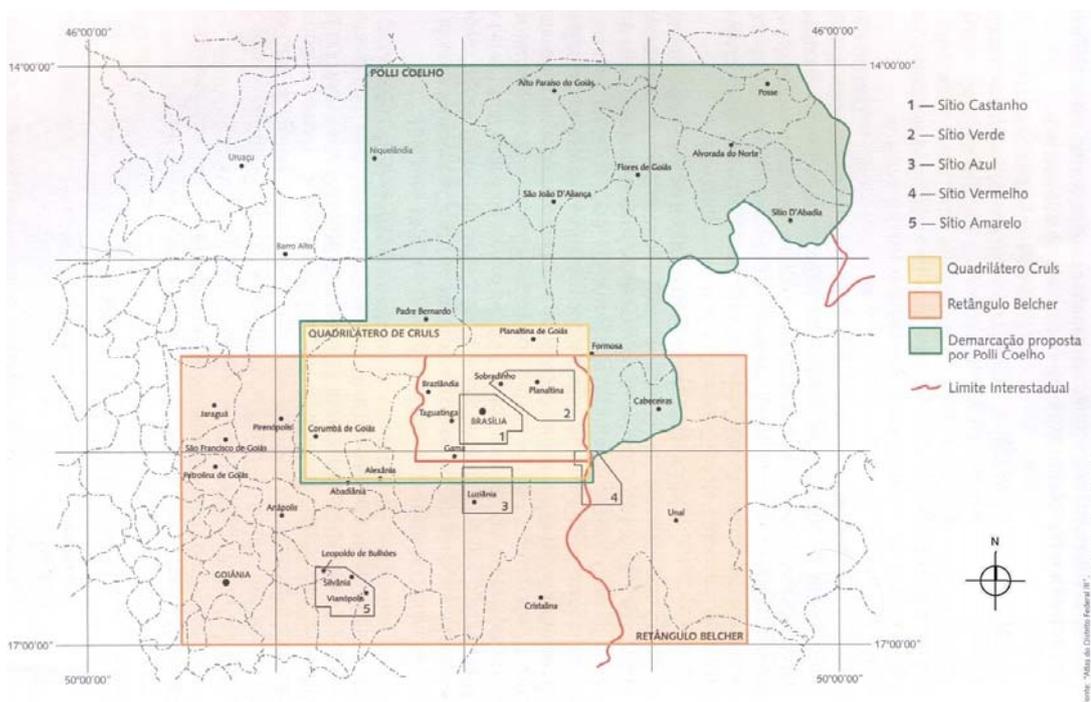


Figura 7 – Mapa de Estudos e Demarcações (PELUSO; OLIVEIRA, 2006:39).

O Sítio Verde, essencialmente um vale, inclui as atuais áreas de Sobradinho e Planaltina e foi descrito como um dos mais bonitos de todo o DF, tendo como ‘problema’ especial, segundo o Relatório Belcher, um divisor de serras altas e escapadas que cortam o sítio pelo centro de nordeste para sudoeste, ressaltando que há passagens naturais por entre as serras; na verdade, tratava-se do “espigão mestre” apresentado por Polli Coelho. O Sítio Castanho, em contraste, é convexo e tem como detalhe topográfico principal um domo de forma triangular definido pelo córrego Riacho Fundo e o ribeirão Bananal, quando se juntam para formar o rio Paranoá, que então corre no rumo leste para o rio São Bartolomeu. É aberto a todas as influências dos ventos predominantes e, durante os períodos de calma, ele tem uma forma topográfica ideal para promover a drenagem do ar através da cidade.

Interessante destacar que cerca de sessenta anos antes da mudança da Nova Capital, Glaziou apontou o local exato da implantação do Plano Piloto, denominado Sítio Castanho no Relatório Belcher, antevendo o que viria a ser o Lago Paranoá – quem sabe, um lago primitivo que Brasília devolveu ao seu lugar:

Enfim, de jornada em jornada, estudando tudo: qualidade do solo, vantagem de águas, clima, caráter do conjunto da paisagem, etc., cheguei a um vastíssimo vale banhado pelos rios Torto, Gama, Vicente Pires, riacho Fundo, Bananal e outros; impressionou-me profundamente a calma severa e majestosa desse vale. (...) Explorando depois, com vagar, os arredores, num raio de uns quarenta quilômetros, nada vi que fosse comparável ao tabuleiro do rio Torto. Entre os dois grandes chapadões, conhecidos na localidade pelos nomes de Gama e Parnauá, existe imensa planície em parte sujeita a ser coberta pelas águas da estação chuvosa; outrora era um lago devido à junção de diferentes cursos de água formando o rio Parnauá (...). É fácil compreender que, fechando essa brecha com uma obra de arte (...) forçosamente a água tornará ao seu lugar primitivo e formará um lago navegável em todos os sentidos, num comprimento de 20 a 25 quilômetros sobre uma largura de 16 a 18. Além da utilidade da navegação, a abundância de peixe, que não é de somenos importância, o cunho de aformoseamento que essas belas águas correntes haviam de dar à nova capital despertariam certamente a admiração de todas as nações (GLAZIOU apud CRULS, 1957:331).

A partir de 1956, avolumou-se a quantidade de textos que tratavam da mudança capital, trabalhos produzidos com a intenção de defender politicamente o projeto de construir não apenas a Capital, mas um novo Brasil, documentos que reforçavam ser a escolha do local e a construção de Brasília uma idéia antiga, fruto de uma histórica aspiração nacional. O discurso da mudança abrangia questões nacionais, especialmente no que diz respeito à identidade nacional e a segurança do Estado, mas também a ocupação territorial e o desenvolvimento da região, tendo como função ideológica legitimar a Nova Capital contra os que faziam oposição a Brasília. A notícia de que o Presidente da República iria construir uma cidade e fazer dela a Nova Capital do país foi duramente contestada pelo Congresso, juntando-se a esse coro parlamentar grande parte da imprensa.

Na verdade, desde que foram divulgados os relatórios das expedições da Comissão Cruls tiveram início as polêmicas que suscitaram um acalorado debate tanto da cientificidade da missão como também da excelência da região escolhida (PIMENTEL, 1985:viii). Mas essas disputas eram principalmente políticas, não produzindo novos estudos com dados e levantamentos físicos da região que desautorizassem os trabalhos técnicos citados, desenvolvidos no período de 1877 até 1955.

Apesar da importância do seu passado, o território do Planalto Central, nos atuais limites do DF, a partir da implantação da Nova Capital teve sua história ofuscada pela história de Brasília. Nas palavras reveladoras de Sylvia Ficher (2000:48-49):

Arcaísmo e contemporaneidade se misturam em Brasília. E sua história continua sendo escrita no registro do mito, apresentada como ocupação primeira de um local virgem, apagados os traços de alguns séculos da história do Goyaz, agora aparentemente sem passado e sem tradições próprias, esquecidos aqueles que aqui viveram antes da sua construção.





capítulo 2

MAPEAR O TERRITÓRIO



2 – MAPEAR O TERRITÓRIO

Com o objetivo de localizar o trajeto de importantes vias de comunicação estabelecidas ainda no período colonial, que passavam pelo Planalto Central nos limites do atual DF, recorreremos à cartografia histórica, do período aproximado de 1750 até 1896.

O recorte temporal dos documentos estudados se inicia a partir da criação da Capitania de Goiás, em 1748¹². Inicialmente, Goiás era território pertencente à Capitania de São Paulo e quando ganhou autonomia abrangia os atuais Triângulo Mineiro, Tocantins, parte do Mato Grosso e Maranhão. Só se tem notícias de produção cartográfica especificamente da Capitania de Goiás a partir de 1750, quando são divulgados os primeiros documentos produzidos a mando do Governador. O período estudado se encerra em 1896, por ser a data do último mapa produzido no século XIX para essa região de que tivemos conhecimento.

Todos os documentos cartográficos encontrados, entre 1750 e 1896, que registraram caminhos, estradas, sítios ou rios em área limítrofe ou nos limites de onde se encontra o atual Distrito Federal foram analisados, sendo que no título e na descrição dos mesmos foi mantida a grafia original. Considerando que alguns dos mapas selecionados foram encontrados em mais de uma fonte e como todas elas foram referenciadas, optamos por manter o nome do mapa designado por cada uma de suas fontes, assim como o autor e o ano a que é atribuído por essa mesma fonte. Dessa forma, documentos similares, às vezes, se apresentam com nomes diferentes, são atribuídos a autores distintos e em datas discrepantes, conforme a informação prestada pela fonte consultada, resultando na análise de vinte e dois mapas, em trinta e cinco documentos cartográficos.



Desde épocas remotas, o ser humano vem utilizando-se da elaboração de mapas como meio de armazenamento de conhecimentos sobre a superfície terrestre, tendo como finalidade não só conhecer, mas, especialmente, administrar e racionalizar o uso do espaço geográfico envolvente (DUARTE, 2008:19).

Os mapas históricos, por si só, desafiam os leitores e usuários a entender os princípios geográficos da cartografia, principalmente a noção escala. Conforme registrado nos relatos dos cronistas, os cartógrafos faziam mapas tradicionalmente juntando informações de documentos publicados ou pesquisas de campo. Os mapas produzidos eram, muitas vezes, atos de interpretação. De toda forma, eles guardam informações geográficas que são fundamentais para a reconstrução de lugares do passado. Por diversas vezes, detêm informações não contidas em qualquer outra fonte escrita, tais como nomes de locais, fronteiras e aspectos físicos que podem ter sido modificados ou apagados pelo homem e pelo tempo. Mapas históricos capturam as atitudes daqueles que o fizeram e representam as “visões de mundo” de sua época. É o que nos explica John Brian Harley:

¹² A Capitania de Goiás só foi instalada em 1749, sendo seu primeiro Governador D. Marcos de Noronha, Conde dos Arcos.

Os mapas, junto a qualquer cultura, sempre foram, são e serão formas de saber socialmente construído; portanto, uma forma manipulada do saber. São imagens carregadas de julgamentos de valor. Não há nada inerte e passivo em seus registros (HARLEY apud MARTINELLI, 2008:8).

Segundo definição do IBGE (2009), temos:

CARTA: é a representação de uma porção da superfície terrestre no plano, geralmente em escala média ou grande, oferecendo-se a diversos usos, como por exemplo, a avaliação precisa de distâncias, direções e localização geográfica dos aspectos naturais e artificiais, podendo ser subdividida em folhas, de forma sistemática em consonância a um plano nacional ou internacional.

CARTOGRAFIA: é um conjunto de estudos e operações científicas, técnicas e artísticas que, tendo como base os resultados de observações diretas ou a análise de documentação já existente, visa a elaboração de mapas, cartas e outras formas de expressão gráfica ou representação de objetos, elementos, fenômenos e ambientes físicos e socioeconômicos, bem como sua utilização.

MAPA: representação no plano, normalmente em escala pequena, dos aspectos geográficos, naturais, culturais e artificiais de toda a superfície (Planisfério ou Mapa Mundi), de uma parte (Mapas dos Continentes) ou de uma superfície definida por uma dada divisão político-administrativa (Mapa do Brasil, dos Estados, dos Municípios) ou por uma dada divisão operacional ou setorial (bacias hidrográficas, áreas de proteção ambiental, setores censitários).

PLANTA: é um caso particular de carta. A representação se restringe a uma área muito limitada e a escala é grande, conseqüentemente o número de detalhes é bem maior.

A seguir, serão detalhados os trinta e cinco documentos cartográficos estudados, sendo dezoito do século XVIII:

1 - O prim.ro mais ajustado, que lá apareceo até/aquele tempo, e o menos distante da verdade da destrebuiçaõ desta Comarca,/e seos Arrayaes, mostrando o caminho, que vem da Vila de Santos a esta Capi-/tal, e daqui ao Cuyabá, Mato Grosso, Rio da madeira, té o das Amazonas; 2 - Mapa geral dos limites da Capitania de Goiás; 3 - Mapa que mostra a capitania de Goiás e a região ao sul até o rio da Prata; 4 - Mappa dos Sertões, que se comprehendem de Mar a Mar entre as Capitancias de S. Paulo, Goyazes, Cuyabá, Mato-grosso, e Pará; 5 - Mappa da Capitania de S. Paulo e seu sertão, em que se vem os descobertos, que lhe forão tomados para Minas Geraes, como também o Caminho de Goyazes, com todos os seus pouzos, e passagens, deleniado por Francisco Tosi Columbina. Primeira Parte; 6 - Mappa da Capitania de Goyazes, e de todo o sertão por onde passa o Rio Maranhão, ou Tucantins; 7 - Carta da Capitania de Goyaz; 8 - Mapa da Capitania de Goiás e regiões circunvizinhas mostrando as comunicações entre as bacias do Prata e do Amazonas; 9 - Mapa da Capitania de Goiás; 10 - Mapa Geral da Capitania de Goiás; 11 - Mapa Geral da Capitania de Goiás; 12 - Carta ou Plano geográfico da Capitania de Goyaz; 13 - Carta de toda a porção d'América Meridional, que pareceo necessaria a manifestar a viagem de 569 legoas commuas, que da escala e cidade do Rio

de janeiro executou por terra, em 17 do mes de Mayo de 1772, para Villa Bella da Santissima Trindade, o Governador e Capitão General do Estado do Mato Grosso e Cuiabá, Luis d'Albuquerque de Mello Pereira e Caceres do Conselho de Sua magestade Fidelissima que Deos o guarde; 14 - Carta ou Plano geográfico da Capitania de Goyaz mandado fazer por José de Almeida de Vasconcellos Soveral e Carvalho em 1778; 15 - Mapa dos Julgados da Capitania de Goiás; 16 - Carta ou Plano Geographico da Capitania de Goyas ou Mapa dos Julgados; 17 - Carta da Capitania de Goiás no auge de sua expansão no séc. 18; e 18 - Carta ou Plano Geographico da Capt^a. de Goyaz huma das do centro da America Meridional, do Reino de Portugal que mandou construir o Illm^o e Excllm^o Snr. José de Almda de Vasconcellos de Sovral e Carvalho Gov.or e Cap. Gen. da dita Capit.^a do Dia 26 de Julho de 1777 até Maio de 78, que a entregou.

E dezessete do século XIX:

1 -Mappa Geografico da Capitania de Villa boa de Goyas combinado com partes de Outros, que denotão as Capitánias de Minas Gerais e Maranhão mandado tirar pello Ilmo. e Exmo. Snr. Fernando Delgado Freire de Castilho Governador e Capitão General da mesma Capitania, no anno de 1819; 2 - Karte von Brasilien worauf die Reisen der osterreich Naturforfeher Dr. Pohl u. Johann Natterer angezciehnet sind; 3 - Karte von Brasilien worauf die Reisen der osterreich Naturforfeher Dr. Pohl u. Johann Natterer angezciehnet sind; 4 - Carte der Provinz Goyaz im Jahre 1777 aufgenommen Thomas de Souza, Major der Cavallerie berichtet nach eigenen Beobachtungen, Carten und Nachrichten von W. von Eschwege; 5 - Carta Corografica Plana da Provincia de Goyaz e dos Julgados de Araxá e Desemboque da província de Minas Geraes organizado pelo Brigadeiro Raimundo Jozé da Cunha Mattos Governador das Armas de Goyaz para acompanhar os seus itinerários escritos em 1826 e publicados no anno de 1836; 6 - Carta Corografica Plana da Provincia de Goyaz e dos Julgados de Araxá e Desemboque da Província de Minas Geraes organizado pelo Brigadeiro Raimundo Jozé da Cunha Mattos Governador das Armas de Goyaz para acompanhar os seus Itinerários escritos em 1826 e publicados no anno de 1836; 7 - Carta corográfica da provincia de Goyaz e dos Julgados de Araxá e desemboque da provinca de Minas Geraes; 8 - Carta Corografica Plana da Provincia de Goyaz e dos Julgados de Araxá e Desemboque da Província de Minas Geraes; 9 - Goyaz. Vcde de Villiers de L'Ile-Adam. Gravado na Lithographia Imperial. Publicado no Rio de Janeiro por: Garnier Irmãos Livreiros. Rio de Janeiro. 1849; 10 - Carta da Provincia de Goyaz. Organizada em 1874 por ordem do Ministerio d'Agricultura Commercio e Obras Publicas, pelo Capitão d'Engenheiros Joaquim R. de M. Jardim, conforme as melhores cartas existentes e observações proprias. Rio de Janeiro, 1875; 11 - Carta do sul de Goyaz e triangulo mineiro por Oscár Leal segundo as cartas existentes e observações próprias; 12 - Mapa Cartográfico do Quadrilátero Cruls; 13 - Mappa do Brazil, indicando a posição da Zona demarcada para o futuro Districto Federal, Commissão Exploradora do Planalto Central do Brazil, 1893; 14 - Mappa do Brazil, mostrando a posição do Distrito Federal demarcado assim como os principais caminhamentos levantados pela Commissão; 15 - Esboço da zona de 14.400 kilometros quadrados, demarcada no Planalto Central do Brazil, para o districto federal, mostrando os caminhamentos ligando Pyrenopolis, Santa Luzia e Formosa; 16 - Mappa dos itinerários levantados, com a indicação da Zona demarcada e da constituição geológica da região explorada. Commissão Exploradora do Planalto Central do Brazil; e 17 - Planta do Districto Federal mostrando o adiantamento dos trabalhos topographicos realizados até fins do anno 1895.

2.1 – CARTOGRAFIA HISTÓRICA DO SÉCULO XVIII

O primeiro e mais ajustado, que lá apareceu até aquele tempo¹³

Novas pesquisas no acervo do Arquivo Histórico Ultramarino apontam que o documento cartográfico *O prim.ro mais ajustado, que lá apareceu até/aquele tempo, e o menos distante da verdade da destrebuiaõ desta Comarca,/e seos Arrayaes, mostrando o caminho, que vem da Vila de Santos a esta Capi-/tal, e daqui ao Cuyabá, Mato Groso, Rio da madeira, té o das Amazonas*, é de autoria do português Ângelo dos Santos Cardoso¹⁴, Secretário da Capitania de Goiás no Governo de D. Marcos de Noronha, e foi finalizado em 1750 (VIEIRA JR.; SCHLEE; BARBO, 2010:1948).

Diversamente, Isa Adonias (1960:659), no catálogo intitulado “Mapas e planos manuscritos relativos ao Brasil Colonial (1500-1822)”, indica o ano de 1751, afirma que o autor é o italiano Francisco Tosi Colombina e dá ao documento o nome de *Mapa da Capitania de Goiás e regiões circunvizinhas mostrando as comunicações entre as bacias do Prata e do Amazonas (Figura 8)*. Adonias o descreve como uma variante de outro mapa de Tosi Colombina (**Quadro 2, Documento 2**), pois a configuração da região representada, a rede hidrográfica, os caminhos pontilhados e a nomenclatura são os mesmos nos dois mapas.

Ambos mostravam as rotas, tanto terrestres quanto fluviais, que ligavam a Vila de Santos, em São Paulo, a Cuiabá e à cidade do Mato Grosso, às margens do Rio Madeira; e a rota terrestre que, subindo ao norte, chegava ao Descoberto do Carmo. Da mesma forma, o itinerário que assinalavam, nas proximidades do atual DF, cruzava apenas o Arraial de Meia Ponte, não passando sequer por Santa Luzia. O mapa de Cardoso apresentou, além, a rota fluvial que seguia até a confluência do rio Sumidouro com o rio dos Arinos.

Como diferença entre os dois, nota-se neste mapa (**Quadro 2, Documento 1**) a omissão das serras, o fato da letra não de ser de Colombina e a grafia da palavra sertão ter sido assinalada com a letra “C” e no outro com a letra “S”. Faltam também neste exemplar as duas legendas do mapa do italiano, a primeira contendo uma nota dirigida pelo autor a D. Marcos de Noronha e a segunda uma explicação dos caminhos. No canto inferior esquerdo ocorre uma lista de quarenta e sete lugares, indicados por números, quando no mapa de Colombina estão listados quarenta e nove sítios.

Continuando na análise comparativa, não encontramos similitude na representação gráfica das cabeceiras do Rio Maranhão em cada um dos documentos, na região correspondente ao atual Distrito Federal. Na mesma área, o mapa de Colombina (**Quadro 2, Documento 2**) não registrou qualquer referência escrita, mas neste documento (**Quadro 2, Documento 1**), entre os paralelos 16 e 17, estava grafado o nome Sobradinho, possivelmente pela primeira vez em um mapa. Pela localização, tudo sugere se tratar do rio São Bartolomeu, do qual o Sobradinho é afluente.

¹³ Nos títulos e nas legendas será adotada a grafia atualizada para os nomes dos documentos cartográficos.

¹⁴ Bertran escreve que o português Ângelo dos Santos Cardoso, como secretário do primeiro governo, elaborou relatório sobre a Capitania de Goiás e, em 1755, em carta ao Marquês de Pombal descreveu a população que veio inicialmente a povoar Goiás, suas riquezas minerais, agricultura, costumes, etc.

Quanto aos limites da Capitania de Goiás, assinalados a traço grosso, constata Adonias (1960:659) serem os mesmos nos dois documentos, salvo no trecho confinante com a Capitania de Mato Grosso. Neste mapa (**Quadro 2, Documento 1**) os limites seguiam pelo “rio das Mortes, desde suas cabeceiras até as proximidades da confluência com o Araguaia, e daí pelo divisor de águas até as nascentes do rio Itacaiunas”. Esta representação cartográfica materializava a proposta do Conde dos Arcos para a divisão entre as duas capitanias, encaminhada ao rei de Portugal, em 1750.

Discrepâncias tão significativas reforçam a hipótese de que os mapas, apesar de semelhantes, não sejam de um único autor. Na verdade este mapa (**Quadro 2, Documento 1**) parece ser uma primeira versão, que antecedeu o documento de Colombina. Para o historiador Paulo Bertran (2002:55-57), Ângelo Cardoso foi ... *o primeiro cartógrafo do Brasil Central, o qual forneceu seu mapa pioneiro ao italiano Tossi Colombina, e para este ficou toda a fama depois.*

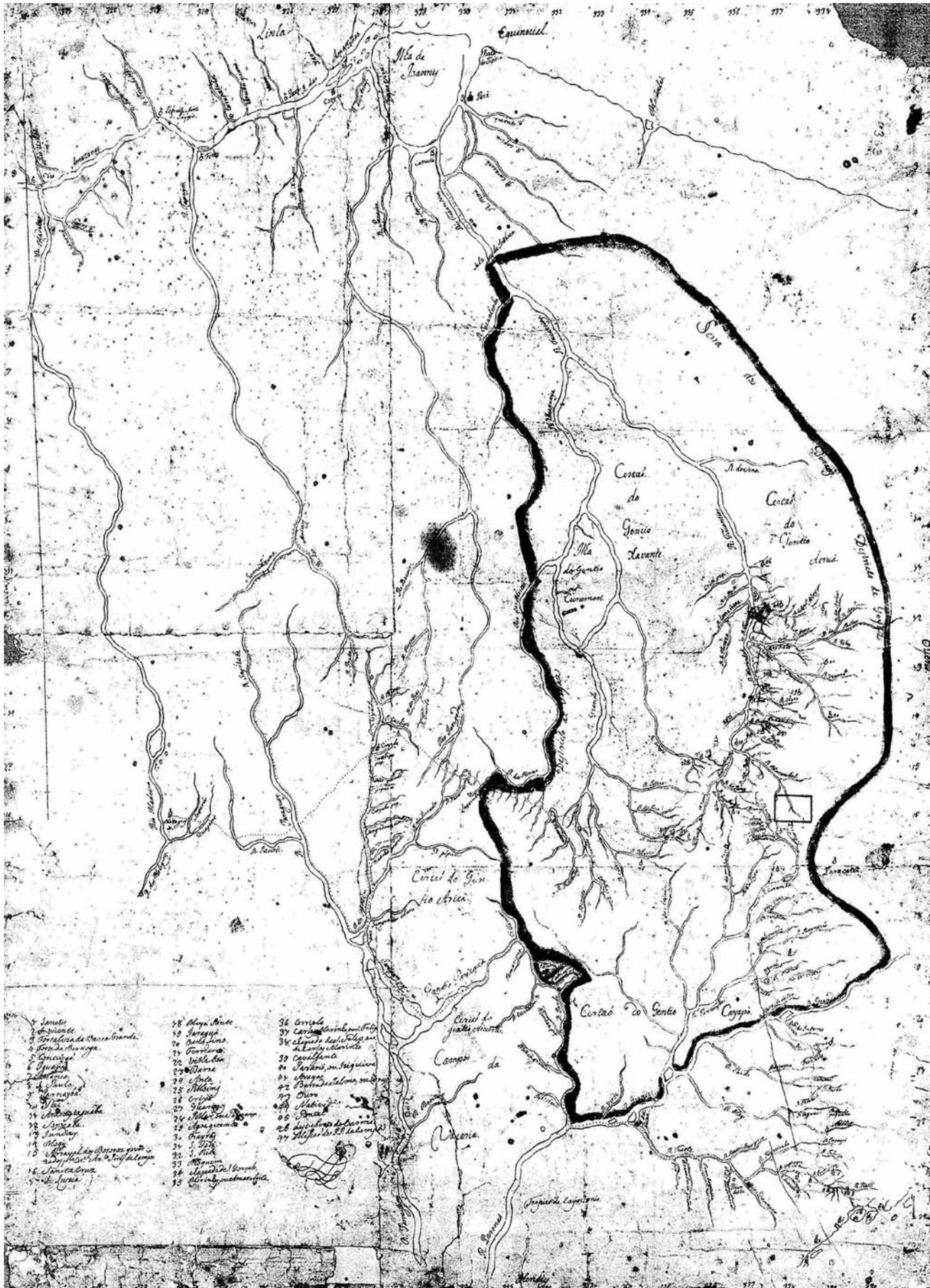


Figura 8 - O primeiro e mais ajustado, que lá apareceu até aquele tempo (ADONIAS, 1960:659). Com a indicação da área hoje correspondente ao Novo Distrito Federal e a Brasília, marcada por Isa Adonias.

Mapa geral dos limites da Capitania de Goiás

O *Mapa geral dos limites da Capitania de Goiás*, elaborado pelo engenheiro italiano Francisco Tosi Colombina, em 1751 (**Figura 9**), catalogado por Bertran e Faquini (2002:135), é considerado pela historiografia como o primeiro documento a mostrar os limites de Goiás, elevado a Capitania em 1748. Francisco Tosi Colombina “o medidor de terras e abridor de caminhos oficiais” foi escolhido para elaboração da Carta Geográfica da Capitania de Goiás, logo após o seu desligamento da Capitania de São Paulo¹⁵. Em texto manuscrito e assinado pelo autor no próprio mapa, o cartógrafo esclareceu que, na elaboração do documento, reuniu e organizou informações de viajantes e sertanistas, em complementação ao conhecimento adquirido em suas viagens e experiências pessoais. Citou as fontes de cada trecho desenhado, desculpou-se por erros que poderiam surgir e afirmou ter a intenção de fazer outro mapa com mais detalhes.

Colombina, ainda, solicitou autorização para a abertura de “uma estrada de carros” de São Paulo até Cuiabá, passando por Vila Boa, com recursos próprios, requerendo como contrapartida a concessão do privilégio do seu rendimento por dez anos e sesmarias em toda a extensão do trajeto da via de comunicação. A pretensão foi deferida, mas o cartógrafo não conseguiu executar as obras.

O mapa registrou informações e rotas, tanto terrestres quanto fluviais, que ligavam a Vila de Santos, em São Paulo, a Cuiabá e à cidade do Mato Grosso, às margens do Rio Madeira; e a rota terrestre que, subindo ao norte, chegava ao Descoberto do Carmo. O texto trazia instruções para a leitura do documento cartográfico, descrevia cada itinerário ao longo dos caminhos e registrava cada cidade, vila, fortaleza, arraial com freguesia, arraial sem freguesia, sítios e a capital, no total de quarenta e nove localidades. Assinalava, também, os rios, córregos e outros marcos naturais da região.

Nesta Carta, finalizada em 6 de abril de 1751, a área onde se encontra o atual DF corresponde a uma mancha em branco e os sítios mais próximos são Santa Luzia e Meia Ponte, sendo que o itinerário por terra pontilhado na região cruzava apenas o arraial de Meia Ponte. A omissão não significa que a região ainda não fosse caminho de passagem para as minas do Goiás, visto que, cerca de quinze anos antes, o tropeiro José da Costa Diogo, em diário manuscrito, relatou sua viagem e de seus companheiros por São João das Três Barras, pelo norte do DF (ROCHA JÚNIOR; VIEIRA JÚNIOR; CARDOSO, 2006)¹⁶.

Quanto ao fato de ser consagrado por diversos historiadores como o primeiro mapa da Capitania de Goiás, não se pode desconsiderar o ofício do português Ângelo dos Santos Cardoso enviado ao Marquês de Pombal¹⁷, em 1755, e que contradiz a versão usual. Cardoso informou ter repassado a Tosi Colombina, a pedido, cópia de seu mapa da Capitania de Goiás, cujo original havia anteriormente enviado a Alexandre de Gusmão¹⁸ (VIEIRA JR.; SCHLEE; BARBO, 2010:1946).

¹⁵ Colombina foi contratado pelo Marquês de Pombal e ficou a serviço do primeiro governador de Goiás, Dom Marcos de Noronha, Conde dos Arcos.

¹⁶ Vide Anexo n. 1.

¹⁷ Sebastião José de Carvalho e Mello, o Marquês de Pombal, foi Primeiro-Ministro de Portugal durante o reinado de D. José I (1750-1777).

¹⁸ Alexandre de Gusmão foi um diplomata luso-brasileiro nascido no Brasil colônia, que representou Portugal em vários países. Notabilizou-se por seu papel crucial nas negociações do Tratado de Madrid, assinado em 1750, que definiu os limites entre os domínios coloniais portugueses e espanhóis na América do Sul.

Mapa que mostra a Capitania de Goiás e a região ao sul até o rio da Prata

O *Mapa que mostra a capitania de Goiás e a região ao sul até o rio da Prata (Figura 10)*, catalogado por Isa Adonias (1960:660-662) é apresentado como sendo de autoria de Tosi Colombina, de 1756. Adonias (1960:660-662) afirma que este (**Quadro 2, Documento 3**) é igual ao *Mapa geral dos limites da Capitania de Goiás* feito por Colombina, em 1751 (**Quadro 2, Documento 2**), com a diferença de abranger a região ao sul do Trópico de Capricórnio, até o rio da Prata. Ressalta que ambos possuem a mesma nomenclatura, salvo algumas omissões de nomes de rios.

Da mesma forma que *O prim.ro mais ajustado, que lá aparece até/aquele tempo, e o menos distante da verdade da destrebuiaõ desta Comarca,/e seos Arrayaes, mostrando o caminho, que vem da Vila de Santos a esta Capi-/tal, e daqui ao Cuyabá, Mato Grosso, Rio da madeira, té o das Amazonas (Quadro 2, Documento 1)*, documentos do acervo do Arquivo Histórico Ultramarino sugerem que este mapa seja de autoria de Ângelo dos Santos Cardoso. Numa análise cuidadosa, muitos são os pontos em comum detectados entre os dois.

Ambos (**Quadro 2, Documentos 1 e 3**) tem a mesma configuração da região representada, da rede hidrográfica e dos caminhos pontilhados. Esses mostram as rotas, tanto terrestres quanto fluviais, que ligavam a Vila de Santos, em São Paulo, a Cuiabá e à cidade do Mato Grosso, às margens do Rio Madeira; a rota terrestre que, subindo ao norte, chegava ao Descoberto do Carmo; e a rota fluvial que seguia até a confluência do rio Sumidouro com o rio dos Arinos. Da mesma forma, o itinerário que assinalavam, nas proximidades do atual DF, cruzava apenas o Arraial de Meia Ponte, não passando sequer por Santa Luzia.

Da análise comparativa nota-se, também, que é a mesma letra e que a palavra sertão foi grafada nos dois com a letra “C”. O nome Sobradinho, novamente, apareceu na altura dos paralelos 16 e 17, registrando como dito, ao que tudo indica, o rio São Bartolomeu. Continuando, a representação gráfica das cabeceiras do Rio Maranhão, na região correspondente ao atual DF, é exatamente a mesma. São os mesmos os limites da Capitania de Goiás nos dois documentos, inclusive no trecho confinante com a Capitania de Mato Grosso, desde as cabeceiras do rio das Mortes até as proximidades da confluência com o rio Araguaia, conforme proposta do Conde dos Arcos.

Poucas são as diferenças encontradas entre os dois, na verdade, as mudanças gráficas não apontam contradições, muito mais sugerem tratar-se de complementações ao primeiro mapa. Assim, temos que este exemplar (**Figura 10**) apresentou, também, as rotas fluviais e terrestres pontilhadas que levavam até ao Pará. Legenda no canto inferior direito detalhou as explicações relativas às rotas para o interior do Brasil, principalmente as fluviais e, na lateral esquerda do documento, constam listados sessenta e dois lugares, que no mapa foram representados por números e letras. Por fim, a linha divisória estipulada pelo Tratado de Madri, de 1750, foi assinalada desde Castilhos Grandes até a confluência do rio Taquari com o rio Paraguai.

As semelhanças entre os dois documentos cartográficos reforçam a hipótese de que os mapas sejam de um único autor, neste caso, Ângelo dos Santos Cardoso, Secretário da Capitania de Goiás, no período de 1749 a 1755. Se assim o for, a data de finalização do mapa não poderá ultrapassar 1755, o que também contradiz a versão de Isa Adonias, que o aponta como sendo de 1756 (1960:660-662).

Mapa dos Sertões

O *Mappa dos Sertões, que se comprehendem de Mar a Mar entre as Capitânicas de S. Paulo, Goyazes, Cuyabá, Mato-grosso, e Pará* (**Figura 11**), catalogado pela Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, não traz a identificação de seu autor, nem a data precisa, apenas a indicação do século: [17--].

Quando comparado com o mapa de Tosi Colombina, de 1751 (**Quadro 2, Documento 2**), a apresentação gráfica surpreende pela similaridade: o colorido aquarelado, a letra, as bordas desenhadas, o aspecto de um mapa bem acabado. A diferença mais visível se dá pelo carimbo no canto inferior esquerdo, onde, no exemplar disponibilizado digitalmente pela Biblioteca Nacional (2008) (**Quadro 2, Documento 4**), consta o nome do mapa e no documento de Colombina (**Quadro 2, Documento 2**) consta texto do autor com instruções para leitura do mapa, descrição de itinerários e relação de localidades encontradas.

Entretanto, leitura mais acurada permite perceber que existem diferenças realmente significativas: a grafia da palavra sertão foi assinalada em um documento com a letra “C” e no outro com a letra “S”; assim como é diferente nos dois documentos a representação gráfica das cabeceiras do rio Maranhão, nos limites do território do atual DF.

Numa comparação com os outros mapas, temos que o nome “Sobradinho” é grafado entre os paralelos 16 e 17, da mesma forma que no *O prim.ro mais ajustado, que lá apareceo até/aquele tempo, e o menos distante da verdade da destrebuiaõ desta Comarca,/e seos Arrayaes, mostrando o caminho, que vem da Vila de Santos a esta Capi-/tal, e daqui ao Cuyabá, Mato Grosso, Rio da madeira, té o das Amazonas* e no *Mapa que mostra a capitania de Goiás e a região ao sul até o rio da Prata* (**Quadro 2, Documentos 1 e 3 respectivamente**).

Quanto aos caminhos pontilhados, a representação nos três documentos cartográficos (**Quadro 2, Documentos 1, 3 e 4**) também é semelhante: as rotas, tanto terrestres quanto fluviais, ligavam a Vila de Santos, em São Paulo, a Cuiabá e à cidade do Mato Grosso, às margens do Rio Madeira; a rota terrestre, subindo ao norte, chegava ao Descoberto do Carmo; e a rota fluvial seguia até a confluência do rio Sumidouro com o rio dos Arinos. Da mesma forma, o itinerário que assinalavam, nas proximidades do atual DF, cruzava apenas o Arraial de Meia Ponte, não passando sequer por Santa Luzia. E, por fim, os limites da Capitania de Goiás são coincidentes, inclusive no trecho confinante com a Capitania de Mato Grosso, conforme proposta do Conde dos Arcos.

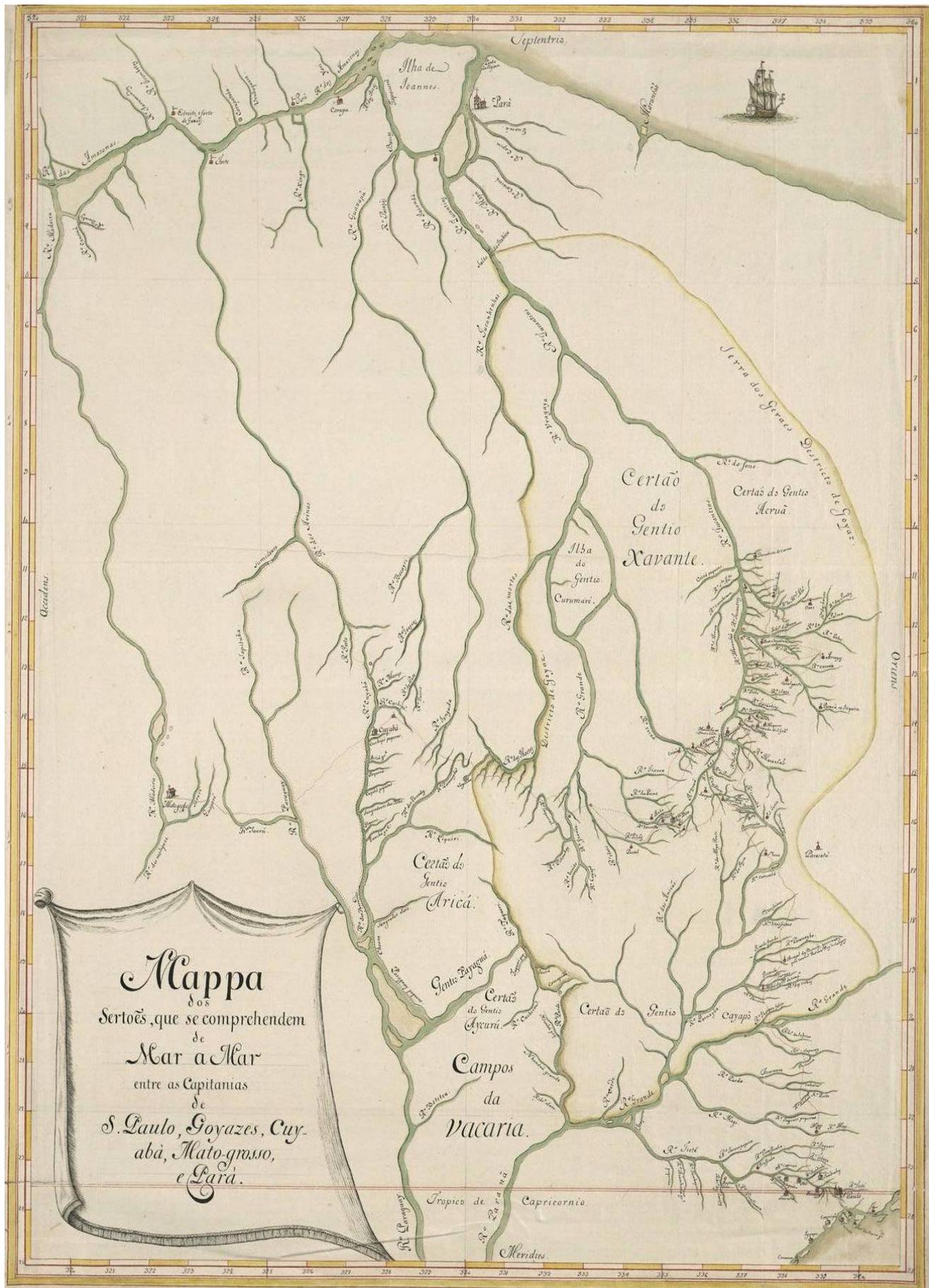


Figura 11 - Mapa dos Sertões (BIBLIOTECA NACIONAL, 2008).

Mapa da Capitania de São Paulo e seu sertão

O *Mappa da Capitania de S. Paulo e seu sertão, em que se vem os descobertos, que lhe forão tomados para Minas Geraes, como também o Caminho de Goyazes, com todos os seus pouzos, e passagens, deleniado por Francisco Tosi Colombina. Primeira Parte (Figura 12)* catalogado pela Biblioteca Nacional, na Coleção Morgado de Mateus, de autoria de Tosi Colombina, não traz a indicação precisa de sua data, apenas a do século: [17--].

O documento (**Quadro 2, Documento 5**) mostra a primeira parte do “Caminho de Goyazes”, que se iniciava na Vila de Santos, no paralelo 24 e, neste mapa, seguia até o paralelo 17.

Abrangia a região desde a serra do mar até o rio do Peixe, com destaque para a cidade de São Paulo, vilas, fortalezas, arraiais, rios e trilhas. A rede hidrográfica foi desenhada ao longo do caminho, e o relevo foi representado de forma simbólica. No carimbo, no canto superior direito, constava a explicação dos desenhos utilizados para assinalar cidade, vila, fortaleza, arraial e sítio.

Mapa da Capitania de Goiás e de todo o sertão

O *Mappa da Capitania de Goyazes, e de todo o sertão por onde passa o Rio Maranhão, ou Tucantins* [Segunda parte] (**Figura 13**) catalogado pela Biblioteca Nacional, na Coleção Morgado de Mateus, não traz a identificação de seu autor, nem de sua data, apenas a indicação do século [17--].

Entretanto, uma análise do documento permite a sugestão de que o autor seja Tosi Colombina. Encaixa-se perfeitamente no documento anterior, que traz em sua legenda a expressão 'primeira parte' e tem autoria assinalada (**Quadro 2, Documento 5**), dando continuidade ao “Caminho de Goyazes”, a partir do paralelo 17 até o paralelo 11.

A representação gráfica é a mesma, permitindo aferir que os dois mapas (**Quadro 2, Documentos 5 e 6**) são obra do mesmo autor.

A região onde se encontra hoje o Distrito Federal corresponde a uma mancha em branco e o itinerário assinalado nas proximidades cruzou apenas o Arraial de Meia Ponte, não passando sequer por Santa Luzia.

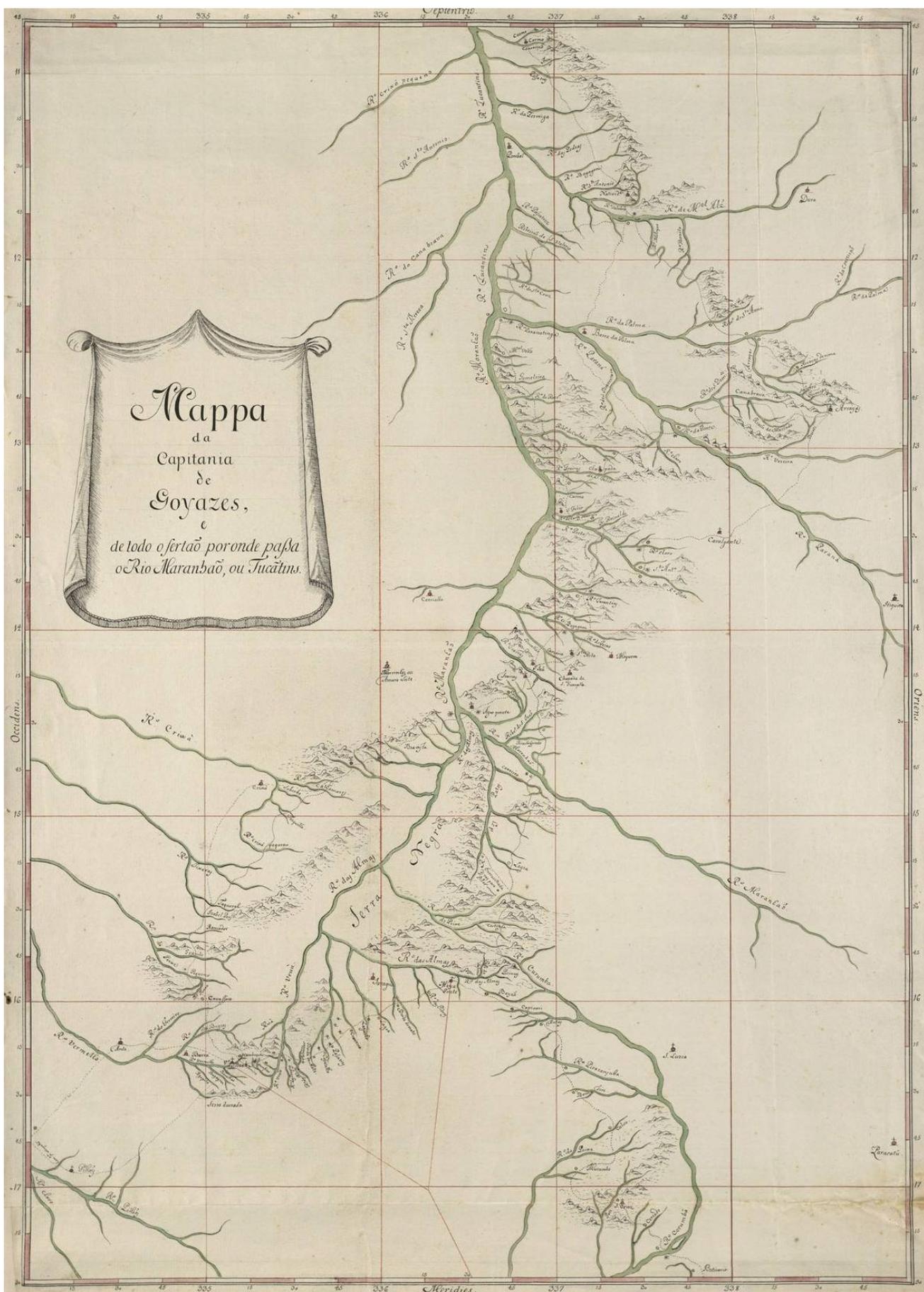


Figura 13 - Mapa da Capitania de Goiás e de todo o sertão (BIBLIOTECA NACIONAL, 2008).

Mapa Geral da Capitania de Goiás

Consultado em cinco fontes, o *Mapa Geral da Capitania de Goiás* tem sido motivo de controvérsias por parte de historiadores, que o identificaram com nomes distintos, como produzido em datas diversas, que vão de 1749 a 1775, e por autores diferentes.

A primeira das fontes pesquisadas, o “Dossiê de Goiás” (IPHAN, 2000), apresentou a *Carta da Capitania de Goyaz (Quadro 2, Documento 7)*, como sendo de 1749, de autoria do Secretário da Capitania, Antonio Cardoso. Segundo documentos existentes no Arquivo Histórico Ultramarino, o nome do Secretário de Governo da Capitania de Goiás era Ângelo dos Santos Cardoso, sugerindo apenas um equívoco de grafia.

Diferentemente, Rocha Júnior, Vieira Júnior e Cardoso (2006:65, 74 e 78), no livro “Viagem pela Estrada Real dos Goyazes”, apresentaram-no como sendo o *Mapa da Capitania de Goiás e regiões circunvizinhas mostrando as comunicações entre as bacias do Prata e do Amazonas (Quadro 2, Documento 8)*, de autoria de Tossi Colombina, de 1751.

Por outro lado, Antonio Costa, no livro “Roteiro prático de cartografia: da América portuguesa ao Brasil Império” (COSTA, 2007:150), catalogou o *Mapa da Capitania de Goiás (Quadro 2, Documento 9)* como sendo de 1753 e não identificou seu autor.

Já no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU_CARTm_008, D. 0866 e D. 0867) dois mapas, similares, foram catalogados como *Mapa Geral da Capitania de Goiás (Quadro 2, Documentos 10 e 11)*, de 1753. Documentos do AHU indicaram o Secretário de Governo da Capitania de Goiás, Ângelo dos Santos Cardoso como autor de ambos.

Para Pinheiro e Coelho (2006:11 e 146), no “Diário de viagem do Barão de Mossâmedes: 1771-1773”, a *Carta ou Plano Geográfico da Capitania de Goyaz (Quadro 2, Documento 12)* é de 1775 e foi mandada fazer por José de Almeida Vasconcelos Soveral e Carvalho.

Contudo, em qualquer das cinco fontes consultadas, quanto à sua configuração, nenhum dos seis documentos cartográficos do *Mapa Geral da Capitania de Goiás* apresentou diferenças significativas de representação (**Quadro 2, Documentos de 7 a 12**).

No documento cartográfico (**Figura 14**), o território da Capitania de Goiás foi delimitado por uma faixa de cor amarela e os pontilhados pretos indicam os caminhos utilizados para comunicação entre os sítios, contendo a indicação do número de léguas entre os mesmos. O documento assinalou os rios, córregos e outros marcos naturais da região. Em texto manuscrito no mapa, o autor relacionou o nome das vilas, arraiais e da capital e apontou cada uma deles cartograficamente por letras.

Este mapa tem muitas semelhanças com outros dois documentos cartográficos, anteriormente apresentados como de autoria de Ângelo dos Santos Cardoso: *O prim.ro mais ajustado, que lá appareço até/aquele tempo, e o menos distante da verdade da destrebuiaõ desta Comarca,/e seos Arrayaes, mostrando o caminho, que vem da Vila de Santos a esta Capi-/tal, e daqui ao Cuyabá, Mato Grosso, Rio da madeira, té o das Amazonas e o Mapa que mostra a capitania de Goiás e a região ao sul até o rio da Prata (Quadro 2, Documentos 1 e 3 respectivamente)*.

Os três mostravam a rota terrestre que ligava a Vila de Santos à Vila Boa e daí seguia rumo à Cuiabá e, também, a rota terrestre que, subindo ao norte, chegava ao Descoberto do Carmo. Temos, ainda, a palavra sertão grafada com a letra “C” e o nome “Sobradinho” assinalado na altura dos paralelos 16 e 17, registrando como já dito, ao que tudo indica, o rio São Bartolomeu.

Entretanto, este mapa tem suas particularidades, entre elas se destaca a diferença, em relação aos outros dois documentos, quanto aos limites da Capitania de Goiás: no trecho confinante com a Capitania de Mato Grosso, acima das cabeceiras do rio das Mortes, quando seguiu pelas margens do rio Araguaia até sua confluência com o rio Tocantins, e daí até o “Salto da Itaboca”.

Outro ponto importante foi a alteração do itinerário do caminho que saía da Vila de Santos com destino a Vila Boa, que nas proximidades do atual DF cruzava o arraial de Santa Luzia, antes de seguir para Meia Ponte.

Mas, sem dúvidas, o mais relevante para o nosso estudo é o fato de, pela segunda vez, um sítio ter sido assinalado nos limites do atual DF: o “Rezistro das 3 barras”. A primeira vez se deu pela presença do topônimo “Sobradinho” nos documentos cartográficos (**Quadro 2, Documentos 1, 3 e 4**).

Carta de toda a porção da América Meridional

A Carta de toda a porção d'América Meridional, que pareceo necessaria a manifestar a viagem de 569 legoas commuas, que da escala e cidade do Rio de Janeiro executou por terra, em 17 do mes de Mayo de 1772, para Villa Bella da Santissima Trindade, o Governador e Capitão General do Estado do Mato Grosso e Cuiabá, Luis d'Albuquerque de Mello Pereira e Caceres do Concelho de Sua Magestade Fidelissima que Deos o guarde (Figura 15), catalogada por Isa Adonias (1960:589-592), foi produzida por Luis d'Albuquerque de Mello Pereira e Caceres, em 1772.

Esta Carta mostrou parte das Capitânicas do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Bahia, Goiás e Mato Grosso, com os respectivos limites, sendo muito detalhada quanto à representação dos rios e seus afluentes, serras, alguns caminhos, cidades, vilas e arraiais.

O documento descreveu o caminho seguido por Luis de Albuquerque, do Rio de Janeiro até Vila Bela da Santíssima Trindade, ao ir tomar posse do Governo da Capitania do Mato Grosso¹⁹. Luis d'Albuquerque chegou a Vila Bela a 5 de dezembro de 1772, depois de percorrer 569 léguas em 209 dias. No canto inferior esquerdo foram relacionados os nomes dos lugares que serviram de pouso durante a viagem, o número de léguas percorridas entre cada um e o número de dias gastos na dita viagem.

Os sítios mais próximos do atual Distrito Federal que serviram de pouso e foram registrados pelo Governador do Mato Grosso foram: Arrependidos, Contagem de São Bartolomeu, Santa Luzia, Ponte Alta, Segunda Ponte Alta e Meia Ponte. No retângulo marcado por Isa Adonias, referente à região que hoje corresponde ao Novo Distrito Federal e a Brasília, foi assinalada a Contagem de São João. E, entre os paralelos 16 e 17, no mesmo local onde os primeiros mapas (**Quadro 2, Documentos 1, 3, 4 e 7 a12**) registraram o rio Sobradinho, nesta Carta foi assinalado o rio São Bartolomeu.

¹⁹ Vide Anexo n. 2.

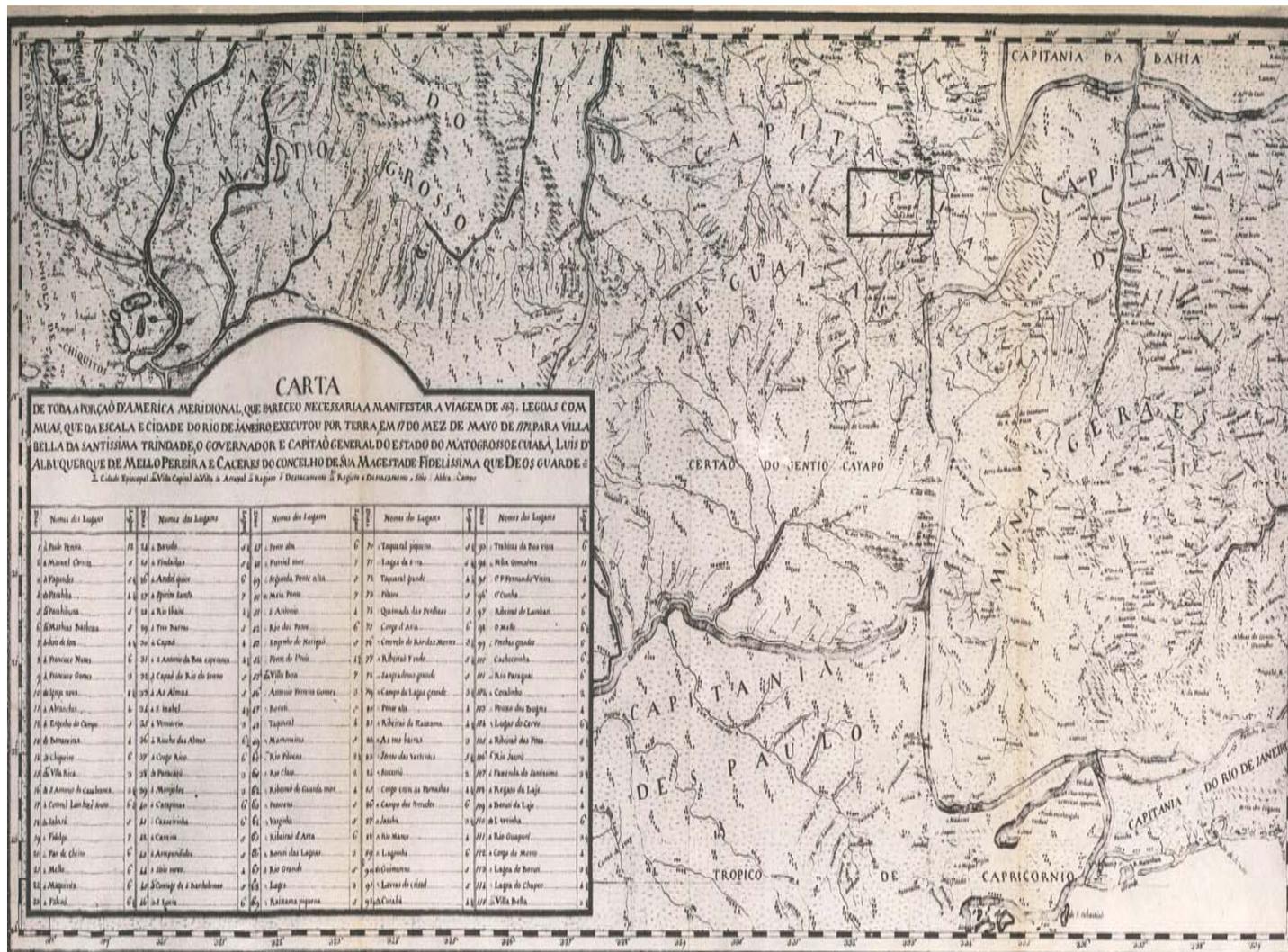


Figura 15 - Carta de toda a porção da América Meridional (ADONIAS, 1960:589-592). Nela acha-se assinalada a região que hoje corresponde ao Novo Distrito Federal e a Brasília, marcada por Isa Adonias.

Carta ou Plano da Capitania de Goiás

Em quatro fontes consultadas (PINHEIRO e COELHO, 2006:147; ROCHA JÚNIOR, VIEIRA JÚNIOR e CARDOSO, 2006:73; BERTRAN, 1996:101; e BERTRAN e FAQUINI, 2002:136-137) (**Quadro 2, Documentos 14 a 17**), há consenso em ser a *Carta ou Plano Geographico da Capitania de Goyas huma das do Centro da America Meredional pertencente ao Reino de Portugal, que se tirou por ordem do Illmº e ExmºSr. Joze de Almeida de Vasconcelos de Soveral e Carvalho Governador e Capp. Gn. da dita Capitania do dia 26 de julho de 72 athe maio de 78 (Figura 16)* de autoria de Tomas de Souza Vila Real, Sargento Mor do Regimento de Cavalaria e que tenha sido concluído em 1778, ano em que o Barão de Mossâmedes²⁰ deixou o governo da Capitania de Goiás.

Consultada uma quinta fonte (**Quadro 2, Documento 18**), Isa Adonias (1960:663) apresenta um exemplar da *Carta ou Plano Geographico da Captª. de Goyaz huma das do centro da America Meridional, do Reino de Portugal que mandou construir o Illmº e Excllmº Snr. José de Almda de Vasconcellos de Sovral e Carvalho Gov.or e Cap. Gen. da dita Capit.ª do Dia 26 de Julho de 1777 até Maio de 78, que a entregou (Figura 17)* que mantém as principais informações mas não assinala o percurso das estradas com a mesma clareza, passando a impressão de ser uma primeira versão do mapa de Tomas de Souza. No entanto, não há dúvidas quanto a se tratar do mesmo mapa consultado anteriormente nas outras quatro fontes, inclusive pelas informações registradas no canto superior esquerdo transcritas por Adonias sob o título “Advertencias” e que aparece nas cinco versões (**Quadro 2, Documentos 14 a 18**). Vejamos o que registra Isa Adonias:

Esta Capitania he demarcada da Barra do Rio Pardo por elle acima athe as suas cabeceiras Buscão-se as do Araguay por elle abaixo athe fazer Barra no Tucantins acima até a Barra do Rio Manoel Alves Buscasse a Ponta de Serra Cordilheira que asucinha [!] nella, e segue-se pelo cume della até a Serra de Lorenzo, Castanho, Arrendidos, Escuro, Serra da Canastra, Marselha até a barra do Sapucay, pelo Rio Grande abaixo, até que nelle faz a barra do Rio Pardo, o que tudo se perseb [!] no Ambito das maiores Lettras, que dizem Capitania de Goyaz. Alguns Rios que se notão, são Ribeirões ou ftes. [!] Os Arayaes que são Freguezias se notão, as Aldeas se notão Al. ou A. As Estradas: de pontinhos. Tudo o mais o Letreiro o mostra, Advertesse mais que esta Capitania tem 13 Julgados, e que huns comprehendem pequeno terreno por serem mais povoados, e outros mais grandes por terem muita Terra inteiramente despovoada, como He Villa Boa e Natividade. A Capital desta Capitania He Villa Boa situada em 16º e 20º ao Sul da Linha Equinocial e em 329º10' de Longitude contada da Ilha de Ferro. Esta da [!] Capitania Alem das [!] Arayaes que vão apontados com hum A antes, tem muitas Fasendas (ADONIAS, 1960:663-664).

A Carta de Tomas de Souza, também conhecida por *Mapa dos Julgados*, registrou a Capitania de Goiás no auge de sua expansão no século XVIII e tinha a preocupação de delimitar o âmbito dos Julgados goianos, ou seja, dos territórios municipais da época (BERTRAN, 1996:101). Reproduziu as

²⁰ José de Almeida Vasconcelos Soveral e Carvalho foi governador por seis anos, a partir de 1772, e agraciado com o título de Barão de Mossâmedes. Vide Capítulo 3 – Viajar pelo território.

fronteiras da Capitania de Goiás, dividiu a Capitania em 13 Julgados, representou o relevo e a rede hidrográfica da região e assinalou a capital, os arraiais com freguesia, os arraiais sem freguesia, as aldeias e as estradas que cruzavam a região.

Representados na carta, três caminhos distintos se entroncavam em Meia Ponte; a partir daí, unificados, continuavam até Vila Boa de Goiás e seguiam rumo a Cuiabá. A primeira estrada, mais ao sul, vinha de São Paulo, passava por Santa Cruz, Bonfim e chegava a Meia Ponte. A segunda, a sudeste, partia do Rio de Janeiro, passava por Paracatu, Arrependidos, Santa Luzia, Ponte Alta – no ângulo sudoeste do Distrito Federal –, Santo Antonio dos Montes Claros (atual Santo Antonio do Descoberto), Macacos, Corumbá e, depois, Meia Ponte. A estrada que vinha da Bahia chegava ao atual Distrito Federal pelo extremo nordeste – Couros – cortava a região da Vila do Mestre d’Armas, seguia por Sobradinho, passava por São João das Três Barras, pela Chapada da Contagem, até sair, a oeste, ao encontro de Meia Ponte.

No mesmo ano em que o *Mapa dos Julgados* foi concluído, 1778, Cunha Menezes saiu com sua comitiva de Salvador pela “Estrada Salineira da Bahia” e chegou a Vila Boa, capital da Capitania de Goiás em 15 de outubro²¹. O governador não assinalou a viagem que empreendeu pelos sertões cartograficamente, mas registrou no manuscrito *Jornada que fez Luís da Cunha Menezes da Cidade da Bahia para a Vila de Caxoeira no dia 29 de agosto, e desa no dia 2 de Setembro para Vila Boa Capital de Goyaz aonde chegou no dia 15 de outubro de 1778*²².

Tudo leva a crer que o itinerário que entrava no atual DF por Couros, descrito por Soveral e Carvalho, tenha sido o mesmo percorrido por Cunha Menezes e, também, por José da Costa Diogo²³, cerca de quatro décadas antes.

²¹ Luis da Cunha Menezes foi o quinto Governador e Capitão-General da Capitania de Goiás, de 1778 a 1783. Ver Capítulo 3 – Vjajar pelo território.

²² Vide Anexo n. 4.

²³ Ver Anexo n. 1.

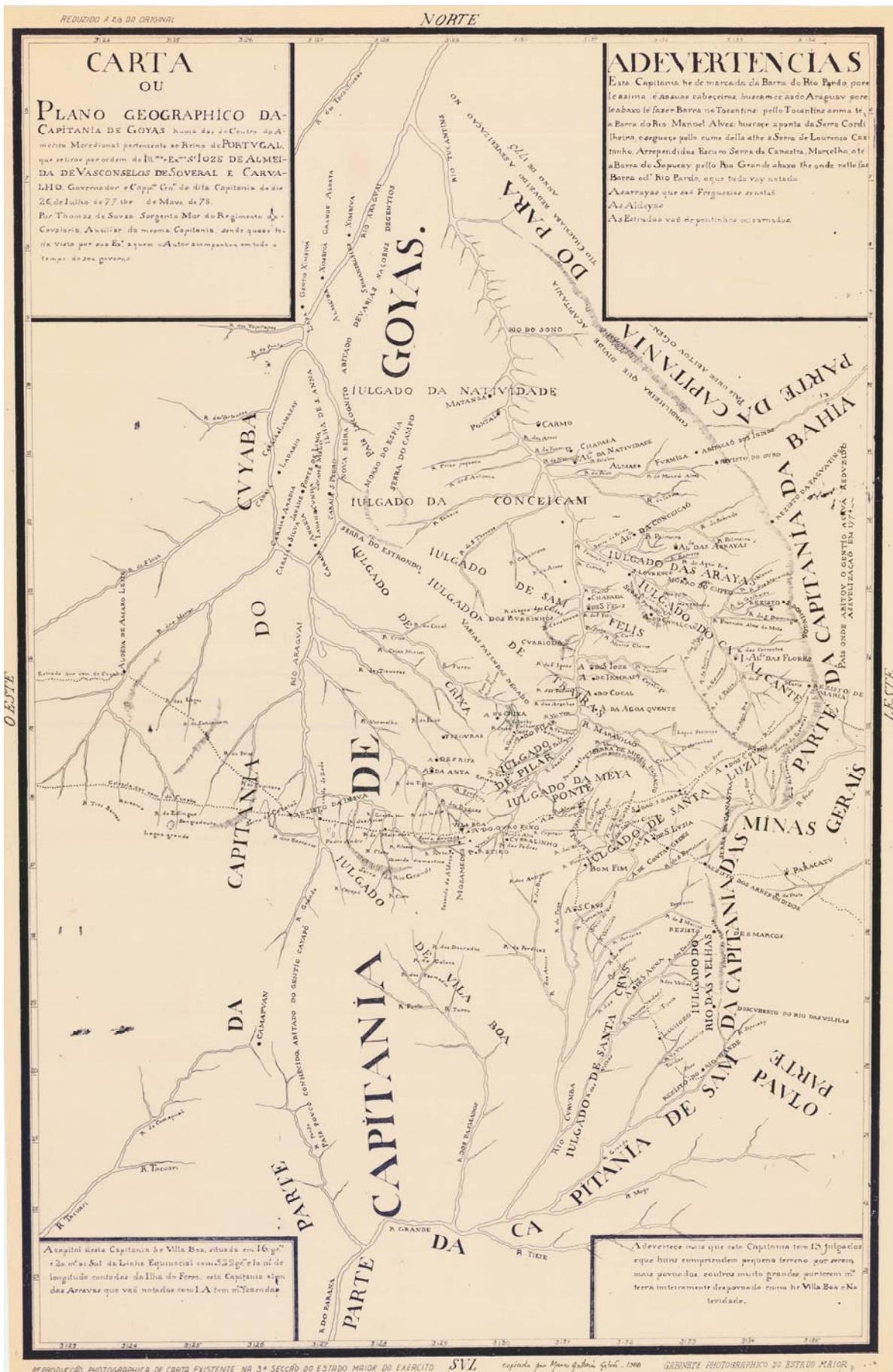


Figura 16 - Carta ou Plano da Capitania de Goiás (BERTRAN, 1996:101).

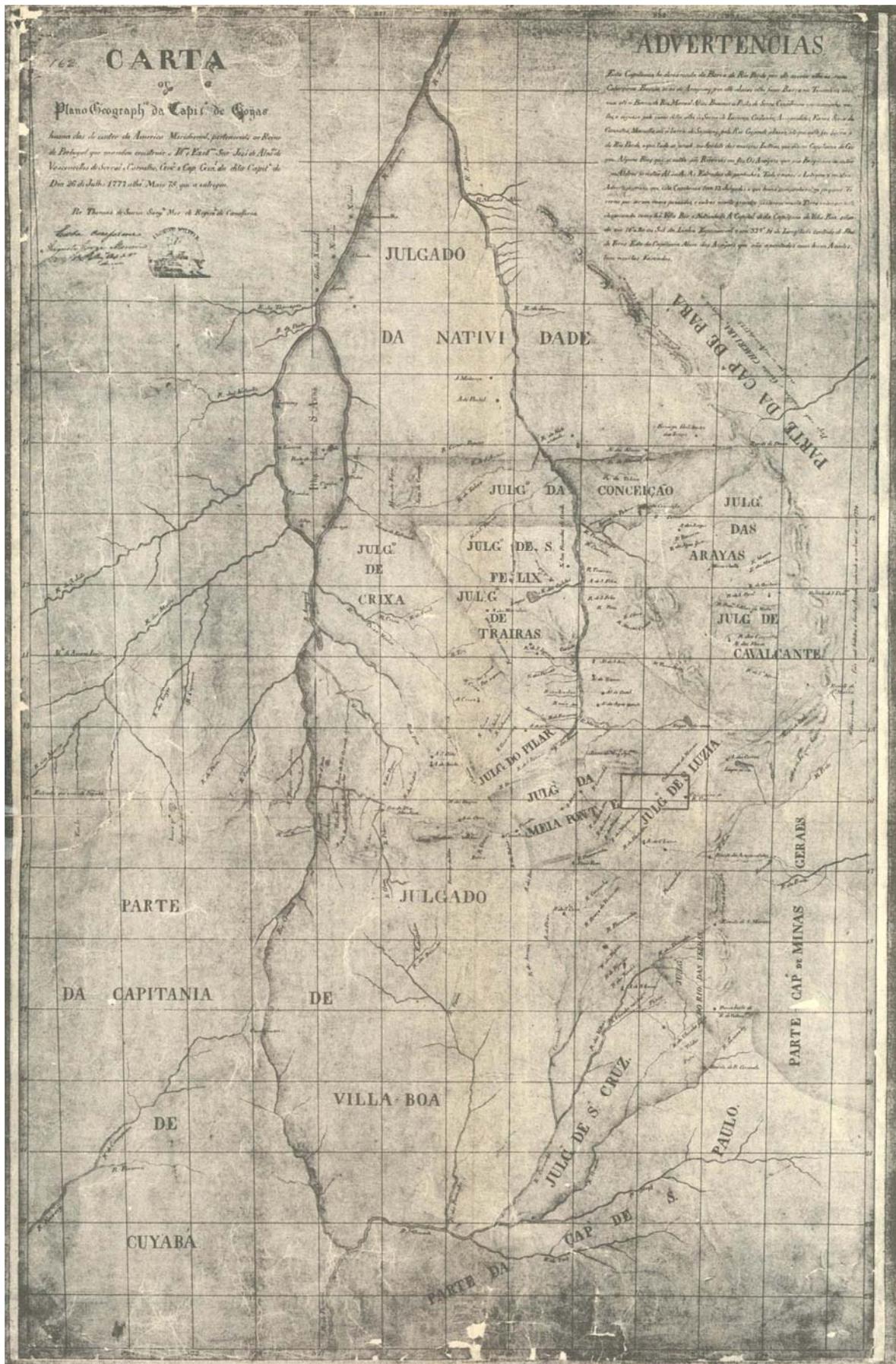


Figura 17 - Carta ou Plano Geográfico da Capitania de Goiás (ADONIAS, 1960:663-664). Com a indicação da área onde hoje estão localizados o novo Distrito Federal e Brasília, assinalada por Isa Adonias.

2.2 – CARTOGRAFIA HISTÓRICA DO SÉCULO XIX

Mapa Geográfico da Capitania de Vila Boa de Goiás

O *Mappa Geografico da Capitania de Villa boa de Goyas combinado com partes de Outros, que denotão as Capitánias de Minas Gerais e Maranhão mandado tirar pello Ilmo. e Exmo. Snr. Fernando Delgado Freire de Castilho Governador e Capitão General da mesma Capitania, no anno de 1819* (**Figura 18**) foi catalogado pela Biblioteca Nacional (2008) como de Delgado Freire e publicado em 1819.

Compreende a Capitania de Goiás e parte das capitanias de Minas Gerais e Maranhão; indica o percurso dos rios São Francisco, Araguaia, Tocantins, Paranaíba, Xingu, entre outros e a localização de tribos indígenas. Contém serras, cordilheiras, vilas, etc.

No documento (**Quadro 2, Documento 19**), entre as trilhas e caminhos percorridos está assinalado o percurso da “Estrada da Bahia”, que chegava pelo extremo nordeste na área do atual Distrito Federal.

No Mapa, na área que corresponde aos limites do DF, está assinalado apenas São João das Três Barras e, nas proximidades, estão registrados os arraiais de Santa Luzia e Meia Ponte, mas não o arraial de Couros.

No mesmo local onde os primeiros mapas (**Quadro 2, Documentos 1, 3, 4 e 7 a 12**) indicam o rio Sobradinho, entre os paralelos 16 e 17, neste mapa, da mesma forma que a *Carta de toda a porção d'América Meridional, que pareceo necessaria a manifestar a viagem de 569 legoas commuas, que da escala e cidade do Rio de Janeiro executou por terra, em 17 do mes de Mayo de 1772, para Villa Bella da Santissima Trindade, o Governador e Capitão General do Estado do Mato Grosso e Cuiabá, Luis d'Albuquerque de Mello Pereira e Caceres do Concelho de Sua Magestade Fidelissima que Deos o guarde*, de 1772 (**Quadro 2, Documento 13**), foi assinalado o rio São Bartolomeu.

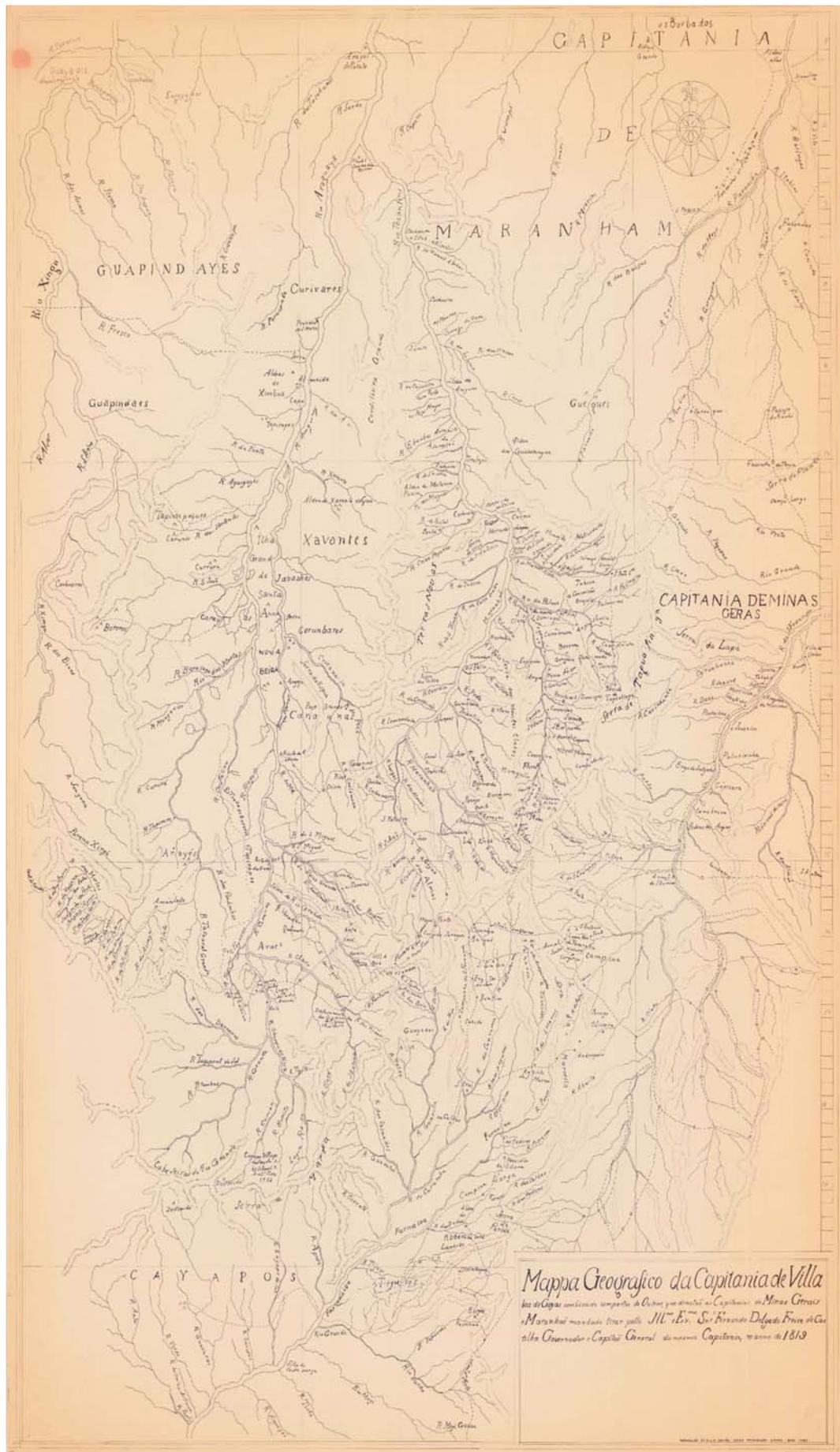


Figura 18 - Mapa Geografico da Capitania de Vila Boa de Goiás (BIBLIOTECA NACIONAL, 2008).

Mapa do Brasil

Nas duas fontes consultadas, Antonio Costa (2005:133) e Riedl-Dorn (1999:10) (**Quadro 2, Documentos 20 e 21**), da *Karte von Brasilien worauf die Reisen der osterreich Naturforfeher Dr. Pohl u. Johann Natterer angezciehnet sind* (**Figura 19**), não há informações sobre a autoria do mapa, nem da data em que foi confeccionado. Tudo leva a crer que tenha sido elaborado entre 1831 a 1834. Não poderia ser anterior a 1831, pois registrou a oitava expedição de Natterer²⁴, de junho de 1830 a agosto de 1831. E, por outro lado, não registrou as duas últimas expedições do naturalista: a nona, expedição de agosto de 1831 até 1834 e a décima, em 1835.

Antonio Costa (2005:133), ao se reportar ao documento, cita apenas o registro da expedição empreendida por Pohl²⁵, cerca de quatro anos, e não menciona Natterer.

Já Riedl-Dorn (1999:10), a segunda fonte consultada, não traz novas informações acerca do mapa, mas detalha as viagens de Natterer pelo interior do país.

A Carta registrou as expedições pelo país dos naturalistas austríacos Johann Pohl e Johann Natterer, representou o relevo e a rede hidrográfica e assinalou capitais e vilas. Dentre os documentos estudados, somente este e os dois mapas da Comissão Cruls de 1893 (**Quadro 2, Documentos 31 e 32**), reproduziram todo o território do Brasil e não apenas a Capitania de Goiás (com, no máximo, suas áreas limítrofes). Em função da área abrangida e da escala do mapa, poucos são os detalhes sobre a região do Planalto Central, não sendo possível perceber com clareza sequer os limites das Capitanias de Goiás e de Minas Gerais.

O documento contém algumas imprecisões geográficas em relação aos outros mapas da mesma época, ao assinalar, por exemplo, entre 15° e 17° de latitude, que a cidade de Bom Fim (hoje Silvânia) estava mais ao norte do país do que a cidade de Goiás.

Curiosamente, no trajeto percorrido por Pohl foi apontado um sítio com o nome de “Barra”, pouco abaixo do paralelo 15°, ao que tudo indica nos limites do futuro Distrito Federal. Seria São João das Três Barras? Conforme registros históricos disponíveis dos dois naturalistas, Pohl foi o que mais se aproximou dos limites do atual DF, em seu ângulo sudoeste.

²⁴ O austríaco Johann Natterer, naturalista e zoólogo, chegou ao Brasil na Missão Científica Austríaca, e aqui trabalhou de 1817 a 1835

²⁵ O austríaco Johann Emanuel Pohl, botânico, geólogo e médico, chegou ao Brasil na Missão Científica Austríaca, como parte da comitiva da princesa Leopoldina, prometida em casamento ao príncipe D. Pedro I, e aqui trabalhou de 1817 a 1821. Ver Capítulo 3 – Viajar pelo território.

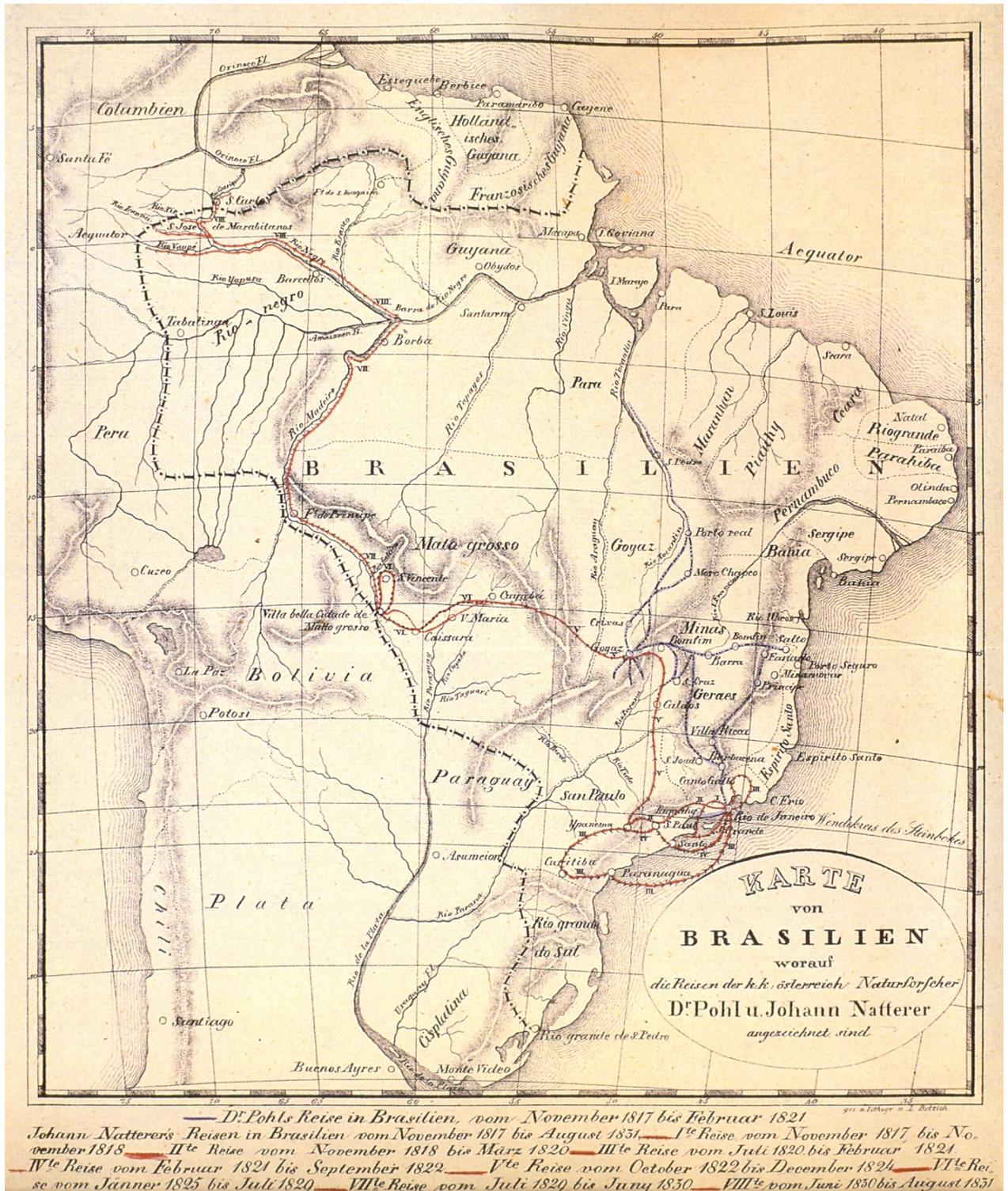


Figura 19 – Mapa do Brasil (RIEDL-DORN, 1999:10).

Carta da Província de Goiás de 1833

A *Carte der Provinz Goyaz im Jahre 1777 aufgenommen Thomas de Souza, Major der Cavallerie berichtet nach eigenen Beobachtungen, Carten und Nachrichten von W. von Eschwege* (**Figura 20**), de autoria do Barão Eschwege, foi publicada na Alemanha, na Prancha III do livro *Pluto Brasiliensis*, em 1833.

A Carta foi elaborada com base na *Carta ou Plano Geographico da Capt^a. de Goyaz huma das do centro da America Meridional, do Reino de Portugal que mandou construir o Illm^o e Excllm^o Snr. José de Almada de Vasconcellos de Sovral e Carvalho Gov.or e Cap. Gen. da dita Capit.^a do Dia 26 de Julho de 1777 até Maio de 78, que a entregou* (**Quadro 2, Documento 18**), conforme informado na legenda no canto superior direito do documento.

Assim como o documento de Tomas de Souza, a Carta do Barão (**Quadro 2, Documento 22**) reproduziu as fronteiras da Província de Goiás, os Julgados e a rede hidrográfica, assinalou a capital, os arraiais com freguesia, os arraiais sem freguesia, as aldeias e as estradas que cruzavam a região.

Em relação ao percurso dos caminhos podem ser constatadas algumas diferenças entre os dois mapas, mas na área correspondente ao atual DF, há similaridade na representação do itinerário da “Estrada da Bahia”, que atravessava o norte do território e seguia para Meia Ponte.

A configuração gráfica dos dois documentos é diferente, principalmente na representação do relevo, tendo o mineralogista alemão Eschwege dado grande destaque à representação das serras.

Wilhelm Ludwig von Eschwege trabalhou para a Corte Portuguesa no Brasil, de 1810 até 1821, tendo produzido importantes trabalhos para o fomento da mineração e da siderurgia. Elaborou diversos mapas, em especial da Capitania de Minas Gerais, e teve importante papel no desmembramento da Capitania de Goiás do Sertão da Farinha Podre (atual Triângulo Mineiro) e na sua anexação ao território de Minas, em 1816.

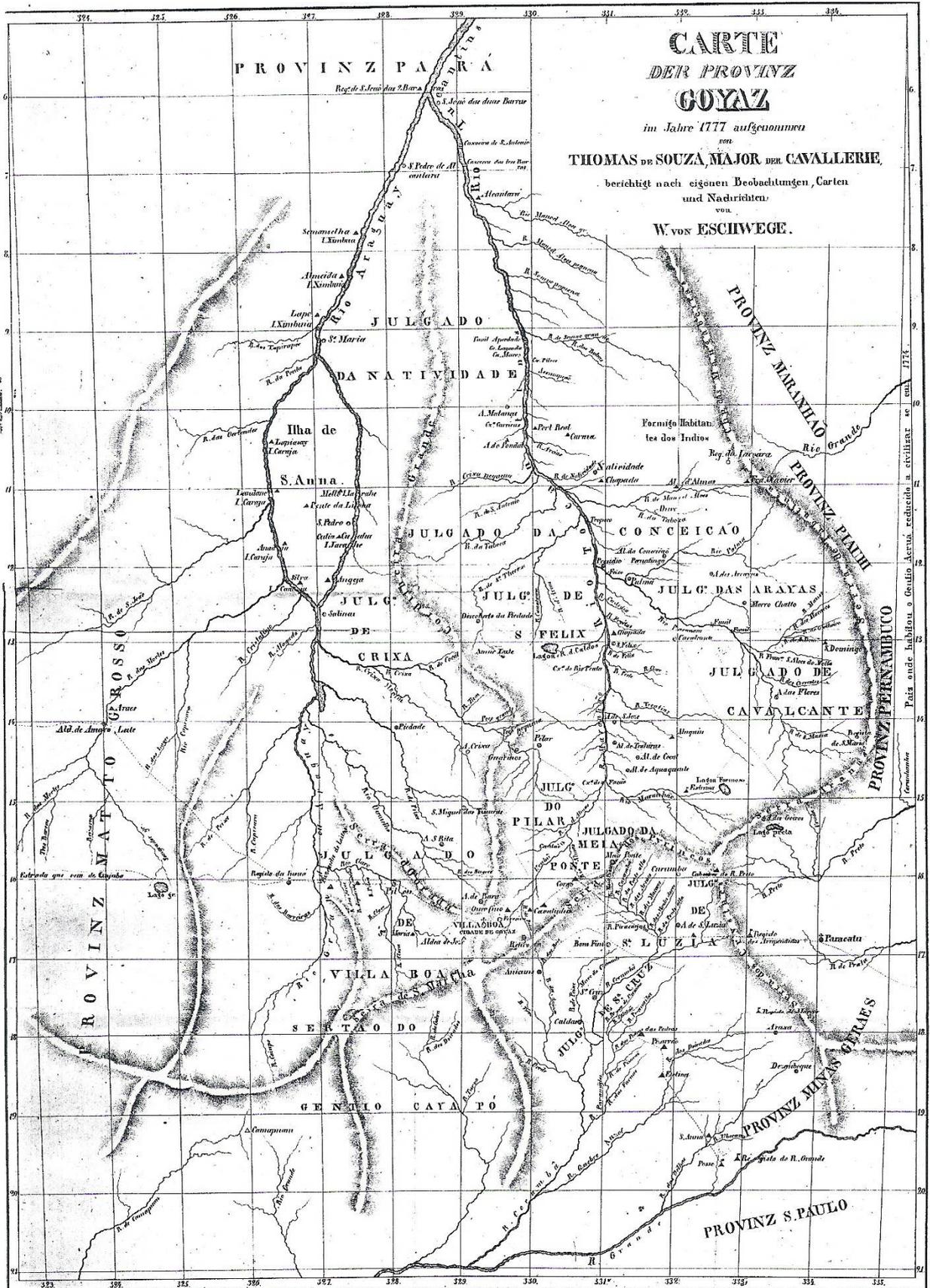


Figura 20 – Carta da Província de Goiás de 1833 (ESCHWEGE, 1833).

Carta Corográfica da Província de Goiás

A *Carta Corografica Plana da Província de Goyaz e dos Julgados de Araxá e Desemboque da Província de Minas Geraes organizado pelo Brigadeiro Raimundo José da Cunha Mattos Governador das Armas de Goyaz para acompanhar os seus itinerários escritos em 1826 e publicados no anno de 1836* (Figura 21) é apresentada no “Dossiê de Goiás” (IPHAN, 2000) (Quadro 2, Documento 23) como tendo sido produzida em 1825.

Por outro lado, tanto Antonio Costa, como a Biblioteca Nacional de Portugal, e a Fundação Biblioteca Nacional (Quadro 2, Documentos 24, 25 e 26, respectivamente) catalogam a Carta como sendo de 1836, a mesma data que consta no carimbo superior esquerdo do documento.

Antonio Costa (2007:242) traz a seguinte nota:

As marchas do General Cunha Mattos vão marcadas em linha unida. As outras Estradas vão em linha pontuada. Escala de 18 legoas em um grao. Lith. Archivo Militar 1875.

Afirma Antonio Costa que os documentos cartográficos produzidos no início do período imperial para algumas províncias constituíam apenas cópias não atualizadas de documentos do período colonial. Cita, como exemplo, esta Carta de Cunha Matos²⁶, onde o território do Sertão da Farinha Podre, oficialmente denominado como Julgado do Desemboque e atualmente conhecido como Triângulo Mineiro, ainda aparecia fazendo parte de Goiás, apesar de ter sido produzido em 1826, logo após a independência, e o território ter passado a pertencer à Província de Minas Gerais em 1816, por determinação de D. João VI. Talvez não seja esse o melhor exemplo, uma vez que Cunha Matos no carimbo do documento deixou claro: *Carta Corografica Plana da Província de Goyaz e dos Julgados de Araxá e Desemboque da Província de Minas Geraes...* (Quadro 2, Documento 26).

Na Carta Corográfica de Goiás (Quadro 2, Documentos 23 a 26), Cunha Matos emendou em mais de três mil pontos diferentes os antigos mapas manuscritos da Província. O Governador das Armas não fez explorações por terras desertas, transitou apenas pelas estradas gerais de Goiás e demonstrou ter conhecimento dos escritos e descrições da região produzidos por outros viajantes²⁷, entre eles o Barão de Eschwege; Saint-Hilaire²⁸; Pohl; Natterer; e Spix e Martius.

Cunha Matos entrou em terras goianas no dia 28 de maio de 1823, veio pelo “caminho do correio de Goiás” que propiciava a mais direta comunicação entre os sertões do oeste de Minas e o norte de São Paulo com os antigos e os novos povoamentos agrícolas e pecuários, no sul e sudeste de Goiás.

A maioria dos nomes dos lugares e dos marcos naturais registrados, tanto nos itinerários assinalados na sua Carta, quanto em sua Corografia da Província de Goiás, se mantiveram até os dias de hoje: Ponte Alta, Guariroba, Rodeador, rio Torto, rio São Bartolomeu, rio Corumbá, São João das Três Barras, Sobradinho, ribeirão Sobradinho, Mestre d’Armas, etc.; não deixando dúvidas quanto ao fato

²⁶ O Brigadeiro Raimundo José da Cunha Matos foi Governador das Armas da Província de Goiás, tanto as militares quanto as civis. Vide Capítulo 3 – Viajar pelo território.

²⁷ Vide Anexos de n. 6 a n. 11.

²⁸ Ver Anexo n. 5

das estradas reais que cruzavam o Planalto Central atravessarem a área correspondente ao atual DF (MATOS, 2004:311-312).

Os sítios inseridos nos limites do atual território do DF, ao longo da “Estrada da Bahia”, e assinalados na Carta elaborada por Cunha Matos, em 1836, eram: Sítio Novo, Mestre d’Armas, Sobradinho, São João e Rodeador. Esses nomes foram recorrentes nos relatos de cronistas e viajantes que o precederam: José da Costa Diogo²⁹, em 1734; o Barão de Mossâmedes³⁰, em 1773; e o Governador Cunha Menezes³¹, em 1778; como também nos que o sucederam: Joaquim Jardim, em 1874; Varnhagen, em 1877; Oscar Leal, em 1889; e Cruls, em 1892³².

²⁹ Vide Anexo n. 1.

³⁰ Vide Anexo n. 3.

³¹ Vide Anexo n. 4.

³² Vide Anexo n. 14 e Capítulo 3 – Viajar pelo território.

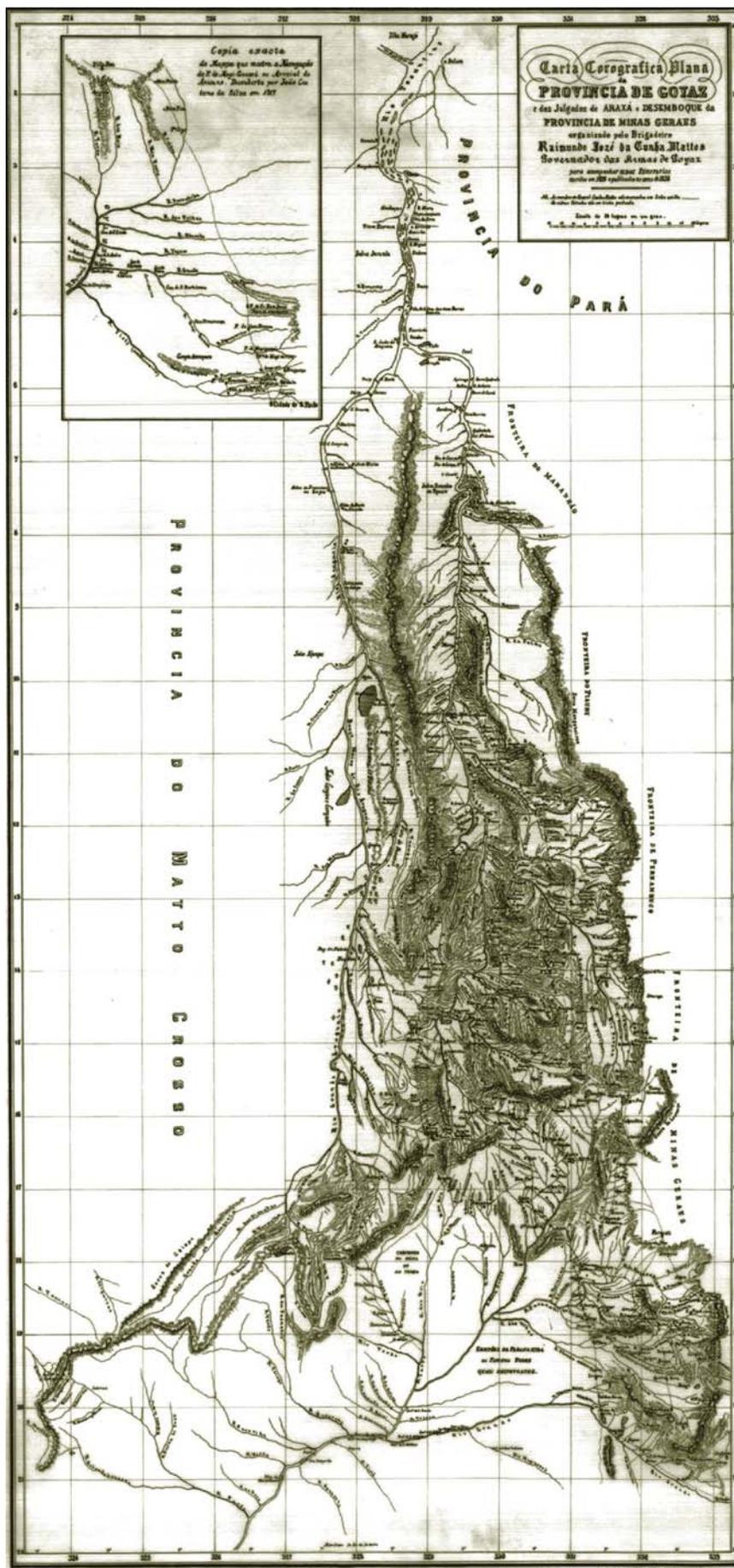


Figura 21 - Carta Corográfica da Província de Goiás (COSTA, 2007:173).

Goiás

Goyaz Vcde de Villiers de L'Ile-Adam. Gravado na Lithographia Imperial. Publicado no Rio de Janeiro por: Garnier Irmãos Livreiros. Rio de Janeiro. 1849, foi catalogado pela Fundação Biblioteca Nacional (2008) como de autoria do Visconde de Villiers de L'Ile-Adam, de 1849 (**Figura 22**).

Este documento cartográfico reproduziu as fronteiras da Província de Goiás com a Província de São Paulo, de Minas Gerais, do Piauí, do Maranhão, do Pará e do Mato Grosso. Dividiu a Província em quatro comarcas: de Santa Cruz, de Goiás, de Cavalcante e de Porto Imperial. Representou a rede hidrográfica da região e assinalou a capital, vilas, freguesias e povoados e marcou os caminhos com linhas pontilhadas.

Representados no mapa, três caminhos distintos se entroncavam em Meia Ponte, que, a partir daí, continuavam até a então capital Goiás e seguiam caminho para Cuiabá. A primeira estrada, mais ao sul, vinha de São Paulo, passava por Santa Cruz, Bonfim e chegava a Meia Ponte. A segunda, a sudeste, partia do Rio de Janeiro, passava por Arrendidos, Santa Luzia, Corumbá e Meia Ponte. A “Estrada da Bahia”³³ chegava ao Distrito Federal pelo extremo nordeste.

A área onde se encontra o atual Distrito Federal, embora fosse cortada pela estrada que vem da Bahia, não tem o nome de nenhum sítio assinalado e, nas proximidades, registrou as vilas de Santa Luzia, Meia Ponte e Formosa.

No mesmo local onde os primeiros mapas (**Quadro 2, Documentos 1, 3, 4 e 7 a 12**) registraram o rio Sobradinho, neste mapa (**Quadro 2, Documento 27**), assim como na *Carta de toda a porção d'América Meridional, que pareceo necessaria a manifestar a viagem de 569 legoas commuas, que da escala e cidade do Rio de Janeiro executou por terra, em 17 do mes de Mayo de 1772, para Villa Bella da Santissima Trindade, o Governador e Capitão General do Estado do Mato Grosso e Cuiabá, Luis d'Albuquerque de Mello Pereira e Caceres do Concelho de Sua Magestade Fidelissima que Deos o guarde*, de 1772 e no *Mappa Geografico da Capitania de Villa boa de Goyas combinado com partes de Outros, que denotão as Capitancias de Minas Gerais e Maranhão mandado tirar pello Ilmo. e Exmo. Snr. Fernando Delgado Freire de Castilho Governador e Capitão General da mesma Capitania, no anno de 1819* (**Quadro 2, Documentos 13 e 19, respectivamente**), foi assinalado o rio São Bartolomeu.

³³ Ver Anexo n. 12.

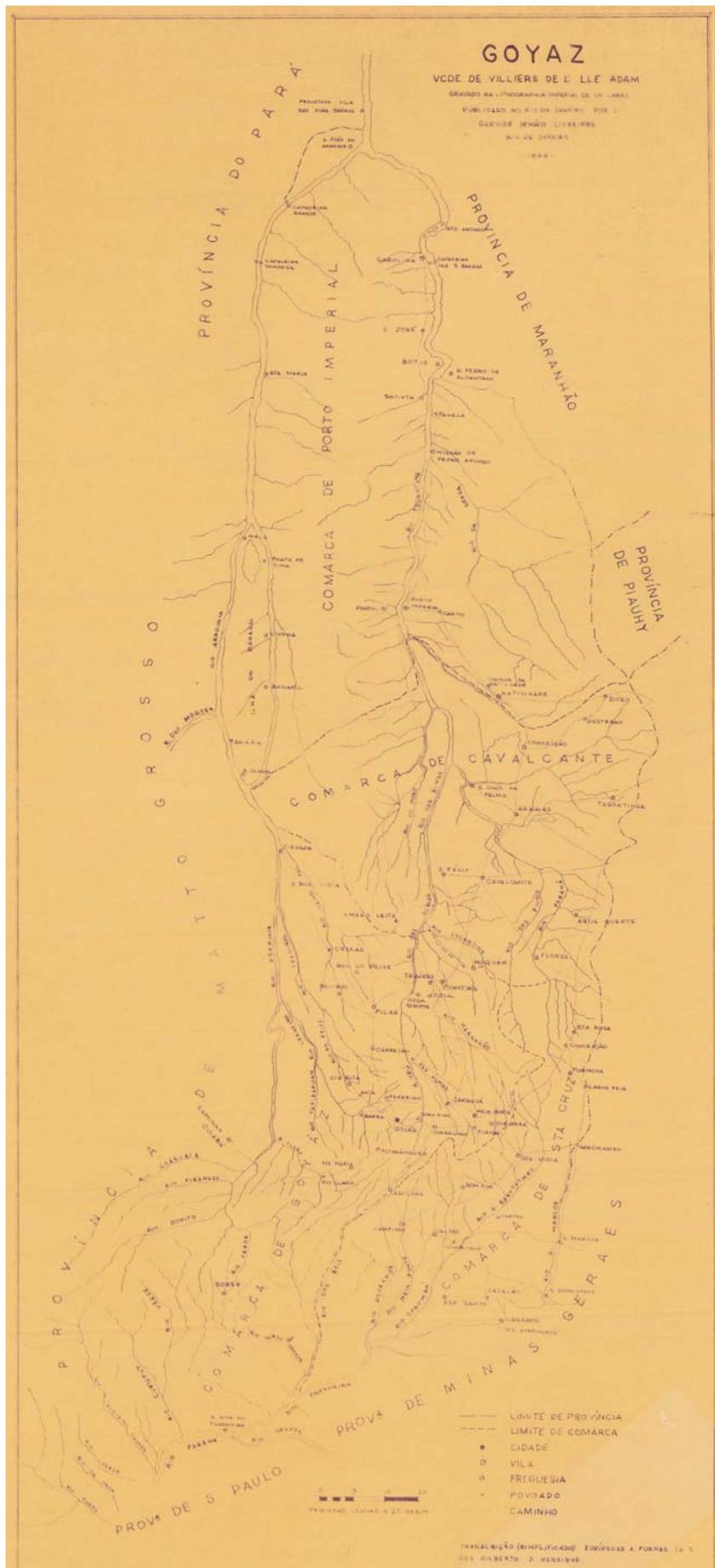


Figura 22 - Goiás (FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL, 2008).

Carta da Província de Goiás de 1875

A *Carta da Província de Goyaz. Organizada em 1874 por ordem do Ministério d'Agricultura Commercio e Obras Públicas pelo Capitão d'Engenheiros Joaquim R. de M. Jardim, conforme as melhores cartas existentes e observações próprias. Redusida e gravada por C. Lomelino de Carvalho. Rio de Janeiro, 1875 (Figura 23)*, foi catalogada pela Fundação Biblioteca Nacional (2008). Segundo informações do engenheiro Joaquim Jardim, em texto no documento cartográfico, a Carta foi executada para satisfazer as exigências do “Avizo Circular do Ministério d'Agricultura nº 4”, de 22 de dezembro de 1873.

O documento registrou a Província de Goiás e seus limites com as Províncias de São Paulo, de Minas Gerais, da Bahia, do Piauí, do Maranhão, do Pará e do Mato Grosso. É bastante detalhado quanto à representação dos rios e seus afluentes, serras, cidades, vilas e arraiais.

No lado direito, há um “Quadro Estatístico das Povoações da Província”, distribuídas em dezesseis Comarcas. Na região correspondente ao atual DF e áreas limítrofes, foi citada a cidade de Meia Ponte e o arraial de Corumbá como parte da Comarca do Rio Maranhão e a cidade de Santa Luzia e a vila Formosa de Imperatriz subordinadas à Comarca de Imperatriz. Houve, ainda, referência ao arraial de Mestre d'Armas como um dos sete Julgados de Paz da Província.

A Carta da Província de Goyaz (**Quadro 2, Documento 28**) representou em linhas pontilhadas o itinerário de diversos caminhos que cruzavam a Província, assinalando cada um dos sítios ao longo do percurso. A “Estrada da Bahia”³⁴, apontada nos limites do atual DF, entrava a partir de Formosa de Imperatriz, seguia até Mestre D'Armas e cortava o território no sentido nordeste para sudoeste, descendo para Santa Luzia.

³⁴ Vide Anexo n. 12.

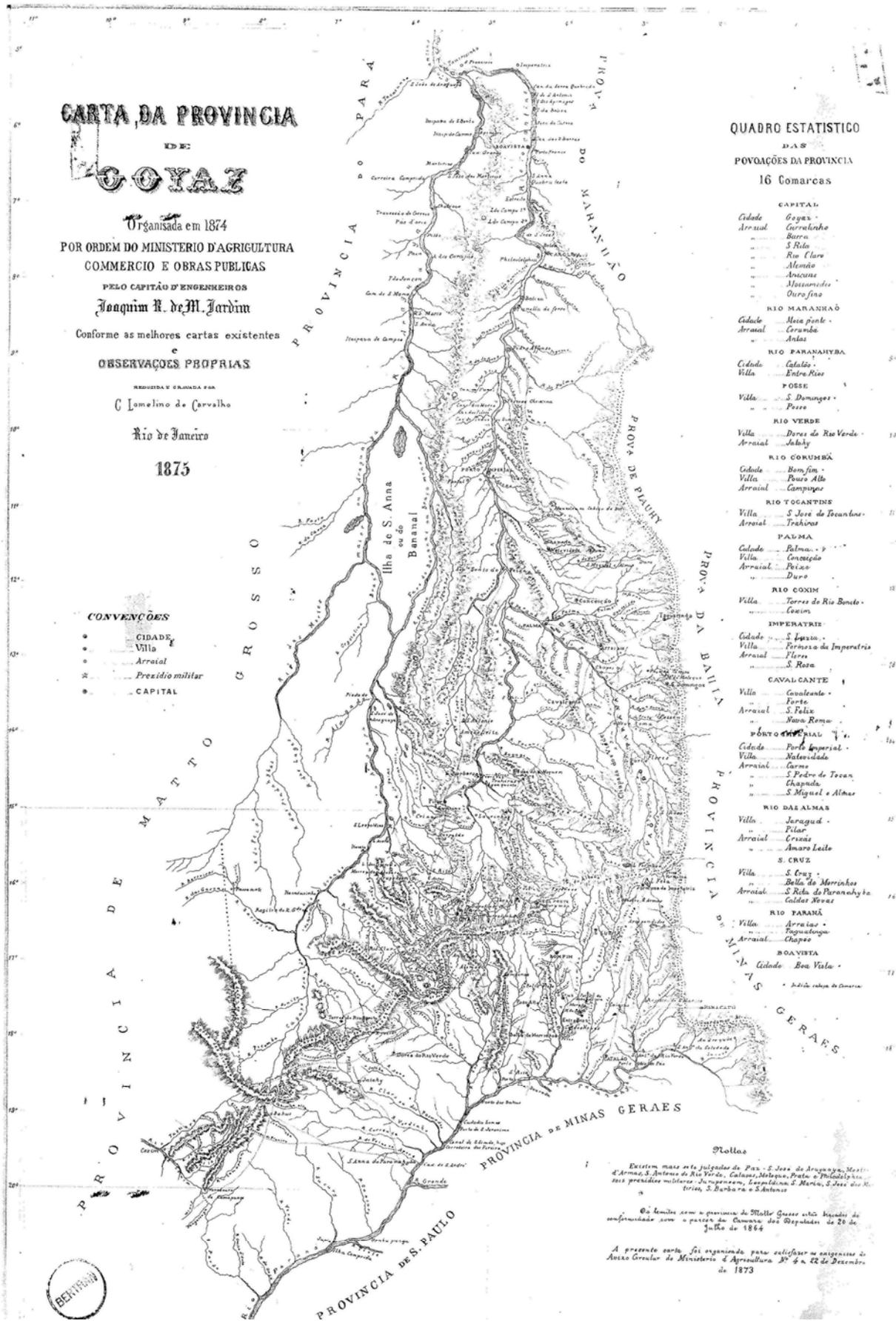


Figura 23 - Carta da Província de Goiás de 1875 (FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL, 2008).

Carta do sul de Goiás e triângulo mineiro

A *Carta do sul de Goyaz e triangulo mineiro por Oscár Leal segundo as cartas existentes e observações próprias* (**Figura 24**), anexa ao livro “Viagem às terras goyanas (Brazil Central)” (LEAL, 1980:257), é de 1889.

O documento (**Quadro 2, Documento 29**), sem escala nem legenda, representou o relevo e a rede hidrográfica da região, bem como, a capital do estado de Goiás, cidades, vilas e povoados.

Diferentemente da maioria dos documentos estudados, a Carta de Oscar Leal (1980:257) não registrou o trajeto das estradas existentes à época, nem mesmo o percurso de suas viagens pelo interior do país, em 1889. Na região correspondente ao atual DF indicou a presença apenas da Vila do Mestre d’Armas.

Em suas anotações, Leal demonstrou ter conhecimento sobre diversos trabalhos produzidos por outros viajantes que igualmente andaram por Goiás, como Saint-Hilaire, em 1819; Cunha Matos, em 1823; Couto Magalhães, em 1823 e Virgílio de Mello Franco³⁵, de 1876 a 1878.

Embora Oscar Leal (1980) não faça referências em seu livro à Joaquim Jardim, é possível aferir que o mapa do Capitão d’Engenheiros, de 1874/1875 (**Quadro 2, Documento 28**) tenha sido a principal base para o mapa produzido por Leal.

Uma rápida comparação entre os dois permite constatar a similaridade na configuração dos mesmos, seja na representação das serras, dos rios, da grafia utilizada, da abreviatura de palavras ou do tipo de letra.

Apenas pequenas alterações são percebidas nas áreas limítrofes ao atual Distrito Federal, em relação à grafia dos nomes de alguns sítios. Na Carta de Leal, Meia Ponte foi assinalada como Perynopolis, Formosa da Imperatriz como Formosa e Santa Luzia como Luziânia.

³⁵ Ver Anexo n. 13.

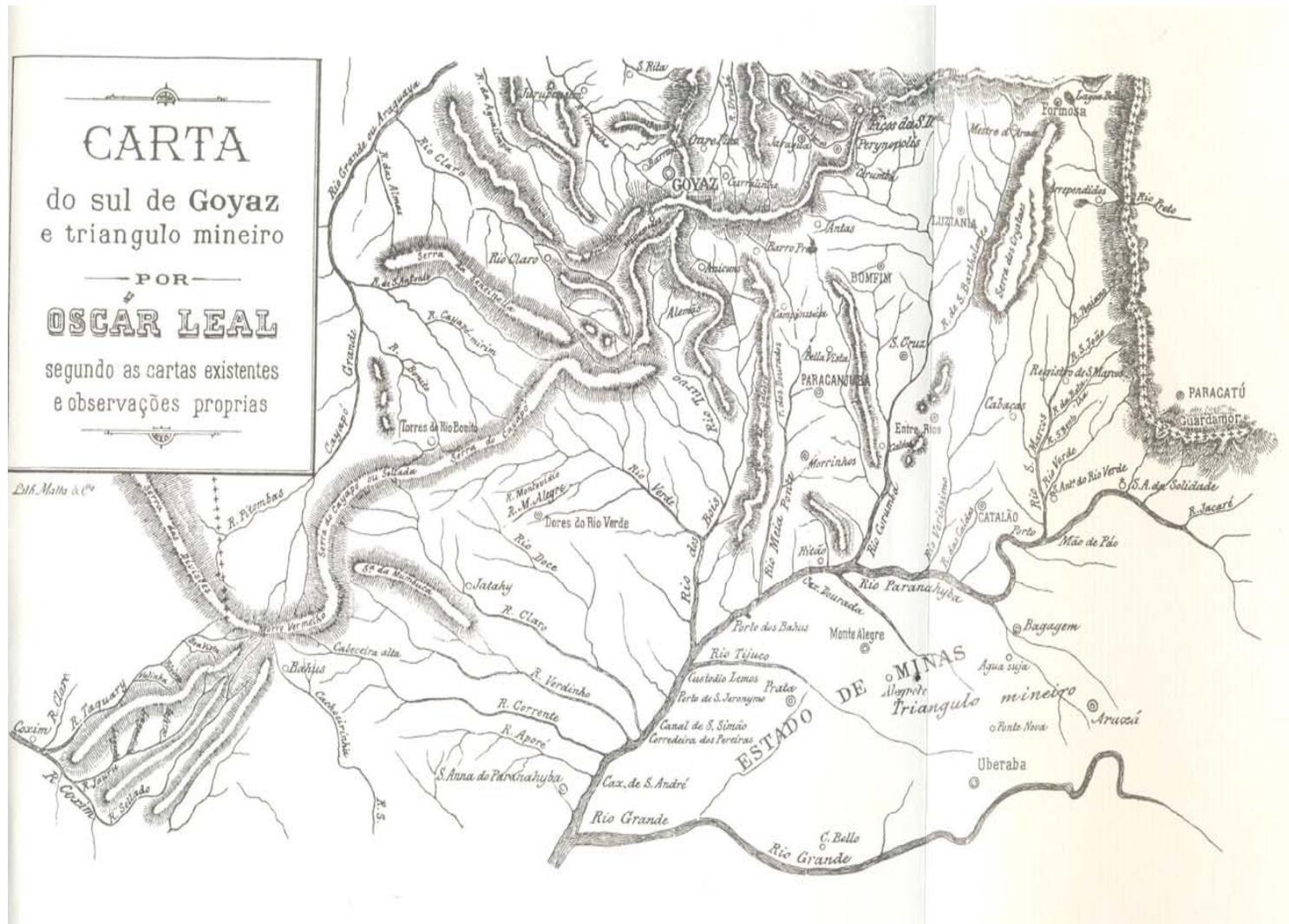


Figura 24 - Carta do sul de Goiás e triângulo mineiro (LEAL, 1980:257).

Mapa Cartográfico do Quadrilátero Cruls

O *Mapa Cartográfico do Quadrilátero Cruls* (**Figura 25**), documento sob a guarda do Arquivo Público do DF, é parte integrante dos diários de Hastimphilo de Moura, escritos durante a Expedição da Comissão Cruls no Planalto Central, em 1892. Durante sete meses de viagem, Moura (19--) escreveu diários com o relato das atividades da Comissão Cruls³⁶.

No segundo diário, em sua primeira folha, desenhou o Quadrilátero Cruls, à mão, com a marcação do trajeto da picada que partia de Mestre d'Armas, em direção ao sudoeste, até chegar a Santa Luzia, o mesmo itinerário registrado na *Carta da Província de Goiás de 1875* (**Quadro 2, Documento 28**).

Este mapa colorido (**Quadro 2, Documento 30**), sem escala, registrou os locais visitados, rios e lagoas.

Em seus diários de campo, Moura nos permite acompanhar o itinerário percorrido pela equipe de demarcação no território do DF, visto serem familiares os nomes e as referências que utilizou. O reconhecimento da região se dá principalmente pela toponímia, que se mantém desde o século XVIII em diversos lugares do Planalto Central, como é possível perceber:

Em 24 (sábado). Permanecemos hoje ainda aqui (Papuda) para irmos ao rio São Bartholomeu e ao Gama (seu affluente). A fazenda é de belo aspecto e agradável, mas os seus donos (Juca Meireles e irmão) é que muito deixaram a dezejar (...) Em 25 (domingo). De Rajadinha para ca temos atravessado regiões belissimas e offerecendo muitas vantagens para serem convertidas em centros povoados e hoje vimos locaes que optimamente se prestão para edificação de cidades belas. (...) (MOURA, 19--).

³⁶ O diário de Hastimphilo de Moura é composto de seis cadernetas, sendo que apenas duas foram objeto de um trabalho de transcrição paleográfica e digitalização pelo Arquivo Público do DF.

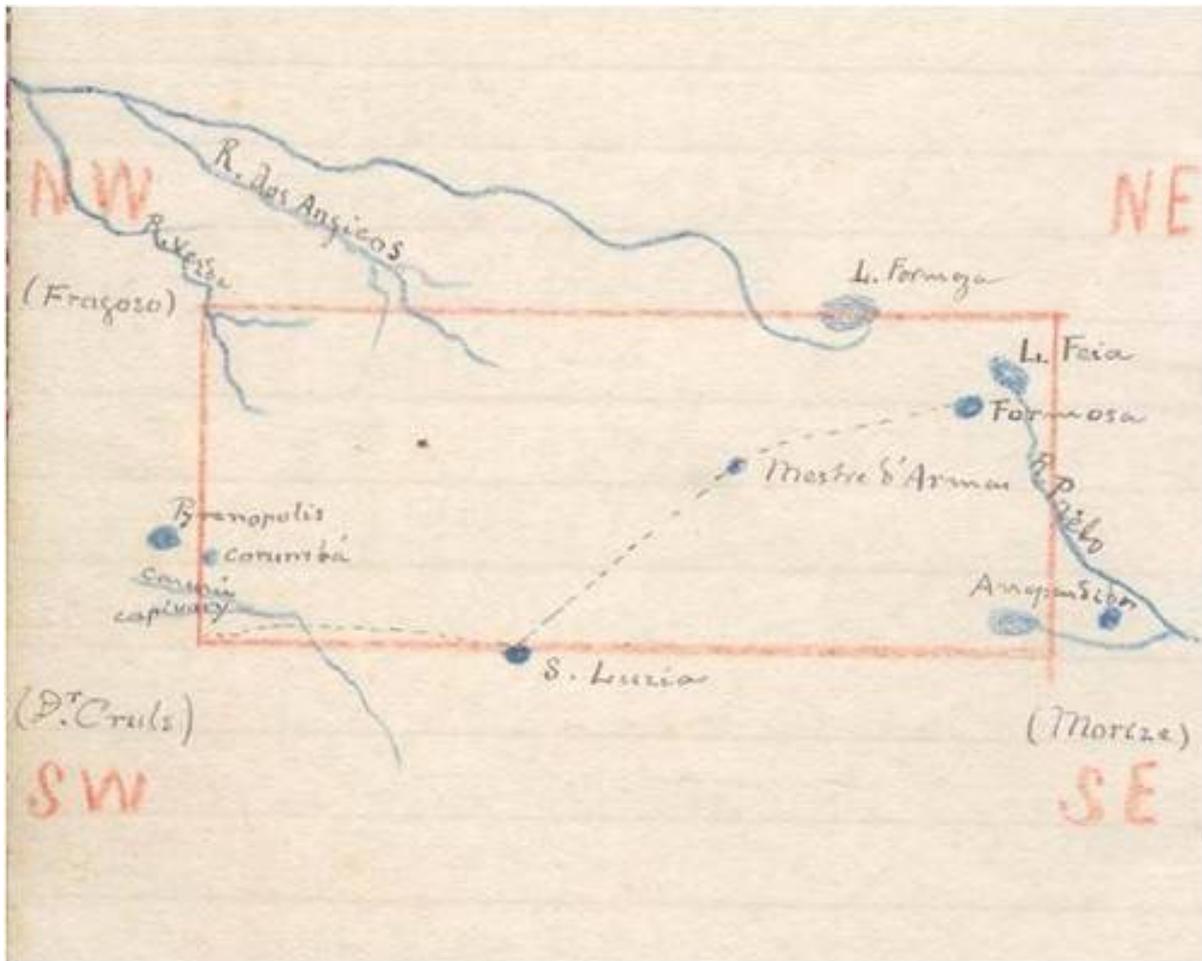


Figura 25 - Mapa Cartográfico do Quadrilátero Cruls (MOURA, 19--).

Mapa do Brasil, indicando a posição da zona demarcada para o futuro DF

O *Mappa do Brazil, indicando a posição da Zona demarcada para o futuro Districto Federal. Comissão Exploradora do Planalto Central do Brazil, 1983 (Figura 26)*, publicado no relatório da Missão Cruls (1957:45), em preto e branco, na escala de 1:10.000.000, indicou pela primeira vez a posição da zona demarcada para o futuro DF, o chamado “Quadrilátero Cruls”.

De 1892 até 1895, Luiz Cruls chefiou as primeiras expedições científicas no Planalto Central organizadas especificamente para estudar, identificar, demarcar e executar procedimentos ligados à transferência da Capital, tendo detalhado os itinerários de trabalho de sua equipe na área correspondente aos limites do atual DF e áreas limítrofes³⁷.

No Relatório Cruls (1947) foram poucas as citações referentes aos pousos e fazendas visitados pelos membros da Expedição, embora os mapas produzidos ao longo dos trabalhos confirmem que a Comissão encontrou a região do atual DF ocupada por fazendas.

Pela toponímia desses locais e dos marcos naturais levantados podemos reconhecer diversos lugares ainda hoje existentes: Formosa, Mestre d’Armas, rio Saia Velha, rio Torto, rio Sobradinho, Lagoa Feia, rio Maranhão, Três Barras, Sobradinho, Rajadinha, Papuda, Samambaia, Ponte Alta, etc.

A base cartográfica produzida pela equipe da Missão Cruls, bastante detalhada e precisa, serviu como referência para os estudos desenvolvidos por todas as comissões e grupos de trabalhos que a sucederam no levantamento de dados sobre o Planalto Central, até a mudança da Capital, cerca de setenta anos depois.

³⁷ Vide Anexo n. 14.



Figura 26 - Mapa do Brasil, indicando a posição da zona demarcada para o futuro DF (CRULS, 1957:45).

Mapa do Brasil, mostrando a posição do Distrito Federal

O *Mappa do Brazil, mostrando a posição do Districto Federal demarcado assim como os principais caminhamentos levantados pela Comissão (Figura 27)*, de 1893, do acervo da autora, assim como o *Mappa do Brazil, indicando a posição da Zona demarcada para o futuro Districto Federal. Comissão Exploradora do Planalto Central do Brazil, 1983 (Quadro 2, Documento 31)*, apontou a posição do Quadrilátero Cruls, mas foi além ao registrar os principais caminhamentos levantados pela Comissão.

Do mesmo modo como foram assinalados no Mapa dos Julgados (**Quadro 2, Documentos 14 a 18**), cento e dezesseis anos antes, esses caminhamentos reproduzem três caminhos distintos que se entroncavam em Meia Ponte e, unificados, continuavam até Vila Boa de Goiás, de lá seguindo rumo a Cuiabá (**Quadro 2, Documento 32**). A primeira estrada, mais ao sul, vinha de São Paulo, passava por Santa Cruz, Bonfim e chegava a Meia Ponte. A segunda, a sudeste, partia do Rio de Janeiro, passava por Paracatu, Arrendidos, Santa Luzia, Ponte Alta – no ângulo sudoeste do DF, Santo Antonio dos Montes Claros (atual Santo Antonio do Descoberto), Macacos, Corumbá e, depois, Meia Ponte. A “Estrada da Bahia” entrava no DF pelo extremo nordeste – Couros; cortava a região da Vila do Mestre d’Armas; seguia por Sobradinho; passava por São João das Três Barras; pela Chapada da Contagem; até sair, a oeste, ao encontro de Meia Ponte.



Figura 27 - Mapa do Brasil, mostrando a posição do Distrito Federal (Acervo da autora).

Esboço da zona de 14.400 quilômetros quadrados, demarcada no Planalto Central do Brasil

O *Esboço da zona de 14.400 quilômetros quadrados, demarcada no Planalto Central do Brasil, para o districto federal, mostrando os caminhamentos ligando Pyrenopolis, Santa Luzia e Formosa (Figura 28)* foi produzido por Antonio Pimentel (1985:5), membro da Missão Cruls, em 1894.

Este mapa colorido, na escala de 1:500.000, registrou distintamente, conforme legenda, altitudes expressas em metros, itinerários, rios e lagoas inseridos no Quadrilátero Cruls. Nele é possível identificar com clareza os três principais percursos dos viajantes, ao cruzar o território do atual DF, nos séculos XVIII e XIX.

A “Estrada Real”³⁸ ou “Estrada da Bahia”³⁹ entrava no DF a leste, por Formosa, seguia até a Vila do Mestre d’Armas, em Planaltina, atravessava Sobradinho, depois a Chapada da Contagem, até sair, a oeste, pela Região de Brazlândia, rumo a Pirenópolis.

Existiam também duas picadas que levavam a Santa Luzia, hoje Luziânia. A primeira, na altura da Vila do Mestre d’Armas, descia para sudoeste, atravessando o ribeirão Pipiripau, ribeirão Sobradinho, rio Paranaua, ribeirão Taboca, ribeirão Papuda, rio Mesquita, rio Saia Velha, até encontrar Santa Luzia. A outra, na altura do pouso do Chico Costa, porção oeste do Distrito Federal, região de Brazlândia, descia a sudeste, cortando o rio Jatobá, rio das Pedras, ribeirão Guariroba, rio Ponte Alta, rio Alagado, ribeirão Paiva, rio Santa Maria, para também chegar a Santa Luzia.

O documento (**Quadro 2, Documento 33**) também registrou o Chapadão do Visconde do Porto Seguro⁴⁰ e indicou a presença de poucos assentamentos humanos e fazendas na região. No trajeto da “Estrada da Bahia” foram citados a Vila do Mestre d’Armas, Sobradinho, Fazenda da Contagem e pouso do Chico Costa. Ao longo da picada que descia a sudoeste, além da Vila do Mestre d’Armas só foram nomeados o pouso Barreiros, nas margens do ribeirão S. Anna e o Arraial do Mesquita. Na outra picada, constou apenas o pouso do Chico Costa.

Isso não significa a inexistência de outras fazendas dentro da área pesquisada, a se considerar que outro documento produzido pela Missão Cruls, em 1895, de autoria de Henrique Morize (**Quadro 2, Documento 35**), nomeou quantidade considerável de fazendas.

A toponímia dos sítios e acidentes naturais assinalados, bem como o Esboço confeccionado, confirmam, novamente, que muitos dos viajantes que se aventuraram pelo Planalto Central, nos séculos XVIII e XIX, percorreram a “Estrada Real” que cortava ao norte o território do atual DF. Assim foi com José da Costa Diogo⁴¹, em 1734; o Barão de Mossâmedes⁴², em 1773; e o Governador Cunha Menezes⁴³, em 1778.

³⁸ Segundo Bertran, era Estrada Real por ser legalizada, por dispor de postos fiscais para arrecadação dos impostos reais.

³⁹ Vide Anexo n. 12.

⁴⁰ Assim denominado pela Comissão Cruls em homenagem ao historiador Varnhagen, hoje Chapadão do Pipiripau.

⁴¹ Ver Anexo n. 1.

⁴² Conforme Anexo n. 3.

⁴³ Vide Anexo n. 4.

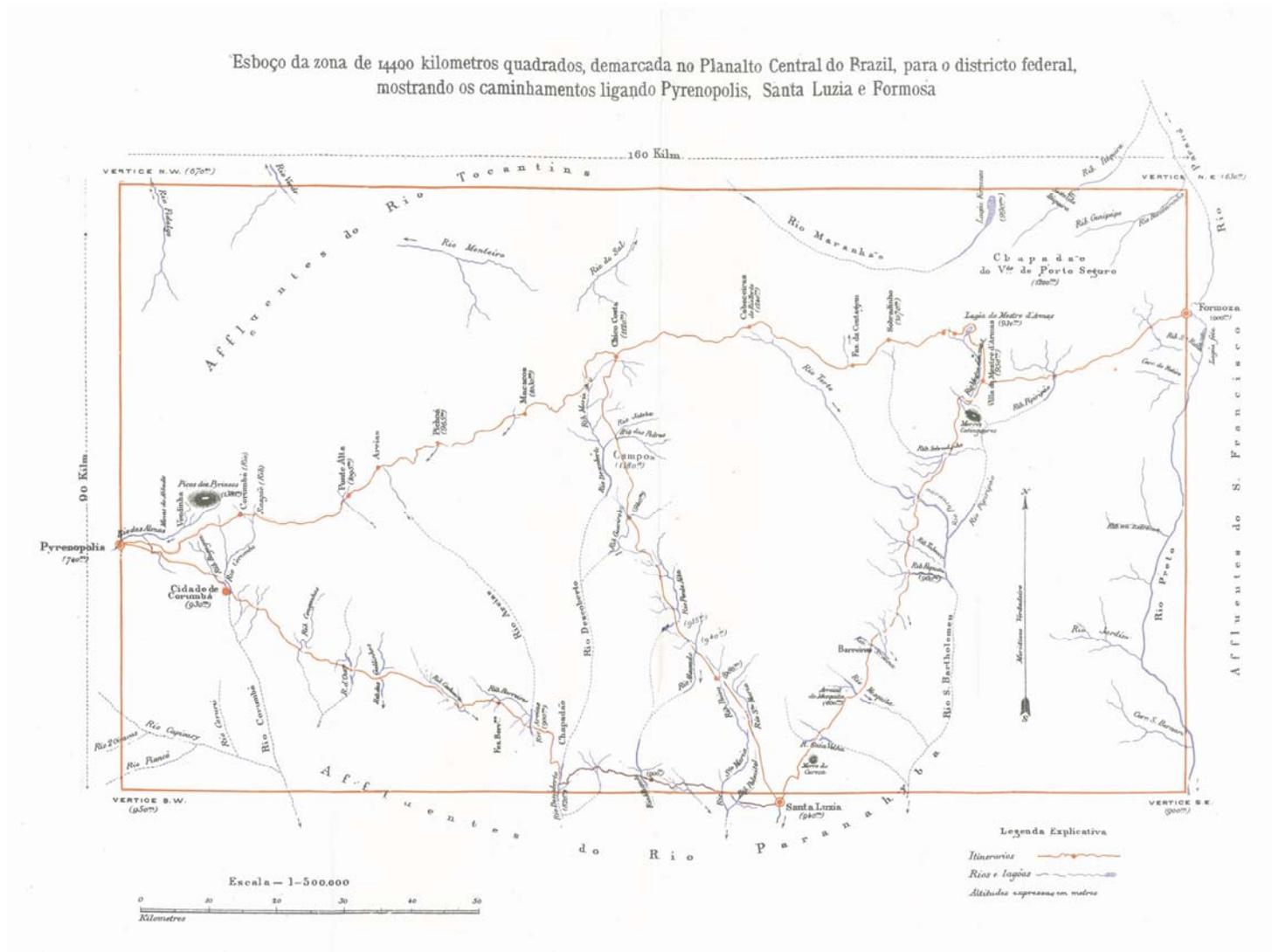


Figura 28 - Esboço da zona de 14.400 quilômetros quadrados, demarcada no Planalto Central do Brasil (PIMENTEL, 1985:5).

Mapa dos itinerários levantados

O *Mappa dos itinerários levantados, com a indicação da Zona demarcada e da constituição geológica da região explorada. Comissão Exploradora do Planalto Central do Brazil (Figura 29)*, do acervo da autora, foi produzido em 1895.

O documento cartográfico (**Quadro 2, Documento 34**), em escala de 1:1.000.000, colorido, indicou no Planalto Central o Quadrilátero Cruls e, conforme legenda, a capital do estado de Goiás; cidades; vilas e povoados; jazidas de ouro, diamante e ferro; a rede hidrográfica e os itinerários que cortavam a região.

Os itinerários tinham como seus pontos extremos as cidades de Uberaba e Goiás e a Chapada dos Veadeiros. Com base na cartografia produzida, é possível reconhecer os três principais caminhos dos viajantes dos séculos XVIII e XIX, nos limites do DF.

Dois desses percursos cruzavam o território do DF e se encontravam em Santa Luzia, hoje Luziânia. Um itinerário partia da Vila do Mestre d'Armas e descia à sudoeste e o outro, saindo do pouso Chico Costa descia rumo ao sul.

O principal percurso era a "Estrada da Bahia"⁴⁴, que cortava a região em sua porção norte: vinha de Formosa, a leste do DF, seguia até a Vila do Mestre d'Armas, em Planaltina, passava por Sobradinho, Chapada da Contagem até sair a oeste, pelo pouso do Chico Costa.

Esse trajeto foi o mesmo percorrido por José da Costa Diogo, em 1734; foi explorado pelo Barão de Mossâmedes, em 1773, e depois assinalado por Tomas de Souza, no Mapa dos Julgados da Capitania de Goiás, em 1778; foi o caminho trilhado pelo Governador Cunha Menezes em sua jornada no Planalto Central, em 1778; e, ainda, foi um dos itinerários registrados, em 1856, pelo Brigadeiro Cunha Matos.⁴⁵

⁴⁴ Vide Anexo n. 12.

⁴⁵ Ver Anexo n. 6.

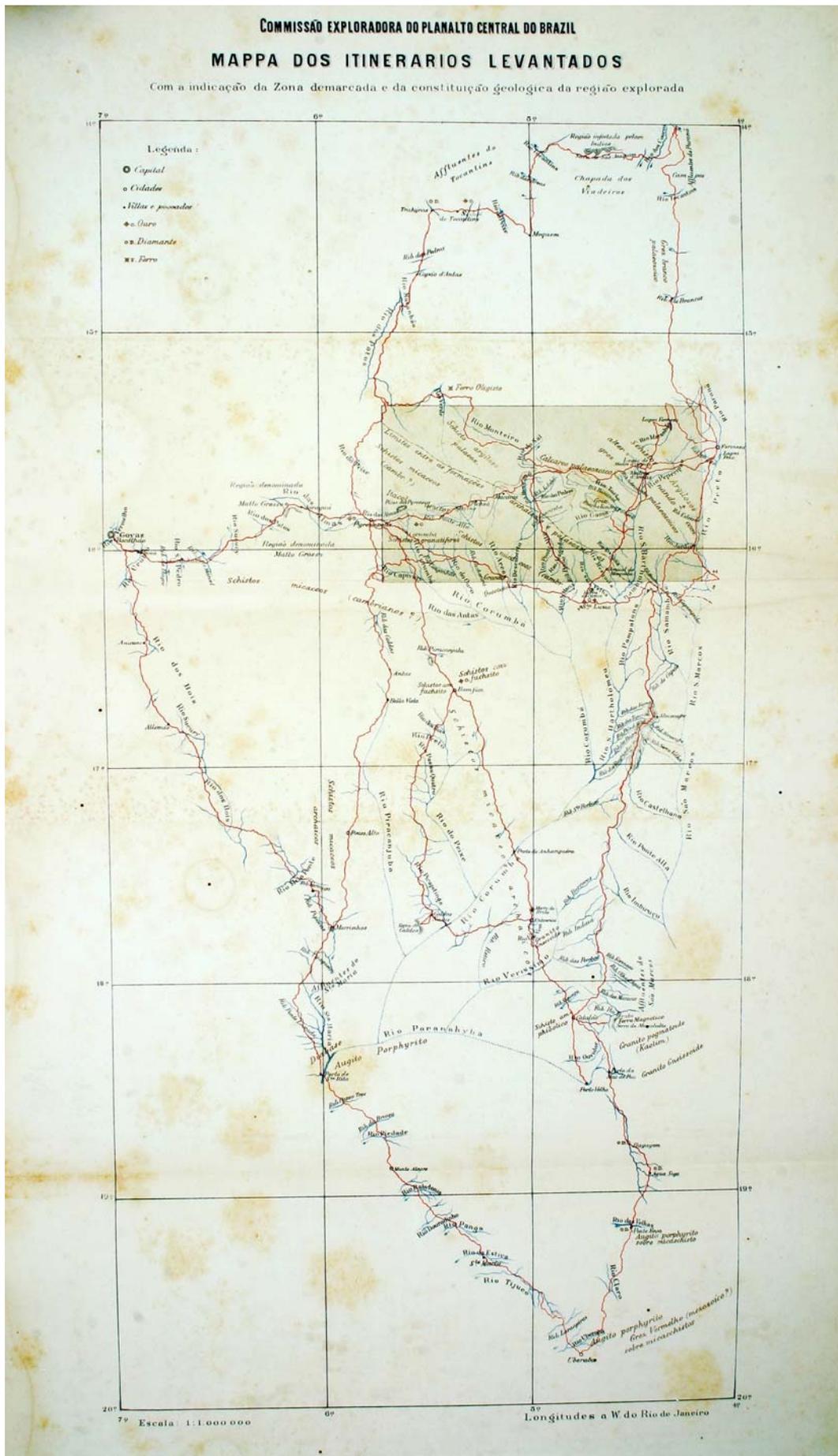


Figura 29 - Mapa dos itinerários levantados (Acervo da autora).

Planta do Distrito Federal

A *Planta do Districto Federal mostrando o adiantamento dos trabalhos topographicos realizados até fins do anno 1895 (Figura 30)*, publicada no relatório da Comissão Cruls (1947:361A), foi finalizada por Henrique Morize, em 1896.

Esse documento (**Quadro 2, Documento 35**), em preto e branco, na escala de 1:250.000, compilou as informações de todos os membros da Comissão. Além de detalhar toda a rede hidrográfica, também identificou quarenta e nove fazendas, pousos ou arraiais, confirmando, mais uma vez, que a região era toda ocupada por fazendas.

No perímetro do atual DF, foram expressamente citados quinze sítios: Fazenda Desterro, Chico Costa, Fazenda Glória, Fazenda Boa Vista, Fazenda Ten. Camello, Fazenda da Papuda, Benedito Cabeça, Fazenda Sobradinho, Fazenda Rajadinha, Fazenda da Vargem, Fazenda Jardim, Arraial Buriti Vermelho, Fazenda Lagoinha, Fazenda Fartura e Vila do Mestre d'Armas.

O fato dos nomes de diversos sítios e acidentes naturais citados terem se repetido ao longo dos relatos de diferentes cronistas, que exploraram o Planalto Central em épocas distintas, reforça, mais uma vez, a veracidade dos caminhos registrados por esses viajantes.

Destacam-se também no mapa os itinerários dos três percursos que cortavam a área do atual DF, da mesma forma como registrado em outros dois documentos produzidos ao longo dos trabalhos da Missão Cruls: o *Esboço da zona de 14.400 kilometros quadrados, demarcada no Planalto Central do Brazil, para o districto federal, mostrando os caminhamentos ligando Pyrenopolis, Santa Luzia e Formosa*, de 1894, e o *Mappa dos itinerários levantados, com a indicação da Zona demarcada e da constituição geológica da região explorada. Commissão Exploradora do Planalto Central do Brazil*, de 1895 (**Quadro 2, Documentos 33 e 34 respectivamente**).

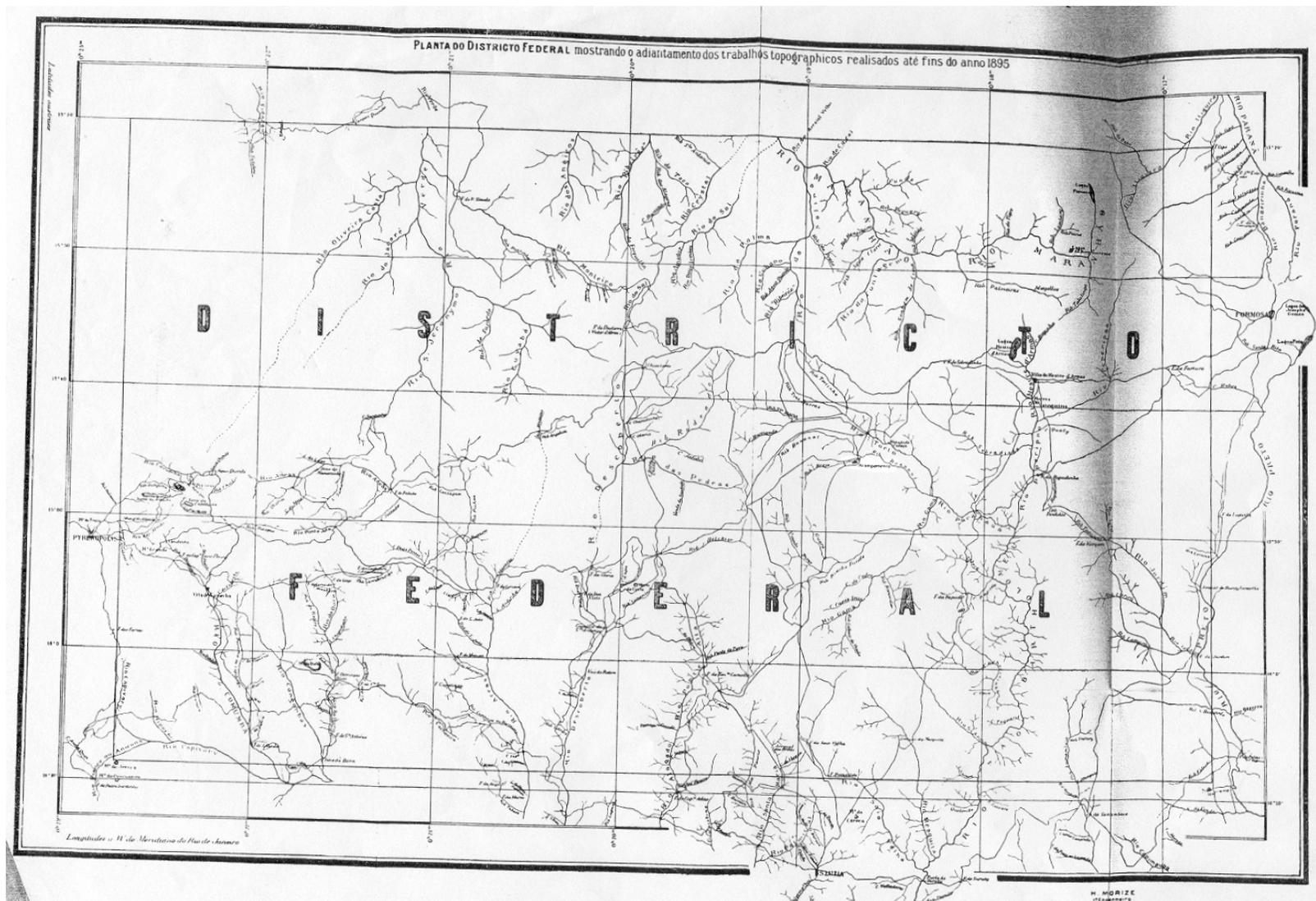


Figura 30 - Planta do Distrito Federal (CRULS, 1947:361A)

Os itinerários descritos nos documentos estudados nos deixa a certeza que o Planalto Central, nos limites do atual DF, era uma passagem importante de ligação entre o litoral e as minas de Goiás e Mato Grosso. Pela toponímia dos sítios e marcos naturais levantados, podemos reconhecer diversos lugares ainda hoje existentes: Formosa, Mestre d'Armas, Ponte Alta, Sobradinho, Lagoa Feia, rio Maranhão, rio São Bartolomeu, Gama, Contagem, Rodeador, etc.

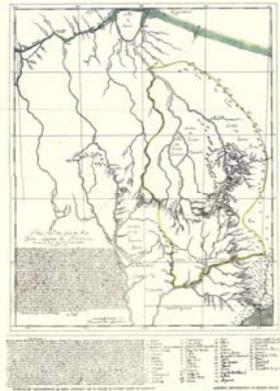
A análise dos documentos cartográficos selecionados corrobora a afirmação do historiador Paulo Bertran (2000:82), para quem as principais vias de comunicação do Brasil colonial passavam pelas fronteiras do Parque Nacional de Brasília, hoje Zona Núcleo da Reserva da Biosfera do Cerrado, uma Unidade de Conservação aprovada pela Unesco. Vejamos um exemplo:

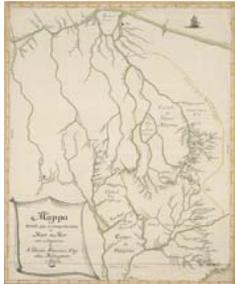
Como que prenunciando o futuro, entroncavam-se no Distrito Federal, há dois séculos e meio, duas das mais importantes estradas da história da colonização brasileira, autênticas vigas mestras soldando por dentro a união do país e curiosamente ligando Brasília às capitais que a antecederam: Salvador e Rio de Janeiro. A estrada de Salvador vinha pelo sertão baiano e (...) prosseguia para (...) Vila Bela da Santíssima Trindade, primeira capital do Mato Grosso, aos pés do rio Guaporé, divisando a fronteira boliviana, a mais ocidental povoação portuguesa a confrontar os domínios de Espanha no século XVIII. Estendia-se por cerca de 2,8 mil quilômetros e, enquanto jorrou ouro em Goiás e Mato Grosso, constitui-se na principal estrada mercantil do país por léguas transpostas. Já a estrada do Rio Janeiro para São Luís e Belém do Pará dava entrada na capitania de Goiás pelo registro de Arrendidos, dirigindo-se a Luziânia. (...) Em Luziânia a Estrada Real do Rio Janeiro podia despejar diretamente para Oeste, para Pirenópolis, onde encontrava outra estrada importante pelo pioneirismo: a que ligava São Paulo às minas de Goiás. Se o viajante porém quisesse seguir para o Norte, de Luziânia dirigia-se, através do Plano Piloto de Brasília, para a Contagem de São João e depois para Planaltina, (...) atingindo Belém do Pará pela região bragantina. (...) esse 'simile' da futura Belém – Brasília media seus bons 3,5 mil quilômetros desde o Rio de Janeiro (BERTRAN, 2000:139).

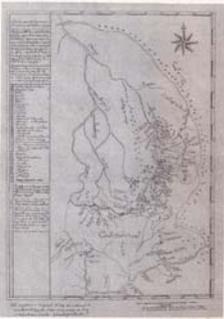


Após o detalhamento dos trinta e cinco documentos cartográficos estudados, dos séculos XVIII e XIX, foi elaborado quadro com a sistematização das principais informações sobre cada um, permitindo uma análise comparativa entre eles (**Quadro 2**).

Quadro 2 - Documentos cartográficos dos séculos XVIII e XIX analisados e comparados

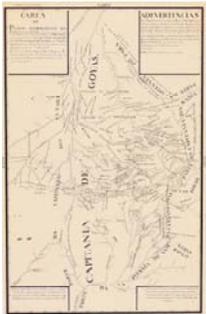
DOCUMENTO	IMAGEM	DATA	AUTOR	FONTE CONSULTADA	ARQUIVO OU DEPÓSITO LEGAL
século XVIII					
1		1750 1751	Documentos do AHU sugerem que o autor deste mapa é Ângelo dos Santos Cardoso, Secretário da Capitania de Goiás Atribuído por Isa Adonias à Francisco Tosi Colombina.	Arquivo Histórico Ultramarino – AHU. Projeto Resgate. ADONIAS, Isa. Mapas e Planos manuscritos relativos ao Brasil Colonial (1500-1822). Vols. I e II. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, Serviço de Documentação, 1960. p.659.	Arquivo Histórico Ultramarino – AHU. Projeto Resgate. Ministério das Relações Exteriores.
2		1751	Francisco Tosi Colombina	BERTRAN, Paulo e FAQUINI, Rui. <i>Cidade de Goiás: Patrimônio da Humanidade: origens</i> . Brasília, Ed. Verano; São Paulo, Takano, 2002. p. 135.	Estado Maior do Exército, 1920. Coleção Paulo Bertran. Redesenhado por Marco Antônio Galvão, 1988. Acervo de Marco Antônio Galvão.

DOCUMENTO	IMAGEM	DATA	AUTOR	FONTE CONSULTADA	ARQUIVO OU DEPÓSITO LEGAL	
Século XVIII						
3	<i>Mapa que mostra a capitania de Goiás e a região ao sul até o rio da Prata</i>		[1755] 1756	Documentos do AHU sugerem que o autor deste mapa é Ângelo dos Santos Cardoso, Secretário da Capitania de Goiás Atribuído por Isa Adonias à Francisco Tosi Colombina.	Arquivo Histórico Ultramarino – AHU. Projeto Resgate. ADONIAS, Isa. Mapas e Planos manuscritos relativos ao Brasil Colonial (1500-1822). Vols. I e II. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, Serviço de Documentação, 1960. p.660-662.	Arquivo Histórico Ultramarino – AHU. Projeto Resgate. Ministério das Relações Exteriores. Redesenhado por Marco Antônio Galvão, 1988. Acervo de Marco Antônio Galvão.
4	<i>Mappa dos Sertões, que se comprehendem de Mar a Mar entre as Capitânicas de S. Paulo, Goyazes, Cuyabá, Mato-grosso, e Pará</i>		17--	s/i	Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. www.bn.br/bndigital/pesquisa.htm .	Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Coleção Morgado de Mateus.
5	<i>Mappa da Capitania de S. Paulo e seu sertão, em que se vem os descobertos, que lhe forão tomados para Minas Geraes, como também o Caminho de Goyazes, com todos os seus pouzos, e passagens, deleniado por Francisco Tosi Columbina. Primeira Parte</i>		17--	Francisco Tosi Columbina	Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart1033415.jpg	Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Coleção Morgado de Mateus.

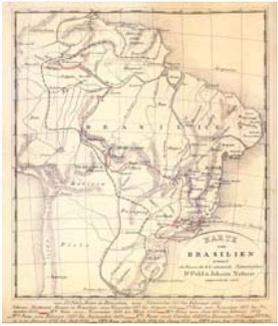
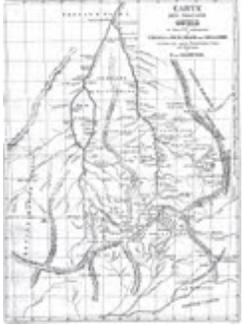
DOCUMENTO	IMAGEM	DATA	AUTOR	FONTE CONSULTADA	ARQUIVO OU DEPÓSITO LEGAL	
Século XVIII						
6	<i>Mapa da Capitania de Goyazes, e de todo o sertão por onde passa o Rio Maranhão, ou Tucantins</i> [Segunda parte]		17--	Francisco Tosi Columbina	Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. www.bn.br/bndigital/pesquisa.htm .	Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Coleção Morgado de Mateus.
7	<i>Carta da Capitania de Goyaz</i>		1749	Antonio Cardoso, Secretário da Capitania. Documentos do AHU informam que o nome do Secretário da Capitania de Goiás era Ângelo dos Santos Cardoso.	IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional & FUNPEL – Fundação Cultural Pedro Ludovico Teixeira. <i>Dossiê de Goiás</i> . Goiânia, 2000.	Arquivo Ultramarino de Lisboa. Redesenhado por Marco Antônio Galvão, 1988. Acervo de Marco Antônio Galvão.
8	<i>Mapa da Capitania de Goiás e regiões circunvizinhas mostrando as comunicações entre as bacias do Prata e do Amazonas</i>		1751	Tossi Colombina	ROCHA JÚNIOR, Deusdedith Alves; VIEIRA JÚNIOR, Wilson; CARDOSO, Rafael Carvalho C. <i>Viagem pela Estrada Real dos Goyazes</i> . Brasília: Paralelo 15, 2006. p. 74 e 78.	s/i

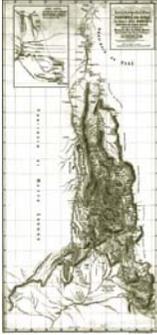
DOCUMENTO	IMAGEM	DATA	AUTOR	FONTE CONSULTADA	ARQUIVO OU DEPÓSITO LEGAL	
Século XVIII						
9	<i>Mapa da Capitania de Goiás</i>		1753	s/i	COSTA, Antonio Gilberto Costa (org.). <i>Roteiro prático de cartografia: da América portuguesa ao Brasil Império</i> . Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007. p. 150.	Arquivo Histórico Ultramarino – AHU. Projeto Resgate.
10	<i>Mapa Geral da Capitania de Goiás</i>		1753	Ângelo dos Santos Cardoso Secretário da Capitania de Goiás	Arquivo Histórico Ultramarino – AHU. Projeto Resgate. AHU_CARTm_008, D. 0866.	Arquivo Histórico Ultramarino – AHU. Projeto Resgate. AHU_CARTm_008, D. 0866.
11	<i>Mapa Geral da Capitania de Goiás</i>		1753	Ângelo dos Santos Cardoso Secretário da Capitania de Goiás	Arquivo Histórico Ultramarino – AHU. Projeto Resgate. AHU_CARTm_008, D. 0867.	Arquivo Histórico Ultramarino – AHU. Projeto Resgate. AHU_CARTm_008, D. 0867

DOCUMENTO	IMAGEM	DATA	AUTOR	FONTE CONSULTADA	ARQUIVO OU DEPÓSITO LEGAL	
Século XVIII						
12	<i>Carta ou Plano geográfico da Capitania de Goyaz</i>		1775	s/i	PINHEIRO, Antônio César Caldas; COELHO, Gustavo Neiva (orgs.). <i>O diário de viagem do Barão de Mossâmedes: 1771-1773</i> . Goiânia: Trilhas Urbanas, 2006. p. 11, 146.	Cópia existente no Instituto de Pesquisa e Estudos Históricos do Brasil Central - IPEHBC. Goiânia/GO.
13	<i>Carta de toda a porção d'América Meridional, que pareceo necessaria a manifestar a viagem de 569 legoas commuas, que da escala e cidade do Rio de Janeiro executou por terra, em 17 do mes de Mayo de 1772, para Villa Bella da Santissima Trindade, o Governador e Capitão General do Estado do Mato Grosso e Cuiabá, Luis d'Albuquerque de Mello Pereira e Caceres do Conselho de Sua magestade Fidelissima que Deos o guarde</i>		1772	Luis d'Albuquerque de Mello Pereira e Caceres	ADONIAS, Isa. Mapas e Planos manuscritos relativos ao Brasil Colonial (1500-1822). Vols. I e II. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, Serviço de Documentação, 1960. p. 589-592.	Ministério das Relações Exteriores.
14	<i>Carta ou Plano geográfico da Capitania de Goyaz mandado fazer por José de Almeida de Vasconsellos Soveral e Carvalho em 1778</i>		1778	Thomas de Souza ajudante-de-ordens do Governo	PINHEIRO, Antônio César Caldas; COELHO, Gustavo Neiva (orgs.). <i>O diário de viagem do Barão de Mossâmedes: 1771-1773</i> . Goiânia: Trilhas Urbanas, 2006. p. 147.	Instituto de Pesquisa e Estudos Históricos do Brasil Central - IPEHBC. Goiânia/GO.

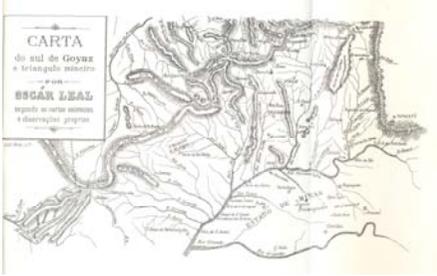
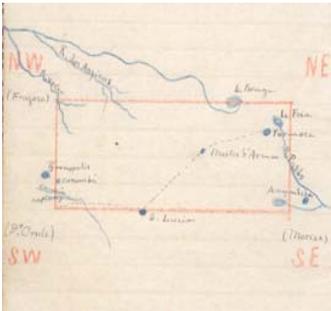
DOCUMENTO	IMAGEM	DATA	AUTOR	FONTE CONSULTADA	ARQUIVO OU DEPÓSITO LEGAL	
Século XVIII						
15	<i>Mapa dos Julgados da Capitania de Goiás</i>		1778	Tomás de Souza	ROCHA JÚNIOR, Deusdedith Alves; VIEIRA JÚNIOR, Wilson; CARDOSO, Rafael Carvalho C. <i>Viagem pela Estrada Real dos Goyazes</i> . Brasília: Paralelo 15, 2006. p. 73.	Cópias em arquivos nacionais.
16	<i>Carta ou Plano Geographico da Capitania de Goyas ou Mapa dos Julgados</i>		1778	Thomas de Souza Sargento Mor do Regimento da Cavalaria Auxiliar da mesma Capitania	BERTRAN, Paulo (org.). <i>Notícia Geral da Capitania de Goiás em 1783</i> . Goiânia: Universidade Católica de Goiás; Universidade Federal de Goiás; Brasília: Solo Editores, 1996. t.1 p.101.	Estado Maior do Exército, 1920. Coleção Paulo Bertran. Redesenhado por Marco Antônio Galvão, 1988. Acervo de Marco Antônio Galvão.
17	<i>Carta da Capitania de Goiás no auge de sua expansão no séc. 18</i>		1778	Thomas de Souza Sargento-Mor do Regimento da Cavalaria Auxiliar da mesma Capitania	BERTRAN, Paulo e FAQUINI, Rui. <i>Cidade de Goiás: Patrimônio da Humanidade: origens</i> . Brasília, Ed. Verano; São Paulo, Takano, 2002. p. 136-137.	Estado Maior do Exército, 1920. Redesenhado por Marco Antônio Galvão, 1988. Coleção Paulo Bertran.

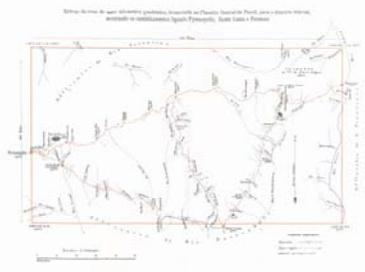
DOCUMENTO	IMAGEM	DATA	AUTOR	FONTE CONSULTADA	ARQUIVO OU DEPÓSITO LEGAL	
Século XVIII						
18	<i>Carta ou Plano Geographico da Capt^a. de Goyaz huma das do centro da America Meridional, do Reino de Portugal que mandou construir o Illm^o e Exclm^o Snr. José de Almada de Vasconcellos de Sovral e Carvalho Gov.or e Cap. Gen. da dita Capit.^a do Dia 26 de Julho de 1777 até Maio de 78, que a entregou</i>		1778	Thomas de Souza Sarg.to Mor do Regim.to de Cavallaria.	ADONIAS, Isa. Mapas e Planos manuscritos relativos ao Brasil Colonial (1500-1822). Vols. I e II. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, Serviço de Documentação, 1960. p.663-664.	Ministério das Relações Exteriores.
Século XIX						
19	<i>Mappa Geografico da Capitania de Villa boa de Goyas combinado com partes de Outros, que denotão as Capitánias de Minas Gerais e Maranhão mandado tirar pello Ilmo. e Exmo. Snr. Fernando Delgado Freire de Castilho Governador e Capitão General da mesma Capitania, no anno de 1819</i>		1819	Fernando Delgado Freire de Castilho Governador e Capitão General da Capitania de Goyas	Fundação Biblioteca Nacional. http://catalogos.bn.br/scripts/odwp032k.dll?t=nav&pr=cartografia_pr&db=cartografia&use=cs0&rn=71&disp=card&sort=off&ss=22294015&arg=goias .	Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Redesenhado por Marco Antônio Galvão, 1990. Acervo de Marco Antônio Galvão.

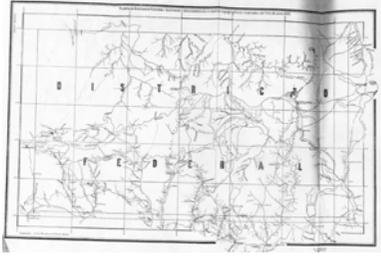
DOCUMENTO	IMAGEM	DATA	AUTOR	FONTE CONSULTADA	ARQUIVO OU DEPÓSITO LEGAL	
Século XIX						
20	<i>Karte von Brasilien worauf die Reisen der osterreich Naturforfeher Dr. Pohl u. Johann Natterer angeziehnet sind</i>		s/i	s/i	COSTA, Antonio Gilberto (org.). <i>Os Caminhos do Ouro e a Estrada Real</i> . Belo Horizonte: Editora UFMG; Lisboa: Kapa Editorial, 2005. p.133.	Copyright Kapa Editorial
21	<i>Karte von Brasilien worauf die Reisen der osterreich Naturforfeher Dr. Pohl u. Johann Natterer angeziehnet sind</i>		1831	s/i	RIEDL-DORN, Christa. <i>Johann Natterer e a Missão Austríaca para o Brasil</i> . Tradução de Mario P. C. R. Ladders e Maria Faro. Série dirigida e organizada por Cristina Ferrão e José Paulo Monteiro Soares. Petrópolis: Editora Index, 1999. p. 10.	s/i
22	<i>Carte der Provinz Goyaz im Jahre 1777 aufgenommen Thomas de Souza, Major der Cavallerie berichtet nach eigenen Beobachtungen, Carten und Nachrichten von W. von Eschwege</i>		1833	Barão de Eschwege, com base no mapa de 1777 de Thomas de Souza Sarg.to Mor do Regim.to de Cavallaria.	ESCHWEGE, Wilhelm Ludwig von. <i>Pluto Brasiliensis</i> . Berlin: G. Reimer, 1833. Prancha III.	CepDoc do Exército. Redesenhado por Marco Antônio Galvão, 1991. Acervo de Marco Antônio Galvão.

DOCUMENTO	IMAGEM	DATA	AUTOR	FONTE CONSULTADA	ARQUIVO OU DEPÓSITO LEGAL	
Século XIX						
23	<i>Carta Corografica Plana da Provincia de Goyaz e dos Julgados de Araxá e Desemboque da provincia de Minas Geraes organizado pelo Brigadeiro Raimundo Jozé da Cunha Mattos Governador das Armas de Goyaz para acompanhar os seus itinerários escritos em 1826 e publicados no anno de 1836</i>		1825	Raimundo José da Cunha Mattos Governador das Armas de Goyaz	IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional & FUNPEL – Fundação Cultural Pedro Ludovico Teixeira. <i>Dossiê de Goiás</i> . Goiânia, 2000.	CEDOC / Exército – Brasília. Redesenhado por Marco Antônio Galvão, 1990. Acervo de Marco Antônio Galvão.
24	<i>Carta Corografica Plana da Provincia de Goyaz e dos Julgados de Araxá e Desemboque da Provincia de Minas Geraes organizado pelo Brigadeiro Raimundo Jozé da Cunha Mattos Governador das Armas de Goyaz para acompanhar os seus Itinerários escritos em 1826 e publicados no anno de 1836</i>		1836	Brigadeiro Raimundo Jozé da Cunha Mattos Governador das Armas de Goyaz	COSTA, Antonio Gilberto Costa (org.). <i>Roteiro prático de cartografia: da América portuguesa ao Brasil Império</i> . Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007, p.173.	Arquivo Histórico do Exército. Rio de Janeiro.
25	<i>Carta corográfica da provincia de Goyaz e dos Julgados de Araxá e desemboque da provincia de Minas Geraes</i>		1836	Raimundo Jozé da Cunha Mattos	Biblioteca Nacional de Portugal - PURL.PT http://purl.pt/3432/1/P1.html	Biblioteca Nacional de Portugal - PURL.PT

DOCUMENTO	IMAGEM	DATA	AUTOR	FONTE CONSULTADA	ARQUIVO OU DEPÓSITO LEGAL	
Século XIX						
26	<i>Carta Corografica Plana da Provincia de Goyaz e dos Julgados de Araxá e Desemboque da Provincia de Minas Geraes</i>		1836	Raimundo José da Cunha Mattos	Fundação Biblioteca Nacional. http://catalogos.bn.br/	Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Redesenhado por Marco Antônio Galvão, 1990. Acervo de Marco Antônio Galvão.
27	<i>Goyaz. Vcde de Villiers de L'Ille-Adam. Gravado na Lithographia Imperial. Publicado no Rio de Janeiro por: Garnier Irmãos Livreiros. Rio de Janeiro. 1849</i>		1849	Visconde de Villiers de L'Ille Adam. Publicado por Garnier Irmãos Livreiros, Rio de Janeiro, 1849.	Fundação Biblioteca Nacional. http://catalogos.bn.br/	Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Redesenhado por Marco Antônio Galvão, 1990. Acervo de Marco Antônio Galvão.
28	<i>Carta da Provincia de Goyaz. Organizada em 1874 por ordem do Ministerio d'Agricultura Commercio e Obras Publicas, pelo Capitão d'Engenheiros Joaquim R. de M. Jardim, conforme as melhores cartas existentes e observações próprias. Rio de Janeiro, 1875</i>		1875	Capitão d'Engenheiros Joaquim R. de M. Jardim	Fundação Biblioteca Nacional. http://catalogos.bn.br/scripts/odwp032k.dll?t=nav&pr=cartografia_pr&db=cartografia&use=cs0&rn=119&disp=card&sort=off&ss=22294015&arg=goias . Coleção Paulo Bertran.	Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Redesenhado por Marco Antônio Galvão, 1989. Acervo de Marco Antônio Galvão.

DOCUMENTO	IMAGEM	DATA	AUTOR	FONTE CONSULTADA	ARQUIVO OU DEPÓSITO LEGAL	
Século XIX						
29	<i>Carta do sul de Goyaz e triângulo mineiro por Oscár Leal segundo as cartas existentes e observações próprias</i>		1892	Oscar Leal	LEAL, Oscár. <i>Viagem as Terras Goyanas (Brazil Central)</i> . Coleção "Documentos Goianos", 4. Goiânia: Ed. da Universidade Federal de Goiás, 1980. p. 257.	s/i
30	<i>Mapa Cartográfico do Quadrilátero Cruls</i>		1892	Hastimphilo de Moura	MOURA, Hastimphilo. <i>Diário de Hastimphilo de Moura</i> . Arquivo Público do Distrito Federal.	Arquivo Público do Distrito Federal.
31	<i>Mappa do Brazil, indicando a posição da Zona demarcada para o futuro Distrito Federal, Comissão Exploradora do Planalto Central do Brazil, 1893</i>		1893	Comissão Exploradora do Planalto Central do Brazil	CRULS, Luiz. <i>Planalto Central do Brasil</i> . 3ª Ed. Coleção Documentos Brasileiros, 91. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editôra, 1957. p. 44-45.	s/i

DOCUMENTO	IMAGEM	DATA	AUTOR	FONTE CONSULTADA	ARQUIVO OU DEPÓSITO LEGAL	
Século XIX						
32	<i>Mapa do Brazil, mostrando a posição do Distrito Federal demarcado assim como os principais caminhamentos levantados pela Comissão</i>		1893	Comissão Exploradora do Planalto Central do Brazil	Comissão Exploradora do Planalto Central do Brazil. Acervo da autora.	s/i
33	<i>Esboço da zona de 14.400 quilômetros quadrados, demarcada no Planalto Central do Brazil, para o districto federal, mostrando os caminhamentos ligando Pyrenopolis, Santa Luzia e Formosa</i>		1894	Antonio Martins de Azevedo Pimentel	PIMENTEL, Antonio Martins de Azevedo. <i>A Nova Capital Federal e o Planalto Central do Brasil</i> . 2. ed. fac-similada. Brasília: Thesaurus, 1985. p. 5.	s/i
34	<i>Mapa dos itinerários levantados, com a indicação da Zona demarcada e da constituição geológica da região explorada. Comissão Exploradora do Planalto Central do Brazil</i>		1895	Comissão Exploradora do Planalto Central do Brazil	Comissão Exploradora do Planalto Central do Brazil. Acervo da autora.	s/i

DOCUMENTO	IMAGEM	DATA	AUTOR	FONTE CONSULTADA	ARQUIVO OU DEPÓSITO LEGAL	
Século XIX						
35	<i>Planta do Distrito Federal mostrando o adiantamento dos trabalhos topographicos realizados até fins do anno 1895</i>		1896	Henrique Morize	CRULS, Luiz. Relatório da Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil. Brasília, vol. 258. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1947. p. 361A.	s/i ⁴⁶



⁴⁶ s/i – sem informação



capítulo 3

VIAJAR PELO TERRITÓRIO



3 – VIAJAR PELO TERRITÓRIO

Para ampliar o conhecimento do território do atual Distrito Federal, e considerando que, em geral, a historiografia de Brasília omite alguns séculos da história dessa região, foram utilizados dados sobre as paisagens extraídos dos relatos dos cronistas e viajantes que a exploraram e documentaram suas impressões por meio de diários, relatórios, literatura, cartografia e iconografia. Dos relatos estudados foram destacados pequenos trechos que descrevem caminhos ou costumes dessa região e trechos que permitem o cruzamento de informações de épocas diferentes, tanto com o registro dos viajantes entre si, quanto com as informações assinaladas nos diversos documentos cartográficos.

Os relatos dos cronistas e viajantes compõem um precioso conjunto documental para a análise desse tempo se tomados no conjunto das impressões sobre as paisagens naturais e humanas, possibilitam ampliar o entendimento geográfico e a perspectiva histórica da região, assim como tecer raciocínios sobre diversos aspectos de sua vida social, política e econômica.

Segundo Ático Vilas Boas da Mota (apud LEAL, 1980:s/n),

... a historiografia regional do Brasil beneficia-se de duas importantes vertentes documentárias: a) o acervo presente em arquivos e instituições culturais, com predominância de obras e manuscritos referentes ao executivo lusitano, luso-brasileiro e, finalmente, brasileiro; b) outros, não menos valiosos, representados por relatórios de viajantes estrangeiros ou de pessoas oriundas de várias regiões do País que geralmente documentam o que viram ou ‘ouviram dizer’ como se estivessem descobrindo um maravilhoso mundo novo.

Foi estudado o material produzido por dezesseis cronistas, sendo quatro do século XVIII e doze do século XIX: José da Costa Diogo (1734); Tosi Colombina (1750); José de Almeida Vasconcelos Soveral e Carvalho (1773); Luís da Cunha Menezes (1778); Johann Emanuel Pohl (1818); Auguste de Saint-Hilaire (1819); Raimundo José da Cunha Matos (1823); José Martins Pereira de Alencastre (1863); Visconde de Taunay (1875); Virgílio Martins de Mello Franco (1876); Francisco Adolfo de Varnhagen (1877); Oscar Leal (1889); Luiz Cruls (1892-1895); Hastimphilo de Moura (1892-1895); Antonio Martins de Azevedo Pimentel (1892-1893) e Henrique Morize (1892-1895).



3.1 – CRONISTAS E VIAJANTES DO SÉCULO XVIII

1734 – José da Costa Diogo

Em meados de 1734, José da Costa Diogo, Joaquim Barbosa e outros camaradas saíram da Fazenda do Acary, nas margens do Rio São Francisco em busca das “minas dos Goyazes”. O itinerário registrado pelo tropeiro incluiu os estados da Bahia, de Minas Gerais e de Goiás, onde cruzou o território do Planalto Central nos limites do atual Distrito Federal, e resultou em um percurso que, hoje, nos permite vislumbrar paisagens e cenários da época. Até o momento, o diário de viagem, preservado pelo Arquivo Histórico Ultramarino, é o relato mais antigo de uma viagem pelas terras do Distrito Federal (**Figuras 31 e 32**).

No dia 20 de junho, Diogo e sua tropa partiram da região onde se encontra o rio Urucuya, um dos tributários do rio São Francisco, em Minas Gerais, área densamente povoada por fazendas que estabeleciam comércio de seus produtos, em especial o gado, com outras capitânias.

O tropeiro e seus companheiros saíram da Fazenda Acary, às margens do rio Urucuya, passaram pelas margens do rio São Francisco até Carinhonha, na divisa com a Bahia; mudaram de direção a sudoeste pela Serra dos Tropeiros até o Sítio D'abadia; continuaram até alcançar Santa Rosa, em Goiás, e desceram em direção à Bandeirinha, próximo à Lagoa Feia. A partir desse ponto, os tropeiros atravessaram todo o território do atual Distrito Federal em sua porção norte, até o rio dos Macacos; continuaram até o Sítio do Miguel Ribeiro, às margens do rio Areias, e dali subiram rumo ao Maranhão⁴⁷.

Os viajantes entraram no Distrito Federal pela porção nordeste do território, vindo da Bandeirinha, em Goiás e seguiram em direção à Lagoa Mestre D'Armas; continuaram em direção ao oeste até chegar a Sobradinho, passaram pela Contagem de São João das Três Barras, acompanharam a Chapada da Contagem e; seguindo sempre na direção oeste, saíram dos limites do Distrito Federal pelo Rodeador (**Figura 33**).

Segundo Rocha Júnior, Vieira Júnior e Cardoso (2006:49), os caminhos percorridos correspondiam à Estrada Real, cujo trânsito era autorizado pela Coroa:

... chegam ao sítio dos Bezerras, onde se juntam várias estradas que, a partir daí, seguem para os Goyazes como Estrada Real. O termo estrada real já era conhecido no Brasil Colônia. O caminho autorizado pelo representante real transformava-se em via de comércio, de trânsito, de inter-relações sociais e de intercâmbio.

O diário do tropeiro, quando descreveu o roteiro das fazendas pelo caminho do Rio São Francisco até o arraial de Meia Ponte, registrou o local onde *acabam as povoações antigas e principião as novas depois que se abriu o caminho para os Goyazes* (ROCHA JÚNIOR; VIEIRA JÚNIOR; CARDOSO,

⁴⁷ Vide Anexo n. 1

2006:41), confirmando, assim, a existência de caminho para as minas dos Goiaeses, cruzando o território do atual Distrito Federal, pelo menos desde 1734.

Graças ao seu relato, que cita nominalmente os pontos transpostos (**Figura 32**), podemos reconhecer hoje os sítios por onde andou, visto que muitos ainda conservam a mesma toponímia:

Roteiro das fazendas que há no caminho que vay do Rio de São Francisco p.a as Minas dos Goyazes athe o Arrayal de Meyaponte. (...)

Aqy nestas fazendas acabam as povoações antigas e principião as novas depois que se abriu o caminho para os Goyazes.

Do Faz tudo ao Ribeirão de São João _____ 5 (Légoas)

Dahy a Santa Rosa _____ 7 _____

Dahy aos Bezerras _____ 5 _____

Aqy a estas fazendas em sahir mais três estradas, hua de São Romão pello Paracatu asima; outra da Barra do Rio das Velha; outra das Minas Geraes que busca o Abayté.

Dos Bezerras a Lagoa Fea _____ 4 _____

Dahy a Bandeyrinha _____ 4 _____

Dahy a João da Costa _____ 4 _____

Dahy ao Monteiro _____ 2 _____

Dahy ao Sobradinho _____ 3 _____

Dahy às Três barras _____ 3 _____

Dahy aos Macacos _____ 7 _____

Dahy ao Ribeirão da Área _____ 5 _____

Dahy ao Corumbá que não está povoado _____ 5 _____

Dahy ao Arrayal da Meyaponte _____ 3 _____.

(ROCHA JÚNIOR; VIEIRA JÚNIOR; CARDOSO, 2006:33, 39-41).

O tropeiro nos deixa a certeza que essa região não era um deserto, pelo contrário, mesmo em 1734 já era uma passagem importante de ligação entre o litoral e as minas de Goiás e Mato Grosso.

Nada mais se sabe sobre José da Costa Diogo e sua história, por certo, não é similar à dos exploradores estrangeiros que desbravaram o interior do Brasil em suas longas travessias e publicaram seus relatos, mas suas notas de viagem nos permitem entrever alguns aspectos da vida no sertão do Planalto Central, especialmente do Distrito Federal, na primeira metade do século XVIII.

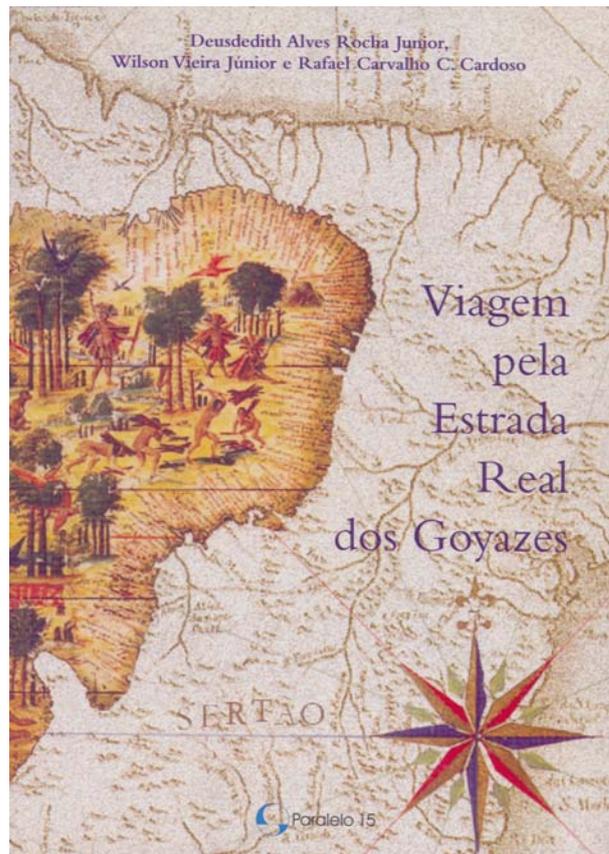


Figura 31 – Capa do livro “Viagem pela Estrada Real dos Goyazes” (ROCHA JÚNIOR; VIEIRA JÚNIOR; CARDOSO, 2006). Reproduz na íntegra o diário de viagem do tropeiro José da Costa Diogo.



Figura 32 – Imagens do diário de José da Costa Diogo (ROCHA JÚNIOR; VIEIRA JÚNIOR; CARDOSO, 2006:29, 30 e 40). O original do manuscrito está preservado no Arquivo Histórico Ultramarino.

1750 – Francisco Tosi Colombina

Em 1750, o cartógrafo italiano Francisco Tosi Colombina (1701-?) foi contratado pelo Marquês de Pombal para, a serviço do primeiro Governador de Goiás, Dom Marcos de Noronha, elaborar o *Mapa geral dos limites da Capitania de Goiás*⁴⁸.

No canto inferior esquerdo do mapa (**Figura 35**), em texto manuscrito, o autor dedicou o trabalho ao Governador e elencou as motivações para sua confecção:

... e assim, V.E. tendo também visto vários meos baroens e apontamentos feitos por informações de varias partes do interior desta America (q servirão a outrem pa. se adiantar) me ordenou lhe fizesse hum mappa geral por onde se podessem conhecer os limites dessa Capitania (COLOMBINA, 1981:160).

Na elaboração do documento o cartógrafo reuniu e organizou informações de viajantes e sertanistas, em complementação ao conhecimento adquirido em suas viagens e experiências pessoais. Citou as fontes de cada trecho desenhado, desculpou-se por erros que poderiam surgir e, ao mesmo tempo em que afirmou ter a intenção de fazer outro mapa com mais detalhes, cobrou a autorização para a abertura do novo caminho de Vila Boa até a cidade de São Paulo e a Vila de Santos:

... mas o que pertence a esta Capitania, brevemente darei a V.E. hum mappa em ponto mayor, e com mayor individuação, o que farei também, se, como supponho me vier a ordem pa. a abertura do novo caminho desta Villa Boa e Cidade de S. Paulo e Vila de Santos ... (COLOMBINA, 1981:160).

Em carta ao Rei de Portugal (**Figura 34**), Dom Marcos de Noronha, Conde dos Arcos, tratou do pedido de Colombina e outros sócios para abrirem, às próprias expensas, um caminho muito *plano e com tais comodidades, que possam transportar por ele em carros ou carretas as carregações*, que, até então, faziam aquele percurso em tropas de cavalos. Em troca, pediam o privilégio da concessão da estrada por dez anos e doação de sesmarias a cada três léguas. O Conde dos Arcos argumentou a favor de Colombina, e defendeu que o projeto era conveniente para a Coroa (MOREIRA, 1984:55-56).

A pretensão foi deferida, conforme consta dos Anais da Província de Goiás: 1863 (ALENCASTRE, 1979:124):

Colombina e outros propuseram abrir uma estrada de carros de S. Paulo para Cuiabá, passando pela capital de Goiás, e requereram a concessão do privilégio do seu rendimento por espaço de dez anos, e uma sesmaria de três em três léguas em toda a extensão da projetada via de comunicação. Foi essa pretensão deferida por provisão de 6 de dezembro de 1750. Era uma idéia gigantesca, para poder ser nessa época levada a efeito. O privilégio caducou por nunca terem os empresários podido organizar a companhia que se devia encarregar desses trabalhos, e levantar os capitais que se faziam necessários para execução das obras.

⁴⁸ Vide Capítulo 2 – Mapear o território.

A quem argüiu sobre a impossibilidade do projeto, de tão gigantesco, o cartógrafo respondeu que, embora não houvesse nenhum exemplo de estrada semelhante no Brasil, nas Índias de Espanha já existiam caminhos desse tipo (PALACIN, 1994:125-126).

Colombina confeccionou e assinou pelo menos mais dois mapas da Capitania de Goiás (**Figuras 36 e 37**). Embora a ele seja atribuída a autoria de outros documentos cartográficos dessa região, novas pesquisas indicam que ele teria recebido cópia de mapa produzido pelo então Secretário de Governo da Capitania, Ângelo dos Santos Cardoso, este sim o verdadeiro autor dos primeiros documentos cartográficos da Capitania de Goiás (BARBO; SCHLEE, 2009:3).

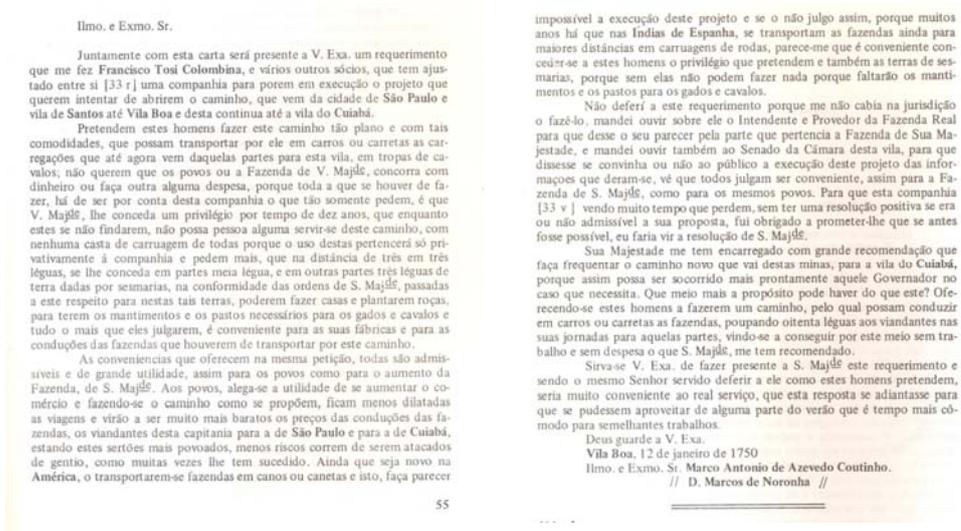


Figura 34 – Carta de Dom Marcos de Noronha para o Rei, em 12 de janeiro de 1750 (MOREIRA, 1984).

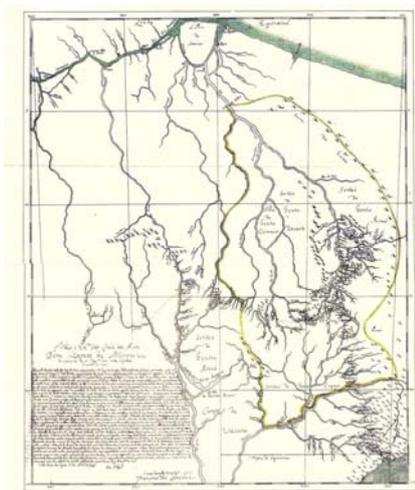


Figura 35 – Mapa geral dos limites da Capitania de Goiás, de 1751 (BERTRAN; FAQUINI, 2002).



Figura 36 – Mapa da Capitania de São Paulo e seu sertão, 17-- (BIBLIOTECA NACIONAL, 2008).

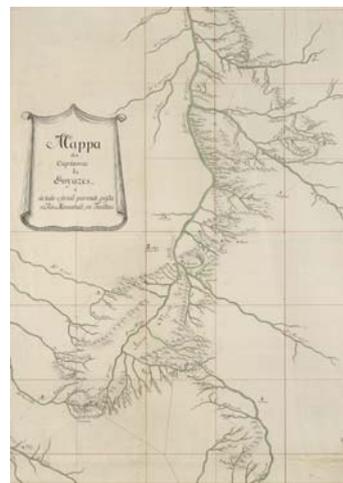


Figura 37 – Mapa da Capitania de Goiás e de todo o sertão, 17-- (BIBLIOTECA NACIONAL, 2008).

1773 – José de Almeida Vasconcelos Soveral e Carvalho

José de Almeida Vasconcelos Soveral e Carvalho (1737-1805) não pertencia formalmente à nobreza, porém foi favorecido pelo Marquês de Pombal com os títulos de Barão de Mossâmedes e de Visconde da Lapa e por ele nomeado o quarto governador das “Minas dos Goyazes”. Saiu de Lisboa, em setembro de 1771, e chegou a Vila Boa de Goiás em julho do ano seguinte, para tomar posse no governo de uma das mais extensas capitanias do Brasil setecentista, que ele conduziu por seis anos, de 1772 a 1778.

O Barão de Mossâmedes esteve no Planalto Central duas vezes: em 1772, quando saiu do porto da cidade do Rio de Janeiro até Vila Boa, em companhia do Governador do Mato Grosso Luis d’Albuquerque Melo Pereira e Cáceres rumo a Vila Boa e, em 1773, quando percorreu a Capitania em operações de reconhecimento. Nessas viagens deixou registrado em diário o roteiro de suas jornadas⁴⁹ (**Figura 41**) e se fez acompanhar pelo ajudante-de-ordem Tomas de Souza Vila Real, escriba e geógrafo, autor de mapas dos Julgados da Capitania, onde assinalou o itinerário percorrido durante as expedições (**Figura 39**).

Na primeira travessia pelo Planalto Central, José de Almeida e comitiva vieram do Rio de Janeiro pelo caminho de Minas, atingindo a Capitania de Goiás pelo registro de Arrependidos, entre os rios Preto e São Marcos. De Arrependidos a viagem o levou à Contagem de São Bartolomeu, a oeste, buscando Luziânia. De Luziânia para Pirenópolis, inflectiram a oeste, buscando o rio da Ponte Alta no ângulo sudoeste do Distrito Federal e, dali, atingiram Santo Antônio dos Montes Claros. Dali, buscando Pirenópolis a oeste, seguiram pelo rio dos Macacos, rio Areias e rio Corumbá até as portas de Meia Ponte (BERTRAN, 2000:140). Este caminho foi trilhado posteriormente por Pohl e Saint-Hilaire⁵⁰.

No ano seguinte, o Governador José de Almeida pisou novamente no Distrito Federal, sempre viajando à noite, que tal era o seu estranho costume (BERTRAN, 2000:141). Ao Planalto, chegou o governador vindo do extremo Norte. Em 16 de setembro, “tomou quartel” em Couros. Depois de Formosa foram dormir em Sítio Novo – que até hoje, passados mais de dois séculos, continua a chamar-se Sítio Novo. No dia seguinte, continuaram viagem e pousaram no Ribeirão do Mestre D’Armas. Mais um dia e “tomou quartel” no Regimento de São João das Três Barras, onde o Barão recebeu suas correspondências, conforme anotações de Tomas de Souza:

Neste Regimto. achou S. Ex^a cartas de mtas. partes q. alli o esperavão, desde qdo. S. Ex^a se entranhou no sertam incomunicável: fálhou o dia vinte e hum: expedio hum próprio [mensageiro] para Villa Boa, e deo algumas providas. de q. carecia o d^o registro (PINHEIRO; COELHO, 2006:133).

De lá, descendo rumo ao sul, seguiram até o ribeirão do Gama, onde dormiram. Continuaram até Luziânia e voltaram para a Capital pela estrada de Meia Ponte, a mesma que tinha percorrido um ano antes (**Figura 42**).

⁴⁹ Vide Anexo n. 3.

⁵⁰ Ver Capítulo 3 – Viajar pelo território, Cronistas e viajantes do século XIX.

Para Paulo Bertran (2000:145), o relato do Barão de Mossâmedes (**Figura 40**) é mais uma comprovação de que a centralidade do Distrito Federal antecede em 200 anos à sua geopolítica e de que a região não era um “sertão incomunicável”, pelo contrário, muito transitado nesta época, através de duas das três principais “estradas” da Capitania: a da Bahia pelos Registros de Santa Maria e Lagoa Feia e a de Minas pelo de Arrendidos.

Segundo Americano do Brasil (1961:74), José de Almeida foi o mais amado dos governadores coloniais de Goiás e revelou-se experiente na arte de governar. O Barão de Mossâmedes cuidou do embelezamento de Vila Boa, fez calçar várias ruas e reconstruiu três pontes sobre o rio Vermelho, destruídas na enchente de 1776. Vestígios de seu governo subsistem até os dias de hoje na cidade de Goiás, como por exemplo, o Chafariz da Carioca que mandou construir em 1772 e o Chafariz de Cauda (**Figura 38**) levantado em 1778.



Figura 38 – Chafariz de Cauda, construído em 1778, durante o governo de Soveral e Carvalho. Disponível em: <[http:// www.vilaboadegoias.com.br](http://www.vilaboadegoias.com.br)>. Acesso em: 29 abril 2007.

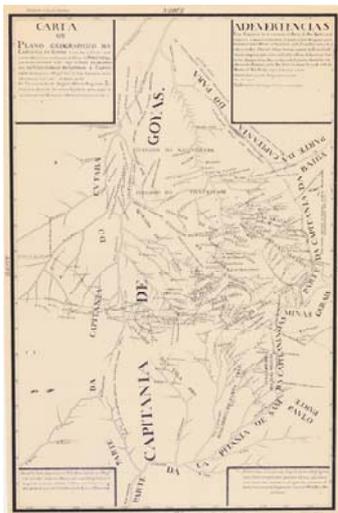


Figura 39 – Carta ou Plano da Capitania de Goiás, de 1778 (BERTRAN, 1996).



Figura 40 – Capa do livro “Diário de Viagem do Barão de Mossâmedes: 1771-1773”. (PINHEIRO; COELHO, 2006).

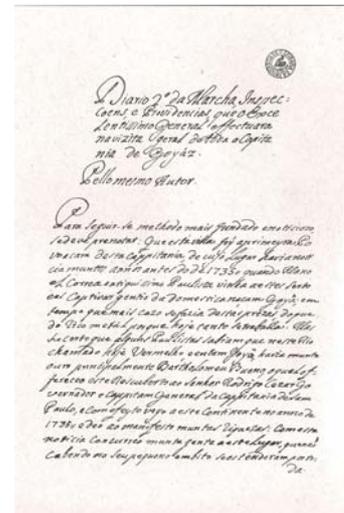


Figura 41 – Imagens do Diário manuscrito do Barão de Mossâmedes (PINHEIRO; COELHO, 2006).

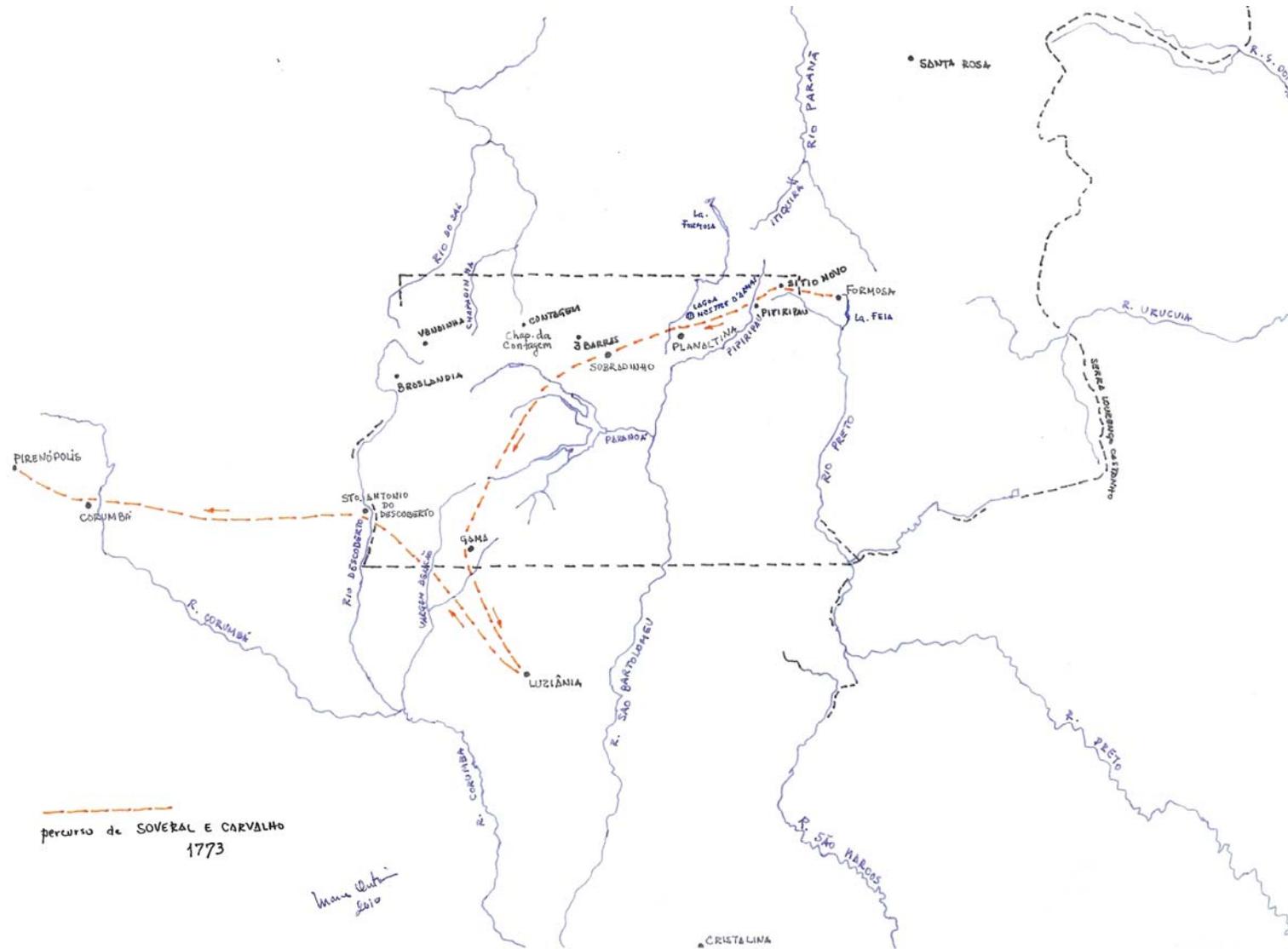


Figura 42 - Roteiro da segunda viagem de Soveral e Carvalho – 1773. Desenho de Marco Antonio Galvão, 2010.

1778 – Luís da Cunha Menezes

Luis da Cunha Menezes (1743-1819), fidalgo português, aos 35 anos, saiu com sua comitiva de Salvador pela estrada salineira da Bahia e chegou a Vila Boa, capital da Capitania de Goiás, em 15 de outubro de 1778.

Cunha Menezes pertencia à pequena nobreza do Reino, filho de um militar da corte e formou-se médico em Coimbra, mas voltou-se para a carreira militar, tornando-se capitão de Infantaria. Foi o quinto Governador e Capitão-General da Capitania de Goiás, de 1778 a 1783, e documentou uma grande quantidade de informações geográficas e históricas sobre a Capitania.

Tanto no discurso da História quanto no da Literatura, Cunha Menezes (**Figura 45**) foi caracterizado negativamente, no que diz respeito às suas práticas administrativas, religiosas e morais. Em 1783, ao sair de Goiás, tornou-se governador de Vila Rica. A opressão e autoritarismo que vigorou nas Minas do século XVIII inspiraram o poeta e inconfidente Tomás Antônio Gonzaga a escrever as “Cartas Chilenas”, chamando-o jocosamente de Fanfarrão Minésio, num relato em versos de possíveis patifarias que teriam ocorrido em seu governo à frente da capitania de Minas Gerais.

Ainda que sabidamente antipatizado, pelo menos frente à Capitania de Goiás, mostrou-se um administrador razoável e preocupado em bem documentar-se sobre a Capitania. A *Planta de Villa Boa Capital da capitania g. al de Goyás, Levantada no ano de 1782, pelo Il.mo e Ex.mo Snr. Luis da Cunha Menezes, Governador, e Capm General da mesma Capitania, e Copiada pelo Soldado Dragaõ Manoel Ribeiro Guim.es, na qual demonstra também alem das declaraçoens feitas no Canvoâ (sic), q. a dita V.a tem atualmente 554 moradas de Cazas, habitadas por 3.000 pessoas ...* (**Figura 43**) está catalogada no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU_CARTm_008, D. 0877). Este documento cartográfico mostra a situação de Vila Boa, quase cinqüenta anos após sua fundação. Nele se pode observar o traçado irregular do primitivo arraial de mineradores; ao seu redor constata-se a existência de um traçado geométrico regular; e, ainda, áreas que correspondiam ao plano de expansão urbana planejada em 1778 por Cunha Menezes (REIS, 2000:240 e 388).

Segundo Gustavo Coelho (2001:20), o Governador empreendeu tentativa contundente no sentido de definir o traçado e a conformação da capital goiana, quando elaborou um plano de expansão da Vila, acompanhado do que se poderia chamar de primeiro código de posturas, onde foram definidas regras para novas construções urbanas, inclusive para obras de reforma e manutenção.

Para Alencastre (1979:241-242), Cunha Menezes queria ser um administrador consciencioso e foi responsável por importantes melhorias na cidade de Vila Boa:

Deve-se a Luiz da Cunha o cuidado do alinhamento das ruas da capital, o aperfeiçoamento dos seus edifícios, o aumento do patrimônio da câmara, com a criação do açougue público, a reedificação de pontes do rio Vermelho, que desabaram na grande cheia de 1782, a criação de um passeio público na praça mais importante da vila [largo do Chafariz].

Na viagem que empreendeu pelos sertões, o Governador registrou em texto manuscrito a *Jornada que fez Luís da Cunha Menezes da Cidade da Bahia para a Vila de Caxoeira no dia 29 de agosto, e desta no dia 2 de Setembro para Vila Boa Capital de Goyaz aonde chegou no dia 15 de outubro de 1778 (Figura 44).*

Conforme ele mesmo contou⁵¹, em sua jornada Cunha Menezes atravessou o território do atual Distrito Federal da seguinte maneira:

Da Bandeirinha a Contage de São João das Três Barras (10/10) – 11 léguas a saber ao Sítio Novo 2 – ao Pipiripao 1 ½ - ao <. D'Armas 2 ao pro (?) Corgo l- ao Sobradinho 2 – e 2 ½ a São João das Três Barras, sítio tão frio que no mês de junho que é a maior forma de inverno chega a cair neve, tem muito boas frutas principalmente de coquinho (?), um nascimento de água excelente, as fazendas a maior parte delas são roças e engenhos de sertão. De São João das Três Barras à Vendinha 9 léguas (11/10) a saber ao Couro 2, ao Rudiador 4, e 3 a Vendinha, água de fonte excelente, o ar muito temperado, bons campos por tabuleiros cobertos, chapadas por entre fazendas e roças (BERTRAN, 1996:70).

O fidalgo português entrou no atual Distrito Federal pelo extremo nordeste e atravessou toda a porção norte do território. Começou pelo Sítio Novo, atravessou o Pipiripau e chegou ao Mestre d'Armas. Continuou andando na direção oeste e passou por Sobradinho, a seguir por Três Barras – hoje em área pertencente ao Parque Nacional –, cruzou a Contagem e alcançou a Vendinha, de onde virou para o sul, rumo a Meia Ponte (Figura 46).

A toponímia dos sítios e acidentes naturais descritos ao longo de sua jornada nos permite desvendar o itinerário percorrido pelo viajante. Assim como o fizeram anteriormente José da Costa Diogo (1734) e o Barão de Mossâmedes (1773), Cunha Menezes chegou pela Estrada Real que vinha da Bahia e, seguiu, pela porção norte do Distrito Federal.

⁵¹ Vide Anexo n. 4.

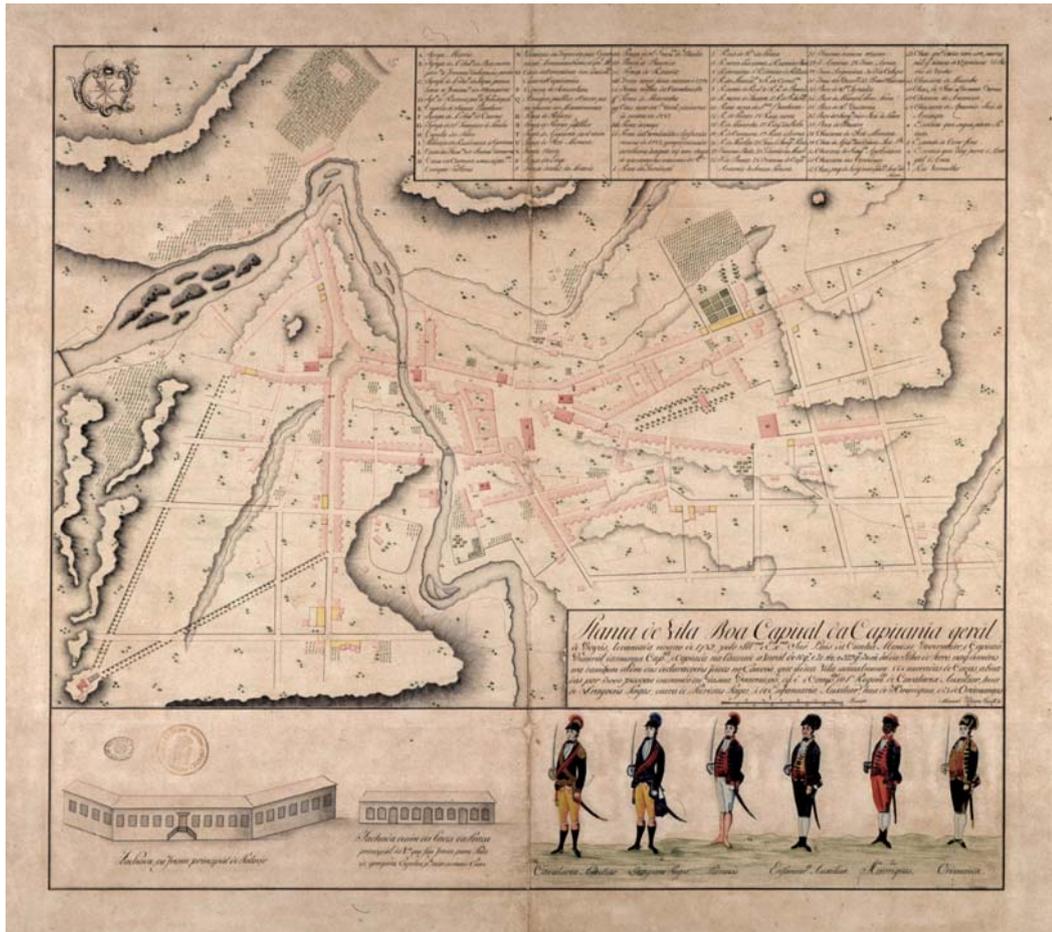


Figura 43 – Planta de Vila Boa, Capital da Capitania de Goiás, levantada no ano de 1782, por Luis da Cunha Menezes (AHU_CARTm_008, D. 0877).

VI - ROTEIROS DE VIAGEM

- A "Jornada" a Goiás de Luís da Cunha Menezes, desde Salvador, em 1778.

- A "Jornada" de Rio de Janeiro para Goiás pelo sertão de São Paulo em 1757.

- Os enigmas da viagem de W. J. Burchell em 1828.

1 - A JORNADA A GOIÁS DE LUIS DA CUNHA MENEZES EM 1778

Em 2 de setembro de 1778, deixava a cidade de Cachoeira, no Bahia, a comitiva de D. Luís da Cunha Menezes, vindo de Salvador para empregar-se no Governo da Capitania de Goiás.

No governo de Goiás, mostrou-se um administrador racional e preocupado em bem documentar-se sobre a Capitania, como no caso do memorizo em exame, a "Jornada que fez Luis da Cunha Menezes da cidade do Bahia para Vila Boa, capital de Goiás, onde chegou no dia 15 de outubro de 1778".

A partir do roteiro pelo sertão da Bahia começaram aqui apenas sucintamente, no total de 26 paradas até a fronteira goiana, que são:

Itinerário	Leguas	Dias
De Cachoeira a Araponga 10	29	
De Araponga a Mangabeira	6	6/9
De Mangabeira a Pedro Redondo	6	5/8
De Pedro Redondo a Boa Vista	6	6/9
De Boa Vista aos Martinhos	8	7/9
De Martinhos a Palma	8	6/8
De Palma a Olhos D'água	10	10/9
De Olhos D'água a Arma	11/2	11/6
De Arma ao Sincari	10	12/9
De Sincari ao Carvalho	7	16/9
Do Carvalho a Vila Nova dos Contos	10	17/9
De Vila Nova dos Contos à Tapera do Tenente	6	18/9
De Tapera do Tenente ao Quebrada	10	1/2
Das Quebradas à Laguna de João Marques	9 1/2	20/9
Da Laguna de João Marques aos Coelhos	7 1/2	21/9
Das Coelhos ao Pão de Açúcar	9 1/2	22/9
Do Pão de Açúcar aos Carvalhos	5	23/9
Do Carvalhos à Fazenda do Riacho	7	24/9
Da Fazenda do Riacho ao Arraial do Carinhão	3 1/2	26/9
Do Carinhão ao São João	7	27/9
Do São João ao São João	14 1/2	28/9
Do São João ao Previdão	9 1/2	28/9
Do Previdão à Favela de Lago	14	30/9
Da Favela de Lago à Foz de Iguaçu	14	1/10
Da Foz de Iguaçu ao Novo do Tapari	6	31/9
Do Novo do Tapari ao Formoso	7 1/2	31/9

Conforme a "jornada" vinha Luis da Cunha pela estrada salina da Bahia, atravessando o Sertão do Rio das Contas até a Vila de Carinhão, na sua confluinte com o São Francisco. Aqui vai reflectir a sudeste, atravessando os afluentes do atual município de Formoso de Minas, entrando em Goiás pelo antigo Registro (posto fiscal do curso) de Santa Maria.

É o que veremos a seguir, desta vez transcrevendo a integral do memorizo:

Do Formoso a Santa Maria (510) - 10 leguas, a saber do Ribeirão do Carinhão 2 que se vai meter no Rio Orlão, boa água, ao Lacio 2 1/2, no sítio das duas Pontes 1 1/2, ao pé do mouro 2 1/2 e 1 1/2 a Santa Maria por registro do curso da capitania de Goiás. Toda esta marcha foi por excelentes caminhos de chapada, virezes e tabuleiros até 112 leguas de distância do dito Registro que é de uma elevada montanha e sítio onde há uma fazenda que tem 1600 bezerros que é de Manoel Paes d'Assumpção.

De Santa Maria ao Feijó (710) - 91/2 a saber, ao Tremedal 1 1/2, fazenda de 1500 bezerros, a São Roque 1 1/2, fazenda de 500, ao Espirito 3, ao rio das Macacas 1 e 2 1/2 ao Feijó. Esta viagem se continua pelo sítio a que se chamam a ribeira do Paraná o qual é um pantanal muito denso entre as serras das Mamoeiras e a do Feijó, coberto de muitas lagoas e corços que em tempo de águas inundam todo este país.

Do Feijó as Águas Claras (810) - 9 leguas a saber, a Santa Rita 2, a Santa Rita 1, ao rio Parat 1, a Roquete 1, e 2 a fazenda de Águas Claras, que é de uma viúva, que ainda pertence à Ribeira do Paraná. Todos estes sítios são fazendas de 1600 bezerros em 2000.

De Águas Claras à Baniceirinha (910) - 11 leguas a saber, a Crisid 2, ao retiro 4, ao rio Parat 1 1/2, este corre suavezmente, a estrada de mata 2, ao Salgado 1, e 1 a Baniceirinha, fazenda de Antonio Pinto de Rosa. Esta viagem é por tabuleiros e uma mata muito fechada de 1/2 legua de estrada comida por cargo que leva bastante água e qual se passa nesta dita estrada 12 vezes por um caminho estreitíssimo e onde finda a ribeira do Paraná.

Fomos para a comitiva de Luis da Cunha, sempre marchando para sudoeste, atravessando vários tributários do baixo do rio Paraná, como o Matocão, o Paratim, o Crisid e o próprio Paraná, e qual se encontra então todo ocupado por fazendas de modo "de 1600 a 2000 bezerros" segundo o roteiro.

Figura 44 – Texto parcial da Jornada a Goiás de Luis da Cunha Menezes (BERTRAN, 1996:69).



Figura 45 – Luís da Cunha Menezes. Caricatura de José Malhoa, 1899. Disponível em: <<http://suggia.weblog.com.pt/arquivo/256238.html>>.

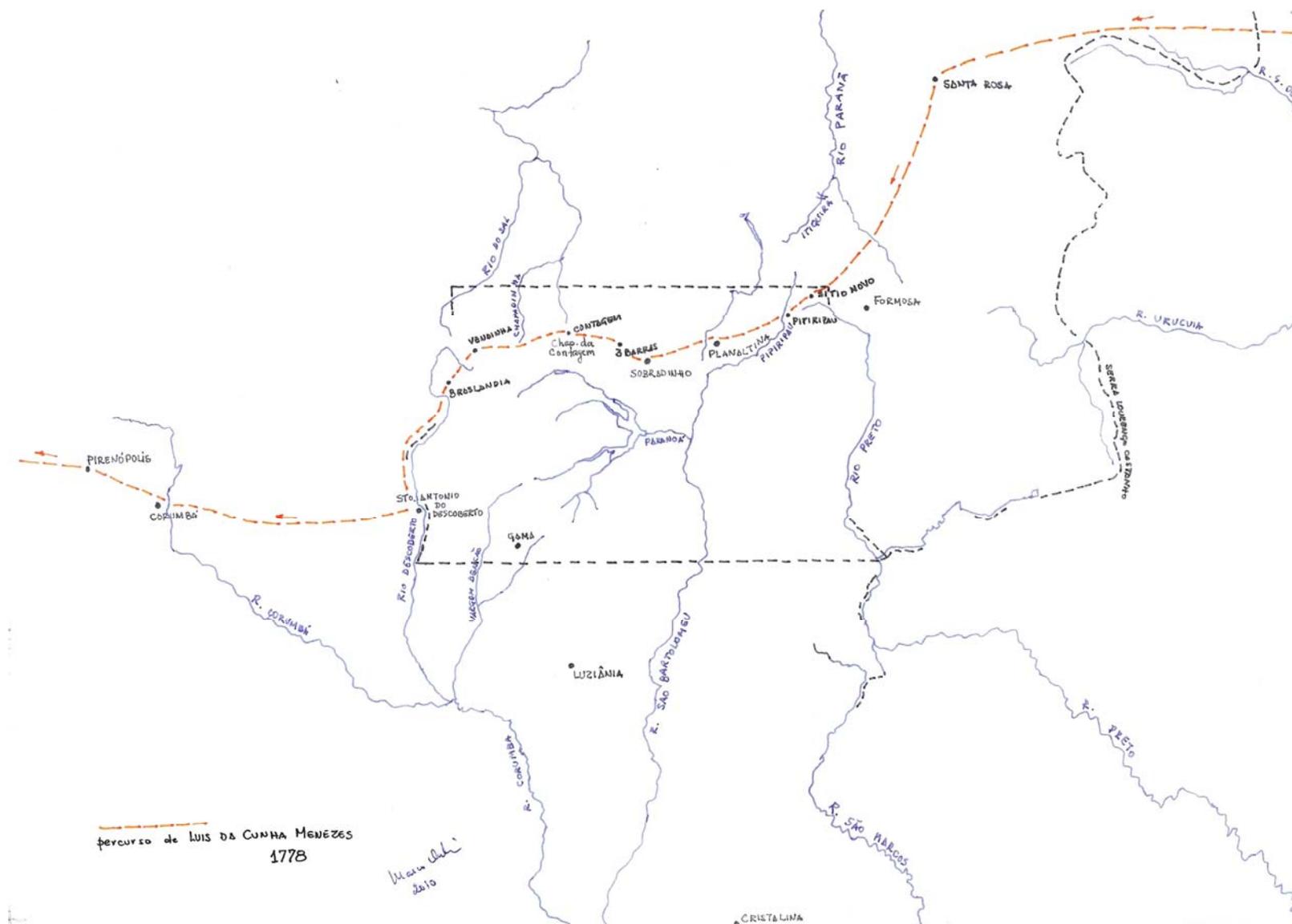


Figura 46 - Roteiro de viagem de Cunha Menezes – 1778. Desenho de Marco Antonio Galvão, 2010.

3.2 – CRONISTAS E VIAJANTES DO SÉCULO XIX

1818 – Johann Emanuel Pohl

O médico Johann Emanuel Pohl (1782-1834) (**Figura 47**) veio ao Brasil com a Missão Austríaca, realizada no século XIX por ocasião do casamento da princesa Leopoldina, filha do Imperador da Áustria, com o herdeiro do trono português, D. Pedro I. Ao todo, participaram da expedição catorze cientistas, pesquisadores, médicos e pintores. Entre esses faziam parte Johann Mikan, doutor em medicina e professor de botânica da Universidade de Praga; Pohl, inicialmente designado para cuidar de assuntos mineralógicos, depois, com o regresso de Mikan, ficou responsável também pelas questões botânicas; Johann Natterer, assistente de Zoologia; os naturalistas bávaros, Carl Von Martius, botânico e Johann Von Spix, zoólogo e o pintor paisagista Thomas Ender. O modelo dessas viagens exploratórias pautava-se pela apreciação da paisagem natural, à qual se somavam observações da vida humana nos trópicos, mediante a coleta, observação e classificação de espécimes naturais e pelo recolhimento de dados geográficos, geológicos, mineralógicos, etnográficos e antropológicos.

Pohl permaneceu no Brasil pouco mais de quatro anos (1817-1821), quando empreendeu inúmeras viagens nas regiões do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Goiás (**Figura 48**). Coligiu muito material mineralógico e cerca de 4.000 espécies de plantas, que em 1821 levou para Viena. O médico austríaco descreveu dia a dia suas aventuras no livro “Viagem pelo Interior do Brasil” (**Figura 49**), recheado de observações sociológicas e etnográficas.

O médico austríaco esteve no Planalto Central cerca de cinco meses antes de Saint-Hilaire, e, da mesma forma, ao sair de Santa Luzia, rumo a Meia Ponte, cruzou os limites do território do atual Distrito Federal na sua porção sudoeste (**Figura 50**), conforme anotado em seu diário:

Após a extenuante travessia de um riacho de margens escarpadas e de uma ponte arruinada, onde todos os animais tiveram de ser descarregados e a carga transportada através das águas, encontramos-nos entre duas serras que correm de leste para oeste, as quais, com o seu xisto quartzífero característico e suas formas arredondadas de tendas, são contrafortes dos Montes Claros, sendo estes, por sua vez, prolongamentos dos Montes Pireneus, uma das mais altas cadeias da Capitania. Pernoitamos em Ponte Alta, quatro léguas afastada da quinta do vigário. É um povoado de apenas três casas, de onde podíamos avistar os campos situados entre as montanhas que havíamos percorrido neste dia. (...) Nesse dia (6 de janeiro), tínhamos de escalar também os Montes Claros. O caminho era sofrível. A região é muito pitoresca. Buritis de altos estirpes dão vida própria aos inúmeros regatos que descem murmurantes de leste para Oeste (POHL, 1976:114).

É curioso observar que Pohl em seu curto relato sobre essa região tenha dado destaque justamente às *serras que correm de leste para oeste*, que outras não devem ser, senão o “espigão mestre”. Ao longo da leitura dos diversos viajantes que passaram pelos limites do atual DF, fica constatada a importância do relevo no desenho das estradas, em especial dos chamados espigões.



Figura 47 - Johann Emanuel Pohl (POHL, 1976).

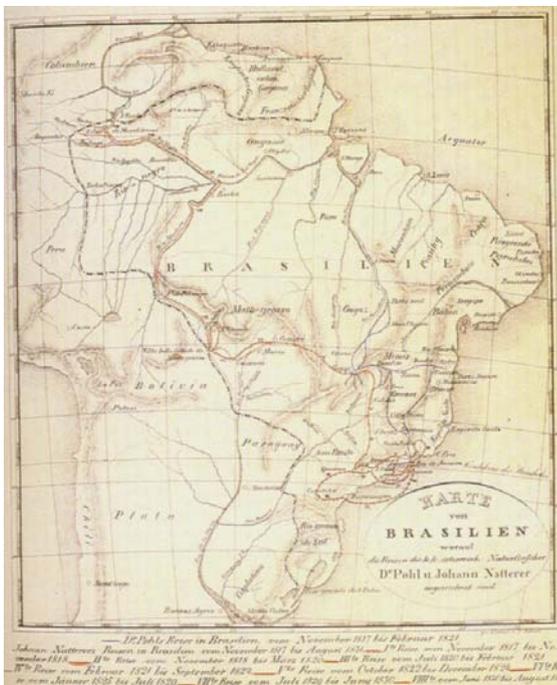


Figura 48 – Mapa do Brasil (RIEDL-DORN, 1999:10).

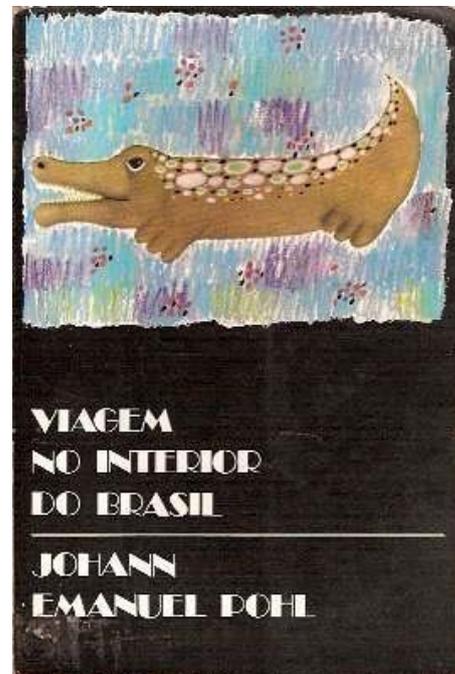


Figura 49 – Capa do livro “Viagem ao interior do Brasil” (POHL, 1976).

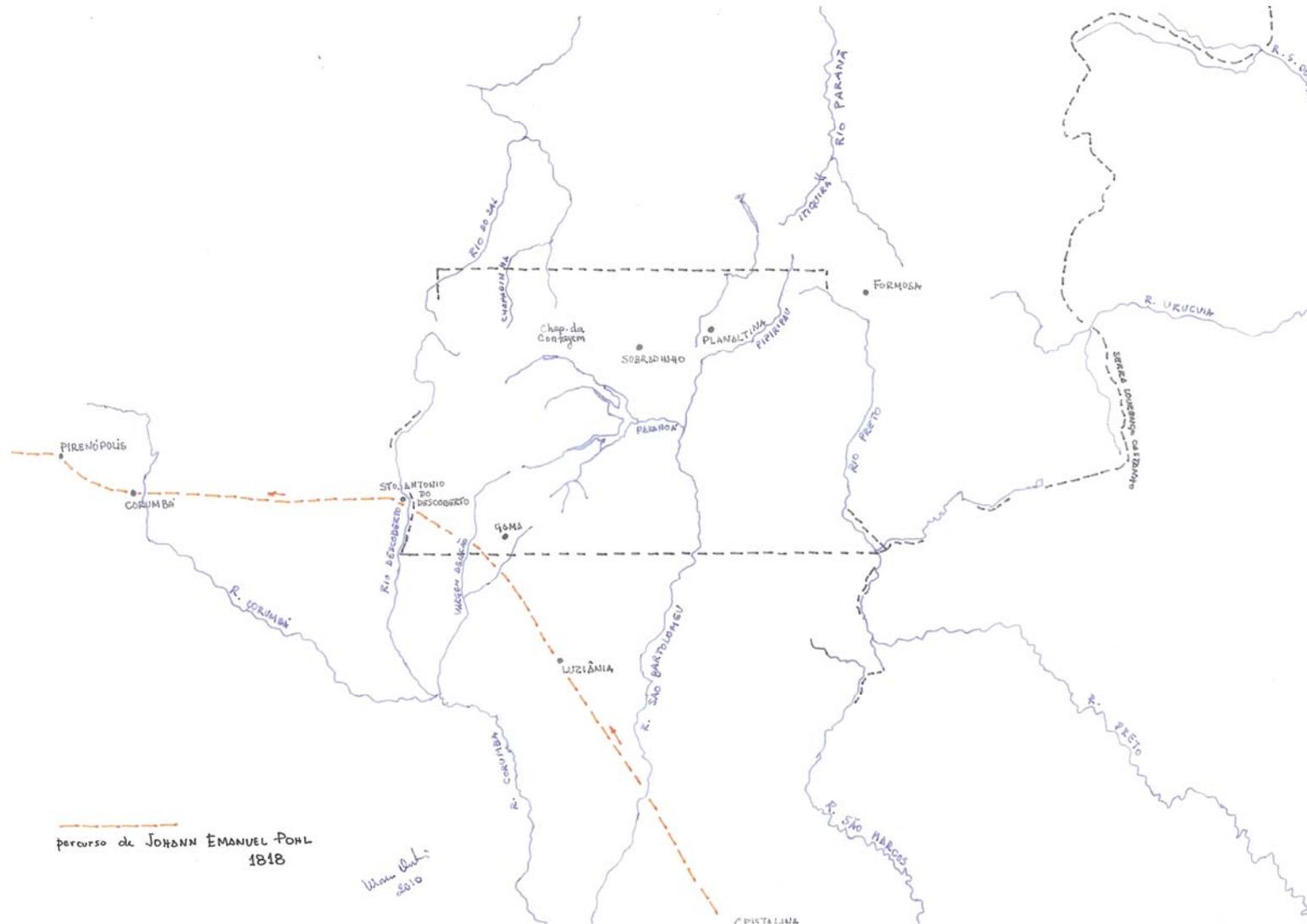


Figura 50 - Roteiro de viagem de Johann Emanuel Pohl – 1818. Desenho de Marco Antonio Galvão, 2010.

1819 – Auguste de Saint-Hilaire

Entre 1816 e 1822, o viajante francês Auguste de Saint-Hilaire (1779-1853) (**Figura 51**) empreendeu longa jornada por território brasileiro. Após percorrer 2.500 léguas pelo Rio de Janeiro, São Paulo, Espírito Santo, Goiás, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, o naturalista havia descrito algumas das principais formações florísticas do país. Por outro lado, no decorrer de suas viagens Saint-Hilaire também sempre anotou em seus diários os aspectos da língua, costumes, hábitos alimentares, habitação e acidentes geográficos.

O próprio Saint-Hilaire quem esclareceu os objetivos de suas viagens:

O estudo dos produtos vegetais do Brasil constituía, sem dúvida, o objetivo principal da viagem; não negligenciei, no entanto, de recolher luzes que possam, sob outros aspectos, dar uma idéia perfeita de região tão interessante (SAINT-HILAIRE apud SILVA, 2006:123).

Ao retornar à Europa, o naturalista organizou seus registros de viagens, que resultaram em diversas publicações e ajudaram a construir o conhecimento científico e etnográfico sobre regiões desconhecidas. Particularmente sobre Goiás, encontramos informações em dois de seus livros: “Viagem à Província de Goiás” (**Figura 52**) e “Viagem às nascentes do rio São Francisco”. A edição original do livro que trata da viagem ao Rio Grande do Sul traz um mapa (**Figura 53**) onde estão registrados os itinerários das suas cinco viagens no Brasil. Curiosamente, este valioso documento cartográfico não foi incluído ou sequer citado em nenhuma das suas obras traduzidas para o português.

Saint-Hilaire viajava praticamente sozinho, servindo-se apenas de um restrito pessoal de apoio, sem formação especializada. O viajante trazia inúmeras cartas de recomendação, expedidas por autoridades do Estado aonde a viagem iria se realizar, que lhe ajudaram a conseguir alojamento, serviços de transporte – carroças, cavalos, junta de bois e, especialmente, a boa vontade das autoridades locais, tanto as militares, as políticas e as eclesiásticas.

O naturalista francês, em sua viagem ao Planalto Central, cruzou os limites do território do atual Distrito Federal na sua porção sudoeste (**Figura 54**). No seu relato foram freqüentes as referências a locais como Santa Luzia; Fazenda de Ponte Alta – *onde parei, fica situada à beira de um córrego que tem o mesmo nome* –; Santo Antônio dos Montes Claros (hoje Santo Antônio do Descoberto); Ribeirão da Antinha; Ribeirão dos Macacos; Ribeirão das Areias; Arraial de Corumbá⁵². Além de ter descrito a flora da região, foram detalhadas suas anotações acerca das edificações locais, mas, para o nosso estudo, o que mais se sobressaiu em seus relatos foi uma referência aos caminhos que, tudo indica, se articulavam no “espigão mestre”:

Caminhei por algum tempo através de um planalto que encima um morro bastante elevado. É ali que a estrada da Bahia se junta à de Minas e do Rio de Janeiro, que eu seguira até então. O caminho de descida do morro é pavimentado, o que na região constitui uma verdadeira raridade. Descemos sempre, durante o dia todo, e o calor se mostrou mais forte do que nos dias anteriores, principalmente no sopé do morro que acabo de mencionar (SAINT-HILAIRE, 1975:35).

⁵² Ver Anexo n. 5.



Figura 51 - Auguste de Saint-Hilaire (SAINT-HILAIRE, 1975).

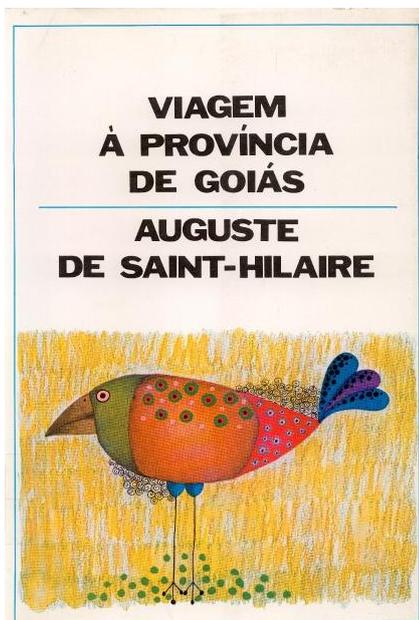


Figura 52 – Capa do livro “Viagem à Província de Goiás” (SAINT-HILAIRE, 1975).

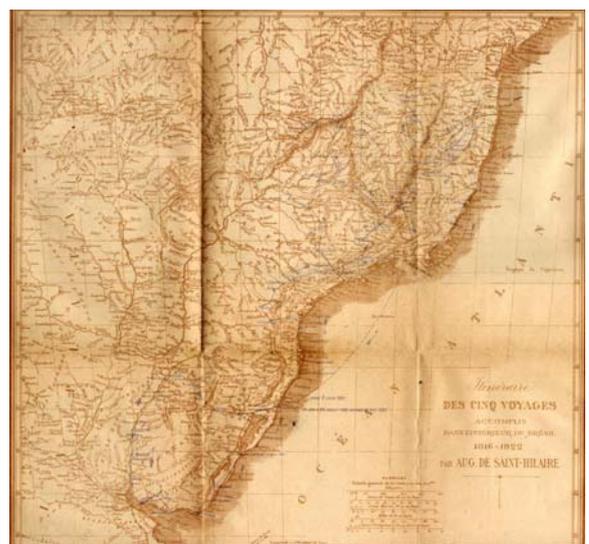


Figura 53 – Mapa dos itinerários de Saint-Hilaire (NEVES; MARTINS; RADTKE, 2010).

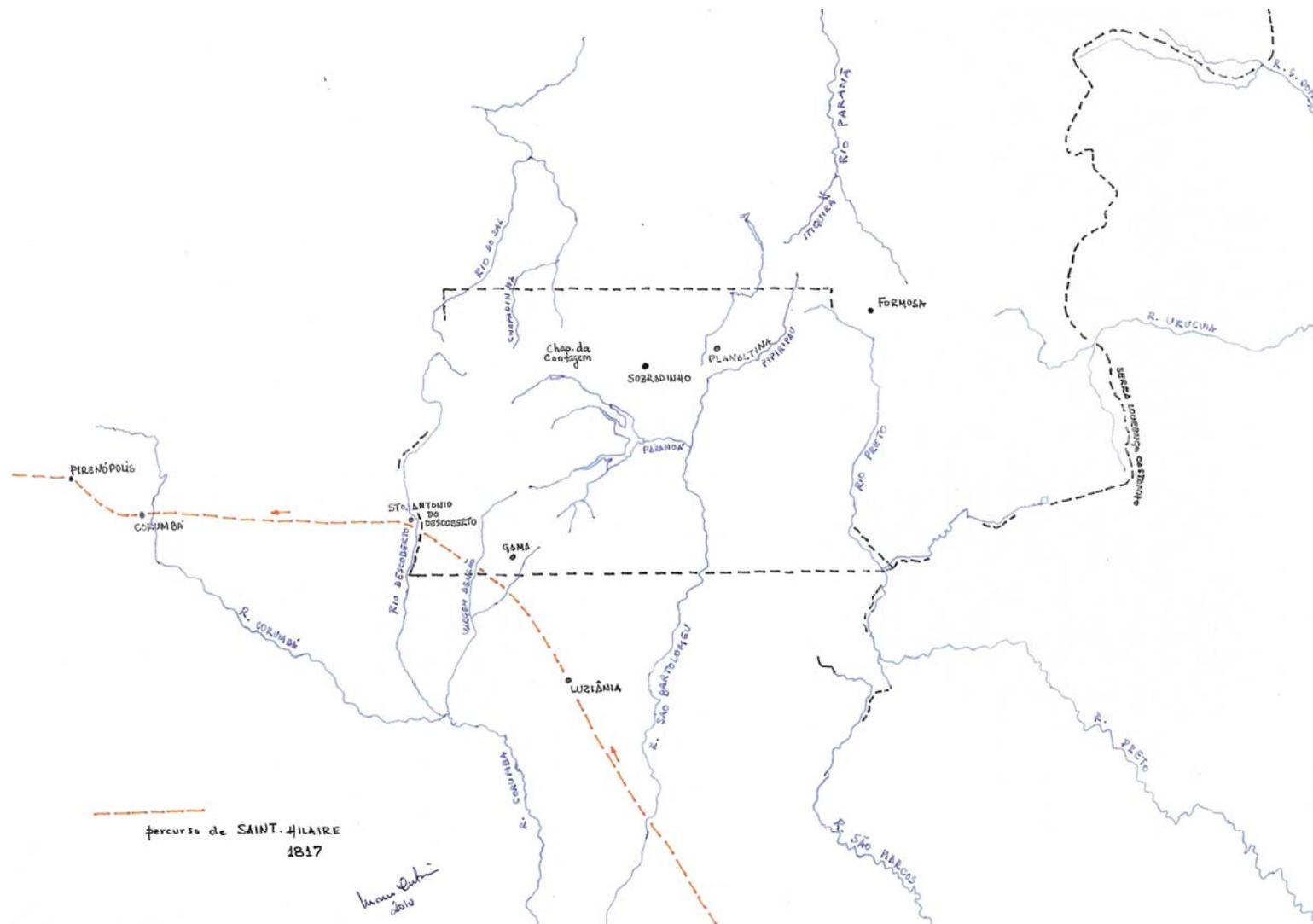


Figura 54 - Roteiro de viagem de Saint Hilaire – 1819. Desenho de Marco Antonio Galvão, 2010.

1823 – Raimundo José da Cunha Matos

O Brigadeiro Raimundo José da Cunha Matos (**Figura 56**) partiu do Rio de Janeiro, em 8 de abril de 1823, e chegou a Vila Boa de Goiás, em 16 de junho do mesmo ano. O Brigadeiro produziu um dos documentos cartográficos mais detalhados da Província, a *Carta Corográfica da Província de Goiás* (**Figura 55**).

Cunha Matos (1776-1839) nasceu em Faro, Algarve, Portugal, filho de um tenente de artilharia e aos catorze anos assentou praça voluntariamente na mesma arma de seu pai. Kursou as matemáticas, participou da campanha contra as tropas francesas na Catalunha, e serviu, a partir de 1797, por dezenove anos, em São Tomé, no arquipélago da Nova Guiné, então colônia portuguesa.

Em 1816, Cunha Matos foi promovido a coronel e designado para servir no cargo de Inspetor do Trem em Pernambuco; chegou ao Brasil no ano seguinte em meio ao levante da Província contra o Governador.

No período de 1819 a 1822, promovido a Vice-Inspetor do Arsenal do Exército, Cunha Matos serviu no Rio de Janeiro a convite de D. João VI, e assumiu diversas funções administrativas nas forças governamentais.

Em 1822, graduado Brigadeiro, esteve ao lado de D. Pedro I e dos brasileiros na expulsão das tropas portuguesas e, em 1823, aos 47 anos, foi nomeado pelo Imperador Governador das Armas da Província de Goiás, tanto as militares quanto as civis.

O Brigadeiro foi eleito deputado por Goiás nas duas primeiras legislaturas do Império e, entre suas obras publicadas, escreveu *Itinerário do Rio de Janeiro ao Pará e Maranhão pelas províncias de Minas Gerais e Goiás, seguido de uma descrição corográfica de Goiás e dos roteiros desta província às de Mato Grosso e S. Paulo* (1836) (**Figura 57**) e *Corografia histórica da província de Minas Gerais* (1837) (**Figura 58**).

Promovido a General e, a seguir, Marechal-de-Campo, Cunha Matos foi um dos fundadores e primeiro vice-presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1838.

Assumiu o cargo de Governador das Armas da Província de Goiás com a missão de reorganizá-las e defender o Império contra os insurgentes portugueses contrários à Independência. Durante a incumbência das missões militares, percorreu um vasto sertão até o extremo norte da Província de Goiás, reviu posições geográficas e corrigiu-as.

Em seu livro, *Itinerário do Rio de Janeiro ao Pará e Maranhão*, esclareceu o autor:

O meu Itinerário não é uma simples carta de nomes, nem uma coleção fastidiosa de algarismos! Sem perder de vista a série sucessiva dos tempos e lugares, eu apresento detalhes e informações, que interessam na parte científica e temperam a aridez própria dos simples roteiros. A maior parte do que escrevo foi por mim visto e examinado: fadigas extraordinárias, perigos iminentes são a moeda que me custou esta minha obra (MATOS, 2004:II).

O Brigadeiro chamou a atenção para o fato de seus mapas (**Figura 55**) e itinerários (**Figuras 59 e 60**) trazerem diferenças de nomes de alguns lugares em relação aos mapas mais antigos, ressaltou o prejuízo que essas alterações causavam à geografia, obrigando, no mínimo, a escrever nomes diferentes de um idêntico e único lugar, induzindo a pensar que se referiam a lugares diversos. Afirmou que isso se dava porque no sertão cada fazendeiro tinha seu santo, como advogado ou intercessor, e acontecendo estabelecer um sítio ou fazenda colocava-lhe às vezes o nome do santo, mudando os nomes com que as fazendas eram conhecidas até esse tempo. Criticou, ainda, a falta de cautela de viajantes estrangeiros que mudaram e deram novos nomes a rios, córregos e ribeirões e que arvoravam em vilas e povoações aquilo que era apenas uma fazenda. O militar português diferenciava as propriedades rurais, tratando por fazendas aquelas em que se criava gado; por engenhos as que tinham fábricas de açúcar – *...em muitos dos quais não existe um só escravo*; por roças as que cultivavam unicamente gêneros cereais e farináceos e os sítios eram as propriedades em que se faziam pequenas plantações.

Na elaboração do texto em que descreveu o caminho que cortava essa região extraiu importantes informações da Memória do Sr. Reverendo Vigário João Teixeira Alves e do Capitão de Milícias Germano de Carvalho Pinto, do arraial de Traíras (MATOS, 2004:286-287, 311-312), sendo que a maioria dos nomes dos lugares e dos marcos naturais registrados, tanto nos itinerários⁵³ quanto em sua Corografia da Província de Goiás, se mantém até os dias de hoje: Ponte Alta, Guariroba, Rodeador, rio Torto, rio São Bartolomeu, rio Corumbá, São João das Três Barras, Sobradinho, ribeirão Sobradinho, Mestre d'Armas, etc., não deixando dúvidas quanto às estradas reais que cruzavam o Planalto Central passarem pelo Distrito Federal.

A paisagem econômica que Cunha Matos descortinou em sua penosa jornada até o norte de Goiás era bem variada. Por vezes pernoitou em ricas residências, onde as pratarias e as louças finas foram exibidas orgulhosamente, outras vezes foi recebido por tristes casais de mestiços e gente pobre, às vezes beirando a indigência. Surpreso pelo contraste entre a penúria de mantimentos para a sua tropa em marcha por estradas desertas e a abundância com que se deparou nas festas de pequenos arraiais, o militar português observou que os roceiros e fazendeiros não se estabeleciam nas proximidades das estradas, preferindo os locais mais afastados, em vales fornecidos de matas e águas abundantes (GRAÇA FILHO apud MATOS 2004:XV-XVIII).

Segundo Bertran (2000:212), assim como o Governador Soveral e Carvalho, o Governador das Armas viajava à noite sempre que podia, para completo horror de seus comandados, que temiam ser assaltados por cobras e animais ferozes no escuro. Viajar à noite, no entanto, poupava as tropas do sol abrasador e dos diversos mosquitos transmissores de moléstias que, justamente, atacavam à noite, período em que o balanço das montarias defendia os cavaleiros.

⁵³ Ver Anexos de n. 6 a n. 11.

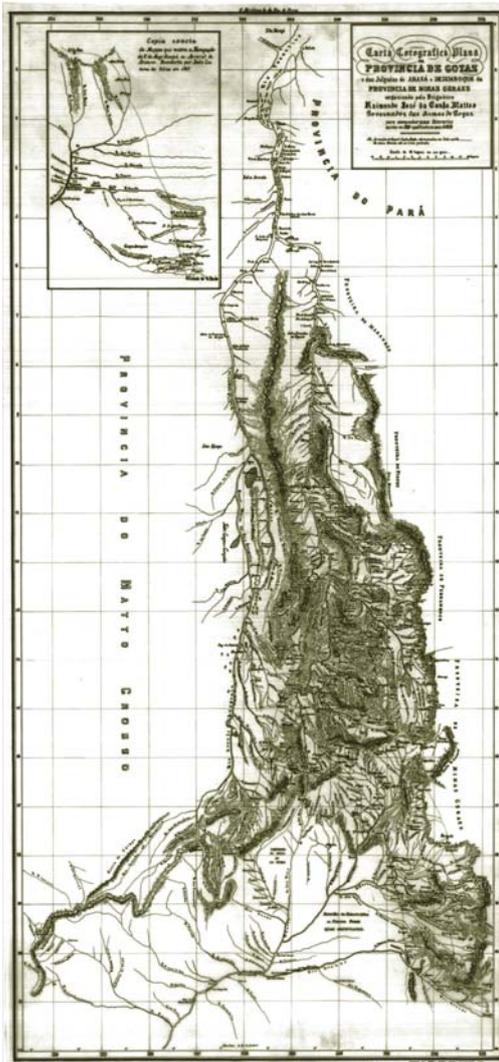


Figura 55 – Carta Corográfica da Província de Goiás, 1836 (COSTA, 2007:173).



Figura 56 – Brigadeiro Raimundo José da Cunha Mattos (BERTRAN; 2000:214).

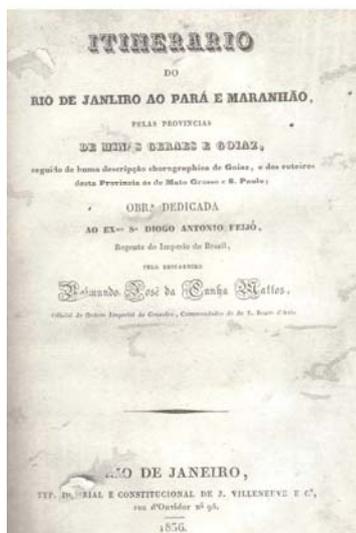


Figura 57 – Imagem do livro “Itinerário do Rio de Janeiro ao Pará e Maranhão, pelas Províncias de Minas Gerais e Goiás” (MATOS, 2004).

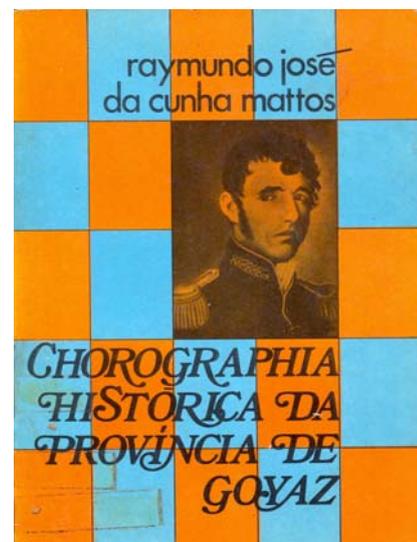


Figura 58 – Capa do livro “Chorographia Histórica da Província de Goyaz” (MATOS, 1979).

1863 – José Martins Pereira de Alencastre

O historiador José Martins Pereira de Alencastre (1831-1871) nasceu em Santo Amaro, Bahia, de família pobre. Sua carreira política se iniciou aos 21 anos, quando foi designado Promotor Público do Piauí. A partir de então, foi Procurador Fiscal da Tesouraria Geral do Piauí; Oficial da Secretaria da Marinha no Rio de Janeiro; Secretário do Governo da Província do Paraná; Secretário do Governo da Província do Rio Grande do Sul; Presidente da Província de Goiás; e Presidente da Província de Alagoas.

Embora tenha ficado no comando do Governo por apenas catorze meses (abril de 1861 até junho de 1862), Alencastre foi lembrado por historiadores como um dos mais ilustrados presidentes da Província de Goiás; entre suas realizações na Administração Pública se sobressaiu o desenvolvimento do ensino secundário e a obrigatoriedade do ensino primário.

Escreveu diversas obras, entre as quais se destacam: “Memória Cronológica, Histórica e Corográfica da Província do Piauí”; “Notas diárias sobre a revolta nas Províncias do Maranhão, Piauí e Ceará”; “Os Jesuítas”; “Biografia do Cônego Luiz Antônio da Silva e Sousa” e, “Os Anais da Província de Goiás” (**Figura 61**), uma de suas obras de maior envergadura, onde refundiu os arquivos e ampliou os cronistas anteriores, até o ano de 1863, publicada pela primeira vez em 1864, na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, do qual era sócio.

Sobre os Anais, foi o próprio autor quem esclareceu suas motivações, sob o título “ADVERTÊNCIA” (ALENCASTRE, 1979:13-14) (**Figura 62**):

Há quase três anos, por um desses incidentes tão comuns na vida pública, fomos forçados a servir na província de Goiás, num alto cargo de confiança. Os deveres da administração nos levaram, naturalmente, à necessidade de conhecer o passado da província. Foi quando tivemos ocasião de ler, mas desta vez no próprio original, a “Memória” de Luiz Antonio, que depois veio a nos servir muito. Vimos o quanto ela era deficiente. Verificamos os seus erros e lacunas; e, por fim, compenetramo-nos da necessidade de serem melhor devassados os feitos do passado, pelo muito que estava ainda oculto na poeira dos arquivos. Desde que demos começo a esse estudo, foi com a intenção feita de escrevermos os “Anais da Província de Goiás”. O que acabamos de fazer (devemos confessar) longe está do plano que delineamos: tinha ele outras proporções. (...) A razão foi que faltou-nos tempo para continuarmos a pesquisa de documentos e informações (...). A nossa obra é, pois, incompleta.

Os registros do Presidente da Província abrangeram um período cerca de 200 anos – de 1625 até 1863. Embora o autor tenha considerado seus trabalhos incompletos, a obra, de inestimável valor histórico-cultural, traz a compilação de informações históricas, cujo exame possibilita a compreensão da formação sócio-econômica de Goiás, do século XVII ao século XIX.

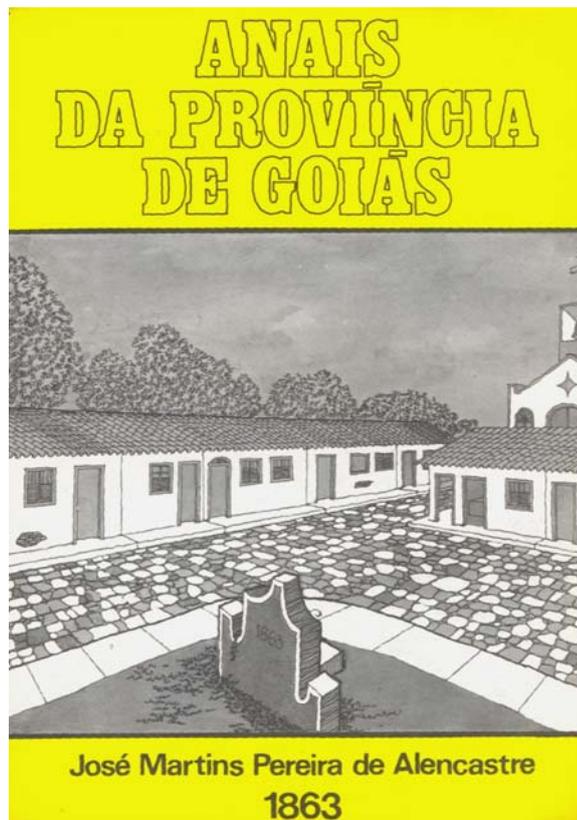
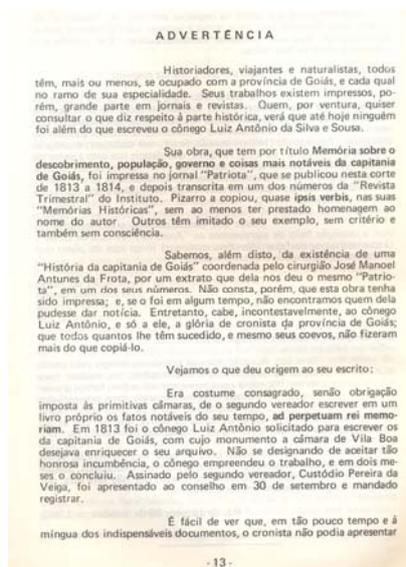


Figura 61 – Capa do livro “Anais da Província de Goiás: 1863” (ALENCASTRE, 1979).



uma obra completa e a todos os respetos perfeita. A "Memória" do cônego Luiz Antonio tem, pois, erros e lacunas que não devem passar despercebidos, mas que merecem ser desculpados. Ele próprio é o primeiro a atfer as suas faltas.

Agora o que a nós diz respeito:

Há quase três anos, por um desses incidentes tão comuns na vida pública, fomos forçados a servir na provincia de Goiás, num alto cargo de confiança. Os deveres da administração nos levaram, naturalmente, à necessidade de conhecer também o passado da provincia. Foi quando tivemos occasião de ler, mas desta vez no próprio original, a "Memória" de Luiz Antônio, que depois nos veio a servir de muito. Vimos o quanto ella era deficiente. Verificamos os seus erros e lacunas; e, por fim, penetramos-nos da necessidade de serem melhor devassados os feitos do passado, pelo muito que estava ainda occulto na poeira dos arquivos.

Desde que demos começo a esse estudo, foi com a intenção feita de escrevermos os "Anais da Província de Goiás". O que acabamos de fazer (devemos confessar) longe está do plano que delineamos: tinha elle outras proporções.

Temos consciência da imperfeição do nosso trabalho. Podia ser melhor, mas circunstâncias supervenientes vieram embargar a execução da nossa obra. Não podemos inculpar nem a nossa intelligência, nem a nossa vontade, que desejos tínhamos nós de dar cabedal histórico de mór valia, pondo em prova o nosso entendimento, todo afeiçoado a estudos deste gênero.

A razão foi que faltou-nos tempo para continuarmos na pesquisa de documentos e informações; ou, melhor, para não deixarmos de ser francos e conscienciosos até o fim, fomos graciosamente interrompidos em nosso trabalho, quando mais empenhados nos achávamos no serviço das escavações, que é de tanto aprazimento para os que têm sincero apego às coisas da pátria, que vão por aí tão malbaratadas, e vistas com os olhos de consciências bem pouco sãs.

A nossa obra é, pois, incompleta; e, se há nisso algum peccado, somos os próprios que dele nos abo我们有, porque á conta de outros responsáveis deve ser levado, que não será este, por certo, o mais grave que tenham cometido.

Rio de Janeiro, 20 de outubro de 1863.

J.M. Pereira de Alencastre

- 14 -

Figura 62 – Introdução aos Anais da Província de Goiás (ALENCASTRE, 1979:13-14).

1875 – Visconde de Taunay

Alfredo Maria Adriano d'Escragnolle Taunay (1843-1899), Visconde de Taunay (**Figura 63**), nascido no Rio de Janeiro, era descendente de uma família de eminentes artistas pintores – seu avô Nicolas Taunay veio na Missão Francesa e integrava o grupo de pintores fundadores da Academia Imperial das Belas-Artes e seu pai Félix Emílio Taunay era pintor e professor desta Academia. Taunay, engenheiro militar, político, historiador e romancista, foi um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras e sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro - IHGB.

Em 1875, escreveu uma memória, intitulada Goyaz (**Figura 64**), onde discorreu sobre a navegação dos rios Araguaia e Tocantins e sua importância; o desenvolvimento e a variedade e exuberância dos recursos goianos, em especial a fauna de Goiás e o grande rebanho da Província; a riqueza mineralógica; as plantas úteis têxteis; a flora medicinal; o fumo e o algodão; os cereais e o café; e as árvores frutíferas.

Na publicação, Visconde de Taunay (1931:38-39), eleito deputado por Goyaz em 1872 e reeleito em 1875, ao discorrer sobre a fauna de Goiás, afirmou:

O gado vaccum é abundantissimo, volumoso, alto, de chifres grandes e abertos nas pastarias do sul, menor nas do norte. Este é levado para o mercado do Pará; aquelle vem para o sul e abastece em parte o matadouro do Rio de Janeiro, apesar do exorbitante imposto de 1\$000, que por cada rez paga o boiadeiro para poder fazel-a atravessar a nado o rio Paranyba, divisa de Goyaz com Minas Geraes. (...) O commercio de pelles e couros que a província entretem é importante e escôa-se principalmente pela linha do Tocantins. (...) Não se exporta couro verde, pelo alto preço do sal. Por uma estatística feita já de alguns annos vê-se que nos districtos de Meia Ponte, Corumbá, Bonfim, Santa Luzia, Santa Cruz, Catalão, S. José do Tocantins, Cavalcanti, Conceição, Palma, Arrayas, Anicuns, Rio-Verde, Curalinho trabalhavam 297 cortumes, que por anno preparavam 8.410 meios de sola e 15.350 pelles de animais.

O *Mapa do Estado de Goyaz*, parte integrante da memória escrita pelo parlamentar de Goiás, que também foi Senador do Império, reproduziu as fronteiras do estado, o relevo e a rede hidrográfica (**Figura 65**). O mapa, sem escala, além disso, registrou distintamente, conforme sua legenda, a capital, cidades, vilas, povoados e estradas de rodagem. E registrou a então cidade de Meia Ponte como Pirenópolis e a vila de Couros como Formosa, nomes pelos quais são conhecidas ainda hoje.

Muitos dos nomes dos lugares e dos marcos naturais que registrou na área aonde seria demarcado, duas décadas depois, o Quadrilátero Cruls repetem referências utilizadas por viajantes que antecederam a publicação do seu trabalho: Lagoa Formosa, Lagoa Feia, Rio Maranhão, Santa Luzia e Corumbá e Mestre d'Armas. Para os nossos dias, poucas foram as alterações na toponímia usada, Santa Luzia passou a se chamar Luziânia e Mestre d'Armas é a cidade de Planaltina, todos os outros nomes ainda se mantêm os mesmos.



Figura 63 – Visconde Taunay (TAUNAY, 1931).

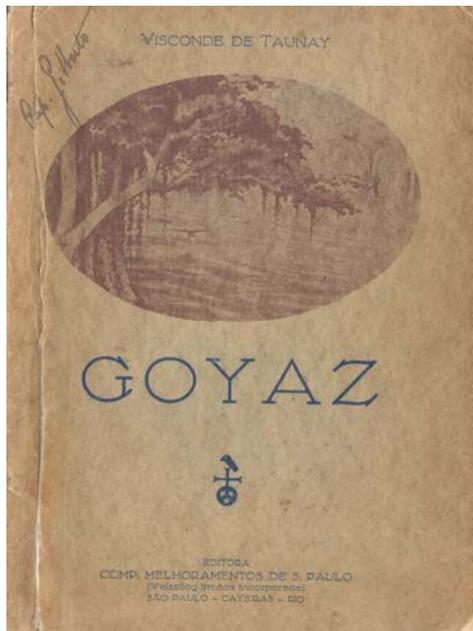


Figura 64 – Capa do livro Goyaz (TAUNAY, 1931).

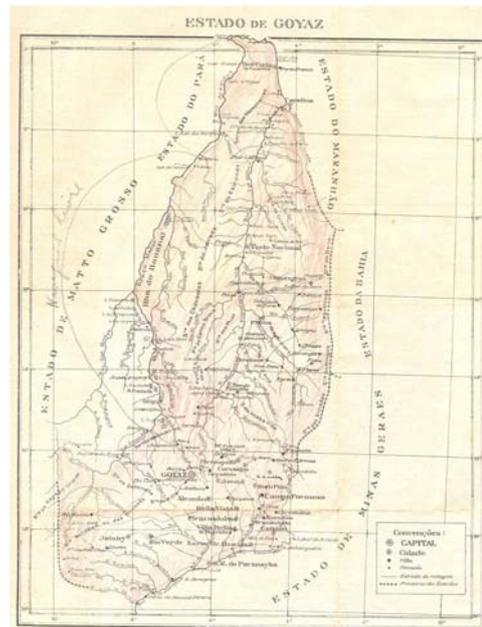


Figura 65 – Mapa do Estado de Goyaz (TAUNAY, 1931:3).

1876 – Virgílio Martins de Mello Franco

Virgílio Martins de Mello Franco (1839-1922) (**Figura 66**), formou-se bacharel em Direito em 1866, pela Academia de São Paulo. Na Província de Goiás, foi Juiz de Direito da Comarca de Palma, em 1876, Juiz de Direito de Traíras, em 1876, de Meia Ponte, em 1877, de Vila Boa, em 1878. Aposentou-se como Juiz de Direito de Barbacena, em 1890 e foi um dos fundadores da Faculdade de Direito de Minas, em Ouro Preto, em 1892, de que foi Professor e Diretor. Exerceu, ainda, mandato parlamentar na Assembléia Geral Legislativa de Minas Gerais, de 1876-1881.

O Magistrado Imperial, que era sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, elucidou os motivos que o levaram a publicar seus diários de viagem (FRANCO, 1888:3-4):

O interior das nossas grandes províncias é relativamente desconhecido. Os que o conhecem, os que têm viajado pelos sertões, ou não sabem descrevê-los, ou são avaros do seu saber, de modo que não temos quasi nenhum trabalho sobre este importante assumpto, a não ser o de alguns estrangeiros illustres como Martius, Saint-Hilaire, d'Eschwege, Pohl, Agassis e outros. Como, porém, os factos observados por olhos nacionais podem apresentar particularidades que tenham escapado despercebidas de olhos estrangeiros, resolvi publicar estas minhas impressões de viagens, suppondo que poderiam ser de alguma utilidade.

Mello Franco, em seus relatos, tratou de forma geral do comércio, das atividades pecuárias, do clima, da extração do ouro, das condições das casas, dos índios, das terras devolutas, da população, das moléstias, das aves, da vegetação, da empregomania – *mal contagioso que affecta a todos* –, da navegação do rio Tocantins, do serviço de transporte pelo interior do país feito por muares, e destacou que o maior obstáculo do país, fértil e opulento de riquezas naturais, era a distância, que dificultava as trocas, o melhoramento do comércio e de todas as indústrias (FRANCO, 1888:115 e 165).

Em julho de 1876, Virgílio saiu do Rio de Janeiro para a sede da Comarca de Palma. Viajou 200 léguas em lombo de burro de Paracatú até Conceição do Norte, onde começou a escrever o livro “Viagens pelo interior de Minas Geraes e Goyaz” (**Figuras 67 e 68**). Em agosto, chegou na Vila Formosa da Imperatriz ou Couros, depois de cruzar toda a porção leste do território do atual DF (**Figura 69**). Ao descrever essa região, Mello Franco se referiu ao “espigão mestre” (FRANCO, 1888:112):

Essa estrada fica na chapada desta cordilheira, que divide as águas vertentes para as três grandes bacias no systema hydrographico do Império: a bacia meridional ou do Prata, a bacia central ou de S. Francisco, e a Septentrional ou do Tocantins e Amazonas.

No ano seguinte, o magistrado partiu da cidade de Paracatú para a de Meia Ponte, sede da Comarca do Rio Maranhão em Goiás (FRANCO, 1888:8-17), quando então cruzou novamente os limites do território do atual Distrito Federal, desta vez na sua porção sudoeste. Suas anotações fizeram referência a locais como São Bartolomeu, Santa Luzia; córrego do Alagado, ribeirão Areias e arraial do Corumbá.

Em 1878, Mello Franco citou, outra vez, os caminhos por sobre os chapadões, onde se desenvolviam as antigas estradas: *Subimos pelo espigão mestre, que é o divisor das águas do norte e do sul (...)* (FRANCO, 1888:47).



Figura 66 - Virgílio Martins de Mello Franco (FRANCO, 1888).

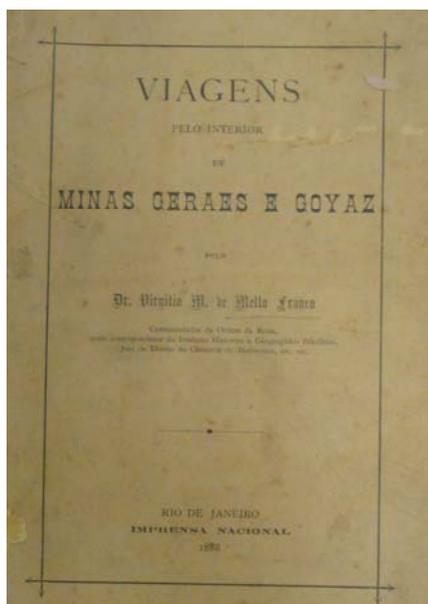


Figura 67 – Capa do livro “Viagens pelo Interior de Minas Geraes e Goyaz” (FRANCO, 1888).

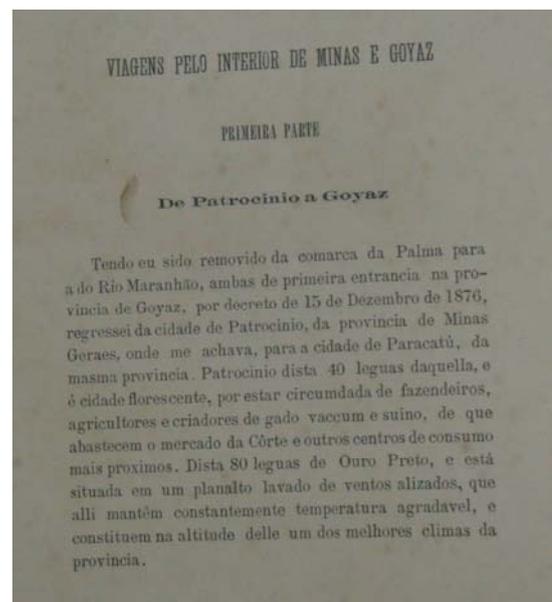


Figura 68 – Introdução ao livro “Viagens pelo interior de Minas Geraes e Goyaz” (FRANCO, 1888).

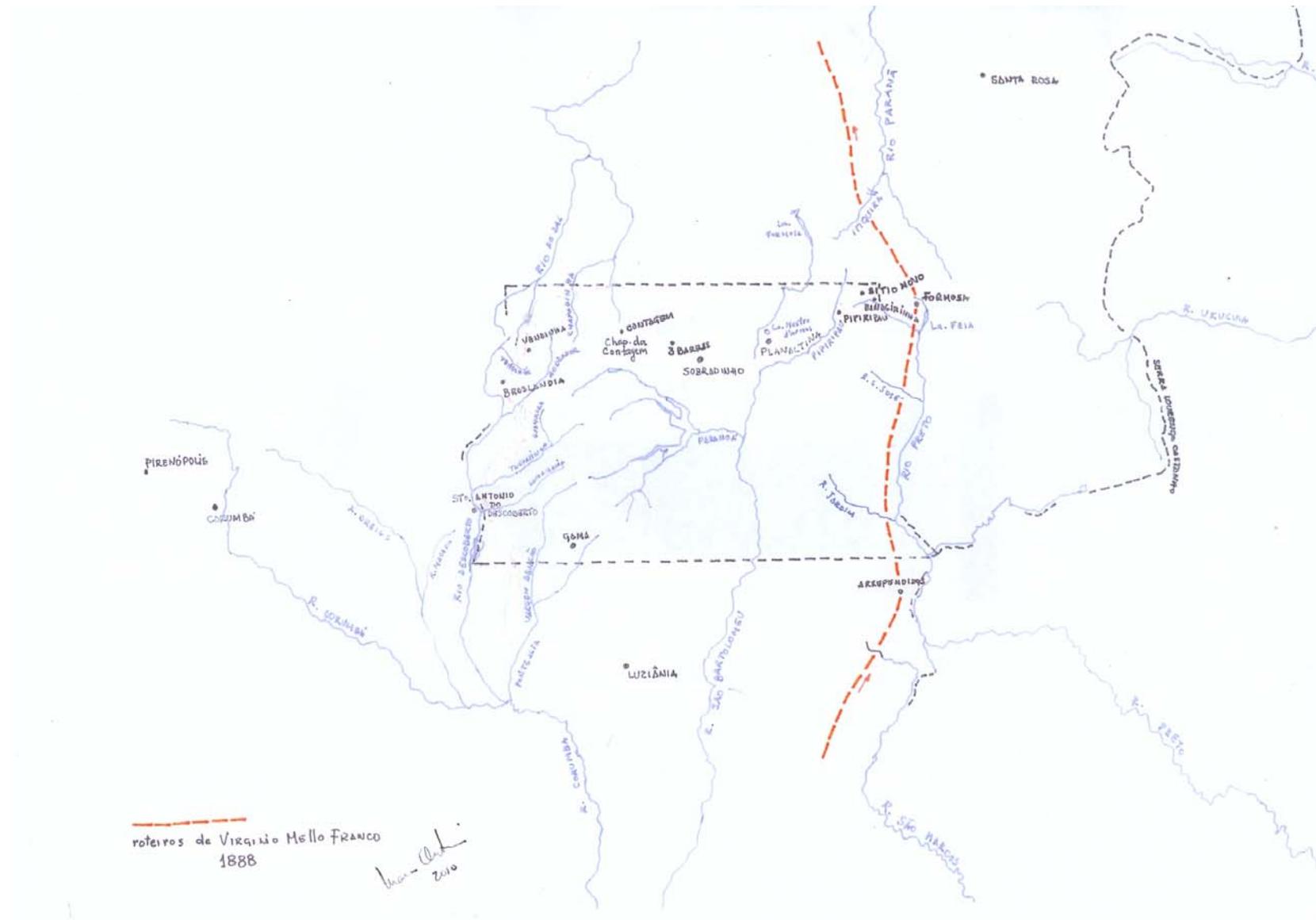


Figura 69 - Roteiro de viagem de Virgílio de Mello Franco – 1876. Desenho de Marco Antonio Galvão, 2010.

1877 – Francisco Adolfo de Varnhagen

O historiador, engenheiro militar e diplomata Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-1878), Visconde de Porto Seguro (**Figura 70**), foi autor de extensa e bem documentada obra e editou, em 1854, "História Geral do Brasil", acompanhado do "Mappa do Brazil e territorios limitrophes" (**Figura 72**).

Entusiasta da idéia da mudança da capital, Varnhagen defendeu a interiorização por cerca de quatro décadas e seus discursos ajudaram a consolidar no ideário político nacional a intenção de uma capital no interior. Seu primeiro pronunciamento a esse respeito foi a comunicação que encaminhou, em 1839, ao recém fundado IHGB. Apesar de ter chegado admitir São João Del Rei para sede do Governo, a partir de 1849, o Visconde defendeu enfaticamente o planalto goiano *que reúne em si as três grandes conchas fluviais do império* (IBGE, 1969:8-9). Em 1877, o Diplomata do Império partiu do Rio de Janeiro e empreendeu uma viagem à cavalo ao Planalto Central. Estabeleceu-se na Vila Formosa, de onde enviou correspondência ao Ministro da Agricultura com apologia da região e que subsidiou projetos parlamentares mudancistas. Dessa viagem também resultou a publicação "A questão da capital: marítima ou no interior?" (**Figura 71**), onde explanou as razões e vantagens da mudança da capital do Brasil para o interior (VARNHAGEN, 1978). A posição firme de Varnhagen acerca da importância da mudança da Capital e, mais ainda, de que sua transferência se deveria fazer para as terras amenas e salubres das imediações de Formosa eram conhecidas por diversos viajantes, cronistas e autoridades do século XIX.

Em seus registros, o Magistrado Virgílio de Mello Franco deu notícias das viagens e motivações de Varnhagen para tal (FRANCO, 1888:40):

Devo aqui de passagem notar que nunca observei casos de tuberculose, mas sei que, no planalto onde está situada a Villa Formosa, só pela influência do clima, os tuberculosos curam-se. E porque é aquelle logar dos mais salubres de toda a província, o Visconde de Porto Seguro, que alli esteve em 1876, por alguns mezes, attendendo a esta circumstancia, e à da fertilidade do solo, achou-o apropriado até para a capital do Império.

Antonio José da Costa Brandão em seu "Almanach da Província de Goyaz (para o anno de 1887)", discorreu sobre a cidade de Formosa, e assinalou a posição de Varnhagen acerca daquele sítio

A amenidade de seu clima, a salubridade e bons pastos, chamarão a attenção dos negociantes das províncias da Bahia, Minas-Geraes e outros pontos, os quaes todos os annos no tempo sêco, ahí vinhão negociar em gado, sola, pelles, salitre e cavallos, com que fazião permuta, do anno de 1830 a 1838 a povoação cresceo. (...) Existem actualmente nesta cidade 12 cazas de negocio de fazendas, ferragem, molhados e drogas, que importão da praça do Rio de Janeiro para mais de 200 conto de reis, sendo grande o numero de tavernas e generos do paiz (...). Este ponto que segundo disse o finado Visconde de Porto Seguro, he o centro do império talvez ainda algum dia seja o imporio do commercio do sertão (BRANDÃO, 1978:137-138).

Em 1894, Luiz Cruls fez várias referências à obra do Visconde de Porto Seguro em seu Relatório (CRULS, 1957:62-63) e, ao incorporar o local apontado por Varnhagen no Planalto Central nos limites do Quadrilátero Cruls, reafirmou que o sítio era mesmo a melhor escolha para a implantação da nova Capital da República.

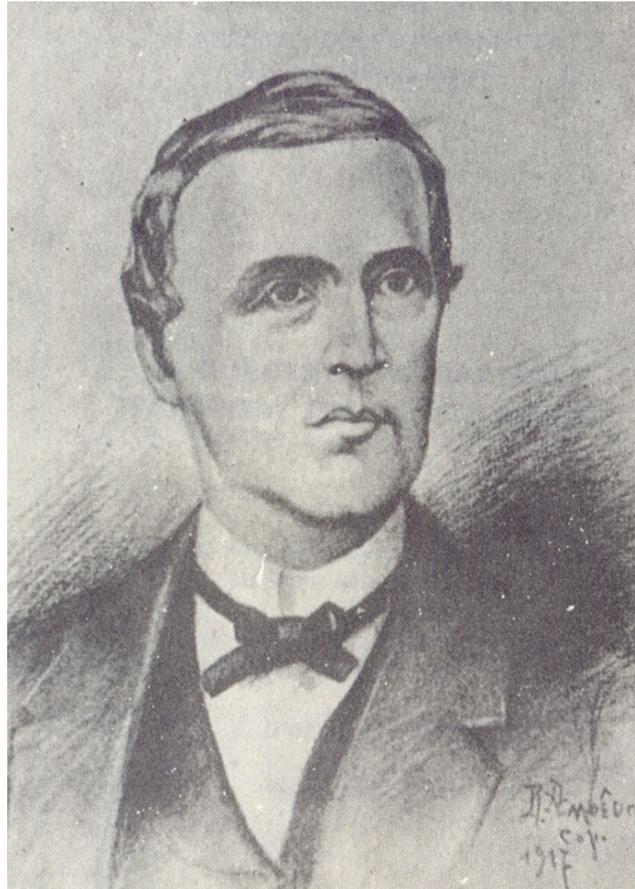


Figura 70 - Francisco Adolfo de Varnhagen – Visconde de Porto Seguro (VARNHAGEN, 1978).

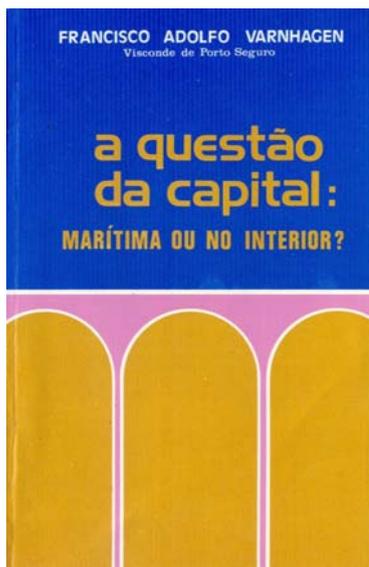


Figura 71 – Capa do livro “A questão da capital: marítima ou no interior?” (VARNHAGEN, 1978).



Figura 72 – Mapa do Brasil e territórios limítrofes, de Varnhagen (BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL).

1889 – Oscar Leal

Em 1889, Oscar Leal (**Figura 73**) partiu de São Paulo com destino aos sertões do Brasil Central pela segunda vez, numa peregrinação que durou um ano e dez meses, à procura de aventuras. Em seus relatos, procurou divulgar e tornar mais conhecida uma região sobre a qual ainda pouco se sabia.

Goyaz é um estado do Brazil para o qual devem desde já convergir todos os olhares e múltiplas são as causas que para isso concorrem. As riquezas naturaes que possuiue, a uberdade de uma grande parte do seu solo e sobretudo o seu ameno clima, devem dentro em pouco attrahir o emigrante. É lá que se encontra o famoso planalto, onde será edificada, talvez brevemente, a futura capital federal (LEAL, 1980:xi).

Leal nasceu no Rio de Janeiro, em 1862, recebeu educação literária em um colégio de Funchal, por influência de seu pai que era português, o Comendador Jacinto Leal de Vasconcelos. Membro da Sociedade de Geografia de Lisboa, o viajante era versátil, inquieto, curioso e boêmio, e tinha formação como cirurgião-dentista. Aos vinte anos, empreendeu sua primeira viagem aos sertões do país e publicou *Viagem ao centro do Brazil* em Lisboa, 1886, com suas impressões e descrições das localidades visitadas.

Anos depois, empreendeu nova expedição pela região e registrou suas experiências em *Viagem às Terras Goyanas (Brazil Central)* (**Figura 74**), onde relatou os costumes regionais, as manifestações teatrais, os inúmeros festejos cívicos e religiosos, a implantação das primeiras linhas telegráficas e os dias da Proclamação da República.

Já tendo iniciado sua segunda viagem, o cronista carioca encontrava-se em Uberaba durante os grandes festejos na inauguração do trecho entre Jaguara e Uberaba da linha férrea Mogiana – que daí a três anos traria a Missão Cruis ao Planalto Central –, ligando a cidade à São Paulo e ao litoral.

Foi em Corumbá de Goiás, no dia 5 de dezembro, que Oscar Leal recebeu notícias sobre os acontecimentos da Proclamação da República no Rio de Janeiro, partindo de cavalo rumo à Pirenópolis, onde festejou o acontecimento com as autoridades locais e a população, ao som de uma banda de música.

Por toda sua excursão à cavalo pelo interior do Brasil, o viajante estabeleceu contato direto com os moradores e descreveu os pousos onde pernitoiu, seus companheiros de viagem, as passagens pitorescas, os animais que enfrentou, produzindo um precioso mosaico sobre diversos aspectos da vida social, política e econômica no sertão do Planalto Central, em fins do século XIX.

Com base nos relatos de Leal, podemos afirmar que o percurso realizado por ele no Planalto Central, nos limites do atual DF e suas áreas limítrofes (**Figura 76**), foi o mesmo anteriormente trilhado por Johann Pohl e Saint-Hilaire, cerca de setenta anos: Pirenópolis, Corumbá, Descoberto, ribeirão da Ponte Alta, Luziânia.

Em suas anotações, o cronista demonstrou ter conhecimento sobre diversos trabalhos produzidos por outros viajantes que igualmente andaram por Goiás, como Saint-Hilaire, em 1819; Cunha Matos, em

1823; Couto Magalhães, em 1823 e Virgílio Franco, em 1876. Outro viajante, Leite Moraes⁵⁴ forneceu a Leal uma carta de recomendação para que fosse bem recebido nos arraiais goianos (LEAL, 1980:22, 29, 40, 62, 140). O advogado Leite Moraes saiu de São Paulo com destino a Vila Boa de Goiás, em fins de 1880, e narrou sua jornada no livro “Apontamentos de viagem”.

Oscar Leal elaborou um glossário de “linguagem algaravia”⁵⁵ em que assinala trezentos e setenta e um termos dos falares do Brasil⁵⁶:

... e conseguindo formar a presente collecção, não com pouco labor, espero que outro mais abalizado a amplie e corrija. O leitor encontrará aqui numerosas palavras usadas em vários estados do Brazil, com os respectivos significados. Alguns termos, verdade é que têm sua origem na lingua indigena, outros porém constituem uma serie interminavel de brazileirismos e se um ou outro termo parece pertencer ao portuguez, dá-se que a significação lhe altera o sentido, succedendo o mesmo quanto ao tupy e o cassange, uma lucta absurda com os fatores mesologicos europeu, africano e americano (LEAL, 1980:241-255).

O autor insistia em dar à Meia Ponte o nome de Perynópolis, argumentando ser ato de patriotismo:

Acerca da palavra Perynópolis, foi publicado sob minha assignatura o seguinte no “Goyaz” e “Publicador”:

... A respeito da mudança do estapafúrdio nome de Meiaponte para Perynópolis, ufano-me de dizer que fui um dos que mais d’isso cuidaram, propagando a idea de um illustre padre já falecido. (...) Pena é que escrevam a palavra de uma forma que dá logar a ser dizer, ser o producto de uma macaqueação. Os picos de Goyaz, nada tem de comum com os Pyrêneos da Europa. A par de uma boa etymologia escrevamos a palavra como derivada do tupy – de Pery – Perypolis ou euphonicamente – Pery-nópolis (LEAL, 1980:79 a 81).

Por fim, o cronista viajante se revelou cartógrafo ao confeccionar a *Carta do sul de Goyaz e triangulo mineiro por Oscár Leal segundo as cartas existentes e observações próprias (Figura 75)*. No mapa, sem escala nem legenda, representou o relevo e rede hidrográfica da região, bem como, a capital do estado de Goiás, cidades, vilas e povoados. Nos limites do Quadrilátero Cruls indicou a presença apenas da Vila do Mestre d’Armas⁵⁷.

⁵⁴ Joaquim de Almeida Leite Moraes, advogado paulista, foi presidente da Província de Goiás, de 1 de fevereiro a 9 de dezembro de 1881. Leite Moraes era avô materno de Mário de Andrade.

⁵⁵ Segundo Houaiss, algaravia é linguagem confusa, incompreensível; coisa difícil de entender.

⁵⁶ Ver Anexo n. 15.

⁵⁷ Vide Capítulo 2 – Mapear o território.



Figura 73 – Oscar Leal (LEAL, 1980:v).



Figura 74 – Imagem do livro “Viagem às terras goyanas (Brazil Central)” (LEAL, 1980).

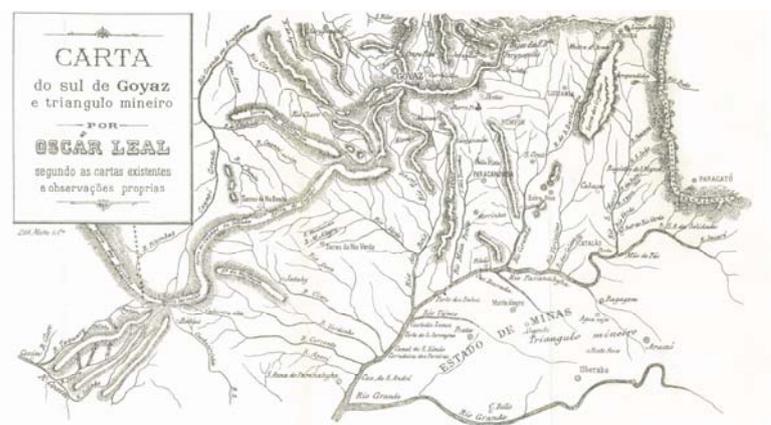


Figura 75 – Carta do Sul de Goiás e triangulo mineiro (LEAL, 1980: 257).

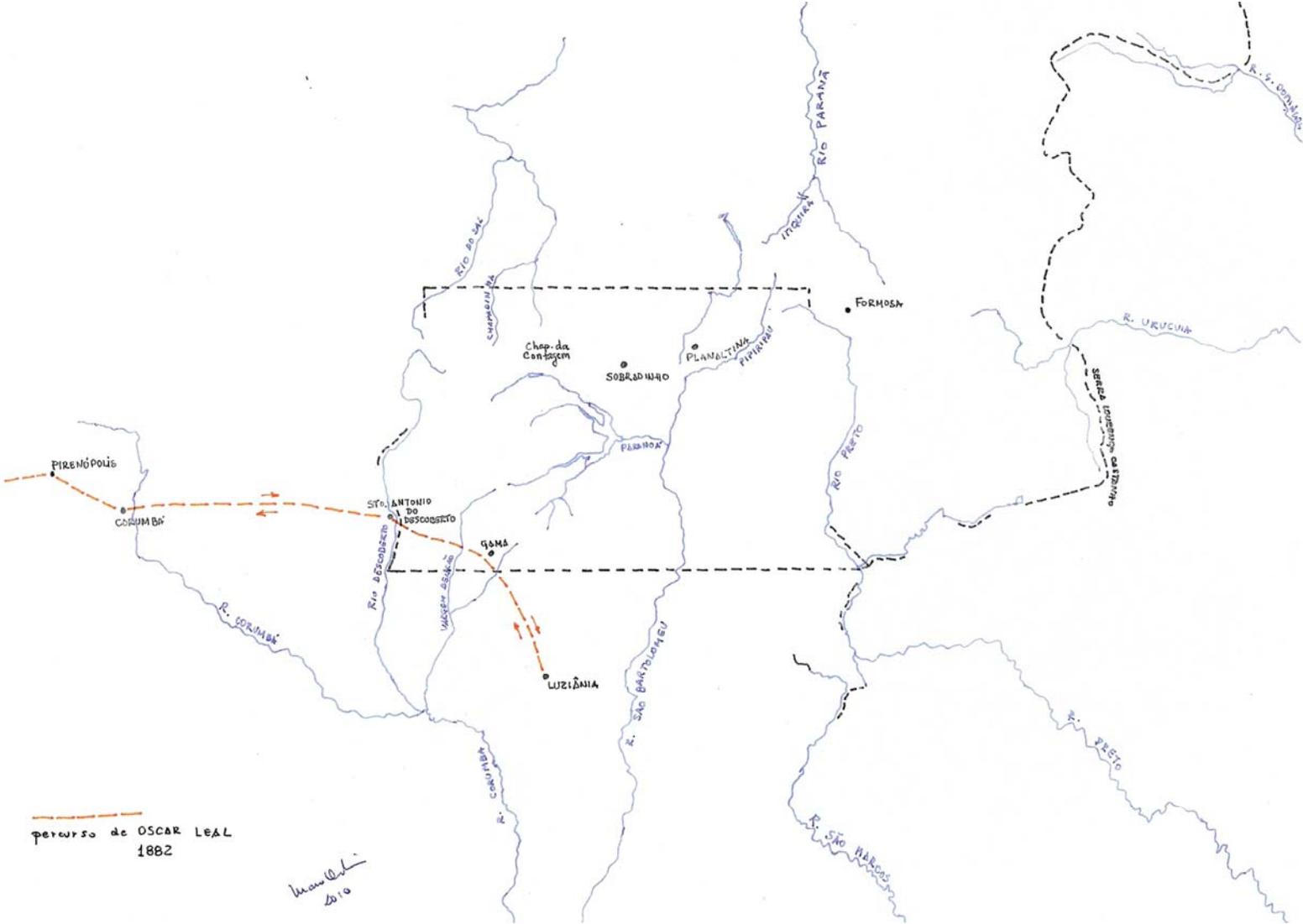


Figura 76 – Itinerário da viagem de Oscar Leal – 1889. Desenho de Marco Antonio Galvão, 2010.

1892 / 1895 – Luiz Cruls

De 1892 até 1895, o engenheiro militar e astrônomo belga naturalizado brasileiro Luiz Cruls (1848-1908) (**Figura 77**) chefiou as primeiras expedições científicas no Planalto Central, organizadas especificamente para estudar, identificar, demarcar e executar procedimentos ligados à transferência da Capital da República.

Com a promulgação, em 1891, da primeira Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, que definiu uma área no Planalto Central para a instalação da futura Capital Federal, o Presidente Floriano Peixoto instituiu, em 1892, a “Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil” para estudar e demarcar a área da nova capital. Escolheu para chefiá-la o Tenente-Coronel do Exército Luiz Cruls, diretor do Observatório Astronômico do Rio de Janeiro e, também, catedrático da Escola Superior de Guerra, escola de formação de oficiais do Exército (MOURÃO, 2003:35).

Para formar a Comissão, Cruls escolheu entre os servidores do Observatório – os astrônomos Julião de Oliveira Lacaille (1851-1926) e Henrique Morize (1860-1930) – e entre seus ex-alunos de engenharia na Escola Superior de Guerra – os tenentes Augusto Tasso Fragoso (1869-1945), Hastimphilo de Moura (1865-1956), Celestino Bastos, Alípio Gama (1863-1935) e Antônio Cavalcanti de Albuquerque. Incluiu, ainda, o botânico alemão Ernesto Ule, o mineralogista austríaco Eugênio Hussak, o médico-higienista Antônio Martins de Azevedo Pimentel, o médico Pedro Gouveia, o farmacêutico Alfredo José Abrantes, além de outros auxiliares (CRULS, 1957:22).

Conhecida como Comissão Cruls (**Figura 81**), era constituída por 22 membros entre cientistas e práticos – desses dezesseis oficiais do Exército ou funcionários do Ministério da Guerra – e saiu de trem do Rio de Janeiro, passou por São Paulo e Minas Gerais chegando até Uberaba, ponto final da linha férrea da Companhia Mogiana. A partir daí, em lombo de mulas e cavalos, homens e equipamentos seguiram numa marcha de quinze a vinte quilômetros por dia.

Para demarcar o território, a Comissão foi subdividida quatro turmas: a de Noroeste (NW) chefiada por Tasso Fragoso; a de Sudoeste (SW) por Luiz Cruls, tendo por seu auxiliar imediato Hastimphilo de Moura; a de Nordeste (NE) por Julião Lacaille, que adoeceu e foi substituído por Cavalcanti de Albuquerque; e a de Sudeste (SE) por Henrique Morize (CRULS, 1957:67-68).

A demarcação propriamente dita foi empreendida em sete meses de trabalho, de 1892 a princípios de 1893, período em que as quatro equipes percorreram mais de quatro mil quilômetros. Os trabalhos abordaram a topografia, o clima, a hidrologia, a geologia, a fauna, a flora, a pedologia, os recursos minerais e os materiais de construção existentes na região e resultou na delimitação de 14.400 km² de terra na forma de um retângulo de 160 km por 90 km – conhecido como Quadrilátero Cruls. Em 1894, os estudos foram compilados no “Relatório da Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil” e entregues ao Ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas (**Figura 79**). Cruls, posteriormente, publicou o Relatório produzido pela Comissão (**Figura 78**).

Ainda em 1894, com o sucesso da Missão Cruls, foi criada a “Comissão de Estudos da Nova Capital da União” encarregada de prosseguir os trabalhos ligados à transferência da Capital da República, sob o comando do mesmo chefe, tendo os estudos técnicos durado cerca de 18 meses. Integrada por aproximadamente 20 membros, dos quais oito que haviam participado da primeira Comissão – Cruls,

Morize, Hussak, Hastimphilo, Cavalcanti Albuquerque, Celestino Bastos, Alípio Gama e Eduardo Chartier.

Essa segunda Comissão foi subdividida em cinco turmas que seguiram itinerários diferentes em convergência na zona anteriormente demarcada no planalto. A primeira era chefiada por Henrique Morize, a segunda por Hastimphilo de Moura, a terceira por Celestino Alves Bastos, a quarta por Alípio Gama e a quinta sob a direção do chefe da Comissão, Luiz Cruls. O botânico francês Auguste François Marie Glaziou, então Administrador-Geral dos Parques e das Matas do Distrito Federal, também participou dessa segunda Comissão (MOURÃO, 2003:65-66). Em 1896, foi entregue ao Ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas o Relatório parcial dessa Comissão de Estudos (CRULS, 1957:323) (**Figura 80**).

A “Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil” produziu uma base cartográfica bastante detalhada e precisa. Com base nos itinerários levantados⁵⁸ e na cartografia produzida, é possível reconhecer os três percursos principais dos viajantes dos séculos XVIII e XIX, nos limites do atual Distrito Federal (**Figura 85**).

O *Mappa do Brazil, indicando a posição da Zona demarcada para o futuro Districto Federal. Comissão Exploradora do Planalto Central do Brazil, 1893* foi o que primeiro indicou a posição da zona demarcada para ao futuro Distrito Federal, o Quadrilátero Cruls (**Figura 82**).

Ainda em 1893, foi confeccionado o *Mappa do Brazil, mostrando a posição do Districto Federal demarcado assim como os principais caminhamentos levantados pela Comissão*, que mostrou a posição do Quadrilátero Cruls, assim como os principais caminhamentos levantados pela Comissão (**Figura 83**).

O *Mappa dos itinerários levantados, com a indicação da Zona demarcada e da constituição geológica da região explorada. Comissão Exploradora do Planalto Central do Brazil* (**Figura 84**) foi produzido em 1895. Em escala de 1:1.000.000, colorido, também indicou no Planalto Central o Quadrilátero Cruls.

⁵⁸ Ver Anexo n. 14.



Figura 77 - Luiz Cruls (CRULS, 1947).



Figura 78 – Capa do livro “Planalto Central do Brasil” (CRULS, 1957).



Figura 79 – Relatório da Comissão Cruls, 1894 (CRULS, 1957: 47).

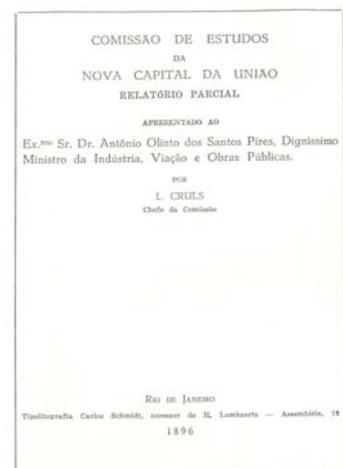


Figura 80 – Relatório parcial da Comissão Cruls, 1896 (CRULS, 1957:323).



Figura 81 – Grupo da Comissão Cruis (Acervo do ArPDF).



Figura 82 – Mapa do Brasil indicando a posição da zona demarcada para o futuro DF, 1893 (Acervo da autora).



Figura 83 – Mapa do Brasil mostrando a posição do Distrito Federal, 1894 (Acervo da autora).



Figura 84 – Mapa dos itinerários levantados, 1895 (Acervo da autora).

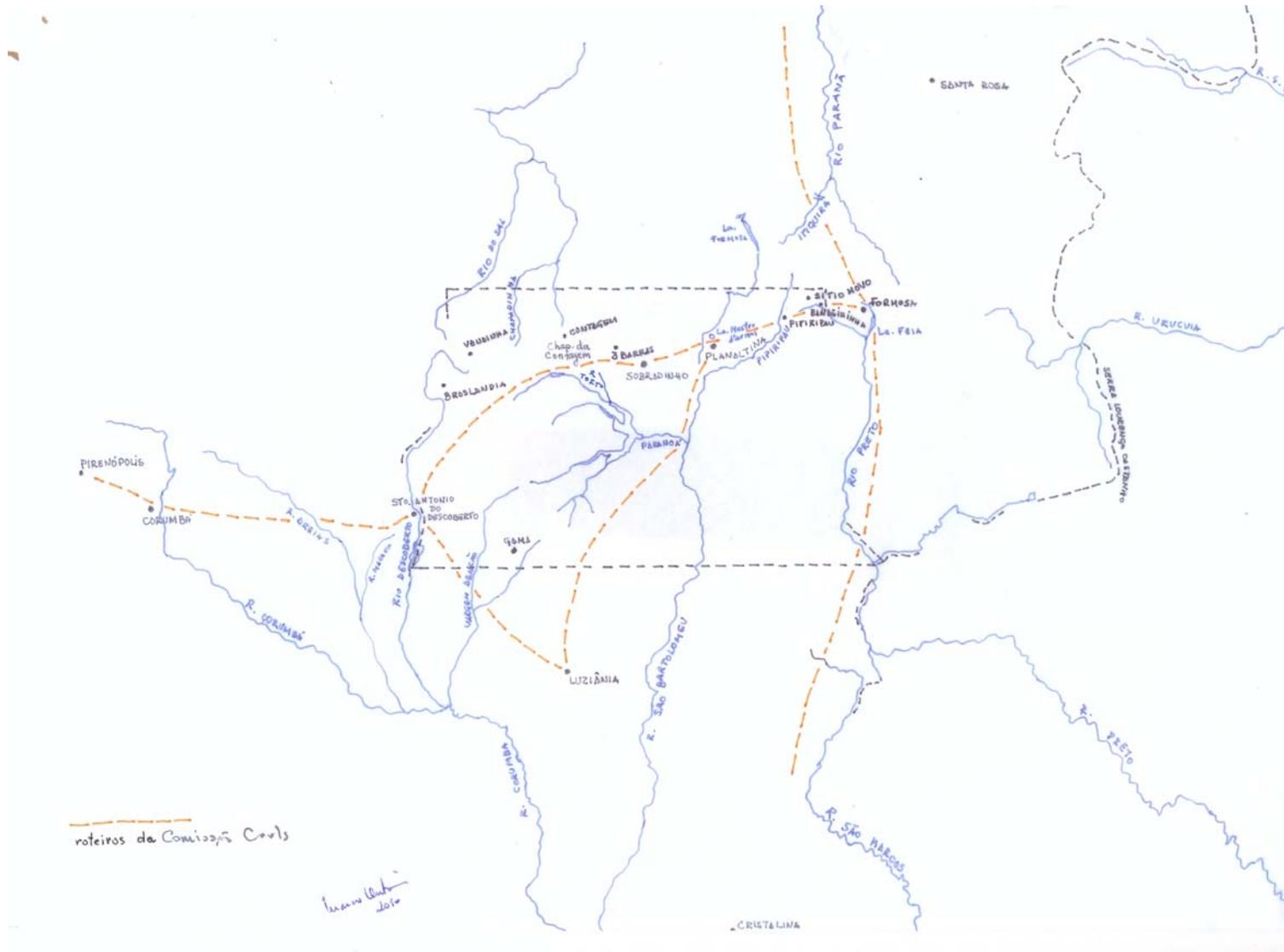


Figura 85 – Roteiros da Comissão Cruls nos limites do atual DF. Desenho de Marco Antonio Galvão, 2010.

1892 a 1895 – Hastimphilo de Moura

O Tenente Hastimphilo de Moura (1865-1956) (**Figura 86**), engenheiro e ex-aluno do astrônomo Luiz Cruls na Escola Superior de Guerra do Exército, participou das duas expedições da Comissão Cruls no Planalto Central e escreveu diários de viagem (**Figura 87**) com o relato das atividades da Missão Cruls.

Neste livro vou inscrever todas as impressões e acontecimentos da viagem a Goyaz, quer sejam agradáveis, quer desagradáveis; só tendo porem em vista render culto e homenagem a mais pura verdade, procedendo com a maior isenção de espírito (MOURA, 19--:s/n).

O precioso material, que guarda a memória da Expedição, é composto de seis cadernetas com registros que vão de 1892 a 1894, sendo que apenas duas foram objeto de um trabalho de transcrição paleográfica e digitalização, constando, além do texto, de um mapa cartográfico do Quadrilátero Cruls.

O segundo diário, que se iniciou em 15 de outubro de 1892, reproduz um mapa cartográfico do Quadrilátero Cruls, feito à mão, de autoria do próprio Hastimphilo, com a marcação do trajeto da picada que saía de Mestre d'Armas, em direção ao sudoeste, até chegar a Santa Luzia (**Figura 88**). Este mapa colorido, sem escala, registrou ainda, locais visitados, rios e lagoas, não indicando os pousos nem as fazendas da região.

Em seus diários de campo, Moura descreveu as atividades de demarcação do grupo, a vegetação da região e os trajetos percorridos. Suas impressões e citações acerca da região inscrita nos limites do, hoje, Distrito Federal, nominaram diversos pousos e fazendas por onde passaram, cuja toponímia nos permite reconhecer algumas fazendas ainda existentes, testemunhas silenciosas de um passado colonial.

No dia 27 de agosto de 1892, após quatro horas de marcha, o engenheiro militar relatou ter chegado ao pouso do Chico Costa, que, nas suas palavras, apesar de não ser muito bom, ainda assim era melhor do que o pouso dos Macacos, de onde tinha partido às 10h15 do mesmo dia.

Na segunda-feira seguinte, registrou a saída de “Três Barros” (muito provavelmente São João das Três Barras) e relatou a insatisfação do grupo com os preços exorbitantes do pouso da Contagem, motivo pelo qual seguiram até o pouso Sobradinho, que ofereceu melhores preços e recursos em abundância (MOURA, 19--:s/n).

Em 29 (2ª feira)

Com 24 km de viagem cheguei a Sobradinho as 3 ¼ tarde, tendo sahido as 10 e 10 da manhã de Tres Barros. (...) Ao chegarmos a Contagem, que está a menos de 2 ½ de Tres Barros, vimos que não havia taes recursos; e os poucos que appareceram eram por preços exorbitantes, porque eram vendidos por uns especuladores que para lá foram nos esperar. Resolvemos pois seguir até Sobradinho, por sermos ali informados de que neste ultimo ponto havia muito mais recursos e a marcha era pouco mais de uma legua. De facto aqui encontramos tudo em abundancia e barato

(até milho para os animaes).

Continuando com os trabalhos, a equipe seguiu adiante e no dia 31 de agosto passou pelo arraial do Mestre d'Armas e, depois, até a fazenda da Fartura (MOURA, 19--:s/n):

Sahi de Sobradinho as 10 ½ horas manhã e cheguei as 5 ½ da tarde no pouso arraial do Mestre D'Armas; a marcha total que fiz daquele ponto inicial a este final, dando a volta pela lagoa, dói de 26 km 670. O arraial do Mestre d'Armas é um pequeno povoado belamente colocado. Olhando-se para o norte um bonito chapadão, na fralda do qual acampamos. Mas para a direita uma belas serras que se estendem até o sul; para o Weste ve-se chapadões. Ali perto passa o rio Mestre D'armas. As 2 horas 40 minutos da tarde saído Mestre D'armas e cheguei a Fartura as 6 ½ tarde, tendo feito 22 km 582.

Os relatos de Hastimphilo de Moura nos permitem acompanhar o itinerário percorrido por sua equipe de demarcação no território do Distrito Federal, visto serem familiares os nomes e as referências que utiliza. O reconhecimento da região se dá principalmente pela toponímia, que se mantém desde o século XVIII em diversos lugares do Planalto Central (MOURA, 19--:s/n):

Em 21 de setembro (4ª feira)

Sahi de Mestre d'Armas ao meio dia e as 3 da tarde cheguei a Rajadinha (fazenda do Coronel Valú). Ele tem nos acompanhado até aqui e bem assim o Capitão Chico Lobo. (...) Aqui, na fazenda do Valú temos sido optimamente tratados, ele manda matar vitelas; tem leite, etc. (...)

Em 23 (6ª feira)

Da Rajadinha sahi as 8 horas, 40 minutos da manhã e cheguei em Papuda as 6 da tarde, fazendo 34 km 188, o máo caminho e montanhoso. Fomos a barra dos rios Paranaúá com o Ribeirão. (...)

Em 24 (sabado)

Permanecemos hoje ainda aqui (Papuda) para irmos ao rio São Bartholomeu e ao Gama (seu affluente). A fazenda é de belo aspecto e agradável, mas os seus donos (Juca Meireles e irmão) é que muito deixaram a dezejar. (...)

Em 25 (domingo)

De Rajadinha para ca temos atravessado regiões bellissimas e offerecendo muitas vantagens para serem convertidas em centros povoados e hoje vimos locaes que optimamente se prestão para edificação de cidades belas. O Coronel Valú nos deixou hoje as 7 horas da manhã (na Papuda) seguindo para Formosa e nos deixando saudosos. As 11 da manhã de lá sahi e as 5 da tarde cheguei a margem esquerda do Rio Mesquita onde acampamos com 22 km 880 de marcha. (...)

Em 29 (5ª feira)

Noite tormentosa foi esta que aqui acabamos de passar. (...) A chuva foi torrencial. As 12 do dia sahi do Alagadão, com o plano de ir até o 'Descoberto'; mas as 2 horas e 20 minutos chegando a fazenda Lagoinha vimos que era imprudencia

proseguirmos por causa da muita chuva que vinha e resolvemos ali pousar, com uma marcha de 11 km 100. Effectivamente pouco tempo depois cahio a chuva.

Em 30 (6ª feira)

As 9 ¾ da manhã sahi de Lagoinha e as 4 ¾ da tarde em Barreiros cheguei. A marcha foi de 30 km 547.

A Fazenda Sobradinho, por ele tantas vezes citada, teve o registro paroquial de suas terras efetivado, em 16 de setembro de 1858, em nome de Antônio Gomes Rabelo, numa área de 39 mil alqueires dentro do perímetro do atual Distrito Federal. Planta da fazenda⁵⁹ de 1928, confirma várias informações repassadas pelos viajantes, nos séculos XVIII e XIX, como, por exemplo, a existência das estradas reais que cortavam a região e de fazendas que até hoje conservam o mesmo nome.

Exemplares centenários da arquitetura rural, remanescentes da cultura agrária anterior à construção de Brasília, ainda podem ser encontrados dispersos no território do Distrito Federal. Algumas dessas moradas rurais conseguiram preservar a maioria de suas características arquitetônicas, apesar das alterações inevitáveis ao longo dos anos.

Segundo Vieira Jr. e Rocha Jr. (2007:16), a casa-sede da Fazenda Velha – agora restaurada e reconhecida como Patrimônio Histórico e Artístico pelo DePHA – aparece nos “caminhamentos” levantados pela Missão Cruls, conforme registro nos mapas produzidos pela Comissão:

indicam a passagem pelo córrego Sobradinho, ligando esta Fazenda (Velha) ao povoado de Mestre D'Armas. Durante os seus trabalhos, Cruls encontrou a região do atual Distrito Federal toda demarcada por fazendas.

Contam, ainda, que encantado com o local, Hastimphilo de Moura comprou uma parte das terras às margens do córrego Sobradinho de Valusiano de Castro, o coronel Valú, também proprietário da vizinha Fazenda Rajadinha (VIEIRA JR. e ROCHA JR., 2007:12).

⁵⁹ Ver Capítulo 5 – Morar no território.



Figura 86 - Hastimphilo de Moura (MOURA, 1936:348).

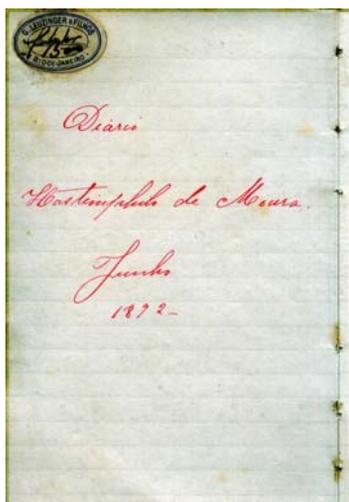


Figura 87 – Página de abertura do Diário de Hastimphilo de Moura, 1892 (MOURA, 19--).

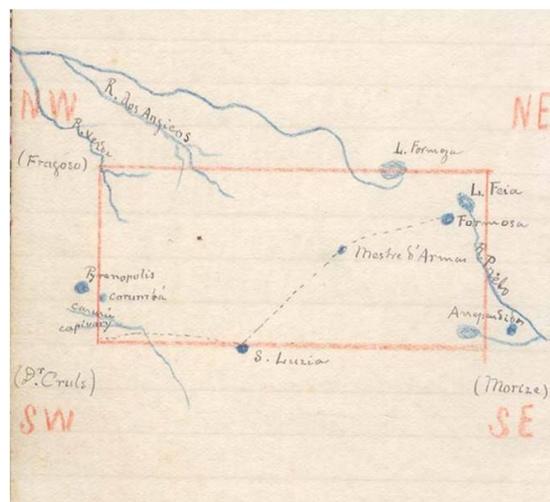


Figura 88 – Mapa Cartográfico do Quadrilátero Cruls, 1892 (MOURA, 19--).

1892 a 1893 – Antonio Martins de Azevedo Pimentel

Em 1892, o médico-higienista fluminense Antonio Martins de Azevedo Pimentel (?-1928) (**Figura 89**), como membro da Expedição da Comissão Cruls no Planalto Central, analisou as águas medicinais do Planalto, os aspectos meteorológicos e patológicos; apresentou tabelas e dados estatísticos relativos ao clima e às enfermidades planaltinas. Ele se deteve, também, em descrições topográficas e em especulações quanto à riqueza mineral, à geologia e à hidrografia.

Nascido em Valença, no Estado do Rio de Janeiro, graduou-se pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, em 1884, quando o problema sanitário e higiênico era uma das preocupações fundamentais da Velha Capital, tanto que as condições de habitação e os esgotos acabaram levando à abertura de avenidas, destruição de casas e à vacinação em massa.

Quase toda a produção literária do médico-higienista, a partir de sua participação na Missão Cruls, passou a gravitar em torno da memorável Expedição, principalmente por meio de sucessivas contribuições à Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, como membro efetivo daquela Instituição.

Especialista em questões médico-sanitaristas, Antonio Pimentel aprofundou questões sobre a historiografia e estudos geográficos, o que resultou na publicação do livro “A Nova Capital Federal e o Planalto Central do Brasil”, em 1894 (**Figura 90**). No livro gravou suas impressões das viagens realizadas pela região, citou dados que não foram utilizados no Relatório e fez apaixonada defesa do ideal mudancista, ao qual se engajou de forma definitiva.

As terras altas do interior foram descritas pelo médico como de exuberante fertilidade do solo, salubridade proverbial, abundância de excelente água potável, rios navegáveis, extensos planos, ao tempo em que lamentou o fato de que tantas qualidades do interior do Brasil fossem ainda desconhecidas.

Esclareceu que durante a marcha da Expedição não se encontrou perigo algum nem caminhos piores dos os que se encontravam, em geral, nos Estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, sendo infundados os imaginários perigos dos sertões, segundo a crença geral (PIMENTEL, 1985:41).

Ao fazer a descrição topográfica e geológica da região, citou marcos naturais do território do Distrito Federal, registrou a existência de algumas fazendas e, ainda, fez referências ao espigão mestre e espigões secundários:

A serra do Rio dos Bois não apresenta dificuldade alguma no transporte; (...) a da Contagem, perto de Sobradinho, (...), não há dúvida têm muitas pedras soltas que embaraçam sobremaneira a marcha, e, a falar a verdade, essas descidas nem caminhos são, porquanto não há propriamente leito de estrada e desce-se a granel por sobre pedras destacadas; a serra dos Macacos, perto do riacho dos Paulistas, e a que passa na fazenda do Paranoá, do coronel Valú, perto dos riachos da Taboca e da Taboquinha, são de flancos muito inclinados e tornam incommoda a descida. (PIMENTEL, 1985:42-43).

Offerece particular interesse a quasi uniformidade nas alturas dos chapadões secundários em relação com o principal, e ao mesmo tempo indica uma primitiva formação univoca da superfície do grande continente emerso (PIMENTEL, 1985: 64).

O livro reproduz o *Esboço da zona de 14.400 kilometros quadrados, demarcada no Planalto Central do Brazil, para o districto federal, mostrando os caminhamentos ligando Pyrenopolis, Santa Luzia e Formosa* (PIMENTEL, 1985:5). Neste mapa colorido (**Figura 91**) é possível ver com clareza, os três percursos principais que faziam os viajantes, nos séculos XVIII e XIX, ao atravessar o território, nos limites do atual Distrito Federal, em especial, José da Costa Diogo, em 1734; o Barão de Mossâmedes, em 1773; e o Governador Cunha Menezes, em 1778.



Figura 89 - Antonio Martins de Azevedo Pimentel (CRULS, 1957).



Figura 90 – Capa do livro “A nova Capital Federal e o Planalto Central do Brazil” (PIMENTEL, 1985).

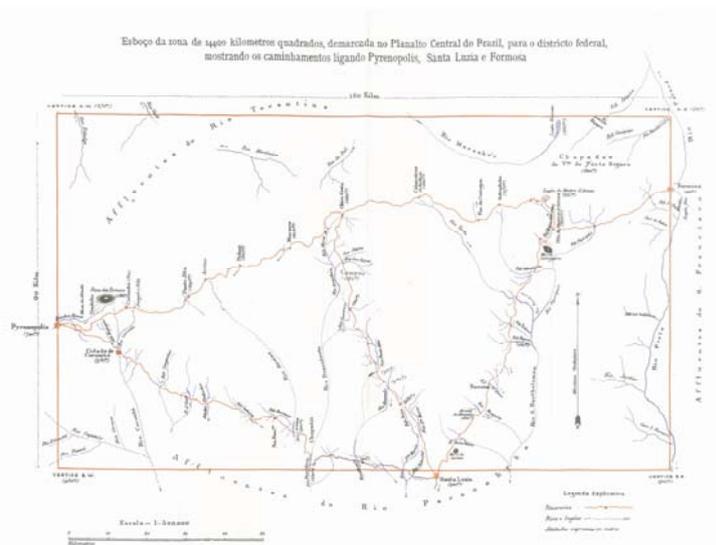


Figura 91 – Esboço da zona 14.400 quilômetros quadrados demarcados no Planalto Central do Brasil, 1894. (PIMENTEL, 1985).

1892 a 1895 – Henrique Morize

Em 1892, o astrônomo francês naturalizado brasileiro Henrique Carlos Morize (**Figura 93**) acompanhou Luiz Cruls na “Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil”. Além de cientista, responsável pela demarcação de um dos vértices do Quadrilátero Cruls, Morize produziu um importante acervo iconográfico na Missão Cruls, como autor das diversas fotografias que registraram os trabalhos da Expedição (**Figuras 95 a 98**) e, ainda, foi o responsável pelo desenho dos principais mapas elaborados pela Comissão, divulgados em todo o país.

Henrique Morize (1860-1930) tinha três graduações pela Politécnica do Rio de Janeiro, como Engenheiro Industrial, Engenheiro Geógrafo e Engenheiro Civil; era Doutor em Ciências Físicas e Matemáticas e foi um dos fundadores e primeiro presidente da Sociedade Brasileira de Ciências (hoje Academia Brasileira de Ciências), em 1916. Com o falecimento de Luiz Cruls, em 1906, Morize assumiu a direção do Observatório Astronômico do Rio de Janeiro (MOURÃO, 2003:42-43).

O astrônomo chefiou a turma incumbida de determinar as coordenadas geográficas do Vértice Sudeste – SE do Quadrilátero Cruls (MORIZE apud CRULS, 1957:118):

... o vértice S.E., situado, segundo era provável, pelos mapas existentes, na vizinhança do Registro dos Arrependidos, estação de arrecadação do imposto entre os Estados de Minas e Goiás (...). Durante o caminho íamos tomando o levantamento do itinerário e a topografia da circunvizinhança, empregando para isto o podômetro, a bússola e o aneróide e fazendo resumidas observações meteorológicas.

Em seu Relatório (**Figura 92**) citou os diversos pousos e fazendas por onde a equipe passou ao realizar o levantamento dos caminhamentos: pouso do Sr. João da Costa Pinto, na margem do ribeirão Santa Rita; fazenda da Lagoinha, propriedade de D. Fortunata Roiz do Nascimento; fazenda do Palmital; fazendola do Sr. Chico Costa, na estrada das Cabeceiras; fazenda da Samambaia, de propriedade do Sr. Manuel Gonçalves; fazenda de Surubi e fazenda do Sr. Camelo (MORIZE apud CRULS, 1957:118-128).

Ao descrever com maiores detalhes uma das fazendas da região, a Palmital, reforçou o depoimento de outros membros da Comissão e de diversos historiadores quanto à pecuária ser uma das principais atividades locais, o que resultava em intensa troca comercial com outras regiões (MORIZE apud CRULS, 1957:122-123).

Em 1896, Morize finalizou a *Planta do Districto Federal mostrando o adiantamento dos trabalhos topographicos realizados até fins do anno 1895* (**Figura 94**), onde compilou informações de todos os membros da Comissão. A toponímia dos vários sítios e marcos naturais assinalados na base cartográfica produzida por Henrique Morize e registrada em seu relatório se assemelha àquela reunida nos dados coletados por diversos outros cronistas que exploraram o Planalto Central em épocas distintas, que vão de, pelo menos, 1734 a 1896, não permitindo dúvidas quanto à veracidade dos itinerários registrados pelos viajantes.

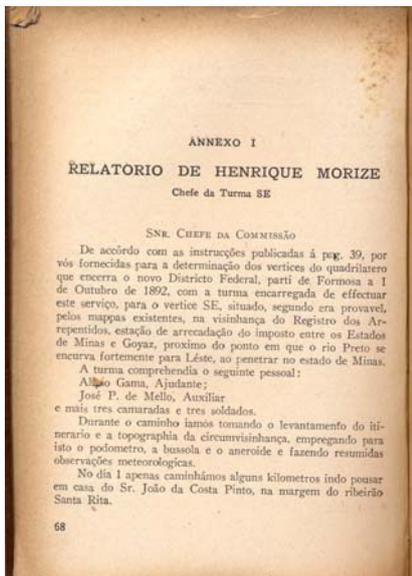


Figura 92 – Relatório de Henrique Morize na Comissão Cruls (CRULS, 1957:118).



Figura 93 - Henrique Morize (MORIZE, 1987).

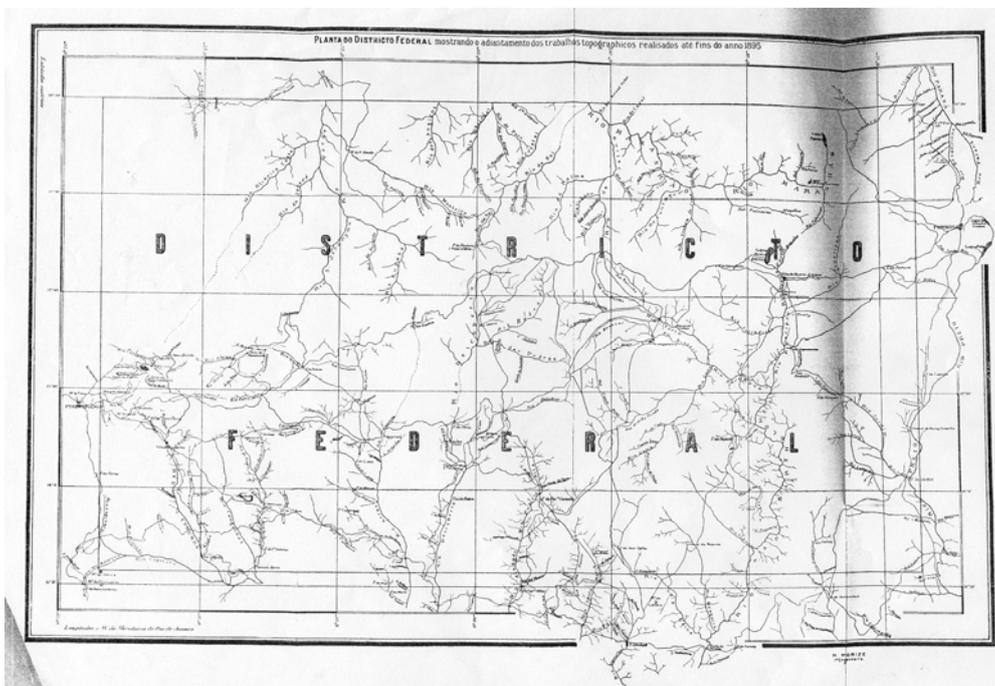


Figura 94 – Planta do Distrito Federal, 1896 (CRULS, 1957:335).



Figura 95 – Missão Cruis no rio Descoberto, 1892. (Acervo do ArPDF).



Figura 96 – Observatório no Vértice SW da zona demarcada pela Missão Cruis, 1892. (Acervo do ArPDF).



Figura 97 – Missão Cruis perto da Lagoa Feia, 1892. (Acervo do ArPDF).



Figura 98 – Entrada da cidade de Formosa, 1892. (Acervo do ArPDF).



Afinal, quem eram os viajantes do Planalto Central nos séculos XVIII e XIX? Não podemos nos esquecer que naquele tempo viajar significava passar semanas a fio no lombo de um cavalo, muitas vezes por trilhas íngremes; enfrentar condições meteorológicas adversas; dormir ao relento ou depender da hospitalidade de moradas extremamente modestas. Conforme se pode constatar no Quadro 3 – Cronistas e viajantes do Planalto Central, nos séculos XVIII e XIX, o universo pesquisado na dissertação foi bastante amplo.

Quanto à origem, dos dezesseis cronistas estudados, sete eram brasileiros, dois naturalizados, três portugueses, um italiano, um austríaco, um francês e, o tropeiro Diogo, de origem desconhecida.

Em relação à idade dos cronistas, firmamos como referência o ano em que cruzaram os limites do atual DF e suas áreas limítrofes, ou, ainda, o ano em que produziram material sobre essa mesma região. Assim temos que, excetuando-se o tropeiro Diogo e o médico Pimentel dos quais não temos as informações necessárias, sete viajantes se encontravam na casa dos trinta anos, quatro na casa dos quarenta, dois na casa dos vinte e Varnhagen com sessenta e um anos.

A formação intelectual dos viajantes era extremamente diversificada, sendo que, dos dezesseis, catorze tinham nível superior. Quatro eram engenheiros por formação, três médicos, três matemáticos, dois botânicos, e, ainda, um de cada: cartógrafo, geólogo, naturalista, bacharel em direito, dentista, geógrafo e astrônomo. A soma total é maior do que o número de viajantes porque parte deles tinha mais de uma formação, como, por exemplo, Henrique Morize, que se graduou na Escola Politécnica do Rio de Janeiro como Engenheiro Industrial, Engenheiro Civil e Geógrafo e, também, era doutor em Ciências Físicas e em Matemática. Ficaram fora dessa conta, por falta de dados, o Barão de Mossâmedes e o tropeiro. E, ainda, seis memorialistas tiveram formação militar: Cunha Menezes, Cunha Matos, Visconde de Taunay, Visconde de Porto Seguro, Luiz Cruls e Hastimphilo de Moura.

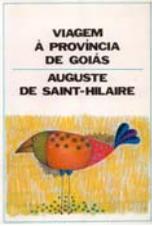
Ficou constatado que três dos viajantes estudados exerceram mandato parlamentar – Cunha Matos, Visconde de Taunay e Melo Franco. E outros três assumiram o comando do Poder Executivo: dois foram Governadores da Capitania – Soveral e Carvalho e Cunha Menezes e outro Presidente da Província – Alencastre. Parte significativa da pesquisa bibliográfica deste capítulo teve por base Relatórios de Governo e correspondências trocadas entre autoridades locais e Ministros de Estado ou Sua Majestade. Por recomendação da Coroa, ao entregar o cargo ao seu sucessor, o Governador em final de exercício deveria elaborar relatório sobre a Capitania, onde eram tratados, principalmente: os aspectos gerais da ocupação e formação territorial, os problemas existentes, o aumento da povoação e do comércio, a participação eclesiástica, a continuação dos “meios e modos” para domesticar os índios, e, claro, as disposições necessárias para o bem do Real Serviço.

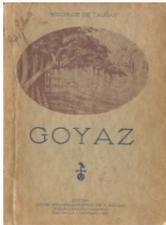
Na verdade, todos os cronistas estudados produziram registro de suas viagens ou da região, seja por meio de diários ou de relatórios. Treze deles confeccionaram documentos cartográficos ou supervisionaram e participaram da elaboração dos mesmos, como por exemplo, os quatro membros da Missão Cruls, que produziram relatórios e análises sobre áreas distintas de conhecimentos, mas trabalharam todos no levantamento de campo e consolidação das informações.

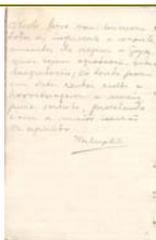
Finalmente, entre os principais objetivos de viagem destacam-se: participar de expedições exploratórias do Planalto Central; documentar e organizar informações sobre o território; e cruzar a região para assumir cargos no Governo.

Quadro 3 – Cronistas e viajantes do Planalto Central nos séculos XVIII e XIX

VIAJANTE / CRONISTA	Imagem	Ano da viagem	Registros de viagem	Mapas	Nascimento e morte	Nacionalidade	Formação intelectual e títulos	Ocupação	Objetivos da viagem
José da Costa Diogo	-	1734		-	[?] [?]	[?]	[?]	Tropeiro	Encontrar as “minas dos Goyazes”
Tosi Colombina	-	1750			1701 [?]	italiano	Cartógrafo	Cartógrafo a serviço da Coroa Portuguesa	Reunir e organizar informações de outros viajantes. Realizar operações de reconhecimento pela Capitania para elaborar documentos cartográficos
José de Almeida Vasconcellos Soveral e Carvalho	-	1773			1737 1805	português	Barão de Mossâmedes	Governador da Capitania de Goiás de 1772 a 1778 Governador de Angola	Realizar operações de reconhecimento da Capitania que ele governava
Luís da Cunha Menezes		1778			1743 1819	português	Médico em Coimbra Capitão de Infantaria	Governador da Capitania de Goiás de 1778 a 1783 Governador de Vila Rica de 1783 a 1788	Chegar à Capital Vila Boa para tomar posse no Governo da Capitania de Goiás

VIAJANTE / CRONISTA	Imagem	Ano da viagem	Registros de viagem	Mapas	Nascimento e morte	Nacionalidade	Formação intelectual e títulos	Ocupação	Objetivos da viagem
Johann Emanuel Pohl		1818			1782 1834	austriaco	Médico Geólogo Botânico	Integrou a Missão Austríaca ao Brasil Prof. de Botânica da Universidade de Praga	Membro da Missão Austríaca, de 1817 a 1821, foi designado para cuidar de assuntos mineralógicos e pelas questões botânicas
Augustin François César Prouvençal de Saint-Hilaire		1819			1779 1853	francês	Botânico Naturalista	Membro da Embaixada da França Colaborador do Museu de História Natural de Paris Membro da Academia Real de Ciências de Paris	Estudar os produtos vegetais do Brasil. Também se interessou pela utilização do solo, pela agricultura, pelos aspectos sociais e pelas ocupações urbanas visitadas
Raimundo José da Cunha Matos		1823			1776 1839	português	Matemático Brigadeiro Comendador Imperial da Ordem de Avis Fundador e 1º Vice-Presidente do IHGB	Historiador Governador das Armas Cívicas e Militares de Goiás de 1823 a 1826 Deputado por Goiás por 2 legislaturas	Realizar o reconhecimento da Capitania de Goiás

VIAJANTE / CRONISTA	Imagem	Ano da viagem	Registros de viagem	Mapas	Nascimento e morte	Nacionalidade	Formação intelectual e títulos	Ocupação	Objetivos da viagem
José Martins Pereira de Alencastre	-	1863		-	1831 1871	brasileiro	Geógrafo Sócio do IHGB	Historiador Presidente da Província de Goiás de 1861 a 1862 Presidente da Província de Alagoas de 1866 a 1867	Refundiu os arquivos e ampliou os cronistas anteriores, da Província de Goiás, num período de cerca de 200 anos – de 1625 até 1863
Alfredo d'Escragnoille Taunay Visconde de Taunay		1875			1843 1899	brasileiro	Bacharel em Matemática e Ciências Naturais. Major Visconde Fundador da Academia Brasileira de Letras	Escritor Historiador Deputado por 4 legislaturas, sendo 2 por Goiás Presidente da Província de Santa Catarina	Em memória, intitulada Goyaz, percorreu principalmente sobre a navegação dos rios Araguaia e Tocantins e sua importância para o desenvolvimento da Província
Virgílio Martins de Mello Franco		1876		-	1839 1922	brasileiro	Bacharel em Direito Desembargador Sócio do IHGB	Juiz de Direito em Goiás: Comarca de Palma; de Traíras; de Meia Ponte; e de Vila Boa Fundador e prof. da Faculdade de Direito de Minas, em Ouro Preto. Deputado e Senador por Minas Gerais	Tomar posse como Juiz de Direito das diversas Comarcas em Goiás

VIAJANTE / CRONISTA	Imagem	Ano da viagem	Registros de viagem	Mapas	Nascimento e morte	Nacionalidade	Formação intelectual e títulos	Ocupação	Objetivos da viagem
Francisco Adolfo de Varnhagen Visconde de Porto Seguro		1877			1816 1878	brasileiro	Engenheiro Militar Matemático Visconde Sócio do IHGB	Historiador Diplomata	Localizar o sítio mais adequado para a interiorização da Capital. Realizou a 1ª e decisiva excursão ao Planalto Central para este fim
Oscar Leal		1889			1862 [?]	brasileiro	Cirurgião Dentista	Escritor	Fugir do tédio. Explorar o interior do Brasil. Documentar suas viagens.
Luiz Cruls		1892 a 1895			1848 1908	belga naturalizado brasileiro	Engenheiro Astrônomo Tenente-Coronel do Exército	Diretor do Observatório Astronômico do RJ Chefe de duas expedições científicas ao Planalto Central	Chefiar as duas Comissões Cruls para demarcar a zona do futuro Distrito Federal
Hastimphilo de Moura		1892 a 1895			1865 1956	brasileiro	Engenheiro Militar Marechal	Membro da Comissão Cruls	Participar das duas Comissões Cruls para demarcar a zona do futuro Distrito Federal

VIAJANTE / CRONISTA	Imagem	Ano da viagem	Registros de viagem	Mapas	Nascimento e morte	Nacionalidade	Formação intelectual e títulos	Ocupação	Objetivos da viagem
Antonio Martins de Azevedo Pimentel		1892 a 1893			[?] 1928	brasileiro	Médico-Higienista Doutor em Medicina Prof. da Faculdade de Medicina do RJ Prof. da Escola de Farmácia e Odontologia de Ribeirão Preto Sócio do IHGB	Membro da Comissão Cruls	Participar da primeira Comissões Cruls para demarcar a zona do futuro Distrito Federal
Henrique Morize		1892 a 1895			1860 1930	francês naturalizado brasileiro	Engenheiro Industrial Engenheiro Civil Geógrafo Doutor em Ciências Físicas e Matemática 1º presidente da Academia Brasileira de Ciências, reconduzido por 3 mandatos	Diretor do Observatório Astronômico do RJ Prof. da Escola Politécnica do RJ Membro da Comissão Cruls	Participar das duas Comissões Cruls para demarcar a zona do futuro Distrito Federal





capítulo 4

CAMINHAR PELO TERRITÓRIO



4 – CAMINHAR PELO TERRITÓRIO

Como visto no Capítulo 2 – Mapear o Território, há dois séculos e meio, atravessavam o Distrito Federal antigas estradas da história da colonização brasileira, curiosamente ligando Brasília às capitais que a antecederam: Salvador e Rio de Janeiro. O desafio do presente capítulo foi reconstituir da forma mais circunstancia possível o traçado original desses caminhos por meio do estudo da cartografia histórica, do período entre 1751 e 1896, cujos trajetos foram confrontados com as informações registradas em mapas da região produzidos em época imediatamente anterior à inauguração de Brasília, 1958 e 1960. Ao todo, foram analisados dez mapas, sendo três do século XVIII, cinco do século XIX e dois do século XX.⁶⁰

Considerando que a historiografia do território do atual Distrito Federal, ainda hoje, tem muitas lacunas e com o intuito de ampliar as possibilidades metodológicas de investigação, utilizou-se o Sistema de Informações Geográficas – SIG como ferramenta base para a busca do conhecimento do território e das dinâmicas das expedições que passaram pela região. Também, foram utilizadas as imagens do Programa CBERS – *China Brazil Earth Resource Satellite*, com o sensor de coleta de dados *Charge-Couple Device* – CCD e os dados de topografia digital do *Shuttle Radar Topography Mission* – SRTM.⁶¹

A reconstituição se realizou em cinco etapas. A primeira consistiu no levantamento e seleção dos documentos cartográficos a serem estudados. Na segunda etapa, os mapas históricos foram convertidos em formato digital e georeferenciados, a partir do Sicad de 1991, atualizado em 1997. A digitalização individual em tela das estradas por mapa foi a terceira etapa. A quarta etapa consistiu na sobreposição do percurso das estradas registradas nos mapas históricos a uma imagem do satélite CBERS – *China Brazil Earth Resource Satellite*, do ano de 2008, tendo como objetivo a reconstituição dos itinerários, em bases cartográficas atuais. Por fim, na quinta etapa, foi feita geração de modelo tridimensional do território do Distrito Federal, utilizando as imagens e os dados de topografia digital do *Shuttle Radar Topography Mission* – SRTM, com a tecnologia do SIG, e a sobreposição das estradas históricas ao modelo 3D.



⁶⁰ O conteúdo do presente capítulo recebeu, em 15/12/2009, Menção Honrosa da Comissão Julgadora do II Prêmio José Aparecido de Oliveira – JAO. O Prêmio JAO é concedido pela Secretaria de Estado de Cultura do Distrito Federal a trabalhos e projetos desenvolvidos em prol da preservação da capital do país.

⁶¹ Vide Anexo n. 16.

4.1 – A RECONSTITUIÇÃO DOS CAMINHOS DE OCUPAÇÃO NO TERRITÓRIO

1ª Etapa. Seleção de documentos cartográficos

Do universo pesquisado e apresentado no Capítulo 2 foram selecionados apenas oito mapas, em função do percurso apontado e da não repetição de informações; acrescidos de outros dois do século XX.

São três mapas do século XVIII:

Mapa geral dos limites da Capitania de Goiás, por Francisco Tosi Colombina, de 1751; *Mappa dos Sertões, que se comprehendem de Mar a Mar entre as Capitanias de S. Paulo, Goyazes, Cuyabá, Mato-grosso, e Pará*, de autor desconhecido, de [17--]; e *Carta ou Plano Geographico da Capitania de Goyas*, por Tomás de Souza, de 1778 (**Quadro 2, Documentos 2, 4 e 16 respectivamente**).

Cinco do século XIX:

Carta Corografica Plana da Provincia de Goyaz e dos Julgados de Araxá e Desemboque da Província de Minas Geraes organizado pelo Brigadeiro Raimundo Jozé da Cunha Mattos Governador das Armas de Goyaz para acompanhar os seus Itinerários escritos em 1826 e publicados no anno de 1836, por Cunha Matos, de 1836; *Mappa do Brazil, mostrando a posição do Distrito Federal demarcado assim como os principais caminhamentos levantados pela Comissão*, pela Comissão Exploradora do Planalto Central do Brazil, de 1893; *Esboço da zona de 14.400 kilometros quadrados, demarcada no Planalto Central do Brazil, para o districto federal, mostrando os caminhamentos ligando Pyrenopolis, Santa Luzia e Formosa*, por Antonio Pimentel, de 1894; *Mappa dos itinerários levantados, com a indicação da Zona demarcada e da constituição geológica da região explorada. Comissão Exploradora do Planalto Central do Brazil*, pela Comissão Exploradora do Planalto Central do Brazil, de 1895; e *Planta do Distrito Federal mostrando o adiantamento dos trabalhos topographicos realizados até fins do anno 1895*, por Henrique Morize, de 1896 (**Quadro 2, Documentos 24, 32, 33, 34 e 35 respectivamente**).

Dois são do século XX:

Novo Distrito Federal Planta-Índice Cadastral, por Joffre Mozart Parada e Janusz Gerulewicz, pela Comissão de Cooperação para Mudança da Capital Federal, de 1958; e *Novo Distrito Federal*, por Clóvis de Magalhães, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, de 1960 (**Quadro 4, Documentos 1 e 2 respectivamente**).

Quadro 4 – Documentos cartográficos do século XX analisados e comparados

DOCUMENTO	IMAGEM	DATA	AUTOR	FONTE CONSULTADA	ARQUIVO OU DEPÓSITO LEGAL	
século XX						
1	<i>Novo Distrito Federal Planta-Índice Cadastral. Comissão de Cooperação para Mudança da Capital Federal</i>		1958	Engenheiro Joffre Mozart Parada Engenheiro Janusz Gerulewicz	FARIAS, Darcy Dornelas de. <i>Terras no Distrito Federal: experiências com desapropriações em Goiás: 1955-1958</i> . Dissertação (Mestrado). Departamento de História, Universidade de Brasília, 2006. p. 99.	s/i
2	<i>Novo Distrito Federal</i>		1960	Engenheiro-Cartógrafo Clóvis de Magalhães IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. <i>Atlas do Brasil: geral e regional</i> . 2. ed. Lucas-RJ: IBGE, 1960. p. 707.	s/i

2ª Etapa. Georeferenciamento individual dos documentos cartográficos

Os mapas, dos séculos XVIII e XIX, que guardavam informações históricas e geográficas sobre essa região foram digitalizados para levantamento pormenorizado do percurso das estradas assinaladas cartograficamente. A esses mapas foram acrescentados dois outros produzidos imediatamente antes da inauguração de Brasília, 1958 e 1960, por sua verossimilhança, já que os mapas do século XX, também, traziam registros de antigas estradas que, até aquele momento, cruzavam o território escolhido para sediar a Nova Capital.

Dos dez mapas estudados, apenas os dois primeiros não foram georeferenciados, porque os estudos mostraram que as estradas coloniais assinaladas não cruzavam o território do Planalto Central, nos atuais limites do Distrito Federal.

O geoprocessamento permitiu a comparação entre mapas históricos e mapas modernos pela sobreposição das imagens, mas, considerando a dificuldade de alinhar perfeitamente os dois, o que pode gerar erros residuais, optamos por ilustrar o trabalho tanto com a imagem do mapa original escaneado (**Figuras 16, 21, 27, 28, 29 e 30; Quadro 4, Documentos 1 e 2**), quanto com a imagem modificada, ou seja, georeferenciada com os sistemas de coordenadas modernos (**Figuras de 99 a 106**).

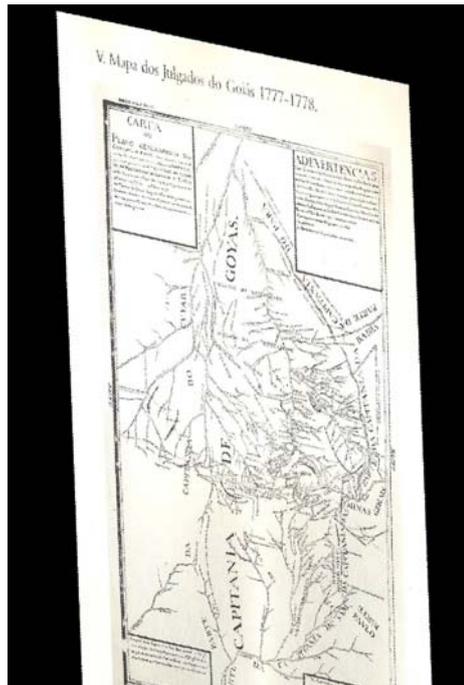


Figura 99 - Carta ou Plano da Capitania de Goiás (BERTRAN, 1996:101). Mapa georeferenciado com base Sicad de 1991, atualizado para 1997.

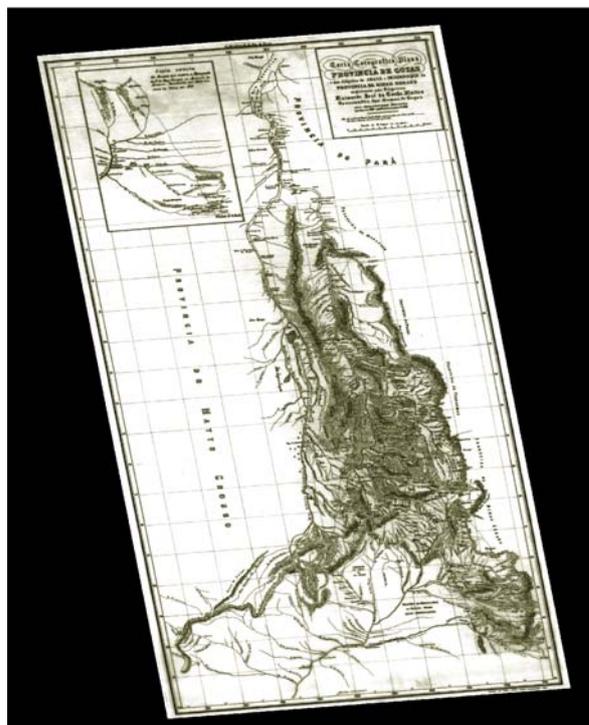


Figura 100 - Carta Corográfica da Província de Goiás (COSTA, 2007:173). Mapa georeferenciado com base Sicad de 1991, atualizado para 1997.



Figura 101 - Mapa do Brasil, mostrando a posição do Distrito Federal (Acervo da autora). Mapa georeferenciado com base Sicad de 1991, atualizado para 1997.

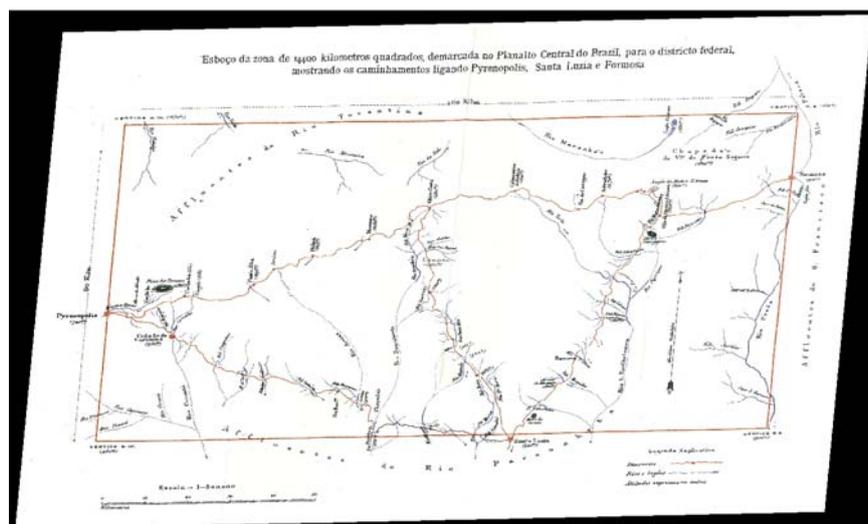


Figura 102 - Esboço da zona de 14.400 quilômetros quadrados, demarcada no Planalto Central do Brasil (PIMENTEL, 1985:5). Mapa georeferenciado com base Sicad de 1991, atualizado para 1997.



Figura 103 - Mapa dos itinerários levantados (Acervo da autora). Mapa georeferenciado com base Sicad de 1991, atualizado para 1997.

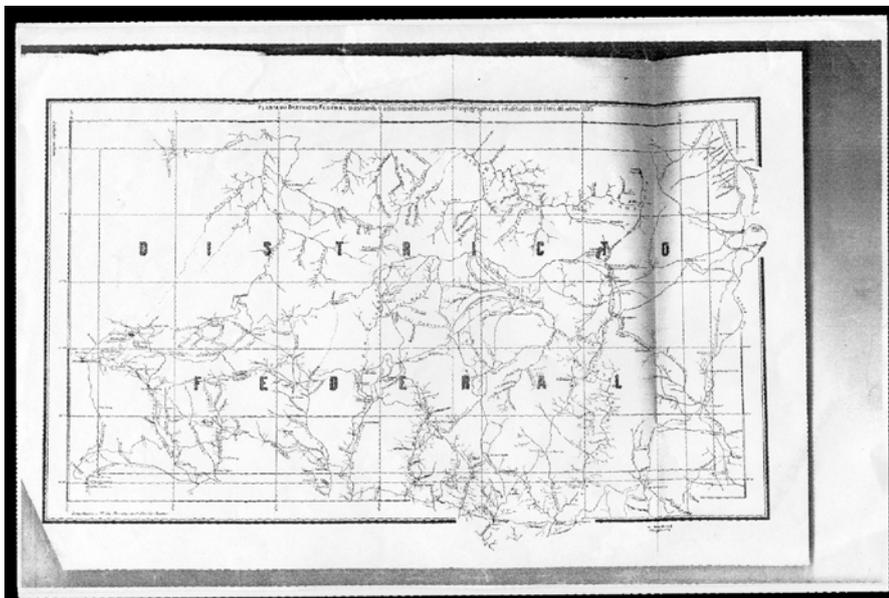


Figura 104 - Planta do Distrito Federal (CRULS, 1947:361A). Mapa georeferenciado com base Sicad de 1991, atualizado para 1997.

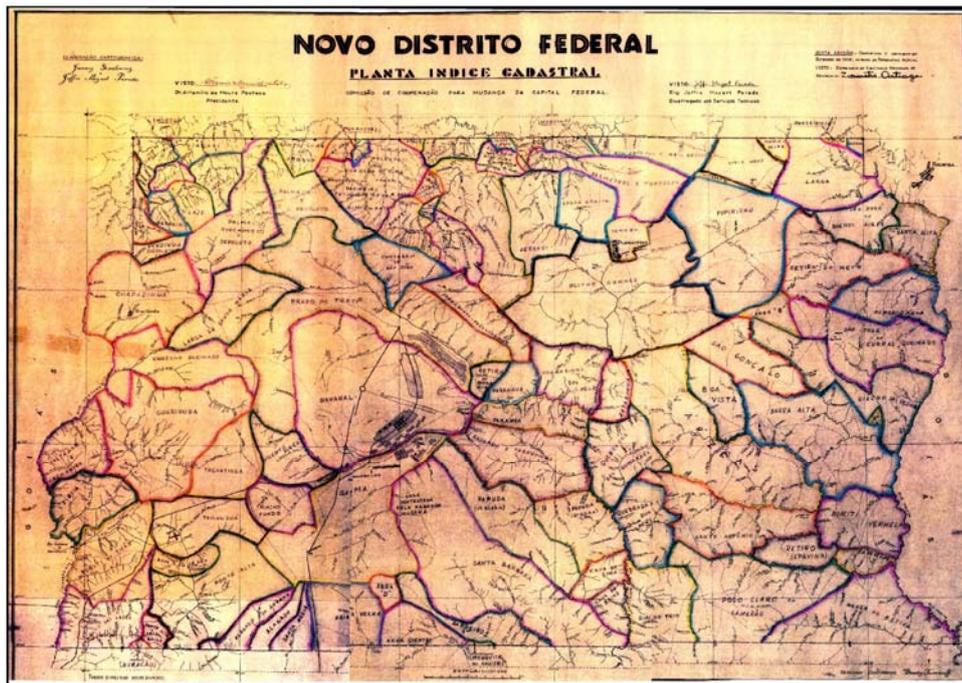


Figura 105 - Novo Distrito Federal Planta-Índice Cadastral (FARIAS, 2006:99). Mapa georeferenciado com base Sicad de 1991, atualizado para 1997.



Figura 106 - Novo Distrito Federal (IBGE, 1960:707). Mapa georeferenciado com base Sicad de 1991, atualizado para 1997.

3ª Etapa. Digitalização em tela das estradas históricas

Este processo envolveu a escanerização do documento original e o uso desta imagem como pano de fundo em programas de tratamento de feições vetoriais, como, por exemplo, o AutoCAD, um software do tipo CAD – Computer Aided Design. Nos documentos históricos analisados no Capítulo 2, as antigas estradas eram referenciadas por nomes diversos, tais como *Estrada Geral do Sertão*, *Estrada Real dos Goyazes*, *Estrada dos Currais*, *Estrada dos Couros*, *Estrada da Bahia*, *Estrada da Contagem de São João*, *Estrada de Cavalleiros*... Mas, no trecho em que cruzavam o atual território do DF, elas praticamente se sobrepunham, traçando um percurso principal na sua porção norte, de onde partiam duas picadas que se encontravam em Santa Luzia, ao sul do DF. O processo de reconstituição foi realizado em cima do itinerário principal (**Figuras de 107 a 116**).

1751 – Mapa geral dos limites da Capitania de Goiás

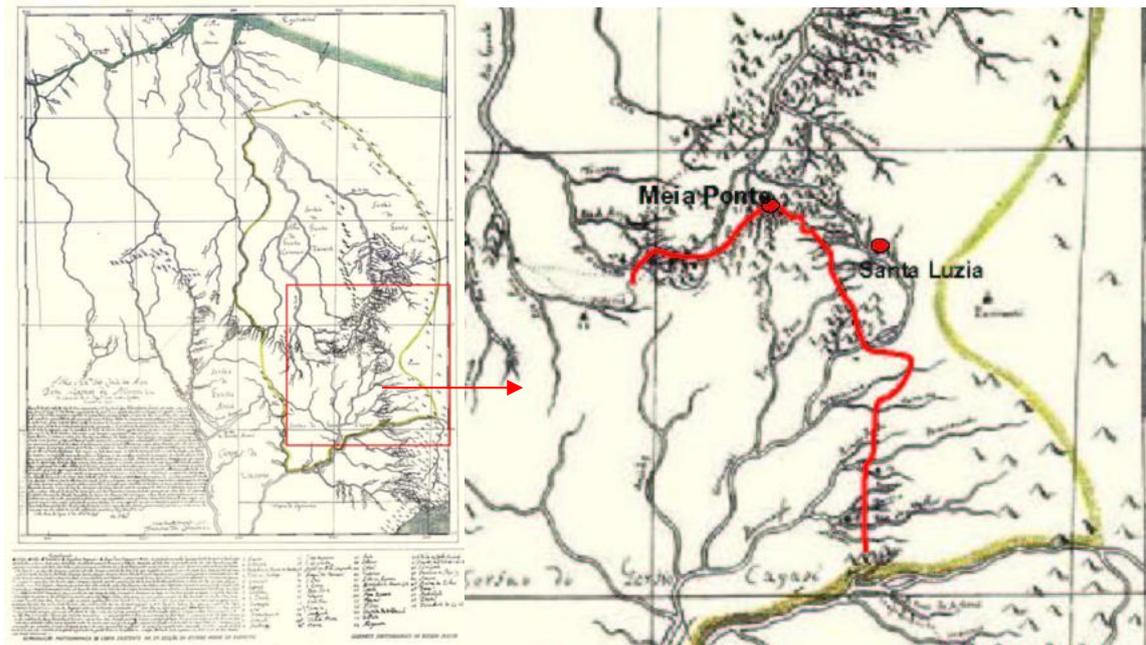


Figura 107 - Mapa geral dos limites da Capitania de Goiás (BERTRAN; FAQUINI, 2002:135). Detalhe do Mapa geral dos limites da Capitania de Goiás, com Estrada Colonial em destaque vermelho.

[17--] – Mapa dos Sertões

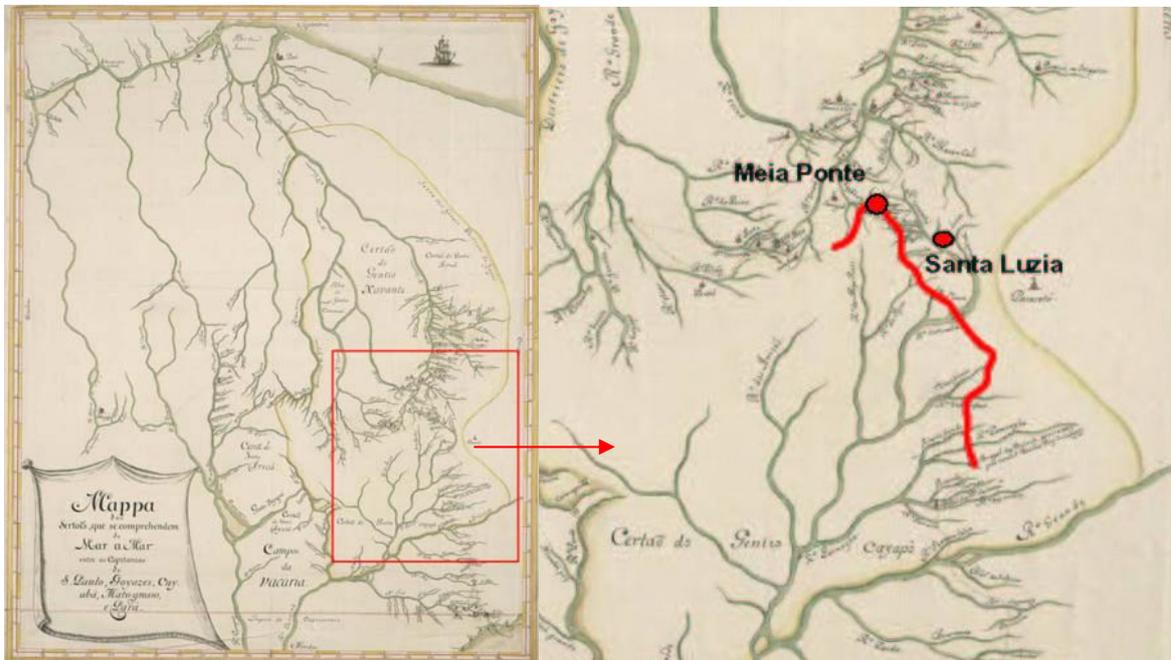


Figura 108 - Mapa dos Sertões (BIBLIOTECA NACIONAL, 2008). Detalhe do Mapa dos Sertões, com Estrada Colonial em destaque vermelho.

1778 – Carta ou Plano da Capitania de Goiás

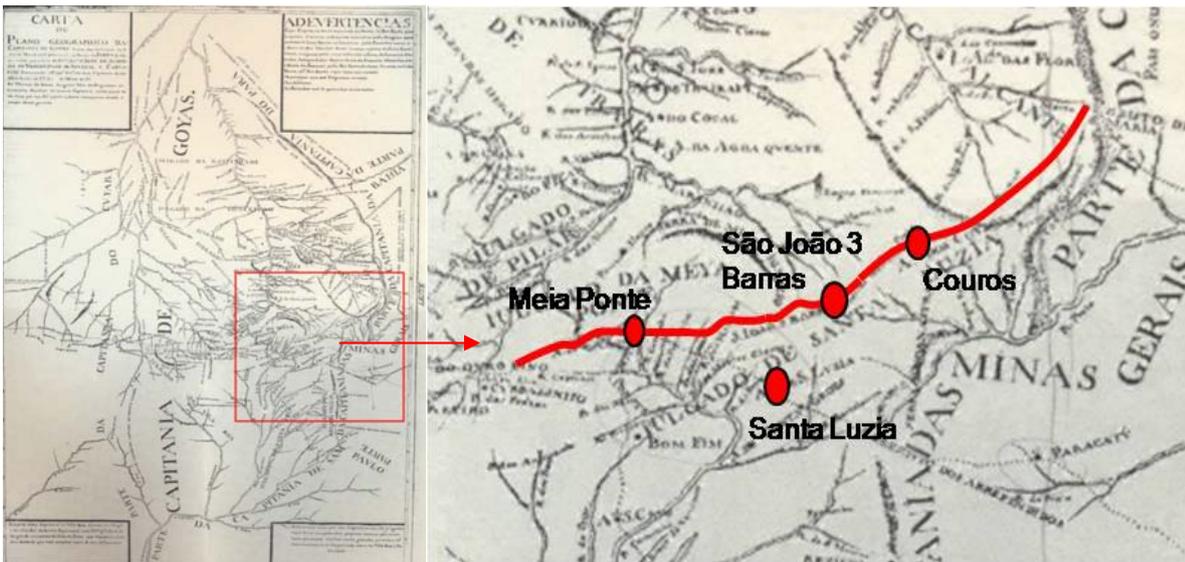


Figura 109 - Carta ou Plano da Capitania de Goiás (BERTRAN, 1996:101). Detalhe da Carta ou Plano da Capitania de Goiás com Estrada Colonial em destaque vermelho.

1836 – Carta Corográfica da Província de Goiás

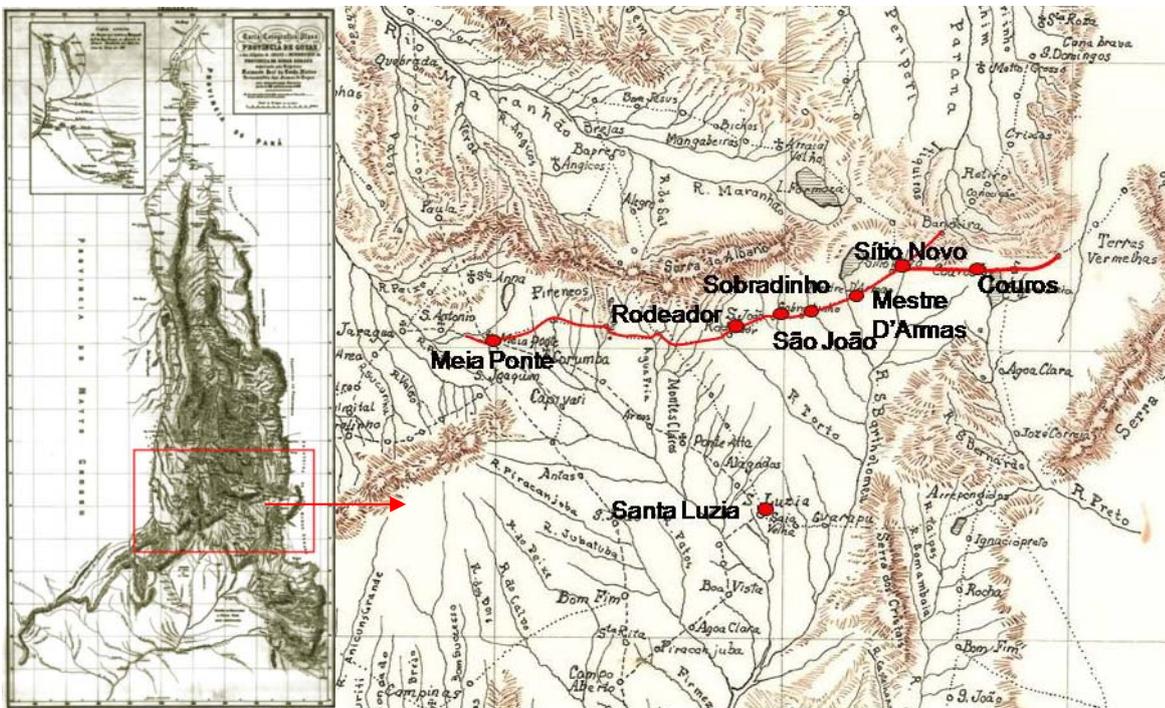


Figura 110 - Carta Corográfica da Província de Goiás (COSTA, 2007:173). Detalhe da Carta Corográfica da Província de Goiás, com Estrada Imperial em destaque vermelho.

1893 – Mapa do Brasil, mostrando a posição do Distrito Federal

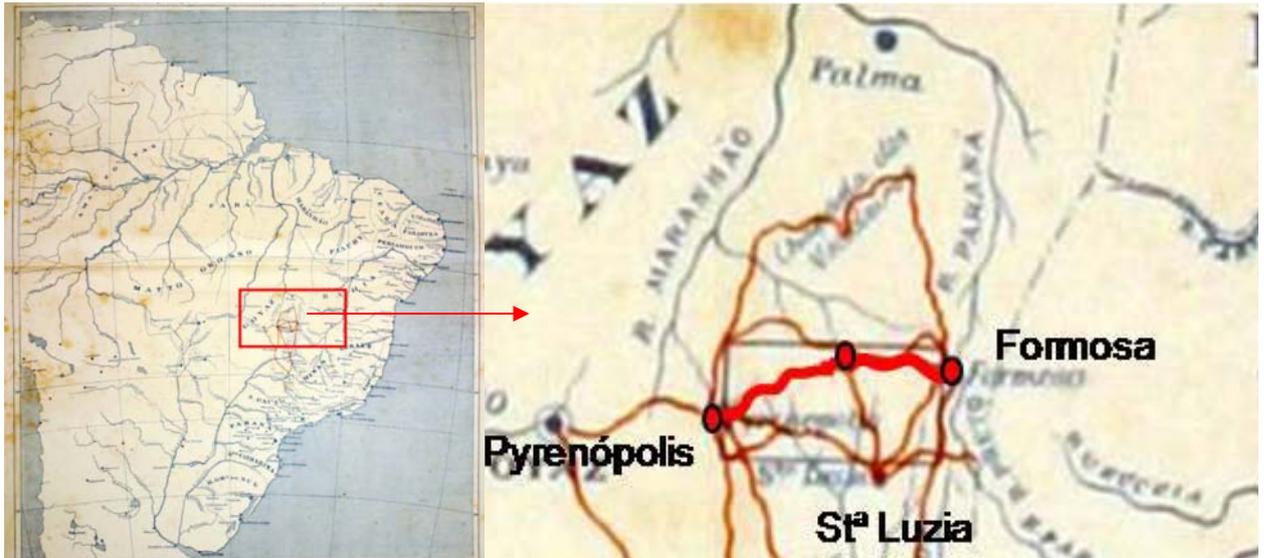


Figura 111 - Mapa do Brasil, mostrando a posição do Distrito Federal (Acervo da autora). Detalhe do Mapa do Brasil, mostrando a posição do Distrito Federal, com Estrada Histórica em destaque vermelho.

1894 – Esboço da zona de 14.400 quilômetros quadrados, demarcada no Planalto Central do Brasil

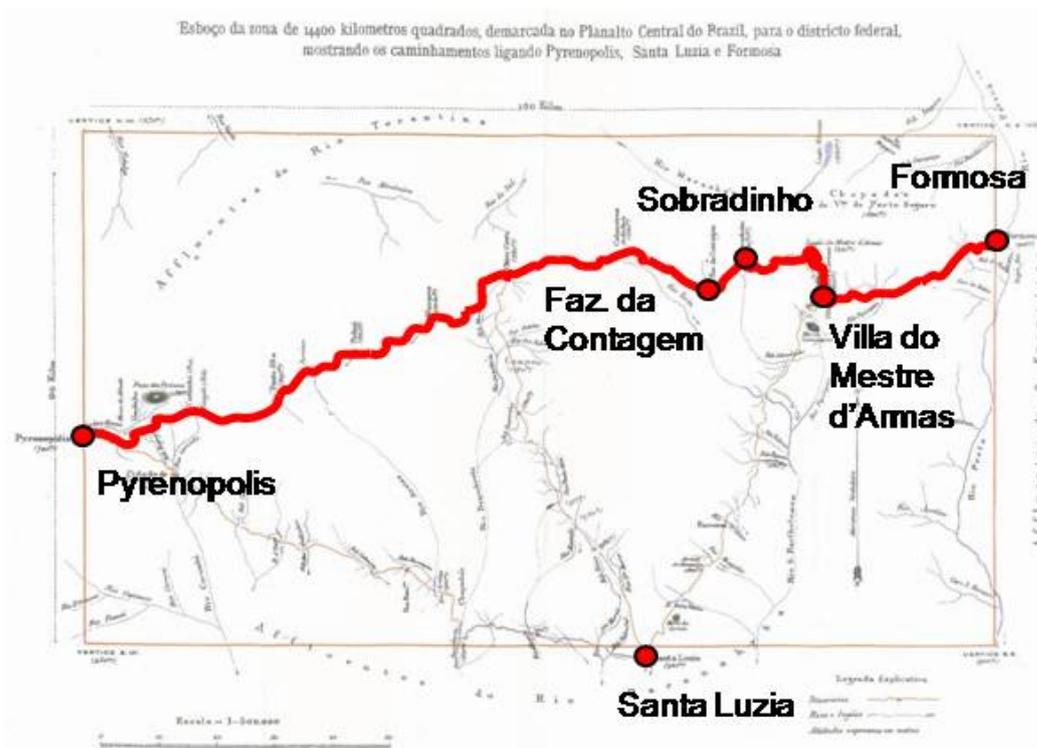


Figura 112 - Esboço da zona de 14.400 quilômetros quadrados, demarcada no Planalto Central do Brasil (PIMENTEL, 1985:5). Estrada Histórica em destaque vermelho.

1895 – Mapa dos itinerários levantados

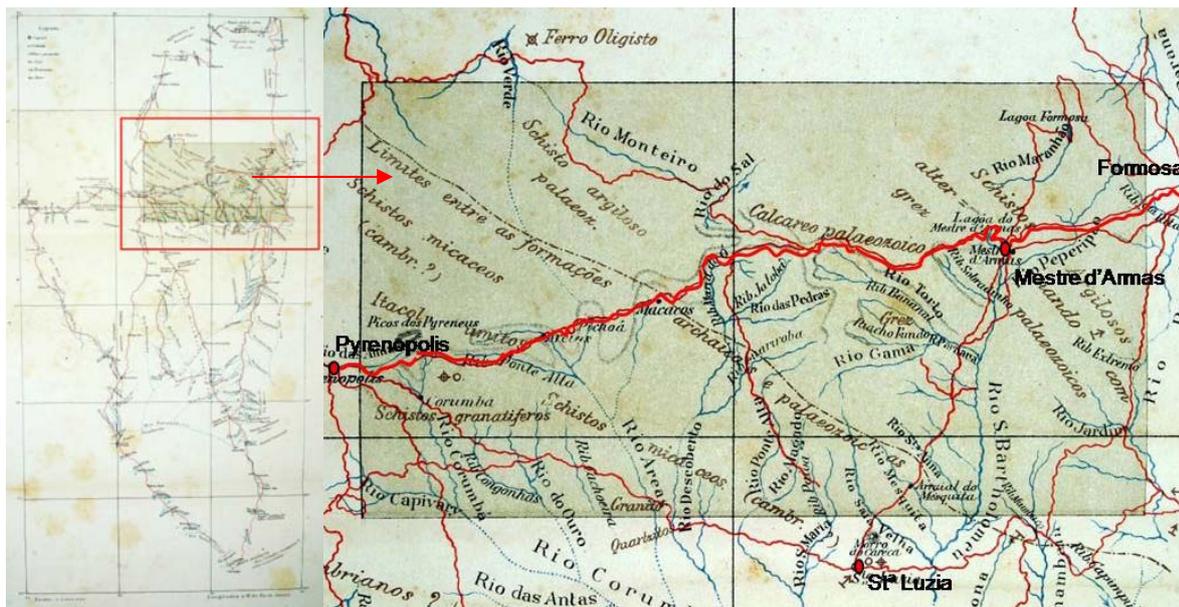


Figura 113 - Mapa dos itinerários levantados (Acervo da autora). Detalhe do Mapa dos itinerários levantados, com Estrada Histórica em destaque vermelho.

1896 – Planta do Distrito Federal

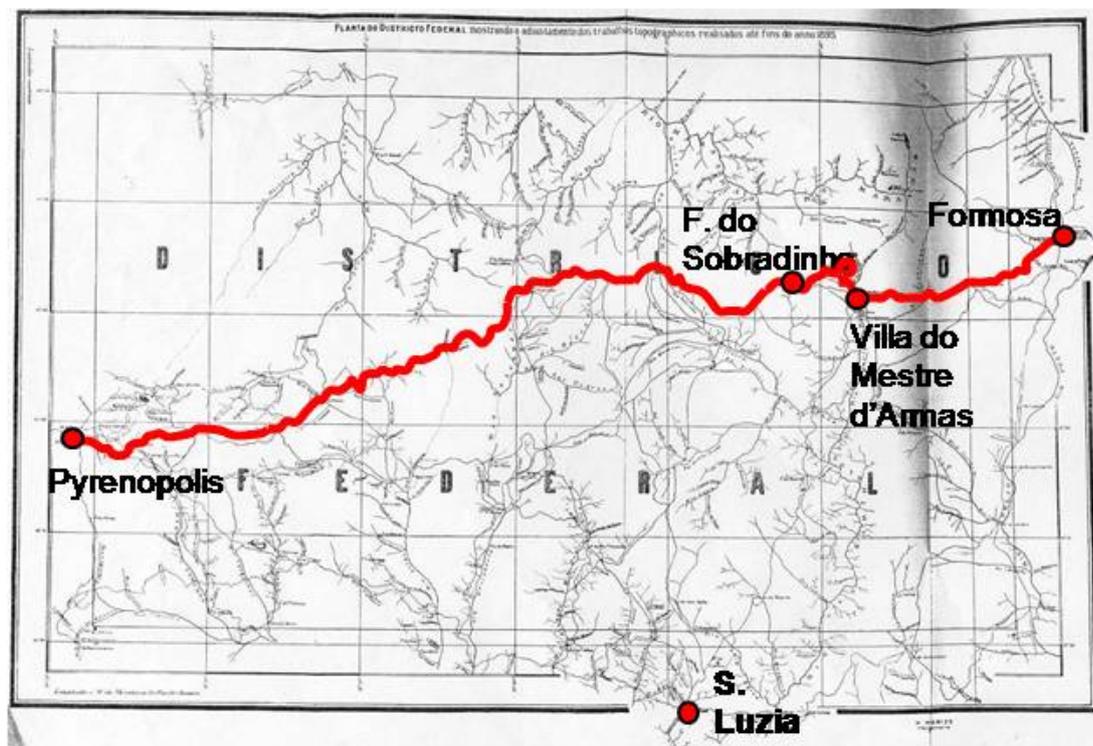


Figura 114 - Planta do Distrito Federal (CRULS, 1947:361A). Estrada Histórica em destaque vermelho.

1958 – Novo Distrito Federal Planta-Índice Cadastral



Figura 115 - Novo Distrito Federal Planta-Índice Cadastral (FARIAS, 2006:99). Estrada Histórica em destaque vermelho.

1960 – Novo Distrito Federal

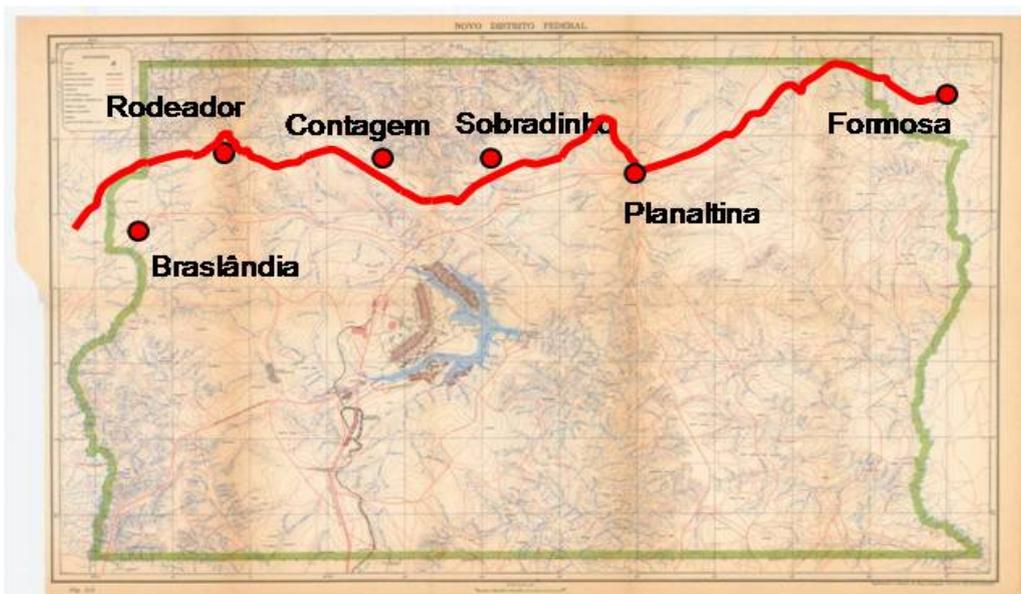


Figura 116 - Novo Distrito Federal (IBGE,1960:707). Estrada Histórica em destaque vermelho.

4ª Etapa. Sobreposição dos percursos das estradas históricas a uma imagem do satélite CBERS, de 2008

A partir do material organizado, foi construída planta do DF sobreposta com a imagem do CBERS e das oito estradas históricas (Figura 117). É possível perceber que praticamente todas as estradas, após entrarem no DF a partir de Formosa, atravessam a porção norte do território e descem rumo a Pirenópolis.

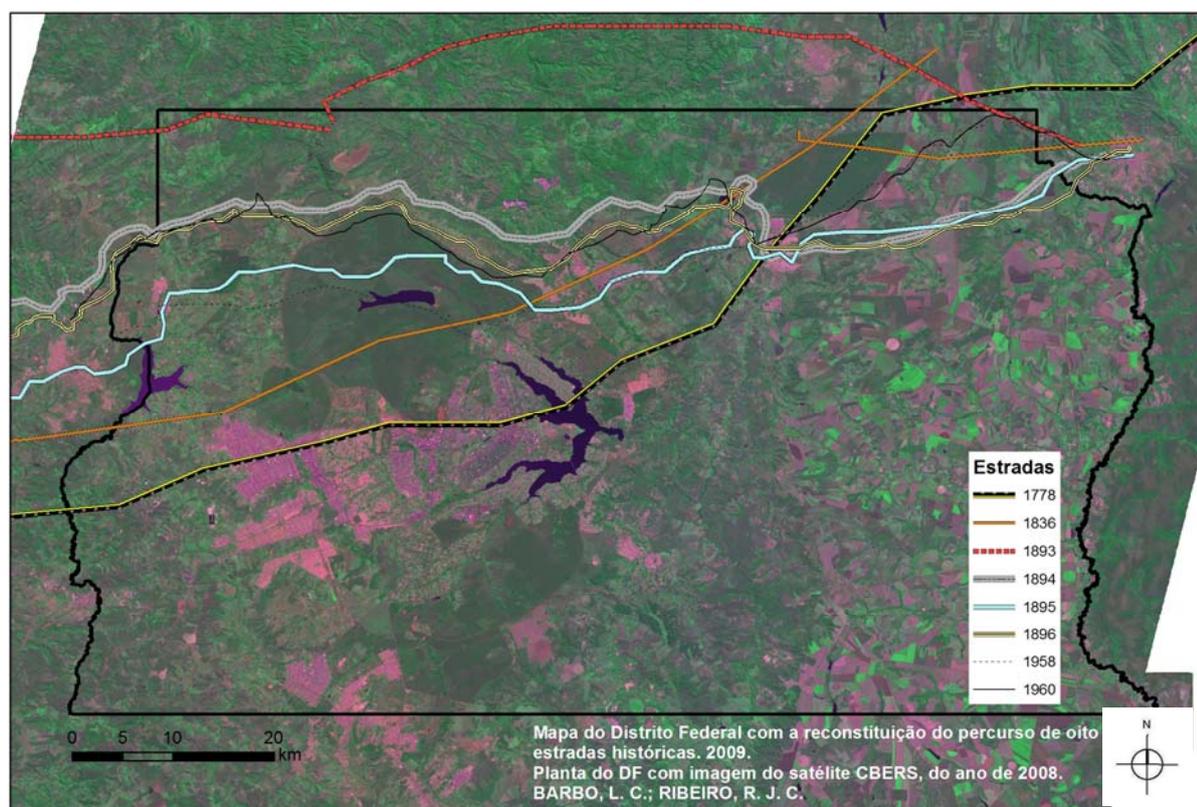


Figura 117 - Mapa do Distrito Federal com a reconstituição do percurso de oito estradas históricas dos séculos XVIII ao XX (BARBO, 2009:39).

Embora muito próximas umas das outras, as estradas não são exatamente coincidentes. É preciso considerar que o uso de diferentes mapas, com diferentes escalas é um problema para análises espaciais, pois existem diferentes níveis de detalhamento, permitindo que um mesmo objeto sofra diferentes abordagens espaciais. Por exemplo, num lago na cartografia de escala grande sua descrição no SIG inclui forma e área, ou seja, sua dimensão geométrica. O mesmo lago na cartografia de escala pequena será representado por um ponto, ou, ainda, se for de pequena dimensão ou importância poderá inclusive não ser mapeado. Este é um problema a ser considerado nos SIGs, pois mapas de um mesmo lugar com projeções diferentes podem implicar em distorções nas formas dos objetos ou na área (LOCH, 2006:82-83).

5ª Etapa. Geração de modelo tridimensional do território do DF com a sobreposição das estradas históricas

A criação do modelo tridimensional do território do Distrito Federal, sobreposto à imagem de satélite CBERS, aos dados de topografia digital SRTM e às oito estradas históricas, permitiu verificar se a topografia exerceu alguma influência no desenho dessas antigas estradas (**Figura 118**). Com o modelo tridimensional percebemos melhor as características da paisagem e o grande movimento do relevo, que podem ter influenciado o direcionamento dos caminhos. Constatamos que a maioria das estradas passava pelas regiões altas, isto é, pelas chapadas, o que coincide com o relato dos viajantes. O relevo sugere que, provavelmente, era mais fácil de circular pelas chapadas do que nas partes mais baixas e mais movimentadas ou irregulares.

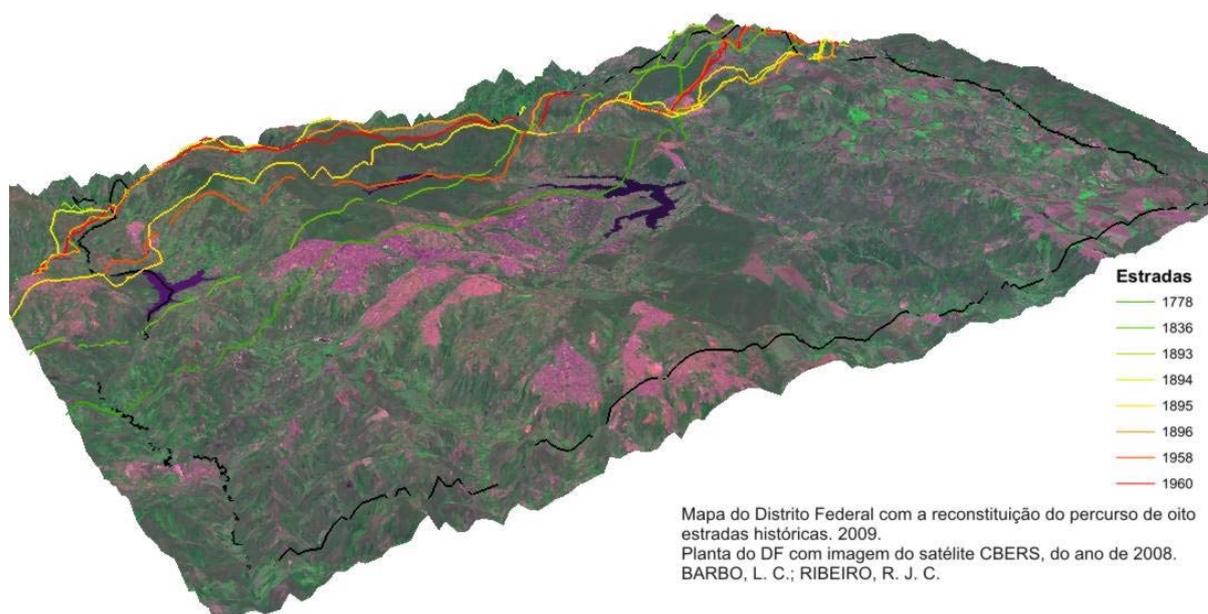


Figura 118 - Mapa tridimensional do Distrito Federal com a reconstituição do percurso de estradas históricas dos séculos XVIII ao XX (BARBO, 2009:40).



4.2 – AS ESTRADAS HISTÓRICAS NOS LIMITES DO ATUAL DISTRITO FEDERAL

A historiografia regional pode recompor diversos aspectos da vida social, política e econômica de comunidades com base em pesquisa no acervo de arquivos e instituições culturais, na cartografia histórica e nos relatos de viajantes. De posse dos dados disponíveis nos documentos cartográficos⁶² e nos relatos de cronistas e viajantes⁶³, o passo seguinte foi sobrepor e cotejar as informações. Para tanto, a aplicação das técnicas de geoprocessamento tornou possível a visualização georeferenciada da informação histórica e o cruzamento das imagens de satélite com os mapas coloniais e as descrições das estradas feitas pelos cronistas dirimiu dúvidas relativas a trechos do traçado original e ajudou no mapeamento das rotas no Planalto Central; além de ter ampliado o entendimento de como se deu a ocupação do território do atual Distrito Federal nesse período.

O geoprocessamento está possibilitando um novo nível de entendimento dos mapas históricos. Antes dessa metodologia, os mapas eram analisados principalmente com base em um olhar crítico e conhecimento *a priori*. A comparação entre dois ou mais mapas era possível, mas a confiabilidade de suas conclusões estava diretamente ligada à acurácia visual e habilidade de interpretação do leitor. Quando os mapas são convertidos para o meio digital eles podem ser manipulados e combinados com outros dados espaciais, assim como modelos digitais de elevação (3D). A paisagem tridimensional é reconhecida mais rapidamente e conexões ligando mapas históricos aos mapas de hoje facilitam a comparação visual e o entendimento por parte dos usuários e leitores.

A maior dificuldade encontrada no desenvolvimento da reconstituição foi compatibilizar diferentes mapas, feitos em diferentes escalas. A ausência de padronização cartográfica criou uma grande distorção nos elementos, tais como curvatura dos rios ou localização dos sítios. Como exemplo, temos que o “Mapa do Brasil, mostrando a posição do Distrito Federal”, de 1893 (**Figura 101**), elaborado pela Comissão Cruis, após o seu georeferenciamento apresentou um resultado totalmente diferente dos outros três mapas produzidos pela mesma Comissão (**Figuras 102 a 104**). Quando as estradas foram transpostas para a planta do DF, sobreposta a imagem CBERS (**Figura 117**), a distorção se fez perceber ainda com maior clareza, porque sua estrada foi a única a ficar fora dos limites do atual DF.

Outro fator de distorção foi o processo de escanização de mapas históricos, por se tratar de papéis antigos, o que pode deformar a estrutura do mapa. Por outro lado, o modelo tridimensional do território do DF, sobreposto à imagem de satélite e às oito estradas históricas, permitiu perceber melhor as características da paisagem e verificar a influência que a topografia exerceu no direcionamento dos caminhos.

⁶² Vide capítulo 2 – Mapear o território.

⁶³ Vide capítulo 3 – Viajar pelo território.

Ainda assim, podemos afirmar que as dificuldades não criam impossibilidades, pois, mesmo sem perfeita exatidão, o resultado trouxe confiabilidade, permitindo clara observação e entendimento dos percursos. Esses resultados podem ser refinados, ajustados com o cruzamento das informações disponíveis e, de qualquer modo, já se apresentam como norteadores para pesquisas de campo na procura por remanescentes.

Ao final, se comprovou incontestavelmente que as estradas históricas cruzavam o território do atual Distrito Federal. Além de coincidir com o relato de cronistas e viajantes, dos séculos XVIII e XIX, que exploraram a região e documentaram suas impressões por meio de diários e relatórios, tal conclusão é corroborada pelas feições morfológicas da região norte do território do DF.

As feições morfológicas da região são dadas essencialmente por planaltos medianamente elevados, sulcados por vales fluviais mais ou menos profundos. (...) O aspecto geral é de grandes planuras, cujas altitudes oscilam em torno de 1.000 metros, e por toda parte o observador tem diante de si, como constante obsessão, a dominância das linhas horizontais caracterizando o relevo. Impressão mais forte do relevo tem-se apenas quando se está num vale, limitado por encostas relativamente íngremes, com toda a aparência de serras. (...) Bastará entretanto galgar uma dessas encostas para verificar-se que as partes altas formam amplas superfícies planas, que se continuam por cima dos grandes sulcos abertos pelos rios. (Observe-se, desde já, que o velho hábito de tantos cartógrafos, de supor que os divisores de águas das diversas bacias sejam serras – como se fossem arestas cercando compartimentos fechados – não tem, em absoluto, aplicação no Planalto Central. Aí os divisores são ordinariamente achatados e é sobre eles – os chamados “espigões” – que se desenvolvem as estradas, em longuíssimas extensões) (GUIMARÃES, 2006:72).

Ao que tudo indica, era sobre o “Espigão Mestre do Brasil” e os “espigões secundários”, tão bem descritos por Polli Coelho (IBGE, 1948:9-11), que se estendiam os caminhos que cruzavam a região. Nesse mesmo sentido, a comparação entre o “Mapa Hidrográfico do Distrito Federal” (SEMARH, 2006) (**Figura 119**) e o “Mapa do Distrito Federal com a reconstituição do percurso de oito estradas históricas, do ano de 1778 até 1960” (BARBO, 2009:39) (**Figura 120**), permite claramente perceber que o desenho natural dos divisores das Regiões Hidrográficas da Bacia Araguaia/Tocantins e da Bacia Paraná é bastante similar ao itinerário das antigas estradas, cujos vestígios, ainda hoje, é possível observar nos chapadões da Apa do Cafuringa, na Região Administrativa de Sobradinho/DF (**Figura 121**).

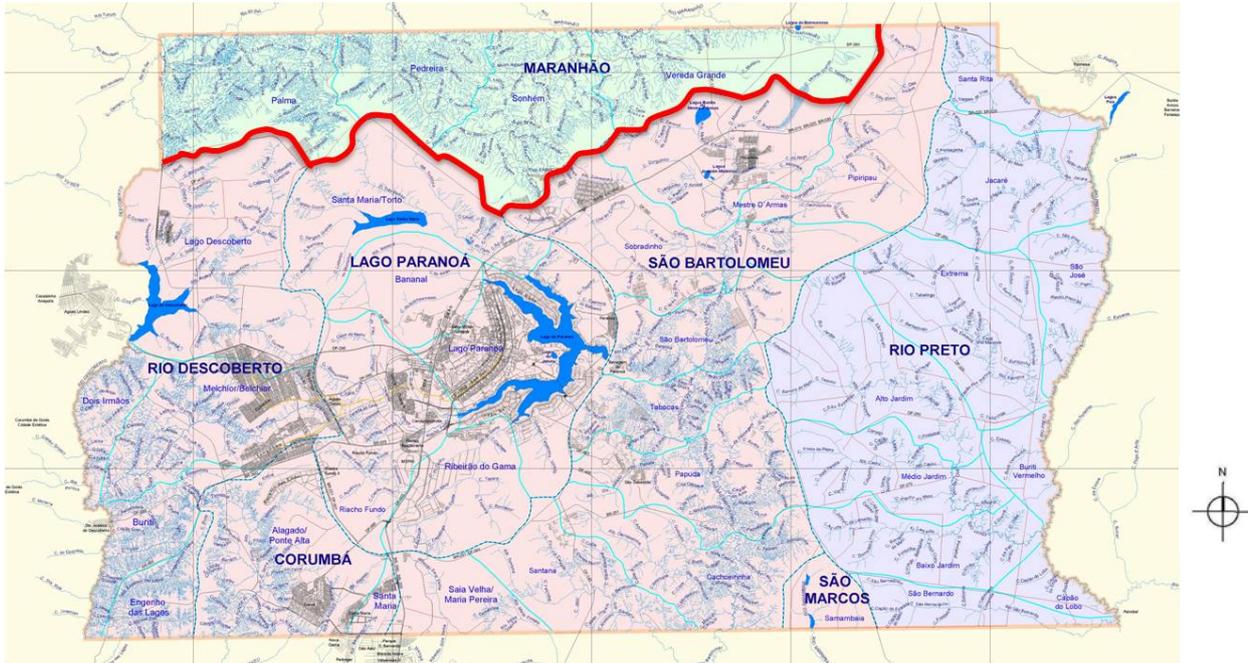


Figura 119 - Mapa Hidrográfico do Distrito Federal (Adaptado de SEMARH, 2006). Limite entre as Regiões Hidrográficas da Bacia Araguaia/Tocantins e da Bacia Paraná destacado em vermelho.

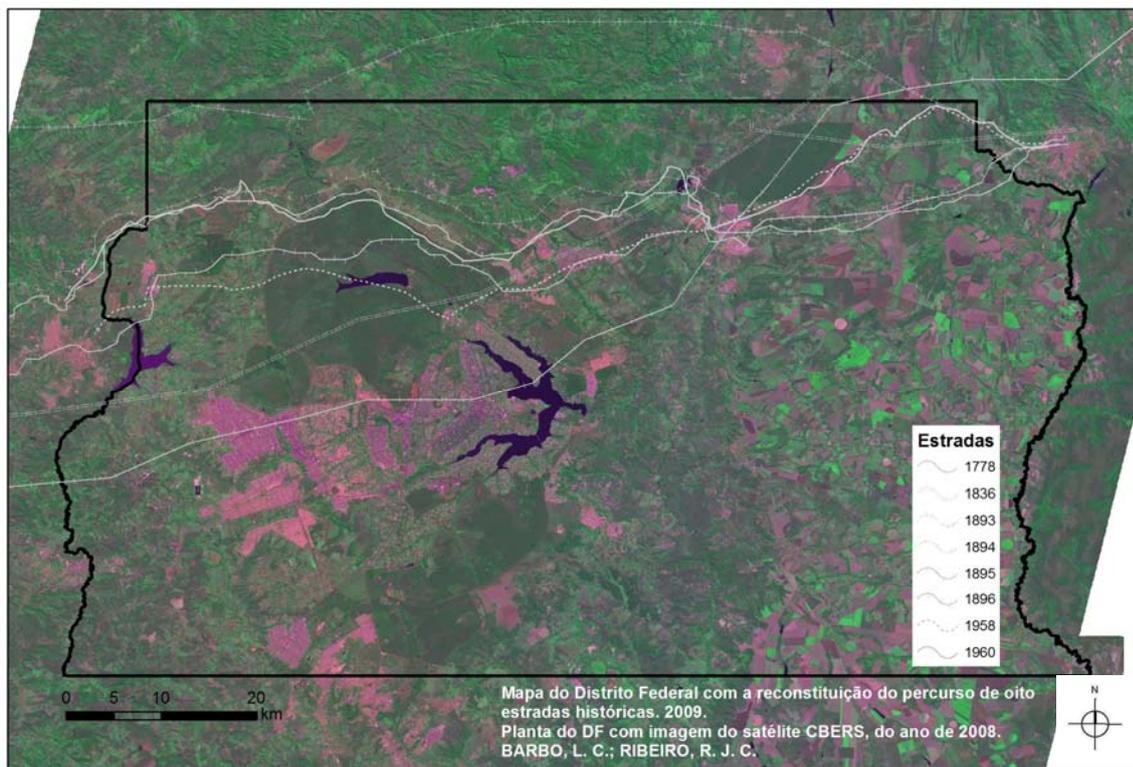


Figura 120 - Mapa do Distrito Federal com a reconstituição do percurso de oito estradas históricas, do ano de 1778 até 1960 (BARBO, 2009:38).



Figura 121 - Vista aérea sobre a Apa do Cafuringa (SEMARH, 2005:397). Os chapadões com vestígios de antigas estradas.



A partir de informações de diversos cronistas e viajantes, confirmadas também pelas expedições oficiais empreendidas nessa região, especialmente a Comissão Cruls, não restam dúvidas, por exemplo, quanto ao fato do Planalto Central ter sido composto por uma quantidade razoável de fazendas e que existiam estradas cortando o território, com um importante papel nas transações comerciais à época.

A zona que cerca a fazenda do Palmital, que formava nosso centro de operações, pela maior facilidade de ali obter os escassos recursos necessários à nossa alimentação e à de nossos camaradas, possui boas terras, em que crescem com abundância todos os cereais, mas que são cultivadas pelos processos os mais rudimentares. (...) Resulta disto que a criação do gado bovino tem-se tornado a principal das indústrias agrícolas locais; todavia, por ocasião de nossa estada, a alta que tivera o gado no mercado fluminense havia determinado forte exportação e o quase total desaparecimento dos rebanhos, havendo sido o governo local obrigado a proibir a saída das vacas a fim de impedir o despovoamento das pastagens, de forma que um observador desprevenido dificilmente poderia considerar o Estado de Goiás como um dos maiores produtores de gado do Brasil (CRULS, 1957:122-123).

Em contraponto, o povoamento da região do atual DF era escasso e os moradores evitavam os chapadões, pela dificuldade de obter água, localizando-se de preferência nas encostas, onde se encontravam córregos e onde os capões e matas-galerias proporcionavam terras para culturas⁶⁴. Considerando-se que as estradas se estendiam em seu maior percurso pelos chapadões, a região apresentava-se mais deserta do que realmente era aos olhos dos viajantes, que percorriam às vezes dezenas de quilômetros sem ver uma só casa de morador (GUIMARÃES, 2006:84-85).

A cada dia, trechos dessas antigas vias (**Figura 122**) são transformados para dar lugar a estradas asfaltadas, matas nativas são substituídas pela monotonia dos eucaliptais e das pastagens, e se apagam os últimos vestígios dos caminhos reais, nos limites do atual Distrito Federal. A reconstituição e, por conseguinte, reabilitação desses caminhos de ocupação irá possibilitar uma série de ações voltadas para a proteção do seu patrimônio cultural, a sua exploração econômica e a reafirmação da sua importância histórica.



⁶⁴ Vide capítulo 5 – Morar no território.

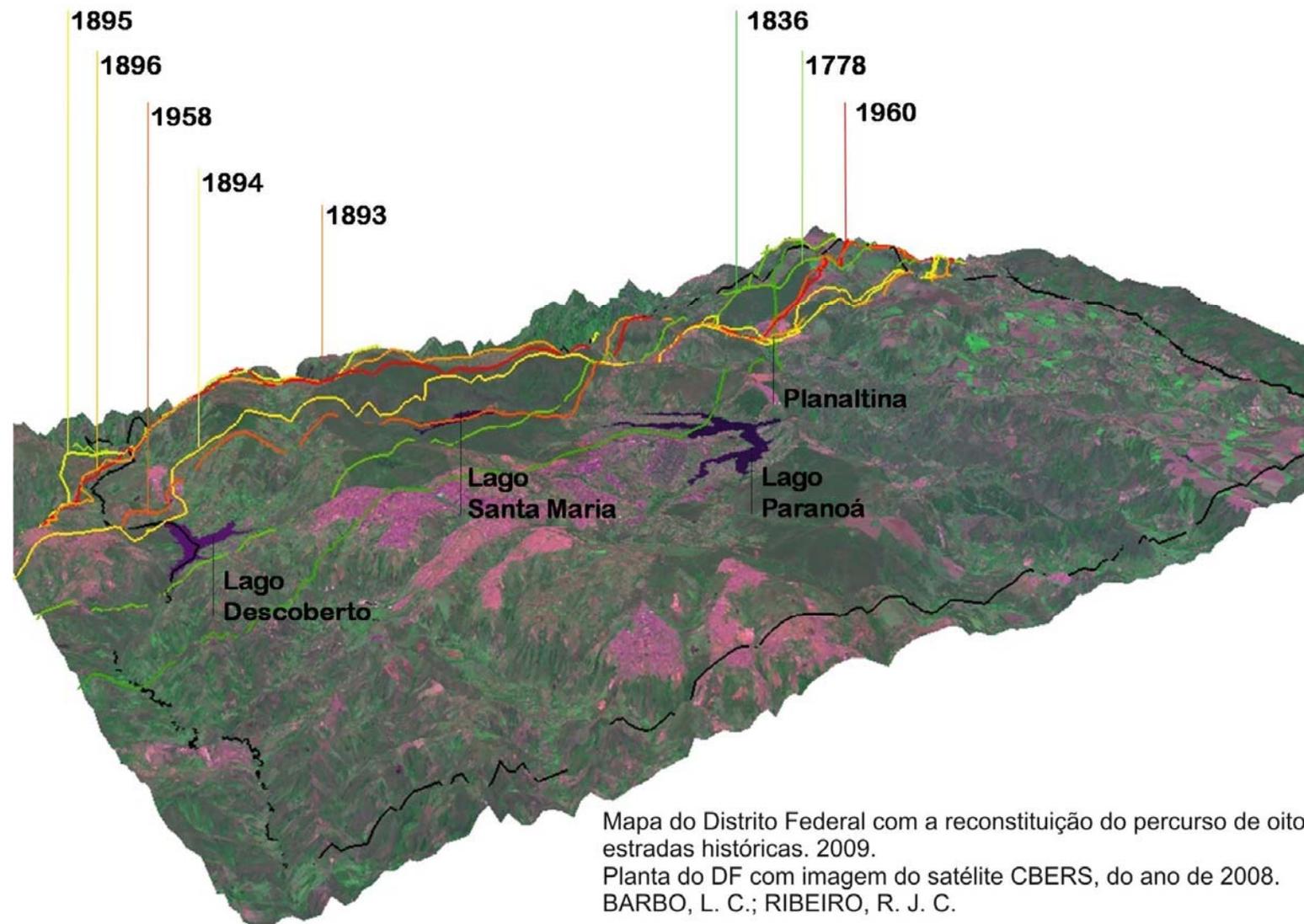


Figura 122 - Mapa tridimensional do Distrito Federal com a reconstituição do percurso de oito estradas históricas, do ano de 1778 até 1960 (BARBO, 2009:40).



capítulo 5

MORAR NO TERRITÓRIO



5 – MORAR NO TERRITÓRIO

A construção da Nova Capital se deparou com uma ocupação tradicional na forma de vida e de produção, onde os antigos moradores tinham a pecuária como sua principal atividade econômica. Para compreender a morada rural das antigas fazendas goianas, encontrada nos limites do atual Distrito Federal, fazemos uma análise da arquitetura vernacular brasileira, sua origem, principais características e os materiais e sistemas construtivos utilizados. Pesquisamos, a seguir, a arquitetura civil de Goiás, particularmente, o agenciamento espacial do corpo da casa goiana. A partir de então, é realizado o inventário das dez moradas rurais encontradas no DF que parecem remontar ao século XIX, ou talvez sejam mais antigas, porém ainda não foi possível comprovar documentalmente a data de suas construções.

As mais antigas referências às sesmarias⁶⁵ na área do atual Distrito Federal foram as concedidas a Manoel Barros Lima, em 1741 (*entremeio o rio Maranhão e as longitudes de Planaltina*) e a Estevam Ordonho de Sepeda, em 1745 (*correndo pelo riacho acima chamado S. Bartholomeu e estendia-se por três léguas de terra em quadro, ou seja, 324 quilômetros quadrados*) (BERTRAN, 2000:91). As fazendas goianas eram conhecidas por sua escassa base documental, o que afastava compradores e diminuía o valor da terra nua. Afirma o historiador Paulo Bertran (2000:90) que, no censo agrícola de 1920, Goiás e Acre disputavam as terras menos valorizadas do país.

Em 1955, em função da transferência, o Governo de Goiás instalou a “Comissão de Cooperação da Mudança da Capital Federal”, presidida por Altamiro da Moura Pacheco, e iniciou um processo de desapropriação de todas as fazendas que existiam no local, gerando um quadro ainda mais complexo na definição da dominialidade da propriedade rural. As terras que constituem o território do Distrito Federal foram desagregadas dos municípios de Luziânia, Formosa e Planaltina (**Figura 123**). Os imóveis originários do Município de Luziânia eram em número de 45, do Município de Planaltina eram em número de 38 e os imóveis do Município de Formosa eram em número de 25.

No relatório final da Comissão, Pacheco, ao tratar da situação fundiária dos vinte e três imóveis mais antigos que compunham o território aonde viria a se instalar o DF, enfatizou a precariedade de documentação referente às fazendas e a dificuldade de proceder a regularização das mesmas.

Doze (12) dos grandes imóveis a nosso cargo, constituindo maioria, nunca foram divididos, nem demarcados judicialmente. Outros há que vieram a ser objeto de inventários de pessoas falecidas recentemente, sem que os acervos dos primitivos proprietários e de seus sucessores imediatos e mediatos fossem liquidados, através do insubstituível juízo divisório e partilha, o que fez com que se perdesse, em conseqüência da treva imposta pelo decurso do tempo, a verdadeira linha de sucessão hereditária. Outros imóveis existem, ainda, sobre os quais há mais de 100 (cem) anos nenhum documento tornado público se assinou, nenhum inventário se realizou (PACHECO, 1975:137).

⁶⁵ As sesmarias eram as terras doadas a particulares pela Coroa Portuguesa, notadamente pessoas consideradas detentoras de merecimento, com o fim de promover a apropriação do território colonial, estimular a produção e trazer retorno financeiro para os cofres do reino. Os sesmeiros, aqueles que recebiam as doações, deveriam ocupar e cultivar a terra em determinado período de tempo, sob pena de perder a concessão e tinham o dever de pagar o equivalente a um sexto do que produzissem à Coroa.

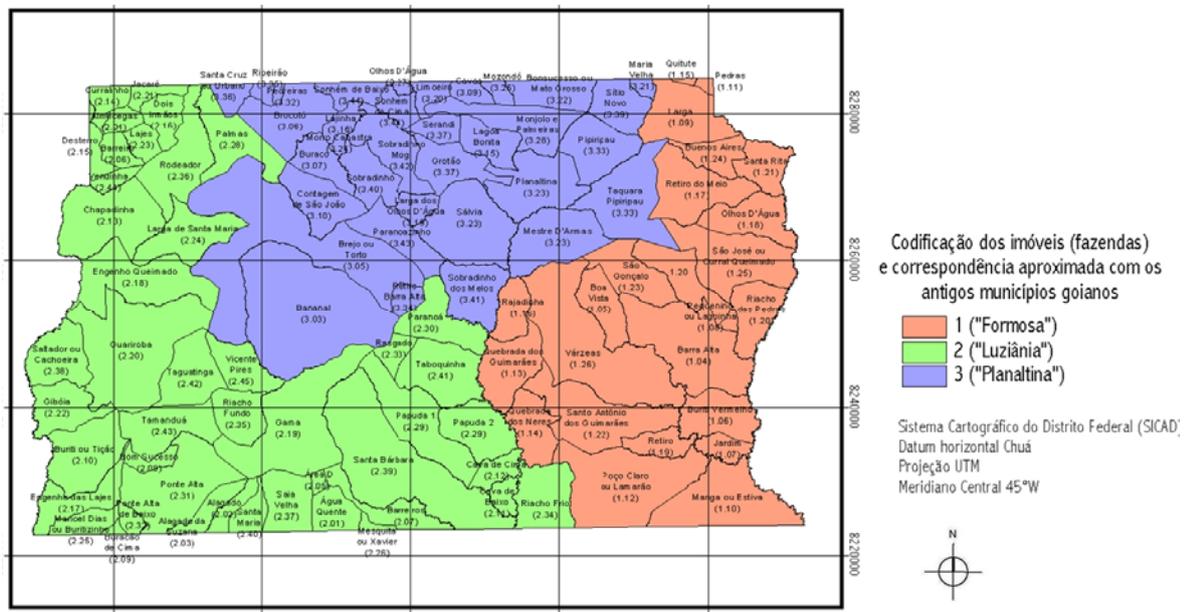


Figura 123 – Codificação dos imóveis fundiários dos antigos municípios goianos (Acervo da autora).

5.1 – AS MORADAS RURAIS DAS ANTIGAS FAZENDAS GOIANAS

Segundo Carlos Lemos (1989:9), a função básica de uma casa é a chamada “função abrigo”. A casa deve ser entendida como um invólucro seletivo e corretivo das manifestações climáticas, ao tempo em que oferece variadas possibilidades de proteção. Nas casas estão implícitos o “saber fazer” ou a técnica decorrente do conhecimento próprio da comunidade. Os aspectos culturais contidos numa habitação vinculam a forma da construção, ou seja, o chamado partido arquitetônico, a uma série de condicionantes ou determinantes, tais como o clima local, as características do sítio de intervenção, a técnica construtiva a ser adotada, o programa de necessidades, entre outros (SCHLEE, 2001:21).

... é nas ‘casas de morada’ que surgem enfaticamente as exigências e condicionamentos decorrentes de usos e costumes ancestrais, ou práticas do cotidiano chegadas com o imigrante (LEMOS, 2007).

Para Neide Martins (1978:9),

a casa é o elemento central, é a marca concreta da ocupação da terra pelo homem; assim, além dos aspectos tecnomorfológicos das moradas, reveste-se de importância seu relacionamento com o ambiente no qual se encontram integradas.



Para entendermos as características da nossa arquitetura, Lucio Costa (2005:33-34) afirma ser necessário primeiro entender a arquitetura do colonizador:

A arquitetura regional autêntica tem as suas raízes na terra; é produto espontâneo das necessidades e conveniências da economia e do meio físico e social e se desenvolve, com tecnologia a um tempo incipiente e apurada, à feição da índole e do engenho de cada povo; ao passo que aqui a arquitetura veio já pronta e, embora beneficiada pela experiência anterior africana e oriental do colonizador, teve que ser adaptada como roupa feita, ou de meia confecção, ao corpo da nova terra. À vista desta constatação fundamental, importa pois conhecer, antes de mais nada, a arquitetura regional portuguesa no próprio berço, porque é na construção popular de aspecto viril e meio rude, mas acolhedor, das suas aldeias que as qualidades da raça se mostram melhor, percebendo-se, desde logo, no acerto das proporções e na ausência de artificios, uma saúde plástica perfeita, se é que se pode dizer assim.

Costa (2005:36) enfatiza, ainda, a importância de se conhecer as diversas técnicas herdadas das diferentes regiões de Portugal, mesmo que ao sabor do tempo tenham, aqui, se adaptado e encontrado sua expressão própria. Cada pedreiro, taieiro, carpinteiro trazia consigo suas lembranças e advindo, então, as variações arquitetônicas próprias de cada modo de construir: a taipa de pilão; a taipa de sebe, ou de mão – pau-a-pique; o adobe; a alvenaria de tijolo; a pedra e cal.

Os materiais construtivos utilizados na nossa arquitetura tradicional foram basicamente a argila, a pedra e a madeira, utilizados de várias formas, quer isoladamente, quer em associação uns com os outros, empregados a partir de técnicas variadas, vinculadas às possibilidades regionais, tanto em função da qualidade como da quantidade em que eram encontrados (COELHO; VALVA, 2001:112).

O barro foi o que apresentou mais possibilidades de uso, tendo sido empregado na cobertura para a confecção de telhas; no revestimento como reboco; no piso de mezaneta⁶⁶ e nas paredes, compondo técnicas como a taipa-de-pilão, o adobe e o pau-a-pique. Em decorrência da grande facilidade com que a argila era encontrada, de suas características plásticas e da variedade de técnicas a que se submete, dificilmente se encontrará edificação elaborada dentro dos conceitos tradicionais que não tenha pelo menos um elemento desenvolvido com o uso do barro.

A taipa-de-pilão, em sentido corrente, é um processo de construção próprio de regiões secas, onde a pedra escasseia, conhecida desde remota antiguidade, sobretudo em certas áreas mediterrâneas. Consistiu um dos sistemas fundamentais da construção nas províncias do Sul de Portugal, usado nas paredes das casas e nos muros (OLIVEIRA; GALHANO; PERREIRA, 1988:316). Caracterizada pela utilização de uma pasta elaborada a partir de misturas feitas à argila, a taipa-de-pilão é um processo tradicional de construção que consiste no apiloamento da argila dentro de moldes de madeira, denominados taipal, que se retiram quando essa massa seca, e que vão se deslocando sucessivamente. Produz paredes com espessuras que variam de 40 cm a 120 cm – dispensando o uso de estruturas autônomas – já que se comportam como tal. Contra a umidade do solo, um importante elemento de desgaste da taipa, é utilizado o embasamento de pedra, que funciona como nivelador do terreno, já que esse processo construtivo não se adapta a terrenos inclinados. É

⁶⁶ Mezaneta é um tipo de ladrilho feito de barro queimado, à moda do tijolo, utilizado como revestimento de piso, característico da arquitetura originária do Oriente Médio (COELHO; VALVA, 2001:126).

característica nas construções coloniais no estado de Goiás, principalmente no que se refere aos edifícios considerados de maior relevância.

O pau-a-pique, também conhecido por taipa-de-mão, taipa-de-sopapo, taipa-de-sebe, ou ainda, barro armado, é provavelmente a técnica construtiva mais antiga utilizada pelos brancos no Brasil, descritas em cartas e relatórios feitos pelos padres jesuítas (COELHO; VALVA, 2001:119). Essa técnica consiste na montagem de uma trama de madeira, com peças roliças colocadas na vertical, fixadas tanto aos baldrames quanto aos frechais⁶⁷, formando um gradeado trancado que será preenchido com barro (argila corrigida com areia, palha ou esterco de vaca para prevenir grandes retrações por ocasião de perda de água). A parede de pau-a-pique, com espessura que varia de 15 cm a 20 cm, se apresenta como elemento apenas de vedação, de modo que a estrutura da construção é executada à parte, por meio de gaiolas de madeira – tanto interna quanto externamente.

O adobe, amplamente divulgado pela cultura islâmica, de onde tirou o nome (*attobi* significa “tijolo seco ao sol”) já era utilizado há cerca de 3.000 anos na Península Ibérica na construção de edificações, em muros e cercas defensivas (COELHO; VALVA, 2001:117). São paralelepípedos de barro amassado com areia, fibras vegetais ou esterco de gado, feito em moldes de madeira, e secos depois ao sol. Próprio de regiões argilosas emprega-se como o tijolo, sobrepostos em fiadas com as juntas verticais desencontradas, com dimensões variando em torno de 20x20x40 cm. Da mesma forma que o pau-a-pique, a parede de adobe se apresenta como elemento apenas de vedação, o que exige a construção prévia e independente de estrutura autônoma de madeira, conhecida também como gaiola ou, ainda, frontal, onde se apóiam na vertical as paredes e na horizontal os pisos e forros.

Para sua conservação, as paredes de terra crua requerem a adoção de meios de proteção contra as infiltrações de águas. Contra as chuvas, além da proteção dos beirais dos telhados, as paredes eram sempre recobertas por uma camada de reboco, composto de terra, areia e cal e, por cima, uma camada de pintura à base de cal. Para evitar a umidade proveniente do solo, a solução comumente adotada consistia na execução de embasamentos em pedra.

Na construção de nossa arquitetura tradicional, diversos são os tipos de madeira empregadas, assim como é diversificado o seu uso. Roliças no encaibramento das coberturas ou na armação da trama do pau-a-pique; lavradas, na estrutura de sustentação das coberturas, das paredes, nos barrotes de sustentação de pisos tabuados, nas peças de enquadramento dos vãos. Na forma de tabuado para pisos, forros e folhas cegas das aberturas; treliças para a vedação de janelas ou, ainda, trabalhadas na forma de cachorros para os beirais (COELHO; VALVA, 2001:121).

Utilizada no Brasil desde os primeiros séculos da colonização, a pedra era considerada o material mais nobre, no que se referia à sua utilização na arquitetura. Era empregada principalmente nos alicerces, nas paredes, nos pisos das edificações, além de ter sido o material básico utilizado para o calçamento de ruas. É comum encontrá-la em associação com a argila.

A disponibilidade ou não de determinados materiais interferiram de forma definitiva não só no partido arquitetônico adotado, como no próprio estilo de vida dos moradores.

⁶⁷ Viga corrida de madeira assente sobre o respaldo do último pano das paredes externas de uma edificação para dar apoio geral nivelado às tesouras ou a outras peças do telhado e servir de base para a sua fixação por meio de pregos (TACLA, 1984:218-219).

(...) as novidades decorrentes da Revolução Industrial, que logo se manifestaram na arquitetura através de novas técnicas e novos materiais de construção. O que poucos anos antes era caríssimo ou proibitivo, como o vidro plano transparente para as janelas, por exemplo, tornou-se vulgar. Anteriormente a essa popularização das vidraças, podemos dizer que vivíamos às escuras. As janelas residenciais eram providas somente de tábuas, os chamados “escuros”, que eram sistematicamente fechadas nas horas de chuva ou muito vento, a qualquer hora do dia. Os cômodos ficavam obscurecidos e as velas e os candieiros quase nada iluminavam. Pode-se dizer que tais luzes mais serviam, à noite, para assegurar a inteligibilidade do espaço arquitetônico. Daí, os horários da vida cotidiana totalmente diferente dos atuais. Literalmente, os horários da família coincidiam com os das galinhas, fato hoje motivo de graça; mas essa foi a realidade – acordava-se com o sol e dormia-se quando ele se punha. Nada mais se fazia depois das seis horas da tarde, depois das “vésperas”, isto é, depois que Vésper, ou Vênus, aparecia no céu crepuscular, a não ser rezar (LEMOS, 1989:44).

A arquitetura civil produzida no estado de Goiás é um dos exemplos mais simples que se conhece dentro do panorama arquitetônico representativo do período colonial. São basicamente edificações elaboradas a partir de uma estrutura autônoma de madeira (gaiola), com suas paredes de vedação construídas, de modo geral, a externa em adobe e as internas de pau-a-pique ou mesmo em adobe.

Ernani Silva Bruno (apud RIEDEL, 1959:23-24) ao discorrer sobre a paisagem do Brasil Central descreveu como habitação característica do caboclo ou do sertanejo a casa de barro, com paredes formadas por troncos finos, verticais, entrecruzados com bambus, tendo o barro como enchimento, e cobertura feita de sapé ou das folhas de certas árvores, que podiam ser do buriti, do indaiá, etc. Às vezes, até cobertas de couro de boi, ou mesmo de telhas de barro.

Por sua vez, em estudo sobre as paisagens rurais do sudoeste goiano, Azis Nacib Ab'Saber e Miguel Costa Júnior (apud RIEDEL, 1959:24) observam que:

as sedes são casarões de um pavimento só e pouco imponentes, construídos de adobes entre armações de madeira e recobertos de telhas comuns – e caiados de branco. Entre Bom Jesus e Rio Verde, a habitação do Retiro Pontal, (...) representa bem (...) o tipo dominante de construção nas fazendas regionais: após o corpo frontal do edifício, que se volta para a estrada, seguem-se prolongamentos laterais mais baixos, na forma de puxadinhos, com a estrutura das paredes de adôbe barreado e caiado.

As técnicas construtivas utilizadas em Goiás aproximavam-se daquelas produzidas nos primeiros momentos da arquitetura residencial de Minas Gerais, distanciando-se daquela usada em São Paulo pelos bandeirantes, que era, preferencialmente, a taipa de pilão.

A repetição da tipologia em todo território goiano, o aprendizado pela prática da construção, a ausência quase absoluta de inovações essenciais na composição da forma construída e sua permanência através do tempo (quase dois séculos) são indicadores incontestes daquela que se denomina casa tradicional goiana (VAZ; ZÁRATE, 2003:60).

O agenciamento espacial do corpo da casa urbana tem como partido predominante o quadrado e o retângulo, mas não como formas regulares. Em qualquer que seja a topografia do terreno, constata-se que o esquema de setorização e a tendência geométrica permanecem, como resultado das possibilidades oferecidas pelo sistema estrutural e pelas técnicas construtivas. Os sítios mais planos não exigiam desse partido arquitetônico quaisquer adequações técnicas, ao contrário dos locais de topografia mais acidentada, onde era necessário usar o escalonamento com o esteio executado em dimensões diferenciadas, permitindo o nivelamento do piso e a formação de porões. Quando o desnível persistia, a articulação era mantida com poucos degraus junto à soleira entre o corredor e a varanda (VAZ; ZÁRATE, 2003:60-61).

Nesse partido arquitetônico, o número de divisões internas dependia da disponibilidade de recursos do proprietário, do programa de atividades e da engenhosidade do construtor. Isso não resultava em agenciamento espaciais inovadores ou partidos diferenciados, mesmo em casas de um, dois, três ou mais lanços. A geometria unitária se alterava conforme o agenciamento das áreas vinculadas ao trabalho, localizadas nos chamados puxados ou prolongos, podendo chegar a planta ao formato aproximado de L. Dos simples apêndices ao corpo principal, estes puxados podem se prolongar, tomando proporções que acabam gerando pátios internos (VAZ; ZÁRATE, 2003:61).

[As residências se] organizavam em plantas geradas a partir da própria configuração dos terrenos, tendo um corredor – paralelo a um dos limites do terreno – como eixo longitudinal e que ia da rua ao quintal. Na frente situava-se a sala, no centro os quartos (ou alcovas), ao fundo uma espécie de ‘sala de família’ – correspondente ao ‘estar íntimo’ de hoje – onde preferencialmente ficavam as mulheres. Seguiam-se puxados para a cozinha e a senzala e depois o quintal. No caso de famílias maiores, geralmente era feito um simples “rebatimento” (ou duplicação) da planta usual, passando o corredor então a ser central (MELLO apud COELHO, 1995:39).

A volumetria genérica é sempre definida por prismas, onde, às vezes, predominam a horizontalidade ou, ao contrário, a verticalidade. Essa volumetria é coroada pela cobertura que, em função do agenciamento dos puxados ou da implantação isolada da edificação, pode variar do tradicional telhado de duas águas aos múltiplos planos. Na composição das fachadas os vãos exercem papel fundamental, porque são eles que conferem ritmos e contrastes, definidos pela relação claro-escuro, cheio-vazio e pelos acabamentos mais primorosos. As sobrevergas, venezianas, rótulas e guilhotinas são elementos associados aos vãos e reforçam essa atribuição compositiva que eles exercem. A madeira é o material empregado em todos esses componentes, até a introdução das molduras em argamassa (VAZ; ZÁRATE, 2003:61).

As soluções construtivas também eram resultados de uma busca natural de conforto ambiental, surgiram de forma espontânea e se acomodaram lentamente pela experiência acumulada:

De modo geral, o predomínio dos cheios sobre os vãos; o tamanho das aberturas; a ausência de fechamentos transparentes e a espessura das grossas paredes de pedra, taipa e, mais tarde, tijolos de barro, garantiam às construções coloniais uma alta resistência térmica (propriedade do material em resistir à passagem do calor), maior inércia térmica (retenção de calor) e menor perda de calor interno. Efeitos ampliados ou reduzidos quando da existência ou não de forro e/ou piso nos compartimentos. Por outro lado, os razoáveis pés-direitos dos ambientes permitiam uma generosa circulação de ar (SCHLEE, 2001:26).

Para Lemos (1989:13), em Portugal praticamente nunca existiu uma casa rural como a brasileira, isto é, uma residência absolutamente isolada num latifúndio, às vezes distante léguas de outra morada ou de uma cidade ou vila. Lá, os minifúndios, de um modo ou de outro, agrupam-se em volta de pequenas aldeias. Na divisão territorial brasileira, as grandes distâncias resultavam no isolamento das famílias, que freqüentavam as cidades distantes somente nos dias de festas muito importantes, poucas vezes ao ano.

A localização geográfica de Goiás em relação ao litoral brasileiro resultou no estabelecimento de uma rede de antigas estradas coloniais e no desenvolvimento, especialmente nas moradas rurais, de um modo de vida particular, com a adoção de soluções para os problemas que lhes eram próprios. Poucas são as pesquisas realizadas sobre as antigas fazendas no atual DF e sua inserção no espaço geográfico e na paisagem local. Pesquisa desenvolvida por Lena Freitas e Nancy Silva (1995:113-130) demonstra que os estabelecimentos rurais goianos diferem, fundamentalmente, daqueles que, em regiões litorâneas, têm sido estudados por historiadores, sociólogos, economistas, arquitetos e outros especialistas.

No Centro-Oeste, e em Goiás em particular, inexistiu a agricultura de exportação, tal como praticada no Nordeste e no Sudeste. Com poucas exceções que confirmam a regra geral, predominaram, durante as primeiras décadas de colonização, as pequenas propriedades rurais com meia légua em quadra, localizadas próximo à boca das minas. (...) Plantando roças de subsistência nas quais se praticava o cultivo da mandioca e do milho (...) essas fazendas diferiam das 'plantations' litorâneas não somente pela dimensão menor, como também pelo fato de serem trabalhadas por braços da própria família do proprietário, acrescidos eventualmente de um número limitado de escravos (...). A vida quotidiana era trabalhosa e árdua, despida de quaisquer veleidades de luxo e até mesmo de conforto. A moradia, o transporte, os utensílios domésticos revestiam-se de feição utilitária, sem preocupações estéticas (FREITAS; SILVA, 1995:115).

As grandes distâncias e a precariedade dos caminhos transformaram a hospitalidade numa obrigação social, numa questão de sobrevivência. Não fugindo à regra, o quarto de hóspedes no corpo da casa de morada, os alojamentos para gente menos categorizada nos arredores das dependências de serviço. Daí os cercados para as mulas e cavalos dos passantes que pedissem pouso. Nem sempre a comida estava garantida, mas a cama e a rede estavam (LEMOS, 1989:14).

A rusticidade do ornamento dava o tom à vida de Goiás no século XIX. Rústico e pobre era também o homem que o produzia, transitando entre a fragilidade da vida urbana e a precariedade do mundo rural, a léguas de distância do resto do mundo. (...) As fontes documentais explicitam, com abundância, exemplos extremos dessa escassez (OLIVEIRA, 2004:20).



5.2 – INVENTÁRIO DAS MORADAS RURAIS DO DISTRITO FEDERAL

Com o objetivo de levantar informações relacionadas à arquitetura rural do Planalto Central, foram realizadas pesquisas nas antigas fazendas, cujas terras foram desapropriadas para a construção de Brasília, localizadas em diversas Regiões Administrativas e que, potencialmente, poderiam abrigar remanescentes da arquitetura vernacular do Centro-Oeste.

Relatório acerca da desapropriação das antigas fazendas goianas, produzido por Pacheco (1975:83-175), presidente da “Comissão de Cooperação para a Mudança da Nova Capital”, relacionou os imóveis abrangidos pelos Municípios de Formosa, Planaltina e Luziânia, no todo ou em parte, no momento da transferência do Distrito Federal.

O levantamento foi consolidado no documento “Novo Distrito Federal Planta-Índice Cadastral. Comissão de Cooperação para Mudança da Capital Federal” obtida pelo lançamento das divisas de todos os imóveis situados dentro do Distrito Federal sobre folha cartográfica, elaborada pelos engenheiros Joffre Mozart Parada e Janusz Gerulewicz, na escala de 1:100.000, em 1958 (**Figura 124**).

Além de demarcar o perímetro dos imóveis fundiários, nos limites do atual DF, o mapa assinalou as casas de fazenda existentes (**Figura 125**), assim como reproduziu toda a rede hídrica do território. As duas únicas cidades existentes à época estão registradas no mapa: Brazlândia e Planaltina. Pela primeira vez, o projeto de Lucio Costa para o Plano Piloto tem seu esboço lançado sobre as terras da fazenda Bananal, acrescido das penínsulas norte (implantada na fazenda Torto) e sul (implantada nas fazendas Gama, Papuda e Rasgado). A Lagoa Jaburu também é assinalada em terras da fazenda Bananal. Vê-se, ainda, a primeira pista de pouso do DF, localizada na fazenda Tamanduá, na confluência do córrego Tamanduá com o córrego Estiva ou Vargem da Benção.



Figura 124 – Mapa “Novo Distrito Federal Planta-Índice Cadastral” (FARIAS, 2006:99). Levantamento dos imóveis fundiários do DF em 1958, assinaladas as casas de fazenda em cada um deles. Área ampliada em destaque vermelho.

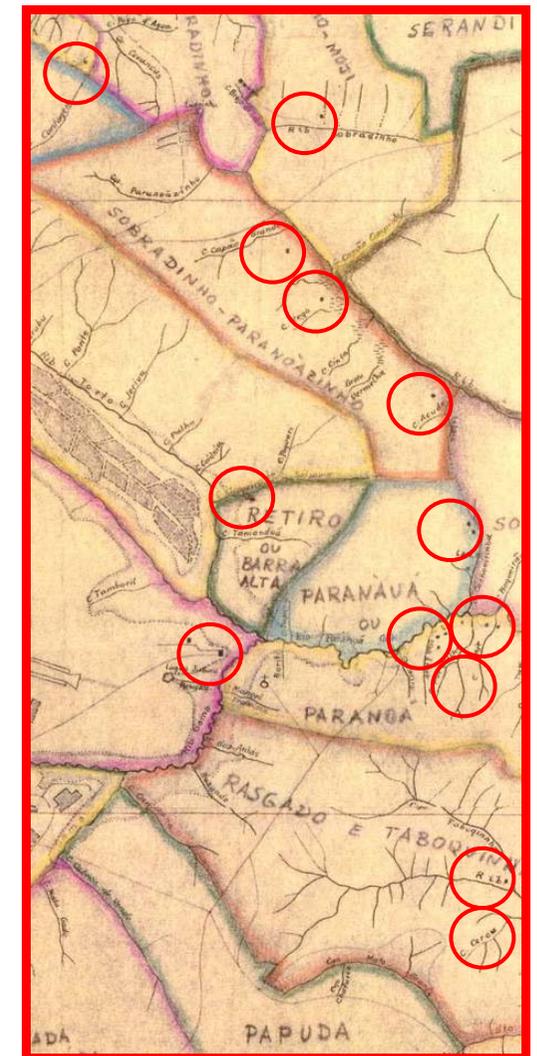


Figura 125 – Detalhe da localização das moradas rurais.

Após pesquisa histórica e visitas de campo, foram encontrados dez exemplares cujas características permitem supor serem edificações erguidas nos séculos XVIII ou XIX, quais sejam: casa da Fazenda Curralinho; casa da Fazenda Desterro; casa da Fazenda Gama; casa da Fazenda Monjolo I; casa da Fazenda Monjolo II; casa da Fazenda Saco Grande I; casa da Fazenda Saco Grande II; casa da Fazenda Sobradinho I; casa da Fazenda Sobradinho II; e casa da Fazenda Velha (**Figura 126**). O inventário realizado consistiu no levantamento arquitetônico da morada rural, em registros fotográficos da edificação, no levantamento das características relacionadas, especialmente, com a localização no espaço geográfico do DF, os padrões arquitetônicos, os materiais utilizados e os sistemas construtivos. Sob a coordenação dos professores da FAU/UnB Andrey Rosenthal Schlee e Oscar Luís Ferreira, no 2º semestre de 2008, os alunos da disciplina PROAU VIII participaram dos levantamentos fotográficos, medições, desenhos das plantas baixas e das fachadas das edificações.

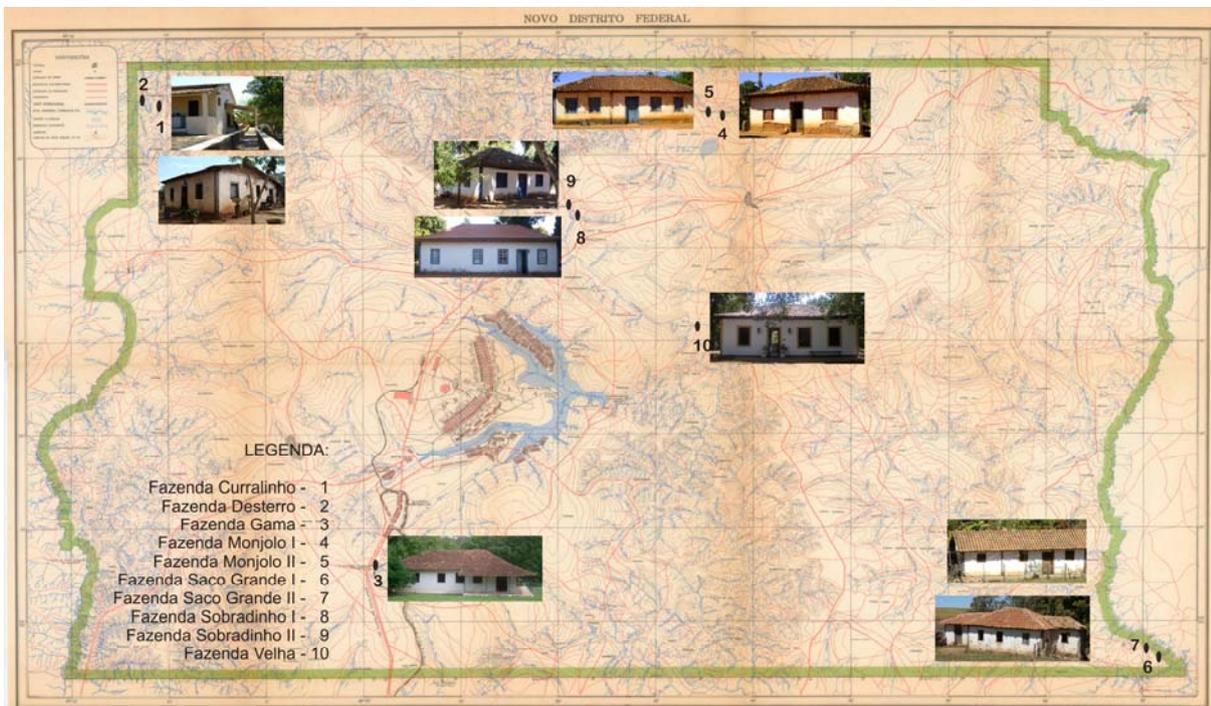


Figura 126 – Localização no território do DF das dez moradas rurais inventariadas (Adaptado de IBGE, 1960:707).

Inicialmente, considerando que as dez moradas encontradas para estudo inserem-se em diversas Regiões Administrativas do DF, elaborou-se a sistematização das informações relativas às características da localização no território de cada uma delas (**Quadro 5**). Foi levantado o município goiano de origem; o imóvel fundiário em que estão instaladas; a Região Administrativa do DF a que pertencem; a Unidade de Conservação em que se incluem; os recursos hídricos mais próximos; e, por fim, comparativamente, o zoneamento em que se inseriam até o março de 2009 – conforme o Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal – PDOT de 1997 – e o zoneamento vigente para a área, nos termos do atual PDOT, aprovado em abril de 2009. Como resultado, foi possível montar o Quadro 5 – Características de localização das moradas rurais no território do DF.

Quadro 5 – Características de localização das moradas rurais no território do DF

MORADAS RURAIS	MUNICÍPIO GOIANO DE ORIGEM	IMÓVEL RURAL	REGIÃO ADMINISTRATIVA	UNIDADES DE CONSERVAÇÃO	RECURSOS HÍDRICOS	PDOT 1997	PDOT 2009
Faz. CURRALINHO	Luziânia	Curralinho	RA IV Brazlândia	Apa do Cafuringa – DF / Apa do Planalto Central - Federal e DF	Córrego Palmital	ZRUC Zona Rural de Uso Controlado	ZRUC Zona Rural de Uso Controlado
Faz. DESTERRO	Luziânia	Desterro	RA IV Brazlândia	Apa do Cafuringa – DF / Apa do Planalto Central – Federal e DF	Córrego Curralinho	ZRUC Zona Rural de Uso Controlado	ZRUC Zona Rural de Uso Controlado
Faz. GAMA	Luziânia	Gama	RA VIII Núcleo Bandeirante	Apa Gama Cabeça de Veado - DF / Apa do Planalto Central - Federal e DF / Reserva da Biosfera do Cerrado - Zona Tampão – Unesco	Ribeirão do Gama	ZRUC Zona Rural de Uso Controlado / APM Área de Proteção de Manancial	ZRUC Zona Rural de Uso Controlado / APM Área de Proteção de Manancial
Faz. MONJOLO I	Planaltina	Palmeiras e Monjolo	RA VI Planaltina	Apa do Planalto Central - Federal e DF / Reserva da Biosfera do Cerrado - Zona Tampão – Unesco	Ribeirão Palmeiras	ZRUC Zona Rural de Uso Controlado	ZRUC Zona Rural de Uso Controlado
Faz. MONJOLO II	Planaltina	Palmeiras e Monjolo	RA VI Planaltina	Apa do Planalto Central - Federal e DF / Reserva da Biosfera do Cerrado - Zona Tampão – Unesco	Ribeirão Palmeiras	ZRUC Zona Rural de Uso Controlado	ZRUC Zona Rural de Uso Controlado

MORADAS RURAIS	MUNICÍPIO GOIANO DE ORIGEM	IMÓVEL RURAL	REGIÃO ADMINISTRATIVA	UNIDADES DE CONSERVAÇÃO	RECURSOS HÍDRICOS	PDOT 1997	PDOT 2009
Faz. SACO GRANDE I	Formosa	Manga ou Estiva	RA VII Paranoá	Apa do Planalto Central - Federal e DF	Rio Preto	ZRD Zona Rural de Dinamização	ZRUD Zona Rural de Uso Diversificado
Faz. SACO GRANDE II	Formosa	Manga ou Estiva	RA VII Paranoá	Apa do Planalto Central - Federal e DF	Rio Preto	ZRD Zona Rural de Dinamização	ZRUD Zona Rural de Uso Diversificado
Faz. SOBRADINHO I	Planaltina	Sobradinho	RA V Sobradinho	Apa do Planalto Central - Federal e DF	Córrego Brejo do Lobo	ZRUC Zona Rural de Uso Controlado	ZUEQ Zona Urbana de Expansão e Qualificação
Faz. SOBRADINHO II	Planaltina	Sobradinho	RA V Sobradinho	Apa do Planalto Central - Federal e DF	Córrego Brejo do Lobo	ZRUC Zona Rural de Uso Controlado	ZUEQ Zona Urbana de Expansão e Qualificação
Faz. VELHA	Planaltina	Sobradinho dos Melos	RA V Sobradinho	Apa do Rio São Bartolomeu - Federal e DF	Ribeirão Sobradinho / Córrego Capão da Erva	ZRUC Zona Rural de Uso Controlado / APM Área de Proteção de Manancial	ZRUC Zona Rural de Uso Controlado / APM Área de Proteção de Manancial

A sistematização das informações nos permitiu concluir que, das moradas rurais em análise, duas foram originadas em terras do município goiano de Formosa, três do município de Luziânia e cinco foram desmembradas do município goiano de Planaltina, hoje Planaltina de Goiás. As fazendas estão distribuídas por cinco Regiões Administrativas do DF, em sete imóveis fundiários diferentes, o que, especialmente, propicia diversidade nos estudos de caso selecionados. São em número de cinco as Unidades de Conservação que abrangem as moradias, o que traz relevância para o aspecto ambiental dos locais pesquisados. Quanto aos recursos hídricos, entre rios, ribeirões e córregos, as casas estão às margens de pelo menos oito deles. Segundo o PDOT/2009, oito casas encontram-se em Zona Rural e duas – Fazenda Sobradinho I e Fazenda Sobradinho II – estão inseridas em área urbana, ambas devido a transformação de área rural em área urbana realizada por alteração do PDOT, em abril de 2009.

Como particularidade, temos que, das dez moradas inventariadas, cinco foram selecionadas anteriormente como Patrimônio Vernáculo Rural pelo GT/Brasília⁶⁸ que, em estudos desenvolvidos na década de 80, destacou a importância da preservação de doze exemplares de arquitetura vernacular do centro-oeste localizados no território do DF (Figura 127). As cinco moradas rurais são: Casa da Fazenda Curralinho, na Região Administrativa de Brazlândia; Casa da Fazenda Gama, na Região Administrativa do Núcleo Bandeirante; Casa da Fazenda Monjolo, na Região Administrativa de Planaltina; Casa da Fazenda Saco Grande I (Fazenda Jardim), na Região Administrativa do Paranoá; e Casa da Fazenda Sobradinho I (Sobradinho), na Região Administrativa de mesmo nome.

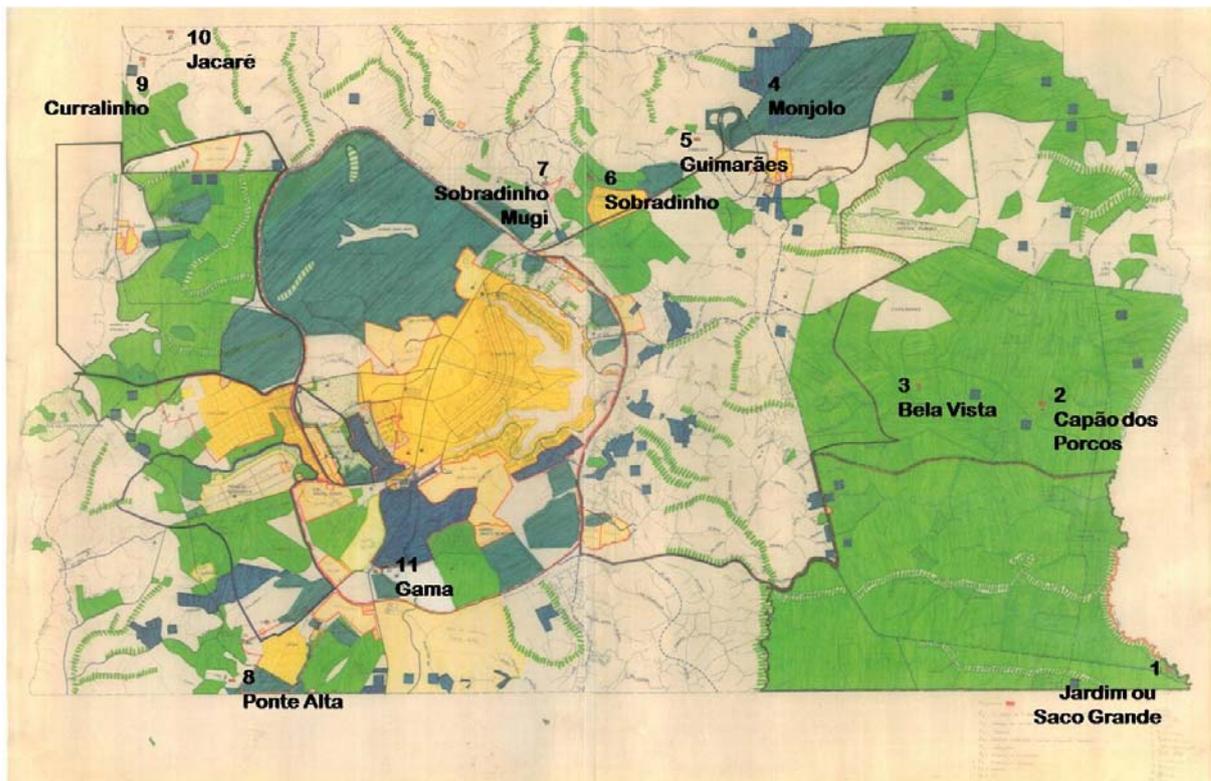


Figura 127 – Mapa elaborado pelo GT/Brasília, em 1985, com a localização das antigas fazendas preexistentes à inauguração da Capital (Adaptado do acervo do DePHA).

⁶⁸ O GT/Brasília, que atuou de 1981 até 1988, foi criado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, então Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN/Fundação Pró-Memória, juntamente com o Governo do Distrito Federal e a Universidade de Brasília – UnB para estudar, propor e adotar medidas que visem a preservação do Patrimônio Histórico e Cultural de Brasília.

Morada da Fazenda Curralinho

Localizada na Região Administrativa de Brazlândia, próxima ao córrego Palmital. O seu entorno é composto por diversas árvores frutíferas e por resquícios de rego d'água, tirado de mina ou de curso de água, que chegava até a porta da casa (**Figuras 128 a 146**).

A morada térrea está situada em área praticamente plana, com declive na parte posterior, tendo o seu núcleo básico construído em formato retangular, com 8,45 metros de frente por 6,20 metros de frente aos fundos, perfazendo 52,39 m². A área total da casa com acréscimo é de 81,25 m². Morada resultante de um núcleo básico constituído de duas faixas horizontais, acrescidas de uma terceira, prioritariamente, destinada à cozinha (**Figura 147 e Quadro 6**).

O embasamento é construído da combinatória de pedras e terra, sobre o qual se sustenta estrutura portante de madeira aparente, com paredes de vedação, externa e internamente em adobe. Ao redor de todas as paredes está nítida a presença do *frechal* que recebe o vigamento de madeira com armação de tesoura. A cobertura de duas águas recebe telhas de fibrocimento. O piso é de assoalho de tábuas e de cimento queimado.

As aberturas, portas e janelas, recebem vergas retas de madeira. As portas são de madeira e os vazios das janelas internamente são fechados pelos escuros⁶⁹ e trancados com tramela⁷⁰.

O sistema construtivo – gaiolas com paredes de vedação de adobe, o embasamento e cobertura –, assim como os materiais empregados – madeira, pedras, areia e barro – são originários e mesmo dependentes do meio. A exceção se dá pelos tijolos furados introduzidos na reforma de um quarto dos fundos e pelas telhas de fibrocimento, colocadas posteriormente. As antigas telhas de capa e canal foram trocadas recentemente e, ainda, se encontram depositadas no terreno.

Segundo suas funções atuais, os espaços internos estão assim distribuídos:

Na porção fronteira pelo espaço social de um lado e por um quarto do outro, que se abre para a sala, todos com janela.

Na faixa central, separados por um corredor, que segue da parte fronteira até a parte posterior, abrem-se dois dormitórios com janelas.

Na parte de fundos, acrescida ao núcleo básico da morada, foi incorporado mais um quarto com janela e a cozinha. Foi notada a ausência de latrinas internas. Estas continuam como “casinhas” nos fundos do quintal.

A iluminação natural é oferecida através das suas pequenas janelas e pelas portas de frente e fundos. A morada não recebe forro em nenhum de seus cômodos e as paredes internas são de meia altura, resultando em boa ventilação.

Plasticamente nota-se a linearidade da planta retangular da morada e a simetria decorrente das aberturas retangulares, portas e janelas. Nas fachadas, frente, laterais e fundos, os cheios predominam sobre os vazios, com ausência de ornamentos.

⁶⁹ Escuro é uma folha desprovida de vidro, venezianas ou outras perfurações que, além de vedar hermeticamente o cômodo, escurece-o (MARTINS, 1978:45).

⁷⁰ Tramela é uma trava, geralmente de madeira, que gira presa a prego ou similar pregado em porta, postigo, janela, etc. para fechá-los (HOUAISS)

Morada da Fazenda Curralinho



Figura 128 – Fachada frontal (Acervo PROAU/FAU/UnB)⁷¹.



Figura 129 – Fachada lateral (Acervo PROAU/FAU/UnB).



Figura 130 – Fachada lateral (Acervo PROAU/FAU/UnB).



Figura 131 – Fachada dos fundos (Acervo PROAU/FAU/UnB).



Figura 132 – Fachada frontal e lateral (Acervo PROAU/FAU/UnB).



Figura 133 – Fachada lateral e fundos, vendo-se o acréscimo em terreno com declive (Acervo PROAU/FAU/UnB).

⁷¹ As fotos do Acervo PROAU/FAU/UnB são do 2º semestre de 2008. A data das demais será referenciada nas legendas.



Figura 134 – Janela da frente (Acervo PROAU/FAU/UnB).



Figura 135 – Detalhe da estrutura portante de madeira aparente (gaiola) (Acervo PROAU/FAU/UnB).



Figura 136 – Corredor interno que se estende da frente até o quintal (Acervo PROAU/FAU/UnB).



Figura 137 – Detalhe da estrutura do telhado em madeira (Acervo PROAU/FAU/UnB).



Figura 138 – Detalhe da fachada dos fundos (Acervo PROAU/FAU/UnB).



Figura 139 – Cozinha da fazenda Curralinho. Foto de Márcio Vianna, anos 80 (BERTRAN, 2000:179).

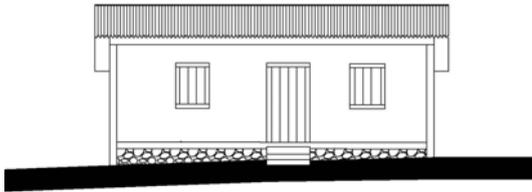


Figura 140 - Fachada Sul (Acervo PROAU/FAU/UnB).

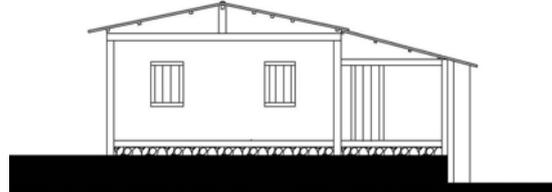


Figura 141 - Fachada Leste (Acervo PROAU/FAU/UnB).

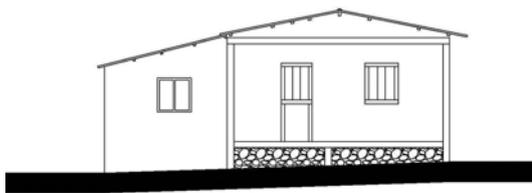


Figura 142 - Fachada Oeste - (Acervo PROAU/FAU/UnB).

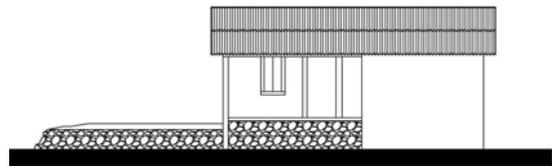


Figura 143 - Fachada Norte (Acervo PROAU/FAU/UnB).

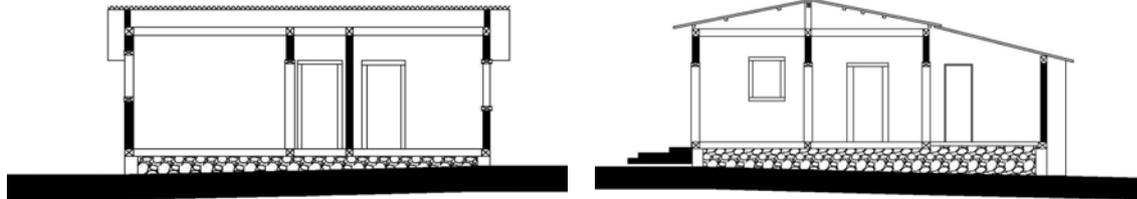


Figura 144 - Corte AA' (Acervo PROAU/FAU/UnB). Figura 145 - Corte BB' - (Acervo PROAU/FAU/UnB).

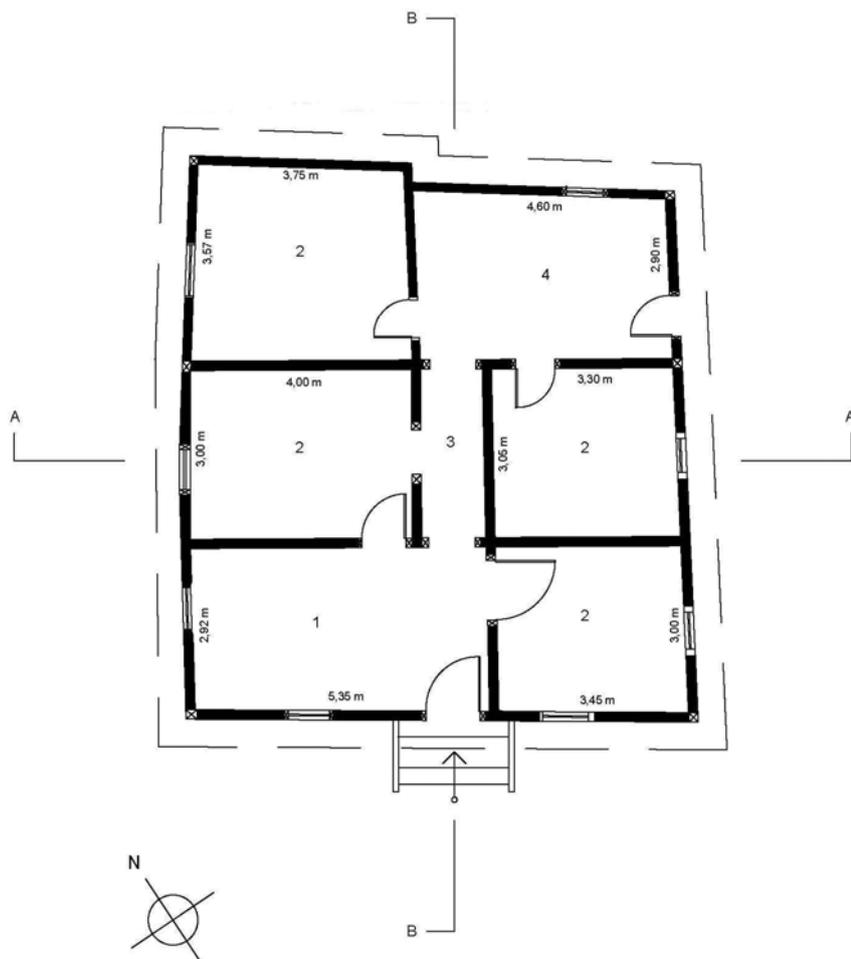


Figura 146 - Planta baixa da casa da Fazenda Curralinho. Área do Núcleo Básico de 52,39 m²; Área total de 81,25 m² (Acervo PROAU/FAU/UnB).

Legenda: 1. Sala; 2. Quarto; 3. Corredor; 4. Cozinha.

As principais características da morada da Fazenda Curralinho são (Quadro 6):

- 1- casa térrea, com núcleo básico de planta retangular, acrescido de prolongo;
- 2- núcleo básico constituído de duas faixas horizontais, acrescidas de uma terceira, prioritariamente, destinada à cozinha;
- 3- cobertura de 2 águas com telhas de fibrocimento e estrutura do telhado em madeira, sem forro;
- 4- materiais originários da própria região;
- 5- estrutura portante de madeira aparente;
- 6- paredes de adobe sobre embasamento de pedra, sendo as paredes internas de meia altura;
- 7- piso de tábuas e de cimento queimado;
- 8- janelas e portas de madeira, de vergas retas;
- 9- presença de quintal com árvores frutíferas;
- 10- curso d'água próximo.

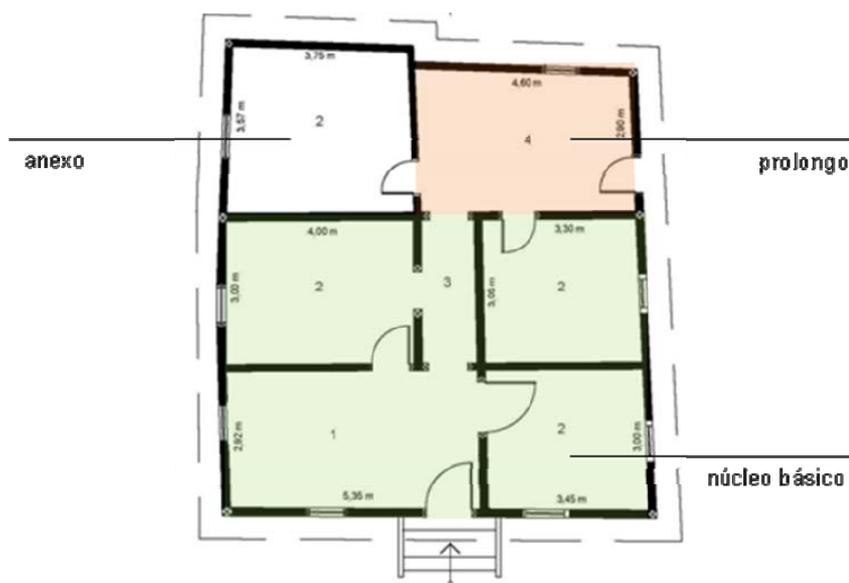


Figura 147 - Planta baixa da morada da Fazenda Curralinho, destacados núcleo básico, prolongo e anexo.

Morada da Fazenda Desterro

Localizada na Região Administrativa de Brazlândia, próxima ao córrego Currealinho. O seu entorno é composto por diversas árvores frutíferas e por resquícios de rego d'água, tirado de mina ou de curso de água, que chegava até a porta da casa (**Figuras 148 a 166**).

A morada térrea está situada em área plana, com declive para a lateral direita, tendo o seu núcleo básico construído em formato retangular, com 7,35 metros de frente por 11,50 metros de frente aos fundos, perfazendo 84,53 m². A área total da casa com acréscimo é de 226,63 m². Morada resultante de um núcleo básico constituído de três faixas verticais, acrescidas de uma quarta na horizontal, inicialmente, destinada à cozinha (**Figura 167 e Quadro 6**).

Sobre embasamento revestido com argamassa, sustenta-se, hoje, estrutura de concreto. Pode-se observar parte da estrutura portante de madeira aparente que existia antes das alterações realizadas na edificação. Majoritariamente, paredes de tijolo maciço, que se alternam com paredes de vedação em adobe. Com a reforma não é mais possível perceber a presença do *frechal*, embora parte dele seja visível nas fachadas e haja vigas de arceira aparente no interior da casa. A cobertura de duas águas recebe telhas de fibrocimento. O piso é de cimento queimado e cerâmica.

As janelas são retangulares e horizontais, com vidro, do tipo basculante e de correr, todas com gradeados de ferro. As portas são de madeira e recebem vergas retas de madeira.

Com as sucessivas reformas, o sistema construtivo original – gaiolas com paredes de vedação de adobe; embasamento de pedras e terra; e cobertura de quatro águas de telha de capa e canal – foi totalmente desfigurado. Assim, grande parte dos materiais hoje presente na edificação é industrializada e sem nenhuma conexão com meio.

Segundo suas funções, inicialmente, os espaços internos estavam assim distribuídos:

Na porção fronteira pelo espaço social de um lado e por um quarto do outro, que se abria para a sala, todos com janela.

Na faixa central, separados por um corredor, que seguia da parte fronteira até a parte posterior, abriam-se mais dois dormitórios com janelas. Atualmente, o uso mudou, a antiga parte fronteira se transformou na parte posterior, onde se localiza a cozinha, um banheiro e depósito.

Na parte de fundos, acrescida ao núcleo básico da morada original, hoje existem três quartos, duas salas e um banheiro.

A iluminação natural é oferecida através das janelas e pelas portas de frente e fundos. A morada apresenta forro com ripas de madeira, instalado recentemente.

Plasticamente a morada perdeu toda a sua autenticidade (**Figuras 148 e 159**), com as sucessivas reformas e intervenções.

Morada da Fazenda Desterro



Figura 148 – Fachada frontal (Acervo PROAU/FAU/UnB).



Figura 149 – Fachada lateral (Acervo PROAU/FAU/UnB).



Figura 150 – Fachada dos fundos (Acervo PROAU/FAU/UnB).



Figura 151 – Fachada lateral (Acervo PROAU/FAU/UnB).



Figura 152 – Fachada lateral, vendo-se a linha divisória entre o núcleo básico e o acréscimo (Acervo PROAU/FAU/UnB).



Figura 153 – Vista interna do alpendre lateral (Acervo PROAU/FAU/UnB).



Figura 154 – Detalhe da antiga bica (Acervo PROAU/FAU/UnB).



Figura 155 – Detalhe da antiga bica, quando o rego d'água chegava próximo à casa (Acervo PROAU/FAU/UnB).



Figura 156 – Detalhe da antiga estrutura de madeira aparente (Acervo PROAU/FAU/UnB).



Figura 157 – Detalhe da antiga estrutura do telhado (Acervo PROAU/FAU/UnB).



Figura 158 – Detalhe da atual estrutura do telhado sobrepondo-se a estrutura antiga (Acervo PROAU/FAU/UnB).



Figura 159 – Fazenda Desterro. Foto de Márcio Vianna, anos 80 (BERTRAN, 2000:191).

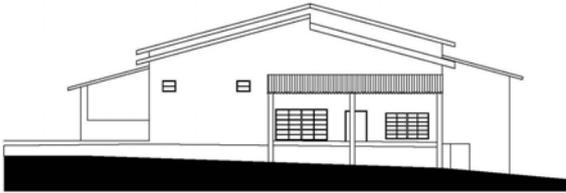


Figura 160 - Fachada Sudeste (Acervo PROAU/FAU/UnB).



Figura 161 - Fachada Sudoeste (Acervo PROAU/FAU/UnB).



Figura 162 - Fachada Noroeste (Acervo PROAU/FAU/UnB).

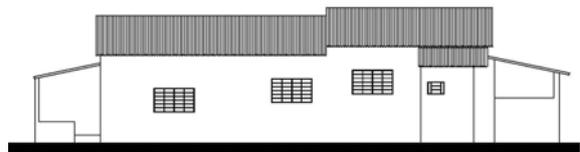


Figura 163 - Fachada Nordeste (Acervo PROAU/FAU/UnB).

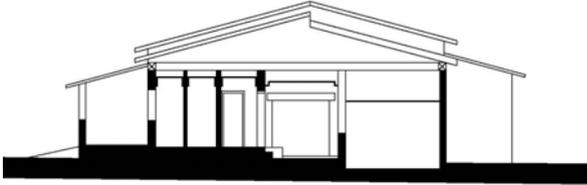


Figura 164 - Corte AA' (Acervo PROAU/FAU/UnB).

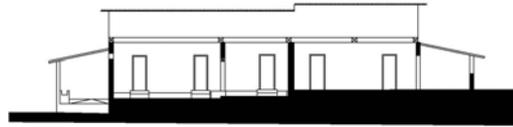


Figura 165 - Corte BB' (Acervo PROAU/FAU/UnB).

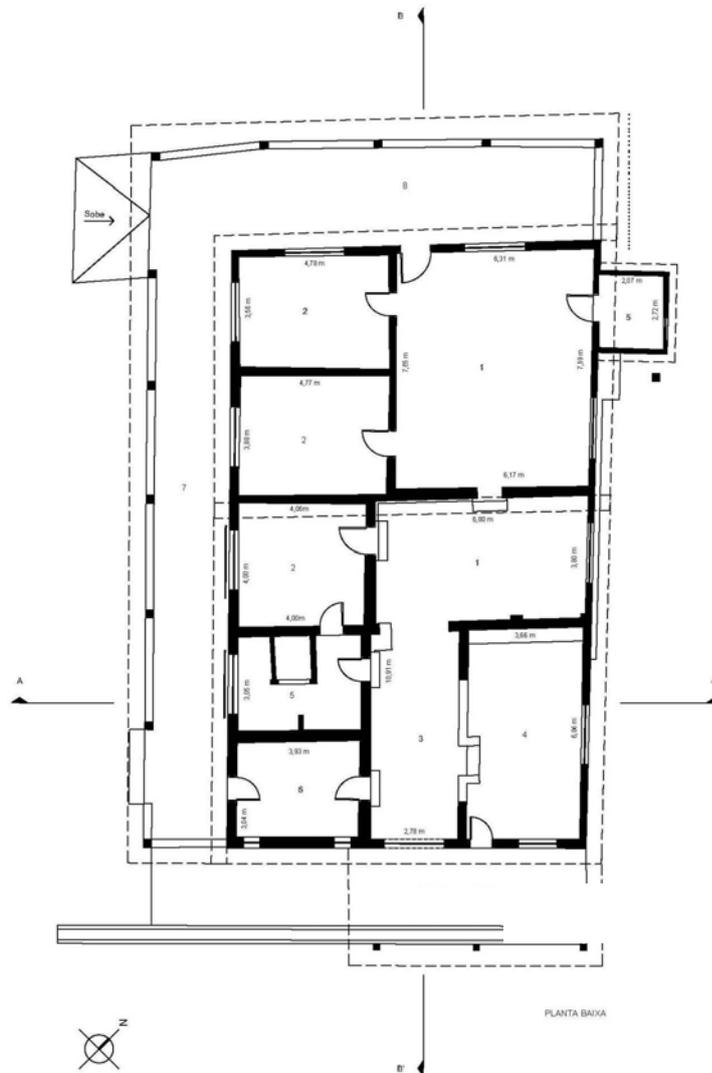


Figura 166 - Planta baixa da casa da Fazenda Desterro. Área do Núcleo Básico de 84,53 m²; Área total de 226,63 m² (Acervo PROAU/FAU/UnB).

Legenda: 1. Sala; 2. Quarto; 3. Circulação; 4. Cozinha; 5. Banheiro; 6. Depósito; 7. Alpendre; 8. Garagem.

As principais características da morada da Fazenda Desterro são (**Quadro 6**):

- 1- casa térrea, com núcleo básico de planta retangular, acrescido de prolongo;
- 2- núcleo básico constituído de três faixas verticais, acrescidas de uma quarta na horizontal, inicialmente, destinada à cozinha;
- 3- cobertura de 2 águas com telhas de fibrocimento e forro de ripas de madeira;
- 4- parte dos materiais originários da própria região;
- 5- sobre embasamento revestido com argamassa, sustenta-se, hoje, estrutura de concreto;
- 6- majoritariamente, paredes de tijolo maciço, que se alternam com paredes de vedação em adobe;
- 7- piso de cimento queimado e cerâmica;
- 8- janelas com vidro e perfis de ferro, do tipo basculante e de correr;
- 9- portas de madeira, de vergas retas;
- 10- presença de quintal com árvores frutíferas;
- 11- curso d'água próximo.



Figura 167 - Planta baixa da morada da Fazenda Desterro, destacados núcleo básico, prolongo e anexo.

Morada da Fazenda Gama

Localizada na Região Administrativa do Núcleo Bandeirante, próxima ao ribeirão do Gama. O seu entorno é composto por diversas árvores frutíferas (**Figuras 168 a 186**).

A morada térrea está situada em plataforma plana, tendo o seu núcleo básico planta quadrada, com 10,00 metros de frente por 10,00 metros de frente aos fundos, perfazendo 100,00 m². A área total da casa com acréscimo é de 200,10 m². Morada resultante de um núcleo básico constituído de três faixas verticais, acrescidas de uma quarta, prioritariamente, destinada à cozinha (**Figura 187 e Quadro 6**).

Sobre embasamento revestido com argamassa, sustenta-se estrutura portante de madeira aparente, com paredes de vedação, externa e internamente em adobe. Ao redor de todas as paredes está nítida a presença do *frechal* que recebe o vigamento de madeira com armação de tesoura. A cobertura de quatro águas recebe telha francesa, contrariando totalmente o estilo da morada. O piso é de assoalho de tábuas e de cimento queimado.

As aberturas, portas e janelas, recebem vergas retas de madeira. As portas são de madeira e os vazios das janelas internamente são fechados pelos escuros e trancados com tramela. À exceção de duas janelas – uma de correr e outra de balsa.

O sistema construtivo – gaiolas com paredes de vedação de adobe, o embasamento e cobertura –, assim como os materiais empregados – madeira, pedras, areia e barro – são originários e mesmo dependentes do meio. A exceção se dá pelas telhas francesas e pelas janelas colocadas posteriormente.

Segundo suas funções atuais, os espaços internos estão assim distribuídos:

Na porção fronteira pelo espaço social de um lado e por dois quartos do outro, que se abrem para o corredor, todos com janela.

Na faixa central, novamente, pelo espaço social de um lado e, do outro, um dormitório e um banheiro, que se abrem para o corredor, todos com janela.

Na parte de fundos, acrescida ao núcleo básico da morada, foram incorporados, contígua ao espaço social, a cozinha, e, no outro extremo, mais quatro quartos.

A iluminação natural é oferecida através das muitas janelas e por quatro portas. A morada não recebe forro em nenhum de seus cômodos e as paredes internas são de meia altura, resultando em boa ventilação.

A composição harmônica é principalmente sentida na superfície fronteira externa – duas portas ladeando quatro janelas e com os cheios predominando sobre os vazios, com ausência de ornamentos. Plasticamente nota-se a linearidade e simetria decorrentes das aberturas quadradas das janelas e retangulares da porta na fachada.

Morada da Fazenda Gama



Figura 168 – Fachada frontal (Foto: Vera Braun Galvão, 2005).



Figura 169 – Fachada dos Fundos (Foto: Vera Braun Galvão, 2005).



Figura 170 – Fachada lateral (Foto: Vera Braun Galvão, 2005).



Figura 171 – Fachada lateral (Foto: Vera Braun Galvão, 2005).



Figura 172 – Fachada lateral e dos fundos (Foto: Vera Braun Galvão, 2005).



Figura 173 – Fachada dos fundos (Foto: Vera Braun Galvão, 2005).



Figura 174 – Corredor interno (Acervo PROAU/FAU/UnB).



Figura 175 – Detalhe interno do acréscimo em nível mais baixo (Acervo PROAU/FAU/UnB).



Figura 176 – Detalhe da estrutura do telhado em madeira (Foto: Vera Braun Galvão, 2005).



Figura 177 – Detalhe da janela de madeira de uma folha (Foto: Vera Braun Galvão, 2005).



Figura 178 – Fachada lateral e fundos. Década de 50 (Acervo DePHA).

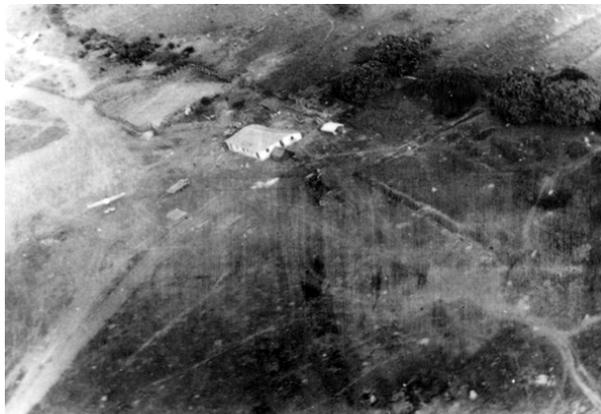


Figura 179 – Vista aérea da Fazenda Gama. Década de 50 (Acervo DePHA).

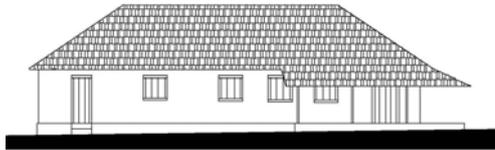


Figura 180 - Fachada Noroeste (Acervo PROAU/FAU/UnB).



Figura 181 - Fachada Sudeste (Acervo PROAU/FAU/UnB).



Figura 182 - Fachada Sudoeste (Acervo PROAU/FAU/UnB).

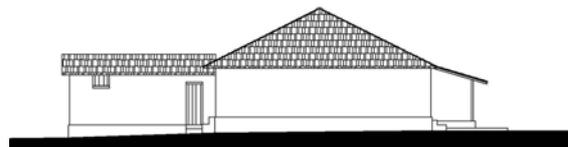


Figura 183 - Fachada Noroeste (Acervo PROAU/FAU/UnB).

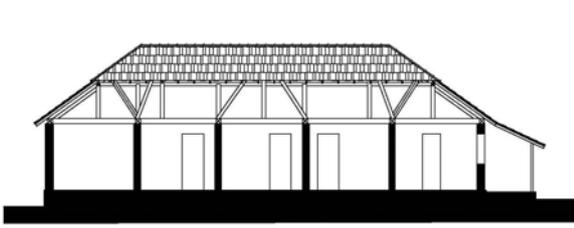


Figura 184 - Corte AA' (Acervo PROAU/FAU/UnB).

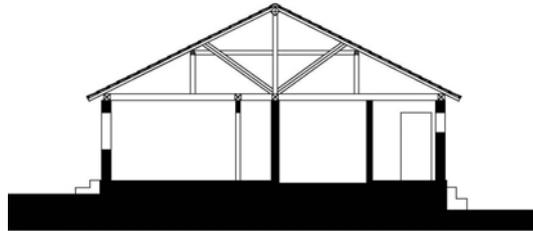


Figura 185 - Corte BB' - (Acervo PROAU/FAU/UnB).

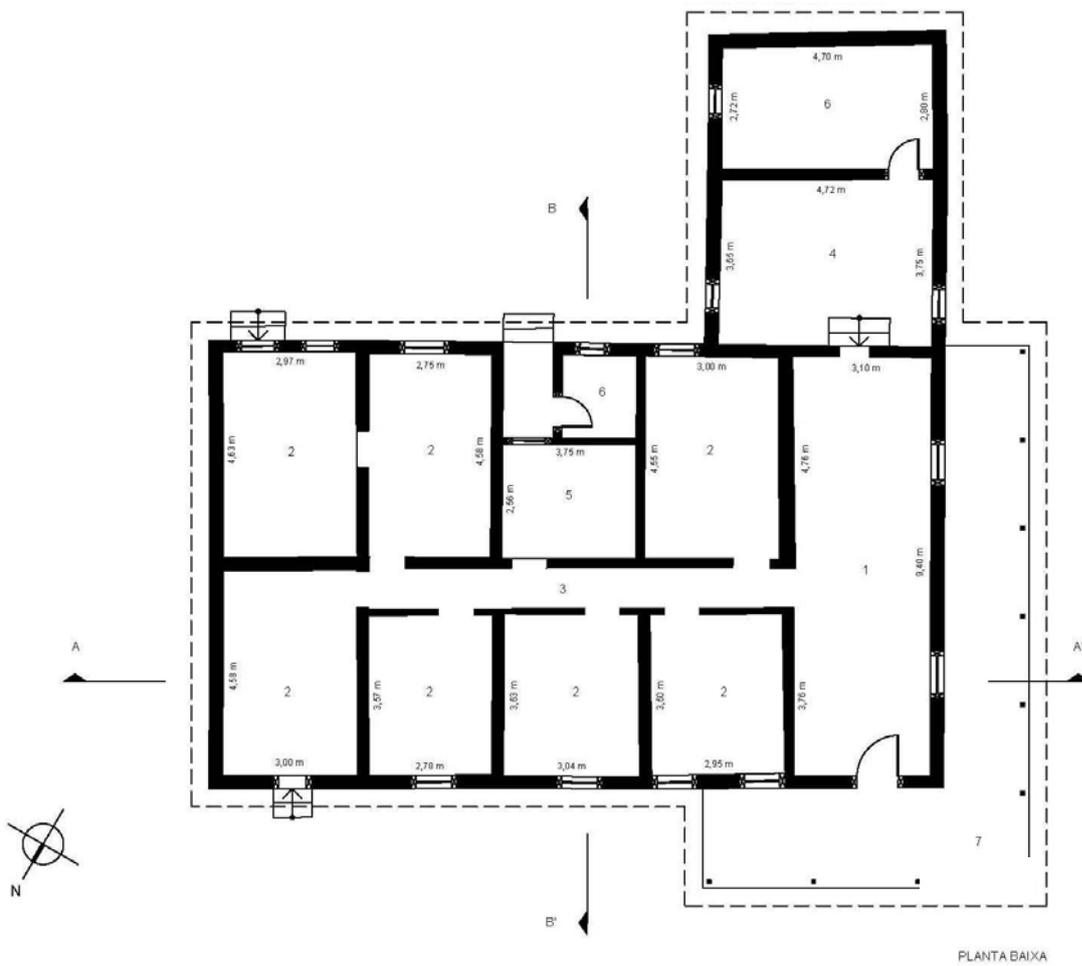


Figura 186 - Planta baixa da casa da Fazenda Gama. Área do Núcleo Básico de 100,00 m²; Área total de 200,10 m² (Acervo PROAU/FAU/UnB).

Legenda: 1. Sala; 2. Quarto; 3. Corredor; 4. Cozinha; 5. Banheiro; 6. Depósito; 7. Alpendre.

As principais características da morada da Fazenda Gama são (**Quadro 6**):

- 1- casa térrea, com núcleo básico de planta quadrada, acrescido de prolongo;
- 2- núcleo básico constituído de três faixas verticais, acrescidas de uma quarta, prioritariamente, destinada à cozinha;
- 3- cobertura de 4 águas com telha francesa e estrutura do telhado em madeira, sem forro;
- 4- materiais originários da própria região;
- 5- estrutura portante de madeira aparente;
- 6- paredes de adobe sobre embasamento revestido com argamassa, sendo as paredes internas de meia altura;
- 7- piso de tábuas e de cimento queimado;
- 8- majoritariamente, janelas e portas de madeira, de vergas retas;
- 9- presença de quintal com árvores frutíferas;
- 10- curso d'água próximo.



Figura 187 - Planta baixa da morada da Fazenda Gama, destacados núcleo básico, prolongo e anexo.

Morada da Fazenda Monjolo I

Localizada na Região Administrativa de Planaltina, próxima ao ribeirão Palmeiras. O seu entorno é composto por diversas árvores frutíferas e por resquícios de rego d'água, tirado de mina ou de curso de água, que chegava até a porta da casa (**Figuras 188 a 206**).

A morada térrea está situada em área plana, com declive na parte posterior, tendo o seu núcleo básico construído em formato retangular, com 10,00 metros de frente por 7,30 metros de frente aos fundos, perfazendo 73,00 m². A área total da casa com acréscimo é de 137,08 m². Morada resultante de um núcleo básico constituído de duas faixas horizontais, acrescidas de uma terceira, inicialmente, destinada à cozinha (**Figura 207 e Quadro 6**).

O embasamento é construído da combinatória de pedras e terra, sobre o qual se sustenta estrutura portante de madeira aparente, com paredes de vedação, externa e internamente em adobe. Ao redor de todas as paredes está nítida a presença do *frechal* que recebe o vigamento de madeira com armação de tesoura. A cobertura de quatro águas recebe telhas de capa e canal. O piso é de assoalho de tábuas e de cimento queimado.

As aberturas, portas e janelas, recebem vergas retas de madeira. As portas são de madeira e, à exceção de uma janela que se mantém fechada por escuro, os vazios das janelas internamente são fechados por perfis de ferro com vidro, colocados recentemente.

O sistema construtivo – gaiolas com paredes de vedação de adobe, o embasamento e cobertura –, assim como os materiais empregados – madeira, pedras, areia e barro – são originários e mesmo dependentes do meio. A exceção se dá pelas janelas introduzidas em reforma recente.

Segundo suas funções atuais, os espaços internos estão assim distribuídos:

Na porção fronteira pelo espaço social de um lado e por um quarto do outro, que se abre para a sala, todos com janela.

Na faixa central, separados por um corredor, que segue da parte fronteira até a parte posterior, abrem-se dois dormitórios com janelas.

Na parte de fundos, acrescida ao núcleo básico da morada, foram incorporados um quarto, cozinha, sala, todos com janela; banheiro e área de serviço cercada.

A iluminação natural é oferecida através das suas janelas e pelas portas de frente e fundos. A morada não recebe forro em nenhum de seus cômodos e as paredes internas são de meia altura, resultando em boa ventilação.

A composição harmônica é principalmente sentida na superfície fronteira externa – duas janelas ladeando a porta central –, com os cheios predominando sobre os vazios e ausência de ornamentos. Plasticamente nota-se a linearidade e simetria decorrentes das aberturas quadradas das janelas e retangular da porta na fachada.

Morada da Fazenda Monjolo I



Figura 188 – Fachada frontal (Acervo PROAU/FAU/UnB).



Figura 189 – Fachada dos fundos (Acervo PROAU/FAU/UnB).



Figura 190 – Fachada frontal e lateral (Acervo PROAU/FAU/UnB).



Figura 191 – Acréscimo à fachada frontal (Acervo PROAU/FAU/UnB).



Figura 192 – Fachada lateral e fundos, vendo-se detalhe do cunhal e baldrames de madeira (Acervo PROAU/FAU/UnB).



Figura 193 – Porta da frente (Acervo PROAU/FAU/UnB).



Figura 194 – Detalhe interno do acréscimo em nível mais baixo (Acervo PROAU/FAU/UnB).



Figura 195 – Porta dos fundos (Acervo PROAU/FAU/UnB).



Figura 196 – Corredor interno que se estende da frente até o quintal (Acervo PROAU/FAU/UnB).



Figura 197 – Interior da casa (Acervo PROAU/FAU/UnB).



Figura 198 – Detalhe da estrutura do telhado em madeira (Acervo PROAU/FAU/UnB).



Figura 199 – Detalhe da estrutura portante de madeira aparente (gaiola) e do embasamento de pedra e terra, década de 1980 (Acervo DePHA).

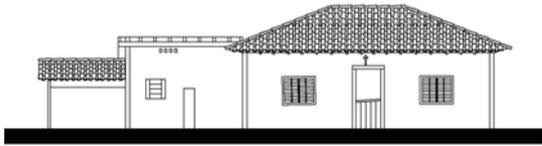


Figura 200 - Fachada Norte (Acervo PROAU/FAU/UnB).



Figura 201 - Fachada Sul (Acervo PROAU/FAU/UnB).

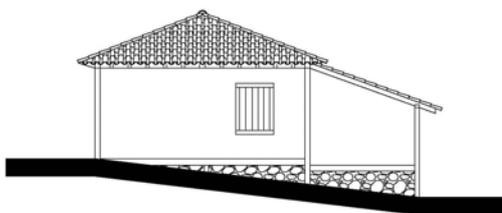


Figura 202 - Fachada Oeste (Acervo PROAU/FAU/UnB).

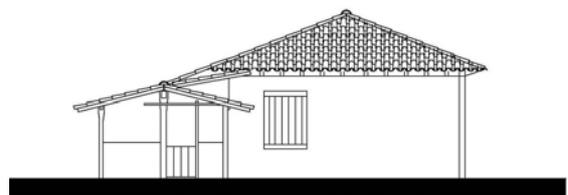


Figura 203 - Fachada Leste (Acervo PROAU/FAU/UnB).

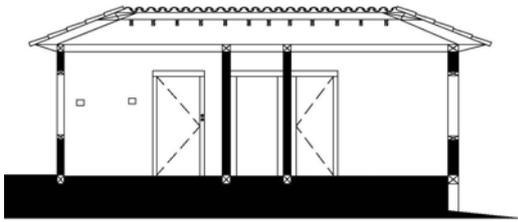


Figura 204 - Corte AA' (Acervo PROAU/FAU/UnB).

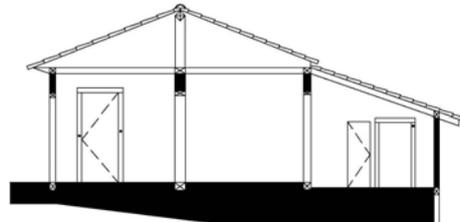


Figura 205 - Corte BB' (Acervo PROAU/FAU/UnB).

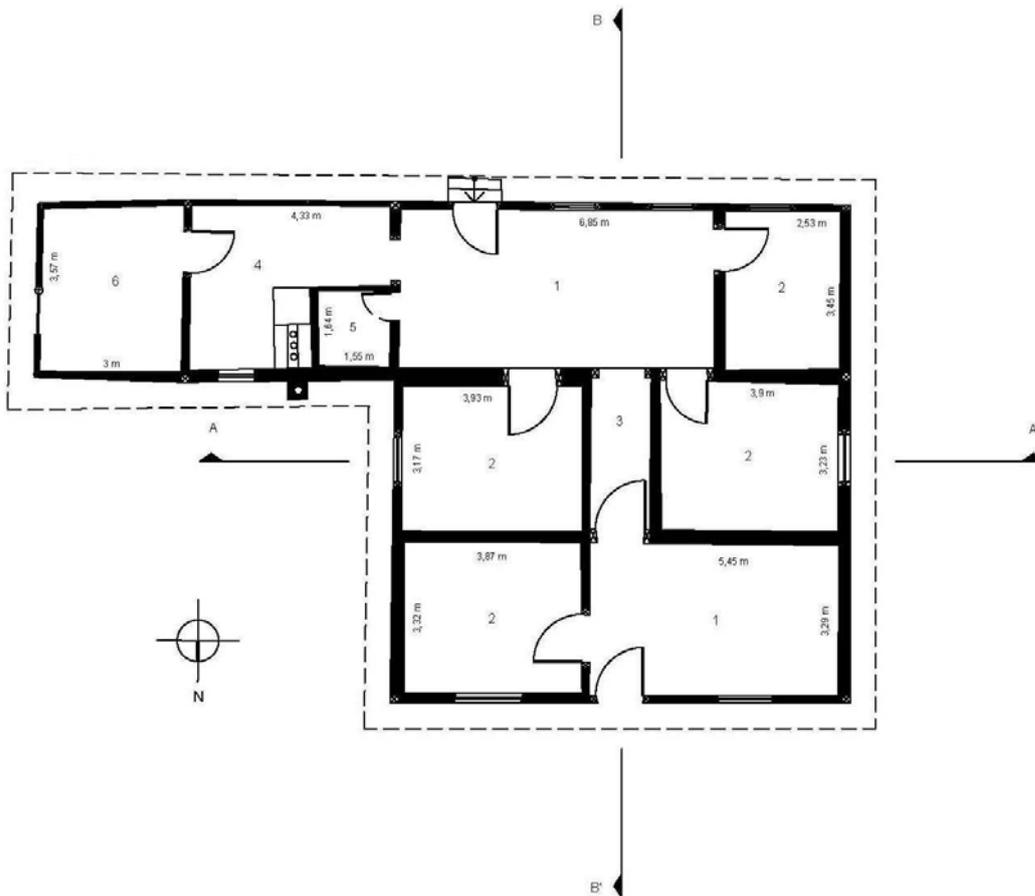


Figura 206 - Planta baixa da casa da Fazenda Monjolo I. Área do Núcleo Básico de 73,00 m²; Área total de 137,08 m² (Acervo PROAU/FAU/UnB).

Legenda: 1. Sala; 2. Quarto; 3. Corredor; 4. Cozinha; 5. Banheiro; 6. Depósito.

As principais características da morada da Fazenda Monjolo I são (Quadro 6):

- 1- casa térrea, com núcleo básico de planta retangular, acrescido de prolongo;
- 2- núcleo básico constituído de duas faixas horizontais, acrescidas de uma terceira, inicialmente, destinada à cozinha;
- 3- cobertura de 4 águas com telhas de capa e canal e estrutura do telhado em madeira, sem forro;
- 4- materiais originários da própria região;
- 5- estrutura portante de madeira aparente;
- 6- paredes de adobe sobre embasamento de pedra, sendo as paredes internas de meia altura;
- 7- piso de tábuas e de cimento queimado;
- 8- janelas com vidro e perfis de ferro, do tipo basculante e de correr;
- 9- portas de madeira, de vergas retas;
- 10- presença de quintal com árvores frutíferas;
- 11- curso d'água próximo.

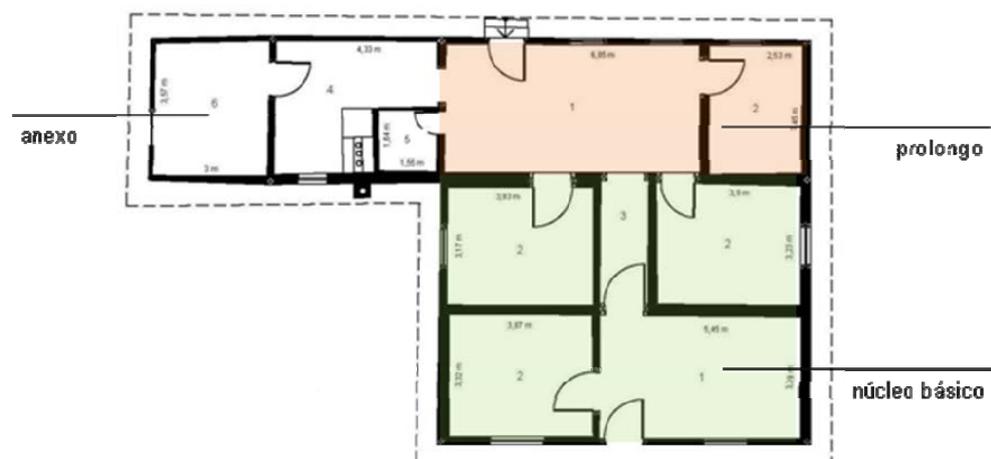


Figura 207 - Planta baixa da morada da Fazenda Monjolo I, destacados núcleo básico, prolongo e anexo.

Morada da Fazenda Monjolo II

Localizada na Região Administrativa de Planaltina, próxima ao ribeirão Palmeiras. O seu entorno é composto por diversas árvores frutíferas e por resquícios de rego d'água, tirado de mina ou de curso de água, que chegava até a porta da casa (**Figuras 208 a 226**).

A morada térrea está situada em área plana, com declive na parte posterior, tendo o seu núcleo básico construído em formato retangular, com 11,80 metros de frente por 5,60 metros de frente aos fundos, perfazendo 66,08 m². A área total da casa com acréscimo é de 133,07 m². Morada resultante de um núcleo básico constituído de três faixas verticais, acrescidas de uma quarta, prioritariamente, destinada à cozinha (**Figura 227 e Quadro 6**).

O embasamento é construído da combinatória de pedras e terra, sobre o qual se sustenta estrutura portante de madeira aparente, com paredes de vedação, externa e internamente em adobe. Ao redor de todas as paredes está nítida a presença do *frechal* que recebe o vigamento de madeira com armação de tesoura. A cobertura em múltiplos planos recebe telhas de capa e canal. O piso é de cimento queimado.

As aberturas, portas e janelas, recebem vergas retas de madeira. As portas são de madeira e os vazios das janelas internamente são fechados pelos escuros e trancados com tramela. À exceção de quatro janelas de báscula, na lateral esquerda da edificação.

O sistema construtivo – gaiolas com paredes de vedação de adobe o embasamento e cobertura–, assim como os materiais empregados – madeira, pedras, areia e barro – são originários e mesmo dependentes do meio. A exceção se dá pelas janelas introduzidas em reforma recente.

Segundo suas funções atuais, os espaços internos estão assim distribuídos:

Na porção fronteira por dois quartos com janela, um de cada lado, e pelo corredor central, que atravessa a edificação e funciona também como espaço social.

Na faixa central, separados pelo corredor, mais dois dormitórios com janelas.

Na parte de fundos, acrescida ao núcleo básico da morada, foram incorporados uma sala, cozinha, e banheiro, todos com janela, formando um pátio interno.

A iluminação natural é oferecida através das suas janelas e pelas portas de frente e fundos. A morada não recebe forro em nenhum de seus cômodos e as paredes internas são de meia altura, resultando em boa ventilação.

A composição harmônica é principalmente sentida na superfície fronteira externa – quatro janelas ladeando a porta central –, com os cheios predominando sobre os vazios e ausência de ornamentos. Plasticamente nota-se a linearidade e simetria decorrentes das aberturas retangulares das janelas e da porta na fachada.

Morada da Fazenda Monjolo II



Figura 208 – Fachada frontal (Acervo PROAU/FAU/UnB).



Figura 209 – Fachada lateral (Acervo PROAU/FAU/UnB).



Figura 210 – Fachada lateral (Acervo PROAU/FAU/UnB).



Figura 211 – Fachada dos fundos (Acervo PROAU/FAU/UnB).



Figura 212 – Detalhe da fachada frontal (Acervo PROAU/FAU/UnB).



Figura 213 – Sr. Viriato e o forno de Barro (Acervo PROAU/FAU/UnB).



Figura 214 – Porta da frente (Acervo PROAU/FAU/UnB).



Figura 215 – Detalhe da porta de madeira (Acervo PROAU/FAU/UnB).



Figura 216 – Corredor interno (Acervo PROAU/FAU/UnB).



Figura 217 – Detalhe da estrutura do telhado em madeira (Acervo PROAU/FAU/UnB).

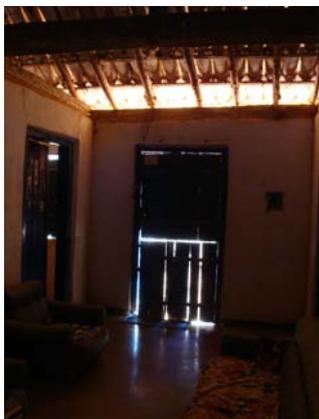


Figura 218 – Interior da casa (Acervo PROAU/FAU/UnB).

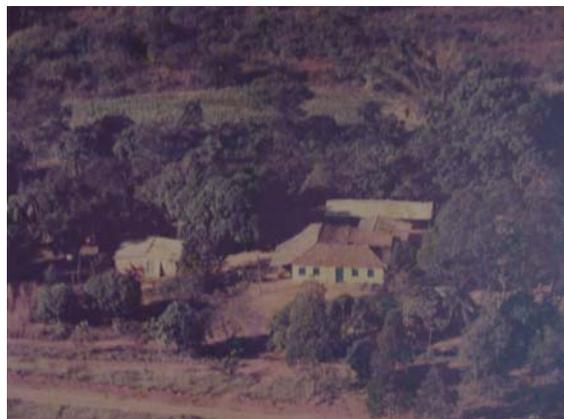


Figura 219 – Vista aérea da fazenda Monjolo II (Acervo do proprietário da Fazenda, s/i).

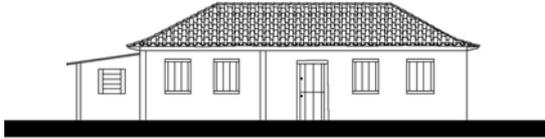


Figura 220 - Fachada Anterior (Acervo PROAU/FAU/UnB).

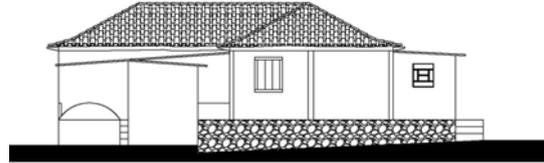


Figura 221 - Fachada Posterior (Acervo PROAU/FAU/UnB).

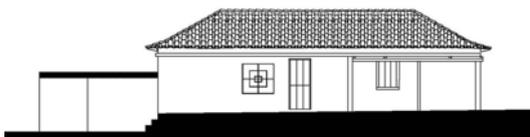


Figura 222 - Fachada Esquerda (Acervo PROAU/FAU/UnB).

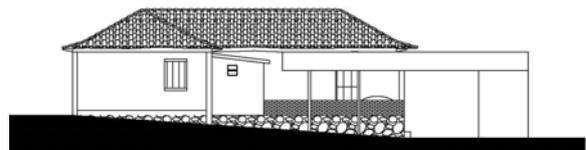


Figura 223 - Fachada Direita (Acervo PROAU/FAU/UnB).

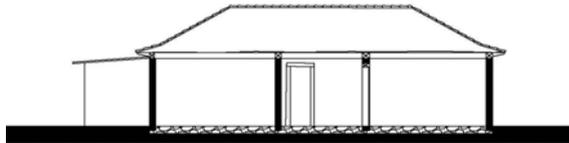


Figura 224 - Corte AA' (Acervo PROAU/FAU/UnB).

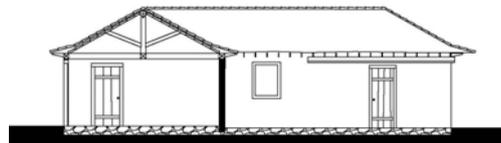


Figura 225 - Corte BB' (Acervo PROAU/FAU/UnB).

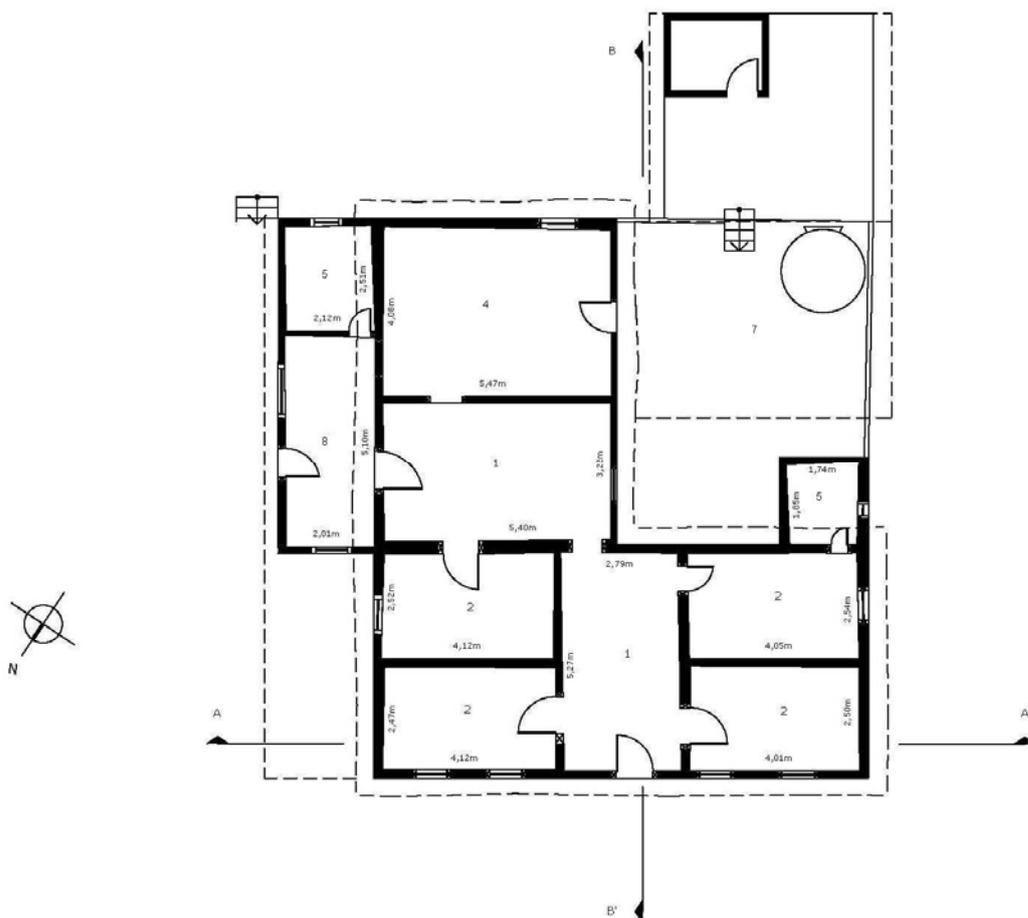


Figura 226 - Planta baixa da casa da Fazenda Monjolo II. Área do Núcleo Básico de 66,08 m²; Área total de 133,07 m² (Acervo PROAU/FAU/UnB).

Legenda: 1. Sala; 2. Quarto; 4. Cozinha; 5. Banheiro; 7. Alpendre; 8. Garagem.

As principais características da morada da Fazenda Monjolo II são (Quadro 6):

- 1- casa térrea, com núcleo básico de planta retangular, acrescido de prolongo;
- 2- núcleo básico constituído de três faixas verticais, acrescidas de uma quarta, prioritariamente, destinada à cozinha;
- 3- cobertura em múltiplos planos recebe telhas de capa e canal, com estrutura do telhado em madeira, sem forro;
- 4- materiais originários da própria região;
- 5- estrutura portante de madeira aparente;
- 6- paredes de adobe sobre embasamento de pedra, sendo as paredes internas de meia altura;
- 7- piso de cimento queimado;
- 8- majoritariamente, janelas e portas de madeira, de vergas retas;
- 9- presença de quintal com árvores frutíferas;
- 10- curso d'água próximo.



Figura 227 - Planta baixa da morada da Fazenda Monjolo II, destacados núcleo básico, prolongo e anexo.

Morada da Fazenda Saco Grande I

Localizada na Região Administrativa do Paranoá, próxima ao Rio Preto. O seu entorno é composto por diversas árvores frutíferas e por resquícios de rego d'água, tirado de mina ou de curso de água, que chegava até a porta da casa (**Figuras 228 a 246**).

A morada térrea está situada em área com declive da frente para a parte posterior, tendo o seu núcleo básico construído em formato retangular, com 6,50 metros de frente por 5,40 metros de frente aos fundos, perfazendo 35,10 m². A área total da casa com acréscimo é de 133,36 m². Morada resultante de um núcleo básico constituído de duas faixas horizontais, acrescidas de uma terceira, prioritariamente, destinada à cozinha (**Figura 247 e Quadro 6**).

O embasamento é construído da combinatória de pedras e terra, sobre o qual se sustenta estrutura portante de madeira aparente, com paredes de vedação, externa e internamente em adobe. Ao redor de todas as paredes está nítida a presença do *frechal* que recebe o vigamento de madeira com armação de tesoura. A cobertura em múltiplos planos recebe telas de capa e canal. O piso é de cimento queimado.

As aberturas, portas e janelas, recebem vergas retas de madeira. As portas são de madeira e os vazios das janelas internamente são fechados pelos escuros e trancados com tramela.

O sistema construtivo – gaiolas com paredes de vedação de adobe, o embasamento e cobertura –, assim como os materiais empregados – madeira, pedras, areia e barro – são originários e mesmo dependentes do meio.

Segundo suas funções atuais, os espaços internos estão assim distribuídos:

Na porção fronteira pelo espaço social de um lado e um quarto do outro que se abre para a sala, todos com janela.

Na faixa central, existem duas alcovas⁷².

Na parte de fundos e laterais, acrescidas ao núcleo básico da morada, foram incorporados mais três quartos, um banheiro e uma grande cozinha, todos com janela.

A iluminação natural é oferecida através das suas pequenas janelas e pelas portas de frente e fundos. A morada não recebe forro em nenhum de seus cômodos e as paredes internas são de meia altura, resultando em boa ventilação.

Plasticamente nota-se a linearidade da planta retangular da morada e a simetria decorrente das aberturas retangulares, portas e janelas. Nas fachadas, frente e laterais, os cheios predominam sobre os vazios, com ausência de ornamentos.

⁷² Pequeno quarto de dormir situado no interior da casa, sem passagens para o exterior (HOUAISS, 2001).

Morada da Fazenda Saco Grande I



Figura 228 – Fachada frontal (Acervo PROAU/FAU/UnB).



Figura 229 – Fachada dos Fundos (Acervo PROAU/FAU/UnB).



Figura 230 – Fachada lateral (Acervo PROAU/FAU/UnB).



Figura 231 – Fachada lateral (Acervo PROAU/FAU/UnB).



Figura 232 – Detalhe do cunhal (Acervo PROAU/FAU/UnB).



Figura 233 – Porta da frente (Acervo PROAU/FAU/UnB).



Figura 234 – Detalhe da estrutura do telhado em madeira (Acervo PROAU/FAU/UnB).



Figura 235 – Interior da casa (Acervo PROAU/FAU/UnB).



Figura 236 – Detalhe da janela e porta em madeira (Acervo PROAU/FAU/UnB).



Figura 237 – Interior da casa (Acervo PROAU/FAU/UnB).



Figura 238 – Detalhe estruturado e telhado em madeira (Acervo PROAU/FAU/UnB).



Figura 239 – Detalhe do cunhal e cobertura com telhas de barro (Acervo PROAU/FAU/UnB).



Figura 240 - Fachada Anterior (Acervo PROAU/FAU/UnB).

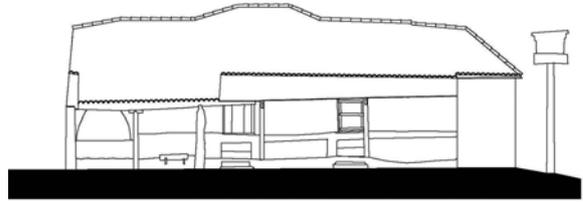


Figura 241 - Fachada Posterior (Acervo PROAU/FAU/UnB).

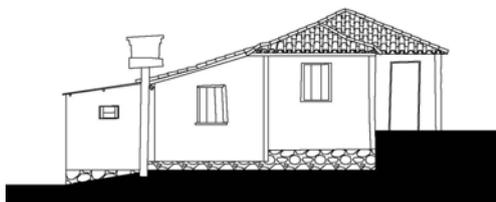


Figura 242 - Fachada Esquerda (Acervo PROAU/FAU/UnB).



Figura 243 - Fachada Direita (Acervo PROAU/FAU/UnB).

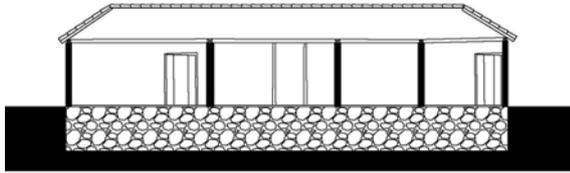


Figura 244 - Corte AA' (Acervo PROAU/FAU/UnB).

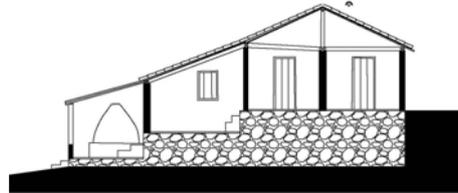


Figura 245 - Corte BB' (Acervo PROAU/FAU/UnB).

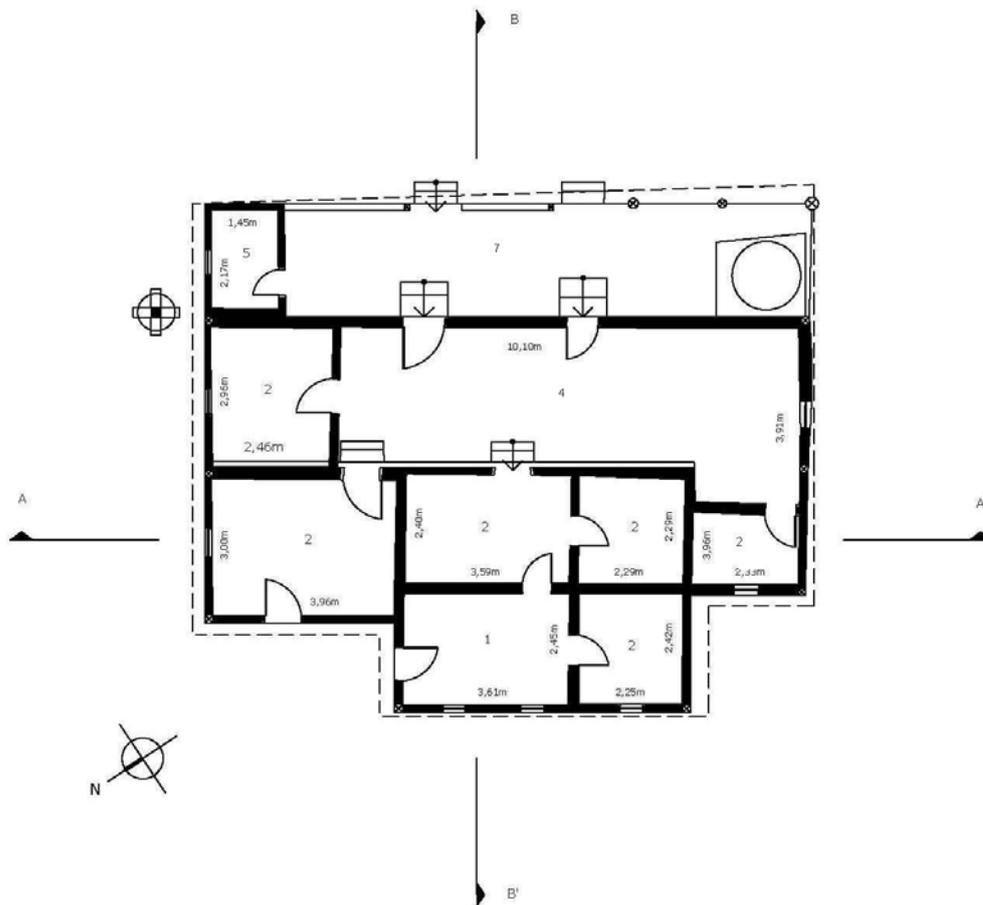


Figura 246 - Planta baixa da casa da Fazenda Saco Grande I. Área do Núcleo Básico de 35,10 m²; Área total de 133,36 m² (Acervo PROAU/FAU/UnB).

Legenda: 1. Sala; 2. Quarto; 4. Cozinha; 5. Banheiro; 7. Alpendre.

As principais características da morada da Fazenda Saco Grande I são (Quadro 6):

- 1- casa térrea, com núcleo básico de planta retangular, acrescido de prolongo;
- 2- núcleo básico constituído de duas faixas horizontais, acrescidas de uma terceira, prioritariamente, destinada à cozinha;
- 3- cobertura de múltiplos planos recebe telhas de capa e canal, com estrutura do telhado em madeira, sem forro;
- 4- materiais originários da própria região;
- 5- estrutura portante de madeira aparente;
- 6- paredes de adobe sobre embasamento de pedra, sendo as paredes internas de meia altura;
- 7- piso de cimento queimado;
- 8- janelas e portas de madeira, de vergas retas;
- 9- presença de quintal com árvores frutíferas;
- 10- curso d'água próximo.

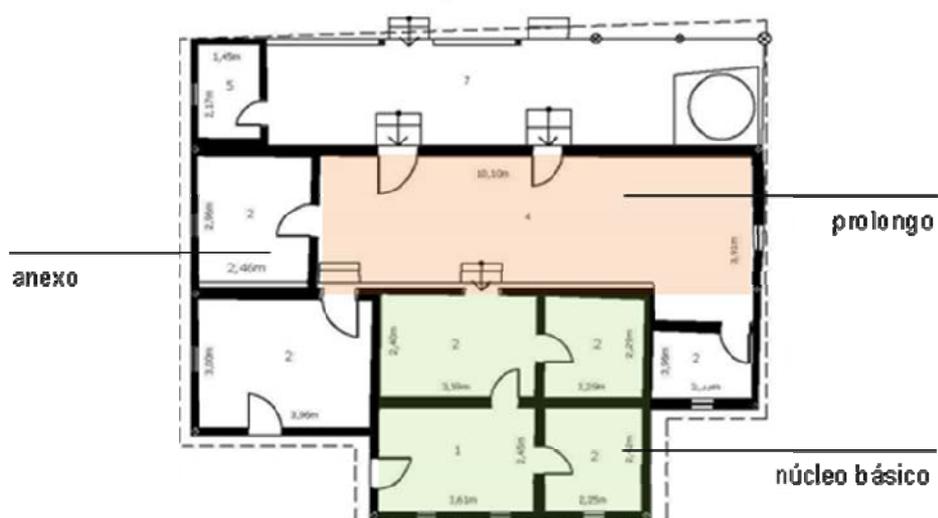


Figura 247 - Planta baixa da morada da Fazenda Saco Grande I, destacados núcleo básico, prolongo e anexo.

Morada da Fazenda Saco Grande II

Localizada na Região Administrativa do Paranoá, próxima ao Rio Preto. O seu entorno é composto por diversas árvores frutíferas e por resquícios de rego d'água, tirado de mina ou de curso de água, que chegava até a porta da casa (**Figuras 248 a 266**).

A morada térrea está situada em área plana, com declive na parte posterior, tendo o seu núcleo básico construído em formato retangular, com 9,50 metros de frente por 5,30 metros de frente aos fundos, perfazendo 50,35 m². A área total da casa com acréscimo é de 144,80 m². Morada resultante de um núcleo básico constituído de três faixas verticais, acrescidas de uma quarta na horizontal, inicialmente, destinada à cozinha (**Figura 267 e Quadro 6**).

O embasamento é construído da combinatória de pedras e terra, sobre o qual se sustenta estrutura portante de madeira aparente, com paredes de vedação, externa e internamente em pau-a-pique ou taipa-de-mão. Ao redor de todas as paredes está nítida a presença do *frechal* que recebe o vigamento de madeira com armação de tesoura. A cobertura de duas águas recebe telhas de capa e canal. O piso é de cimento queimado.

As aberturas, portas e janelas, recebem vergas retas de madeira. As portas são de madeira e os vazios das janelas internamente são fechados pelos escuros e trancados com tramela.

O sistema construtivo – gaiolas com paredes de vedação de pau-a-pique, o embasamento e cobertura – assim como os materiais empregados – madeira, pedras, areia e barro –, são originários e mesmo dependentes do meio.

Segundo suas funções atuais, os espaços internos estão assim distribuídos:

Na porção fronteira pelo espaço social no centro e um quarto de cada lado, nenhum deles se abrindo para a sala, todos os cômodos com janela.

Na faixa central, existe um quarto com janela e uma alcova.

Na parte de fundos, acrescida ao núcleo básico da morada, foram incorporados uma sala, duas cozinhas, um depósito e dois banheiros do lado de fora.

A iluminação natural é oferecida através das suas pequenas janelas e pelas portas de frente e fundos. A morada não recebe forro em nenhum de seus cômodos e as paredes internas são de meia altura, resultando em boa ventilação.

Plasticamente nota-se a linearidade da planta retangular da morada. Nas fachadas, frente, laterais e fundos, os cheios predominam sobre os vazios, com ausência de ornamentos.

Morada da Fazenda Saco Grande II



Figura 248 – Fachada frontal (Acervo PROAU/FAU/UnB).



Figura 249 – Detalhe da fachada dos fundos (Acervo PROAU/FAU/UnB).



Figura 250 – Fachada lateral (Acervo PROAU/FAU/UnB).



Figura 251 – Fachada lateral (Acervo PROAU/FAU/UnB).



Fachada 252 – Detalhe da estrutura do telhado em madeira com telhas de barro (Acervo PROAU/FAU/UnB).



Figura 253 - Detalhe da estrutura do telhado em madeira com telhas de barro (Acervo PROAU/FAU/UnB).



Figura 254 – Porta da frente, com detalhe da cobertura com telhas de barro (Acervo PROAU/FAU/UnB).



Figura 255 – Corredor interno (Acervo PROAU/FAU/UnB).



Figura 256 – Detalhe da fachada frontal, com pé direito baixo (Acervo PROAU/FAU/UnB).



Figura 257 – Interior da casa (Acervo PROAU/FAU/UnB).



Figura 258 – Detalhe da janela de madeira de uma folha (Acervo PROAU/FAU/UnB).



Figura 259 – Interior da casa (Acervo PROAU/FAU/UnB).

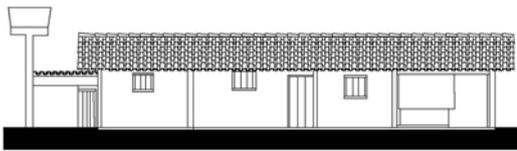


Figura 260 - Fachada Norte (Acervo PROAU/FAU/UnB).

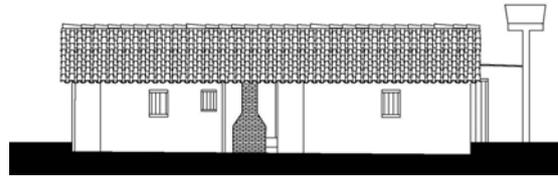


Figura 261 - Fachada Sul (Acervo PROAU/FAU/UnB).

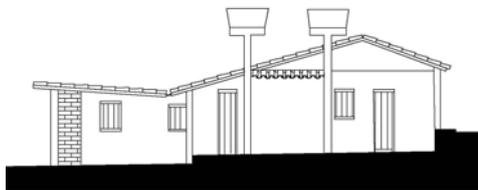


Figura 262 - Fachada Leste (Acervo PROAU/FAU/UnB).

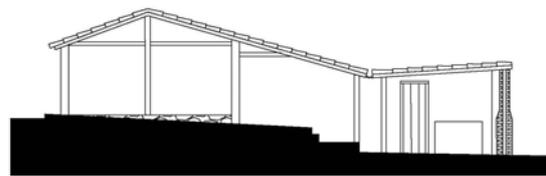


Figura 263 - Fachada Oeste (Acervo PROAU/FAU/UnB).

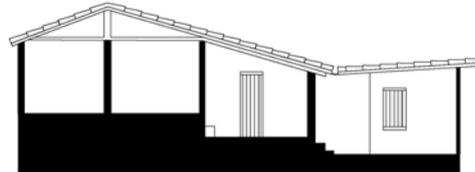
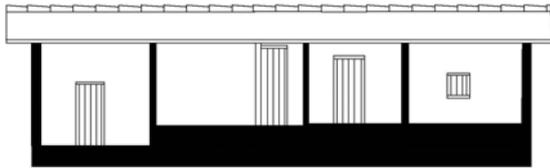


Figura 264 - Corte AA' (Acervo PROAU/FAU/UnB).

Figura 265 - Corte BB' (Acervo PROAU/FAU/UnB).

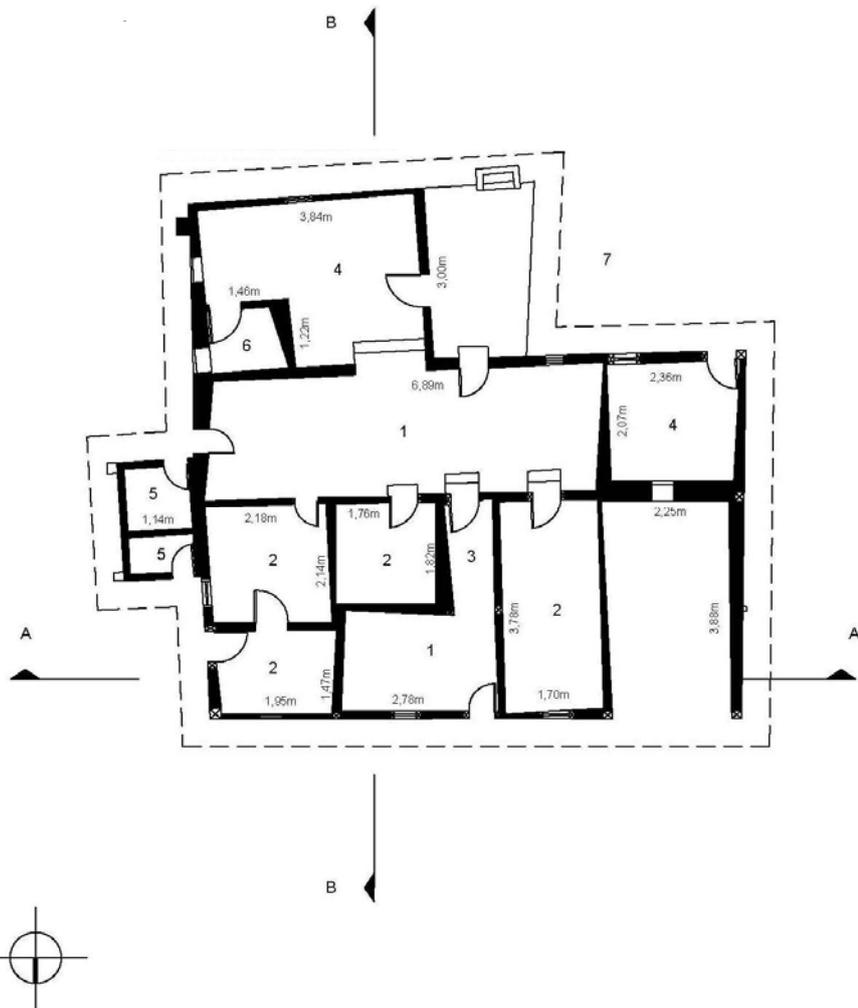


Figura 266 - Planta baixa da casa da Fazenda Saco Grande II. Área do Núcleo Básico de 50,35 m²; Área total de 144,80 m² (Acervo PROAU/FAU/UnB).

Legenda: 1. Sala; 2. Quarto; 3. Corredor; 4. Cozinha; 5. Banheiro; 6. Depósito; 7. Alpendre.

As principais características da morada da Fazenda Saco Grande II são (**Quadro 6**):

- 1- casa térrea, com núcleo básico de planta retangular, acrescido de prolongo;
- 2- núcleo básico constituído de três faixas verticais, acrescidas de uma quarta na horizontal, inicialmente, destinada à cozinha;
- 3- cobertura de 2 águas recebe telhas de capa e canal, com estrutura do telhado em madeira, sem forro;
- 4- materiais originários da própria região;
- 5- estrutura portante de madeira aparente;
- 6- paredes de pau-a-pique ou taipa-de-mão sobre embasamento de pedra, sendo as paredes internas de meia altura;
- 7- piso de cimento queimado;
- 8- janelas e portas de madeira, de vergas retas;
- 9- presença de quintal com árvores frutíferas;
- 10- curso d'água próximo.

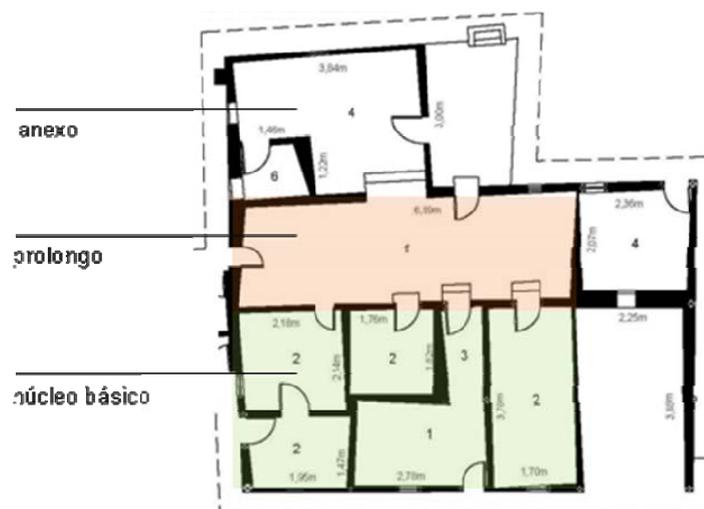


Figura 267 - Planta baixa da morada da Fazenda Saco Grande II, destacados núcleo básico, prolongo e anexo.

Morada da Fazenda Sobradinho I

Localizada na Região Administrativa de Sobradinho, próxima ao córrego Brejo do Lobo. O seu entorno é composto por diversas árvores frutíferas. A região é irrigada por córregos e ribeirões que descem dos morros circundantes (**Figuras 270 a 288**).

A morada térrea está situada área plana, com declive na parte posterior, tendo o seu núcleo básico construído em formato retangular, com 13,60 metros de frente por 7,10 metros de frente aos fundos, perfazendo 96,56 m². A área total da casa com acréscimo é de 212,83 m². Morada resultante de um núcleo básico constituído de três faixas verticais, acrescidas de uma quarta na horizontal, inicialmente, destinada à cozinha (**Figura 289 e Quadro 6**).

O embasamento é construído da combinatória de pedras e terra, sobre o qual se sustenta estrutura portante de madeira aparente, com paredes de vedação, externa e internamente em adobe. Ao redor de todas as paredes está nítida a presença do *frechal* que recebe o vigamento de madeira com armação de tesoura. A cobertura de múltiplos planos recebe telhas de barro. O piso é de assoalho de tábuas e de mezanela.

As aberturas externas, portas e janelas, recebem vergas retas de madeira. As portas são de madeira e as janelas, retangulares, recebem externamente a armação da vidraça em guilhotina e internamente os escuros de uma folha e trancados com tramela. Parede de adobe e duas janelas internas treliçadas dividem o espaço social em dois.

O sistema construtivo – gaiolas com paredes de vedação de adobe, o embasamento e cobertura – assim como os materiais empregados – madeira, pedras, areia e barro –, são originários e mesmo dependentes do meio. A exceção se dá pelas telhas industrializadas de barro e pelas janelas instaladas com vidro.

Segundo suas funções atuais, os espaços internos estão assim distribuídos:

Na porção fronteira pelo espaço social ao centro, ladeado por um quarto, que se abre para a sala.

Na faixa central, separados pelo espaço social, abrem-se mais dois dormitórios com janelas.

Na parte de fundos, acrescida ao núcleo básico da morada, ampliou-se o espaço social e foram incorporados três quartos com janela, uma cozinha, dois banheiros, um depósito e uma varanda.

A iluminação natural é oferecida através das janelas e pelas portas de frente e fundos. A morada recebe forro de madeira em toda a área do núcleo básico.

Plasticamente nota-se a linearidade da planta retangular da morada. Nas fachadas, frente, laterais e fundos, os cheios predominam sobre os vazios, com ausência de ornamentos.

A edificação, assim como a morada da Fazenda Sobradinho II, se localiza em um vale, literalmente às margens da antiga “Estrada da Bahia”, também conhecida por “Estrada de Cavalleiros à Torto” ou “Estrada Real à Goyazes”, conforme se pode observar na “Planta da Fazenda Sobradinho”, de 1928, registrada no Cartório de Registro de Imóveis de Brasilinha/GO (**Figuras 268 e 269**). Sem dúvidas, Sobradinho está entre os nomes mais antigos da toponímia dos sítios localizados no Distrito Federal. O tropeiro José da Costa Diogo registrou em diário, em 1734, sua passagem por “Três barras” e

“Sobradinho”. Na região nos limites do atual DF, além desses dois nomes, apenas o rio São Bartolomeu foi assinalado, nos documentos cartográficos do século XVIII aqui estudados (Quadro 2, Documentos de 1 a 18).

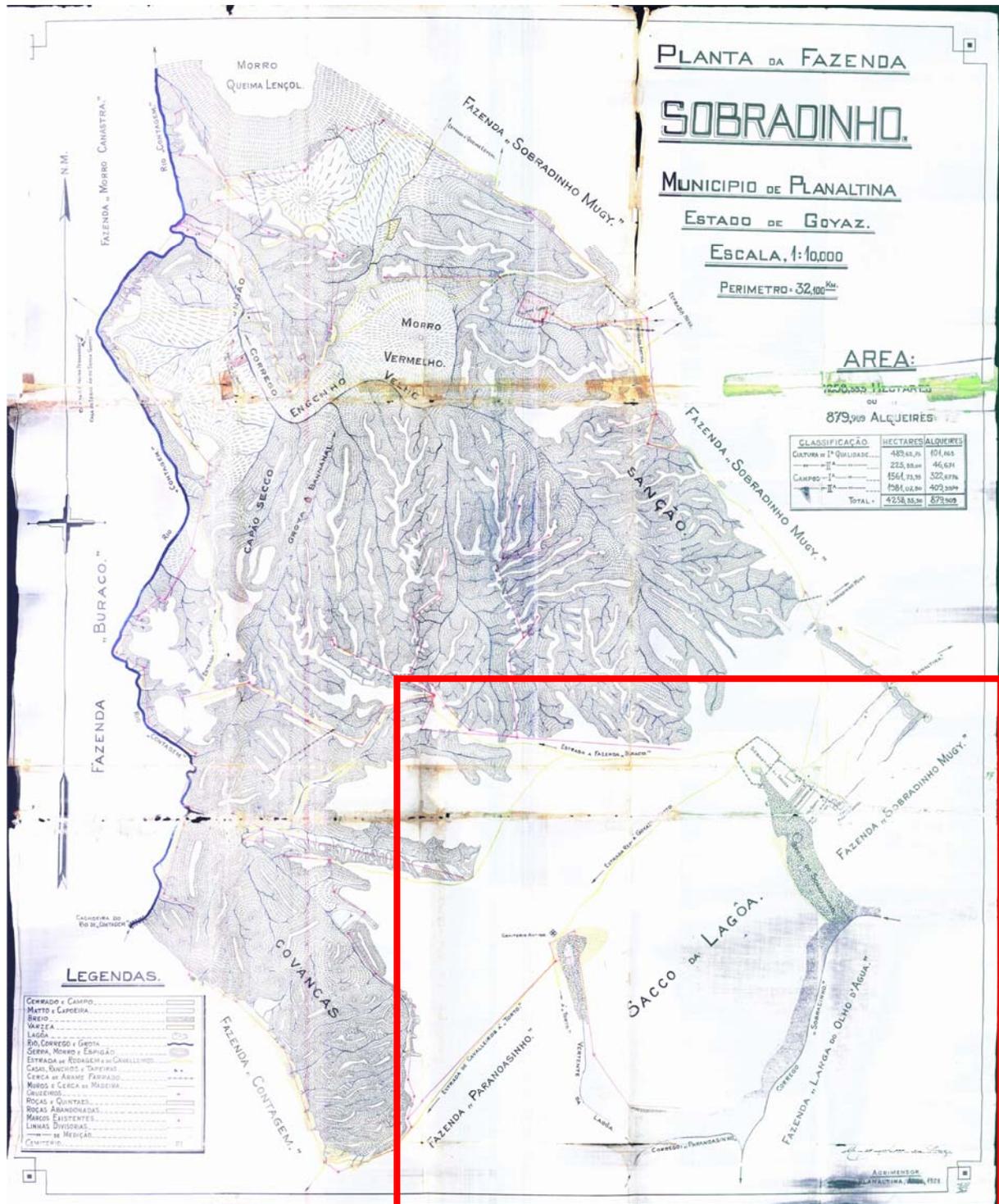


Figura 268 - Planta da Fazenda Sobradinho (Acervo de Wilson Carlos Jardim Vieira Júnior). Planta da propriedade rural registrada no Cartório de Registro de Imóveis de Brasilinha/GO, em 1928. Área ampliada em destaque vermelho.

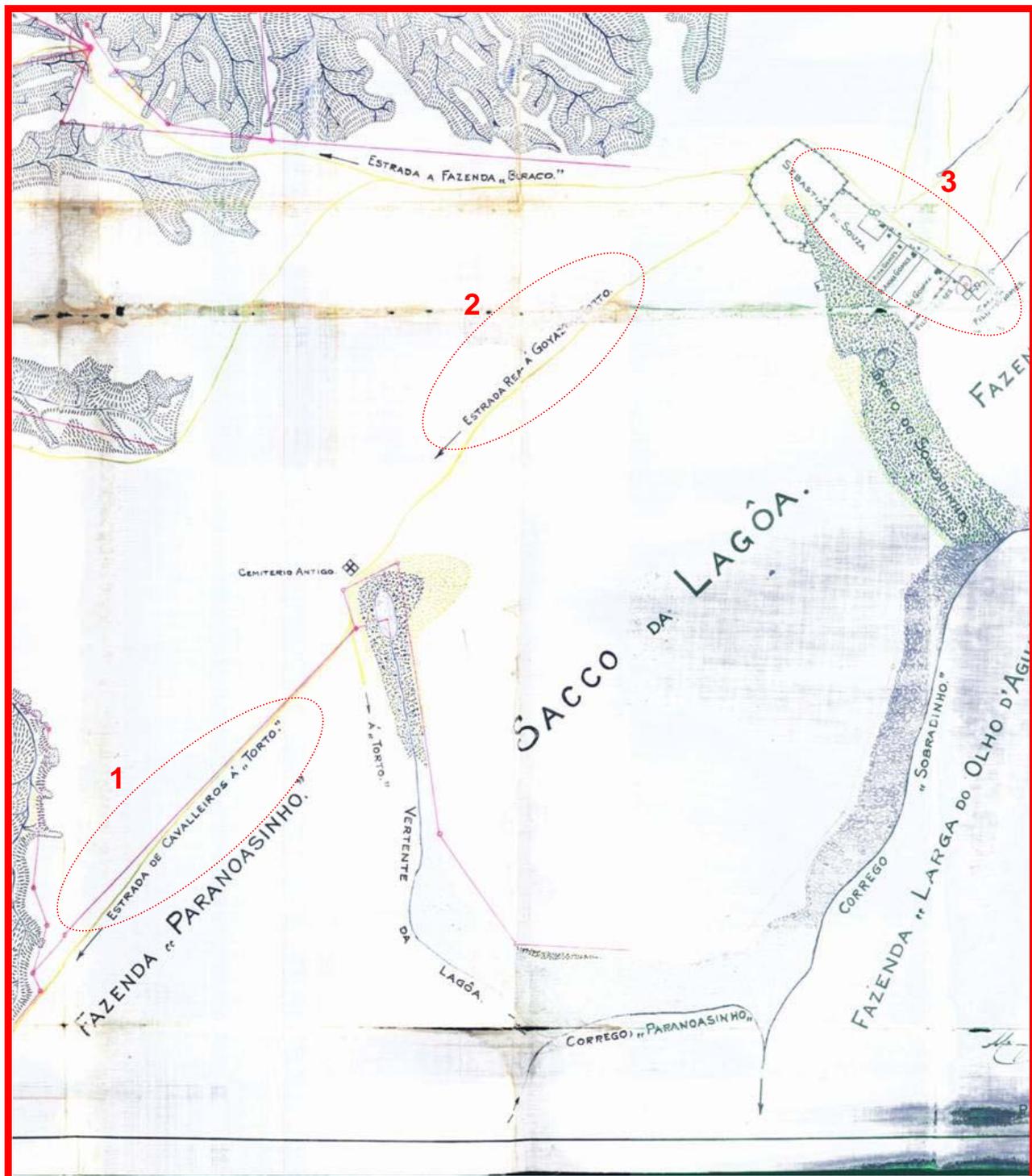


Figura 269 - Planta da Fazenda Sobradinho (Adaptado do acervo de Wilson Carlos Jardim Vieira Júnior). Destaque 1 – Nome da “Estrada de Cavalleiros à Torto” assinalado no documento. Destaque 2 - Nome da “Estrada Real à Goyazes” assinalado no documento. Destaque 3 – Localização de onze edificações na Fazenda Sobradinho, entre elas as moradas Sobradinho I e Sobradinho II, todas às margens da “Estrada Real à Goyazes”.

Morada da Fazenda Sobradinho I



Figura 270 – Fachada frontal (Acervo PROAU/FAU/UnB).



Figura 271 – Detalhe da fachada dos fundos (Acervo PROAU/FAU/UnB).



Figura 272 – Fachada lateral e fundos (Acervo PROAU/FAU/UnB).



Figura 273 – Detalhe da fachada dos fundos e lateral (Acervo PROAU/FAU/UnB).



Figura 274 – Fachada lateral (Acervo PROAU/FAU/UnB).



Figura 275 – Detalhe da estrutura portante de madeira aparente (gaiola) (Acervo PROAU/FAU/UnB).



Figura 276 – Detalhe do corredor interno (Acervo PROAU/FAU/UnB).



Figura 277 – Janela de madeira de uma folha (Acervo PROAU/FAU/UnB).



Figura 278 – Detalhe da janela treliçada (Acervo PROAU/FAU/UnB).



Figura 279 – Detalhe da janela com uma folha de madeira e guilhotina com vidro (Acervo PROAU/FAU/UnB).



Figura 280 – Detalhe da janela de guilhotina com vidro (Acervo PROAU/FAU/UnB).



Figura 281 – Detalhe da estrutura do telhado em madeira (Acervo PROAU/FAU/UnB).

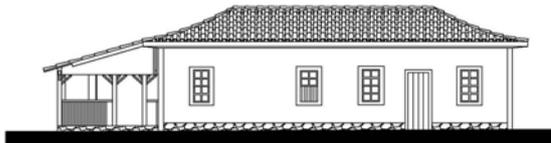


Figura 282 - Fachada Anterior (Acervo PROAU/FAU/UnB).

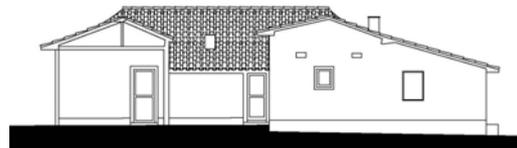


Figura 283 - Fachada Posterior (Acervo PROAU/FAU/UnB).



Figura 284 - Fachada Esquerda (Acervo PROAU/FAU/UnB).

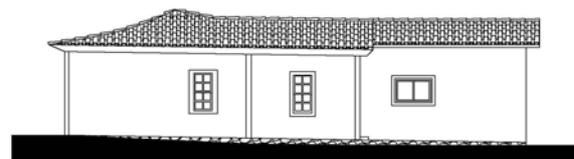


Figura 285 - Fachada Direita (Acervo PROAU/FAU/UnB).



Figura 286 - Corte AA' (Acervo PROAU/FAU/UnB). Figura 287 - Corte BB' (Acervo PROAU/FAU/UnB).

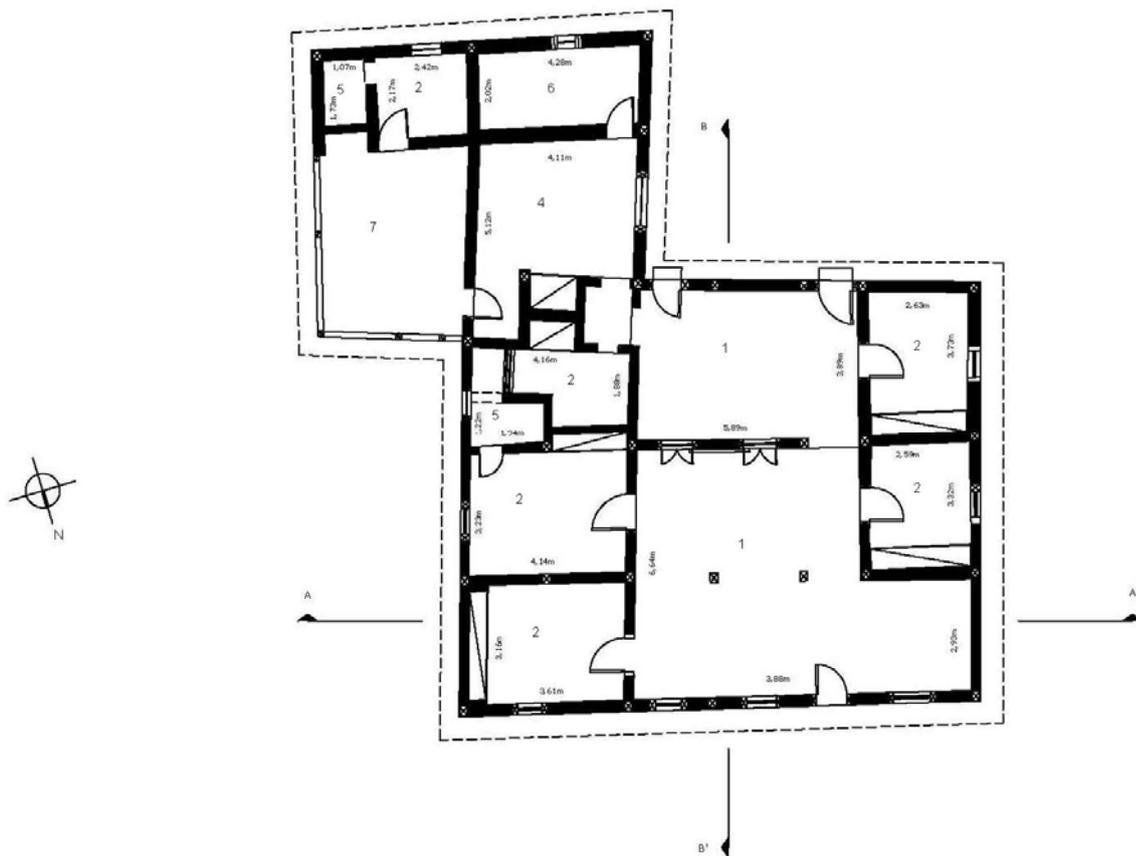


Figura 288 - Planta baixa da casa da Fazenda Sobradinho I. Área do Núcleo Básico de 96,56 m²; Área total de 212,83 m² (Acervo PROAU/FAU/UnB).

Legenda: 1. Sala; 2. Quarto; 4. Cozinha; 5. Banheiro; 6. Depósito; 7. Alpendre.

As principais características da morada da Fazenda Sobradinho I são (Quadro 6):

- 1- casa térrea, com núcleo básico de planta retangular, acrescido de prolongo;
- 2- núcleo básico constituído de três faixas verticais, acrescidas de uma quarta na horizontal, inicialmente, destinada à cozinha;
- 3- cobertura de múltiplos planos recebe telhas de barro, com estrutura do telhado em madeira;
- 4- núcleo básico com forro de madeira;
- 5- materiais originários da própria região;
- 6- estrutura portante de madeira aparente;
- 7- paredes de adobe sobre embasamento de pedra;
- 8- piso de tábuas e de mezanela;
- 9- janelas diversificadas: com escuro, com treliças, com vidro, de abrir e do tipo guilhotina;
- 10- portas de madeira, de vergas retas;
- 11- presença de quintal com árvores frutíferas;
- 12- curso d'água próximo.

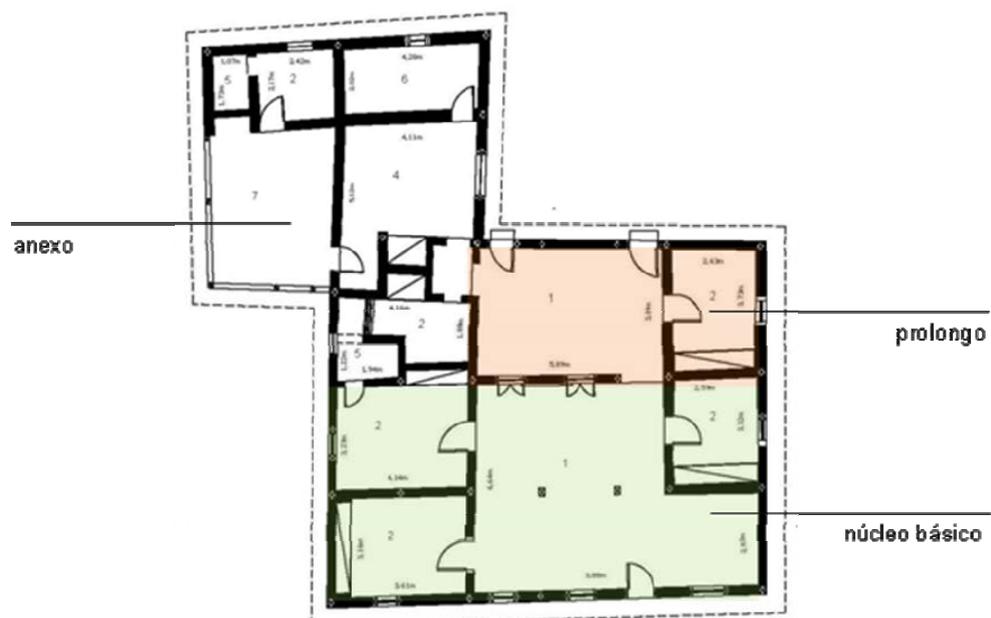


Figura 289 - Planta baixa da morada da Fazenda Sobradinho I, destacados núcleo básico, prolongo e anexo.

Morada da Fazenda Sobradinho II

Localizada na Região Administrativa de Sobradinho, próxima ao córrego Brejo do Lobo. O seu entorno é composto por diversas árvores frutíferas. A região é irrigada por córregos e ribeirões que descem os morros circundantes (**Figuras 290 a 308**).

A morada térrea está situada área plana, com declive na parte posterior, tendo o seu núcleo básico planta praticamente quadrada, com 8,10 metros de frente por 8,50 metros de frente aos fundos, perfazendo 68,85 m². A área total da casa com acréscimo é de 114,35 m². Morada resultante de um núcleo básico constituído de duas faixas horizontais, acrescidas de uma terceira, inicialmente, destinada à cozinha (**Figura 309 e Quadro 6**).

O embasamento é construído da combinatória de pedras e terra, sobre o qual se sustenta estrutura portante de madeira aparente, com paredes de vedação, externa e internamente em adobe. Ao redor de todas as paredes está nítida a presença do *frechal* que recebe o vigamento de madeira com armação de tesoura. A cobertura de quatro águas recebe telhas de capa e canal. O piso é de mezanela e de cimento queimado.

As aberturas, portas e janelas, recebem vergas retas de madeira. As portas são de madeira e os vazios das janelas internamente são fechados pelos escuros e trancados com tramela.

O sistema construtivo – gaiolas com paredes de vedação de adobe, o embasamento e cobertura – assim como os materiais empregados – madeira, pedras, areia e barro – são originários e mesmo dependentes do meio.

Segundo suas funções atuais, os espaços internos estão assim distribuídos:

Na porção fronteira pelo espaço social de um lado e um quarto do outro que se abre para a sala, todos com janela. Dentro deste quarto foi criado um banheiro.

Na faixa central, separados por um corredor central, abrem-se mais dois dormitórios com janelas.

Na parte de fundos, acrescida ao núcleo básico da morada, ampliou-se o espaço social e foram incorporados um banheiro, uma cozinha e outra sala.

A iluminação natural é oferecida através das suas janelas e pelas portas de frente e fundos. O núcleo básico recebe forro de palha.

A composição harmônica é principalmente sentida na superfície fronteira externa – duas janelas ladeando a porta central –, com os cheios predominando sobre os vazios e ausência de ornamentos. Plasticamente nota-se a linearidade e simetria decorrentes das aberturas quadradas das janelas e retangular da porta na fachada.

A edificação, assim como a morada da Fazenda Sobradinho I, se localiza em um vale, literalmente às margens da antiga “Estrada da Bahia”, também conhecida por “Estrada de Cavalleiros à Torto” ou “Estrada Real à Goyazes”, conforme se pode observar na “Planta da Fazenda Sobradinho”, de 1928, registrada no Cartório de Registro de Imóveis de Brasília/GO (**Figuras 268 e 269**). Já em 1734, o tropeiro José da Costa Diogo registrou em diário sua passagem por “Sobradinho”, sem dúvidas um dos topônimos mais antigos da região correspondente aos limites do atual DF.

Morada da Fazenda Sobradinho II



Figura 290 – Fachada frontal (Acervo PROAU/FAU/UnB).



Figura 291 – Fachada de fundos (Acervo PROAU/FAU/UnB).



Figura 292 – Fachada lateral vendo-se o baldrame (Acervo PROAU/FAU/UnB).



Figura 293 – Detalhe da fachada lateral (Acervo PROAU/FAU/UnB).



Figura 294 – Fachada frontal e lateral (Acervo PROAU/FAU/UnB).



Figura 295 – Detalhe da cobertura com telhas de barro (Acervo PROAU/FAU/UnB).



Figura 296 – Interior da casa (Acervo PROAU/FAU/UnB).



Figura 297 – Interior da casa (Acervo PROAU/FAU/UnB).



Figura 298 – Porta de madeira de uma folha (Acervo PROAU/FAU/UnB).



Figura 299 – Corredor interno (Acervo PROAU/FAU/UnB).



Figura 300 – Janela de madeira de uma folha (Acervo PROAU/FAU/UnB).



Figura 301 – Foto da fazenda Sobradinho II, década de 80 (Acervo DePHA).

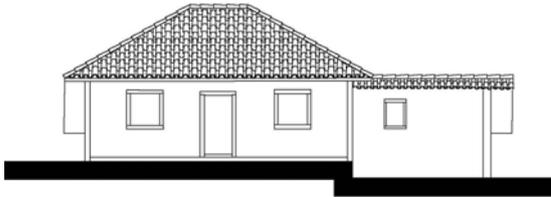


Figura 302 - Fachada Sudoeste (Acervo PROAU/FAU/UnB).

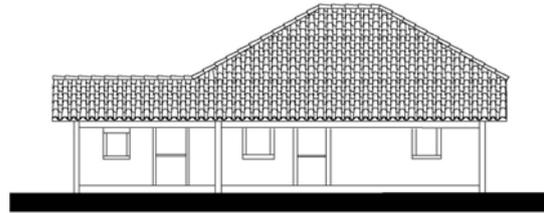


Figura 303 - Fachada Nordeste (Acervo PROAU/FAU/UnB).

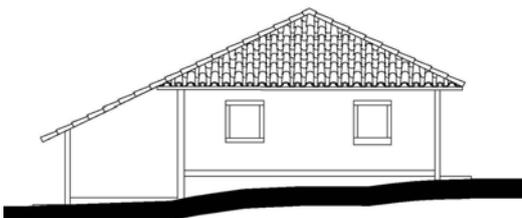


Figura 304 - Fachada Noroeste (Acervo PROAU/FAU/UnB).

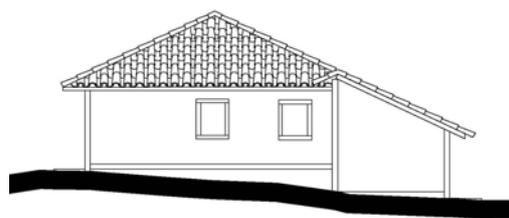


Figura 305 - Fachada Sudeste (Acervo PROAU/FAU/UnB).

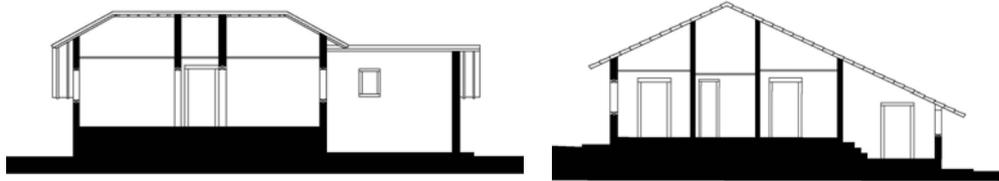


Figura 306 - Corte AA' (Acervo PROAU/FAU/UnB). Figura 307 - Corte BB' (Acervo PROAU/FAU/UnB).

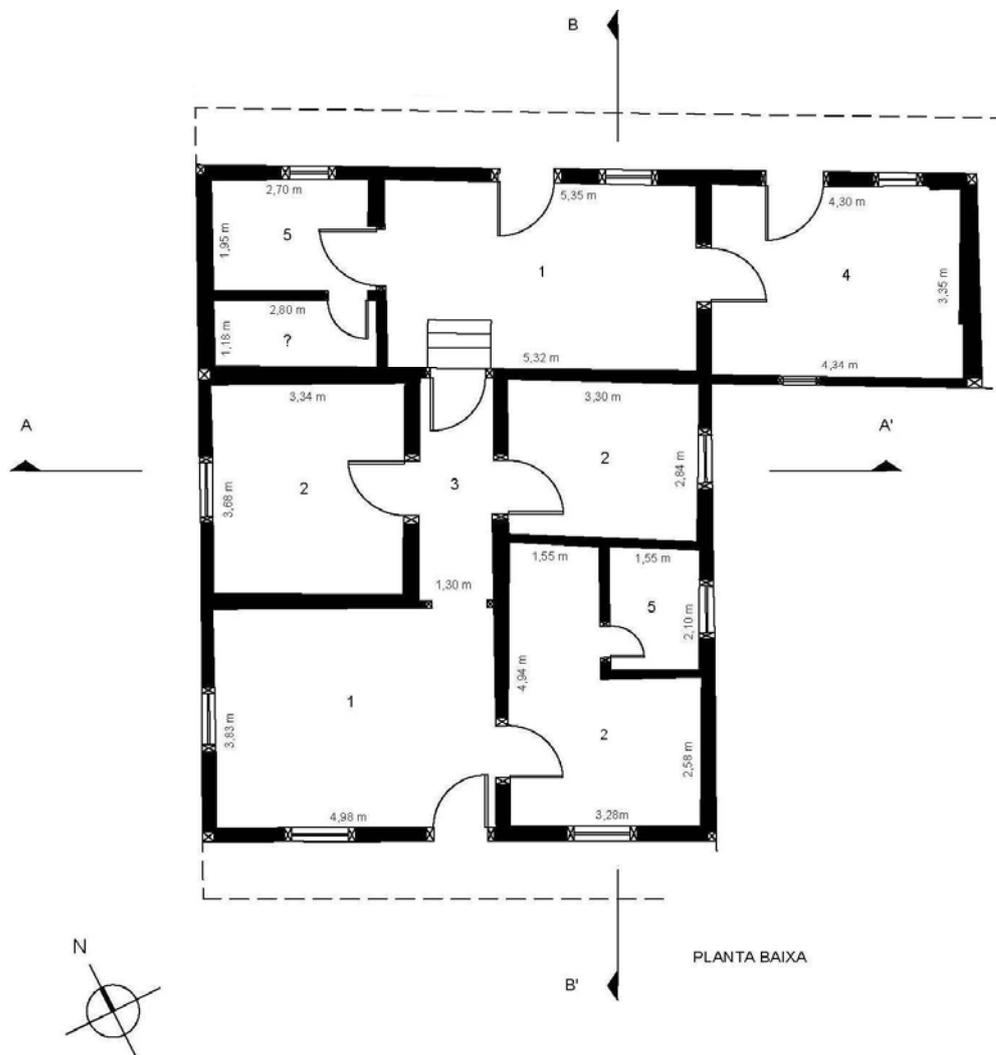


Figura 308 - Planta baixa da casa da Fazenda Sobradinho II. Área do Núcleo Básico de 68,85 m²; Área total de 114,35 m² (Acervo PROAU/FAU/UnB).

Legenda: 1. Sala; 2. Quarto; 3. Corredor; 4. Cozinha; 5. Banheiro.

As principais características da morada da Fazenda Sobradinho II são (**Quadro 6**):

- 1- casa térrea, com núcleo básico de planta quadrada, acrescido de prolongo;
- 2- núcleo básico constituído de duas faixas horizontais, acrescidas de uma terceira, inicialmente, destinada à cozinha;
- 3- cobertura de 4 águas recebe telhas de capa e canal, com estrutura do telhado em madeira;
- 4- núcleo básico com forro de palha;
- 5- materiais originários da própria região;
- 6- estrutura portante de madeira aparente;
- 7- paredes de adobe sobre embasamento de pedra;
- 8- piso de mezanela e de cimento queimado;
- 9- janelas e portas de madeira, de vergas retas;
- 10- presença de quintal com árvores frutíferas;
- 11- curso d'água próximo.

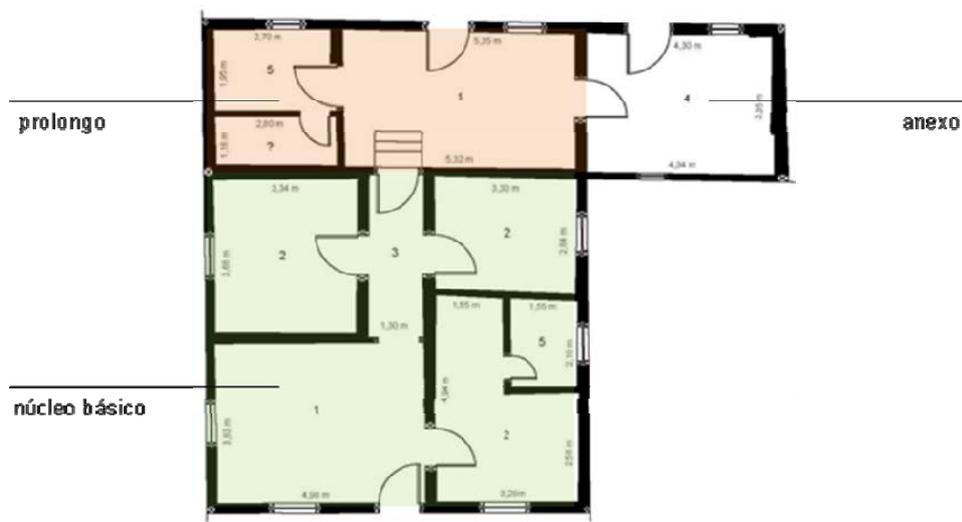


Figura 309 - Planta baixa da morada da Fazenda Sobradinho II, destacados núcleo básico, prolongo e anexo.

Morada da Fazenda Velha

Localizada na Região Administrativa de Sobradinho, às margens do ribeirão Sobradinho e do córrego Capão da Erva. O seu entorno é composto por diversas árvores frutíferas e por resquícios de rego d'água, tirado de mina ou de curso de água, que chegava até a porta da casa (**Figuras 310 a 328**).

A morada térrea está situada área plana, com declive na parte posterior, tendo o seu núcleo básico construído em formato retangular, com 11,30 metros de frente por 6,90 metros de frente aos fundos, perfazendo 77,97 m². A área total da casa com acréscimo é de 147,15 m². Morada resultante de um núcleo básico constituído de três faixas verticais, acrescidas de uma quarta, prioritariamente, destinada à cozinha (**Figura 329 e Quadro 6**).

O embasamento é construído da combinatória de pedras e terra, sobre o qual se sustenta estrutura portante de madeira aparente, com paredes de vedação, externa e internamente em adobe. Ao redor de todas as paredes está nítida a presença do *frechal* que recebe o vigamento de madeira com armação de tesoura. A cobertura de quatro águas recebe telhas de capa e canal. O piso é de assoalho de tábuas e de cimento queimado.

As aberturas, portas e janelas, recebem vergas retas de madeira. As portas são de madeira e os vazios das janelas internamente são fechados pelos escuros e trancados com tramela.

O sistema construtivo – gaiolas com paredes de vedação de adobe, o embasamento e cobertura –, assim como os materiais empregados – madeira, pedras, areia e barro – são originários e mesmo dependentes do meio. A morada passou por uma restauração em 1996, mantendo todas as suas características construtivas.

Segundo suas funções atuais, os espaços internos estão assim distribuídos:

Na porção fronteira por dois quartos, um de cada lado, com o espaço social ao meio.

Na faixa central, vem outra sala, com mais dois cômodos, um de cada lado, um deles funcionado como banheiro. Todos os cômodos têm janela.

Na parte de fundos, acrescida ao núcleo básico da morada, foi incorporada uma grande cozinha.

A iluminação natural é oferecida através de suas janelas e pelas portas de frente e fundos. A morada não recebe forro em nenhum de seus cômodos e as paredes internas são de meia altura, resultando em boa ventilação.

A composição harmônica é principalmente sentida na superfície fronteira externa – duas janelas ladeando a porta central –, com os cheios predominando sobre os vazios e ausência de ornamentos. Quanto ao volume, o agenciamento da zona de serviço desarticula a simetria do retângulo do corpo principal, não comprometendo, entretanto, a harmonia do conjunto. Plasticamente nota-se a linearidade e simetria decorrentes das aberturas retangulares das janelas e das portas na fachada.

Morada da Fazenda Velha



Figura 310 – Fachada frontal, vendo-se o corredor interno (Acervo PROAU/FAU/UnB).



Figura 311 – Detalhe da fachada lateral (Acervo PROAU/FAU/UnB).



Figura 312 – Fachada lateral (Acervo PROAU/FAU/UnB).



Figura 313 – Detalhe da fachada lateral (Acervo PROAU/FAU/UnB).



Figura 314 – Detalhe da fundação de pedra (Acervo PROAU/FAU/UnB).



Figura 315 – Detalhe do cunhal (Acervo PROAU/FAU/UnB).



Figura 316 – Detalhe da estrutura do telhado em madeira (Acervo PROAU/FAU/UnB).



Figura 317 – Detalhe do muro de adobe (Acervo PROAU/FAU/UnB).



Figura 318 – Porta lateral em madeira (Acervo PROAU/FAU/UnB).



Figura 319 – Detalhe da estrutura do telhado em madeira (Acervo PROAU/FAU/UnB).

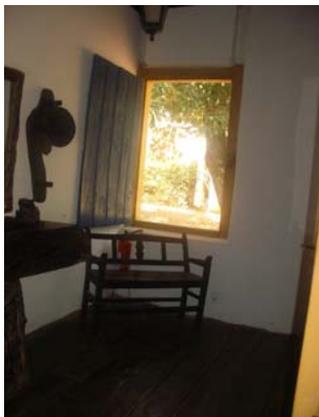


Figura 320 – Interior da casa (Acervo PROAU/FAU/UnB).



Figura 321 – Detalhe da estrutura portante de madeira aparente (Acervo PROAU/FAU/UnB).

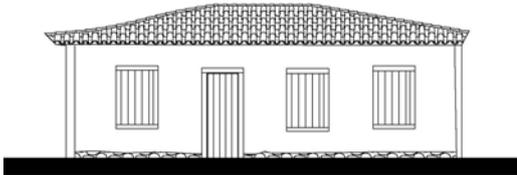


Figura 322 - Fachada Anterior (Acervo PROAU/FAU/UnB).

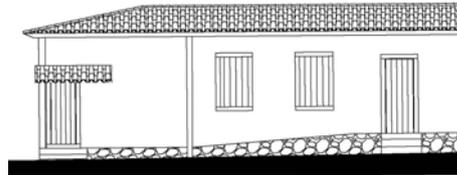


Figura 323 - Fachada Esquerda A (Acervo PROAU/FAU/UnB).

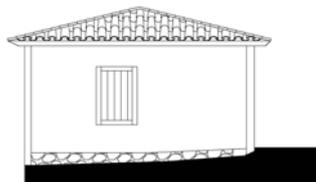


Figura 324 - Fachada Esquerda B (Acervo PROAU/FAU/UnB).

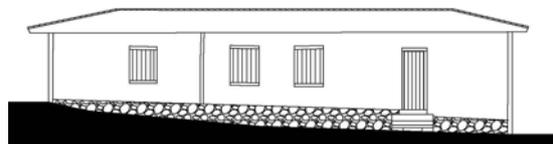


Figura 325 - Fachada Direita (Acervo PROAU/FAU/UnB).

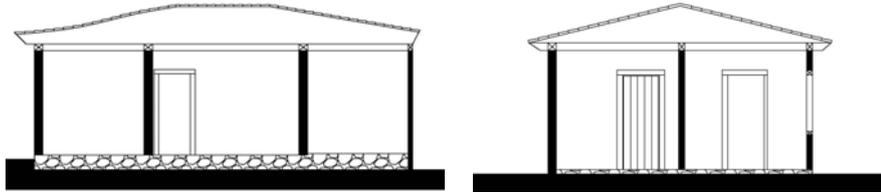


Figura 326 - Corte AA' (Acervo PROAU/FAU/UnB).

Figura 327 - Corte BB' (Acervo PROAU/FAU/UnB).

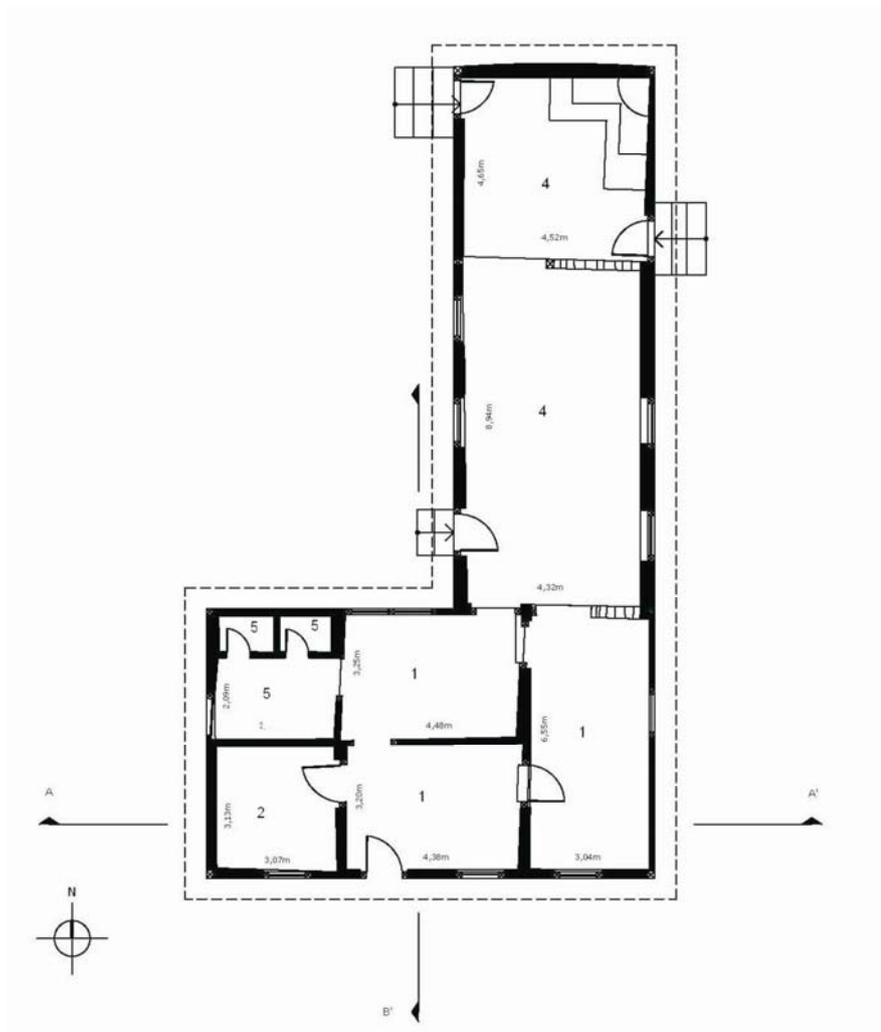


Figura 328 - Planta baixa da casa da Fazenda Velha. Área do Núcleo Básico de 77,97 m²; Área total de 147,15 m² (Acervo PROAU/FAU/UnB).

Legenda: 1. Sala; 2. Quarto; 4. Cozinha; 5. Banheiro.

As principais características da morada da Fazenda Velha são (**Quadro 6**):

- 1- casa térrea, com núcleo básico de planta retangular, acrescido de prolongo;
- 2- núcleo básico constituído de três faixas verticais, acrescidas de uma quarta, prioritariamente, destinada à cozinha;
- 3- cobertura de 4 águas recebe telhas de capa e canal, com estrutura do telhado em madeira, sem forro;
- 4- materiais originários da própria região;
- 5- estrutura portante de madeira aparente;
- 6- paredes de adobe sobre embasamento de pedra, sendo as paredes internas de meia altura;
- 7- piso de tábuas e de cimento queimado;
- 8- janelas e portas de madeira, de vergas retas;
- 9- presença de quintal com árvores frutíferas;
- 10- curso d'água próximo.

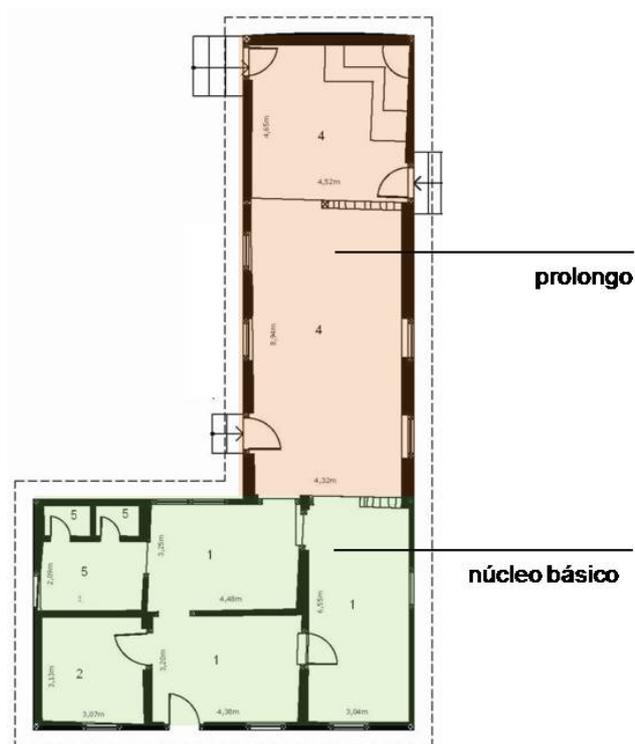


Figura 329 - Planta baixa da morada da Fazenda Velha, destacados núcleo básico e prolongo.



A pesquisa permitiu constatar que uma série de características se repetem nas habitações estudadas. Em que pese a diferença de conservação entre elas, é muito próximo o aspecto ou consequência formal das moradas como produto de um programa de vida todo peculiar no isolamento do planalto **(Quadro 6)**.

A morada rural estudada é térrea, compacta na sua simplicidade, tem poucos cômodos. O diminuto porte das construções ocasionou freqüentes reformas, que não tardaram a alterar, externa e internamente, as habitações. Excetuando-se a casa da Fazenda Desterro, as moradias sofreram reformas sem, contudo, desfigurarem-se nos seus elementos construtivos básicos.

O agenciamento espacial do corpo de oito moradas tem como partido predominante o retângulo, com plantas próximas ao quadrado, as outras duas – Gama e Sobradinho II – são quadradas. A cobertura predominante é a telha de barro com duas ou quatro águas, mas, em função do agenciamento dos prolongos, variam aos múltiplos planos. Apenas duas – Curralinho e Desterro – têm telhas de fibrocimento.

Todos os exemplares estudados foram construídos com materiais originários da própria região. As estruturas portantes são de madeira aparente e as paredes de adobe. A exceção se dá pela Saco Grande II, que também foi erguida em gaiolas, mas com a parede de pau-a-pique.

As portas e janelas de madeira, com apenas uma folha, sem ornato ou caixilhos eram fechadas com uma ou duas tramelas. As construções não possuíam forro ou estuque, o comum foi o vigamento e as telhas ficarem à mostra, tendo em média, três metros de pé-direito. Apenas as casas do Gama e Sobradinho I possuíam forro de tábuas. Quanto às janelas, a Fazenda Sobradinho I é um caso à parte, apresentando diversos tipos: de apenas uma folha de madeira ou “escuro”, de guilhotina com vidro e de treliça. Tudo indica que não fazem parte da construção inicial, mas sim frutos de reformas mais recentes.

Os pisos nem sempre eram feitos de tábuas, usava-se regularmente a terra batida. Hoje, a maioria tem piso de cimento queimado, duas tem parcialmente piso de mezaneta e nas que ainda possuem assoalhos de tábuas, os mesmos estão deteriorados. Exceto nas fazendas Gama e Velha, as duas únicas que tiveram suas moradas restauradas.

Quanto à localização e ao ambiente natural as construções rurais inventariadas apresentam-se inseridas na paisagem local de forma muito parecida. O núcleo básico se encontra assentado em terreno praticamente plano, com o prolongo, quase sempre, em áreas com declive. Como regra geral, mostra-se a existência em seu entorno de grande número de árvores frutíferas e próximos a um curso d'água. Em algumas, ainda há resquícios de rego d'água, tirado de mina ou de curso de água, que chegava até a porta da casa.

Os quintais⁷³, que podem ser entendidos como uma extensão do espaço domiciliar, eram lugares para a criação doméstica de animais, a pequena horta, as árvores frutíferas, as plantas aromáticas, ornamentais e medicinais. Constituíam um recurso de importância fundamental para o abastecimento alimentar e apresentavam uma riqueza de cultivos considerável. As árvores frutíferas encontradas com maior freqüência foram as mangueiras, jabuticabeiras, bananeiras,

⁷³ Segundo Houaiss, *quintal* significa “pequena quinta”, ou então, “terreno, geralmente com jardim ou horta, atrás de uma casa de moradia ou junto a ela”.

goiabeiras, jaqueiras e os jenipapos⁷⁴.

As moradias antigas do Planalto Central foram moradias enxutas, secas; água só na moringa ou no pote de barro. Perto da porta da cozinha, o telheiro para lavagens era isolado e, mais tarde, encostou-se à porta dos fundos (prolongo). As moradas não ficavam à beira das antigas estradas, mas às margens de córregos ou regos d'água, entre outros motivos, para facilitar as lides domésticas. Exceto as Fazendas Sobradinho I e Sobradinho II, cujas casas estavam literalmente às margens da “Estrada da Bahia”⁷⁵, também conhecida por “Estrada de Cavalleiros à Torto” ou “Estrada Real à Goyazes”.

O clima também foi importante agente que interferiu na organização das moradias, em todos exemplares estudados, nas fachadas há grande predominância dos cheios sobre os vãos, para enfrentar a forte insolação da região. Observa-se que nenhuma das dez moradas apresentou, no seu núcleo básico, varanda⁷⁶ ou alpendre⁷⁷. Para Costa e Mesquita (1978:28-29), a ausência da varanda ao redor da casa, tão comum em outras regiões, era resultado do clima ameno no Planalto Central.

Quanto à área, dos dez exemplares, nove tem seu núcleo básico com metragens que vão de 50 a 100 m². Apenas a Saco Grande I apresenta núcleo básico com cerca de 35 m². Depoimentos dos moradores informam que a casa original da fazenda Saco Grande I era construída mais próxima do curso d'água e que devido a repetidas enchentes foi desmontada e remontada mais acima no terreno. Não temos informações suficientes para avaliar se foi obedecido o mesmo projeto da casa original. Quanto à área total, seis tem áreas que vão de 100 a 200 m². Apenas Currallinho tem área total inferior a 100 m², sendo que três – Desterro, Gama e Sobradinho I – tem área total superior a 200 m².

Após análise detalhada da planta baixa das moradas e seu entorno imediato, foram registrados vinte e um pontos em comum, constantes simultaneamente em quase todas elas:

1. casas térreas;
2. núcleos básicos com planta retangular, somados a acréscimos (prolongo e anexo);
3. corpo principal em terreno plano e prolongo em declive;
4. agenciamento do espaço de cozinhar na parte posterior da planta ou no exterior;
5. circulação centralizada atravessando a edificação;
6. porta da frente diretamente conectada pela circulação centralizada a outra nos fundos;
7. espaço social na frente da casa e espaço de serviço nos fundos;

⁷⁴ Estas mesmas espécies foram mencionadas por diversos viajantes que cruzaram a região do Planalto Central e documentadas nos topônimos dos dicionários de Antonio Silva, 1813; Luiz Pinto, 1832; Raphael Bluteau, 1712-1728; e Saint-Adolphe, 1845.

⁷⁵ Ver Anexo n. 12.

⁷⁶ A varanda não passa de um cômodo da construção, simplesmente desprovido de sua parede externa. É uma dependência entalada entre dois compartimentos e sua cobertura situa-se atrás das paredes mestras da morada (LEMOS, 1989:28-29).

⁷⁷ Alpendre é o telhado que se prolonga para fora da parede mestra da casa e que é apoiado em sua extremidade por colunas, tendo como função precípua fazer sombra à construção, evitando que se acumule na alvenaria o calor do sol – refrescando, assim, os interiores (LEMOS, 1989:27-28).

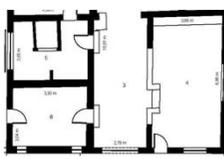
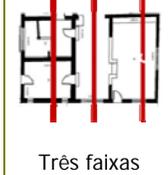
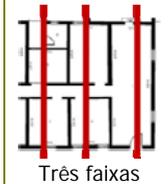
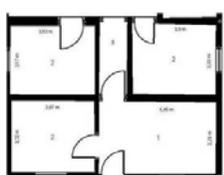
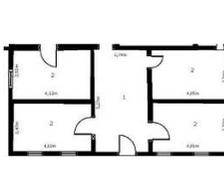
8. ausência de varandas ou alpendres no núcleo básico;
9. cobertura de 2 ou 4 águas, com telhas de barro;
10. estrutura do telhado em madeira, sem forro;
11. paredes internas de meia altura;
12. materiais originários da própria região;
13. fachadas com predominância de cheios sobre os vãos;
14. estrutura portante de madeira aparente (gaiola);
15. paredes de adobe sobre embasamento de pedra;
16. piso de tábuas, cimento queimado ou mezanela;
17. janelas e portas de madeira, de vergas retas;
18. ausência de ornamentos;
19. forma plástica linear e simétrica;
20. presença de quintal;
21. curso d'água próximo.

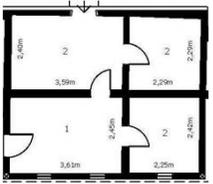
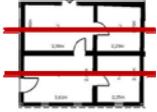
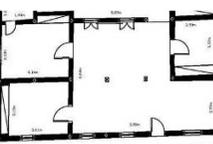
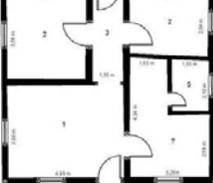
Constata-se, ainda, que as moradas rurais são resultantes de apenas dois tipos de núcleo básico. As casas das fazendas Currealinho, Monjolo I, Saco Grande I e Sobradinho II têm núcleo básico constituído de duas faixas horizontais. As outras seis, Desterro, Gama, Monjolo II, Saco Grande II, Sobradinho I e Velha têm núcleo básico constituído de três faixas verticais (**Quadro 6**).

Finalmente, conforme se pode observar no “Quadro-síntese das principais características das moradas rurais do DF” (**Quadro 6**), das dez moradas inventariadas, apenas a casa da fazenda Desterro desfigurou-se completamente; as demais construções preservam a maioria de suas características arquitetônicas, apesar das alterações inevitáveis ao longo dos anos – exemplares centenários, remanescentes da cultura agrária anterior à construção de Brasília.



Quadro 6 – Quadro-síntese das principais características das moradas rurais do DF

FAZENDAS	PLANTA BAIXA DO NÚCLEO BÁSICO -NB	CARACTERÍSTICAS DO NB	PLANTA	ÁREA m ²	COBERTURA	MATERIAIS	ESTRUTURA	PAREDES	PISO	JANELAS	PORTAS	OBS
 Faz. CURRALINHO		 Duas faixas horizontais	planta retangular com acréscimo	NB= 52,39 Total= 81,25	cobertura de duas águas / telhas de fibrocimento / sem forro	materiais originários da própria região	estrutura portante de madeira aparente	paredes com tijolos de adobe	piso de tábuas e de cimento queimado	janelas verticais de madeira com uma folha de escuro	portas de madeira com uma folha	curso d'água próximo / quintal com pomar
 Faz. DESTERRO		 Três faixas verticais	planta retangular com acréscimo	NB= 84,53 Total= 226,63	cobertura de duas águas / telhas de fibrocimento / forro de ripas de madeira (recente)	parte dos materiais originários da própria região	estrutura de madeira e de concreto	paredes de tijolos maciços e de adobe	piso de cimento queimado e de cerâmica	janelas com vidro e perfis de ferro do tipo basculante e de correr	portas de madeira com uma folha	curso d'água próximo / quintal com pomar
 Faz. GAMA		 Três faixas verticais	planta quadrada com acréscimo	NB= 100,00 Total= 200,10	cobertura de quatro águas telha francesa sem forro	materiais originários da própria região	estrutura portante de madeira aparente	paredes com tijolos de adobe	piso de tábuas e de cimento queimado	janelas verticais de madeira com uma folha e do tipo basculante	portas de madeira com uma folha	curso d'água próximo / quintal com pomar / edificação restaurada
 Faz. MONJOLO I		 Duas faixas horizontais	planta retangular com acréscimo	NB= 73,00 Total= 137,08	cobertura de quatro águas / telhas de capa e canal / sem forro	materiais originários da própria região	estrutura portante de madeira aparente	paredes com tijolos de adobe	piso de tábuas e de cimento queimado	aberturas de madeira com perfis de ferro e vidro de correr e basculante	portas de madeira com uma folha	curso d'água próximo / quintal com pomar
 Faz. MONJOLO II		 Três faixas verticais	planta retangular com acréscimo	NB= 66,08 Total= 133,07	cobertura de múltiplos planos telhas de capa e canal sem forro	materiais originários da própria região	estrutura portante de madeira aparente	paredes com tijolos de adobe	piso de cimento queimado	janelas verticais de madeira com uma folha de escuro	portas de madeira com uma folha	curso d'água próximo / quintal com pomar

FAZENDAS	PLANTA BAIXA DO NÚCLEO BÁSICO -NB	CARACTERÍSTICAS DO NB	PLANTA	ÁREA m ²	COBERTURA	MATERIAIS	ESTRUTURA	PAREDES	PISO	JANELAS	PORTAS	OBS
 Faz. SACO GRANDE I		 Duas faixas horizontais	planta retangular com acréscimo	NB= 35,10 Total= 133,36	cobertura de múltiplos planos / telhas de capa e canal / sem forro	materiais originários da própria região	estrutura portante de madeira aparente	paredes com tijolos de adobe	piso de cimento queimado	janelas verticais de madeira com uma folha de escuro	portas de madeira com uma folha	curso d'água próximo / quintal com pomar
 Faz. SACO GRANDE II		 Três faixas verticais	planta retangular com acréscimo	NB= 50,35 Total= 144,80	cobertura de duas águas / telhas de capa e cana / sem forro	materiais originários da própria região	estrutura portante de madeira aparente	paredes de taipa-de-mão ou paa-pique	piso de cimento queimado	janelas verticais de madeira com uma folha de escuro	portas de madeira com uma folha	curso d'água próximo / quintal com pomar
 Faz. SOBRADINHO I		 Três faixas verticais	planta retangular com acréscimo	NB= 96,56 Total= 212,83	cobertura de múltiplos planos / telhas de barro/ parte com forro de madeira e parte sem forro	materiais originários da própria região	estrutura portante de madeira aparente	paredes com tijolos de adobe	piso de tábuas e de mezaneta	janelas verticais de madeira com uma folha, guilhotina com vidro e treliçadas	portas de madeira com uma folha	curso d'água próximo / quintal com pomar
 Faz. SOBRADINHO II		 Duas faixas horizontais	planta quadrada com acréscimo	NB= 68,85 Total= 114,35	cobertura de quatro águas / telhas de capa e canal / forro de palha (recente)	materiais originários da própria região	estrutura portante de madeira aparente	paredes com tijolos de adobe	piso de mezaneta e de cimento queimado	janelas quadradas de madeira com uma folha de escuro	portas de madeira com uma folha	curso d'água próximo / quintal com pomar
 Faz. VELHA		 Três faixas verticais	planta retangular com acréscimo	NB= 77,97 Total= 147,15	cobertura de quatro águas / telhas de capa e canal / sem forro	materiais originários da própria região	estrutura portante de madeira aparente	paredes com tijolos de adobe	piso de tábuas e de cimento queimado	janelas verticais de madeira com uma folha de escuro / edificação restaurada	portas de madeira com uma folha	curso d'água próximo / quintal com pomar



CONSIDERAÇÕES FINAIS



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme ficou demonstrado no Capítulo 1 – Descrever o território, a posição geográfica e geopolítica do atual Distrito Federal sempre foi considerada estratégica, motivo pelo qual sucessivamente foi indicada para sediar a Nova Capital. Ainda assim, nos documentos estudados, não deixa de ser admirável a recorrente citação do relevo, que é caracterizado essencialmente por áreas planas ao sul e acidentado, chapadas intercaladas por escarpas, ao norte. Em especial os divisores de água, achatados, por onde se desenvolviam as antigas estradas – o “espigão mestre”, que, ao norte, corta o território de leste para oeste e os “espigões secundários”, que seguem para o norte e para o sul. Segundo as anotações examinadas, eles foram, repetidamente, trilhados por diversos viajantes, em épocas distintas.

Do material levantado para o desenvolvimento das pesquisas empreendidas ao longo do Capítulo 2 – Mapear o território ficou a comprovação da existência de um “corpus iconográfico” do DF e a localização de vários “caminhos”, assinalados nos documentos cartográficos históricos. Desde 1750, foram registrados nomes de locais e cursos d’água existentes nos atuais limites do DF, assim como a partir de 1778 foram assinaladas cartograficamente estradas que atravessavam a região. Apesar de, curiosamente, estas informações não constarem de boa parte dos estudos cartográficos sobre o Estado de Goiás. Não deixam dúvidas, porém, quanto a se tratar de acidentes geográficos nos limites do atual DF, que podemos reconhecer nos dias de hoje, inclusive, pelo fato de boa parte da toponímia da região ter se mantido inalterada ao longo dos anos.

É significativa a quantidade de relatos reunidos no Capítulo 3 – Viajar pelo Território, de cronistas que se debruçaram sobre os dados do Planalto Central e, sobretudo, de viajantes que se aventuraram por essas terras, o primeiro deles em 1734. Os registros desses memorialistas contribuem para a reconstituição da história de um território conhecido por ser “sem história”. A diversidade dos relatos, a extensa linha do tempo abrangida – mais de cento e cinquenta anos – e a riqueza de detalhes permitem recompor variados aspectos da vida social, política e econômica, entre outros, de comunidades dessa região.

No Capítulo 4 – Caminhar pelo território, o uso da tecnologia SIG em documentos cartográficos históricos – que vão de 1751 a 1896 –, simultaneamente a imagens de satélite atuais – do ano de 2008 – permitiu a visualização georeferenciada da informação histórica e dirimiu dúvidas relativas a trechos do traçado original das antigas estradas. O resultado foi consolidado num novo mapa do Distrito Federal – de 2009 – com a superposição das informações dos mapas históricos georeferenciados às imagens de satélite, acrescidos com a projeção das antigas estradas sobre o território. A seguir, este novo mapa foi transformado num modelo tridimensional do território do Distrito Federal, onde percebemos melhor as características da paisagem e o grande movimento do relevo, que influenciaram em definitivo o direcionamento dos caminhos. As imagens não permitem dúvidas quanto ao fato de estradas coloniais terem atravessado a região do Planalto Central, inclusive nos limites do atual DF.

Quanto às moradas rurais pesquisadas e inventariadas no Capítulo 5 – Morar no território, nos debruçaremos com mais vagar nestas Considerações Finais, como pode ser visto a seguir.

O Distrito Federal é patrimônio duas vezes: culturalmente e ecologicamente. O Plano Piloto de Brasília foi declarado Patrimônio Cultural da Humanidade pela Unesco, em 1987 e, em 1994, novamente pela Unesco, o Distrito Federal foi reconhecido como Reserva da Biosfera do Cerrado – Fase I. Existe uma profunda interligação entre esses dois patrimônios, o que enfatiza a importância do enfrentamento do desafio de conciliar desenvolvimento e conservação, em uma perspectiva de sustentabilidade. O sucesso depende, em grande medida, de políticas territoriais integradas para as áreas urbanas e rurais, que reduzam a pressão sobre os patrimônios construído e natural (UNESCO, 2003:99).

A Unesco inscreveu Brasília na Lista do Patrimônio Mundial, com base nos seguintes critérios de inclusão: a) representar uma obra artística única, uma obra-prima do gênio criativo humano; e b) ser um exemplar marcante de um tipo de construção ou conjunto arquitetônico, que ilustre um estágio significativo da história da humanidade.

Por outro lado, muitos foram os motivos que levaram à criação da Reserva da Biosfera do Cerrado no DF, entre eles: pela riqueza singular de sua biodiversidade; por ser um dos biomas mais ameaçados do planeta; por abrigar as nascentes dos grandes rios brasileiros que abastecem as bacias do Amazonas, São Francisco e Prata; pela ausência de zoneamentos ambientais adequados e integrados para as áreas urbanas e rurais.

A Reserva da Biosfera nasceu dentro do programa *Homem e a Biosfera* (Man and Biosphere – MAB) da Unesco. O princípio que rege esse programa considera que não se pode buscar proteger o meio ambiente sem primeiro resolver os problemas dos homens. O homem é parte integrante da vida na terra (biosfera), portanto, é imprescindível melhorar o seu relacionamento com seu meio ambiente. A Reserva da Biosfera é um modelo internacional de gestão integrada, participativa e sustentável dos recursos naturais, que surgiu a partir da Conferência da Unesco sobre Conservação e Uso Racional dos Recursos da Biosfera, ocorrida em 1968. As Reservas da Biosfera devem combinar três funções básicas, que são: *conservação* – contribuir para a manutenção da integridade das paisagens, ecossistemas, espécies e diversidade genética; *desenvolvimento* – fomentar desenvolvimento humano e econômico que seja ecológico e culturalmente sustentável; *apoio logístico* – compreende pesquisa científica, monitoramento, formação e educação relativos à conservação e ao desenvolvimento sustentável em nível local, regional, nacional e global (UNESCO, 2003:36).

Também nas Cartas Patrimoniais existem exemplos claros da inter-relação entre patrimônio cultural e sustentabilidade. A *Carta de Veneza*, de 1964, trouxe pela primeira vez a idéia de sítio urbano como um monumento em si mesmo, testemunho de uma civilização particular, que tenha adquirido, com o tempo, uma significação cultural, e se fundamentou no que viria ser um dos princípios mais importantes da Agenda 21: *pensar globalmente e agir localmente*. Esta Carta Patrimonial (CURY, 2004:91) afirmou ser:

essencial que os princípios que devem presidir à conservação e à restauração dos monumentos sejam elaborados em comum e formulados num plano internacional, ainda que caiba a cada nação aplicá-los no contexto de sua própria cultura e de suas tradições.

Dessa forma, se antecipou, em quase trinta anos, à Agenda 21 Global, que é um instrumento de planejamento para a construção de sociedades sustentáveis, acordado por 179 países participantes da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento realizada pela ONU, mais conhecida como Rio 92.

No intuito de avaliar a importância atribuída pelo Poder Público ao Patrimônio Vernáculo Rural, no âmbito das políticas públicas do Governo do Distrito Federal – GDF, foi realizada análise por meio da construção de uma Cronologia do Planejamento aplicável aos limites do atual território do DF. As políticas públicas direcionadas ao patrimônio rural local foram ressaltadas ou, conforme o caso, apontadas as omissões do Poder Executivo, em trinta documentos que tratam do planejamento territorial, em maior ou menor grau, desde 1894 até 2009 (**Anexo 17**).

Os primeiros estudos produzidos sobre o território do, hoje, Distrito Federal – 1894, 1896 e 1955 – registraram a existência de fazendas de gado na região (**Anexo 17, itens 1, 2 e 3**).

A seguir, em 1957, a proposta para a Nova Capital selecionada em concurso público, de autoria de Lucio Costa, constituiu o primeiro documento de orientação urbanística da cidade (**Anexo 17, item 4**).

Em 1977, com o PEOT (**Anexo 17, item 5**), começaram a ser tomadas as primeiras medidas para equacionar a questão da expansão urbana do DF e estabelecer as diretrizes para ocupação dos espaços urbanos, nada é dito sobre as casas das fazendas antigas e seus moradores.

Em 1981, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, então Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN/Fundação Pró-Memória, juntamente com o Governo do Distrito Federal e a Universidade de Brasília – UnB criou o GT/Brasília com o objetivo de *estudar, propor e adotar medidas que visem a preservação do Patrimônio Histórico e Cultural de Brasília* (**Anexo 17, item 6**). Madson Reis (2008:8) ressaltou a importante atuação do GT/Brasília, que se estendeu até meados de 1988, cujos estudos serviram de base para a elaboração do Dossiê Técnico da candidatura de Brasília a Patrimônio Mundial. O Grupo de Trabalho também foi pioneiro em demonstrar que o acervo patrimonial do Distrito Federal extrapolava os limites do Plano Piloto, pois outras manifestações integravam a sua história: as fazendas antigas remanescentes, os núcleos urbanos anteriores à Brasília e os acampamentos pioneiros do período de construção da cidade.

Para ordenar o processo de ocupação do solo e consolidar a área de expansão urbana definida pelo PEOT, foi elaborado, em 1985, o Plano de Ordenação Territorial – POT (**Anexo 17, item 7**). Revisado em 1986, foi denominado Plano de Ocupação e Uso do Solo do DF – POUZO e validado pelo Decreto n. 12.898/90. O POUZO constituiu-se, basicamente, em um instrumento normativo de macrozoneamento, que visava o controle do uso e da ocupação do solo (**Anexo 17, item 8**).

Sob a coordenação de Maria Elisa Costa e Adeildo Viegas de Lima, a elaboração do documento BRASÍLIA 57/85 - do plano piloto ao Plano Piloto, em 1985, repassou todos os itens do Memorial

Descritivo do Projeto de Brasília, apresentado por Lucio Costa. O objetivo do documento (**Anexo 17, item 9**) foi explicitar os pontos com interpretações dúbias e oferecer novas versões para a realidade constituída, indicando possibilidades de criação de áreas ou modificações de usos no Plano Piloto e adjacências. Este documento foi a base do Brasília Revisitada, institucionalizado pelo Decreto n. 10.829, de 14 de outubro de 1987.

Ainda em 1987, o GT/Brasília elaborou Anteprojeto de Lei que dispunha sobre Preservação do Patrimônio Histórico, Natural e Urbano do Distrito Federal (**Anexo 17, item 10**). O Anteprojeto, em seus arts. 39 e 40, classificou doze fazendas antigas como Patrimônio Vernáculo Rural, representado pelas fazendas antigas preexistentes à inauguração da Capital: a) Fazenda Monjolo e Fazenda Guimarães situadas na Região Administrativa de Planaltina; b) Fazenda Jardim, Fazenda Bela Vista e Fazenda Capão dos Porcos situadas na Região Administrativa Jardim; c) Fazenda Jacaré e Fazenda Currealinho situadas na Região Administrativa de Brazlândia; d) Fazenda Sobradinho e Sobradinho Mugi situadas na Região Administrativa de Sobradinho; e) Fazenda Ponte Alta e Fazenda Gama situadas na Região Administrativa do Gama; f) Fazenda Guariroba situada na Região Administrativa de Taguatinga. Conforme se pode observar em mapa elaborado por membros do GT/Brasília, as fazendas se distribuíam por diversas Regiões Administrativas do DF (**Figura 330**). O Anteprojeto, contudo, não foi homologado.

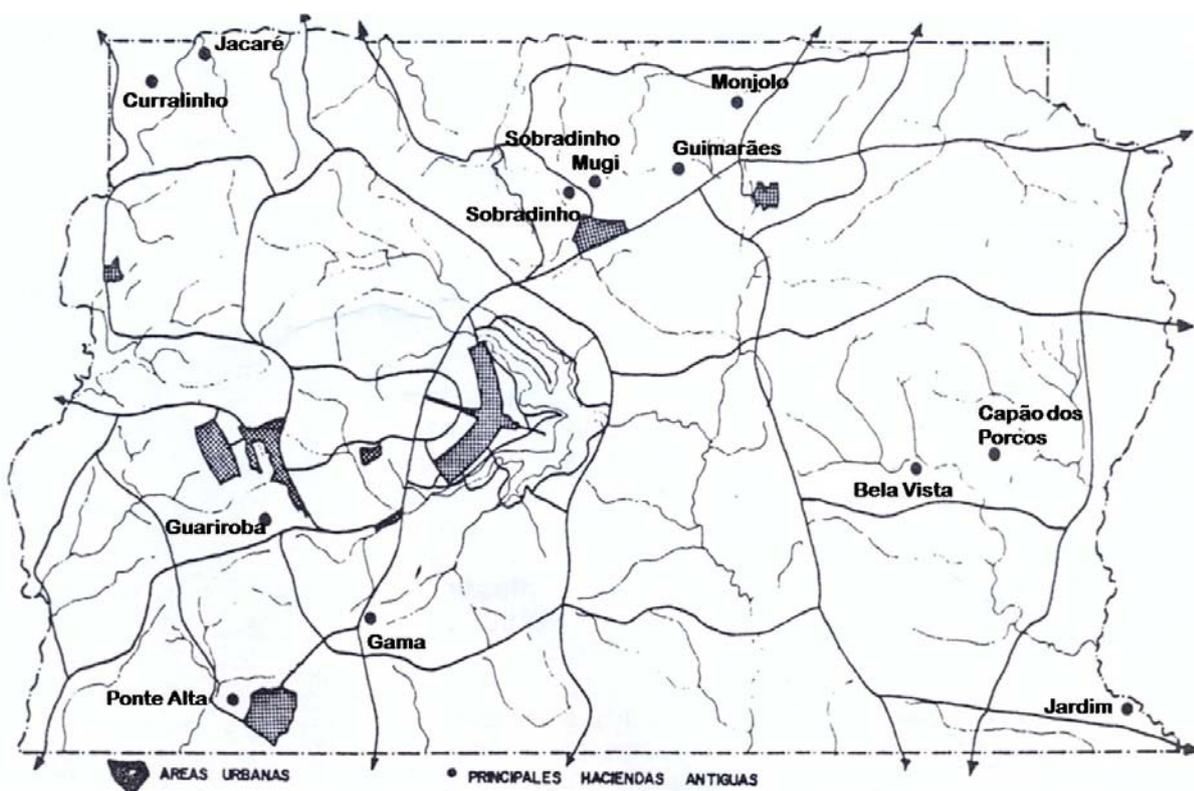


Figura 330 – Mapa das principais fazendas antigas da Região Centro-Oeste brasileira (Adaptado de VIANNA; BARBOSA, 1986).

No Brasília Revisitada, 1987, não foi tratado o Distrito Federal no seu conjunto. Traduziu-se, fundamentalmente, na preservação da concepção urbanística de Brasília e nas possibilidades de adensamento e expansão da região do Plano Piloto (**Anexo 17, item 11**).

O documento Brasília Revisitada delimitou uma área de preservação, oficialmente denominada Plano Piloto de Brasília, que foi declarada Patrimônio Cultural da Humanidade pela Unesco, em 1987 (**Anexo 17, item 12**).

Em 1988, foi formada Comissão composta por técnicos de órgãos da administração local e federal para propor uma nova legislação protecionista (**Anexo 17, item 13**). A Comissão Técnica elaborou, em 1989, Anteprojeto de Lei que dispunha *sobre a Política de Preservação do Patrimônio Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico do Distrito Federal*. Eram classificados como patrimônio o Plano Piloto, os núcleos urbanos vernaculares, as antigas fazendas e os acampamentos dos pioneiros da época da construção da Cidade. Este Anteprojeto, também, não foi homologado. O Anteprojeto, retomando o trabalho do GT/Brasília, em seu art. 7º classificou como Patrimônio Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico do Distrito Federal, entre outros, as mesmas 12 (doze) fazendas antigas (**Figura 330**):

IV – Patrimônio Vernáculo Rural, representado pelas fazendas antigas preexistentes à inauguração da Capital, identificados a seguir (...):

- a) Fazenda Monjolo e Fazenda Guimarães situadas na Região Administrativa de Planaltina;*
- b) Fazenda Jardim, Fazenda Bela Vista e Fazenda Capão dos Porcos situadas na Região Administrativa Jardim;*
- c) Fazenda Jacaré e Fazenda Currálinho situadas na Região Administrativa de Brazlândia;*
- d) Fazenda Sobradinho e Sobradinho Mugí situadas na Região Administrativa de Sobradinho;*
- e) Fazenda Ponte Alta e Fazenda Gama situadas na Região Administrativa do Gama;*
- f) Fazenda Guariroba situada na Região Administrativa de Taguatinga.*

Dessas doze fazendas antigas, cinco foram inventariadas nesta dissertação, no Capítulo 5 – Morar no território: morada da Fazenda Currálinho, na Região Administrativa de Brazlândia; morada da Fazenda Gama, na atual Região Administrativa do Núcleo Bandeirante; morada da Fazenda Monjolo, na Região Administrativa de Planaltina; morada da Fazenda Saco Grande I (Fazenda Jardim) (**Figura 331**), na atual Região Administrativa do Paranoá; e morada da Fazenda Sobradinho I (Sobradinho), na Região Administrativa de mesmo nome. Dentre as casas relacionadas no Anteprojeto, somente mais uma foi identificada, sem, no entanto, ter sido inventariada, a Fazenda Guariroba (**Figura 332**), na atual Região Administrativa de Ceilândia, pois só foi localizada recentemente.

FAZENDA JARDIM

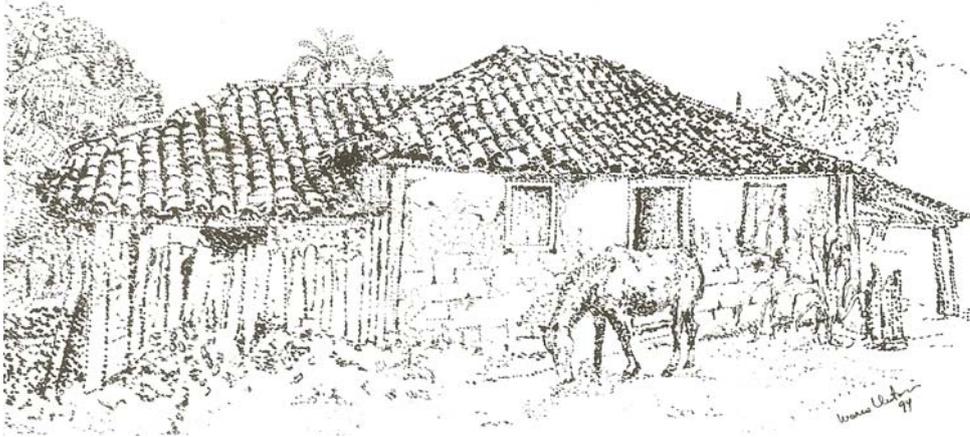


Figura 331 – Fazenda Jardim, Paranoá, Distrito Federal. Bico de pena de Marco Antônio Galvão, 1994. (Acervo de Marco Antônio Galvão).



Figura 332 – Fazenda Guariroba, Taguatinga, Distrito Federal. Bico de pena de Marco Antônio Galvão, 1994. (Acervo de Marco Antônio Galvão).

No lugar do Anteprojeto apresentado pela Comissão Técnica, foi aprovada a Lei n. 47/89, que dispunha *sobre o tombamento, pelo Distrito Federal, de bens de valor cultural (Anexo 17, item 14)*. A Lei detalhou apenas o processo e os procedimentos para o tombamento, não classificou nem definiu que bens deveriam ser protegidos.

Brasília teve seu tombamento federal efetivado, em 4 de março de 1990, com a Inscrição de n. 532 no Livro de Tombo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e disciplinado por meio da Portaria n. 314/92, do Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural – IBPC, hoje IPHAN, estabelecendo proteção do Conjunto Urbano, conforme a definição da Unesco, em 1987 **(Anexo 17, item 15)**.

O Caderno Técnico do Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal, de 1992 **(Anexo 17, item 16)**, tinha por finalidade explicar e justificar o PDOT/92. Em seu Histórico, p.11, ele tratava rapidamente do patrimônio rural, quando dizia: *No que se refere aos aspectos fundiários, toda a área dentro dos limites do DF era ocupada, originalmente, por fazendas e pelos núcleos urbanos de Planaltina e Brazlândia*. Não há no texto qualquer outra referência ao patrimônio vernáculo rural do DF.

O PDOT/92 aprovou o Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal e instituiu o Sistema de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal **(Anexo 17, item 17)**. Apesar ser o instrumento básico da política territorial do DF e ter por finalidade realizar o pleno desenvolvimento das funções sociais da propriedade tanto urbana quanto rural, no que diz respeito às políticas de patrimônio e cultura, seu texto legal refere-se apenas ao urbano, não trata do patrimônio rural.

Em 1993, foi aprovada a Lei Orgânica do DF **(Anexo 17, item 18)**, que estabeleceu os princípios constitucionais pelos quais o Distrito Federal deverá se reger. Quanto ao patrimônio rural, na Seção que trata da Cultura, o art. 247 abordou o tema de forma apenas genérica, ao citar a (...) *preservação dos bens de valor histórico, artístico e cultural, e das paisagens notáveis, naturais e construídas*. Proteção específica só para o Conjunto Urbanístico, conforme a definição da UNESCO, em 1987. No Capítulo do Meio Ambiente, o art. 295 citou ... *demais bens imóveis de valor cultural*... Da mesma forma, previu proteção específica apenas quando se tratar do Conjunto Urbanístico de Brasília.

A Lei n. 742/94 **(Anexo 17, item 19)**, definiu os limites, funções e sistema de gestão da Reserva da Biosfera do Cerrado – Fase I, no Distrito Federal, que tem por **objetivo desencadear o planejamento multisetorial, voltado à conservação da diversidade biológica e cultural, ao conhecimento científico e ao desenvolvimento sustentável das regiões nelas inscritas**.

O Documento de Referência do PDOT, de 1996 **(Anexo 17, item 20)**, tinha entre suas finalidades dar início ao processo de planejamento, elaborar a revisão e apresentar a proposta do PDOT. O Documento tratou do patrimônio rural em seu item 9.3, *O Patrimônio Cultural e o Ordenamento Territorial*:

Patrimônio Vernáculo Urbano e Rural: (...)

As sedes das fazendas antigas, representativas do vernáculo rural goiano, estão localizadas em diferentes regiões administrativas. Testemunhos da linguagem

arquitetônica e dos métodos construtivos do vernáculo do Centro-Oeste representam papel importante na constituição da memória do Distrito Federal.

Recomendações: (...)

elaboração de inventário das sedes remanescentes das fazendas antigas do Distrito Federal.

O PDOT/97 aprovou o Plano Diretor de Ordenamento Territorial do DF (**Anexo 17, item 21**). Apesar ser o instrumento básico da política territorial do DF e ter por finalidade realizar o pleno desenvolvimento das funções sociais da propriedade tanto urbana quanto rural, no que diz respeito às políticas de patrimônio e cultura, seu texto legal referiu-se apenas ao urbano. Embora seu Documento de Referência tenha apontado a existência de fazendas antigas no DF, seu texto não tratou do patrimônio rural.

Nenhum dos sete Planos Diretores Locais – PDL's existentes no DF – Sobradinho (1997); Taguatinga (1998); Candangolândia (1998); Ceilândia (2000); Samambaia (2001); Gama (2006) e Guará (2006) – tratou do patrimônio rural de sua Região Administrativa, apesar da maioria possuir área rural, onde estão localizadas algumas das sedes das fazendas antigas representativas do vernáculo rural goiano no território do atual DF (**Anexo 17, itens 22 a 28**).

O Documento Técnico do PDOT de 2007 teve entre suas finalidades expor os fundamentos para a revisão do PDOT, definir seus princípios e objetivos (**Anexo 17, item 29**). O patrimônio rural foi abordado em seu item 7:

7. Meio Rural (...)

7.6 Patrimônio Rural

*Testemunho da linguagem arquitetônica e dos métodos construtivos do vernáculo do Centro-Oeste, o **patrimônio rural** representa papel importante na constituição da memória do Distrito Federal. As sedes das fazendas **Currulinho I e Jacaré**, em Brazlândia; **Guariroba**, na Ceilândia; **Gama e Ponte Alta**, no Gama; **Acalanto, Guimarães, Monjolo, Bela Vista e Capitão dos Porcos**, em Planaltina; **Sobradinho e Meigi**, em Sobradinho; e **Jardim**, no Paranoá, **constituem o patrimônio vernáculo rural do Distrito Federal**, parte significativa na memória da inauguração da capital. (...) (grifos nossos).*

Surpreendentemente, pelo menos três das casas de fazendas citadas no documento já desapareceram – Jacaré, Bela Vista e Ponte Alta (**Figura 333**) e, ainda, outras duas estão com seus nomes grafados de forma errada – (Capitão) Capão dos Porcos, em Planaltina e Sobradinho Moji ou Mugi (Meigi), em Sobradinho. E, mais, elas NÃO são parte significativa na memória da inauguração da capital, e SIM parte significativa da memória do território, com algumas dessas construções remontando ao século XIX. A forma superficial e equivocada com que o assunto é tratado no documento deixa transparecer a total falta de conhecimento, interesse e compromisso do Poder Público com o patrimônio vernáculo rural do Distrito Federal.

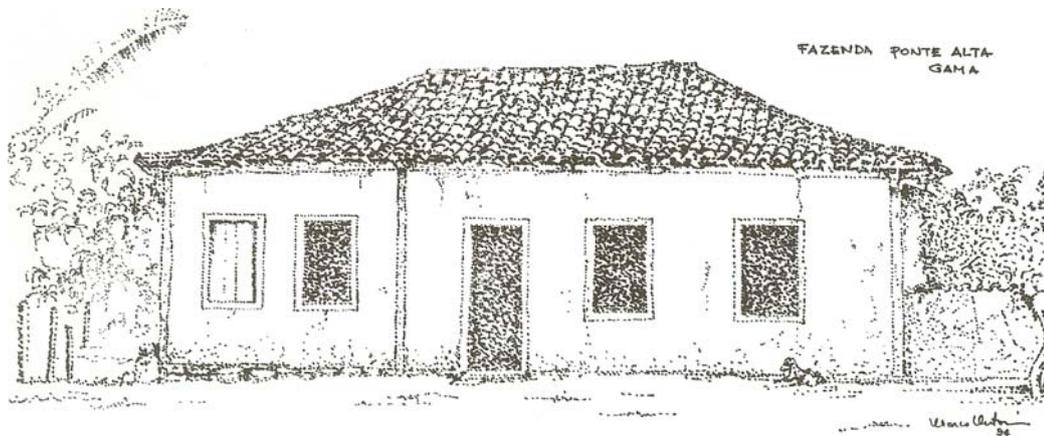


Figura 333 – Fazenda da Ponte Alta, Gama, Distrito Federal. Bico de pena de Marco Antônio Galvão, com base em fotografia de Márcio Vianna, década de 1980. (Acervo de Marco Antônio Galvão).

Por fim, a Lei Complementar n. 803, de 25 de abril de 2009, que aprovou a revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial do DF – PDOT, não tratou do patrimônio rural (**Anexo 17, item 30**). O texto do PDOT ora em vigor, assim como seus antecessores, desconsiderou a existência do patrimônio rural do Distrito Federal. A legislação do ordenamento do território do DF não prevê nenhuma diretriz ou política pública para o segmento.

Em âmbito federal, a Constituição em seu art. 24, VII, deu competência ao DF para legislar concorrentemente sobre proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico. Está definido em seu art. 216, caput e V:

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: (...)

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

O Estatuto da Cidade, que regulamentou os arts. 182 e 183 que tratam da Política Urbana na Constituição Federal, elencou entre as diretrizes gerais para ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana (art. 2º, XII), a proteção, preservação e recuperação do meio ambiente natural e construído, do patrimônio cultural, histórico, artístico, paisagístico e arqueológico.

Na análise dos documentos em âmbito distrital, considerando sob a ótica do patrimônio rural, constata-se claramente a baixa prioridade política do Patrimônio Vernáculo Rural na agenda de formulação política do Governo. Ainda prevalecem políticas setoriais dispersas de planejamento

territorial no Distrito Federal. Segundo Madson Reis (2008:2), nos últimos 23 anos a estrutura institucional do GDF sofreu oito reformas: 1985, 1988, 1992, 1997, 1999, 2000, 2003 e 2007. Certamente, a instabilidade contribuiu para um processo de gestão fragmentado e desarticulado, que trouxe prejuízos à qualidade do espaço urbano e à preservação do patrimônio construído.

Fato é que, apesar do trabalho consistente do GT/Brasília há cerca de vinte cinco anos, nada se fez pelo Patrimônio Vernáculo Rural do DF e conquanto algumas boas propostas tenham surgido, não vingaram por não terem encontrado o respaldo político necessário. As casas das fazendas antigas, preexistentes à inauguração da Capital, estão caindo e o Poder Público não toma providências no sentido de sua preservação, não conseguindo perceber talvez, sua importância histórica. Chegou-se ao cúmulo de tratar o assunto com leviandade, quando o Documento Técnico referente ao PDOT, sancionado em abril de 2009 pelo Governador do DF, considerou a existência de fazendas que já se perderam, deixando transparecer a displicência, o desinteresse e a falta de fiscalização que acompanha o assunto.

O inventário realizado nessa dissertação evidenciou que as moradas rurais estudadas, apesar dos anos, conservam suas características tradicionais e deixam patente o contraste entre esse patrimônio vernacular e as manifestações arquitetônicas modernistas de Brasília, demonstrando que o acervo patrimonial do DF extrapola os limites do Plano Piloto. A devida dimensão patrimonial e cultural que esse conjunto de fazendas antigas – exemplares centenários, remanescentes da cultura agrária anterior à construção de Brasília – tem no registro da história do território do Distrito Federal, pode ser avaliada pelas Cartas Patrimoniais que abordam o assunto.

A *Carta de Veneza*, 1964, é o mais importante documento internacional sobre conservação e restauração de monumentos e sítios (CURY, 2004:92):

Artigo 1º - A noção de **monumento histórico** compreende a criação arquitetônica isolada, bem como o sítio urbano ou rural que dá testemunho de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico. **Estende-se não só às grandes criações, mas também às obras modestas, que tenham adquirido, com o tempo, uma significação cultural** (grifos nossos).

A *Convenção de Paris*, 1972, trata da salvaguarda do patrimônio mundial, cultural e natural, definindo como *patrimônio cultural*, entre outros (CURY, 2004:179):

(...) os sítios: obras do homem ou obras conjugadas do homem e da natureza, bem como as áreas que incluem sítios arqueológicos, de valor excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico.

A *Recomendação de Nairóbi*, 1976, relativa à salvaguarda dos conjuntos históricos e sua função na vida contemporânea (CURY, 2004:217-218) destaca:

Considerando que, diante dos perigos da uniformização e da despersonalização que se manifestam constantemente em nossa época, esses **testemunhos vivos de épocas anteriores** adquirem uma importância vital para cada ser humano e para as nações que neles encontram a **expressão de sua cultura** e, ao mesmo tempo, **um dos fundamentos da sua identidade** (grifos nossos).

Infelizmente, poucas são as pesquisas realizadas sobre as fazendas antigas de Goiás e sua inserção no espaço geográfico e na paisagem local, o que dificulta, sobremaneira, resgatar e divulgar a memória da arquitetura rural e de técnicas construtivas. A cada dia, fazendas coloniais são destruídas ou abandonadas. É urgente resgatar a importância histórica das moradas rurais e executar ações voltadas para a sua proteção e a sua exploração econômica, antes que se apaguem seus últimos vestígios e se perca qualquer possibilidade de apreensão sobre os processos históricos específicos do território.

O Distrito Federal, apesar de ser uma região de grande sensibilidade ambiental com cerca de 90% (noventa por cento) de sua área inserida em Área de Proteção Ambiental, tem sido objeto de ocupação territorial desordenada, com a transformação sistemática de solo rural em loteamentos urbanos e conseqüente aumento da população sem vínculos com a terra. Decorre dessa situação o agravamento de problemas ambientais na região, tais como aumento da violência, desemprego, desmatamento, poluição dos recursos hídricos, com perda significativa da biodiversidade.

Investir na preservação do Patrimônio Vernáculo Rural do DF pode ser uma alternativa de desenvolvimento para a zona rural, assim como vir a se tornar uma alavanca para o desenvolvimento econômico regional, desde que tratado de forma sustentável e preservando a diversidade cultural e natural. É imperativo reconstruir o território para construir a memória.

Para promover a reabilitação das Estradas Coloniais se faz necessário construir uma base de dados com a cartografia histórica que reúna o maior número possível de referências sobre a região do Planalto Central, nos séculos XVIII e XIX e, por meio de vários cruzamentos de dados possíveis, produzir um instrumento de pesquisa que forneça um acesso organizado e amplo a pesquisadores que se interessem por esse tema.

Da mesma forma, o Planalto Central, nos limites do atual território do DF, possui um rico material sobre viajantes com infinitas possibilidades de pesquisa e não se tem notícias de uma base de dados especializada sobre os viajantes dessa região.

Algumas das teses levantadas ao longo deste trabalho são apenas confirmação e desenvolvimento de idéias já conhecidas, outras podem ser consideradas inéditas, não somente pelos argumentos como também pela ênfase aqui empregada. Mas resta incontestável, os desertos eram falsos desertos.





REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADONIAS, Isa. **Mapas e Planos manuscritos relativos ao Brasil Colonial (1500-1822)**. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, Serviço de Documentação, 1960. 2 v.
- ALENCASTRE, José Martins Pereira de. **Anais da Província de Goiás**: 1863. Brasília: Sudeco; Goiânia: Governo de Goiás, 1979.
- ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO - AHU. **Projeto Resgate**. Disponível em: <<http://www.cmd.unb.br/biblioteca.html>>. Acesso em: 8 dezembro 2009.
- _____. AHU_CARTm_008, D. 0866.
- _____. AHU_CARTm_008, D. 0867.
- _____. AHU_CARTm_008, D. 0877.
- ARQUIVO PÚBLICO DO DF – ArPDF. **Documentos da Missão Cruls**. Brasília: Arquivo Público do Distrito Federal.
- BARBO, Lenora de Castro. **A aplicação do geoprocessamento na reabilitação das Estradas Coloniais do Planalto Central nos limites do atual Distrito Federal**. Monografia (Especialização em Reabilitação Ambiental, Sustentável, Arquitetônica e Urbanística). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, 2009.
- _____. A arquitetura rural das estradas coloniais do Planalto Central. In: IV Simpósio Nacional de História: cultura e identidades, 2009, Goiânia/GO. **Anais do IV Simpósio Nacional de História: cultura e identidades**. Goiânia: ANPUH-GO, 2009. p. 1-20.
- _____. A reconstituição de estradas históricas utilizando o Sistema de Informações Geográficas – SIG. In: XXIV Congresso Brasileiro de Cartografia, 2010, Aracaju/SE. **Anais do XXIV Congresso Brasileiro de Cartografia. Cartografia, ferramenta para ordenamento e gestão territorial**. Aracaju: SBC, 2010. p. 1964-1973.
- _____. O patrimônio vernáculo rural nas políticas públicas de planejamento territorial do Distrito Federal. In: VIII Encontro da Sociedade Brasileira de Economia Ecológica, 2009, Cuiabá (MT). **Anais do VIII Encontro da Sociedade Brasileira de Economia Ecológica**. Cuiabá: ECOECO, 2009.
- BARBO, Lenora de Castro; RIBEIRO, Rômulo José da Costa. O SIG como estratégia de reconstituição de estradas históricas. In: IV Congreso Iberoamericano de Estudios Territoriales y Ambientales - CIETA, 2010, Mérida, Espanha. **Anais do IV CIETA**. Mérida: Revista Mapping, S.L., 2010.
- BARBO, Lenora de Castro; SCHLEE, Andrey Rosenthal. A Cartografia Histórica e os Caminhos de Ocupação do atual DF. In: III Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica, 2009, Ouro Preto. **Anais do III Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica. Passado & Presente para o Futuro**. Belo Horizonte: CRCH UFMG, 2009. v. 1.
- _____; _____. O patrimônio vernáculo rural e o desenvolvimento sustentável do Distrito Federal. In: IV Congreso Iberoamericano de Estudios Territoriales y Ambientales – CIETA, 2010, Mérida, Espanha. **Anais do IV CIETA**. Mérida: Revista Mapping, S.L., 2010.
- BERTRAN, Paulo. A “jornada” a Goiás de Luis da Cunha Menezes em 1778. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás**, Goiânia, ano 16, n. 12, p. 75-80, jul. 1989.

- _____. **História da terra e do homem no Planalto Central: eco-história do Distrito Federal: do indígena ao colonizador.** Brasília: Verano, 2000.
- _____. (Org.). **Notícia geral da Capitania de Goiás em 1783.** Goiânia: Universidade Católica de Goiás; Universidade Federal de Goiás; Brasília: Solo Editores, 1996. 2 v.
- _____. **Uma introdução à história econômica do Centro-Oeste do Brasil.** Brasília: Codeplan; Goiás: UCG, 1988.
- BERTRAN, Paulo; FAQUINI, Rui. **Cidade de Goiás: Patrimônio da Humanidade: origens.** Brasília: Ed. Verano; São Paulo: Takano, 2002.
- BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). **Coleção Morgado de Mateus.** Disponível em: <<http://www.bn.br/bndigital/pesquisa.htm>>. Acesso em: 22 novembro 2008.
- BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL – PURL.PT. **Coleções Digitalizadas. Cartografia.** Disponível em: <<http://purl.pt/3432/1/P1.html>>. Acesso em: 26 agosto 2009.
- BLUTEAU, Raphael. **Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico ...** Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712 - 1728. 8 v. Disponível em: <<http://www.brasiliana.usp.br/dicionario/edicao/1>>. Acesso em: 23 maio 2010.
- BRANDÃO, Antonio José da Costa. **Almanach da Província de Goyaz: para o anno de 1886.** Goiânia: Ed. da Universidade Federal de Goiás, 1978.
- BRASIL, Antônio Americano do. **Pela história de Goiás.** Goiânia: Ed. da Universidade Federal de Goiás, 1980.
- _____. **Súmula de história de Goiás.** 2. ed. Goiânia: Departamento Estadual de Cultura, 1961.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil (1988).** Brasília: Senado Federal, 2002.
- BRASIL. Presidência da República. Lei n. 2.874, de 19 de setembro de 1956. **Dispõe sobre a mudança da Capital Federal, e dá outras providências.** Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/sicon/PreparaPesquisaLegislacao.action>>. Acesso em: 6 novembro 2008.
- BRASIL. Presidência da República. Secretaria da Cultura. Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural – IBPC. **Portaria n. 314, de 8 de outubro de 1992.** Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=414>>. Acesso em: 5 novembro 2008.
- BRASIL. Senado Federal. Lei n. 47, de 2 de outubro de 1989. **Dispõe sobre o tombamento, pelo Distrito Federal, de bens de valor cultural.** Disponível em: <http://www.tc.df.gov.br/silegispages/ta_02_inter.asp>. Acesso em: 6 novembro 1989.
- CÂMARA, Gilberto; DAVIS, Clodoveu; MONTEIRO, Antônio Miguel Vieira (Orgs.). **Introdução à Ciência da Geoinformação.** Capítulo 7. Disponível em: <<http://www.dpi.inpe.br/gilberto/livro/introd/cap7-mnt.pdf>>. Acesso em: 9 setembro 2009.
- CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio.** 3. ed. São Paulo: Estação Liberdade: UNESP, 2006.
- COELHO, Djalma Polli. Espigão Mestre do Brasil e conceito geopolítico do Planalto Central. In: IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **A Localização da Nova Capital da República.** Rio de Janeiro: IBGE, 1948. p. 9-20.
- COELHO, Gustavo Neiva. **Arquitetura da mineração em Goiás.** Goiânia: Ed. da UCG, 1995.
- _____. **Guia dos bens imóveis tombados em Goiás: Vila Boa.** Goiânia: Trilhar Urbana, 2001. v. 1.
- COELHO, Gustavo Neiva; VALVA, Milena d’Ayala. **Patrimônio cultural edificado.** Goiânia: Ed. da UCG, 2001.
- COLOMBINA, Tosi. Ilmo. e Exmo. Snh. Conde dos Arcos Dom Marcos de Noronha do Conselho de S. Mag.

- Governador e Capitan General de Goyaz: 1751. **Revista do Arquivo Histórico Estadual**, Goiânia, n. 3, p. 160-162, dez. 1981.
- COSTA, Antonio Gilberto (Org.). **Os caminhos do ouro e a Estrada Real**. Belo Horizonte: Editora UFMG; Lisboa: Kapa Editorial, 2005.
- _____. (Org.). **Roteiro prático de cartografia: da América Portuguesa ao Brasil Império**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.
- COSTA, Írio Barbosa da; MESQUITA, Helena Maria. **Tipos de habitação rural no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 1978.
- COSTA, Lena Castello Branco Ferreira. **Arraial e coronel: dois estudos de história social**. São Paulo: Editora Cultrix, 1978.
- COSTA, Lucio. **Arquitetura**. 3. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2005.
- COSTA, Maria Elisa; LIMA, Adeildo Viegas de. **Brasília 57-85, do plano piloto ao Plano Piloto**. Brasília: Terracap, 1985.
- CRESPO, Luiz Augusto. Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial de Goyaz pelo Exm. Sr. Dr. Luiz Augusto Crespo Presidente da Província, em 1 de setembro de 1878. **Revista do Arquivo Histórico Estadual**, Goiânia, n. 5, p. 111-137, mar. 1984.
- CRULS, Luiz. **Planalto Central do Brasil**. 3. ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editôra, 1957. (Coleção Documentos Brasileiros, 91).
- _____. **Relatório da Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1947. (Brasiliiana, v. 258).
- CRUZ, Anamaria da Costa; PEROTA, Maria Luiza Loures Rocha; MENDES, Maria Tereza Reis. **Elaboração de referências (NBR 6023/2002)**. 2. ed. Rio de Janeiro: Interciência; Niterói: Intertexto, 2002.
- CURY, Isabelle (Org.). **Cartas Patrimoniais**. 3. ed. rev. aum. Rio de Janeiro: IPHAN, 2004.
- DEMOSTHENES [Barbo de Siqueira], M[anoel]. **Estudos sôbre a Nova Capital do Brasil**. Rio de Janeiro: Agir Editora, 1947. (Coleção Interiorização da Capital do Brasil, v. I).
- DISTRITO FEDERAL. Câmara Legislativa do Distrito Federal. Lei n. 353, de 18 de novembro de 1992. **Aprova o Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal, institui o Sistema de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal e dá outras providências**. Disponível em: <http://www.tc.df.gov.br/silegispages/ta_02_inter.asp>. Acesso em: 5 novembro 2008.
- _____. _____. Lei n. 742, de 28 de julho de 1994. **Define os limites, funções e sistema de gestão da Reserva da Biosfera do Cerrado do Distrito Federal e dá outras providências**. Disponível em: <http://www.tc.df.gov.br/silegispages/ta_02_inter.asp>. Acesso em: 5 novembro 2008.
- _____. _____. **Lei Orgânica do Distrito Federal (1993)**. 3. ed. consolidada. Brasília: CLDF, 2007.
- _____. _____. Lei Complementar n. 17, de 28 de janeiro de 1997. **Aprova o Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal – PDOT e dá outras providências**. Disponível em: <http://www.tc.df.gov.br/silegispages/ta_02_inter.asp>. Acesso em: 5 novembro 2008.
- _____. _____. Lei Complementar n. 56, de 30 de dezembro de 1997. **Dispõe sobre o Plano Diretor Local de Sobradinho, Região Administrativa V**. Disponível em: <http://www.tc.df.gov.br/silegispages/ta_02_inter.asp>. Acesso em: 5 novembro 2008.
- _____. _____. Lei Complementar n. 90, de 11 de março de 1998. **Aprova o Plano Diretor Local da Região Administrativa de Taguatinga – RA III, conforme o disposto no art. 316 da Lei Orgânica do**

Distrito Federal. Disponível em: <http://www.tc.df.gov.br/silegispages/ta_02_inter.asp>. Acesso em: 5 novembro 2008.

_____. _____. Lei Complementar n. 97, de 8 de abril de 1998. **Aprova o Plano Diretor Local da Candangolândia, Região Administrativa XIX, em conformidade com o art. 316 da Lei Orgânica do Distrito Federal.** Disponível em: <http://www.tc.df.gov.br/silegispages/ta_02_inter.asp>. Acesso em: 5 novembro 2008.

_____. _____. Lei Complementar n. 314, de 1º de setembro de 2000. **Aprova o Plano Diretor Local da Região Administrativa de Ceilândia – RA IX, conforme o disposto no art. 316 da Lei Orgânica do Distrito Federal.** Disponível em: <http://www.tc.df.gov.br/silegispages/ta_02_inter.asp>. Acesso em: 5 novembro 2008.

_____. _____. Lei Complementar n. 370, de 2 de março de 2001. **Aprova o Plano Diretor Local da Região Administrativa de Samambaia – RA XII, conforme o disposto no art. 316 da Lei Orgânica do Distrito Federal.** Disponível em: <http://www.tc.df.gov.br/silegispages/ta_02_inter.asp>. Acesso em: 5 novembro 2008.

_____. _____. Lei Complementar n. 728, de 18 de agosto de 2006. **Aprova o Plano Diretor Local da Região Administrativa do Gama – RA II, conforme o disposto no art. 316 da Lei Orgânica do Distrito Federal.** Disponível em: <http://www.tc.df.gov.br/silegispages/ta_02_inter.asp>. Acesso em: 5 novembro 2008.

_____. _____. Lei Complementar n. 733, de 13 de dezembro de 2006. **Dispõe sobre o Plano Diretor Local da Região Administrativa do Guará – RA X, que estabelece diretrizes e estratégias para seu desenvolvimento sustentável e integrado.** Disponível em: <http://www.tc.df.gov.br/silegispages/ta_02_inter.asp>. Acesso em: 5 novembro 2008.

_____. _____. Lei Complementar n. 803, de 25 de abril de 2009. **Aprova a revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal – PDOT e dá outras providências.** Disponível em: <http://www.tc.df.gov.br/silegispages/ta_02_inter.asp>. Acesso em: 5 novembro 2008.

DISTRITO FEDERAL. Decreto n. 10.829, de 14 de outubro de 1987. **Regulamenta o art. 38 da Lei n. 3.751, de 13 de abril de 1960, no que se refere à preservação da concepção urbanística de Brasília.** Disponível em: <http://www.tc.df.gov.br/silegispages/ta_02_inter.asp>. Acesso em: 5 novembro 2008.

_____. Decreto n. 12.898, de 13 de dezembro de 1990. **Dispõe sobre a Ocupação e Uso do Solo do Distrito Federal e dá outras providências.** Disponível em: <http://www.tc.df.gov.br/silegispages/ta_02_inter.asp>. Acesso em: 5 novembro 2008.

DISTRITO FEDERAL. Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico do Distrito Federal – DePHA (Coord.). Anteprojeto de Lei de Preservação do Patrimônio Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico do Distrito Federal. In: **Seminário sobre Desenho Urbano no Brasil, Anais do 4 Sedur, 1991.** HOLANDA, Frederico de; KOHLSDORF, Maria Elaine (Orgs.). Brasília: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, 1995. p. 313-323.

DONALD J. BELCHER & ASSOCIATES. **O relatório técnico sobre a nova capital da República.** 4. ed. Brasília: Codeplan, 1995.

DUARTE, Paulo Araújo. **Fundamentos de cartografia.** 3. ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2008.

ENVIRONMENTAL SYSTEMS RESEARCH INSTITUTE - ESRI. **GIS software that gives you the geographic advantage.** Disponível em: <http://www.esri.com/about_esri.html>. Acesso em: 16 agosto 2009.

ESCHWEGE, Wilhelm Ludwig von. **Pluto Brasiliensis.** Berlin: G. Reimer, 1833. Prancha III.

- FARIAS, Darcy Dornelas de. **Terras no Distrito Federal: experiências com desapropriações em Goiás: 1955-1958.** Dissertação (Mestrado). Departamento de História, Universidade de Brasília, 2006.
- FICHER, Sylvia. Brasília. **Revista Projeto Design**, n 242, p. 48-52, abr. 2000.
- FICHER, Sylvia; SCHLEE, Andrey Rosenthal; BATISTA, Geraldo Nogueira; LEITÃO, Francisco. Brasília: La história de um planeamento. In: RODRIGUEZ I VILLAESCUSA, Eduard; FIGUEIRA, Cibele Vieira (Orgs.). **Brasília 1956-2006.** De La fundación de una ciudad capital, al capital de la ciudad. Barcelona: Milenio, 2006. v. 1; p. 57-97.
- FRANCO, Virgílio Martins de Melo. **Viagens pelo interior de Minas Geraes e Goyaz.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1888.
- FREITAS, Lena Castello Branco Ferreira de; SILVA, Nancy Ribeiro de Araújo e. Antigas fazendas do Planalto Central. **Ciências Humanas em Revista**, Goiânia, n. 6, p. 113-130, jul./dez. 1995.
- _____; _____. Fazendas goianas – história e características. In: FREITAS, Lena Castello Branco Ferreira de. **Goiás: História e Cultura.** 2. ed. Goiânia: Descubra, 2007. p. 121-136.
- _____; _____. Sobre as fontes documentais para a história de Goiás. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás**, Goiânia, ano 16, n. 12, p. 91-112, jul. 1989.
- FREYRE, Gilberto. **A casa brasileira.** Rio de Janeiro: Grifo Edições, 1971.
- FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. **Catálogos, Cartografia.** Disponível em: <<http://catalogos.bn.br/>>. Acesso em: 28 janeiro 2010.
- GONZAGA, Tomás. **Cartas Chilenas.** São Paulo: Editora Martins Claret, 2007.
- GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL. **Atlas do Distrito Federal.** Brasília: Governo do Distrito Federal, 1984.
- GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL. ArPDF, Codeplan e DePHA. **Relatório do Plano Piloto de Brasília.** Brasília: Codeplan, 1991.
- GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL. Companhia do Desenvolvimento do Planalto Central – Codeplan. **Álbum de plantas urbanas do Distrito Federal.** Brasília: Codeplan, 1991.
- _____. _____. **O projeto do sistema cartográfico do Distrito Federal - SICAD.** Brasília: Codeplan, 1976.
- GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL. Instituto de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal. **Plano Diretor de Ordenamento Territorial e Urbano do Distrito Federal – PDOT: Documento de Referência: Perfil do Distrito Federal: Estudos Setoriais: Proposta do PDOT.** Brasília: Codeplan, 1996.
- GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente. **Documento Técnico do Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal.** 2007. Disponível em: <<http://www.seduma.df.gov.br/>>. Acesso em: 5 novembro 2008.
- GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Obras e Serviços Públicos. **Plano Diretor de Ordenamento Territorial – PDOT: Caderno Técnico.** Brasília:GDF, 1992.
- GT BRASÍLIA – Grupo de Trabalho para Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural de Brasília. **Síntese dos Trabalhos – maio de 1985.** Brasília: Ministério de Educação e Cultura; Governo do Distrito Federal; Universidade de Brasília, 1985.
- GUIMARÃES, Fabio de Macedo Soares. **O Pensamento de Fábio Macedo Soares Guimarães: uma seleção de textos.** Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

- _____. Trabalhos de campo e de gabinete da segunda expedição geográfica ao Planalto Central. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, ano XI, n. 4, p. 145-149, out./dez. 1949.
- HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **A Localização da Nova Capital da República**. Rio de Janeiro: IBGE, 1948.
- _____. **Atlas do Brasil: geral e regional**. 2. ed. Lucas-RJ: IBGE, 1960. Organizado pela Divisão de Geografia do Conselho Nacional de Geografia.
- _____. **Brasília**. Rio de Janeiro: Fundação IBGE, 1969.
- _____. **Brasília**. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação IBGE, 1972.
- _____. **Cartografia**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/cartografia/manual_nocoos/representacao.html>. Acesso em: 26 agosto 2009.
- _____. **Glossário cartográfico**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/cartografia/glossario/glossario_cartografico.shtm>. Acesso em: 26 agosto 2009.
- _____. **Problemas de Base do Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1948.
- INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE GOIÁS. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás**, Goiânia, ano 1, n. 4, dez. 1975.
- _____. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás**, Goiânia, n. 10, abr. 1982.
- _____. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás**, Goiânia, ano 16, n. 12, jul. 1989.
- INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS - INPE. **CBERS – Satélite sino-brasileiro de recursos terrestres**. Disponível em: <<http://cbers.inpe.br/?content=recepcao/>>. Acesso em: 16 agosto 2009.
- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN. **Coletânea de Leis sobre Preservação do Patrimônio**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2006.
- _____. **Inventário nacional de bens imóveis: sítios urbanos tombados: manual de preenchimento**. Brasília: Senado Federal, 2007. v. 82.
- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN; FUNDAÇÃO CULTURAL PEDRO LUDOVICO TEIXEIRA – FUNPEL. **Dossiê de Goiás**. Goiânia, 2000.
- LASSANCE, Adalberto. **Brasília e Distrito Federal: singulares, atípicos e diferentes, em doze lições**. Caldas Novas-GO: 2008. (Coleção Conhecendo o Distrito Federal, v. VI).
- LEAL, Oscar. **Viagem às terras goyanas (Brazil Central)**. Goiânia: Ed. da Universidade Federal de Goiás, 1980. (Coleção Documentos Goianos, 4).
- LEMONS, Carlos A. C. **A casa brasileira**. São Paulo: Contexto, 1989. (Coleção Repensando a história).
- _____. **Cozinhas, etc.** São Paulo: Editora Perspectiva, 1976.
- _____. **Notas sobre a arquitetura tradicional de São Paulo**. 3. ed. São Paulo: FAUUSP, 1992.
- _____. Originalidade, autenticidade, identidade, valor documental. **Vitruvius**, Arquitectos 082, mar. 2007. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br>>. Acesso em: 15 outubro 2007.

- LOCH, Ruth E. Nogueira. **Cartografia: representação, comunicação e visualização de dados espaciais**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2006.
- MARTINS, Fátima de Macedo. **Arquitetura vernacular de Goiás: análise de um patrimônio cultural**. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Arquitetura e urbanismo, Universidade de Brasília, 2004.
- MARTINS, Neide Marcondes. **O partido arquitetônico rural de Porto Feliz, Tietê e Laranjal Paulista no século XIX: um estudo comparativo**. São Paulo: Conselho Estadual de Artes e Ciências Humanas, 1978. (Coleção Ciências Humanas, n. 6).
- MATOS, Raimundo José da Cunha. **Chorographia Histórica da Província de Goyaz**. Goiânia: Sudeco, Gráfica Editora Líder, 1979.
- _____. **Itinerário do Rio de Janeiro ao Pará e Maranhão, pelas Províncias de Minas Gerais e Goiás, seguido de uma descrição corográfica de Goiás, e dos roteiros desta província às do Mato Grosso e São Paulo**. Belo Horizonte: Instituto Cultural Amilcar Martins, 2004.
- MARTINELLI, Marcello. **Mapas de geografia e cartografia temática**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2008.
- [MELLO, Segismundo de Araújo (Org.)]. **A Nova Capital do Brasil: estudos e conclusões**. [Goiânia, 1956?]. vol. II.
- MOREIRA, Tomé Gomes. Cartas dos Governadores in Registro do Caminho Novo do Paratí: 1750. **Revista do Arquivo Histórico Estadual**, Goiânia, n. 5, p. 51-71, mar. 1984. Transcrição paleográfica: Maria Carmem Lisita.
- MORIZE, Henrique. **Observatório Astronômico: um século de história:1827-1927**. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins: Salamandra, 1987. (Coleção Documentos da História da Ciência, n. 1).
- MOURA, Hastímphilo de. **Da primeira à segunda República**. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti Editores, 1936.
- _____. **Diário de Hastímphilo de Moura: 1892**. Brasília: Arquivo Público do Distrito Federal, [19--].
- MOURÃO, Ronaldo Rogério de Freitas. **Luiz Cruls: o homem que marcou o lugar**. Brasília: Gráfica e Editora Qualidade, 2003.
- NEVES, Gervásio Rodrigo; MARTINS, Liana Bach; RADTKE, Márcia Piva. **Mapa dos itinerários de Saint-Hilaire: Viagem ao Rio Grande do Sul**. Rio Grande do Sul: IHGRS, s/d. Disponível em: <<http://www.ihgrs.org.br/artigos/saint-hilaire.htm>>. Acesso em: 27 março 2010.
- OLIVEIRA, Adriana Mara Vaz de. **Uma ponte para o mundo goiano do século XIX: um estudo da casa meia-pontense**. Goiânia: Agência Goiana de Cultura Pedro Ludovico Teixeira, 2001.
- OLIVEIRA, Cêurio de. **Dicionário cartográfico**. 2. ed. ver. e aum. Rio de Janeiro: IBGE, 1983.
- OLIVEIRA, Ernesto Veiga de; GALHANO, Fernando; PEREIRA, Benjamim. **Construções primitivas em Portugal**. 2. ed. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1988.
- PACHECO, Altamiro de Moura. Primórdios de Brasília. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás**, Goiânia, ano 1, n. 4, p. 83-175, dez. 1975.
- PALACIN, Luís. **O século do ouro em Goiás: 1722-1822, estrutura e conjuntura numa capitania de Minas**. 4. ed. Goiânia: Ed. UCG, 1994.
- PELUSO, Marília Luiza; OLIVEIRA, Washington Candido de. **Distrito Federal: paisagem, população e poder**. São Paulo: Harbra, 2006.
- PIMENTEL, Antonio Martins de Azevedo. **A Nova Capital Federal e o Planalto Central do Brasil**. 2. ed. fac-similada. Brasília: Thesaurus, 1985.

- PINHEIRO, Antônio César Caldas; COELHO, Gustavo Neiva (Orgs.). **O diário de viagem do Barão de Mossâmedes: 1771-1773**. Goiânia: Trilhas Urbanas, 2006.
- PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes históricas**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006.
- PINTO, Luiz Maria da Silva. **Dicionário da Língua Brasileira por Luiz Maria da Silva Pinto**, natural da Província de Goyaz. Ouro Preto: Typographia de Silva, 1832. Disponível em: <<http://www.brasiliana.usp.br/dicionario/edicao/3>>. Acesso em: 23 maio 2010.
- PINTO, Maria Magdalena Vieira. Brasília, a nova capital do país. In: IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Grande Região Centro-Oeste**. Rio de Janeiro: IBGE, 1960. p. 335-378. (Biblioteca Geográfica Brasileira, v. II, n. 16).
- POHL, Johann Emanuel. **Viagem no interior do Brasil**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1976. (Coleção Reconquista do Brasil, v. 14).
- PROPHETA, Benedicto O. O Brasil Central: viagens e explorações. **Revista IHGB**, tomo especial, Rio de Janeiro, p. 81-115, [1927]. (Congresso Internacional de História da América).
- REIS, Carlos Madson. Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília: alguma coisa está fora da ordem. In: I Colóquio sobre História e Historiografia da Arquitetura Brasileira, 2008, Brasília. **Artigos**. Brasília: PPG-FAU, Universidade de Brasília, 2008. Disponível em: <<http://sites.google.com/site/coloquiohh08/>>. Acesso em: 5 novembro 2008.
- REIS, Nestor Goulart. **Evolução urbana do Brasil: 1500 / 1720**. São Paulo: Pini, 2000.
- REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRAZILEIRO. **Roteiros das distâncias de Villa Bella ao arraial de Meia Ponte**, e d'este até a cidade da Bahia, cidade do Rio de Janeiro e Villa de Santos. Rio de Janeiro: Kraus Reprint, v. 20, segundo trimestre, p. 288-293, 1857. Tomo XX.
- RIEDEL, Diaulas (Org.). **As selvas e o pantanal: Goiás e Mato Grosso**. Seleção, introdução e notas de Ernani Silva Bruno. São Paulo: Editora Cultrix, 1959. (Coleção Histórias e paisagens do Brasil).
- RIEDL-DORN, Christa. **Johann Natterer e a Missão Austríaca para o Brasil**. Tradução de Mario P. C. R. Ladders e Maria Faro. Petrópolis: Editora Index, 1999.
- ROCHA JÚNIOR, Deusedith Alves; VIEIRA JÚNIOR, Wilson; CARDOSO, Rafael Carvalho C. **Viagem pela Estrada Real dos Goyazes**. Brasília: Paralelo 15, 2006.
- ROLNIK, Raquel (Coord.). **Estatuto da Cidade: guia para implementação pelos municípios e cidadãos**. 2. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, 2002.
- SAINT-ADOLPHE, J. C. R. Milliet de. **Dicionário Geográfico, Histórico e Descritivo, do Império do Brasil**. Paris: Tipografia de Fain e Thunot, 1845. Publicado pela Fundação João Pinheiro, elaborado a partir do original de propriedade do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais - IEPHA/MG, traduzido do manuscrito inédito francês.
- SAINT-HILAIRE, August. **Viagem à Província de Goiás**. Tradução de Regina Regis Junqueira. Belo Horizonte, Ed, Itatiaia; São Paulo, Ed. da Universidade de São Paulo, 1975. (Coleção Reconquista do Brasil, 8).
- _____. **Viagem às nascentes do rio São Francisco**. Tradução de Regina Regis Junqueira. 2. ed. Belo Horizonte, Ed, Itatiaia, 2004. (Coleção Reconquista do Brasil, 235).
- SALLES, Gilka Vasconcelos Ferreira de. **Economia e escravidão na Capitania de Goiás**. Goiânia: CEGRAF/UFG, 1992. (Coleção Documentos Goianos, 24).
- SCHLEE, Andrey Rosenthal. **A arquitetura das charqueadas desaparecidas**. Tese (Doutorado em Arquitetura). São Paulo: Fauusp, 1999.

- _____. Colônia do Santíssimo Sacramento e seus mapas: 1680-1777. In: I Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica, 2006, Lisboa. **Urbanismo de Origem Portuguesa**, n. 6, out. 2006. Disponível em: <<http://revistas.ceurban.com/numero6/artigos/andreyrosenthalschlee.htm>>. Acesso em: 27 junho 2009.
- _____. O clima e a arquitetura brasileira. **Revista Ciência e Ambiente**, v. 22, p. 19-34, jan./jun. 2001.
- SCHLEE, Andrey Rosenthal; FERREIRA, Oscar; BARBO, Lenora de Castro; VIEIRA JR., Wilson Jardim. Preservar e Intervir em Brasília. O caso das antigas fazendas do Distrito Federal. In: ZEIN, Ruth Verde (Org.). **Projeto como investigação: Antologia**. São Paulo: Alter Market, 2009, v. 1, p. -.
- SCHLEE, Andrey Rosenthal; FICHER, Sylvia. Vera Cruz, uma Brasília anterior?. In: IV Simpósio Nacional de História: cultura e identidades, 2009, Goiânia. **Anais do IV Simpósio Nacional de História: cultura e identidades**. Goiânia: ANPUH-GO, 2009. p. 1-20.
- SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS DO DF- SEMARH. **APA de Cafuringa: a última fronteira natural do DF**. Brasília: Semarh, 2005.
- _____. **Mapa de Bacias Hidrográficas do Distrito Federal**. Brasília, 1994. 1 mapa, color. Escala 1:110.000.
- _____. **Mapa Hidrográfico do Distrito Federal – ano 2006**. Brasília, 2006. 1 mapa, color. Escala 1:120.000.
- SEMARH; COMPARQUES; JBB; DIVAL; SVS; SES; DEPHA; SEC; CAESB; IBAMA; PARNA; SEAPA; EMATER-DF. **Contribuições dos órgãos ambientais para a revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal / 1997-2009**. Brasília, agosto, 2005 (mimeo).
- SECRETARIA DO PLANEJAMENTO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Governo do Distrito Federal. **Plano Estrutural de Organização Territorial do Distrito Federal – PEOT (1977)**. Brasília: Codeplan, [19--].
- SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL. Brasília, capital da controvérsia. In: **Cadernos da Comunicação**, Rio de Janeiro, v. 5, [19--]. (Série Memória).
- SILVA, Antonio Moraes. **Dicionário da língua portuguesa** - recompilado dos vocabulários impressos até agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado, por Antonio de Moraes Silva. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813. Disponível em: <<http://www.brasiliana.usp.br/dicionario/edicao/2>>. Acesso em: 23 maio 2010.
- SILVA, Dinair Andrade da. **Viajante estrangeiro, cultura e relações internacionais: Auguste de Saint-Hilaire no Brasil, 1816-1822**. Brasília: Casa das Musas, 2006.
- SILVA, Simone Cristina Schmaltz de Rezende e. **Criação e consolidação da Capitania de Goiás no universo colonial: o Governo do Conde dos Arcos, 1748-1755**. Dissertação (Mestrado). Departamento de História, Universidade de Brasília, 2002.
- SHUTTLE RADAR TOPOGRAPHY MISSION – SRTM. **Mission Summary**. Disponível em: <<http://srtm.usgs.gov>>. Acesso em: 16 agosto 2009.
- TACLA, Zake. **O livro da arte de construir**. São Paulo: Unipress Ed., 1984.
- TAUNAY, Visconde de. **Goyáz**. São Paulo: Editora Comp. Melhoramentos de S. Paulo, 1931.
- TESCHAUER, Carlos S. J. Os naturalistas viajantes dos séculos XVIII e XIX no Brasil. **Revista IHGB**, tomo especial, Rio de Janeiro, p. 367-434, [1927]. Congresso Internacional de História da América.
- TINÔCO, Livia Nascimento; ANDRADE, Ricardo Rangel de; PAIVA, Salma Sadi Wares de (Orgs.). **O Ministério Público na defesa do patrimônio cultural**. Goiânia: Instituto Centro-Brasileiro de Cultura, 2004.
- UNESCO. **Subsídios ao zoneamento da APA Gama-Cabeça de Veado e Reserva da Biosfera do Cerrado: caracterização e conflitos socioambientais**. Brasília: UNESCO, MAB, Reserva da Biosfera do Cerrado, 2003.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. Instituto de Arquitetura e Urbanismo. Anteprojeto de Lei de Preservação do Patrimônio Histórico, Natural e Urbano de Brasília. **Boletim do Instituto de Arquitetura e Urbanismo**, Brasília, n. 45, mar. 1988.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **A questão da Capital: marítima ou no interior?**. Ed. fac-similada. Brasília: Thesaurus, 1978.

_____. **Varnhagen: história**. Organização de Nilo Odália. Coordenação de Florestan Fernandes. São Paulo: Ática, 1979. (Coleção Grandes Cientistas Sociais, n. 9).

VAZ, Maria Diva Araujo Coelho; ZÁRATE, Maria Heloisa Veloso e. **A casa goiana: documentação arquitetônica**. Goiânia: Ed. da UCG, 2003.

VIANNA, Marcio; BARBOSA, Yeda. La arquitetura vernácula de la Region Centro-Oeste Brasileña. **Brasilia: pasado – presente – futuro**, Buenos Aires, ano 9, n. 97/98, p. 31-34, enero./febrevo. 1986. (Colección Summarios).

VIEIRA JR., Wilson; ROCHA JR., Deusdedith. **A Fazenda Velha nos caminhos da Missão Cruls**. Brasília: Fundo de Arte e Cultura, 2007.

VIEIRA JR., Wilson Jardim; SCHLEE, Andrey Rosenthal; BARBO, Lenora de Castro. Tosi Colombina, autor do primeiro mapa da Capitania de Goiás?. In: XXIV Congresso Brasileiro de Cartografia, 2010, Aracajú/SE. **Anais do XXIV Congresso Brasileiro de Cartografia. Cartografia, ferramenta para ordenamento e gestão territorial**. Aracajú: SBC, 2010. p. 1944-1953.



LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS



Lista de abreviaturas e siglas

[?]	Data ou autor não identificados
AHU	Arquivo Histórico Ultramarino
AU	Arquivo Ultramarino
CAD	<i>Computer Aided Design</i>
CBERS	<i>China Brazil Earth Resource Satellite</i>
CCD	<i>Charge-Couple Device</i>
CODEPLAN	Companhia de Planejamento do Distrito Federal
DePHA	Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico do Distrito Federal
DF	Distrito Federal
ESRI	<i>Environmental Systems Research Institute</i>
EUA	Estados Unidos da América
FAU	Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
GDF	Governo do Distrito Federal
GIS	<i>Geographic Information System</i>
GT/Brasília	Grupo de Trabalho para Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural de Brasília
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBPC	Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural
IHGB	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IR-MSS	<i>InfraRed Multispectral Scanner Subsystem</i>
MAB	<i>Man and Biosphere</i>
MDE	Modelo Digital de Elevação
MNT	Modelo Numérico de Terreno
NASA	<i>National Aeronautics and Space Administration</i>
ONU	Organização das Nações Unidas
PDL	Plano Diretor Local
PDOT	Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal
PEOT	Plano Estrutural de Organização Territorial do Distrito Federal

POT	Plano de Ordenação Territorial
POUSO	Plano de Ocupação e Uso do Solo do DF
PPG	Programa de Pesquisa e Pós-Graduação
PROAU	Projeto de Arquitetura e Urbanismo
RA	Região Administrativa
s/i	sem informação
SICAD	Sistema Cartográfico do Distrito Federal
SIG	Sistema de Informações Geográficas
SIVAM	Sistema de Vigilância da Amazônia
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
SRTM	<i>Shuttle Radar Topography Mission</i>
UnB	Universidade de Brasília
Unesco	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
USGS	<i>United States Geological Survey</i>
WFI	<i>Wide Field Imager</i>



LISTA DE FIGURAS



Lista de figuras

INTRODUÇÃO

Figura 1 – Mapa parcial de Cunha Matos (Adaptado de CUNHA MATOS, 1836). Destaque para a toponímia de sítios da Província de Goiás, em 1836, assinalados no mapa	10
---	----

1 - DESCRVER O TERRITÓRIO

Figura 2 – Mapa Novo Distrito Federal (Adaptado de IBGE, 1960:707)	14
Figura 3 – Mapa de Bacia Hidrográficas do Distrito Federal. (Adaptado de SEMARH, 1994). 1 – Descoberto; 2 – Corumbá; 3 – Paranoá; 4 – São Bartolomeu; 5 – São Marcos; 6 – Preto; e 7 – Maranhão	16
Figura 4 – Mapa das Regiões Hidrográficas (Adaptado de IBGE, 1972:17). Limites das Regiões Hidrográficas destacados em vermelho. I – Tocantins/Araguaia; II – Paraná; III – São Francisco	16
Figura 5 – Mapa das Bacias Hidrográficas Principais do Brasil e Divisores Gerais das Respectivas Águas (IBGE, 1948:11). Localiza o “Espigão Mestre do Brasil” e, a partir de Planaltina de Goiás, os “espigões secundários”. Planaltina de Goiás destacada com círculo vermelho	20
Figura 6 – Mapa do Sudeste do Planalto Central do Brasil (GUIMARÃES, 2006:107). Localiza as oito zonas indicadas para estudo pelo IBGE	21
Figura 7 – Mapa de Estudos e Demarcações (PELUSO; OLIVEIRA, 2006:39)	23

2 – MAPEAR O TERRITÓRIO

Figura 8 – O primeiro e mais ajustado, que lá apareceu até aquele tempo (ADONIAS, 1960:659). Com a indicação da área hoje correspondente ao Novo Distrito Federal e a Brasília, marcada por Isa Adonias	32
Figura 9 – Mapa geral dos limites da Capitania de Goiás (BERTRAN; FAQUINI, 2002:135)	34
Figura 10 – Mapa que mostra a capitania de Goiás e a região ao sul até o rio da Prata (ADONIAS, 1960:660-662). Com a indicação da região que hoje corresponde ao novo Distrito Federal e a Brasília, marcado por Isa Adonias	36

Figura 11 – Mapa dos Sertões (BIBLIOTECA NACIONAL, 2008)	38
Figura 12 – Mapa da Capitania de São Paulo e seu sertão (BIBLIOTECA NACIONAL, 2008)	40
Figura 13 – Mapa da Capitania de Goiás e de todo o sertão (BIBLIOTECA NACIONAL, 2008)	42
Figura 14 – Mapa Geral da Capitania de Goiás (AHU_CARTm_008, D. 0867)	45
Figura 15 – Carta de toda a porção da América Meridional (ADONIAS, 1960:589-592). Nela acha-se assinalada a região que hoje corresponde ao Novo Distrito Federal e a Brasília, marcada por Isa Adonias	47
Figura 16 – Carta ou Plano da Capitania de Goiás (BERTRAN, 1996:101)	50
Figura 17 – Carta ou Plano Geográfico da Capitania de Goiás (ADONIAS, 1960:663-664). Com a indicação da área onde hoje estão localizados o novo Distrito Federal e Brasília, assinalada por Isa Adonias	51
Figura 18 – Mapa Geográfico da Capitania de Vila Boa de Goiás (BIBLIOTECA NACIONAL, 2008)	53
Figura 19 – Mapa do Brasil (RIEDL-DORN, 1999:10)	55
Figura 20 – Carta da Província de Goiás de 1833 (ESCHWEGE, 1833)	57
Figura 21 – Carta Corográfica da Província de Goiás (COSTA, 2007:173)	60
Figura 22 – Goiás (FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL, 2008)	62
Figura 23 – Carta da Província de Goiás de 1875 (FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL, 2008)	64
Figura 24 – Carta do sul de Goiás e triângulo mineiro (LEAL, 1980:257)	66
Figura 25 – Mapa Cartográfico do Quadrilátero Cruls (MOURA, 19--)	68
Figura 26 – Mapa do Brasil, indicando a posição da zona demarcada para o futuro DF (CRULS, 1957:45)	70
Figura 27 – Mapa do Brasil, mostrando a posição do Distrito Federal (Acervo da autora)..	72
Figura 28 – Esboço da zona de 14.400 quilômetros quadrados, demarcada no Planalto Central do Brasil (PIMENTEL, 1985:5)	74
Figura 29 – Mapa dos itinerários levantados (Acervo da autora)	76
Figura 30 – Planta do Distrito Federal (CRULS, 1947:361A)	78

3 - VIAJAR PELO TERRITÓRIO

Figura 31 – Capa do livro “Viagem pela Estrada Real dos Goyazes” (ROCHA JÚNIOR; VIEIRA JÚNIOR; CARDOSO, 2006). Reproduz na íntegra o diário de viagem do tropeiro José da Costa Diogo	98
Figura 32 – Imagens do diário de José da Costa Diogo (ROCHA JÚNIOR; VIEIRA JÚNIOR; CARDOSO, 2006:29, 30 e 40). O original do manuscrito está preservado no Arquivo Histórico ultramarino	98
Figura 33 – Itinerário da viagem de José da Costa Diogo, em 1734. Desenho de Marco Antonio Galvão, 2010	99
Figura 34 – Carta de Dom Marcos de Noronha para o Rei, em 12 de janeiro de 1750 (MOREIRA, 1984)	102
Figura 35 – Mapa geral dos limites da Capitania de Goiás, de 1751 (BERTRAN; FAQUINI, 2002:135)	102
Figura 36 – Mapa da Capitania de São Paulo e seu sertão, 17-- (BIBLIOTECA NACIONAL, 2008)	102
Figura 37 – Mapa da Capitania de Goiás e de todo o sertão, 17-- (BIBLIOTECA NACIONAL, 2008)	102
Figura 38 – Chafariz de Cauda, construído em 1778, durante o governo de Soveral e Carvalho. Disponível em: < http:// www.vilaboadegoias.com.br >. Acesso em: 29 abril 2007	105
Figura 39 – Carta ou Plano da Capitania de Goiás, de 1778 (BERTRAN, 1996:101)	105
Figura 40 – Capa do livro “Diário de Viagem do Barão de Mossâmedes: 1771-1773”. (PINHEIRO; COELHO, 2006)	105
Figura 41 – Imagens do Diário manuscrito do Barão de Mossâmedes (PINHEIRO; COELHO, 2006)	105
Figura 42 – Roteiro da segunda viagem de Soveral e Carvalho – 1773. Desenho de Marco Antonio Galvão, 2010	106
Figura 43 – Planta de Vila Boa, Capital da Capitania de Goiás, levantada no ano de 1782, por Luis da Cunha Menezes (AHU_CARTm_008, D. 0877)	109
Figura 44 – Texto parcial da Jornada a Goiás de Luis da Cunha Menezes (BERTRAN, 1996:69)	109
Figura 45 – Luís da Cunha Menezes. Caricatura de José Malhoa, 1899. Disponível em: http://suggia.weblog.com.pt/arquivo/256238.html	109

Figura 46 – Roteiro de viagem de Cunha Menezes – 1778. Desenho de Marco Antonio Galvão, 2010	110
Figura 47 – Johann Emanuel Pohl (POHL, 1976)	112
Figura 48 – Mapa do Brasil (RIEDL-DORN, 1999:10)	112
Figura 49 – Capa do livro “Viagem ao interior do Brasil” (POHL, 1976)	112
Figura 50 – Roteiro de viagem de Johann Emanuel Pohl – 1818. Desenho de Marco Antonio Galvão, 2010	113
Figura 51 – Auguste de Saint-Hilaire (SAINT-HILAIRE, 1975)	115
Figura 52 – Capa do livro “Viagem à Província de Goiás” (SAINT-HILAIRE, 1975)	115
Figura 53 – Mapa dos itinerários de Saint-Hilaire (NEVES; MARTINS; RADTKE, 2010) ...	115
Figura 54 – Roteiro de viagem de Saint Hilaire – 1819. Desenho de Marco Antonio Galvão, 2010	116
Figura 55 – Carta Corográfica da Província de Goiás, 1836 (COSTA, 2007:173)	119
Figura 56 – Brigadeiro Raimundo José da Cunha Matos (BERTRAN; 2000:214)	119
Figura 57 – Imagem do livro “Itinerário do Rio de Janeiro ao Pará e Maranhão, pelas Províncias de Minas Gerais e Goiás” (MATOS, 2004)	119
Figura 58 – Capa do livro “Chorographia Histórica da Província de Goyaz” (MATOS, 1979)	119
Figura 59 – Roteiro de viagem de Cunha Mattos – 1825 - Publicado em 1856. Desenho de Marco Antonio Galvão, 2010	120
Figura 60 – Roteiro de viagem de Cunha Mattos – 1825 - Publicado em 1856. Desenho de Marco Antonio Galvão, 2010	121
Figura 61 – Capa do livro “Anais da Província de Goiás: 1863” (ALENCASTRE, 1979)	123
Figura 62 – Introdução aos Anais da Província de Goiás (ALENCASTRE, 1979:13-14)	123
Figura 63 – Visconde Taunay (TAUNAY, 1931)	125
Figura 64 – Capa do livro Goyaz (TAUNAY, 1931)	125
Figura 65 – Mapa do Estado de Goyaz (TAUNAY, 1931:3)	125
Figura 66 – Virgílio Martins de Mello Franco (FRANCO, 1888)	127
Figura 67 – Capa do livro “Viagens pelo Interior de Minas Geraes e Goyaz” (FRANCO, 1888)	127

Figura 68 – Introdução ao livro “Viagens pelo interior de Minas Geraes e Goyaz” (FRANCO, 1888)	127
Figura 69 – Roteiro de viagem de Virgílio de Mello Franco – 1876. Desenho de Marco Antonio Galvão, 2010	128
Figura 70 – Francisco Adolfo de Varnhagen – Visconde de Porto Seguro (VARNHAGEN, 1978)	130
Figura 71 – Capa do livro “A questão da capital: marítima ou no interior?” (VARNHAGEN, 1978)	130
Figura 72 – Mapa do Brasil e territórios limítrofes, de Varnhagen (BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL)	130
Figura 73 – Oscar Leal (LEAL, 1980:v)	133
Figura 74 – Imagem do livro “Viagem às terras goyanas (Brazil Central) (LEAL, 1980)	133
Figura 75 – Carta do Sul de Goiás e triangulo mineiro (LEAL, 1980: 257)	133
Figura 76 – Itinerário da viagem de Oscar Leal – 1889. Desenho de Marco Antonio Galvão, 2010	134
Figura 77 – Luiz Cruls (CRULS, 1947)	137
Figura 78 – Capa do livro “Planalto Central do Brasil” (CRULS, 1957)	137
Figura 79 – Relatório da Comissão Cruls, 1894 (CRULS, 1957: 47)	137
Figura 80 – Relatório parcial da Comissão Cruls, 1896 (CRULS, 1957:323)	137
Figura 81 – Grupo da Comissão Cruls (Acervo do ArPDF)	138
Figura 82 – Mapa do Brasil indicando a posição da zona demarcada para o futuro DF, 1893 (Acervo da autora)	138
Figura 83 – Mapa do Brasil mostrando a posição do Distrito Federal, 1894 (Acervo da autora)	138
Figura 84 – Mapa dos itinerários levantados, 1895 (Acervo da autora)	138
Figura 85 – Roteiros da Comissão Cruls nos limites do atual DF. Desenho de Marco Antonio Galvão, 2010	139
Figura 86 – Hastimphilo de Moura (MOURA, 1936:348)	143
Figura 87 – Página de abertura do Diário de Hastimphilo de Moura, 1892 (MOURA, 19--)	143
Figura 88 – Mapa Cartográfico do Quadrilátero Cruls, 1892 (MOURA, 19--)	143
Figura 89 – Antonio Martins de Azevedo Pimentel (CRULS, 1957)	146

Figura 90 – Capa do livro “A nova Capital Federal e o Planalto Central do Brazil” (PIMENTEL, 1985)	146
Figura 91 – Esboço da zona 14.400 quilômetros quadrados demarcados no Planalto Central do Brasil, 1894. (PIMENTEL, 1985:5)	146
Figura 92 – Relatório de Henrique Morize na Comissão Cruls (CRULS, 1957:118)	148
Figura 93 – Henrique Morize (MORIZE, 1987)	148
Figura 94 – Planta do Distrito Federal, 1896 (CRULS, 1957:335)	148
Figura 95 – Missão Cruls no rio Descoberto, 1892. (Acervo do ArPDF)	149
Figura 96 – Observatório no Vértice SW da zona demarcada pela Missão Cruls, 1892. (Acervo do ArPDF)	149
Figura 97 – Missão Cruls perto da Lagoa Feia, 1892. (Acervo do ArPDF)	149
Figura 98 – Entrada da cidade de Formosa, 1892. (Acervo do ArPDF)	149

4 - CAMINHAR PELO TERRITÓRIO

Figura 99 – Carta ou Plano da Capitania de Goiás (BERTRAN, 1996:101). Mapa georeferenciado com base Sicad de 1991, atualizado para 1997	162
Figura 100 – Carta Corográfica da Província de Goiás (COSTA, 2007:173). Mapa georeferenciado com base Sicad de 1991, atualizado para 1997	162
Figura 101 – Mapa do Brasil, mostrando a posição do Distrito Federal (Acervo da autora). Mapa georeferenciado com base Sicad de 1991, atualizado para 1997	163
Figura 102 – Esboço da zona de 14.400 quilômetros quadrados, demarcada no Planalto Central do Brasil (PIMENTEL, 1985:5). Mapa georeferenciado com base Sicad de 1991, atualizado para 1997	163
Figura 103 – Mapa dos itinerários levantados (Acervo da autora). Mapa georeferenciado com base Sicad de 1991, atualizado para 1997	164
Figura 104 – Planta do Distrito Federal (CRULS, 1947:361A). Mapa georeferenciado com base Sicad de 1991, atualizado para 1997	164
Figura 105 – Novo Distrito Federal Planta-Índice Cadastral (FARIAS, 2006:99). Mapa georeferenciado com base Sicad de 1991, atualizado para 1997	165
Figura 106 – Novo Distrito Federal (IBGE,1960:707). Mapa georeferenciado com base Sicad de 1991, atualizado para 1997	165

Figura 107 – Mapa geral dos limites da Capitania de Goiás (BERTRAN; FAQUINI, 2002:135). Detalhe do Mapa geral dos limites da Capitania de Goiás, com Estrada Colonial em destaque vermelho	167
Figura 108 – Mapa dos Sertões (BIBLIOTECA NACIONAL, 2008). Detalhe do Mapa dos Sertões, com Estrada Colonial em destaque vermelho	167
Figura 109 – Carta ou Plano da Capitania de Goiás (BERTRAN, 1996:101). Detalhe da Carta ou Plano da Capitania de Goiás com Estrada Colonial em destaque vermelho	168
Figura 110 – Carta Corográfica da Província de Goiás (COSTA, 2007:173). Detalhe da Carta Corográfica da Província de Goiás, com Estrada Imperial em destaque vermelho ..	168
Figura 111 – Mapa do Brasil, mostrando a posição do Distrito Federal (Acervo da autora). Detalhe do Mapa do Brasil, mostrando a posição do Distrito Federal, com Estrada Histórica em destaque vermelho	169
Figura 112 – Esboço da zona de 14.400 quilômetros quadrados, demarcada no Planalto Central do Brasil (PIMENTEL, 1985:5). Estrada Histórica em destaque vermelho	169
Figura 113 – Mapa dos itinerários levantados (acervo da autora). Detalhe do Mapa dos itinerários levantados, com Estrada Histórica em destaque vermelho	170
Figura 114 – Planta do Distrito Federal (CRULS, 1947:361A). Estrada Histórica em destaque vermelho	170
Figura 115 – Novo Distrito Federal Planta-Índice Cadastral (FARIAS, 2006:99). Estrada Histórica em destaque vermelho	171
Figura 116 – Novo Distrito Federal (IBGE,1960:707). Estrada Histórica em destaque vermelho	171
Figura 117 – Mapa do Distrito Federal com a reconstituição do percurso de oito estradas históricas dos séculos XVIII ao XX (BARBO, 2009:39)	172
Figura 118 – Mapa tridimensional do Distrito Federal com a reconstituição do percurso de estradas históricas dos séculos XVIII ao XX (BARBO, 2009:40)	173
Figura 119 – Mapa Hidrográfico do Distrito Federal (Adaptado de SEMARH, 2006). Limite entre as Regiões Hidrográficas da Bacia Araguaia/Tocantins e da Bacia Paraná destacado em vermelho	176
Figura 120 – Mapa do Distrito Federal com a reconstituição do percurso de oito estradas históricas, do ano de 1778 até 1960 (BARBO, 2009:38)	176
Figura 121 – Vista aérea sobre a Apa do Cafuringa (SEMARH, 2005:397). Os chapadões com vestígios de antigas estradas	177

Figura 122 – Mapa tridimensional do Distrito Federal com a reconstituição do percurso de oito estradas históricas, do ano de 1778 até 1960 (BARBO, 2009:40)	179
---	-----

5 - MORAR NO TERRITÓRIO

Figura 123 – Codificação dos imóveis fundiários dos antigos municípios goianos (Acervo da autora)	184
Figura 124 – Mapa “Novo Distrito Federal Planta-Índice Cadastral” (FARIAS, 2006:99). Levantamento dos imóveis fundiários do DF em 1958, assinaladas as casas de fazenda em cada um deles. Área ampliada em destaque vermelho	191
Figura 125 – Detalhe da localização das moradas rurais	191
Figura 126 – Localização no território do DF das dez moradas rurais inventariadas (Adaptado de IBGE, 1960:707)	192
Figura 127 – Mapa elaborado pelo GT/Brasília, em 1985, com a localização das antigas fazendas preexistentes à inauguração da Capital (Adaptado do acervo do DePHA)	195
Figura 128 – Fachada frontal (Acervo PROAU/FAU/UnB)	197
Figura 129 – Fachada lateral (Acervo PROAU/FAU/UnB)	197
Figura 130 – Fachada lateral (Acervo PROAU/FAU/UnB)	197
Figura 131 – Fachada dos fundos (Acervo PROAU/FAU/UnB)	197
Figura 132 – Fachada frontal e lateral (Acervo PROAU/FAU/UnB)	197
Figura 133 – Fachada lateral e fundos, vendo-se o acréscimo em terreno com declive (Acervo PROAU/FAU/UnB)	197
Figura 134 – Janela da frente (Acervo PROAU/FAU/UnB)	198
Figura 135 – Detalhe da estrutura portante de madeira aparente (gaiola) (Acervo PROAU/FAU/UnB)	198
Figura 136 – Corredor interno que se estende da frente até o quintal (Acervo PROAU/FAU/UnB)	198
Figura 137 – Detalhe da estrutura do telhado em madeira (Acervo PROAU/FAU/UnB)	198
Figura 138 – Detalhe da fachada dos fundos (Acervo PROAU/FAU/UnB)	198
Figura 139 – Cozinha da fazenda Curralinho. Foto de Márcio Vianna - 1980 (BERTRAN, 2000:179)	198
Figura 140 – Fachada Sul (Acervo PROAU/FAU/UnB)	199

Figura 141 – Fachada Leste (Acervo PROAU/FAU/UnB)	199
Figura 142 – Fachada Oeste - (Acervo PROAU/FAU/UnB)	199
Figura 143 – Fachada Norte (Acervo PROAU/FAU/UnB)	199
Figura 144 – Corte AA' (Acervo PROAU/FAU/UnB)	200
Figura 145 – Corte BB' (Acervo PROAU/FAU/UnB)	200
Figura 146 – Planta baixa da casa da Fazenda Curralinho. Área do Núcleo Básico de 52,39 m ² ; Área total de 81,25 m ² (Acervo PROAU/FAU/UnB)	200
Figura 147 – Planta baixa da morada da Fazenda Curralinho, destacados núcleo básico, prolongo e anexo	201
Figura 148 – Fachada frontal (Acervo PROAU/FAU/UnB)	203
Figura 149 – Fachada lateral (Acervo PROAU/FAU/UnB)	203
Figura 150 – Fachada dos fundos (Acervo PROAU/FAU/UnB)	203
Figura 151 – Fachada lateral (Acervo PROAU/FAU/UnB)	203
Figura 152 – Fachada lateral, vendo-se a linha divisória entre o núcleo básico e o acréscimo (Acervo PROAU/FAU/UnB)	203
Figura 153 – Vista interna do alpendre lateral (Acervo PROAU/FAU/UnB)	203
Figura 154 – Detalhe da antiga bica (Acervo PROAU/FAU/UnB)	204
Figura 155 – Detalhe da antiga bica, quando o rego d'água chegava próximo à casa (Acervo PROAU/FAU/UnB)	204
Figura 156 – Detalhe da antiga estrutura de madeira aparente (Acervo PROAU/FAU/UnB)	204
Figura 157 – Detalhe da antiga estrutura do telhado (Acervo PROAU/FAU/UnB)	204
Figura 158 – Detalhe da atual estrutura do telhado sobrepondo-se a estrutura antiga (Acervo PROAU/FAU/UnB)	204
Figura 159 – Fazenda Desterro. Foto de Márcio Vianna, anos 80 (BERTRAN, 2000:191).	204
Figura 160 – Fachada Sudeste (Acervo PROAU/FAU/UnB)	205
Figura 161 – Fachada Sudoeste (Acervo PROAU/FAU/UnB)	205
Figura 162 – Fachada Noroeste (Acervo PROAU/FAU/UnB)	205
Figura 163 – Fachada Nordeste (Acervo PROAU/FAU/UnB)	205
Figura 164 – Corte AA' (Acervo PROAU/FAU/UnB)	206

Figura 165 – Corte BB' (Acervo PROAU/FAU/UnB)	206
Figura 166 – Planta baixa da casa da Fazenda Desterro. Área do Núcleo Básico de 84,53 m ² ; Área total de 226,63 m ² (Acervo PROAU/FAU/UnB)	206
Figura 167 – Planta baixa da morada da Fazenda Desterro, destacados núcleo básico, prolongo e anexo	207
Figura 168 – Fachada frontal (Foto: Vera Braun Galvão, 2005)	209
Figura 169 – Fachada dos Fundos (Foto: Vera Braun Galvão, 2005)	209
Figura 170 – Fachada lateral (Foto: Vera Braun Galvão, 2005)	209
Figura 171 – Fachada lateral (Foto: Vera Braun Galvão, 2005)	209
Figura 172 – Fachada lateral e dos fundos (Foto: Vera Braun Galvão, 2005)	209
Figura 173 – Fachada dos fundos (Foto: Vera Braun Galvão, 2005)	209
Figura 174 – Corredor interno (Acervo PROAU/FAU/UnB)	210
Figura 175 – Detalhe interno do acréscimo em nível mais baixo (Acervo PROAU/FAU/UnB)	210
Figura 176 – Detalhe da estrutura do telhado em madeira - (Foto: Vera Braun Galvão, 2005)	210
Figura 177 – Detalhe da janela de madeira de uma folha (Foto: Vera Braun Galvão, 2005)	210
Figura 178 – Fachada lateral e fundos. Década de 50 (Acervo DePHA)	210
Figura 179 – Vista aérea da Fazenda Gama. Década de 50 (Acervo DePHA)	210
Figura 180 – Fachada Noroeste (Acervo PROAU/FAU/UnB)	211
Figura 181 – Fachada Sudeste (Acervo PROAU/FAU/UnB)	211
Figura 182 – Fachada Sudoeste (Acervo PROAU/FAU/UnB)	211
Figura 183 – Fachada Noroeste (Acervo PROAU/FAU/UnB)	211
Figura 184 – Corte AA' (Acervo PROAU/FAU/UnB)	212
Figura 185 – Corte BB' - (Acervo PROAU/FAU/UnB)	212
Figura 186 – Planta baixa da casa da Fazenda Gama. Área do Núcleo Básico de 100,00m ² ; Área total de 200,10m ² (Acervo PROAU/FAU/UnB)	212
Figura 187 – Planta baixa da morada da Fazenda Gama, destacados núcleo básico, prolongo e anexo	213

Figura 188 – Fachada frontal (Acervo PROAU/FAU/UnB)	215
Figura 189 – Fachada dos fundos (Acervo PROAU/FAU/UnB)	215
Figura 190 – Fachada frontal e lateral (Acervo PROAU/FAU/UnB)	215
Figura 191 – Acréscimo à fachada frontal (Acervo PROAU/FAU/UnB)	215
Figura 192 – Fachada lateral e fundos, vendo-se detalhe do cunhal e baldrames de madeira (Acervo PROAU/FAU/UnB)	215
Figura 193 – Porta da frente (Acervo PROAU/FAU/UnB).....	215
Figura 194 – Detalhe interno do acréscimo em nível mais baixo (Acervo PROAU/FAU/UnB)	216
Figura 195 – Porta dos fundos (Acervo PROAU/FAU/UnB)	216
Figura 196 – Corredor interno que se estende da frente até o quintal (Acervo PROAU/FAU/UnB)	216
Figura 197 – Interior da casa (Acervo PROAU/FAU/UnB)	216
Figura 198 – Detalhe da estrutura do telhado em madeira (Acervo PROAU/FAU/UnB)	216
Figura 199 – Detalhe da estrutura portante de madeira aparente (gaiola) e do embasamento de pedra e terra, década de 1980 (Acervo DePHA)	216
Figura 200 – Fachada Norte (Acervo PROAU/FAU/UnB)	217
Figura 201 – Fachada Sul (Acervo PROAU/FAU/UnB)	217
Figura 202 – Fachada Oeste (Acervo PROAU/FAU/UnB)	217
Figura 203 – Fachada Leste (Acervo POAU/FAU/UnB)	217
Figura 204 – Corte AA' (Acervo PROAU/FAU/UnB)	218
Figura 205 – Corte BB' (Acervo PROAU/FAU/UnB)	218
Figura 206 – Planta baixa da casa da Fazenda Monjolo I. Área do Núcleo Básico de 73,00 m ² ; Área total de 137,08 m ² (Acervo PROAU/FAU/UnB)	218
Figura 207 – Planta baixa da morada da Fazenda Monjolo I, destacados núcleo básico, prolongo e anexo	219
Figura 208 – Fachada frontal (Acervo PROAU/FAU/UnB)	221
Figura 209 – Fachada lateral (Acervo PROAU/FAU/UnB)	221
Figura 210 – Fachada lateral (Acervo PROAU/FAU/UnB)	221
Figura 211 – Fachada dos fundos (Acervo PROAU/FAU/UnB).....	221

Figura 212 – Detalhe da fachada frontal (Acervo PROAU/FAU/UnB)	221
Figura 213 – Forno de Barro (Acervo PROAU/FAU/UnB)	221
Figura 214 – Porta da frente (Acervo PROAU/FAU/UnB)	222
Figura 215 – Detalhe da porta de madeira (Acervo PROAU/FAU/UnB)	222
Figura 216 – Corredor interno (Acervo PROAU/FAU/UnB)	222
Figura 217 – Detalhe da estrutura do telhado em madeira (Acervo PROAU/FAU/UnB)	222
Figura 218 – Interior da casa (Acervo PROAU/FAU/UnB)	222
Figura 219 – Vista aérea da fazenda Monjolo II (Acervo do proprietário da Fazenda, s/i) .	222
Figura 220 – Fachada Anterior (Acervo PROAU/FAU/UnB)	223
Figura 221 – Fachada Posterior (Acervo PROAU/FAU/UnB)	223
Figura 222 – Fachada Esquerda (Acervo PROAU/FAU/UnB)	223
Figura 223 – Fachada Direita (Acervo PROAU/FAU/UnB)	223
Figura 224 – Corte AA' (Acervo PROAU/FAU/UnB)	224
Figura 225 – Corte BB' (Acervo PROAU/FAU/UnB)	224
Figura 226 – Planta baixa da casa da Fazenda Monjolo II. Área do Núcleo Básico de 66,08 m ² ; Área total de 133,07 m ² (Acervo PROAU/FAU/UnB)	224
Figura 227 – Planta baixa da morada da Fazenda Monjolo II, destacados núcleo básico, prolongo e anexo	225
Figura 228 – Fachada frontal (Acervo PROAU/FAU/UnB)	227
Figura 229 – Fachada dos Fundos (Acervo PROAU/FAU/UnB)	227
Figura 230 – Fachada lateral (Acervo PROAU/FAU/UnB)	227
Figura 231 – Fachada lateral (Acervo PROAU/FAU/UnB)	227
Figura 232 – Detalhe do cunhal (Acervo PROAU/FAU/UnB)	227
Figura 233 – Porta da frente (Acervo PROAU/FAU/UnB)	227
Figura 234 – Detalhe da estrutura do telhado em madeira (Acervo PROAU/FAU/UnB)	228
Figura 235 – Interior da casa (Acervo PROAU/FAU/UnB)	228
Figura 236 – Detalhe da janela e porta em madeira (Acervo PROAU/FAU/UnB)	228
Figura 237 – Interior da casa (Acervo PROAU/FAU/UnB)	228

Figura 238 – Detalhe estruturado e telhado em madeira (Acervo PROAU/FAU/UnB)	228
Figura 239 – Detalhe do cunhal e cobertura com telhas de barro (Acervo PROAU/FAU/UnB)	228
Figura 240 – Fachada Anterior (Acervo PROAU/FAU/UnB)	229
Figura 241 – Fachada Posterior (Acervo PROAU/FAU/UnB)	229
Figura 242 – Fachada Esquerda (Acervo PROAU/FAU/UnB)	229
Figura 243 – Fachada Direita (Acervo PROAU/FAU/UnB)	229
Figura 244 – Corte AA' (Acervo PROAU/FAU/UnB)	230
Figura 245 – Corte BB' (Acervo PROAU/FAU/UnB)	230
Figura 246 – Planta baixa da casa da Fazenda Saco Grande I. Área do Núcleo Básico de 35,10 m ² ; Área total de 133,36 m ² (Acervo PROAU/FAU/UnB)	230
Figura 247 – Planta baixa da morada da Fazenda Saco Grande I, destacados núcleo básico, prolongo e anexo	231
Figura 248 – Fachada frontal (Acervo PROAU/FAU/UnB)	233
Figura 249 – Detalhe da fachada dos fundos (Acervo PROAU/FAU/UnB)	233
Figura 250 – Fachada lateral (Acervo PROAU/FAU/UnB)	233
Figura 251 – Fachada lateral (Acervo PROAU/FAU/UnB)	233
Fachada 252 – Detalhe da estrutura do telhado em madeira com telhas de barro (Acervo PROAU/FAU/UnB)	233
Figura 253 – Detalhe da estrutura do telhado em madeira com telhas de barro (Acervo PROAU/FAU/UnB)	233
Figura 254 – Porta da frente, com detalhe da cobertura com telhas de barro (Acervo PROAU/FAU/UnB)	234
Figura 255 – Corredor interno (Acervo PROAU/FAU/UnB)	234
Figura 256 – Detalhe da fachada frontal, com pé direito baixo (Acervo PROAU/FAU/UnB)	234
Figura 257 – Interior da casa (Acervo PROAU/FAU/UnB)	234
Figura 258 – Detalhe da janela de madeira de uma folha (Acervo PROAU/FAU/UnB).....	234
Figura 259 – Interior da casa (Acervo PROAU/FAU/UnB)	234
Figura 260 – Fachada Norte (Acervo PROAU/FAU/UnB)	235

Figura 261 – Fachada Sul (Acervo PROAU/FAU/UnB)	235
Figura 262 – Fachada Leste (Acervo PROAU/FAU/UnB)	235
Figura 263 – Fachada Oeste (Acervo PROAU/FAU/UnB)	235
Figura 264 – Corte AA' (Acervo PROAU/FAU/UnB)	236
Figura 265 – Corte BB' (Acervo PROAU/FAU/UnB)	236
Figura 266 – Planta baixa da casa da Fazenda Saco Grande II. Área do Núcleo Básico de 50,35 m ² ; Área total de 144,80 m ² (Acervo PROAU/FAU/UnB	236
Figura 267 – Planta baixa da morada da Fazenda Saco Grande II, destacados núcleo básico, prolongo e anexo	237
Figura 268 – Planta da Fazenda Sobradinho (Acervo de Wilson Carlos Jardim Vieira Júnior). Planta, de 1928, da propriedade rural registrada no Cartório de Registro de Imóveis de Brasília/GO. Área ampliada em destaque vermelho	239
Figura 269 – Planta da Fazenda Sobradinho (Adaptado do acervo de Wilson Carlos Jardim Vieira Júnior). Destaque 1 – Nome da “Estrada de Cavalleiros à Torto” assinalado no documento. Destaque 2 - Nome da “Estrada Real à Goyazes” assinalado no documento. Destaque 3 – Localização de onze edificações na Fazenda Sobradinho, entre elas as moradas Sobradinho I e Sobradinho II, todas às margens da “Estrada Real à Goyazes”	240
Figura 270 – Fachada frontal (Acervo PROAU/FAU/UnB)	241
Figura 271 – Detalhe da fachada dos fundos (Acervo PROAU/FAU/UnB)	241
Figura 272 – Fachada lateral e fundos (Acervo PROAU/FAU/UnB)	241
Figura 273 – Detalhe da fachada dos fundos e lateral (Acervo PROAU/FAU/UnB)	241
Figura 274 – Fachada lateral (Acervo PROAU/FAU/UnB)	241
Figura 275 – Detalhe da estrutura portante de madeira aparente (gaiola) (Acervo PROAU/FAU/UnB)	241
Figura 276 – Detalhe do corredor interno (Acervo PROAU/FAU/UnB)	242
Figura 277 – Janela de madeira de uma folha (Acervo PROAU/FAU/UnB)	242
Figura 278 – Detalhe da janela treliçada (Acervo PROAU/FAU/UnB)	242
Figura 279 – Detalhe da janela com uma folha de madeira e guilhotina com vidro (Acervo PROAU/FAU/UnB)	242
Figura 280 – Detalhe da janela de guilhotina com vidro (Acervo PROAU/FAU/UnB)	242

Figura 281 – Detalhe da estrutura do telhado em madeira (Acervo PROAU/FAU/UnB)	242
Figura 282 – Fachada Anterior (Acervo PROAU/FAU/UnB)	243
Figura 283 – Fachada Posterior (Acervo PROAU/FAU/UnB)	243
Figura 284 – Fachada Esquerda (Acervo PROAU/FAU/UnB)	243
Figura 285 – Fachada Direita (Acervo PROAU/FAU/UnB)	243
Figura 286 – Corte AA' (Acervo PROAU/FAU/UnB)	244
Figura 287 – Corte BB' (Acervo PROAU/FAU/UnB)	244
Figura 288 – Planta baixa da casa da Fazenda Sobradinho I. Área do Núcleo Básico de 96,56 m ² ; Área total de 212,83 m ² (Acervo PROAU/FAU/UnB)	244
Figura 289 – Planta baixa da morada da Fazenda Sobradinho I, destacados núcleo básico, prolongo e anexo	245
Figura 290 – Fachada frontal (Acervo PROAU/FAU/UnB)	247
Figura 291 – Fachada de fundos (Acervo PROAU/FAU/UnB)	247
Figura 292 – Fachada lateral vendo-se o baldrame (Acervo PROAU/FAU/UnB)	247
Figura 293 – Detalhe da fachada lateral (Acervo PROAU/FAU/UnB)	247
Figura 294 – Fachada frontal e lateral (Acervo PROAU/FAU/UnB)	247
Figura 295 – Detalhe da cobertura com telhas de barro (Acervo PROAU/FAU/UnB)	247
Figura 296 – Interior da casa (Acervo PROAU/FAU/UnB)	248
Figura 297 – Interior da casa (Acervo PROAU/FAU/UnB)	248
Figura 298 – Porta de madeira de uma folha (Acervo PROAU/FAU/UnB)	248
Figura 299 – Corredor interno (Acervo PROAU/FAU/UnB)	248
Figura 300 – Janela de madeira de uma folha (Acervo PROAU/FAU/UnB)	248
Figura 301 – Foto da fazenda Sobradinho II, década de 80 (Acervo DePHA)	248
Figura 302 – Fachada Sudoeste (Acervo PROAU/FAU/UnB)	249
Figura 303 – Fachada Nordeste (Acervo PROAU/FAU/UnB)	249
Figura 304 – Fachada Noroeste (Acervo PROAU/FAU/UnB)	249
Figura 305 – Fachada Sudeste (Acervo PROAU/FAU/UnB)	249
Figura 306 – Corte AA' (Acervo PROAU/FAU/UnB)	250

Figura 307 – Corte BB' (Acervo PROAU/FAU/UnB)	250
Figura 308 – Planta baixa da casa da Fazenda Sobradinho II. Área do Núcleo Básico de 68,85 m ² ; Área total de 114,35 m ² (Acervo PROAU/FAU/UnB)	250
Figura 309 – Planta baixa da morada da Fazenda Sobradinho II, destacados núcleo básico, prolongo e anexo	251
Figura 310 – Fachada frontal, vendo-se o corredor interno (Acervo PROAU/FAU/UnB) ..	253
Figura 311 – Detalhe da fachada lateral (Acervo PROAU/FAU/UnB)	253
Figura 312 – Fachada lateral (Acervo PROAU/FAU/UnB)	253
Figura 313 – Detalhe da fachada lateral (Acervo PROAU/FAU/UnB)	253
Figura 314 – Detalhe da fundação de pedra (Acervo PROAU/FAU/UnB)	253
Figura 315 – Detalhe do cunhal (Acervo PROAU/FAU/UnB)	253
Figura 316 – Detalhe da estrutura do telhado em madeira (Acervo PROAU/FAU/UnB)	254
Figura 317 – Detalhe do muro de adobe (Acervo PROAU/FAU/UnB)	254
Figura 318 – Porta lateral em madeira (Acervo PROAU/FAU/UnB)	254
Figura 319 – Detalhe da estrutura do telhado em madeira (Acervo PROAU/FAU/UnB)	254
Figura 320 – Interior da casa (Acervo PROAU/FAU/UnB)	254
Figura 321 – Detalhe da estrutura portante de madeira aparente (Acervo PROAU/FAU/UnB)	254
Figura 322 – Fachada Anterior (Acervo PROAU/FAU/UnB)	255
Figura 323 – Fachada Esquerda A (Acervo PROAU/FAU/UnB)	255
Figura 324 – Fachada Esquerda B (Acervo PROAU/FAU/UnB)	255
Figura 325 – Fachada Direita (Acervo PROAU/FAU/UnB)	255
Figura 326 – Corte AA' (Acervo PROAU/FAU/UnB)	256
Figura 327 – Corte BB' (Acervo PROAU/FAU/UnB)	256
Figura 328 – Planta baixa da casa da Fazenda Velha. Área do Núcleo Básico de 77,97m ² ; Área total de 147,15m ² (Acervo PROAU/FAU/UnB)	256
Figura 329 – Planta baixa da morada da Fazenda Velha, destacados núcleo básico e prolongo	257

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Figura 330 – Mapa das principais fazendas antigas da Região Centro-Oeste brasileira (Adaptado de VIANNA; BARBOSA, 1986)	268
Figura 331 – Fazenda Jardim, Paranoá, Distrito Federal. Bico de pena de Marco Antônio Galvão, 1994. (Acervo de Marco Antônio Galvão)	270
Figura 332 – Fazenda Guariroba, Taguatinga, Distrito Federal. Bico de pena de Marco Antônio Galvão, 1994. (Acervo de Marco Antônio Galvão)	270
Figura 333 – Fazenda da Ponte Alta, Gama, Distrito Federal. Bico de pena de Marco Antônio Galvão, com base em fotografia de Márcio Vianna, década de 1980. (Acervo de Marco Antônio Galvão)	273



LISTA DE QUADROS



Lista de quadros

Quadro 1 – Toponímia de sítios da Província de Goiás	9
Quadro 2 – Documentos cartográficos dos séculos XVIII e XIX analisados e comparados...	80
Quadro 3 – Cronistas e viajantes do Planalto Central nos séculos XVIII e XIX	151
Quadro 4 – Documentos cartográficos do século XX analisados e comparados	161
Quadro 5 – Características de localização das moradas rurais no território do DF	193
Quadro 6 – Quadro-síntese das principais características das moradas rurais do DF	261
Quadro 7 – Cronologia do Planejamento Territorial do DF x Patrimônio Vernáculo Rural ...	365



ANEXOS



Anexo 1 - José da Costa Diogo, 1734

Roteiro das fazendas que há no caminho que vay do rio de são Francisco p.a as minas dos goyazes athe o arraial da meiaponte (ROCHA JÚNIOR; VIEIRA JÚNIOR; CARDOSO, 2006:39-41).

Relato da viagem de José da Costa Diogo

Deusdedit Rocha Jr., Rafael Cardoso e Wilson Vieira Jr.

Me acompanhassem a fazer algum descobrimento de
ouro com efeito achando sete camaradas e quatro esca-
vos três meus e hum dos camaradas. Nos resolvemos
com duas canoas, ferramentas, mantimentos e o mais
necessário que comprey tudo a custa de minha fazenda a seguir viagem
pello Rio dos Tocantins a baixo em rezão de melhor
comodidade para a condução dos mantimentos e mais
equipagens, parceiros para o descuberto desejado das
populosas minas de ouro do mesmo Rio dos Tocantins.

A 1ª fazenda que fica na Barra do Rio Urocuya,
na Barra do Rio de São Francisco, se chama o Acary. Deste

Sítio às Frechas _____ 3 Légoas
Dahy a Cachoeira _____ 2 dias
Dahy ao Campo Grande _____ 3 _____
Dahy a São Francisco _____ 3 _____
Dahy a Estiva _____ 4 _____
Dahy ao Capão _____ 5 _____
Dahy a Santiago _____ 3 _____
Dahy a Cana Brava _____ 12 _____
Dahy a fazenda de Serra de Sima _____ 5 _____

Me acompanhassem a fazer algum descobrimento de
ouro com efeito achando sete camaradas e quatro esca-
vos três meus e hum dos camaradas. Nos resolvemos
com duas canoas, ferramentas, mantimentos e o mais
necessário

que comprey tudo a custa de minha fazenda a seguir viagem
pello Rio dos Tocantins a baixo em rezão de melhor
comodidade para a condução dos mantimentos e mais
equipagens, parceiros para o descuberto desejado das
populosas minas de ouro do mesmo Rio dos Tocantins.

Roteiro das fazendas que há no caminho
que vay do Rio de São Francisco p.a as Minas dos
Goyazés athe o Arraial da Meyaponte.

A 1ª fazenda que fica na Barra do Rio Urocuya,
na Barra do Rio de São Francisco, se chama o Acary. Deste

Sítio às Frechas _____	3 Légoas
Dahy a Cachoeira _____	2 dias
Dahy ao Campo Grande _____	3 _____
Dahy a São Francisco _____	3 _____
Dahy a Estiva _____	4 _____
Dahy ao Capão _____	5 _____
Dahy a Santiago _____	3 _____
Dahy a Cana Brava _____	12 _____
Dahy a fazenda de Serra de Sima _____	5 _____

Deusdedit Rocha Jr., Rafael Cardoso e Wilson Vieira Jr.

Legua

Dahy a Fazenda de Partulo	5
Aquy nestas fazendas acabam as Povoações antigas e principião as novas depois que se abriu o caminho para os Goyazes.	
Do Partulo ao Ribeirão de São João	5
Dahy a Santa Rosa	7
Dahy aos Bezerras	5
Aquy a estas fazendas em sahir mais três estradas, hua de São Romão pello Paracatu asima; outra da Barra do Rio das Velha; outra das Minas Geraes que busca o Abayté.	
Do Bezerras a Lagoa Fea	4
Dahy a Bandeyrinha	4
Dahy a João da Costa	4
Dahy ao Monteiro	3
Dahy ao Sobradinho	3
Dahy às Três barras	7
Dahy aos Macacos da Trica	5
Dahy ao Corumbá que não está povoado	5
Dahy ao Arrayal da Meyaponte	3
Do Arrayal da Meyaponte ao dos Goyazes de cavalos carregados	10 dias
Do Arrayal da Meyaponte ao do Maranhão	8 dias
Do Arrayal do Maranhão aos Corichar	8 dias

Relato da viagem de José da Costa Diogo

Dahy a fazenda de Faz tudo	5 Léguas
Aquy nestas fazendas acabam as povoações antigas e principião as novas depois que se abriu o caminho para os Goyazes.	
Do Faz tudo ao Ribeirão de São João	5
Dahy a Santa Rosa	7
Dahy aos Bezerras	5
Aquy a estas fazendas em sahir mais três estradas, hua de São Romão pello Paracatu asima; outra da Barra do Rio das Velha; outra das Minas Geraes que busca o Abayté.	
Dos Bezerras a Lagoa Fea	4
Dahy a Bandeyrinha	4
Dahy a João da Costa	4
Dahy ao Monteiro	2
Dahy ao Sobradinho	3
Dahy às Três barras	3
Dahy aos Macacos	7
Dahy ao Ribeirão da Área	5
Dahy ao Corumbá que não está povoado	5
Dahy ao Arrayal da Meyaponte	3
Deste Arrayal ao dos Goyazes de cavalos carregados	10 dias
Dos Goyazes ao descoberto dos Corichar	14 dias
Do Arrayal da Meyaponte ao do Maranhão	8 dias
Do Arrayal do Maranhão aos Corichar	8 dias

Área nos limites do atual DF destacada em vermelho.

Deusdedit Rocha Jr., Rafael Cardoso e Wilson Vieira Jr.

Do Arrayal do Maranhão à campanha dos Tocantins — 8 dias —
 Da campanha dos Tocantins ao Paranã fazendas de gado — 6 dias —
 Da campanha dos Tocantins por outra estrada também nova as terras novas fazendas de gado — 8 dias —

No anno de 1732, sahio hua bandeyra de 50 pessoas entre brancos e escravos em descobrimento de ouro e até 9 de abril de 1734 não houve mais noticia della por onde se julgava perdida ou derrotada do gentio.

Relato da viagem de José da Costa Diogo

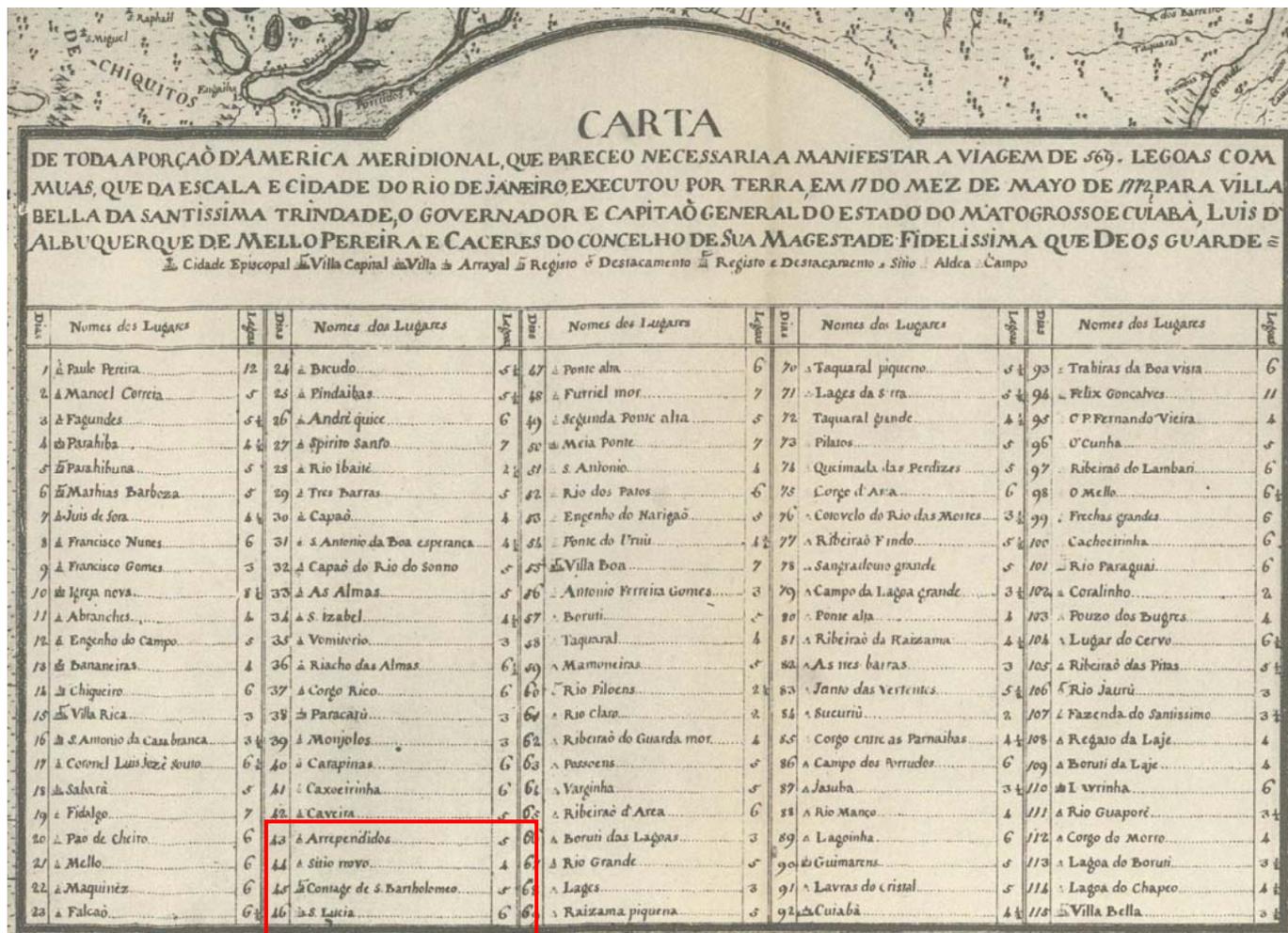
Do Arrayal do Maranhão à campanha dos Tocantins — 8 dias
 Da campanha dos Tocantins ao Paranã, fazendas de gado — 6 dias
 Da campanha dos Tocantins por outra estrada também nova as terras novas fazendas de gado — 8 dias

No anno de 1732, sahio hua bandeyra de 50 pessoas, entre brancos e escravos em descobrimento de ouro e até 9 de abril de 1734 não houve mais noticia della por onde se julgava perdida ou derrotada do gentio.



Anexo 2 - Luis d'Albuquerque, 1772

Roteiro da viagem de 569 léguas que da cidade do Rio de Janeiro executou por terra em 17 de maio de 1772 para Villa Bella da Santíssima Trindade o Governador e Capitão General de Estado do Mato Grosso e Cuiabá, Luis d'Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres (ADONIAS, 1960:589-592).



CARTA
DE TODA A PORÇÃO D'AMERICA MERIDIONAL, QUE PARECEO NECESSARIA A MANIFESTAR A VIAGEM DE 569. LEGOAS COM MUAS, QUE DA ESCALA E CIDADE DO RIO DE JANEIRO EXECUTOU POR TERRA EM 17 DO MEZ DE MAYO DE 1772 PARA VILLA BELLA DA SANTISSIMA TRINDADE, O GOVERNADOR E CAPITÃO GENERAL DO ESTADO DO MATOGROSSO E CUIABÁ, LUIS D'ALBUQUERQUE DE MELLO PEREIRA E CACERES DO CONCELHO DE SUA Magestade FIDELÍSSIMA QUE DEOS GARDE

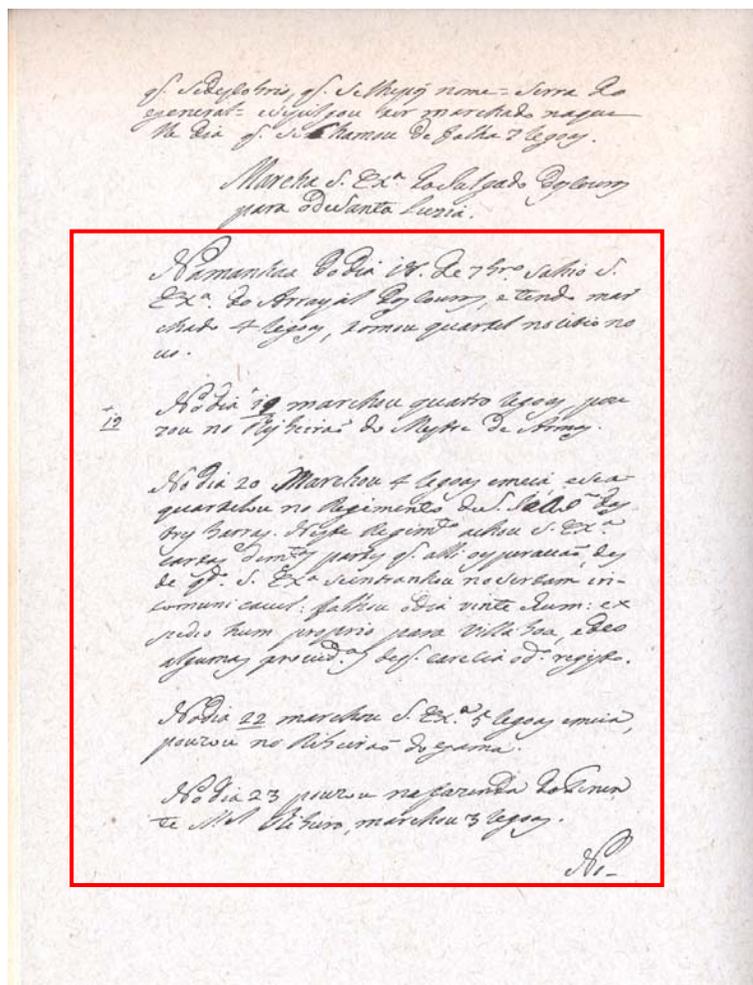
☞ Cidade Episcopal ☞ Villa Capital ☞ Villa ☞ Arrayal ☞ Registo ☞ Destacamento ☞ Registo e Destacamento ☞ Sítio ☞ Aldca ☞ Campo

Dias	Nomes dos Lugares	Leguas	Dias	Nomes dos Lugares	Leguas	Dias	Nomes dos Lugares	Leguas	Dias	Nomes dos Lugares	Leguas
1	Paulo Pereira	12	24	Bicudo	5	47	Taquaral pequeno	5	95	Trabiras da Boa vista	6
2	Manoel Correia	5	25	Pindalbas	5	48	Lagoas da Serra	5	96	Felix Goncalves	11
3	Fagundes	5	26	André quec	6	49	Segunda Ponte alta	5	97	C P Fernando Vieira	4
4	Parahiba	4	27	Spirito Santo	7	50	Meia Ponte	7	98	O Cunha	5
5	Parahibuna	5	28	Rio Ibaicé	2	51	S. Antonio	4	99	Ribeirão do Lambari	6
6	Mathias Barbosa	5	29	Tres Barras	5	52	Rio dos Patos	6	100	O Mello	6
7	Juis de Sora	4	30	Capão	4	53	Engenho do Navigão	5	101	Frechas grandes	6
8	Francisco Nunes	6	31	S. Antonio da Boa esperanca	4	54	Fonte do Urui	4	102	Cachoeirinha	6
9	Francisco Gomes	5	32	Capão do Rio do Sonno	5	55	Villa Boa	7	103	Rio Paraguai	6
10	Igreja nova	8	33	As Almas	5	56	Antonio Ferreira Gomes	3	104	Coralinho	2
11	Abranches	4	34	S. Izabel	4	57	Borui	5	105	Pouzo dos Bugres	4
12	Engenho do Campo	5	35	Vomitario	3	58	Taquaral	4	106	Lugar do Ceruo	6
13	Bananeiras	4	36	Riacho das Almas	6	59	Mamoneiras	5	107	Ribeirão das Pitas	5
14	Chiqueiro	6	37	Corgo Rico	6	60	Rio Pilcoens	2	108	Rio Jaurú	3
15	Villa Rica	5	38	Paracatu	3	61	Rio claro	2	109	Fazenda do Santissimo	3
16	S. Antonio da Casa branca	3	39	Monjolos	3	62	Ribeirão do Guarda mor	4	110	Regato da Laje	4
17	Coronel Luis Jozé soute	6	40	Carapinas	6	63	Pessoens	5	111	Borui da Laje	4
18	Sabará	5	41	Caxoeirinha	6	64	Varginha	5	112	I vrinha	6
19	Fidalgo	7	42	Caveira	5	65	Ribeirão d'Areia	6	113	Rio Guaporé	3
20	Pao de Cheiro	6	43	Arrendidos	5	66	Borui das Lagoas	3	114	Corgo do Morro	4
21	Mello	6	44	Sítio novo	4	67	Rio Grande	5	115	Lagoa do Borui	3
22	Maquinez	6	45	Conde de s. Bartholomeo	5	68	Lagoas	3	116	Lagoa do Chapco	4
23	Falcao	6	46	S. Lucia	6	69	Raizama pequena	5	117	Villa Bella	3

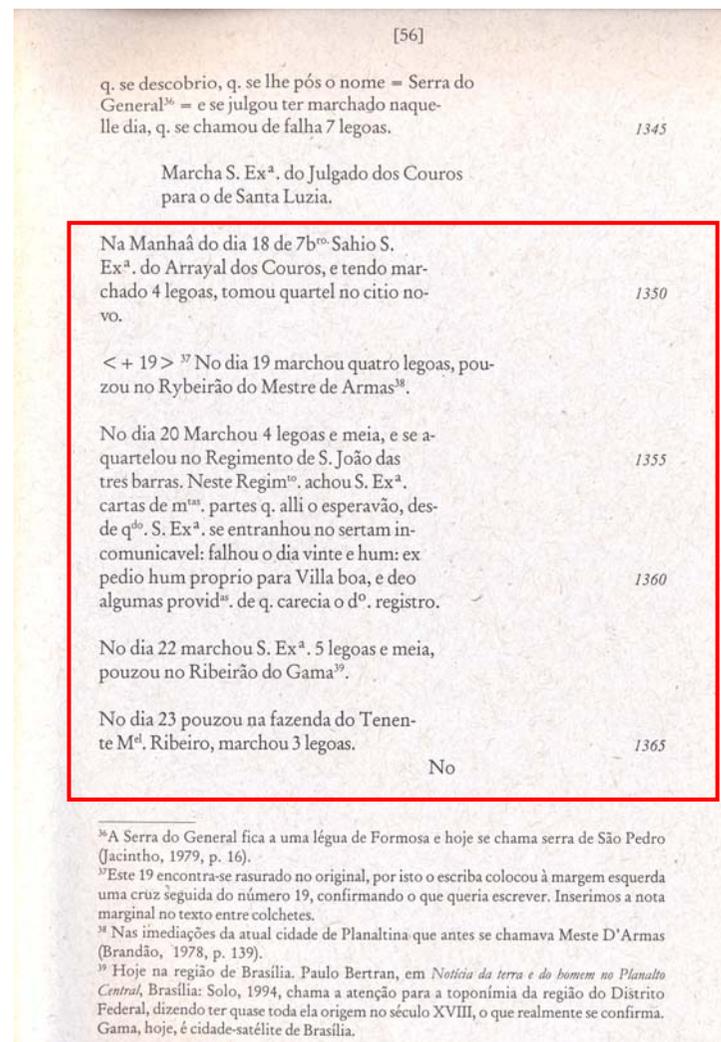
Área limítrofe ao atual DF destacada em vermelho.

Anexo 3 - Soveral e Carvalho, 1773

Marcha s. ex^a. Do julgado dos couros para o de santa Luzia (PINHEIRO; COELHO, 2006:132-141).



Área nos limites do atual DF destacada em vermelho



No dia 24 marchou a legião, e pelas 8 ho-
ras e meia da manhã entrou no Arrayal
de Santa Luzia. Ainda q. neste Arrayal já
tinham recebido a S. Ex^a. quando veio do Rio
de Janr^o. p^a. V^a. Boa; comtudo igual aplau-
zo lhes fizeram neste dia; receberam no debaixo
do Palio, foi á Matriz, ouviu Missa, e se re-
colheu á casa da sua aposentadoria, mandando
de recolher as tropas da ordenança e cavalaria.

Rezidio S. Ex^a. neste Arrayal th^e 29 de 7^o b^o.
no decurso deste tempo mandou alistar os mo-
radores, e delles fés duas avultadas companhias
de ordenanças, e huma de Pardos forros. ouviu a to-
da, e deo m^{tas}. provid^{as}. p^a. utilid^{es}. dos moradores,
e o serviço de S. Mag^e.

Este Arrayal foi descoberto no anno de 1748.
por huns moradores da meia ponte q. procuravao
ouro, q. o acharão com m^{ta}. abundancia em hu
pequeno correjo onde fundarão o Arrayal, q.
he o de melhor situação de toda a capitania: ho-
je estam as suas minas m^{tas}. decadentes. S. Ex^a.
deo varios methodos p^a. procurarem novos ave-
res na sua vezinhança, em q. se não tem alar-
gado com medo do gentio caiapo.

Marcha S. Ex^a. do Julgado de S^a.
Luzia p^a. o da Meya p^o.

Rama-

[57]

No dia 24 marchou 4 legoas, e pelas 8 ho-
ras e meia da manhã entrou no Arrayal
de Santa Luzia. Ainda q. neste Arrayal já
tinham recebido a S. Ex^a. quando veio do Rio
de Janr^o. p^a. V^a. Boa; comtudo igual aplau-
zo lhes fizeram neste dia; receberam no debaixo
do Palio, foi á Matriz, ouviu Missa, e se re-
colheu á casa da sua aposentadoria, mandan-
do recolher as tropas da ordenança e cavalaria.

Rezidio S. Ex^a. neste Arrayal th^e 29 de 7^o b^o.
no decurso deste tempo mandou alistar os mo-
radores, e delles fés duas avultadas companhias
de ordenanças, e huma de Pardos forros. ouviu a to-
dos, e deo m^{tas}. provid^{as}. p^a. utilid^{es}. dos moradores,
e o serviço de S. Mag^e.

Este Arrayal foi descoberto no anno de 1748
por huns moradores da meia ponte, q. procuravão
ouro, q. o acharão com m^{ta}. abundancia em hú
pequeno correjo onde fundarão o Arrayal, q.
hé o de melhor situação de toda a capitania: ho-
je estam as suas minas m^{tas}. decadentes. S. Ex^a.
deo varios methodos p^a. procurarem novos ave-
res na sua vezinhança, em q. se não tem alar-
gado com medo do gentio caiapo.

Marcha S. Ex^a. do Julgado de S^a.
Luzia p^a. o da Meya p^o.

Na ma-

Na manhã do dia 29 de 7^{bro} sahio sua
 Ex^a. do Arrayal de Santa Luzia p^a. o da
 Meya ponte, tendo marchado cinco le-
 goas pouzou na ponte alta. Deste citio
 expedio S. Ex^a. ao ca-
 pitam M^{el}. Alves do Arrayal de Santa
 Luzia e por sua hua bandeira p^a. hir
 com ella conduzir hua maloca de gen-
 tio que lhe segurou estavão nos termos de
 se bautizarão, no q. S. Ex^a. tanto se tem em-
 pnhado.

No dia 30 ultimo de 7^{bro}. marchou 4 legoas pou-
 zou nos Montes claros.

No dia 1^o de 8^{bro}. marchou 5 legoas pouzou nas du-
 as pontes.

No dia 2 marchou 5 legoas e meia, fés Rancho
 no chaveiro.

No dia 3 marchou 3 legoas tomou quartel no
 Arrayal da Meya p^a. Foi S. Ex^a. recebido nes-
 te Arrayal com m^{ta}. pompa ainda q. por elle
 já tinha passado com as mesmas circuns-
 tancias q. pelo de Santa Luzia.

No m^o. dia em q. S. Ex^a. chegou a este Arra-
 yal, convidou alguns homens desocupados p^a.
 hirem reforçar a bandeira q. se estava aprom-

Na manhã do dia 29 de 7^{bro}. sahio sua
 Ex^a. do Arrayal de Santa Luzia p^a. o da
 Meya ponte, e tendo marchado cinco le-
 goas pouzou na ponte alta. Deste citio
 expedio inquam [?] expedio S. Ex^a. ao ca-
 pitam M^{el}. Alves ao Arrayal de Santa
 Luzia a formar hua bandeira p^a. hir
 com ella conduzir hua maloca de gen-
 tio que lhe segurou estavão nos termos de
 se bautizarão, no q. S. Ex^a. tanto se tem em-
 pnhado.

No dia 30 ultimo de 7^{bro}. marchou 4 legoas pou-
 zou nos Montes claros.

No dia 1^o de 8^{bro}. marchou 5 legoas pouzou nas du-
 as pontes.

No dia 2 marchou 5 legoas e meia, fés Rancho
 no chaveiro.

No dia 3 marchou 3 legoas tomou quartel no
 Arrayal da Meya p^a. Foi S. Ex^a. recebido nes-
 te Arrayal com m^{ta}. pompa ainda q. por elle
 já tinha passado com as mesmas circuns-
 tancias q. pelo de Santa Luzia.

No m^o. dia em q. S. Ex^a. chegou a este Arra-
 yal, convidou alguns homens desocupados p^a.
 hirem reforçar a bandeira q. se estava aprom-

ptando em S^{ta}. Luzia: mandou soltar da ca-
 deia alguns presos de pequenos crimes, a quem
 deu liberd^e. p^a. o m^o. fim. S. Ex^a. gastou do
 seu bolço m^{tas}. 8^{as}. de ouro no preparo desta
 gente, cuja expediçam foi tanto do seu agrado.

Rezidio S. Ex^a. neste Arrayal thé o dia 18 de
 8^{bro}. neste tempo mandou alistar os mo-
 radores, e delles fés 2 companhias de ordenan-
 ças, e húa de Pardos forros; reformou a com-
 panhia de cavalaria auxiliar, provendo ne-
 lla o posto de Capitam, Tenente, Alferes,
 e Furriel. Mandou lançar hum bando com
 circumstancias taes q. por elle se evitaram os
 vadios desta capitania; pois pellas mesmas
 ordens lhes dá a todos o modo em q. se occupem
 principalm^{te}. no incorporam^{to}. as novas Bandei-
 ras, q. se estam apromptando p^a. novos Des-
 cubertos de ouro, fés remeter pello expediente
 das suas ordens, muntas copias aos mais Arrayaes,
 e nam cessou de prometer aos mineiros honrra-
 dos, se com as suas dilig^{as}. se augmentasse o Era-
 rio Regio, e o commercio desta capitania, foi
 vizitar á cappella de Santa Barbara, que está
 em hum admiravel Monte, cabudo des a
 provid^{as}. do seu incansavel espirito.

Este Arrayal foi fund^o. logo dipois q.
 se fundou a Povoação, que hoje he V^a. por
 Pessoa q. procuravão ouro: chamasse da
 Meya Ponte; por q. está junto a hum Rio

[59]

ptando em S^{ta}. Luzia: mandou soltar da ca-
 deia alguns presos de pequenos crimes, a quem
 deu liberd^e. p^a. o m^o. fim. S. Ex^a. gastou do
 seu bolço m^{tas}. 8^{as}. de ouro no preparo desta
 gente, cuja expediçam foi tanto do seu agrado. 1420

Rezidio S. Ex^a. neste Arrayal thé o dia 18 de
 8^{bro}. neste tempo mandou alistar os mo-
 radores, e delles fés 2 companhias de ordenan-
 ças, e húa de Pardos forros; reformou a com-
 panhia de cavalaria auxiliar, provendo ne-
 lla o posto de Capitam, Tenente, Alferes,
 e Furriel. Mandou lançar hum bando com
 circumstancias taes q. por elle se evitaram os
 vadios desta capitania; pois pellas mesmas
 ordens lhes dá a todos o modo em q. se occupem
 principalm^{te}. no incorporam^{to}. as novas Bandei-
 ras, q. se estam apromptando p^a. novos Des-
 cubertos de ouro, fés remeter pello expediente
 das suas ordens, muntas copias aos mais Arrayaes,
 e nam cessou de prometer aos mineiros honrra-
 dos, se com as suas dilig^{as}. se augmentasse o Era-
 rio Regio, e o commercio desta capitania, foi
 vizitar á cappella de Santa Barbara, que está
 em hum admiravel Monte, e a tudo deo as
 provid^{as}. do seu incansavel espirito. 1425

1430

1435

1440

Este Arrayal foi fund^o. logo dipois q.
 se fundou a Povoação, que hoje he V^a. por
 Pessoa q. procuravão ouro: chamasse da
 Meya Ponte; por q. está junto a hum Rio 1445

Deste nome, e qual se não vé do Arrayal. Hé hum dos mais opulentos da villa, e de bom comercio.

Marcha S. Ex.^a da Meya ponte para villa boa.

Hodia 17. De 8^{bro} Sahio S. Ex.^a da Meya ponte p.^a a V.^a, e tendo marchado 4 legoas, pouzou na faz.^{da} de Santo Antonio.

Hodia 19 marchou 4 legoas, tomou quartel no correjo de Jaragoa.

Neste pequeno Arrayal se demorou S. Ex.^a hum dia, e reformou a comp.^a da cavallaria Auxiliar, q. alli há.

Hodia 21. marchou duas legoas, pouzou no Rio dos Patos.

Hodia 22 marchou 5 legoas, pouzou na ponte do Uruú.

Hodia 24 marchou 4 legoas, tomou quartel no ouro fino.

Hodia 25. Se pôs em marcha acompanhado de hum gr.^{de} n.^o de cavaleiros, e pellas nove horas da manhã entrou na villa com m.^a chuva; Razão porq. não se pode fazer so-

[60]

deste nome, o qual se não vé do Arrayal. Hé hum dos mais opulentos da villa, e de bom comercio.

1450

Macha S. Ex.^a da Meya ponte para villa boa.

No dia 18 de 8^{bro}. Sahio S. Ex.^a da Meya ponte p.^a a V.^a, e tendo marchado 4 legoas, pouzou na faz.^{da} de Santo Antonio.

1455

No dia 19 marchou 4 legoas, tomou quartel no correjo de Jaragoa.

Neste pequeno Arrayal se demorou S. Ex.^a hum dia, e reformou a comp.^a da cavallaria Auxiliar, q. alli há.

1460

No dia 21 marchou duas legoas, pouzou no Rio dos Patos.

No dia 22 marchou 5 legoas, pouzou na ponte do Uruú.

No dia 24 marchou 4 legoas, tomou quartel no ouro fino.

1465

No dia 25 se pôs em marcha acompanhado de hum gr.^{de} n.^o de cavaleiros, e pellas nove horas da manhã entrou na villa com m.^a chuva; Razão porq. não se pode fazer so-

1470

Anexo 4 – Cunha Menezes, 1778

Jornada que fez Luís da Cunha Menezes da Cidade da Bahia para a Vila de Caxoeira no dia 29 de Agosto, e desta no dia 2 de setembro para Vila Boa Capital de Goyaz aonde chegou no dia 15 de outubro de 1778 (BERTRAN, 1996:71-75).

ROTEIRO DE VIAGENS

E aqui nos deixa D. Luís da Cunha Menezes rumo a Vila Boa, "onde chegou pela 1 hora da noite, contando desde a Bahia 44 dias de viagem totalizando 345 léguas", a bagatela de 2.070 Km a lombo de burro, século XVIII adentro. Eis o Diário de Viagem em sua íntegra:

Jornada que fez Luís da Cunha Menezes da Cidade da Bahia para a Vila de Caxoeira no dia 29 de Agosto, e desta no dia 2 de Setembro para Vila Boa Capital de Goyaz aonde chegou no dia 15 de outubro de 1778.

Da Cidade da Bahia à Villa de Caxoeira, por água, 14 léguas, as quais se contão 3 à ponte da Ilha de Itaparique situação aonde está estabelecida a Fábrica de Azeite das Baleias que nesta Bahia, temerariamente, depois de um atrevido combate, se apañam. Desta à boca do Rio chamado das Caxoeiras, 1 légua. Continuando-se por este acima se encontram nas suas margens situações muito agradáveis, e algumas destas bastante cultivadas com plantações de Roças, Engenhos, e Lambiques (sic), até a distância de 5 léguas pouco mais ou menos, onde estão situados dois Fortes, um feito pela Arte e outro pela Natureza, que flanqueiam esta passagem os quais se denominam do Peruassu, verdadeiro nome deste Rio. Destes continuando a mesma navegação 4 léguas é a dita Vila da Caxoeira. Esta é situada na margem Ocidental deste Rio, no Sítio aonde perde o seu verdadeiro nome, e toma o de uma grande Caxoeira, que lhe fica em pequena distância.

A sua boa situação, e ser passagem de todos os Seretões a faz ser muito opulenta por atrair a si um grande comércio, não só nos gêneros de que neste se precisam, mas pela grande exportação, que todos os anos faz para a Cidade da Bahia, tanto em tabaco como em pau Brasil.

A sua grande povoação é composta, e comandada por um Corpo Militar, que a guarnece, de que é chefe um Capitão-Mor, e comandante de um Regimento de Infantaria Auxiliar com seu magnífico uniforme em carnaú (encarnado), canhões e vestia azul, coberto de grandes Casas de Ouro, e outro de Cavalaria também Auxiliar, uniformemente fardado de amarelo, canhão, forro, e vestia azul, alamares de prata, e seus capacetes com ar tão arrogante e Militar que faria emulação às tropas regulares, se concorressem nas suas manobras. Os magníficos edificios que a guarnece são a Matriz que verdadeiramente bem merece este nome, mas a sua coligada (sic) não é correspondente. A Casa de Villa com os seus adjacentes é própria. O Magistrado é composto de um tão grande número que a sua confusão não deixa diferenciar destes mais que o Juiz

de Fora, como chefe. O Hospital não é grande; mas bem distribuído, e o que basta, por haver ocasiões em que não tem doentes. O Convento dos Religiosos do Carmo sofrível por servir pela sua arquitetura, de ornamento, a terra: este tem uma bem louvável ordem 3ª com sua Capela própria e magnífica. Este nome também merecia o Cemitério emblemático (sic) adjacente, se não ofendesse a memória dos que tem sido chefes desta respeitável Ordem. O grande Cais que a rodeia tem um grande número de grandes embarcações as quais não só servem para facilitar o Comércio; mas também servem de Carreira, alternadamente, todas as semanas, para a Cidade da Bahia.

Da outra parte do Rio é o Arraial de S. Félix, pousada dos Cumboeiros (sic) de todos os Seretões, (e) para a boa comodidade destes, fora do grande número de Canoas, tem uma Barca a qual faz um bom serviço, sem embargo de não estar no verdadeiro pé. A meia légua de distância deste por uma grande e íngreme ladeira, não obstante aproveitarem-se das senuzidades (sic) do terreno, é o Arraial da Muritiba. O Comércio deste monta uns anos por outros a vinte mil cavalos, tanto para os Cumboeiros como para os Engenhos e mais Fazendas, não passando o de maior preço, sendo escolhido, de 20\$000, e não o sendo, 12\$000 até 15\$000. Deste Sítio é que deu principio a viagem de terra no dia 2 de setembro por se ter demorado três dias na Vila de Caxoeira, contando desta a Lagoa Seca 6 léguas e ao Ginipapo 4, que fazem 10 da primeira marcha.

Set - 3 Do Ginipapo a Manga-Beira (Mangabeira), 6 léguas: fazenda de gado de José Caetano, que recolhe 300 Bezerros, sítio muito alegre, não tem outra água mais do que a da chuva da qual são obrigados a fazerem depósitos (e depois) coada por panos: um dia de falha.

Set - 5 Da Manga-Beira a Pedra-Redonda, 6 léguas: fazenda de gado do Pe. Manoel Barboza que recolhe 300 bezerros, desta ao Boqueirão meia légua, sítio bastante frio, e passagem dos Seretões por consequência das Minas, motivo por que está guardado por um destacamento de Índios mansos das duas Companhias de Conquista. Estas são comandadas por um Capitão-Mor, um Sargento-Mor, dois Capitães, dois Ajudantes, dois Alferes e trinta homens por Companhia. O seu exercício é de arco, flecha, arma de fogo, e soldo como a Tropa regular, e o seu maior serviço é livrar os Povos dos assaltos do Gentio bravo. Deste a Pedra Redonda 5 léguas e meia, fazenda que recolhe 150 bezerros. O trem desta é tão forte, que todo se acomoda em uma pequena senzala a qual serve de abrigo aos viajantes, encontrando a consolação de muito boa água e muito maus pastos.

Set - 6 Da Pedra Redonda a Boa Vista 8 léguas: a saber 2 às Duas Pontes, 1 a Lagoa Seca, 2 ao Riacho Seco, 2 ao Riacho Seco Pequeno, e uma a Boa Vista, sítio aonde (a) água não é má; mas o pasto é muito mau. Da Boa Vista aos Murrinhos (sic) 8 léguas: fazenda de Manoel Francisco que recolhe por ano 300 bezerros: água não é má, o pasto igualmente, a habitação dos que são ocupados nesta fazenda são duas pequenas senzalas, que sendo muito maus, sempre reparam mais ao grande Calor deste Sítio que as barracas de lona, que trazem os que são obrigados a fazerem esta viagem, que se continua, contando 2 (léguas) a Farinha Mulhada (sic), 2 a Cabeça do Touro, 3 as Varginas (sic), fazenda do cap. Belchior Cardozo, sítio muito agreste a vista do Rio Peruassu, (o) qual corre d'Oeste para Leste, a água deste é muito má, e as suas margens bastante doentias, sendo estas duas coisas muito más, são obrigados de usarem-nas os que fazem esta viagem, continuando-a pela margem oriental acima uma légua aos Murrinhos.

Set - 8 Dos Murrinhos a Palma 8 léguas e meia, fazenda do mesmo dono, continuando margem do Rio Peruassu, com o incomodo de usarem sempre da mesma água, avinagrada por prevenção, ao Rudiador uma légua, a Vila de João Amaro 2 1/2. Desta Vila não resta mais que uma pequena Ermida de Sto. Antônio na qual se diz missa uma vez no ano, quando vem o Pároco a desobrigação da Quaresma, e duas senzalas, que são umas habitações de madeira e barro formando uma espécie de tabique, ligadas estas com tiras de couro crú em lugar de pregos e cobertas de palha de tábuas ou folhas de palmeira: ao Mazurro 2, fazenda de Manoel Pinto: a Vargem das Pombas 2 e 1 a Palma, fazenda de larga (sic - de engorda) de Manoel Nunes, isto se entende onde os gados, que se puxam para a beira mar vem refazer-se, não havendo nesta, nem água, nem pastos bons.

Set - 9 Da Palma aos Olhos de Água 10 léguas, e um dia de falha, estas se contam 2 a Tapera, fazenda de João Roque, que recolhe 200 Bezerros. As Flores, 3 e 1/2 fazenda de Mathias Bernardes. Ao Pau a Pique 1, fazenda de Manoel Nunes Viana. As Queimadas 1, fazenda do Pe. Manoel Barboza. Toda esta marcha tem sido pela margem seguindo as tortuosidades do Rio Peruassu, com a sujeição de se não usar de outra água. Neste ponto se deixa a margem deste pestífero Rio, sítio onde nele se vem meter o Duna (sic). Para se evitar o continuar-se a viagem pela margem deste segundo, que ainda é pior, se continua pelo Caminho Novo do Padre Paulo, o qual nome toma por ser beneficio que a ele se deve, sem embargo de ser por entre grandes matos bastante montuosos, de maneira que para se

ROTEIRO DE VIAGENS

fazer mais suave se vai aproveitando das sinuosidades do terreno, com grande incômodo de atravessar muitos Corgos de que este é cortado na extensão de 3 léguas (até) aos Olhos de Água, fazenda de Agostinho José de Jesus, que não obstante ter 6 léguas deste referido terreno, está vivendo das esmolas dos passageiros, os quais recebem uma grande consolação na boa água que encontram em dois olhos de muito boa água, que crescem entre duas Serras, origem do nome deste sítio, e da qual se faz provisão para continuar a travessia.

Set - 11 Dos Olhos de Água as Almas 7 léguas e meia, continuando 3 a Roça de Agostinho José de Jesus, e 4 e 1/2 as Almas, sítio muito agreste e frio, de maneira que nem pastos nem água tem boa.

Set - 12 Das Almas ao Sincurá 10 léguas a saber 3 a Lapinha. Ao Cobrelo uma. A Roça do Simão 1 e 1/2. Ao sítio de Manoel José 1. Fazenda de passagem onde houve uma patrulha da Cavalaria de Minas Gerais por conta do extravio do ouro das ditas, da qual se acha ainda de resto um roceiro com uma Casaca de diferentes cores, fazendo a obrigação da dita patrulha por terem morrido os seus camaradas, e dizer que ainda é soldado. A situação da dita fazenda é muito sadia e bem o mostra por ser muito alegre, e alguma coisa fria: o mato é raso, bastante semelhante ao de Portugal. Neste se encontra o Caminho Velho que vem pela margem do Rio Duna, no ponto onde dão principio as suas cabeceiras, em uma lagoa e várias surças de água muito amarela. A Serra do Sincurá, 2 léguas de uma subida bastante áspera até o seu cume coberta toda do mesmo mato raso, composto este de torvisco (sic), carrasco, fetos, e piteira. Do meio desta Serra saem várias surças de água, cabeceiras do mesmo Rio Duna. O ar neste sítio é muito frio, que pertencem pela sua grande altura que aqui muda o clima. O golpe de vista se estende de maneira que apesar de serem muito montuosas as suas circunvizinhanças, se avista ao Norte uma Serra a qual dizem ser do Apurá na distância de 45 léguas de viagem e certo que faz grande diferença ao Raio visual. Ao Sul se vê, o Morro do Ouro do Rio das Contas e outras muitas mais Serras em maiores e menores distâncias as quais fazem, ser uma das vistas mais agradáveis. Deste ao Sincurá uma légua, grande fazenda do Coronel de Cavalaria Auxiliar da Comarca da Vila das Contas, a qual fica nas faldas deste sítio muito sadio, e excelente água de fonte dentro da mesma fazenda, tem mais duas surças, uma muito clara, e outra tão amarela, que na sua união se corrompe e dá principio ao Rio Sincurá, o qual segue Norte-Sul. O dito Coronel deve à sua curiosidade, ter trigo, cevada, milho, centeio, marmelos, laranjas, pêssegos, melancias,

ROTEIRO DE VIAGENS

- a retirarem-se para as maiores alturas deste País por conta das grandes inundações deste mesmo, que até as mesmas Casas de suas moradas chega a cobrir.
- Set - 26 Da Fazenda do Riacho ao Arraial da Carinhonha 3 1/2, da outra parte do Rio de São Francisco, pertencente à Capitania de Pernambuco: a saber 1 1/2 ao riacho do Tome Nunes: A Malhada 1 1/2, pequeno Arraial na margem e sítio onde se passa o dito Rio em Canoas atadas duas e duas, não só por conta da grande corrente, mas por não haver outro método para se passarem os cavalos. O Rio Carinhonha nesta situação se vem ajuntar com este (São Francisco) e na divisão da terra que estes dois fazem no seu encontro terminam os limites de 3 Capitânias, a saber, a da Bahia na margem ocidental do dito Rio; a das Minas Gerais no conflúente da parte de Sul por correr o primeiro do Sul para o Norte e o segundo do Oeste para Leste, ficando ao Norte a (Capitania) de Pernambuco: a água do primeiro por ser muito boa se faz uso dela antes de se encontrar com a do segundo por serem tão diferentes, que até a fazem nas cores, que é preciso para estas se unirem corretem pelas margens opostas a distância de 9 léguas. Estas não são agrestes, como o terreno que este alaga na sua maior enchente, a qual dizem que em algumas partes chega a 5 léguas. A marcha se continuou nas ditas Canoas Rio abaixo meia légua a desembarcar no dito Arraial da Carinhonha, na fazenda do Capitão de Ordenança Atanzio de Siqueira, que recolhe 200 Bezerros por ano.
- Set - 27 Da Carinhonha ao Toque-Lambô (sic) 7 léguas: a saber Ao Retiro 3, fazenda que recolhe 300 Bezerros: ao Piqui 2, ao Toque-Lambô 2, fazenda que tem Engenho e Roça do Capitão José Alvarez Brandão, situada na margem Ocidental do Rio Carinhonha.
- Set - 28 Do Toque-Lambô ao Sítio do Meio 11 1/2, a saber à Fazenda do Riacho 1 1/2 a Gameleira 3 1/2. Ao Fluviano Correia 2 1/2, aqui se torna a avistar o Rio Carinhonha, e se viaja margem acima a Boa Vista 2, e 2 ao Sítio do Meio onde se passa em Canoas o Rio Taquari. Este Rio corre de Sul para o Norte a meter-se na distância de meio 4º de légua no Rio Carinhonha, por cuja razão se chama o Sítio do Meio. Nesta parte passa por uma grande e agradável planície de maneira que para se perceber é preciso ser em pequena distância, por serem as suas margens tão de nível, que parece um canal feito pela arte, não obstante ser bastante largo e fundo que não dá vácuo: mas tem uma água muito clara e boa.
- Set - 29 Do Sítio do Meio ao Presídio 9 1/2, a saber, a Ipoeira 3, margem Oriental do Rio Taquari, onde este se deixa e se toma o rumo do Sudoeste, a Extrema 3, matos cobertos e pastaria e 3 1/2 ao Presídio, fazenda do capitão José Alvares Brandão, tem bons pastos, água de fonte muito boa, recolhe 400 bezerros e 200 potros.
- Set - 30 Do Presídio a Vareda do Fogo 10 léguas, a saber ao Buritizal 2, a vareda da Cruz 2. A Vareda Grande 4, e 2 a Vareda do Fogo, água de cacimba muito boa, pastos bons, sítio aonde se sofreu uma grande trovoadas de chuva tão forte que não pôde resistir a barraca, sendo esta de muito boa estopa.
- Out - 1º Da Vareda do Fogo a Forquilha 14 léguas, a saber a um grande buritizal 3, a Capimpumba (sic) 1, ao Riacho do Meio 3, e 7 a Forquilha, muito boa água do mesmo riacho. Esta viagem é por uma tão grande planície na qual se descreve com a vista no horizonte uma circunferência, como sucede nas viagens de Mar.
- Out - 2 Da Forquilha ao Saco de Taquari, 6 léguas: a saber ao Muquem 3 e 3 ao Saco do Taquari. Aqui se torna a avistar o dito Rio, e se viaja margem acima por uns tabuleiros cobertos, os quais são umas pequenas elevações de terra cobertas de diferentes arbutos e capim, que faz uma muito agradável vista.
- Out - 3 Do Saco do Taquari ao Formoso 17 léguas margem acima, ao Piqui 2, a Ponte Grande 3, a qual se não pode passar por ir o Rio muito cheio, e se continuou a mesma margem rumo do Sul a buscar as Cabeceiras onde se passou o dito Rio na distância de 3 léguas. Continuando-se a marcha rumo do Noroeste 1/2, Oeste por umas chapadas e tabuleiros a passar o riacho da Taboquinha 4 léguas: a Lagoa do Lenço 3, tabuleiros e alguns buritizais, bons pastos, ao Formoso 2. Sítio onde faz limite a Capitania de Pernambuco com a de Goiás. De falha um dia.
- Out - 5 Do Formoso a Sta. Maria 10 léguas, a saber ao Ribeirão da Carinhonha 2, que se vai meter no Rio Ouricu, boa água, ao Luciano 2 1/2. Ao Sítio das Duas Pontes 1 1/2, ao Pé do Morro 2 1/2, e 1 1/2 a Sta. Maria, primeiro Registro do Ouro da Capitania de Goiás. Toda esta marcha foi por excelente caminho de chapadas vargens e tabuleiros, até meia légua de distância do dito Registro, que é de uma descida muito má, e Sítio onde há uma fazenda que recolhe 1600 Bezerros que é de Manoel Paes d'Assumpção.
- Out - 7 De Sta. Maria ao Feijão 9 1/2 a saber, ao Tremedal uma e meia, fazenda de 1500 Bezerros a São Roque 4 1/2, fazenda de 500, ao Buqueirão 3, ao Rio dos Macacos uma e 2 1/2 ao Feijão. Esta viagem se continua pelo sítio a que chamam a Ribeira do Paraná (Paraná) o qual é um pontal muito doentio por entre as Serras das Mamoneiras, e a do Feijão cortada de muitas Lagoas e Corgos, que em tempo de águas inundam todo este País.

ROTEIRO DE VIAGENS

- meloines (sic) e hortaliças de diferentes castas, não só para gastos de sua casa; mas com o produto deste primeiro gênero, que remeteu para a cidade da Bahia, já vieram 10 pretos, o que mostra bem não ser do país não haver estas produções. Nesta ocasião, sem embargo de ser em Setembro, se achava um clérigo ocupado em desobrigar os fregueses pertencentes à freguesia do Outeiro Redondo(a) 80 léguas de distância. O ser hóspede do dito Coronel se obrigou a não fazer esta diligência tão breve como costumam, não se embaraçando com o número, nem tampouco com o trabalho, a que se sujeitam por um tanto que dão ao Pároco, a proporção de cada uma das fazendas que ajustam, fazendo aquidade (sic) dele levarem a cada um 20000 (reis), uma pataca por cabeça, e sendo escravo meia. Isto é neste Sítio, por ser de ano em ano e não de três em três (anos) como sucede mais para dentro também nesta ocasião, por ser a única em que estes moradores ouvem missa, para o que trazem os ditos padres um Altar Portátil; não obstante haver nesta fazenda uma Ermida, e ser a terceira que até este ponto nesta viagem se encontra. E como costumam nesta mesma ocasião Batizar, e Receber e não estarem prevenidos, não só pelas grandes distâncias, mas pelas faltas de conhecimento que tem, tem sucedido muitas vezes virem se batizar de diferentes idades, de maneira que já tem vindo alguns depois de andarem vaquejando. Vaquejar é método de que usam para amansarem os gados, trazendo os pequenos ao curral onde se lhe põe o ferro, ou marca do dono da fazenda, e por essa razão se não sabe, nem se conta quantas cabeças de gado tem cada uma das ditas fazendas e nem quantos bezerros recolhe por ano, porque os que não vem ao curral não se tornam a ver mais.
- Set - 16 Do Sincurá ao Carvalho 7 léguas, a saber, ao riacho das Duas Barras uma. Ao Peruassuzinho 2. Ao riacho das Lajes 1. Ao Carvalho 3. Matos gerais, boa água e muito frio.
- Set - 17 Do Carvalho a Vila Nova das Contas 10 léguas: a saber as Queimadas 1, ao Riacho do Espinho 2, ao Rio das Contas 2, a Casa de Telha 2 1/2, fazenda de José da Silva, mato de catinga. A Fazenda da Tamanduana 1 1/2, catinga. Ao sítio do Garrote, meia: A Vila das Contas, por uma grande Serra do mesmo nome, a qual tem muito boa água.
- Set - 18 Da Vila das Contas à Tapera do Tenente 6 léguas. Esta Vila é situada em uma grande planície no meio da dita Serra, por cuja razão goza de um ar livre e muito boa água. Por estar muito em princípio, não é a mais bem povoada, mas ao cuidado do Ouvidor daquela Comarca, se deve a regularidade e ordem com que as casas se vão fazendo, levando estas em prospecto, que sem embargo de ser térreo é bastante próprio e acomodado ao país. O seu maior Comércio é o Ouro que se tira das Lavras, gênero bem sofrível, por não ter o perigo de se dar avaria, ou outra qualquer currução (sic). O Corpo Militar e político que a guarnece são duas Companhias de Ordenanças, uniforme encarnado, canhão, véstia, e forro branco coberto com grandes casas de ouro; um Juiz Ordinário e seus Vereadores. O caminho desta a Vila Velha onde contam duas léguas, é muito mau, seguindo a margem do Rio Aguati 4 léguas, a Tapera do Tenente.
- Set - 19 Da Tapera do Tenente às Quebradas 10 léguas e meia, fazenda do dito Tenente que recolhe 300 bezerros, situada em uma Chapada, tem boa água do Rio Aguati e bons pastos muito calor, segue-se esta marcha as Carnahibas 4 léguas, ao Pouzo 2 a Lagoa do Roque 2, ao Juazeiro 1/2, ao Olho de Água 1, as Quebradas 1 1/2.
- Set - 20 Das Quebradas a Lagoa de João Marques 8 1/2 fazenda de José Jorge da Rocha que recolhe 150 bezerros; a saber as Quebradas 1 légua, que também é fazenda do dito José Jorge da Rocha que recolhe 100 bezerros, lucro do feitor. As Areias 1 légua 1, ao Saco de Mel 1, a Vendinha 2, ao Tucano 2, e meia légua de João Marques. Toda esta marcha é por sítios pantanosos, vargens e matas gerais, pela margem do riacho do Tucano.
- Set - 21 Da Lagoa de João Marques aos Possos 7 léguas: margem do Rio das Arrans (sic), água boa muito clara, esta marcha é toda por veredas de catinga, vargens muito dilatadas e lagoas. Ao Hospício 1 1/2, fazenda de gado de Manoel Saldanha, a Passagem 1.
- Set - 22 Dos Possos ao Pau d'Espinho 9 1/2, fazenda de 220 bezerros, água de lagoa muito má, sítio muito quente e agreste, matos de catinga, vargens muito secas, e sem pastos, a saber ao Pé da Serra 4, a fazenda das Águas Verdes, 1 1/2, 4 ao Pau de Espinho, sítio muito quente mas boa água.
- Set - 23 Do Pau de Espinho ao Curralinho 5 1/2, fazenda de Faustino Pereira que recolhe 200 bezerros, água não é má, toda esta marcha é por catingas, mas bom caminho, ao Norte a Serra Alta, onde houve principio de uma fábrica de salitre. Ao sítio da Barra 4 léguas, e 1 1/2 ao Curralinho.
- Set - 24 Do Curralinho a Fazenda do Riacho 7 léguas: a saber ao Ginipapeiro 5. Ao Riacho 2, fazenda que recolhe 500 bezerros, do Sargento-Mor Mathias Bernardes, muito má água, aproximadamente 5 léguas são de caatinga, e as últimas 2 por chapadas e hipociras (sic), ou lagoas das águas que deitam das enchentes do Rio de São Francisco, que dista desta 3 léguas, e não obstante esta extensão os moradores, do mês de novembro por diante são obrigados

ROTEIRO DE VIAGENS

- Out - 8 Do Feijoaal as Águas Claras 9 léguas, a saber, a Sta. Rita 2, a Sta. Rosa 1, ao Rio Parai 1, a Boquina 3, e 2 a Fazenda de Água Clara, que é de uma viúva, que ainda pertence a ribeira do Paraná: todos estes sítios são fazendas de 1600 bezerros até 2000.
- Out - 9 De Águas Claras a Bandeirinha 11 léguas, a saber, a Crixás 2, ao Retiro 4, ao Rio Paraná 1 1/2, este corre Sueste a Noroeste, a entrada do mato 2, ao Salgado 1, e 1 a Bandeirinha, fazenda de Antônio Pinto da Roza. Esta viagem é por tabuleiros, e uma mata muito fechada de meia légua de extensão cortada por um Corgo que leva bastante água a que se passa nesta dita estensão 12 vezes por um caminho horreroso, e onde finda a Ribeira do Paraná.
- Out - 10 Da Bandeirinha a Contage de São João das Três Barras 11 léguas, a saber ao Sítio Novo 2, ao Pipiripaô 1 1/2, ao Mestre D'Armas 2, ao primeiro corgo 1, ao Sobradinho 2, e 2 1/2 a São João das Três Barras, sítio tão frio que no mês de junho, que é a maior forma de inverno chega a cair neve. Tem muito boas frutas principalmente de espinho, um nascimento de água excelente, as fazendas a maior parte delas são Roças e Engenhos de Sertão.
- Out - 11 De São João das Três Barras a Vendinha 9 léguas: a saber ao Torto 2, ao Rudiador 4, e 3 a Vendinha, água de fonte excelente, o ar muito temperado, bons caminhos por tabuleiros cobertos, chapadas por entre fazendas de Roças.
- Out - 12 Da Vendinha as Mamoneiras 9 1/2 e saber aos Macacos 2 1/2, a Zeferina 4, a Contage Velha 1, ao Sítio das Areias 1 e 1 as Mamoneiras, fazenda de Roça muito boa água, clima temperado.
- Out - 13 Das Mamoneiras ao Arraial da Meia Ponte 8 a saber a Ponte Alta 1, ao Rio Curumbá (sic) 3, a Vendinha 2 e 2 a Meia Ponte, primeiro Arraial por esta parte da Capitania de Goyaz, muito calor, boa água e muito mau caminho.
- Out - 14 Da Meia Ponte a Lagoa Grande 10 léguas, a saber ao Rio das Pedras 3, ao Rosa 2, e 5 a Lagoa Grande. Muito calor muito mau caminho por entre matos muito altos Morros e Corgos secos, mas boa água.
- Out - 15 Da Lagoa Grande a Ponte de Ouruu (sic - Urú) 13 léguas a saber ao Pouso Alto 3, a Casa da Telha 5, e 5 a Ponte do Ouruu.
Da Ponte do Ouruu neste mesmo dia pelas seis horas da tarde se continuou a marcha ao Capão 3 léguas, ao Ouro Fino 1 1/2 e 3 a Vila Boa onde se chegou pela 1 hora da noite contando, com estas 7 léguas, 37 marchas
- (No total: dois meses e 16 dias de viagem).

2 - JORNADA DO RIO DE JANEIRO PARA GOIÁS PELO SERTÃO DE SÃO PAULO EM 1757

NOTA: Esta "Jornada" do Rio de Janeiro a Goiás, anônima, constava em apêndice à "Breve Notícia da Comarca de Goiás", publicado no Tomo I desta obra e como esta é bastante anterior ao corpo da Notícia Geral, datada pelas mesmas razões já exaradas, de meados da década de 1750.

Jornada do Rio para Goiás vindo a Santos, e pelo sertão de São Paulo:

/=/ Do Rio de Janeiro a Santos 50 léguas, por mar, costa brava /=/ ao Cubatão 3 pelo Rio, de São Paulo 12 por terra /=/ De São Paulo a Capela 6 1/2 /=/, A Borda do Mato 8 /=/ A Campina 7 /=/ Ao sítio do Pinho 7 1/2 /=/ neste vão se passam dois Rios de Canoa, o primeiro Atibaia, o segundo o Jaguaré /=/ A Mugi Grande 4 /=/ Ao Itaquí 4 /=/ Neste vão se passa o Rio Pitangui, e se vai ao Mogimorim, e daí a Mugiaguaçu que se passa aqui o Rio em Canoa, e dali ao Rio das Pedras, toda a jornada, de distância oito léguas /=/ Aos Olhos de Ágoa 5 /=/ Neste vão se passa em Canoa o Jaguarmirim, muito doentio /=/ Ao Pissarrão 3 léguas /=/ Ao Tambaú 4 /=/ Ao Rio Pardo, também de Canoa 5 /=/ Araquara 8 /=/ Ao Sapucahi, também de Canoa, mui doentio, 8 /=/ A Posse 7 /=/ Ao Calção de Couro 7 1/2 /=/ Ao Rio Grande 5 1/2 /=/ Aqui acaba a Comarca de São Paulo, e principia a de Goiás; /=/ As Toldas 6 /=/ Ao Lanhoso 4 1/2 /=/ Nestes vão corre a Uberava falsa, Rio muito arrebatado de inverno /=/ Ao Tijuco 3 /=/ Aos Batataes 5 /=/ A Rocinha duas e meia /=/ Ao Rio das Velhas uma e meia /=/ Aldeia de Santa Anna aonde está o Gentio Manso 1 /=/ As Furnas 2 /=/ Ao Rio das Pedras 9 /=/ aqui também está Gentio Manso /=/

Ao Rio de Pernahiba também de Canoa 3 /=/ Ao Rio Ouvidor 3 /=/ Ao Catalão 4 /=/ Ao Verissimo, Rio de Canoa 7 /=/ Ao Britto 9 /=/ Nestes meios está o Rio chamado Braço do Verissimo, caudaloso de inverno /=/ Ao Corumbá, Rio de Canoa 5 /=/ Ao ribeirão de (Pontes?) 1 1/2 /=/ A Santa Cruz que é o primeiro Arraial da Comarca 4 /=/ Ao Mucambo 3 1/2 /=/ Ao Rio do Peixe 4 /=/ Ao Calvo 3 1/2 /=/ Ao Rio Peracazumba (Piracanjuba) 3 /=/ Ao ribeirão do Senhor do Bomfim 4 /=/ A Anta 1 /=/

Toda esta jornada até aqui é Sertão perseguido e hostilizado do Gentio Cayapó /=/ A Meia Ponte, um dos melhores Arraiais da Comarca 10 /=/ Ao Rio das Pedras 3 /=/ A Lagoa 7 /=/ Ao Pouzo Alto 3 1/2 /=/ A Casa de Telha 3 1/2 /=/ A Borda do Mato 2 (?) /=/ Ao França (?) 3 /=/ Ao Ouro Fino 3 /=/ Ao Ferreiro 2 /=/ A Vila Boa de Goyás 1 /=/ Tem a Jornada do Rio de Janeiro a Goyás 294 léguas e meia. Tem o Sertão de São Paulo a Goyás 227 léguas e meia. Todo o Sertão de Moji até as Antas é infestado de Gentio e Cayapó (sic) perigoso de passar, por cuja causa alguns dos sítios acima nomeados se acham ao presente despovoados.

Área nos limites do atual DF destacada em vermelho.

Anexo 5 - Saint-Hilaire, 1819

Itinerário aproximado do Arraial de Santa Luzia ao de Meia Ponte (SAINT-HILAIRE, 1975:27).

adquirem em S. Romão em troca do açúcar e da cacnaça produzidos em suas terras. Eles não conhecem nenhuma das comodidades da vida que, para nós, se tornaram uma necessidade, e suas casas, mesmo as mais cuidadas, têm geralmente como mobiliário apenas alguns bancos de madeira e tamboretos forrados de couro. Entretanto, e apesar de existirem jazidas de ferro nas redondezas, eles são obrigados a comprar tudo o de que necessitam. Não há nenhum homem que não deseje ter um traje apropriado para os dias de festas, nenhuma mulher que não queira ter um vestido de boa qualidade, um colar, um par de brincos, um lenço de musselina, uma capa de lã, um chapéu de feltro. E a compra desses artigos, cujo preço ali é exorbitante, basta para carrear para fora da região o pouco de ouro e de dinheiro que ainda circulam nela. Já não se encontram em Santa Luzia mais do que umas poucas e mal providas lojas. Tudo é comprado a crédito. Os trabalhadores braçais encontram grande dificuldade em receber o seu salário, embora este não passe de 600 réis por semana, e alguns negros me disseram que preferiam ganhar um vintém por dia catando ouro no córrego de Santa Luzia do que receber quatro vinténs trabalhando nas fazendas, onde o pagamento é feito em mantimentos, os quais eles não conseguem vender. Alguns agricultores chegaram a um tal estado de penúria que passam meses comendo alimentos sem sal, por não poderem comprá-lo. E quando o vigário percorre as fazendas, para a confissão pascal, acontece muitas vezes que todas as mulheres de uma mesma família se apresentam diante dele, uma de cada vez, usando o mesmo vestido.

A indolência contribuiu bastante para levar os fazendeiros da região a essa situação de penúria. Mas a miséria, que os embrutece e desanima, deve necessariamente, por sua vez, aumentar a sua apatia. E esta chegou a tal ponto, em muitos deles, que, dispondo praticamente de toda a terra que lhes convém, eles não chegam a cultivar o suficiente nem mesmo para o seu próprio sustento. Tracei um quadro fiel dos males da região, e no capítulo final do meu relato anterior (*Viagem às Nascentes do S. Francisco*) indiquei as soluções que me pareceram mais eficazes. Espero que meus humildes conselhos sejam ouvidos e que o governo volte finalmente sua atenção, com alguma benevolência, para um povo que só tem sido lembrado, até agora (1819), para ser explorado!

Quando me dispus a partir de Santa Luzia a fim de ir até o Arraial de Meia-Ponte, e de lá até Vila Boa, o amável vigário informou-me que a pousada mais próxima ficava distante cerca de seis léguas e meia. Como isso representasse uma caminhada extremamente longa para ser feita num único dia, ele me convenceu de que devia realizá-la em dois dias e passar a noite em sua chácara, a uma légua e meia dali.⁽¹⁸⁾

(18) Formiga fica situada no termo de Tamanduá, Província de Minas Gerais, distando poucas léguas de Bambuí.

(19) Itinerário aproximado do Arraial de Santa Luzia ao de Meia-Ponte:
De Santa Luzia à Chácara S. João Evangelista 1½ léguas

Até a Fazenda de Ponte Alta	5	"
" o Arraial de Santo Antônio dos Montes Claros	3½	"
" a Fazenda dos Macacos	3	"
" Laje, à beira de um riacho	4	"
" o Arraial de Corumbá	3	"
" Meia-Ponte	3	"
	<hr/>	
	23	léguas

Área limítrofe ao atual DF destacada em vermelho.

Anexo 6 - Cunha Matos, 1856

Itinerário N. 11 Da Cidade de Goiás até o Registro de Santa Maria, no Termo do Julgado de Flores (MATOS, 2004:285-290).

N. 10.

Itinerário da Cidade de Goiás para o Arraial de Traíra, pelo Córrego de Jaraguá.

Da cidade de Goiás vai-se ao arraial do córrego de Jaraguá, seguindo a mesma estrada do dia 1.º de setembro de 1824, até ao arraial daquele nome, distante da capital 19 léguas.

Do córrego de Jaraguá ao sítio de D. Mariana, 6 léguas. Nesta marcha atravessa-se o rio das Almas na ponte de baixo, e o rio do Peixe abaixo do lugar em que passei no dia 8 de setembro de 1824: nesse lugar é de canoa, mas dá vau, onde passou o meu oficial de Ordens, José Antônio da Fonseca, que reconheceu, por determinação minha esta estrada, mas reconheceu-a muito mal.

Do sítio de D. Mariana vai-se ao sítio do Paula, 6 léguas. Nesta marcha atravessam-se o ribeirão Escuro e o rio dos Patos, do dia 8 de setembro precedente.

Do sítio do Paula em diante segue-se a minha marcha do ano de 1824. Até ao Paula, 31 léguas. Daqui até Traíras, 21 léguas: soma 52 léguas. Ora, sendo a marcha para Traíras pela aldeia do Carretão de 56 léguas, e pelo arraial de Meia Ponte de 57 e $\frac{1}{4}$, vê-se que qualquer tropa que houver de seguir de Goiás para Traíras deve preferir a estrada do córrego de Jaraguá e sítio de D. Mariana até ao rio Fidalgo, não obstante haver de passar o rio do Peixe em canoa ou a vau, porque deste modo poupa pelo menos 4 léguas ou um dia de marcha, economia sempre interessante a quem é obrigado a fazer jornadas.

N. 11.

Itinerário da Cidade de Goiás até ao Registro de Santa Maria, no Termo do Julgado de Flores.

Da cidade ao arraial de Meia Ponte, 26 léguas.

De Meia Ponte ao sítio do Rasgão no Corumbá, 4 léguas. Dizem que o Rasgão é um canal de desvio aberto na margem do rio Corumbá, para deixar em seco o leito do mesmo rio, para se extrair o ouro que nele estava.

Do Rasgão vai-se ao sítio das Mamoneiras, 4 léguas. Como nos

mapas desta marcha estava o campo branco, ignoro quais são as águas que se atravessaram: parece-me que são as cabeceiras do rio das Lájeas e os braços esquerdos do rio Areias, todos nascidos na serra de Miguel Inácio, ramo dos Pirineus, os quais entram na margem esquerda do rio Corumbá, como ficou demonstrado nas minhas marchas dos dias 6 a 10 de setembro de 1823. No mapa que há de ir junto a este Itinerário, ver-se-ão alguns córregos que se atravessam, posto que eu ignore precisamente o lugar da passagem. A falta de homens curiosos e o pouco tempo que eu tive para fazer pessoalmente estes exames dão motivo a ficarem lacunas em alguns dos meus Itinerários.

Do sítio das Mamoneiras ao da Severina, 5 léguas. Nesta marcha passam-se os córregos da Água Fria e o rio das Areias, e caminha-se a pouca distância da serra de Miguel Inácio, e outras que são ramos dos Pirineus. Esta cordilheira é a aresta mais elevada da Província, correndo do ocidente para o oriente, e forma a linha divisória das águas setentrionais da Província, de que hei de falar circunstanciadamente em outro Itinerário, e das meridionais que ficaram designadas nos dias sobreditos de 6 a 10 de setembro de 1823, com a exceção de alguns pequenos córregos cabeceiras dessas águas, que ficam mais próximas à serra, e são as que se atravessam nas marchas que estou agora descrevendo.

Do sítio da Severina vai-se ao dos Macacos, 3 léguas. Fica sobre o ribeirão deste nome, braço direito do rio das Areias, atravessado na já mencionada marcha do ano de 1823, mas nas cabeceiras desse ribeirão.

Do sítio dos Macacos vai-se ao das Guarirobas, 4 léguas. Fica sobre o ribeirão deste nome, braço esquerdo do rio de Montes Claros, de que tratei na sobredita marcha de 1823, e fica ao norte da estrada que então segui.

Do sítio das Guarirobas vai-se ao do Rodeador, 4 léguas. Toda esta marcha é quase um campo branco no meu mapa; e por conseguinte não existe em nenhum outro de que eu tenha notícia. O sítio fica sobre o rio Torto, braço direito do de São Bartolomeu, que entra na esquerda do rio Corumbá, muito acima do lugar em que atravessei este último no dia 2 de junho de 1823. Este rio de São Bartolomeu é um dos mais caudalosos da Província: nasce na serra da Itiquira ou do Sertão da Bandeirinha, a que também chamam serra dos Couros ou do General, continuação da de Miguel Inácio, ramo da dos Pirineus, que vai prender na serra Geral, divisória de Goiás e Minas Gerais.

Área nos limites do atual DF destacada em vermelho.

Do sítio do Rodeador vai-se ao São João das Três Barras sobre o ribeirão deste nome, braço direito do rio de São Bartolomeu: 3 léguas.

Do sítio das Três Barras vai-se ao do Sobradinho: 3 léguas. Está sobre o ribeirão deste nome, braço direito do rio de São Bartolomeu.

Do Sobradinho vai-se ao sítio do Mestre d'Armas: 3 léguas. Está sobre o ribeirão deste nome, cuja origem é a lagoa do Mestre de Armas, e entra na margem direita do São Bartolomeu.

Do Mestre de Armas vai-se ao sítio Novo, sobre o rio de São Bartolomeu. Esta é a cabeceira ou a fonte mais setentrional do rio de São Bartolomeu: 3 léguas.

À direita deste sítio fica a estrada que vai pelo arraial dos Couros para o registo da lagoa Feia; é por aqui o caminho para as províncias de Minas, Pernambuco e Bahia.

Posto que o arraial dos Couros fique fora da linha do meu Itinerário para o registo de Santa Maria, direi duas palavras a respeito dele.

O arraial dos Couros, pertencente ao termo do julgado de Santa Luzia, acha-se situado em terreno alto, 1 légua distante da margem direita da lagoa Feia, 3 léguas e $\frac{1}{2}$ (outros dizem cinco) do sítio Novo, e dezenove do arraial de Santa Luzia ao rumo de nordeste. Foi originariamente estabelecido no lugar denominado Itiquira, donde o sítio dos Couros, na chapada do mesmo nome, 1 légua ao sul da serra dos Couros ou do General, de que já falei. Serviu de cabeça de julgado do Paraná, predicamento que perdeu no ano de 1777, em que o arraial de Flores foi declarado cabeça de julgado e separado do termo de Cavalcante. Consta de 50 casas, quase todas humildes, e a capela de N. Sra. da Conceição, Mercês e Abadia, sujeita ao Provisorado de Santo Antônio da Manga, do Bispado de Pernambuco. O capelão-cura, Filipe Luís de Carvalho, em 1823 disse que na sua Aplicação (Curado) existiam 980 almas, incluindo 148 residentes no arraial. No distrito dos Couros há 39 fazendas de gado e 6 engenhos de cana-de-açúcar. Do arraial até à fronteira da Província, na serra de Lourenço Castanho, que abrange as Terras Vermelhas, entre ela e a lagoa Feia há 15 léguas. Eu farei a descrição desta lagoa, cabeceira do rio Preto, em outro lugar.

Continuando o Itinerário do sítio Novo em diante, conta-se dali ao sítio da Bandeirinha, 3 léguas. Está perto do rio Paraná. Este rio nasce na serra Geral ao oriente; costeia a face setentrional da serra do General, e corre

pelo profundo vale denominado Vau do Paraná ou Paranã, compreendido entre a serra Geral, a leste, e a Chapada dos Veadeiros, a oeste. Este Vau do Paraná acha-se povoado de fazendas de gado vacum, pertencentes aos habitantes dos distritos de Santa Luzia, Flores, Cavalcante, e São Domingos: as belezas naturais deste território são desgraçadamente contrastadas pelas cruéis epidemias que aqui reinam durante a estação chuvosa, e que não poupam ainda mesmo as pessoas mais robustas e criadas nesses lugares. Junto à Bandeirinha atravessa-se o rio Paraná.

Da Bandeirinha vai-se à fazenda da Conceição da Beralda, sobre o córrego deste nome, 3 léguas.

O córrego da Conceição corre do sudeste ao noroeste e entra na margem direita do rio Paraná.

Da Conceição vai-se à fazenda do Retiro, de Antônio Pereira, sobre o córrego daquele nome, braço direito do Paraná, 2 léguas.

Do Retiro vai-se à fazenda de Crixás do Neiva, 3 léguas. Está na margem direita do rio Crixás, que nasce na serra Geral ao oriente, e perde-se na margem direita do Paraná. É caudaloso; e antes dele fica um pequeno córrego.

Do Crixás vai-se à fazenda da Bocaina do Neiva, 4 léguas. Entre o Crixás e a Bocaina fica o ribeirão de Ai-Ai (braço esquerdo do rio Paraim ou Praitim), caudaloso no tempo das chuvas.

Da casa da fazenda da Bocaina vai-se à fazenda de São Domingos, 2 léguas.

Junto à Bocaina fica o rio de São Martinho; e a Bocaina é a garganta de uma serra que vai da cordilheira geral pelo vale entre o Paraim e o Paraná. O São Martinho entra na margem direita do Ai-Ai. Antes de chegar a São Domingos passa-se o rio Paraim, caudaloso, braço direito do Paraná, e navegável por espaço de 12 léguas. Nasce na serra Geral, e corre de sudeste ao noroeste. Nos lugares do seu nascimento, há na serra Geral as gargantas ou bocainas do Jardim e do Paraim, e mais ao norte a do Xavier e a Pinduca.

De São Domingos vai-se à fazenda de Santa Rosa, junto ao arraial deste nome, 2 léguas.

O arraial de Santa Rosa, do termo do julgado das Flores, acha-se assentado em terreno plano, légua e $\frac{1}{2}$ ao oriente do rio Paraim; 12 e $\frac{1}{2}$ ao sudoeste do registo de Santa Maria; e 14 ao su-sudeste do arraial das Flores: é aprazível, mas doentio; e tem 21 casas humildes e a capela de Santa Rosa,

em que há três altares. Na capela de Santa Rosa existe um capelão-cura, o Pe. Antônio Gonçalves dos Santos; e no seu distrito existem 42 sítios e fazendas de agricultura e criação de gados.

Ao sudoeste do arraial de Santa Rosa está o arraial do Mato Grosso, 18 léguas ao sul do arraial de Flores, cabeça do julgado: tem apenas 5 humildes casas e a capela de N. Sra. da Piedade. No seu distrito, ao longo do rio Paraná, que fica próximo do arraial, existem 33 sítios e fazendas de criar.

Seguindo a marcha, do arraial de Santa Rosa vai-se à fazenda de Santa Rita do Cap. Nicácio da Cunha Monteiro, na margem direita do rio da Cana Brava, que aí se atravessa; 1 légua e $\frac{1}{2}$.

O rio da Cana Brava nasce na serra Geral: corre de leste a oeste; depois ao norte, e dando outras voltas entra na margem direita do Paraim com mais de 40 léguas de curso. Na serra onde nasce há a garganta ou bocaina da Cana Brava, ou Pinduca, 14 léguas ao sul do registo de Santa Maria.

Da fazenda de Santa Rita vai-se à do Poção; 5 léguas. Esta fazenda está situada junto a lagoas ou poções em que, durante o tempo das secas neste árido terreno, se conserva água para desalterar o gado e também se levantam vapores que corrompem a atmosfera.

Adiante dos Poções fica a fazenda de São Roque; 3 léguas e $\frac{1}{2}$. Pertence ao Ajte. Francisco Rodrigues Frota, comandante do registo de Santa Maria, oficial mui honrado e mui antigo, que me obsequiou com este Itinerário e com o mapa da população nominal do julgado das Flores. A fazenda de São Roque está na margem esquerda do rio dos Macacos, que nasce na serra Geral, perto da bocaina da Almecega, e é braço direito do rio Paraná: a sua foz existe 3 léguas abaixo do arraial de Flores.

Entre os Poções e São Roque corre um ribeirão que entra na margem esquerda do Macacos, abaixo da fazenda da Cachoeira. O Macacos é navegável 5 léguas.

Adiante, de São Roque vai-se à fazenda do Tremedal; 1 légua e $\frac{1}{2}$. Fica na margem direita do ribeirão do mesmo nome, braço esquerdo do rio de Santa Maria. Este ribeirão nasce na serra Geral, e tem a bocaina da Água Boa para os Campos de Fora. Chama-se Tremedal por ser terreno brando como lodo.

Adiante fica o rio de Santa Maria, e logo depois o córrego ou ribeirão da Gameleira, e o registo de Santa Maria perto da serra Geral, onde existe a garganta ou estrada real para os Campos de Fora e províncias de Pernambuco, Bahia e Minas Gerais. O rio de Santa Maria corre do sudeste ao noroeste, e entra na margem esquerda do rio Corrente, que é braço direito do rio Paraná. Do Tremedal ao registo de Santa Maria, 1 légua e $\frac{1}{2}$.

Distância de Goiás ao registo de Santa Maria, 94 léguas.

N. B. O erudito autor das Memórias Goianas, que até hoje é o único farol luminoso e fonte em que todos os escritores têm bebido os poucos conhecimentos que existem acerca da Província de Goiás, diz que de Meia Ponte ao Rasgão há 3 léguas.

Do Rasgão à Severina, 4 léguas.

Da Severina às Guaríobas, 4 léguas.

Das Guaríobas a São João das Três Barras, 6 léguas e $\frac{1}{2}$.

De São João das Três Barras ao Mestre d'Armas, 2 léguas e $\frac{1}{2}$.

Do Mestre d'Armas ao sítio Novo, 3 léguas e $\frac{1}{2}$.

Total: 23 léguas e $\frac{1}{2}$.

Por este modo a diferença entre o Itinerário do Sr. Pe. Silva e Sousa e o do Sr. Ajte. Frota é de 12 léguas e $\frac{1}{2}$. Eu sinto muito não poder verificar pessoalmente esta diferença de caminho, pois que todas as informações que tirei são contraditórias.

N. 12.

Itinerário do Arraial de Flores para o Registo de Santa Maria, na estação das chuvas.

O arraial de Flores, cabeça do julgado deste nome, está assentado na margem direita do rio Paraná, em terreno extremamente baixo, pantanoso e rodeado de lagoas que o fazem um dos mais insalubres do universo. Consta de 64 casas; a igreja paroquial de N. Sra. do Rosário, pobre, e com 3 altares; e a capela do Rosário dos homens pretos, que ora se acha em construção. No seu termo existem os pequenos arraiais de Santa Rosa e o do Mato Grosso de que já falei; o primeiro na distância de 12 (outros dizem 14) léguas, e o segundo na de 18 léguas. Tem duas Companhias de Cavalaria, e duas de Infantaria Miliciana, e uma de Ordenanças. É o lugar mais abastado em

Área nos limites do atual DF destacada em vermelho.

Anexo 7 - Cunha Matos, 1856

Itinerário N. 15 Da Cidade de Goiás para o Registro de Arrendidos (MATOS, 2004:291).

Do rio da Prata à Posse (fazenda) em um braço do rio da Prata, 3 léguas e $\frac{1}{2}$.

Da Posse ao Freio (fazenda) no ribeirão deste nome, braço do rio da Prata, 6 léguas.

Do Freio a São João (fazenda) no rio de São Mateus, 7 léguas.

De São João a São Domingos (arraial), 5 léguas e $\frac{1}{2}$.

Total: 33 léguas.

O arraial de São Domingos ficou descrito no dia 29 de maio de 1824.

N. 15.

Itinerário da Cidade de Goiás: para o Registo dos Arrendidos.

Marcha-se da cidade de Goiás até ao arraial de Santa Luzia pela estrada que eu segui desde o dia 6 até 14 de setembro de 1823. Até aqui são 47 léguas e $\frac{1}{4}$.

De Santa Luzia à passagem do rio de São Bartolomeu, 5 léguas

Do São Bartolomeu às Taipas, 6 léguas.

Das Taipas ao registo dos Arrendidos, 3 léguas.

Total: 61 léguas e $\frac{1}{4}$.

O rio de São Bartolomeu é de canoa no lugar da passagem.

Antes de chegar ao rio ficam os ribeirões da Saia Velha e o Garapa ou Mesquita, que correm à direita, e entram na margem esquerda do São Bartolomeu; passado o rio encontram-se os ribeirões da Samambaia e Capimpuba, cabeceiras ocidentais e setentrionais do rio de São Marcos, de que fiz menção no dia 29 de maio de 1823, e em 24 de março de 1826, e de que mais largamente hei de falar em outro lugar.

N. 16.

Itinerário da Cidade de Goiás para o Rio Claro, pela Aldeia de São José.

Eu já fiz a descrição das marchas de Goiás até ao rio Claro no Itinerário N. 4, apontando a distância absoluta de 23 léguas. Então disse eu que o ilustre autor das Memórias Goianas nota haverem 18 léguas até

Área limítrofe ao atual DF destacada em vermelho.

Anexo 8 - Cunha Matos, 1824

Itinerário N. 25 Do Arraial de Traíras para o de Santa Luzia (MATOS, 2004:305-309).

ao córrego Vermelho que dista 1 légua.

Do arraial de Traíras há mais duas estradas para o arraial de Amaro Leite: a primeira passando pelo porto do rio Maranhão denominado de Estêvão Correia; e a segunda, pelo porto de Manuel Martins. Esta última estrada é de 18 léguas, e por conseguinte a mais curta; mas também é a mais deserta a oeste do rio Maranhão. Eu já fiz menção dela.

Ainda há outra estrada pelos arraiais do Cocal e Água Quente, porto do Maranhão, na estrada do Pilar: daqui ao porto de Estêvão Correia, distante 7 léguas; deste ao porto de Manuel Martins, distante 5 léguas; daqui a 3 léguas, ao lugar das Lavras (abandonado); e depois, ao arraial de Amaro Leite, 7 léguas.

Total: 31 léguas $\frac{1}{2}$.

Uma parte desta última estrada ficou descrita em outro lugar.

N. 25.

Itinerário do Arraial de Traíras para o de Santa Luzia.

O Tenente de Cavalaria José Antônio da Fonseca, empregado às minhas ordens, foi por determinação minha, no dia 7 de dezembro de 1824, do arraial de Traíras, fazer o reconhecimento do terreno, desde esse lugar até ao arraial de Santa Luzia; e quando se recolheu da diligência, fez-me entrega do Itinerário que em melhor ordem aqui apresento, e o qual me parece não distar muito da verdade.

No dia 7 dezembro de 1824 saiu do arraial de Traíras, e passando pelo sítio da Vendinha, onde corre um regato, foi ao engenho de Álvaro Gomes, e dele ao rio das Pedras, pela estrada que eu segui no dia 10 de setembro de 1824, e 21 e 22 de janeiro de 1825. Até aqui 5 léguas.

Passada a ponte do rio das Pedras tomou a estrada da esquerda, e foi ao córrego do Faz-Tudo, daí a $\frac{1}{2}$ légua. Corre à direita a entrar em igual margem do riacho Fundo.

Do Faz-Tudo foi ao córrego do Cemitério, pouco distante do primeiro, o qual corre à direita para entrar em igual margem do riacho Fundo: $\frac{1}{8}$ de légua.

Do Cemitério foi ao riacho Fundo: $\frac{1}{2}$ légua. Corre à direita, e entra em igual margem do rio Maranhão. No Riacho Fundo existe uma pequena

casa de agricultor. Do riacho Fundo foi ao córrego do Algodoeiro: 1 légua e $\frac{1}{2}$. Corre à direita a entrar na esquerda do riacho Fundo.

Depois do Algodoeiro ficam dous córregos sem nome: $\frac{1}{2}$ légua. Correm à direita a entrar na direita do ribeirão de São Bernardo.

Adiante do último córrego fica o do Buriti: $\frac{1}{4}$ de légua. Corre à direita a entrar na mesma margem de São Bernardo.

Adiante fica o ribeirão de São Bernardo: $\frac{1}{4}$ de légua. Corre à direita a entrar na mesma margem do rio Maranhão. No ribeirão de São Bernardo existe um grande engenho de açúcar arruinado.

Adiante fica um córrego sem nome: $\frac{1}{8}$ de légua. Corre à direita a entrar na esquerda de São Bernardo.

Adiante fica o córrego do Cigano: $\frac{1}{8}$ de légua. Corre à direita a entrar na esquerda do São Bernardo.

Adiante tem o córrego da Água Fria: $\frac{1}{4}$ de légua. Corre à direita a entrar na esquerda de São Bernardo.

Adiante fica o córrego Vermelho: $\frac{1}{2}$ légua. Corre à direita a entrar na mesma margem do ribeirão da Raizama.

Adiante fica o ribeirão da Raizama: $\frac{1}{8}$ de légua. Corre à direita a entrar na mesma margem do rio Maranhão. Neste ribeirão da Raizama existe um grande engenho de açúcar em decadência.

Adiante fica o córrego da Onça: $\frac{1}{2}$ légua. Corre à direita, e no espaço de 2 léguas atravessa-se nove vezes; e entra na margem direita do Maranhão.

Adiante da última passagem do Onça fica o córrego da Posse, na distância de 1 légua: 3 léguas. Entra na direita do Maranhão.

Adiante da Posse está o córrego Fundo: 1 légua. Corre à direita a entrar na mesma margem do rio Maranhão.

Adiante fica o córrego do Taquaral: $\frac{3}{4}$ de légua. Corre à direita a entrar no Maranhão.

Adiante está o córrego da Ponte do Meio, $\frac{3}{4}$ de léguas. Corre à direita a entrar no Maranhão.

Adiante fica o córrego Bonito: $\frac{1}{4}$ de légua. Corre à direita a entrar no Maranhão. Fora desta estrada, na distância de 1 légua a leste, acha-se o sítio do Bonito, no caminho para a Lagoa Formosa.

Adiante fica o córrego do Bom Jesus: 2 léguas. Corre à direita a entrar no Maranhão. Junto a este córrego existe o engenho de açúcar denominado Brejão.

Adiante do Engenho e córrego do Brejão está o rio Maranhão: ½ légua. Nasce ao oriente, na lagoa Formosa ou de Félix da Costa, e corre com este nome de Maranhão até ao rio Paranatinga, ou ao Porto Real; e daí até ao Amazonas tem o nome de Tocantins. Outras pessoas dizem que a denominação de Tocantins começa desde a foz do rio Tocantins do julgado de Traíras, de que falei nos Itinerários, entre o arraial cabeça deste julgado e o arraial de Cavalcante. O Maranhão na passagem do Brejão é pouco caudaloso, dá vau no tempo seco; mas é de canoa, e porto nacional; isto é, pagam-se nele direitos de passagem à Fazenda Pública.

Adiante do rio Maranhão está o córrego da Porteira: 1 légua. Corre à esquerda, e entra na mesma margem do rio Maranhão. Sobre este córrego existe o sítio do Barreiro Alto.

Adiante do Barreiro Alto existe um córrego pequeno, que fica pouco distante da casa. Este córrego corre à esquerda, e entra no Maranhão: é o córrego do Barreiro; 1/8 de légua.

Algumas pessoas contam 2 léguas desde o Engenho do Brejão até ao Barreiro Alto: o que é engano.

Adiante do Barreiro Alto fica o córrego do Salto: 2 léguas. Corre à esquerda e entra no rio Maranhão.

Adiante do Salto está o córrego da Vereda da Cachoeira: ½ légua. Corre à esquerda e entra no Maranhão.

Adiante fica o córrego do Leitão: ¼ de légua. Corre à esquerda a entrar no Maranhão.

Adiante está o córrego do Taboquinha: 1 légua. Corre à esquerda e entra no Maranhão.

Adiante fica o ribeirão dos Bois: ¾ de légua. Corre à esquerda a entrar no Maranhão.

Adiante fica o córrego do Alegre: 1 légua e ½. Corre à esquerda e entra na margem direita do ribeirão dos Bois. Neste lugar está o sítio do Alegre.

Adiante fica o córrego da Água Limpa: 1 légua e ½. Corre à esquer-

da e entra em igual margem do rio do Sal.

Adiante fica um córrego sem nome: ½ légua. Corre à esquerda e entra no rio do Sal.

Adiante está o rio do Sal: ¼ de légua. Corre à esquerda e entra no rio Maranhão. Este rio do Sal é caudaloso, mas passa-se a vau.

Adiante fica o córrego do Curralinho: ¼ de légua. Corre à esquerda e entra na direita do rio do Sal.

Adiante torna a passar-se o rio do Sal: 1 légua. Corre para a direita, e formando uma grande volta continua para a esquerda do Maranhão.

Adiante fica o córrego do Desterro: ¼ de légua. Corre à direita e entra na esquerda do rio do Sal. Aqui há o sítio do Desterro.

Adiante fica o córrego da Vendinha: 2 léguas e ½. Corre à direita e entra na margem esquerda do ribeirão do Jatobá. Aqui fica o sítio da Vendinha.

Adiante fica o ribeirão do Descoberto: 1 légua e ½. Corre à direita e entra na margem esquerda do rio Corumbá. Tem ponte, e junto dela está o sítio denominado Engenho Queimado.

Adiante fica o córrego das Lajinhas: 1 légua e ¾. Corre à direita e entra em igual margem do ribeirão das Guarirobas.

Adiante fica o ribeirão das Guarirobas: ¼ de légua. Corre à direita, tem ponte, e vai entrar na direita do ribeirão da Taguatinga.

Adiante está o ribeirão da Taguatinga: 1/8 de légua. Corre à direita, e entra na margem esquerda do rio do Descoberto ou Montes Claros.

Adiante está o córrego da Vereda da Samambaia: 1 légua. Corre à direita, tem ponte, e entra na esquerda do Descoberto.

Adiante fica o córrego do Tamanduá: ½ légua. Corre à direita, tem ponte e sítio, e vai entrar na margem direita do ribeirão da Ponte Alta.

Adiante fica um córrego sem nome: ¼ de légua. Corre à direita, e entra na direita do Ponte Alta.

Adiante fica o córrego do Barreiro: ¾ de légua. Corre à direita, e entra na direita do Ponte Alta.

Adiante fica o córrego do Retiro: ¼ de légua. Corre à direita, e entra na esquerda do córrego do Barreiro.

Adiante está o ribeirão da Ponte Alta: ¼ de légua. Corre à direita, tem ponte e sítio, e entra na margem direita do ribeirão do Alagado.

N. B. O ribeirão ou rio Alagado pareceu-me muito menor do que

Área nos limites do atual DF destacada em vermelho.

o da Ponte Alta, quando os atravessei no dia 7 de setembro de 1823.

Adiante da Ponte Alta está o córrego da Samambaia: $\frac{3}{4}$ de légua. Corre à direita, e entra em igual margem do córrego da Ponte do Meio ou córrego do Meio.

Adiante fica o córrego do Meio ou da Ponte do Meio: $\frac{1}{8}$ de légua. Corre à direita, e entra em igual margem do ribeirão do Alagado.

Adiante fica o ribeirão do Alagado: $\frac{1}{8}$ de légua. Corre à direita, e entra na margem esquerda do rio Corumbá (vide o Nota Bene acima).

Adiante fica o córrego da Gameleira: 1 légua. Corre à direita, tem ponte, e entra na mesma margem do ribeirão de Santa Maria.

Adiante do Gameleira fica o ribeirão de Santa Maria, antigamente chamado ribeirão do Inferno: 1 légua. Corre à direita a entrar na margem direita do ribeirão do Palmital.

Adiante fica o córrego Fundo: $\frac{1}{8}$ de légua. Corre à direita, e entra na esquerda do ribeirão de Santa Maria. Adiante fica o ribeirão do Palmital: 1 légua. Corre à direita, e entra no rio Corumbá: tem ponte.

Pouco adiante atravessa-se o córrego de José Gomes: corre à direita a entrar na esquerda do Palmital. Adiante do José Gomes fica o arraial de Santa Luzia: dista do Palmital 1 légua.

Total: 43 léguas e $\frac{1}{2}$.

Nesta marcha pernitoitou em 8 pousos.

1º Engenho de Álvaro Gomes, 4 léguas.

2º Engenho da Raizama, 5 léguas e $\frac{3}{4}$.

3º Engenho do Brejão, 8 léguas e $\frac{1}{4}$.

4º Sítio do Barreiro Alto, 1 légua e $\frac{1}{2}$.

5º Sítio Alegre, 6 léguas.

6º Sítio da Vendinha, 6 léguas e $\frac{1}{4}$.

7º Sítio da Ponte Alta, 6 léguas e $\frac{5}{8}$.

8º Arraial de Santa Luzia, 5 léguas e $\frac{1}{8}$.

Alguns viandantes contam 44 léguas desde Traíras até Santa Luzia por esta estrada.

Anexo 9 - Cunha Matos, 1856

Itinerário N. 27 De Traíras para Santa Luzia pela Lagoa Formosa (MATOS, 2004:311-312).

311

N. 27

Itinerário de Traíras para Santa Luzia pela Lagoa Formosa.

De Traíras ao engenho de Álvaro Gomes, 4 léguas.

Do Álvaro Gomes ao rio das Pedras, 1 légua.

Do rio das Pedras ao riacho Fundo, 1 légua.

Do riacho Fundo ao engenho de São Bernardo, 1 légua.

Do São Bernardo ao engenho da Raizama, 1 légua.

Do Raizama ao rio da Onça, que se passa 9 vezes, $\frac{3}{4}$ de légua.

Do rio da Onça ao Bonito, 6 léguas e $\frac{1}{4}$.

Neste lugar deixa-se a estrada da direita que vai para o Brejão, e toma-se a da esquerda para o arraial Velho.

Do Bonito ao sítio Novo, passando pelo sítio do Bom Jesus, 4 léguas: tem córrego que entra na direita do da Prata.

Do sítio Novo ao sítio da Prata, que tem córrego, braço direito do Maranhão, 2 léguas.

Do sítio da Prata à Contagem da Extrema, lugar onde antigamente existiu uma Casa de Arrecadação dos direitos de entradas, 1 légua e $\frac{1}{2}$. Tem córrego, que entra na direita do rio do arraial Velho.

Da Contagem da Extrema aos Bichos: tem córrego, braço esquerdo do da Contagem, $\frac{1}{4}$ de légua.

Dos Bichos às Mangabeiras: tem córrego, braço direito do Arraial Velho, 2 léguas.

Das Mangabeiras a João de Sousa: tem córrego, braço direito do Arraial Velho, $\frac{1}{2}$ légua.

Do João de Sousa à Cachoeirinha: tem córrego, que se une ao de João de Sousa, $\frac{1}{4}$ de légua.

Da Cachoeirinha as Pindaibas: tem córrego, braço direito do arraial velho, $\frac{1}{4}$ de légua.

Das Pindaibas ao Arraial Velho: está na margem do rio deste nome, que corre do nordeste ao sudoeste a entrar na margem direita do rio Maranhão, 2 léguas e $\frac{1}{2}$.

Do Arraial Velho à Várzea Bonita: tem córrego, braço direito do Maranhão, 3 léguas.

Da Várzea Bonita ao riachão da Encruzilhada de Cavalcante:

312

tem córrego, que entra na lagoa Formosa, 2 léguas e $\frac{1}{2}$.

Do riachão da Encruzilhada de Cavalcante ao Cocal do Andrada, pouco distante da lagoa Formosa, 2 léguas e $\frac{1}{2}$.

Do Cocal do Andrada ao sítio Novo, de que trata o Itinerário N. 11, 5 léguas.

Do sítio Novo ao sítio do Mestre d'Armas dito, 3 léguas.

Do sítio do Mestre d'Armas ao Sobradinho dito, 3 léguas.

Do Sobradinho ao riacho Fundo, braço direito do rio de São Bartolomeu, 7 léguas.

Do riacho Fundo ao arraial de Santa Luzia, 7 léguas.

Total: 62 léguas e $\frac{1}{4}$.

O arraial Velho de que se trata neste Itinerário já não existe. O ribeirão da Contagem é o limite entre as paróquias de Traíras e Santa Luzia, no que toca aos negócios eclesiásticos; e pelo que respeita aos civis, o córrego das Mangabeiras é que serve de linha divisória dos dous termos.

A lagoa Formosa ou de Félix da Costa, origem do rio Maranhão, tem 12 léguas de circunferência, e é composta de 4 lagoas contíguas que se comunicam umas às outras.

O terreno compreendido entre o córrego da Contagem, o rio Maranhão, e a serra dos Crioulos, limites do termo de Santa Luzia com os de Traíras e Flores, constituem o bairro ou distrito das Pindaibas e Bichos, da paróquia de Santa Luzia; e tem aí 33 fogos e 141 almas; existem só dous fazendeiros remediados; o mais é gente miserável, que vive na sua inércia e invencível ociosidade.

O Itinerário que aqui apresento foi composto pelo Capitão de Milícias Germano de Carvalho Pinto, do arraial de Traíras, pessoa muito prática destes lugares, e também é extraído da Memória do Sr. Reverendo Vigário João Teixeira Álvares.

Área nos limites do atual DF destacada em vermelho.

Anexo 10 - Cunha Matos, 1856

Itinerário N. 28 Do Arraial de Cavalcante para Santa Luzia pela Chapada dos Veadeiros (MATOS, 2004:313).

N. 28.

Itinerário do Arraial de Cavalcante para Santa Luzia pela Chapada dos Veadeiros.

Do arraial ao Veadeiro; 6 léguas.

Do Veadeiro ao Piçarrão; 3 léguas.

Do Piçarrão ao Tocantins, onde há pinguela; 6 léguas.

Do Tocantins à serra do Maracaia; 3 léguas.

Da serra do Maracaia à Capetinga de baixo; 3 léguas.

Até aqui é o mesmo Itinerário N. 21.

Da Capetinga de baixo à Capetinga de cima sobre a margem do rio Tocantins, da Chapada dos Veadeiros; 13 léguas.

~~Da Capetinga de cima ao arraial Velho; 3 léguas.~~

Daqui em diante segue-se o Itinerário antecedente de Trairas para Santa Luzia, e toda a distância entre Cavalcante e Santa Luzia monta a 70 léguas.

N. 29.

Itinerário do Arraial da Natividade para o Registo do Duro.

Do arraial vai-se pelas fazendas de Santo Antônio, José Lopes e Ponte Alta, Serra no Engenho do Mato Virgem, 7 léguas.

Ao rio do Peixe, braço direito do rio de Manuel Alves da Natividade, que eu atravessei no dia 15 de junho de 1824; 1 légua.

À Fazenda; 2 léguas.

Da Fazenda à Posse; 2 léguas.

Da Posse ao arraial de São Miguel e Almas; 2 léguas.

Do arraial de São Miguel e Almas ao rio de Manuel Alves, que nasce na serra das Figuras ou Guacaruaguas, e divide a Província do Piauí da de Goiás; 3 léguas.

Do rio de Manuel Alves à Vereda Comprida; 3 léguas.

Da Vereda Comprida à Gameleira; 2 léguas.

Da Gameleira à serra do Duro; 1 légua.

Área nos limites do atual DF destacada em vermelho.

Anexo 11 - Cunha Matos, 1856

Itinerário N. 48 Do Arraial de Traíras para o de Flores pela Lagoa Formosa (MATOS, 2004:326-336).

N. 47.

Itinerário do arraial de Cavalcante para o de Flores.

Do arraial ao Faz-Tudo, 3 léguas.

Do Faz-Tudo à fazenda do Mondego, 5 léguas.

Do Mondego ao Anastázio, 4 léguas e ½.

Do Anastázio ao arraial de Flores, 6 léguas.

Total: 18 léguas e ½.

N. 48.

Itinerário do Registo da Lagoa Feia até ao Rio Corumbá, passando pelos Registos dos Arrependidos e São Marcos.

A lagoa Feia, uma das mais notáveis da Província de Goiás, tanto pela sua extraordinária profundidade e melancolia do lugar em que se acha, cor negra das suas águas, monstros vorazes que a povoam, e sobretudo por dar nascimento ao rio Preto, tem 1 légua de extensão Norte - Sul, e menos de ½ légua Leste - Oeste. Perto da sua margem direita existe o arraial dos Couros e na esquerda o registo, que da mesma lagoa recebeu o nome e está sobre as estradas que seguem para diversas passagens do rio de São Francisco, e para o registo dos Arrependidos, donde se vai à vila do Paracatu da Província de Minas Gerais.¹

Como eu desejei ter informações do terreno oriental da Província para organizar o mapa corográfico pelo melhor modo que fosse possível no meio das dificuldades de toda a espécie de que me via rodeado, e muito principalmente por não ter pessoas hábeis que fizessem o reconhecimento do terreno em um método regular; ordenei ao Cap. Luís Antônio Seixo de Brito, a quem eu havia nomeado Comandante-Geral dos Registos Orientais da Província, que me desse uma exata e circunstanciada informação de todo o terreno da estrada desde a lagoa Feia até ao registo do rio de São Marcos, seguindo a margem esquerda deste rio desde os pantanais do ribeirão dos Arrependidos até ao sobredito registo de São Marcos; e daqui tomando o rumo de oeste fosse marchando até ao porto do Anhangüera do rio

Corumbá. O referido Capitão, em observância da minha ordem, fez o seu Itinerário acompanhado de um mui tosco mapa de marcha, o qual não obstante a sua imperfeição mostra suficientemente o que há de mais notável entre o registo da lagoa Feia e o de São Marcos; e muito menos inteligível o que se encontra entre este último rio e o Corumbá. A minha pouca demora em Goiás, depois de receber o mapa e Itinerário do Cap. Seixo de Brito, deu motivo a não continuar explorações. Eu chamo explorações, porque aquilo que agora apresento nos meus Itinerários acerca de vários lugares, são trabalhos absolutamente novos, e em outros servem de esclarecimento aos interessantíssimos escritos do Sr. Barão de Eschwege, aos quais desgraçadamente se não dá todo o valor que eles merecem. O infatigável Sr. Saint-Hilaire, que examinou vários distritos da Província de Goiás, cujas descrições ainda não apareceram até agora, talvez não compreende na sua obra aquilo que eu vou descrever, podendo acontecer outro tanto aos Doutores Pohl, Natherer, Spix e Martius, os quais não obstante tratarem da parte geográfica, deram maiores atenções à Botânica e Zoologia do que eu me acho em circunstâncias de poder praticar.

Estou bem certo que as pessoas apreciadoras da Geografia hão de fazer muita estimação do trabalho tosco do Sr. Cap. Seixo de Brito, porque apresenta informações absolutamente desconhecidas dos homens sábios até ao dia de hoje; e quando não sejam de todo desconhecidas são mui pouco vulgarizadas, e é quanto basta para terem muita estimação.

Da lagoa Feia à Agua Clara ou sítio do Jorge, 4 léguas. Neste intervalo encontra-se o córrego das Pindaibas, com ponte: nasce à esquerda ou ao oriente em uma pequena lagoa, distante ¾ de légua; corre à direita ou a oeste, e entra na margem esquerda da lagoa Feia, origem do rio Preto.

Adiante passa-se o ribeirão da Capitã, sem ponte: nasce de uns olhos de água entre morros a leste; corre à direita por espaço de 1 légua até à estrada; e entra logo na esquerda da lagoa Feia.

Adiante fica o córrego do Buriti, com pequena ponte: nasce ao oriente em um pequeno mato perto da estrada; e correndo à direita entra na esquerda da lagoa Feia.

A Água Clara ou córrego do Jorge nasce em uns olhos de água à esquerda, logo acima da estrada onde tem ponte: corre à direita a entrar na margem esquerda do rio Preto. O sítio do Jorge consta de duas choupanas cobertas de capim onde habitam o dito Jorge, três filhos e duas netas que

Área limítrofe ao atual DF destacada em vermelho.

subsistem de agricultura. O sítio ou casas estão na margem esquerda do córrego da Água Clara.

À passagem do rio Preto; 4 léguas. Entre o sítio da Água Clara, e a passagem do rio Preto, isto é, da margem esquerda para a direita, não há ribeirão ou córrego, nem habitante algum: mas na passagem existe sobre a margem esquerda uma morada de casas, e um velho engenho d'açúcar, coberto de telha, no qual habita uma viúva com quatro filhos e cinco escravos, e subsistem de agricultura. Esta passagem do rio Preto chama-se de José Correia Viana.

Ao sítio do Capão da Erva, ½ légua. Entre o rio Preto e o sítio ou casa do Capão da Erva atravessam-se dous córregos: o primeiro, chamado Capão do Lobo, tem ponte, e nascendo em uns buritizais, ¼ de légua a oeste, corre a entrar na margem direita do rio Preto; o segundo, chamado Capão da Erva, fica perto da casa, tem ponte, e nascendo a oeste em um pindaibal distante ½ légua, vai entrar na direita do rio Preto que fica perto da estrada.

Ao sítio do Retiro, ½ légua. Entre o sítio do Capão da Erva e o do Retiro, atravessa-se o ribeirão de São Bernardo, o qual nasce a oeste na distância de 3 léguas em pantanais e buritizais. Este rio tem grande ponte. O sítio do Retiro tem dous ranchos cobertos de capim, onde habita um homem casado com sete filhos, que vivem de agricultura, e possui sete escravos.

Ao sítio da Estiva, 1 légua. Entre o Retiro e a Estiva fica um ribeirão sem nome: nasce a oeste em pântanos e buritizais na distância de 1 légua e ¼, e entra na direita do rio Preto. No sítio da Estiva há duas casas cobertas de telha e um rancho de capim: mora neste sítio João de Deus com oito filhos, oito escravos e dous casais de pessoas a ele agregados e agricultores.

Do sítio da Estiva ao registo dos Arrendidos: 3 léguas. Entre a Estiva e o registo fica o córrego do Provedor, com ponte: nasce a oeste em buritizais distantes ¼ de légua, e entra na direita do rio Preto. Adiante do Provedor fica o córrego do Meio, com ponte: nasce a oeste em pindaibas e buritizais distantes ¼ de légua, e entra na direita do rio Preto. Adiante do córrego do Meio fica o ribeirão da Vereda, com ponte grande: nasce ao noroeste perto das cabeceiras do rio de São Marcos, no braço do Capimpubá, em pindaibais e buritizais distantes da passagem 5 léguas, e entra na direita do rio Preto.

Todas as terras da Província de Goiás, que ficam ao oriente do rio

Preto até à serra de Lourenço Castanho, limite com a de Minas Gerais, chamam-se Terras Vermelhas: pertencem ao distrito do arraial dos Couros, e contém 39 fazendas de gado e 6 pequenos engenhos de açúcar.

Note-se que do registo da lagoa Feia passa-se ao arraial dos Couros pelo norte desta lagoa: a distância entre os dous lugares é 1 légua. Do arraial há caminho pela margem direita do rio Preto até ao registo dos Arrendidos: este caminho, da margem direita encontra-se com o da esquerda, que eu descrevi, junto ao rancho do Retiro, adiante da ponte de São Bernardo. A margem direita do rio Preto desde o arraial dos Couros até ao São Bernardo tem alguns moradores.

O registo dos Arrendidos é casa de arrecadação dos direitos de entradas, o de fiscalização dos de saídas de gêneros importados e exportados de Goiás. O quartel do registo é uma pequena casa situada à esquerda do ribeirão dos Arrendidos: tem um rancho dos passageiros, e tudo se acha maltratado.

Do registo dos Arrendidos ao córrego de Inácio Preto: ½ légua. Antes de chegar a este córrego fica o ribeirão dos Arrendidos junto ao registo. Nasce ao ocidente em pantanais e lagoas distantes légua e ½, as quais ficam também próximas dos pantanais da margem esquerda do rio de São Marcos, que a pouca distância ao norte tem as suas mais remotas cabeceiras. O ribeirão dos Arrendidos tem ponte grande, por onde segue a estrada para a vila de Paracatu e a de São Marcos, de que vou tratando. O ribeirão corre ao nordeste desde a ponte, e vai entrar na margem direita do rio Preto, que perto do sítio do Capão da Erva forma um cotovelo, e dirige-se ao oriente a entrar no rio Escuro, tributário do rio de São Francisco. A estrada para a vila do Paracatu pela ponte dos Arrendidos vai em direitura à vila pelos sítios das Caveiras, lagoa dos Porcos, Cachoeira, Tapera, Carapina, rio de São Pedro, Monjolos e Olhos de Água; e então fica a vila em distância de 30 léguas ao sueste: há outra estrada que passa pelo sítio de Francisco Rodrigues sobre o caminho de São Marcos.

O córrego de Inácio Preto nasce em uns olhos de água ao oriente, na distância de 1 légua, e entra na direita dos Arrendidos.

No sítio de Inácio Preto há três casas cobertas de capim, onde habitam um homem casado, três solteiros, três mulheres solteiras, uma escrava, e dous meninos, todos agricultores.

Do córrego de Inácio Preto às Contendas: 5 léguas. Entre Inácio

Preto e as Contendas fica primeiro o ribeirão denominado Pântano: nasce ao oriente em um pindaibal distante légua e $\frac{1}{2}$, e entra na margem esquerda do rio de São Marcos. Neste ribeirão há pinguela ou ponte de um só pau. Seiscentos passos adiante do Pântano há um pequeno córrego, que nasce ao oriente em um pindaibal distante muito pouco da passagem, em que tem ponte. Este córrego entra na margem esquerda do ribeirão do Pântano.

Adiante fica o ribeirão das Contendas, com ponte. Nasce daí a $\frac{1}{2}$ légua em buritizais; corre à direita a entrar na esquerda do rio de São Marcos.

Na margem esquerda do Contendas existem duas casas cobertas de palha, onde habitam Manuel da Costa, homem casado, dous homens e uma mulher solteira, e seis escravos agricultores.

É para sentir que o Sr. Cap. Seixo não marcasse as distâncias exatas, ou as aproximadas, de córrego a córrego, e os rumos também aproximados da estrada: foi esta a primeira vez que na sua longa carreira de 45 anos de serviço militar ouviu falar e trabalhar em um Itinerário. Não aconteceria assim aos oficiais de Goiás, se eu residisse por mais tempo na Província: eu faria diligências para que viessem a servir-se de instrumentos geométricos simples, e pudessem tirar esboços e bosquejos mais ou menos exatos dos lugares por onde passassem.

Das Contendas ao Mundo Novo ou sítio do Rocha: 4 léguas e $\frac{1}{2}$. Entre as Contendas e o Mundo Novo encontram-se sucessivamente:

O ribeirão Soberbo, com ponte: nasce em uns pindaibais na distância de 1 légua e $\frac{3}{4}$ ao oriente, e vai entrar na margem esquerda do rio de São Marcos.

O ribeirão das Guaribas, com ponte: nasce ao oriente em buritizais e pântanos distantes 1 légua e entra na margem esquerda do rio de São Marcos.

O córrego do Mundo Novo: nasce ao oriente em buritizais distantes 1 légua; tem ponte, e corre para a esquerda do rio de São Marcos.

O sítio do Rocha ou Mundo Novo, assentado na margem esquerda do córrego deste nome, tem duas casas cobertas de telha, e seis de palha, onde habitam uma viúva com dous filhos, sete netos, e cinco agregados, e treze escravos agricultores.

Do Mundo Novo ao sítio do Bonfim, de Francisco Rodrigues: 4 léguas. Entre o sítio do Mundo Novo e o de Francisco Rodrigues existe, junto a este último, o ribeirão da Água Fria: nasce na distância de três léguas

de diversos regatos; tem ponte; corre do oriente ao ocidente, e vai entrar na margem esquerda do rio de São Marcos.

O sítio do Bonfim, assentado na margem esquerda do ribeirão da Água Fria, tem casa grande e engenho de açúcar coberto de telha: pertence a Francisco Rodrigues, viúvo, que mora com uma irmã solteira, um filho natural, dous netos, um agregado, e três escravos agricultores.

Logo adiante da casa de Francisco Rodrigues fica à esquerda a estrada para a vila do Paracatu.

Do sítio do Bonfim ao sítio de São João do Morro, de José Nolasco: 7 léguas. O terreno entre o sítio do Bom Fim e o de São João do Morro é despovoado; e nele se encontram seguidamente um ribeirão sem nome e com ponte: nasce ao oriente, na distância de $\frac{1}{4}$ de légua, e entra na margem esquerda do rio de São Marcos. Adiante fica o ribeirão da Ponte Grande: nasce ao oriente em buritizais e pântanos distantes 3 léguas, e vai entrar na esquerda do rio de São Marcos. Passada a ponte fica outra estrada para a vila do Paracatu.

Adiante fica a tapera do Roelas, e junto dela o córrego do mesmo nome com ponte: nasce ao oriente em buritizais, distantes 1 légua, e vai entrar na margem esquerda do rio de São Marcos.

Adiante fica o córrego do Cachorro, sem ponte: é formado de dous correguinhos nascidos em buritizais ao oriente; unem-se acima da passagem; e entra na margem esquerda do rio de São Marcos. Junto a este córrego existe um rancho de beira no chão, onde ocasionalmente se recolhem alguns vaqueiros, empregados em vigiar o gado que aqui costumam largar.

Adiante fica um córrego sem nome, e sem ponte: nasce na serra distante 1 légua ao oriente, e vai entrar na margem esquerda do rio de São Marcos.

O sítio de São João do Morro, pertencente a José Nolasco, fica na margem esquerda do córrego precedente: aqui há três casas de capim, onde moram o dito José Nolasco, casado, três filhos, e uma filha casada, e uma escrava; são lavradores. O Sr. Cap. Seixo de Brito diz que o quintal da casa de José Nolasco é o melhor que tem visto há muitos anos. Este lavrador também cria gado.

Do sítio de São João do Morro ao sítio do Teixeira: 1 légua. Dos sítios de José Nolasco, Teixeira, e seguintes na distância de 1 légua ou mais, está a serra Geral, que divide as províncias de Goiás e Minas Gerais. As

arestas da serra formam a linha de separação. Esta serra anda nos mapas erradamente com o nome de serra dos Cristais, devendo aliás denominar-se serra de São Marcos, e Arrependidos, a qual é continuação da serra da Palestina, Urubu, Marcela, Parida, Canastras e outras. A serra dos Cristais está na margem ocidental do rio de São Marcos, e não na oriental; aquela serra dos Cristais dista 15 léguas ao sul do arraial de Santa Luzia. Todas as serras de que acima tratei, formam o Espigão Mestre denominado Serra Geral, que é um sistema de montanhas pela maior parte planas no cume, as quais são um ramo da serra da Mantiqueira, e entrelaça-se com outros sistemas até à Província do Mato Grosso. Qualquer homem um pouco curioso, olhando para um mapa, conhece perfeitamente a ligação destas montanhas; e talvez pudesse seguir com a vista uma linha de serras, onde, a não serem os homens, seria fácil a outros animais atravessarem a maior parte do Brasil sem porem o pé em água corrente. É com esta explicação que eu faço sobre a linha dos limites de Goiás e Minas que devem entender-se as informações, que sobre as fronteiras de Minas e Goiás dá o Sr. Barão de Eschwege; e por esse respeito este meu Itinerário é mui digno de apreço, e faz recomendável o nome do Sr. Cap. Seixo de Brito, que me forneceu os dados para eu o organizar.

No sítio do Teixeira há seis casas cobertas de capim, onde habitam a viúva Brígida, e mais trinta e uma pessoas agricultoras. Estas casas estão nas duas margens do ribeirão do Teixeira. Este ribeirão tem pinguela: nasce ao oriente em pindaibais distantes 1 légua, e vai entrar na esquerda do rio de São Marcos.

Do Teixeira ao sítio da Chapada, com córrego: 2 léguas. Entre o Teixeira e a Chapada não se passa ribeirão ou córrego algum.

O sítio da Chapada está assentado na margem direita de um córrego, que nasce $\frac{3}{4}$ de légua distante em buritizais, e vai entrar na margem esquerda do rio de São Marcos. O sítio consta de cinco casas cobertas de capim, onde habita Lourenço de Sousa, casado, e com dez filhos; e Lourenço Paixão, casado, e com dous filhos; todos agricultores.

Da Chapada ao sítio da Capoeirinha, com ribeirão: 2 léguas. Este sítio, assentado na margem esquerda do ribeirão do mesmo nome, tem três ranchos cobertos de capim, onde habitam uma viúva com três filhos casados, e duas filhas também casadas, e três meninos: são agricultores. O ribeirão nasce ao oriente 1 légua e $\frac{1}{2}$ em olhos d'água entre buritizais: tem ponte; e entra na esquerda do rio de São Marcos.

Do sítio da Capoeirinha ao registo de São Marcos; 3 léguas e $\frac{1}{2}$.

Entre a Capoeirinha e o registo de São Marcos não há ribeirão, nem habitante algum.

Este registo acha-se colocado na margem esquerda do rio de São Marcos, e foi estabelecido para o mesmo fim do dos Arrependidos. O quartel é pequeno e muito maltratado.

O rio neste lugar é muito abundante de água; e exige canoa para se atravessar. A sua extensão é superior a 36 léguas, e corre quase sempre na distância de uma a três léguas da serra Geral. O rio do Castelhana é o seu braço ocidental mais caudaloso; e nasce na serra dos Cristais. Eu fiz menção deste rio no dia 29 de maio de 1823.

Do registo de São Marcos ao sítio do Roncador de D. Isabel; $\frac{1}{3}$ de légua.

Este sítio em que há dous ranchos cobertos de capim onde mora uma viúva, e mais cinco pessoas agricultoras, fica a oeste do rio de São Marcos em distância de $\frac{1}{8}$ de légua do registo.

Do sítio do Roncador de D. Isabel ao sítio das Éguas, com ribeirão, 5 léguas.

Este sítio, assentado na margem esquerda do ribeirão das Éguas; nasce daí a 1 légua em buritizais: tem ponte, e entra no rio de São Marcos. Ignoro se é abaixo ou acima do registo.

N. B. Agora começam as dificuldades do Itinerário do Sr. Cap. Seixo de Brito, porque não fazendo menção dos rumos a que nascem e como correm os ribeirões ou córregos de que trata, assim como os primeiros ribeirões ou rios em que eles se perdem antes de entrarem nos troncos principais do rio de São Marcos ou do Corumbá, tenho me encontrado muitas vezes perplexo fazendo hipóteses para achar a resolução do problema. Eu conheço pouco mais ou menos o que o Sr. Seixo quis dizer; mas a entrada de um córrego v. g. no rio do Veríssimo é mui diferente da entrada dele no rio do braço do Veríssimo ou do Imbiruçu, que atravessam o mesmo terreno a pouca distância uns dos outros.

Eu já por vezes disse que os mapas existentes da Província de Goiás são quase cartas rasas do interior dela, e muito principalmente dos distritos de sertões desertos, ou pouco freqüentados. O melhor mapa que agora existe da Província de Goiás é sem nenhuma dúvida aquele que eu compus à vista de ótros emendados por mim em milhares de lugares: todavia esse

meu mapa, que sem contestação é o melhor, tem inumeráveis erros nos lugares conhecidos, e é papel pintado ao acaso ou por suposições em sítios menos freqüentados. Se os mapas da França e Inglaterra se acham muito errados, que acontecerá aos mapas da Província de Goiás? Eu seguirei o Itinerário do Sr. Seixo de Brito, aventurando sobre ele algumas hipóteses.

Do sítio das Águas ao sítio da Ponta Alta, com ribeirão; 1 légua.

Neste sítio há três ranchos cobertos de palha onde habita um Raimundo, casado, com oito filhos agricultores. Está assentado na margem esquerda do ribeirão do mesmo nome com ponte: nasce de buritizais daí a 1 légua, e vai entrar no rio de São Marcos.

N. B. Pela distância parece-me que a Ponte Alta deve entrar no rio Imbiricu, nascido na chapada deste nome; o qual é braço direito do rio de São Marcos.

Do sítio da Ponte Alta ao sítio do Capitãozinho ou Ouro Fino; 9 léguas.

Entre o sítio da Ponte Alta e o do Capitãozinho há vários córregos pelo modo seguinte: o córrego da Ponte Feita, 6 léguas distante da Ponte Alta. Nasce à vista da estrada em grandes buritizais, e vai entrar no rio Corumbá!

N. B. Talvez seja algum princípio do rio do Veríssimo, mas este vai cair no Paranaíba. O terreno entre a Ponte e a Ponte Feita é absolutamente despovoado e sem água. O nome de Ponte Feita vem de ser o lugar da passagem uma ponte natural, pois que o córrego aqui é mui profundo por baixo da terra ou de pedras que dão passagem à água.

Córrego Fundo, com ponte: nasce em serras e matas que se avistam ao longo da estrada em distância de 1 légua e $\frac{3}{4}$, e vai entrar no ribeirão do Ouro Fino.

N. B. É para sentir que o Sr. Seixo não declarasse o rumo a que ficam as serras e matas relativamente à estrada, para se conhecer se a jornada foi pela Chapada do Imbiricu, por onde de ordinário se fazem marchas em terrenos montuosos. Eu não tenho notícia da serra que o Sr. Seixo costou, e persuado-me que é a que divide as águas dos rios Veríssimo, braço do Veríssimo e Imbiricu das dos rios da Painceira, que entra na esquerda do Corumbá e do Castelhana, que entra no São Marcos acima do registo.

O ribeirão do Ouro Fino, sem ponte: nasce em serras e matos distantes légua e $\frac{1}{2}$, e vai entrar no Corumbá. Na margem deste ribeirão está o

sítio do Capitãozinho, pertencente ao Cap. João Antônio; é casado, tem oito filhos e quatorze escravos lavradores. O estabelecimento consta de uma casa de telha e três de capim.

Do sítio do Capitãozinho ao sítio do Bom Sucesso; 1 légua e $\frac{1}{2}$.

Entre o sítio do Ouro Fino e o do Bom Sucesso estão dous ribeirões: o primeiro é o das Três Barras; tem ponte, nasce em buritizais abaixo de uma serra distante $\frac{1}{2}$ légua, e vai entrar no rio Corumbá; o segundo é o ribeirão das Duas Barras: tem ponte; nasce em olho de água no mato abaixo da sobredita serra, na distância de 1 légua, e vai entrar no rio Corumbá.

O sítio do Bom Sucesso tem duas casas cobertas de telha e três ranchos de capim: é seu habitador José Joaquim Pinheiro, casado, com quatro filhos, e quatro escravos agricultores e criadores de gado.

Do sítio do Bom Sucesso ao sítio da Lajinha, com córrego do mesmo nome, 1 légua e $\frac{1}{2}$. O córrego da Lajinha tem ponte: nasce $\frac{1}{2}$ légua distante em um capão comprido entre uns morros; e corre para o rio Corumbá. Na margem do córrego da Lajinha está o sítio deste nome com uma casa coberta de telha, onde mora Roberto Nicácio de Aredes, casado; tem dous filhos e dous escravos. Adiante do córrego da Lajinha está o ribeirão das Lajeas, sem ponte: nasce entre serras 2 léguas distante, e corre para o rio Corumbá.

Do sítio do Roberto ou Lajinha à margem do rio Corumbá, na casa ou passagem do Anhangüera; 1 légua e $\frac{1}{2}$. Esta casa é a mesma em que eu estive diversas vezes, como se mostra nos meus Itinerários. O Sr. Seixo de Brito encontra a mesma família de que fiz menção; e neste tempo constava do Sr. Bartolomeu Bueno, agora despachado Tenente de Caçadores por proposta minha; e suas irmãs, as Sras. D. Maria Nepomucena Buena, solteira, e D. Mariana Fausta Buena, casada pelo modo que eu referi no dia 5 de julho de 1825.

Total: 62 léguas e $\frac{1}{3}$.

Tal é a distância desde o registo da Lagoa Feia até ao porto do Anhangüera do Corumbá, conforme o Itinerário do Cap. Luís Antônio Seixo de Brito; e toda esta distância deve separar-se em três seções principais.

A 1a - desde a lagoa Feia até ao registo das Arrepellidos; 13 léguas.

A 2a - do registo dos Arrepellidos ao de São Marcos; 29 léguas e $\frac{1}{2}$.

A 3a - do registo de São Marcos ao rio Corumbá; 19 léguas e $\frac{5}{8}$.

Total: 62 léguas e $\frac{1}{8}$.

Em toda esta estrada encontram-se 19 sítios ou habitações, o que mostra a tenuidade de população em Goiás.

Eu não devo deixar de copiar as próprias palavras, que debaixo do título de - Observações - acho escritas no fim do Itinerário do Cap. Seixo, que acabo de apresentar. Elas mostram claramente as torturas em que me vi para entender alguns apontamentos sobre a marcha desde o registo de São Marcos até ao rio Corumbá. O Cap. Seixo é um dos mais inteligentes oficiais de Goiás! Quais serão os menos instruídos?

Observações.

"Do Registro da lagoa Feia até o de São Marcos, nota-se que toda esta extensão de terras são campinas abertas sem travessias de matos, e os que há de plantações ficam de um lado e outro fora da estrada: antes de chegar ao referido registro de São Marcos, em distância de 9 ou 10 léguas se vê uma grande profundidade de despenhadeiros aos quais encosta a estrada; porém em campo raso e bom caminho, e sendo pela parte esquerda do nascente, também se avistam pela direita do poente alguma serras e concavidades ao longo da campina. Todas as povoações referidas estão situadas em campos abertos e agradáveis, menos a povoação de João de Deus, denominada a Estiva (entre lagoa Feia e Arrepellidos), porque esta está situada entre morros de uma e outra parte, bem como a povoação do Cap. João Antônio (de São Marcos para o Corumbá) que nada tem de agradável à sua vista por ser o lugar circulado de matos e alguns piques nos morros."

N. 49.

Viagem de descobertas fluviais desde o Arraial de Anicuns, da Província de Goiás até à Cidade de São Paulo.

A hidrografia da Província de Goiás era há poucos anos tão desconhecida, que não faltava quem pensasse que o rio de São Francisco da Província de Minas atravessava a de Goiás no sentido de leste a oeste, e tomava nascimento a pouca distância das fontes mais remotas do Paraguai, na Província do Mato Grosso, ou na lagoa dos Xaréis, ou Pantanal. Os roteiros dos antigos bandeirantes e dos aventureiros que no fim do século XVII até ao meio do século XVIII faziam guerra aos indígenas induziram em crassos erros ainda os mais instruídos geógrafos. O rio Pardo, limite

Anexo 12 - Revista IHGB tomo XX, 1857

Roteiros das distâncias de Villa Bella ao arraial de Meia Ponte, e d'este até a cidade da Bahia, cidade do Rio de Janeiro e Villa de Santos (REVISTA IHGB, 1857:288-293).

Roteiro 1°	
De Villa Bella até o arraial de Meia-Ponte.	
Legs.	Legs.
Ao Iuriti (rancho) 7	Ao Songradorzinho. 4
A' ponte do Barreiro (rancho). 5	Ao Sangrador. 5
A' ponte do Guaporé (rancho). 2	A' Cabeça de Boi 4
Ao engenho do capitão-mór Gama. 1	Ao Paredão. 5
Ao arraial das Lavrinhas . . . 2	A's Loges 5
A' Estiva (rancho). 6	Aos Mutuns 6
A's Arêas (rancho) 7	Aos Barreiros. 6
Ao registro do Jaurú. 2	Ao Passavinte. 3 1/2
Ao Caeté (fazenda). 6	A' Cabeça de Veado 3
Ao Pão Secco (fazenda). 7	Ao Tacoaral 5
A Caissara (fazenda) 5	A Insua. 3
A' villa Maria do Paraguay. . . 1	A Raizania 3 1/2
A Jacobina (engenho) 5	Ao Rio Grande (extrema da capitania de Matto-Grosso) 3 1/2
A' fazenda do coronel Leonardo 5	A volta do Buriti 6
Ao Sangrador (fazenda) 6	As Matrinchans 6
Ao Coutinho (engenho). 3	Ao Lambari 5 1/2
Ao Cacunda (engenbo) 4	Aos Dous Irmãos 5 1/2
Ao Cunha (fazenda) 5	Ao Rio Claro. 4
Ao Coceas (capella e morador) 5	As Mamoneiras. 5
A' villa do Cuyabá. 6	Ao Tacoaral 6
Ao Coxipó 3	Ao Buriti (*) 4
A' aldea de Sant'Anna 5	A' Estrella 4
Ao Tijuco 6 1/2	A' Villa Boa de Goyaz . . . 3
Ao padre Albuquerque 5	Ao Ouro-fino. 3
A' ponte de S. Lourenço 3	Ao Ferraz 5
Ao Alecrim. 5	A's Arêas 5
Ao Sucuri 6	Ao Corgo do Jaraguá. . . . 5
Aos Dous Irmãos 5	A Santo Antonio 4
A Agua Branca. 5	Ao arraial de Meia Ponte . . 3

N. B. No roteiro 2° continúa a estrada da Bahia. — No roteiro 3° continúa a estrada do Rio. — No roteiro 4° continúa a estrada de S. Paulo.

(*) Capitania de Goyaz.

Roteiro 2°	
Do arraial de Meia-Ponte até a cidade da Bahia.	
Legs.	Legs.
Ao Rasgão. 4	A's Aguas Verdes. 5
A's Arêas 4	A's Carnahibas. 6
Aos Maracos. 5	Ao Hospicio. 4
Ao Rodeador 5	Ao Embuzeiro. 5
A' Contage de S. João das Tres Barras 5	A's Quebradas. 6
Ao Mestre d'Armas 5	A' Lagôa do Timotheo. . . . 3
Ao Sitio Novo 3	A' Tapera. 5
A' Lagôa Feia 5	A' Villa Velha. 3
Ao Sthio do Ajudante. 4	A' casa de Telha. 3
Ao Bonito. 5	A' passagem do Rio de Contas 4
A' Pinduca. 5	Ao Sacco. 4
A' S. Domingos. 4	A's Lages. 3
A's Pontes 5	Ao Sincorá 5
A' José da Silva. 5	Aos Carrapatos. 4
A's Cabeceiras do Formoso. . . 7	Aos Olhos d'agua. 5
Ao Curral de Varas. 7	Ao Jacaré. 7
Ao Cajueirinho 7	A Santa Maria. 6
A' Cachoeira Grande. 5	A' Casa da Oração 4
Aos Canindés. 5	Aos Quatis. 5
A's cabeceiras do rio das Pedras 3	A Formosa 4
Ao Pouco tempo. 6	Ao Embuzeiro 4
A Boa-Vista 5	A's Trombas 5
A's Gamelleiras. 5	Aos Mocós 5
Ao Pequi 5	A Mangaveirinha 4
Ao Rio de S. Francisco 4	Ao Curralinho. 4
Ao Juazeiro 4	A Salgada 5
Ao Curralinho 6	Ao Torto 5
Ao Pão de Espinho 5	A' Villa da Cachoeira 2
	A' cidade da Bahia. 14

Área nos limites do atual DF destacada em vermelho.

290

Roteiro 3°

Do arraial de Meia-Ponte até a cidade do Rio de Janeiro.

	Legs.		Legs.
Ao arraial de Curumba	3	Ao Camacho	5
A' fazenda do Moquem	6	A' Cachoeira	4
A' Ponte alta.	6	Ao arraial da Oliveira	6
Aos Montes altos.	6	Ao arraial de S. João Baptista	6
A S. Bartholomeu.	2	A' fazenda do capitão Pinto	4
Ao registro dos Arrependidos.	9	Ao arraial das Lages.	2
A' villa do Paracatú.	12	Ao arraial dos Prados	6
Ao Mello	7	A' villa de Barbacena	7
Ao Arrenegado	5	A' borda da Mata	3
A's Vasantes	4	A' Mantiqueira	5
Ao Andréquissê	4	A' João Gomes	3
A' fazenda das Almas.	3	Ao Chapéo de Uvas	3
A's Onças	7	A Antonio Moreira.	3
Ao Rio dos Patos	5	Ao Juiz de Fóra.	3
A' Babylonia.	4	Aos Medeiros.	3
Aos Bravinhos	6	Ao registro de Mathias Barboza	3
Ao Cortume	3	A Patrulha.	2 1/2
Aos Braves Grandes.	4	Ao registro da Parahybuna	2 1/2
A João Gonçalves	4	A' Guarda da Parahyba.	7
Ao registro da Palestina	3	Ao padre secretario	12
A Motuca	3	Ao padre Corrêa.	4
Ao registro de Santa Teresa	6	Ao alto da serra.	5
A' fazenda dos Medeiros.	2	Ao Sitio da Mandioca abaixo da serra.	1
Ao arraial do Bambuhy.	7	Ao porto da Estrella	3
Ao Rio de S. Francisco	7	A' cidade do Rio de Janeiro	9
A' Fabrica do Salitre.	6		
Ao arraial da Formiga.	6		
A' fazenda do Silva Porto.	3		

Área limítrofe ao atual DF destacada em vermelho.

291

Roteiro 4°

Do arraial de Meia-Ponte até a Villa de Santos.

	Legs.		Legs.
Ao Bayão	3 1/2	Ao Rio Grande	3
Ao Capivari	3 1/2	Ao Rio das Pedras.	3
A's Antas	4	Ao Ribeirão do Inferno.	6
A Paracanjuba	5	A Posse.	3 1/2
Ao arraial do Bomfim.	4	Aos Bagres.	4
Ao Calvo	5	Ao Sapocahy.	4
Ao Rio do Peixe	3 1/2	Aos Batataes	5
Ao Ajudante	4	A Araracoara.	4
Ao Curumbá.	3	A's Lages.	3 1/2
Ao Miguel Dias	1 1/2	Ao Cubatão	3 1/2
Ao Brito.	4	Ao Rio Pardo.	3
Ao Braço	4	Ao Cercado	2
Ao Verissimo.	4	A Tambauz	4 1/2
Ao pé do Morro.	3 1/2	Aos Cocaes.	5
Ao Catalão.	3 1/2	A Jaguari-mirim	3 1/2
Aos Casados	4	Ao Itaqui	5 1/2
A' Parnahiba.	3	Ao Mogi-guassú	3 1/2
A' aldeã do Rio das Pedras	3 1/2	A Mogi-mirim	1
Ao Pissarrão	4	A' borda do matto.	5
A's Furnas.	5	Ao Tijuco	4 1/2
Ao Rio das Velhas.	3	Aos Pinheiros	4 1/2
A Uberava.	4	A' borda do matto.	3
Ao Tijuco	5	A' Jundiaby	3 1/2
Ao Lanhoso	3	A' ponte do Juquiri	7
A's Toldas	4 1/2	A' cidade de S. Paulo.	2
A Posse.	4	A' villa de Santos.	10

Roteiro 5°

Extensão de todos os caminhos de terra, e de navegação, por onde actualmente se faz a comunicação de Villa Bella, e Cuyabá, com os portos da Costa do Reino do Brasil.

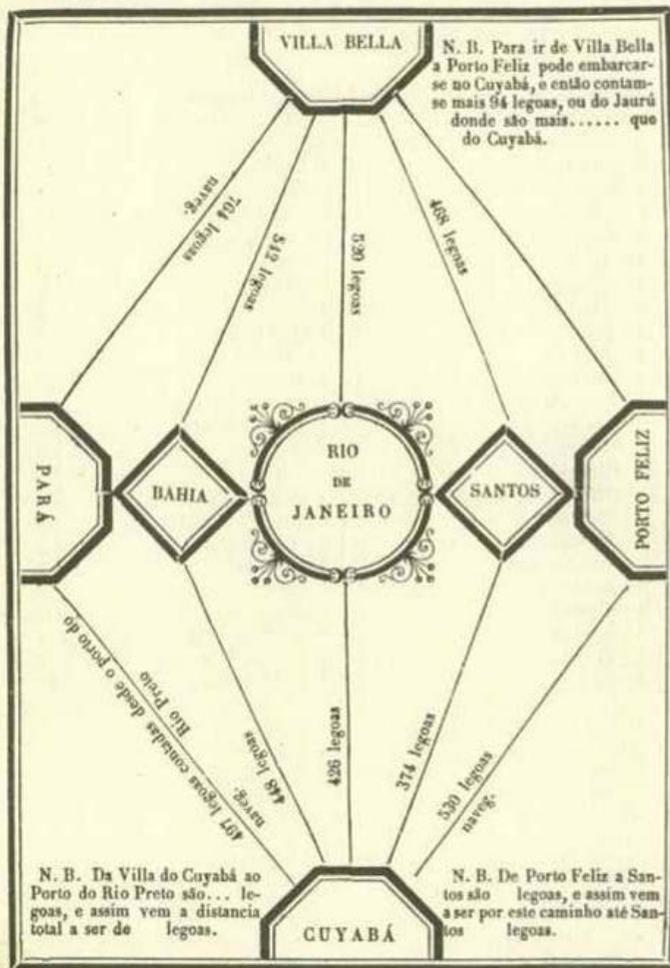


Tabella comparativa das distancias que pouco mais ou menos ha (por terra) desde Villa Bella e Cuyabá até os portos da Bahia, Rio de Janeiro e Santos, e logares mais notaveis d'estas tres estradas.

NOMES DOS LOGARES D'ESTAS TRES ESTRADAS	DISTANCIAS	DISTANCIAS	DISTANCIAS	N. B.
	DE UN'S A OUTROS	CONTADAS DE VILLA BELLA	CONTADAS DO CUYABÁ	
De Villa Bella á Ponte do Guaporé.	14	80	N. B. Não se pôde afiançar a exactidão das distancias pela variedade que ha na estimativa d'ellas, por não estarem medidas em nenhuma das capitánias d'esta tabella. Houve só cuidado em se marcar a direcção de cada uma das tres estradas.
Ao arraial das Lavrinhas.	3	17	77	
Ao Rio Jaurú (no Registro)	19	36	58	
Ao Rio Paraguay (em Villa Maria)	19	55	39	
Ao Rio Sangrador.	16	71	23	
A Villa do Cuyabá	53	94	..	
A Aldeia de Santa Anna da Chapada.	8	102	..	
A ponte do S. Lourenço.	14 1/2	116 1/2	22 1/2	
Ao Sangrador	28	144 1/2	50 1/2	
Ao Passavinte	29 1/2	174	80	
Ao registro que foi da Insua.	11	185	91	
Ao registro que agora é do Rio Grande, extrema da capitania de Matto-Grosso.	7	192	98	
Do registro do Rio Grande ao registro do Rio Claro.	27	219	125	
A Villa Boa, capital de Goyaz	21	240	146	
Ao Corgo do Jaraguá	18	258	164	
Ao arraial de Meia Ponte	7	265	171	

As distancias da 1ª casa das columnas seguintes se contão de Meia Ponte, Villa Bella, e Cuyabá.

ESTRADA DA BAHIA	DISTANCIAS			ESTRADA DO RIO DE JANEIRO	DISTANCIAS			ESTRADA DE S. PAULO	DISTANCIAS		
	LOGARES	De uns a outros	De Villa Bella		De Cuyabá	LOGARES	De uns a outros		De Villa Bella	De Cuyabá	LOGARES
A' Contage de S. João	23	288	194	Ao arraial do Curumbá	3	268	174	Ao arraial do Bomfim	20	285	191
A' Laguna-Ita.	13	301	207	Ao registro dos Arrependidos.	29	297	203	Ao Curumbá, rio de canoá.	15 1/2	300 1/2	206 1/2
A S. Domingos.	18	319	225	A' villa do Paracatu.	12	309	215	Ao Verissimo, r. de canoá	13 1/2	314	220
A's cabeceras do Rio Formoso.	17	336	242	Ao André Quicé	20	329	235	A' Parnahyba, rio de r. e.	15	329	235
Aos Gantides	24	360	266	A' Babilonia.	19	348	254	Ao Re das Velhas, Reg.	15 1/2	344 1/2	250 1/2
Ao Rio de S. Francisco	28	388	294	Ao reg. da Palestina.	20	368	274	Ao Rio Grande, extrema de Goyaz.	23 1/2	368	274
A's Carnaibas.	26	414	320	Ao arraial do Bumbuihy.	18	386	292	Ao Sapucahy, r. de canoá	20 1/2	388 1/2	294 1/2
A' Lagoa do Timotheo	18	432	338	Ao arraial da Formiga	19	405	311	Ao Rio Pardo, de canoá.	14	402 1/2	308 1/2
A' passagem do Rio de Contas	15	447	353	Ao arraial da Oliveira	18	423	329	Ao Jaguary-mirim, rio de canoá.	15	417 1/2	323 1/2
Ao Sinecorá	12	459	365	A' villa de Barbacena.	25	448	354	A' Magy-Guaesú, r. de c. e.	9	426 1/2	332 1/2
A' Santa Maria.	22	481	387	Ao Juiz de Fóra	20	468	374	A' Villa de Magy-mirim.	4	427 1/2	333 1/2
A's Trombas.	22	503	409	Ao registro de Mathias Barhosa	6	474	380	A' Villa de Jundiaby.	20 1/2	448	354
A' Salgada.	18	521	427	A' Gds da Parahyba.	12	486	392	Ao Ponte do Jiquiry.	7	455	361
A' villa da Cachoeira.	7	528	434	Ao Porto da Estrella.	25	511	417	A' cidade de S. Paulo.	3	458	364
A' cidade da Bahia.	14	542	448	A' cid. do Re de Jan.	9	520	426	A' villa de Santos.	10	468	374

Área nos limites do atual DF destacada em vermelho.

Anexo 13 - Virgilio de Mello Franco, 1888

Tabella de Pousos e Distancias (FRANCO, 1888:179-180).

TABELLA DE POUSOS E DISTANCIAS

Paracatú.....	
Monjolos.....	3 ½ leguas
Carapinas.....	6 »
Cachoeira.....	6 »
Caveiras.....	5 ¼ »
Arrendidos.....	5 ½ »
Ribeirão do Jardim.....	5 »
Fazenda de S. José.....	5 »
Villa Formosa.....	4 »
Total.....	40 ¼ leguas

Da Formosa a Cavalcante:

Formosa.....	5 leguas
Itiquira.....	5 »
Encruzilhada.....	6 »
D. Narcisa.....	5 ½ »
Sítio do Angelo.....	5 ½ »
Pequeno Tocantins.....	7 »
Vargem Grande.....	5 »
S. Bento.....	6 »
Ribeirão de Sant'Anna.....	5 »
Cavalcante.....	50 leguas

— 180 —

De Conceição a Palma :

Conceição.....	
Fazenda de Santo Antonio.....	4 leguas
Ribeirão da Gamelleira.....	6 »
Vereda do Pico.....	6 »
Palma.....	4 »
Total.....	20 leguas

Da Palma a Cavalcante :

Palma.....	
S. Boaventura.....	6 ¼ leguas
Antonio de Brito.....	7 »
Morro de S. João.....	8 »
Corrego de S. Felix.....	6 »
Ave Maria.....	5 »
Cavalcante.....	5 »
Total.....	37 ¼ leguas

Áreas limítrofes ao atua DF destacadas em vermelho.

Anexo 14 - Luiz Cruls, 1894

Distâncias kilométricas dos itinerários (CRULS, 1947:61-67).

DISTANCIAS KILOMETRICAS DOS ITINERARIOS		
<i>De Uberaba a Pyrenopolis</i>		
POUSOS	Distancias	Distancias
	parciaes Km.	totaes Km.
Uberaba	0.0	0.0
1. Caetanos	16.0	16.0
2. Sant'Anna	25.0	41.0
3. Rio Claro	5.5	46.5
4. Cemiterio	22.8	69.3
5. Brejão	16.2	85.5
6. Fazenda do Pindahyba	18.6	104.1
7. Cará	24.0	128.1
8. Fazenda de Antonio Velloso	18.0	146.1
9. Fazenda de J. I. de Queiroz	16.0	162.7
10. Rio Paranahyba	3.0	165.7
11. Fazenda de Mariano dos Casados	15.0	180.7
12. Catalão	23.3	204.0
13. Fazenda do Chico Claudino	20.0	224.0
14. Rio Veríssimo	14.0	238.0
15. Fazenda do Vai-Vem	14.2	252.2
16. Entre-Rios	14.3	266.5
17. Ciganos	14.3	280.3
18. Rio Corumbá	27.0	307.3
19. Barreiros	14.0	321.3
20. D. Jacintha	34.0	355.3
21. Santa Rita	20.0	375.3
22. Bomfim	24.0	399.3
23. Piracanjuba	21.0	420.3

POUSOS	Distancias	Distancias
	parciaes Km.	totaes Km.
24. Engenho das Antas	24.0	444.3
25. Carurú	29.0	473.3
26. Pyrenopolis	30.5	503.8
<i>De Pyrenopolis a Formosa</i>		
Pyrenopolis	0.0	0.0
1. Rasgão	24.0	24.0
2. Ponte Alta	19.0	43.0
3. Pichoá	22.0	65.0
4. Macacos	15.6	80.6
5. F. Costa	23.2	103.8
6. Tres Barras	22.7	126.5
7. Sobradinho	25.3	151.8
8. Mestre d'Armas	16.0	167.8
9. Fazenda da Fartura	21.0	188.8
10. Formosa	13.1	202.0
<i>De Pyrenopolis a Formosa por Santa Luzia</i>		
Pyrenopolis	0.0	0.0
1. Apollinario	4.9	4.9
2. Corumbá	14.3	19.2
3. Rio Congonhas	14.8	34.0
4. Rio do Ouro	7.8	41.8
5. Fazenda dos Barreiros	26.9	68.7
6. Rio Arêas	6.5	75.2
7. Rio Descoberto	12.4	87.6
8. Rio Alagado	14.2	101.8
9. Santa Luzia	21.2	123.0
10. Rio São Velho	12.7	135.7
11. Rio Mesquita	11.2	146.9
12. Rio Sant'Anna	6.8	153.7
13. Rio Parnauá	27.7	181.4
14. Mestre d'Armas	23.9	205.3
15. Rio Pepiripau	11.6	216.9
16. Formosa	22.8	239.7

Áreas nos limites do atual DF destacadas em vermelho.

De Formosa a Pyrenopolis pelo Vertice SW

POUSOS	Distancias	Distancias
	parciaes	totaes
	Km.	Km.
Formosa	0.0	0.0
1. Quitute	13.0	13.0
2. Itiquira	16.9	29.9
3. Lagoa Formosa	28.0	57.9
4. Paina	29.2	87.1
5. Mestre d'Armas	18.9	106.0
6. Rajadinha	14.2	120.2
7. Papuda	34.2	154.4
8. Rio Mesquita	22.8	177.2
9. Santa Luzia	23.8	201.0
10. Rio Alagado	26.6	227.6
11. Fazenda da Alagoíinha	11.1	238.7
12. Fazenda dos Barreiros	30.5	269.2
13. Santa Rosa	21.8	291.0
14. Carurú	30.0	321.0
15. Fazenda do Capivary	14.3	335.3
16. Vertice SW	17.9	305.2
17. Pyrenopolis	35.8	382.0

De Formosa a Pyrenopolis pelo Vertice SE e Santa Luzia

Formosa	0.0	0.0
1. Vertice SE	71.1	71.1
2. Estiva	5.7	76.8
3. Vereda	11.8	88.6
4. Samambaia	22.0	110.6
5. Suruby	30.6	141.2
6. Santa Luzia	22.2	163.4
7. Paiva	21.8	185.2
8. Guariroba	28.7	213.9
9. Chico Costa	26.9	240.8
10. Pyrenopolis	103.8	344.6

Área nos limites do atual DF destacada em vermelho.

De Formosa a Pyrenopolis pelo Vertice NW

POUSOS	Distancias	Distancias
	parciaes	totaes
	Km.	Km.
Formosa	0.0	0.0
1. Mestre d'Armas	106.0	106.0
2. Sobradinho	17.7	123.7
3. Cabeceira do Rio Torto	23.3	149.0
4. Desterro	28.7	177.7
5. Monteiro	19.2	196.9
6. Rego d'Água	16.5	213.4
7. Fazenda do Padre Simeão	17.2	230.6
8. Rio Agua Fria	15.6	246.2
9. Vargem Querida	23.1	269.3
10. Corrego Vargem Querida	5.8	275.1
11. Bom Successo	16.4	291.5
12. Corrego Manoel Leite	8.6	300.1
13. Vertice NW	4.6	304.7
14. Pyrenopolis	62.2	366.9

De Pyrenopolis a Goyaz

Pyrenopolis	0.0	0.0
1. Santa Rita	16.7	16.7
2. Jaraguá	27.0	43.7
3. João de Moraes	21.0	64.7
4. Monjolinho	25.8	90.5
5. Curralinho	21.3	111.8
6. Póvoa	23.5	135.7
7. Goyaz	16.9	152.2

De Goyaz a Uberaba

Goyaz	0.0	0.0
1. Quinta	16.6	16.6
2. Olhos d'Água	30.7	47.3
3. Carvalhado	23.1	70.4
4. Pereira	21.6	92.0

Área nos limites do atual DF destacada em vermelho.

POUSOS	<i>Distancias</i>	
	<i>parciaes</i> Km.	<i>totaes</i> Km.
5. Allemão	30.6	122.6
6. Conceição	29.9	152.6
7. Monjolo	31.3	183.8
8. Emygdio	23.8	207.6
9. Dous Irmãos	29.8	237.4
10. Retiro	20.4	257.8
11. Morrinhos	26.0	283.8
12. Cuba	24.0	307.8
13. Ponte Lavrada	30.0	337.8
14. Santa Rita do Paranahyba	37.0	374.8
15. Passa Tres	18.0	392.8
16. Briosa	19.8	412.6
17. Monte Alegre	31.1	443.7
18. João Vieira	32.2	475.5
19. Panga	19.0	494.9
20. Santa Maria	21.4	516.3
21. Salto	35.0	551.3
22. Agua Limpa	30.0	581.3
23. Uberaba	24.0	605.3

De Formosa ao Vertice N W pela Chapada dos Veadeiros

Formosa	0.0	0.0
1. Itiquira	28.1	28.1
2. Lapinha	27.8	55.9
3. Liborio	29.8	85.7
4. Olhos d'Agua	31.4	117.1
5. Engenho	31.4	148.5
6. Paraiso	19.3	167.8
7. Pissarrão	14.5	182.3
8. Veadeiros	17.7	200.0
9. Pouso Alto	17.4	217.4
10. Dos Veadeiros ao Salto	18.2	235.6
11. Vereda	29.8	265.4
12. S. Bernardo	25.7	291.1
13. Rio Tocantins	7.1	298.2
14. Limoeiro	36.7	334.9
15. Muquem	15.6	350.5

POUSOS	<i>Distancias</i>	
	<i>parciaes</i> Km.	<i>totaes</i> Km.
16. Rio do Peixe	21.1	371.6
17. Villa de S. José de Tocantins	26.6	398.2
18. Arraial das Trahiras	12.6	410.8
19. Capão das Antas	37.2	448.0
20. Rio Maranhão	20.0	468.0
21. Retiro	12.3	480.3
22. Fidalgo	32.2	512.5
23. Acampamento NW	12.6	525.1

De Pyrenopolis a Morrinhos

Pyrenopolis	0.0	0.0
1. Furnas	14.4	14.4
2. Forquilha	27.5	41.9
3. Retiro	34.8	76.7
4. Ponte Alta	32.5	109.2
5. Villa da Bella Vista	38.2	147.4
6. Cidade de Piracanjuba	37.5	184.9
7. Morro Agudo	21.0	205.9
8. Morrinhos	34.8	240.7

De Formosa a Uberaba

Formosa	0.0	0.0
1. Olhos d'Agua	14.0	14.0
2. Tabatinga	23.8	37.8
3. Rio S. Bernardo	28.3	56.1
4. Samambaia	19.7	85.8
5. Arrasta Burros	26.4	112.2
6. Capim Puba	23.3	135.5
7. Almocafe (Serra Nova dos Crystaes) ...	29.0	164.5
8. Estevina	35.1	199.6
9. Barreiros	12.9	212.5
10. Larga do Estevam	25.7	238.2
11. Pau Terra (cabeceiras)	24.8	263.0
12. Rio Pirapetinga	34.2	297.2
13. Pires (Sitio)	24.8	322.0

	pontos	<i>Distancias</i>	<i>Distancias</i>
		<i>parciaes</i> Km.	<i>totaes</i> Km.
14.	Catalão	29.7	351.7
15.	Tres Ranchos	28.3	380.0
16.	Furado (Fazenda)	15.7	395.7
17.	Retiro dos Macacos	23.3	419.0
18.	Bagagem (Districto da Cachoeira)	17.6	436.6
19.	Agua Suja	23.3	459.9
20.	Ponte Nova	29.9	489.8
21.	Fanecos	32.4	522.2
22.	Uberaba	50.0	572.2

De Formosa ao Vertice NE

	Formosa	0.0	0.0
1.	Fazenda do Genipapo	14.0	14.0
2.	S. Estevam	7.3	21.3
3.	Cipó de Cima	6.2	27.5

Anexo 15 - Oscar Leal, 1892

Glossário (LEAL, 1980:243-255).

GLOSSÁRIO

Ahivo — cousa sem merecimento.
Alvarenga — especie de embarcação.
Amoitar — esconder.
Angú — papas de farinha de milho.
Areisca — terra composta de areia e solão.
Arranzél — barulho, motim.
Arreador — o mesmo que arreeiro.
Atabulár — estugar, apressar.
Auatá — andar perdido.
Bacalháo — açoute de correias de couro cru torcidas.
Baqual — cavallo bravo. (Usado no Rio Grande do Sul).
Baiaci — homem gordo e baixo.
Baianço — o mesmo que bahiano. Natural da Bahia.
Baixeiro ou *bacheiro* — segunda manta usada sob os arreios.
Bandeirante — individuo que pertence a uma Bandeira e que reunido a outros armados, explora os bosques e terrenos desconhecidos e ataca os indios.
Bandeirista — V. Bandeirante.
Bangué — especie de liteira para conduzir pessoas deitadas.

244

Viagem ás Terras Goyanas

Fornalha nos engenhos. Côcho de couro.
Banguêla — pessoa que não tem dentes.
Banguêla — embarque de pescaria.
Baque — n'este. . . (n'este instante).
Banhado — pantano no Rio Grande do Sul.
Batucar — dansar o batuque.
Bayahivo — incommodado.
Beijús — coscorões de farinha de mandioca.
Belchiór — adêlo.
Berganhar — trocar.
Bilontra — espertalhão, velhaco (intrujão).
Biriva — natural de S. Paulo.
Biróta — especie de algodão em panno.
Bitú — cantiga popular.
Bóbó — iguaria de feijão.
Botatá — côco para assustar creanças.
Boucha — roçado.
Boyóta — mentecapto. Termo usado em Goyaz.
Bruêca — mala de couros crus.
Bunda — a trazeira.
Butêlo — sujeito de grande estatura ou todo e qualquer objecto de grandes dimensões. Us. em Goyaz.
Caboclo — mestiço.
Cabortar — mentir.
Caborteiro — mentiroso.
Cacaburrada — linguagem chã.
Cacête — bengala — Importuno.
Caceteiro — importuno.
Cacetear — importunar, atormentar.
Cachaça — aguardente de canna.
Caçuísta — de caçoar.
Caçula — o filho mais novo d'um casal.
Cafézista — plantador de café. Fazendeiro.
Cagacêbo — livreiro que negocia em livros usados.
Cafuné — coçaduras na cabeça.

- Cafusa* — filho de mulato e negra (ou *Cafuz*).
Caipóra ou Kaipóra — Este vocabulo como também outros incorporado hoje ao lexico portuguez, significa, infeliz. H. Peixoto diz a respeito d'este termo entre outras cousas o seguinte «O Caipóra é o penado que em peregrinação continua, transmite temporaria ou sempiternamente a quem encontra as vicissitudes de seu fadario».
Calcánha — varredeira de engenhos.
Calhambóla — escravo fugido vivendo em quilombos.
Calhórda — bobo.
Calombo — sangue coalhado em fôrma granular.
Calumbá — cacho para caldo de canna.
Cambão — bois de carro; a junta dianteira.
Camoéca — bebedeira.
Camondongo — ratinho, morginho.
Canga — mineral de ferro com argilla. S. Paulo.
Cangaças — trastes velhos.
Cangica — milho em grão cosido.
Capadocio — astuto. (Intrujão) Us. na Bahia.
Capanga — sequaz. Bolsa de couro.
Capêba — amigo, camarada.
Capim — toda a especie de forragem.
Capinado — lugar limpo do capim.
Capinar — mondar o capim.
Capineiro — que vende e corta capim.
Capão — (de caãpuam) ilha de matto, oasis.
Capixába — natural do estado do Espirito-Santo.
Capoeira — Jacá ou cesto de conduzir gallinhas, patos etc.
 Matto em terreno que já foi cultivado. Capoeira é hoje também um synonymo de desordeiro. E' o individuo que pela sua agilidade e destreza, passa rasteiras, dá cabeçadas etc.
Capoeirão — matta bastante densa.
Captivo — qualidade de pedra que indica aos garimpeiros a existencia de diamantes nos terrenos onde apparece.
Caragé — bolla de massa de feijão frita em azeite de dendem.

- Carapina* — carpinteiro.
Carguejar — arrear a besta de carga.
Caribóca — filho de europeu e cabocla.
Carióca — natural do Rio de Janeiro (Da capital Federal).
Carneár — matar o gado, no Rio Grande do Sul.
Caróla — fanatico.
Cararú — esp. de esparregado. Us. na Bahia.
Cascido — termo collegial. Eleitor conservador.
Cassamba — estribo em fôrma de sapato. Balde.
Catandúba — matto rasteiro cheio de espinhos.
Catapóras — bexigas benignas.
Catapultuoso — termo carnavalesco. Us. no Rio.
Caterineta — boneca de panno.
Catimbáo — especie de cachimbo.
Catinga — transpiração fetida dos pretos.
Catúcar — tocar com o cotovello.
Chacara — casa cercada de jardins nas visinhanças de qual-quer cidade. Outros dizem *Chacra*.
Chálo — leito de varas. V. girão.
Chará — de igual nome.
Charque — carne secca ao sol. Rio Grande.
Charquear — matar o gado e seccar a carne.
Chasquear — ridicularisar.
Chêdas — as peças lateraes de um carro de bois.
Cheripá — avental de baeta vermelha.
Chiba — especie de samba.
Chica — bebida de mel e agua.
Chilindró — estação policial. Rio.
Chimangos — certa politica em Minas.
Chimarrão — cão de charqueada. Rio Grande.
Chimfrim — ruim.
Chincalhar — ridicularisar.
Chucro — bruto.
Cochilar — cahir em somno.
Cochila — serie de collinas sem arvores.

Coerepuca! — exclamação.
Coivara — fragmento de madeira queimada.
Comêta — cobrador viajante.
Congôte — parte detraz do pescoço.
Corunim ou Colomim — creado indio (Amazonas).
Corta jaca — dança popular em Minas.
Cortiço — serie de pequenas casas ou quartos.
Cotó — aleijado.
Cueira — restos grossos de farinha de mandioca.
Cuchá — adubo de vinagre e outros temperos.
Cuim — alimpaduras.
Curixo ou Corixo — atoleiro ou campo inundado pela agua das chuvas. Matto-Grosso.
Cutica — especie de selim fabricado em Paracatu de Minas.
Descachar — alimpar das escumas o caldo de canna de assucar que vem acima com a fervura.
Descochado — sem brio.
Despolpador — machina de despolpar café.
Despolpar — tirar a pellicula em que está envolto o café em grão.
Egoada — manada de eguas. Rio Grande.
Eito — a roça onde os escravos trabalhavam.
Emboába — portuguez. Natural de Portugal.
Encafifar — envergonhar.
Encalstrar — envergonhar. Termo collegial no Rio.
Encargar — arrumar as cargas em *bruacas*.
Encêrra — curral. Rio Grande.
Encoivarar — amontoar a lenha para a queimar de novo até ficar em cinza.
Engabelar — agradar com o fim de enganar.
Engerizar — zangar.
Engazopar — prender, metter em prisão.
Ensurroar — enrolar o tabaco (fumo) em couros crus préviamente molhados.
Ensurramento — acção de ensurroar.

Entabocar — entalar, apertar.
Enveredar — tomar por vereda.
Enxerca — de enxercar.
Enxercar — preparar a carne em mantas e pô-la a seccar ao sol.
Esbodegar-se — embebedar-se, maltratar-se.
Escaldado — pirão de farinha de mandioca.
Esmolambar — romper, arrastar trapos ou molambos.
Espiga — má sorte, infelicidade.
Espolêta — especie de capanga, assalariado. Em Pernambuco.
Espoleteado — alocado.
Estancia — fazenda de crear no Rio Grande.
Estancieiro — dono de estancia.
Estaqueira — cabide.
Estirão — grande distancia.
Estradeiro — velhaco. Us. no Pará.
Faceira — mulher affectada.
Farinheira — vasilha de pôr farinha.
Farófa — carne desfiada com farinha.
Faxina — limpeza.
Faxinar — limpar. (Uso *x* no termo para evitar engano com o verbo port. *Fachinar*.)
Fazineiro — creado que faz a faxina.
Fintar — enganar, lograr.
Fobar — jactar-se, contar mentiras. Us. em B.—Goyaz.
Focãle — neol. de Castro Lopes. Em vez de *cache-nez*.
Fomo — tacho raso de seccar farinha.
Fubá — farinha de milho.
Fubêca — descompostura.
Fuchicar — emmaranhar. Us. em Goyaz.
Gambárta — embarcação pequena.
Gangána — senhora idosa.
Gapuia — termo usado entre pescadores.
Garimpo — terreno diamantino em exploração.
Garóa — chuva miuda.

Gastura — comichão.
Gaudério — ridículo.
Geriza — raiva.
Gia — rã. No Maranhão.
Girão = leito de varas. Us. em Goyaz e Minas.
Gopiára — terreno diamantino.
Gravetar — fazer gravetos.
Gróta — individuo de alta posição. Us. em Goyaz.
Guabirú — membro do partido do mesmo nome.
Guyamú — malta de capoeiras. Rio.
Imbicar — aportar.
Imboaba — V. *Emboaba*.
Infèzar — zangar.
Ingrenque — ruim. Us. em Goyaz.
Inquirideira — corda de sobre-carga.
Intrósca — intruso.
Inzoneiro — mentiroso, calumniador.
Jaqução — valentão. Us. em Goyaz.
Jangalamaste — (ignoro o sig.)
Janta — (abr. de jantar.)
Jongo — dança popular e canto em Minas.
Juláta — especie de lençol.
Jurárú — tristonho.
Lampãna — labia.
Lanceada — pescaria com rede de arrastar. Us. no Pará.
Lempa — especie de perola.
Lequêsia — bebedeira, vadiação. Us. em Goyaz.
Lereia — conversa sem utilidade.
Machiche — cancan. Dansa affectada.
Machucar — brasileiroismo classico: esmagar.
Macóta — valentão.
Macutêna — lazaro.
Malacáro — cavallo de frente e pês brancos.
Mamóte — bezerro que ainda mama.
Manda-chuva — magnate.

Mandú — contracção de Manoel.
Mangagá — enorme.
Mangue — terreno pantanoso.
Mangueiro — curral grande.
Manipueira — a agua que sae da mandioca.
Mantêna — bom, optimo. Us. em Goyaz.
Mapiar — conversar. Us. em Matto Grosso.
Maqueira — rede de pescar.
Maquidiára — cadeirinha.
Maracatim — especie de embarcação usada no Pará.
Margajato — (ignoro o sig.)
Martinica — calça larga. Us. no Maranhão.
Mascate — negociante ambulante.
Mascatear — negociar pelas ruas ou campos.
Matabicho — matar o bicho signi. tomar um golle de qualquer alcool.
Matúla — alforge com comida.
Matutar — meditar como matuto.
Matutice — rusticidade.
Matúto — rustico.
Massiota — (na. . .) com geito.
Mazombo — nascido no Brazil e filho de europeus.
Meiacara — (de. . .) tudo que é obtido de graça.
Mellado — caldo de canna engrossado pela fervura. (Este termo assim como outros que se encontram nos ultimos Dic. Port. é propriamente brasileiro). De mel e mellar.
Melleiro — negociante de mel.
Mingáo — papas de araruta ou de qualquer farinha.
Mironga — asneira.
Mitrado — fino, astuto.
Mixira — conserva de peixe ou carne no azeite. Us. no Amazonas.
Móca — zombaria. Vêr com móca, signi: vêr com malicia.
Mocambo — choça construida no meio d'uma roça ou lavoura.
 V. quilombo.

- Mocótó* — mãos de boi ou de vacca, guizadas com pimenta.
Bahia.
- Molambo* — trapo.
- Molecagem* — acção propria de *moleque* ou de garoto.
- Molecóte* — moleque crescido.
- Moleque* — pretinho. Sign. tambem garoto.
- Moloquear* — Ter acções de garoto.
- Montaria* — canôa de um só páu. Us. no Pará.
- Moquear* — defumar a carne sobre um pequeno girão.
- Mucama* — criada. Outros dizem mucamba.
- Muchócho* — beijo, afago.
- Muquéca* — guizado de peixe com muita pimenta. Us. na Bahia.
- Muquem* — logar onde se põe a curar do fumo a carne defumada.
- Munbanda* — V. mucama. Us. na Bahia.
- Mundéo* — armadilha de qualquer especie.
- Muxirão ou mutirão* — ajuntamento ou reunião de pessoas.
- Nasóculo* — Neol. de Castro Lopes. Em vez de *pincenez*.
- Negacear* — espreitar e attrahir a caça.
- Nhanhã* — terno carinho para as meninas.
- Nhõnhõ* — terno carinho para os meninos.
- Noruéga* — sitio sombrio.
- Oé!* — interjeição. Em logar de Oh!
- Pabulagem* — mentira.
- Pagodeira* — patuscada, função.
- Pandego* — alegre, divertido.
- Pangaré* — côr baia escura em mula.
- Patranhas* — mentiras.
- Patrona* — bolsa de couro.
- Patuá* — bugiganga que os tolos da plebe trazem ao pescoço na persuasão de que estarão sempre livres de qualquer perigo. Vem de *patiguá* que sign. cesto ou caixa de palha.
- Peitolargo* — valentão. Us. na Bahia.

- Peléga* — nota do banco.
- Pelóta* — jangada de couro.
- Peráo* — poça d'agua.
- Pererécar* — cabriolar.
- Perrêngue* — lerdo, emperrado. Us. no Rio.
- Petéca* — bola chata de couro empenada, com que brincam as creanças.
- Petelêca* — tapa, bofetada.
- Phosphoro* — intruso. Us. no Rio.
- Piá* — rapaz. Us. no Rio Grande.
- Pilão* — gral de madeira onde se pila arroz, café, milho, etc.
- Pilêque* — argola de borracha.
- Pindahyba* — termo collegial, andar na pindahyba sign: andar sem dinheiro.
- Pinga* — V. cachaça.
- Pipio* — pintainho.
- Pirão* — farinha de mandioca fervida em fôrma de papas.
- Pito* — cachimbo. «Julio Ribeiro diz que pito vem de *pitura*, voz brazilica que significa tabaco. Nos sertões de S. Paulo e Minas diz-se *pito*, *pitár*, *pitador*, em vez de cachimbo, fumar, fumador!»
- Pocêna* — gritaria, alarido.
- Pomada* — ostentação pedantesca.
- Pomadista* — pedante.
- Pombeiro* — vendedor ambulante de gallinhas.
- Porúca* — peneira de peneirar café.
- Passoelo* — alforge de couro cru.
- Potreiro* — curral. Us. no Rio Grande.
- Preconicio* — neol. de Castro Lopes. Em vez de *reclame*.
- Puchapucha* — especie de doce.
- Punga* — inepto.
- Pungarécós* — drogas de charlatão.
- Punguista* — boticario sem diploma que pretende passar por pharmaceutico.
- Quartão* — cavallo que só pôde servir para carga.

Tiradeiras — cordas que servem para prender os animaes nos engenhos.

Titica —caca.

Tocaia — sitio onde se espera a caça.

Tocaió — homonymo. V. chará. Amazonas.

Torar — Torar o caminho sign., atravessal-o

Tracambista — tratante.

Treler — bulir.

Triviá — objectos de cozinha reunidos.

Tuta e meia — pouco mais de nada.

Vira-virando — linguagem de preto, ex.: Fulano anda viravirando por lá.

Xingar — insultar.

Xixica — gorgeta, propina.

Zanzar — vagar a esmo.

Zarpar — fugir.

Zinga — varejão.

Zonzo — tonto.

Zungü — V. cortiço. Casa onde se reune muita gente de baixa classe.

Zunzumnar — de zumzum, ex.: zumzumnar boatos.

FIM

Anexo 16 – Material e métodos

Relação dos instrumentos utilizados para reconstituir do modo mais circunstanciado possível o traçado original das estradas históricas (BARBO, 2009:28-33).

Para mapear o percurso das antigas estradas que passavam pelo Planalto Central e transportá-los para a base cartográfica atual do DF, utilizamos as imagens do Programa CBERS – *China Brazil Earth Resource Satellite*, com o sensor de coleta de dados *Charge-Couple Device* – CCD e os dados de topografia digital do *Shuttle Radar Topography Mission* – SRTM, com a tecnologia do Sistema de Informação Geográfica – SIG.

CBERS

O Programa CBERS – *China Brazil Earth Resource Satellite* – nasceu de uma parceria inédita entre Brasil e China no setor técnico-científico espacial, em julho de 1988. O Programa contemplou num primeiro momento apenas dois satélites de sensoriamento remoto, CBERS-1 e CBERS-2. O sucesso tanto no lançamento pelo foguete chinês quanto no funcionamento dos dois satélites fez com que o Programa fosse expandido e, numa segunda etapa da parceria sino-brasileira, foram incluídos outros dois satélites da mesma categoria, o satélite CBERS-2B e os CBERS-3 e 4.

A família de satélites de sensoriamento remoto CBERS trouxe significativos avanços científicos ao Brasil. O que pode ser atestado pelos mais de 15.000 usuários de mais e 1.500 instituições cadastradas como usuários ativos do CBERS, e também nas mais de 300.000 imagens do CBERS distribuídas à razão aproximada de 250 por dia. Suas imagens são usadas em importantes campos, como o controle do desmatamento e de queimadas, o monitoramento dos recursos hídricos, áreas agrícolas, crescimento urbano, ocupação do solo, etc. O Brasil ingressou no seleto grupo de países detentores da tecnologia de sensoriamento remoto e obteve uma poderosa ferramenta para monitorar seu território com satélites próprios de sensoriamento remoto, buscando consolidar sua autonomia neste segmento.

Os satélites CBERS situam-se a uma altitude de 778 km da Terra, em órbita circular, síncrona com o Sol, com um ângulo de inclinação de $98,504^\circ$ em relação ao plano equatorial. Os CBERS são projetados para cobertura global e contêm câmaras para observação óptica e um sistema de coleta de dados ambientais. Este satélite possui três tipos de sistemas de sensores de coleta de dados de sensoriamento remoto para recursos naturais: o CCD, o IR-MSS e o WFI.

CCD

O sensor CCD – *Charge-Couple Device* – é uma câmara de alta resolução que fornece imagens de uma faixa de 113 km de largura no terreno, com uma resolução espacial de 19,5 m x 19,5 m. Este sistema de sensor tem capacidade de orientar seu campo de visada dentro de + ou – 32° . Operando normalmente, o sistema CCD gasta 26 dias para uma cobertura completa do globo terrestre.

Destacam-se como aplicações potenciais da CCD (INPE, 2009):

Vegetação: identificação de áreas de florestas, alterações florestais em parques reservas, florestas nativas ou implantadas, quantificações de áreas, sinais de queimadas recentes;

Agricultura: identificação de campos agrícolas, quantificação de áreas, monitoramento do desenvolvimento e da expansão agrícola, quantificação de pivôs centrais, auxílio em previsão de safras, fiscalizações diversas:

Meio Ambiente: identificação de anomalias antrópicas ao longo de cursos d'água, reservatórios, florestas, cercanias urbanas, estradas, análise de eventos episódicos naturais compatíveis com a resolução da Câmara, mapeamento de uso do solo, expansões urbanas;

Água: identificação dos limites continente-água, estudos e gerenciamento costeiros, monitoramento de reservatórios;

Geologia e solos: apoio a levantamentos de solos e geológicos;

Educação: geração de material de apoio a atividades educacionais em geografia, meio ambiente e outras disciplinas;

Cartografia: dada a sua característica de permitir visadas laterais de até 32° a leste e a oeste, em pequenos passos, possibilita a obtenção de pares estereoscópicos e a conseqüente análise cartográfica. Essa característica também permite a obtenção de imagens de uma certa área no terreno em intervalos mais curtos, o que é útil para efeitos de monitoramento de fenômenos dinâmicos.

SRTM

O SRTM – *Shuttle Radar Topography Mission* é um projeto norte-americano, desenvolvido em conjunto pela National Geospatial Intelligence Agency – NGA e a National Aeronautics and Space Administration – NASA. O objetivo desse projeto é produzir dados de topografia digital para 80% da área terrestre da Terra. Com os pontos de dados marcados de 30 metros por 30 metros, para o território dos EUA, e de 90 metros por 90 metros para o resto do mundo, permite o cálculo da elevação da superfície, com uma acurácia vertical absoluta de 16 metros, com confiabilidade de 90%. Os dados obtidos pelo mapeamento foram disponibilizados pelo *USGS Eros Data Center – United States Geological Survey*. Esse sistema de radar reúne dados que resultam no mais completo e preciso mapa topográfico que já foi montado da superfície da terra. Este gigantesco arquivo de base, com dados numéricos de relevo e topografia, quando tratado matematicamente através de modelos permite reconstruir o relevo de um país, como nas cartas topográficas, só que de forma digital e homogênea (SRTM, 2009).

SIG

SIG – Sistema de Informação Geográfica é um sistema para a administração, a análise e a exposição do conhecimento geográfico, o qual é representado usando uma série de conjuntos de informações.

O SIG abstrai conhecimento geográfico em cinco elementos básicos: a) conjuntos e modelos de dados geográficos; b) mapas e globos; c) geoprocessamento de modelos e programações; d) métodos de análise e fluxos de trabalho; e e) metadados. Esses cinco conjuntos de informações são os elementos primários da informação geográfica.

A computação digital permite a captura e compartilhamento de conhecimento através de redes, tais como a *internet*. Simultaneamente, a tecnologia do SIG está evoluindo e provendo uma metodologia crítica para entender, representar, administrar e comunicar os muitos aspectos das paisagens físicas e humanas, além de melhor entender a terra como um sistema.

ArcGIS

ArcGIS 9.2 é um dos produtos mais importantes da empresa *Environmental Systems Research Institute* – ESRI (2009), inclui tanto aplicação cliente como servidor de dados. O ArcGIS não é apenas uma aplicação SIG, mas um conjunto de *softwares* para elaboração e construção de modelos e sistemas em SIG. A pesquisa utilizou os *softwares* sob licença do Laboratório da FAU/UnB.

ArcScene

O ArcScene é uma aplicação para visualização de imagens em três dimensões, que vem com o *software* de geoprocessamento ArcGIS, da empresa ESRI. Além da visualização é possível a navegação e geração de animação nos formatos *.avi*, *.mpeg* e *QuickTime*. Com as imagens SRTM é possível a identificação da altitude do país inteiro, mas não a cobertura de cada posição geográfica. Com o ArcScene é possível fazer a cobertura do relevo gerado pelo SRTM com as imagens CBERS. Uma das principais utilidades desse *software* é o de gerar vôos em 3D, que ampliam a capacidade de visualização e representação dos dados georeferenciados. Para geração de vôos em 3D é necessários tirar fotos. Tirando duas ou mais fotos o ArcScene interpolará todas as outras imagens que comporão a animação. As animações tridimensionais SIG tornam as apresentações mais atrativas e completas, ajudando a visualizar dados de uma nova maneira.

Digitalização em tela das estradas históricas

Habitualmente, para a digitalização em tela executa-se a chamada Vetorização *heads-up* ou vetorização manual. Este processo envolve a escanerização do documento original e o uso desta imagem como pano de fundo em programas de tratamento de feições vetoriais, como, por exemplo, o AutoCAD, um software do tipo CAD – Computer Aided Design. Dessa forma, obtêm-se vetores por meio da digitalização sobre a imagem apresentada na tela do computador.

Na reconstituição das Estradas Coloniais nos atuais limites do Distrito Federal, inicialmente, os mapas históricos foram digitalizados e salvos em formato JPEG. Em seguida, foram georeferenciados em base Sicad de 1991, atualizado para 1997.

Modelagem 3D

A modelagem numérica do terreno permite o cálculo de declividade, volume, cortes transversais, linha de visada, etc. O uso desta função é fundamental em aplicações de engenharia, especialmente na

determinação de mapas de contorno, mapas de declividade e de aspecto, mapas em visualização 3D, cálculo de volumes e análises de perfis. No processo de modelagem numérica de terreno podemos distinguir três fases: aquisição dos dados, geração de grades e elaboração de produtos representando as informações obtidas.

Um Modelo Numérico de Terreno (MNT) é uma forma de espacialização de dados alfanuméricos, ou seja, representação matemática computacional da distribuição de fenômeno espacial vinculada a uma superfície real. Entre os exemplos típicos de fenômenos que podem ser representados por um MNT temos os dados de relevo, informações geológicas, levantamentos de profundidade do mar ou de um rio, informações meteorológicas e dados geofísicos e geoquímicos. Quanto aos usos do MNT, podem ser citados: a) armazenamento de dados de altimetria para gerar mapas topográficos; b) análises de corte-aterro para projeto de estradas e barragens; c) elaboração de mapas de declividade e exposição para apoio a análise de geomorfologia e erodibilidade; d) análise de variáveis geofísicas e geoquímicas; e e) apresentação tridimensional (em combinação com outras variáveis).

Para a representação de uma superfície real no computador é indispensável a elaboração e criação de um modelo digital, podendo ser por equações analíticas ou por uma rede de pontos na forma de uma grade de pontos regulares e ou irregulares, para transmitir ao usuário as características espaciais do terreno. A elaboração e implantação de projetos passa a ter um novo enfoque em suas resoluções quando é criado um MNT. A partir dos modelos é possível calcular diretamente volumes e áreas; desenhar perfis e seções transversais; gerar imagens sombreadas ou em níveis de cinza; gerar mapas de declividade e exposição; gerar fatiamentos em intervalos desejados e gerar perspectivas tridimensionais (CÂMARA; DAVIS; MONTEIRO, 2009).

Anexo 17 - Cronologia do Planejamento Territorial do Distrito Federal

A análise da importância atribuída pelo Poder Público ao Patrimônio Vernáculo Rural é avaliada por meio da construção de uma Cronologia do Planejamento aplicável aos limites do atual território do DF. As políticas públicas direcionadas ao patrimônio rural local foram ressaltadas ou, conforme o caso, apontadas as omissões do Poder Executivo, em trinta documentos que tratam do planejamento territorial, em maior ou menor grau, desde 1894 até 2009 (Quadro 7).

Quadro 7 - Cronologia do Planejamento Territorial do DF x Patrimônio Vernáculo Rural

Item	Documento	Assunto	Patrimônio Vernáculo Rural
1	1894 Relatório CRULS	Em 1892, o presidente Floriano Peixoto instituiu a “Comissão Exploradora do Planalto Central” para estudar e demarcar a área da nova capital. Em 1894, o ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas criou a “Comissão de Estudos da Nova Capital da União” encarregada de prosseguir os trabalhos ligados à transferência da Capital da República.	Foram produzidos 2 relatórios, o primeiro em 1894 e o outro em 1896. Nos relatórios Cruls fez citações de pousos e fazendas visitados pelos membros da Expedição e os mapas produzidos atestam que a Comissão encontrou a região do atual DF demarcada por fazendas.
2	1896 Relatório CRULS	As duas expedições científicas foram chefiadas pelo astrônomo Luiz Cruls. Os relatórios de trabalho produziram um levantamento minucioso sobre a topografia, o clima, a geologia, a flora, a fauna, os costumes e recursos materiais da região e foi demarcado o “Quadrilátero Cruls”, área escolhida como a mais adequada para a interiorização da capital,	

Item	Documento	Assunto	Patrimônio Vernáculo Rural
3	<p>1955</p> <p>Relatório BELCHER</p>	<p>Foi realizado um vôo fotogramétrico em área de 50.000km² no Planalto Central para subsidiar a escolha do sítio em que poderia se localizar a Nova Capital. Entre os 5 sítios selecionados, o DF engloba, além do Sítio Castanho, que foi a opção escolhida, o Sítio Verde.</p>	<p>Na descrição da natureza da área escolhida (p. 152), está expresso:</p> <p><i>O uso corrente da terra é principalmente em fazendas de gado zebu para corte, com queimadas anuais das áreas de pastagem.</i></p> <p>A informação confirma a existência de casas de fazendas na área onde está situado o DF.</p>
4	<p>1957</p> <p>RELATÓRIO DO PLANO PILOTO de Lucio Costa</p>	<p>Proposta para a Nova Capital, selecionada em concurso público, constituiu o primeiro documento de orientação urbanística da cidade.</p>	<p>Detalha o Plano Piloto, vencedor do Concurso Nacional para a Nova Capital do Brasil, de autoria de Lucio Costa.</p>
5	<p>1977</p> <p>PEOT</p> <p>Plano Estrutural de Organização Territorial do DF</p>	<p>Com o PEOT começam a ser tomadas as primeiras medidas para equacionar a questão da expansão urbana do DF e estabelecer as diretrizes para ocupação dos espaços urbanos.</p>	<p>No levantamento realizado sobre as áreas rurais, foi feita a retrospectiva dos aspectos fundiários, desde a Lei n. 2.874/56, que autorizou a Novacap a firmar convênio com o Estado de Goiás para a desapropriação da terra nos limites do novo DF. Nada é dito sobre as casas das fazendas antigas e seus moradores.</p>

Item	Documento	Assunto	Patrimônio Vernáculo Rural
6	<p>1981</p> <p>GT/BRASÍLIA Grupo de Trabalho para Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural de Brasília</p>	<p>O IPHAN, juntamente com o GDF e a UnB formaram o GT/Brasília tendo por objetivo <i>estudar, propor e adotar medidas que visem a preservação do Patrimônio Histórico e Cultural de Brasília</i>. O GT/Brasília foi pioneiro em demonstrar que o acervo patrimonial do DF extrapolava os limites do Plano Piloto.</p>	<p>Entre as principais ações do GT/Brasília, destaca-se:</p> <p>– elaboração do inventário de bens, não só do Plano Piloto, como de todo o complexo natural e cultural do DF, incluídos os núcleos urbanos vernaculares, as antigas fazendas e os acampamentos dos pioneiros da época da construção da cidade.</p>
7	<p>1985</p> <p>POT</p> <p>Plano de Ordenação Territorial</p>	<p>Para ordenar o processo de ocupação do solo e consolidar a área de expansão urbana definida pelo PEOT, foi elaborado o POT – Plano de Ordenação Territorial.</p>	<p>O POUZO constitui-se, basicamente, em um instrumento normativo de macrozoneamento, que visa o controle do uso e da ocupação do solo.</p>
8	<p>1986</p> <p>POUSO</p> <p>Plano de Ocupação e Uso do Solo do DF</p>	<p>Revisado em 1986, foi denominado Plano de Ocupação e Uso do Solo do DF – POUZO e validado pelo Decreto n. 12.898/90.</p>	
9	<p>1985</p> <p>BRASÍLIA 57/85</p> <p>Do plano piloto ao Plano Piloto</p>	<p>Repasseu todos os itens do Memorial Descritivo do Projeto de Brasília, apresentado por Lucio Costa. Este documento foi a base do <i>Brasília Revisitada</i>.</p>	<p>Não trata da área rural.</p>

Item	Documento	Assunto	Patrimônio Vernáculo Rural
10	<p>1987</p> <p>GT/BRASÍLIA</p> <p>ANTEPROJETO DE LEI de Preservação do Patrimônio Histórico, Natural e Urbano do Distrito Federal</p>	<p>O GT/Brasília elaborou Anteprojeto de Lei que classificou como patrimônio o Plano Piloto, os núcleos urbanos vernaculares, as antigas fazendas e os acampamentos dos pioneiros da época da construção da cidade.</p> <p>O Anteprojeto, em seus arts. 39 e 40, classificou 12 fazendas antigas como Patrimônio Vernáculo Rural, representado pelas fazendas antigas preexistentes à inauguração da Capital. O Anteprojeto, contudo, não foi homologado.</p>	<p>As 12 fazendas antigas citadas no Anteprojeto de Lei são:</p> <p>a) Fazenda Monjolo e Fazenda Guimarães situadas na Região Adm. de Planaltina; b) Fazenda Jardim, Fazenda Bela Vista e Fazenda Capão dos Porcos situadas na Região Adm. Jardim; c) Fazenda Jacaré e Fazenda Currálinho situadas na Região Adm. de Brazlândia; d) Fazenda Sobradinho e Sobradinho Mugi situadas na Região Adm. de Sobradinho; e) Fazenda Ponte Alta e Fazenda Gama situadas na Região Adm. do Gama; f) Fazenda Guariroba situada na Região Adm. de Taguatinga.</p>
11	<p>1987</p> <p>BRASÍLIA REVISITADA</p>	<p>Traduz-se na preservação da concepção urbanística de Brasília e nas possibilidades de adensamento e expansão da região do Plano Piloto. Proposta de Lucio Costa indica 6 novas áreas para ocupação residencial. Foi regulamentada pelo Decreto n. 10.829/87, que define o perímetro de preservação.</p>	<p>Não trata da área rural.</p>
12	<p>1987</p> <p>UNESCO</p> <p>Brasília</p> <p>Patrimônio</p> <p>Mundial</p>	<p><i>Brasília Revisitada</i> delimitou uma área de preservação, oficialmente denominada Plano Piloto de Brasília, que foi declarada pela Unesco como Patrimônio Cultural da Humanidade, Inscrição n. 445, em 07 de dezembro de 1987. Exemplar único de cidade-capital projetada e construída segundo o ideário do modernismo.</p>	<p>A área rural não é objeto do documento.</p>

Item	Documento	Assunto	Patrimônio Vernáculo Rural
13	<p>1989</p> <p>COMISSÃO</p> <p>TÉCNICA</p> <p>ANTEPROJETO DE LEI</p> <p>Política de Preservação do Patrimônio Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico do Distrito Federal</p>	<p>Em 1988, foi instituída Comissão composta por técnicos de órgãos da administração local e federal para propor uma nova legislação protecionista. Em 1989, é elaborado novo Anteprojeto de Lei que, retomando os trabalhos do GT/Brasília, classifica como patrimônio o Plano Piloto, os núcleos urbanos vernaculares, as antigas fazendas e os acampamentos dos pioneiros da época da construção da cidade.</p> <p>O Anteprojeto, que também não foi homologado, citou as mesmas 12 fazendas antigas como Patrimônio Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico do DF.</p>	<p>Art. 7º, IV – Patrimônio Vernáculo Rural, representado pelas fazendas antigas preexistentes à inauguração da Capital, identificados a seguir (...):</p> <p><i>a) Fazenda Monjolo e Fazenda Guimarães situadas na Região Adm. de Planaltina; b) Fazenda Jardim, Fazenda Bela Vista e Fazenda Capão dos Porcos situadas na Região Adm. Jardim; c) Fazenda Jacaré e Fazenda Currão situadas na Região Adm. de Brazlândia; d) Fazenda Sobradinho e Sobradinho Mugi situadas na Região Adm. de Sobradinho; e) Fazenda Ponte Alta e Fazenda Gama situadas na Região Ad. do Gama; f) Fazenda Guariroba situada na Região Adm. de Taguatinga.</i></p>
14	<p>1989</p> <p>LEI N. 47/89</p> <p>Patrimônio Histórico, Artístico e Natural do Distrito Federal</p>	<p>Em vez do Anteprojeto apresentado pela Comissão Técnica, foi aprovada a Lei n. 47/89 que dispunha sobre o tombamento, pelo DF, de bens de valor cultural. A lei detalhou apenas o processo e os procedimentos para o tombamento, não definindo que bens deveriam ser protegidos.</p>	<p><i>Art. 1º O patrimônio histórico, artístico e natural do Distrito Federal é constituído por:</i></p> <p><i>I - bens, móveis e imóveis, existentes em seu território, cuja conservação seja do interesse público;</i></p> <p><i>II - monumentos naturais, sítios e paisagens que importa conservar e proteger.</i></p>

Item	Documento	Assunto	Patrimônio Vernáculo Rural
15	1990 IPHAN Brasília Patrimônio Nacional	Brasília teve seu tombamento federal efetivado em 1990, com a Inscrição de n. 532 no Livro do Tombo Histórico, e disciplinado por meio da Portaria n. 314/92, do IBPC, hoje IPHAN.	Prevê proteção específica do Conjunto Urbano, conforme a definição da UNESCO, em 1987.
16	1992 CADERNO TÉCNICO do PDOT	O Caderno Técnico tem por finalidade explicar e justificar o PDOT. O Caderno Técnico do PDOT de 1992 trata das fazendas antigas no cap. I – Antecedentes.	I – Antecedentes (p. 11): <i>No que se refere aos aspectos fundiários, toda a área dentro dos limites do DF era ocupada, originalmente, por fazendas e pelos núcleos urbanos de Planaltina e Brazlândia.</i>
17	1992 PDOT	Aprova o Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal, institui o Sistema de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal e dá outras providências. (Lei n. 353/92)	O PDOT, apesar ser o instrumento básico da política territorial do DF e ter por finalidade realizar o pleno desenvolvimento das funções sociais da propriedade tanto urbana quanto rural, refere-se apenas ao urbano no que diz respeito às políticas de patrimônio e cultura. NÃO trata do patrimônio rural.
18	1993 LEI ORGÂNICA do Distrito Federal	Estabelece os princípios constitucionais pelos quais o Distrito Federal deverá se reger. Prevê proteção específica somente para o Conjunto Urbanístico, conforme a definição da UNESCO, em 1987.	Na Seção que trata da Cultura , o art. 247 fala de forma genérica: (...) <i>preservação dos bens de valor histórico, artístico e cultural, e das paisagens notáveis, naturais e construídas. No Capítulo do Meio Ambiente, o art. 295 diz ... demais bens imóveis de valor cultural...</i> NÃO trata do patrimônio rural.

Item	Documento	Assunto	Patrimônio Vernáculo Rural
19	1994 RESERVA DA BIOSFERA DO CERRADO – Fase I, no Distrito Federal	Define os limites, funções e sistema de gestão da Reserva da Biosfera do Cerrado – Fase I, no DF. (Lei n. 742/94)	<i>Art. 1º. As Reservas da Biosfera fazem parte do Programa ‘O Homem e a Biosfera’ da UNESCO, e têm por objetivo desencadear o planejamento multisetorial, voltado à conservação da diversidade biológica e cultural, ao conhecimento científico e ao desenvolvimento sustentável das regiões nelas inscritas.</i>
20	1996 DOCUMENTO DE REFERÊNCIA do PDOT	O Documento de Referência tem entre suas finalidades dar início ao processo de planejamento, elaborar a revisão e apresentar a proposta do PDOT. Trata das fazendas antigas em seu item 9.3, O Patrimônio Cultural e o Ordenamento Territorial , p.187-189.	Patrimônio Vernáculo Urbano e Rural: (...) <i>As sedes das fazendas antigas, representativas do vernáculo rural goiano, estão localizadas em diferentes regiões administrativas. Testemunhos da linguagem arquitetônica e dos métodos construtivos do vernáculo do Centro-Oeste representam papel importante na constituição da memória do DF.</i> Recomendações: (...) <i>elaboração de inventário das sedes remanescentes das fazendas antigas do DF.</i>
21	1997 PDOT	Aprova o Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal – PDOT. (Lei Complementar n. 17/97)	O PDOT refere-se apenas ao urbano em seu texto legal no que diz respeito às políticas de patrimônio e cultura, mesmo sendo o instrumento básico da política territorial do DF e ter por finalidade realizar o pleno desenvolvimento das funções sociais da propriedade tanto urbana quanto rural . Apesar das recomendações de seu Documento de Referência, NÃO trata do patrimônio rural.

Item	Documento	Assunto	Patrimônio Vernáculo Rural
22	1997 PDL de SOBRADINHO	Dispõe sobre o Plano Diretor Local de Sobradinho, Região Administrativa V. (Lei Complementar n. 56/97)	Apesar de possuir extensa área rural, onde estão localizadas algumas das sedes das fazendas antigas representativas do vernáculo rural goiano, NÃO trata do patrimônio rural em seu PDL.
23	1998 PDL de TAGUATINGA	Aprova o Plano Diretor Local da Região Administrativa de Taguatinga – RA III. (Lei Complementar n. 90/98)	NÃO trata do patrimônio rural em seu PDL.
24	1998 PDL da CANDANGOLÂNDIA	Aprova o Plano Diretor Local da Candangolândia, Região Administrativa XIX. (Lei Complementar n. 97/98)	Não possui área rural.
25	2000 PDL de CEILÂNDIA	Aprova o Plano Diretor Local da Região Administrativa de Ceilândia – RA IX. (Lei Complementar n. 314/00)	Apesar de possuir área rural, onde estão localizadas algumas das sedes das fazendas antigas, representativas do vernáculo rural goiano, NÃO trata do patrimônio rural em seu PDL.
26	2001 PDL de SAMAMBAIA	Aprova o Plano Diretor Local da Região Administrativa de Samambaia – RA XII. (Lei Complementar n. 370/01)	NÃO trata do patrimônio rural em seu PDL.
27	2006 PDL do GAMA	Aprova o Plano Diretor Local da Região Administrativa do Gama – RA II. (Lei Complementar n. 728/06)	Apesar de possuir área rural, onde estão localizadas algumas das sedes das fazendas antigas, representativas do vernáculo rural goiano, NÃO trata do patrimônio rural em seu PDL.

Item	Documento	Assunto	Patrimônio Vernáculo Rural
28	2006 PDL do GUARÁ	Dispõe sobre o Plano Diretor Local da Região Administrativa do Guar´ – RA X. (Lei Complementar n. 733/06)	Não possui ´rea rural.
29	2007 DOCUMENTO T´CNICO do PDOT	O Documento T´cnico tem entre suas finalidades expor os fundamentos para a revisão do PDOT, definir seus princípios e objetivos. Item 7. Meio Rural (...) 7.6 Patrimônio Rural: Testemunho da linguagem arquitetônica e dos métodos construtivos do vernáculo do Centro-Oeste, o patrimônio rural representa papel importante na constituio da memória do DF. As sedes das fazendas <i>Curralinho I e Jacaré, em Brazlândia; Guariroba, na Ceilândia; Gama e Ponte Alta, no Gama; Acalanto, Guimarães, Monjolo, Bela Vista e Capitão dos Porcos, em Planaltina; Sobradinho e Meigi, em Sobradinho; e Jardim, no Paranoá, constituem o patrimônio vernáculo rural do DF.</i> (grifo nosso)	O Documento T´cnico, estudo que antecede o PDOT, trata do tema em seu item 7.6, (p.91-92), onde cita 13 casas de fazendas como parte da significativa da memória da inaugurao da capital. Surpreendentemente, pelo menos três das treze casas de fazendas citadas pelo documento já desapareceram – Jacaré, Bela Vista e Ponte Alta – e, ainda, outras duas estão com seus nomes grafados de forma errada – (Capitão) Capão dos Porcos , em Planaltina e Sobradinho Moji ou Mugi (Meigi) , em Sobradinho. E, mais, elas NÃO são parte significativa na memória da inaugurao da capital, e SIM parte significativa da memória do território, com algumas dessas construções remontando ao séc. XIX.
30	2009 PDOT	Aprova a revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal – PDOT. (Lei Complementar n. 803/2009)	NÃO trata do patrimônio rural. O texto do novo PDOT desconsidera a existência do patrimônio rural do DF. A construo do ordenamento do território do DF não prevê nenhuma diretriz ou política pública para o segmento.

